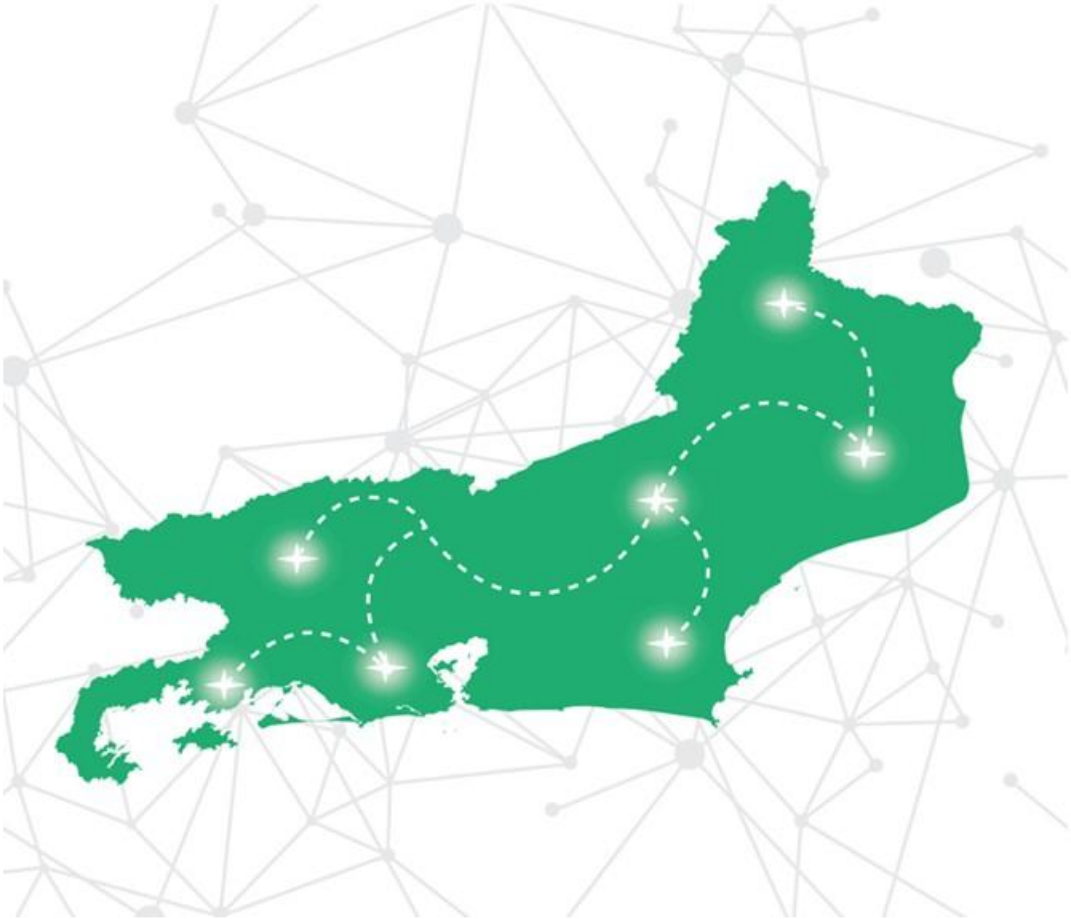
SISTEMATIZAÇÃO DE PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro e
III Seminário de Economia Fluminense



ORGANIZADORES

André Luís Gardel Barbosa | Diego Moreira de Araujo Carvalho | Faber Paganoto Araujo | Floriano José Godinho de Oliveira | Ismênia de Lima Martins | José Augusto Ferreira da Silva | Juliana da Camara Torres Benício | Maria Viviana de Freitas Cabral | Mauro Osorio da Silva | Wania Amélia Belchior Mesquita

FRIPERJ
FÓRUM DE REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

UFRRJ | UFRJ | UERJ | Universidade Federal Fluminense | CEFET/RJ | UNIRIO | INSTITUTO FEDERAL Fluminense | INSTITUTO FEDERAL Rio de Janeiro | UENF

SISTEMATIZAÇÃO DE PESQUISAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (I SEERJ) e

III Seminário de Economia Fluminense (III SEF)

Anais dos resumos expandidos

Rio de Janeiro/BR

2025

© 2025 Todos os direitos reservados aos autores. É autorizado a reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na internet ou outros).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (1. : 2024 : Rio de Janeiro, RJ) e Seminário de Economia Fluminense (3. : 2024 : Rio de Janeiro, RJ)
Sistematização de pesquisas para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro: anais dos resumos expandidos do I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (I SEERJ) e III Seminário de Economia Fluminense (III SEF) [recurso eletrônico] / organizadores André Luís Gardel Barbosa...[et al.]. — Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2025.
665 p. : il. color.

Modo de acesso: https://friperj.rio/
Anais dos resumos expandidos apresentados no I Seminário de Estudos sobre o Rio de Janeiro e III Seminário de Economia Fluminense realizado entre os dias 25 e 27 de novembro de 2024.
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-01-66411-8

1. Anais. 2. Desenvolvimento econômico – Rio de Janeiro (Estado). 3. Desenvolvimento social – Rio de Janeiro (Estado). 4. Políticas públicas – Rio de Janeiro (Estado). 5. Economia – Rio de Janeiro (Estado). I. Barbosa, André Luís Gardel (org.). II. Título.

CDD 330.98153 (23. ed.)

Bibliotecário-Documentalista | Henrique Nogueres Neto | CRB-7/ 5677

Organização e Revisão	André Luís Gardel Barbosa Diego Moreira de Araujo Carvalho Faber Paganoto Araujo Floriano José Godinho de Oliveira Ismênia de Lima Martins José Augusto Ferreira da Silva Juliana da Camara Torres Benício Maria Viviana de Freitas Cabral Mauro Osorio da Silva Wania Amélia Belchior Mesquita
Catalogação	Henrique Nogueres Neto
Projeto Gráfico / Diagramação	José Augusto Ferreira da Silva
Revisão Técnica	Henrique Rabelo

SINOPSE

Nestes anais dos resumos expandidos, os autores examinaram alguns aspectos das seguintes temáticas: “Limites e Impasses Atuais da Política de Saúde no Estado do Rio de Janeiro”, “Políticas Educacionais”, “Estrutura Produtiva Fluminense”, “Configuração Territorial”, “Segurança Pública”, “Ambiente, Mudanças Climáticas e Transição Energética”, “Cultura e Conhecimento como Práticas de Liberdade”, “Infraestrutura e Logística”, “Mobilidade Urbana”, “Crise Institucional Fluminense”, “Relações Étnico-Raciais e de Gênero” e “Memória, História e os desafios do presente do Estado do Rio de Janeiro”.

Estes anais são organizados pelos pesquisadores do Programa Interinstitucional de Estímulo à Pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ) e do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Tenha uma boa leitura! Torcemos para que você nos ajude a promover boas ações para colaborar com o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e a consequente qualidade vida das pessoas!

AGRADECIMENTOS

Os organizadores agradecem ao Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ) e as suas instituições terem propiciado a realização dos seminários e destes anais. Agradecem, ainda, o apoio da FAPERJ, do IPP, da FAPUR e da ENCE/IBGE.

Um agradecimento especial à comissão organizadora e ao comitê científico do I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (I SEERJ) e III Seminário de Economia Fluminense (III SEF):

Comissão Organizadora

André Gardel (UNIRIO)

Henrique Rabelo (IERJ)

Joilson Cabral (UFRRJ)

José Augusto Ferreira da Silva (IFF)

Juliana Benício (IFRJ)

Maria Helena Versiani (UFRRJ)

Maria Viviana de Freitas Cabral (UFRRJ)

Mauro Osorio (UFRJ)

Wanderson César dos Santos (UFRRJ)

Wania Mesquita (UENF)

Comitê Técnico-Científico

André Gardel (UNIRIO)

Claudia Maria Travassos (CEBES)

Daniel Hirata (UFF)

Diego Carvalho (CEFET)

Eduardo Duprat (SEPLAG)

Faber Paganoto (CPII)

Floriano Oliveira (UERJ)

Gabriel de Pinna Mendez (IFF)

Gabriela Rizzo (UFRRJ)

Gabrielle de Souza Frade (CPII)

Ismênia Martins (UFF)

João Trajano de Lima Sento-Sé (UERJ)

José Augusto Ferreira da Silva (IFF)

Juliana Benício (IFRJ)

Lígia Bahia (UFRJ)

Lucília Augusta Lino (UERJ)

Maria Helena Versiani (UFRRJ)

Maria Viviana de Freitas Cabral (UFRRJ)

Marieta de Moraes Ferreira (UFRJ)

Mario Dal Poz (UERJ)

Mauro Osorio (UFRJ)

Paulo Knauss (UFF)

Waldeck Carneiro (UFF)

Wania Mesquita (UENF)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

SESSÕES TEMÁTICAS

1 LIMITES E IMPASSES ATUAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

3 ESTRUTURA PRODUTIVA FLUMINENSE

4 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

5 SEGURANÇA PÚBLICA

6 AMBIENTE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

7 CULTURA E CONHECIMENTO COMO PRÁTICAS DE LIBERDADE

8 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

9 MOBILIDADE URBANA

10 CRISE INSTITUCIONAL FLUMINENSE

11 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

12 MEMÓRIA, HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO PRESENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

Com o tema "Sistematização de pesquisas para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro", o I Seminário de Estudos sobre o Estado do Rio de Janeiro (I SEERJ) e o III Seminário de Economia Fluminense (III SEF) tiveram como objetivo reunir a comunidade técnico-científica das instituições de ensino e pesquisa localizadas no território fluminense.

Os seminários aconteceram concomitantemente entre os dias 25 e 27 de novembro de 2024 no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). Nestes dias, foram realizadas mesas especiais compostas por especialistas convidados e sessões temáticas organizadas com base em trabalhos selecionados pela comissão cientifica. Com isso, foi possível promover debates com a sociedade civil sobre os desafios impostos ao desenvolvimento socioeconômico, cultural, político e ambiental do estado do Rio de Janeiro.

O I SEERJ é realizado pelo Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ), conjunto das instituições públicas de ensino superior sediadas no estado do Rio de Janeiro, representadas pelos seus respectivos Reitores. Em sua terceira edição, o SEF é uma iniciativa do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

O FRIPERJ tem como objetivo ampliar a articulação das instituições entre si e com o território fluminense, de forma a fortalecer o papel que elas desempenham na promoção do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e seus municípios. Criado em 2022 como um espaço de articulação interinstitucional, foi formalizado em outubro de 2024.

As instituições vinculadas ao FRIPERJ possuem cerca de 180 mil alunos de graduação, 39 mil alunos de pós-graduação stricto sensu, além de 50 mil alunos de educação básica e profissionalizante, totalizando mais de 260 mil alunos matriculados.

O FRIPERJ conta, ainda, com um Programa Interinstitucional de Estímulo à Pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro, com representação de professores de todas as instituições, com a missão de aprofundar o entendimento do nosso estado e ampliar a reflexão regional.

São membros do FRIPERJ no ano dessa Edição: Roberto de Souza Rodrigues | UFRRJ – Presidente do FRIPERJ (2024-2026); Rafael Barreto Almada | IFRJ – Vice-Presidente do FRIPERJ (2024-2026); Victor Barbosa Saraiva | IFF – Tesoureiro do FRIPERJ (2024-2026); Mauricio Saldanha Motta | CEFET/RJ; Ana Paula Giraux Leitão | Colégio Pedro II; Rosana Rodrigues | UENF; Gulnar Azevedo e Silva | UERJ; José da Costa Filho | UNIRIO; Antonio Claudio Lucas da Nóbrega | UFF e Roberto de Andrade Medronho | UFRJ.

Deseja-se que os dados, informações e debates apresentados nestes anais possam subsidiar futuras pesquisas, servir de suporte para a tomada de decisão pelos gestores públicos nas agendas que visem o desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro.

Boa leitura!

Os organizadores.

1 LIMITES E IMPASSES ATUAIS DA POLÍTICA DE SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

É fundamental construir uma agenda de pesquisa sobre os desafios e problemas da política de saúde no Estado do Rio de Janeiro, que inclua a análise das políticas públicas existentes, a identificação de lacunas e falhas no sistema de saúde, e a proposição de medidas para promover a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população.

Por meio de uma abordagem multidisciplinar e participativa, em especial dos diversos institutos e programas de pós-graduação em saúde coletiva das universidades fluminenses, é possível desenvolver estudos e pesquisas que contribuam para a construção de um sistema de saúde mais justo, eficiente e acessível a toda a população do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa é uma ferramenta poderosa para identificar, compreender e solucionar os desafios e problemas que impactam no desenvolvimento da saúde pública e deve ser utilizada como um instrumento fundamental na busca por uma saúde de qualidade para todos os cidadãos fluminenses.

BALANÇO SOBRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: ATENÇÃO PRIMÁRIA, URGÊNCIAS E HOSPITAIS

Gilson Jácome dos Reis[1]

Mariana Vercesi de Albuquerque[2]

Luciana Dias de Lima[3]

RESUMO

O objetivo do trabalho foi analisar o desempenho da atenção primária à saúde (APS) e a variação da distribuição espacial dos serviços de urgência e hospitalares na região de saúde Metropolitana I em período de 2010 a 2019. Utilizou-se indicador que mensura internações evitáveis para analisar o desempenho da APS e aplicou-se técnicas de geoprocessamento. Houve a melhoria do desempenho da APS, mas os anos finais da série temporal apontam para uma reversão do processo. A expansão de unidades de atenção às urgências foi acompanhada por uma desconcentração de médicos vinculados a tais unidades. Verificou-se a persistência da concentração de hospitais no centro, zona sul e parte da zona norte da capital. É primordial fortalecer a APS, integrar as unidades de urgências à rede de serviços e investir em hospitais públicos.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde; Serviços Médicos de Emergência; Hospitais.

ABSTRACT

The objective of the work was to analyze the performance of primary health care (PHC) and the variation in the spatial distribution of emergency and hospital services in the Metropolitan I health region from 2010 to 2019. An indicator was used that measures avoidable hospitalizations for analyze the performance of the PHC and applied geoprocessing techniques. There was an improvement in PHC performance, but the final years of the time series point to a reversal of the process. The expansion of emergency care units was accompanied by a deconcentration of doctors linked to such units. There was a persistent concentration of hospitals in the center, south and part of the north of the capital. It is essential to strengthen PHC, integrate emergency units into the service network and invest in public hospitals.

Keywords: Primary Health Care; Emergency Medical Services; Hospitals.

RESUMEN

El objetivo del trabajo fue analizar el desempeño de la atención primaria de salud (APS) y la variación en la distribución espacial de los servicios de emergencia y hospitalarios en la región sanitaria Metropolitana I del 2010 al 2019. Se utilizó un indicador que mide las hospitalizaciones evitables para analizar el desempeño del APS y técnicas de geoprocesamiento aplicadas. Hubo una mejora en el desempeño de la APS, pero los últimos años de la serie temporal apuntan a una reversión del proceso. La ampliación de las unidades de atención de urgencia estuvo acompañada de una desconcentración de los médicos vinculados a dichas unidades. Hubo una persistente concentración de hospitales en el centro, sur y parte del norte de la capital. Es fundamental fortalecer la APS, integrar las unidades de emergencia a la red de servicios e invertir en hospitales públicos.

Palabras clave: Atención Primaria de Salud; Servicios Médicos de Urgencia; Hospitales.

[1] Gilson Jácome dos Reis. Universidade Federal do Rio de Janeiro. gilson_jacome@yahoo.com.br.

[2] Mariana Vercesi de Albuquerque. Fundação Oswaldo Cruz. mariana.vercesi@gmail.com

[3] Luciana Dias de Lima. Fundação Oswaldo Cruz. luciana@ensp.fiocruz.br

INTRODUÇÃO

A rede de serviços é um componente dos sistemas de saúde e podem ser classificados em níveis de atenção, que apresentam algum grau de interdependência, ou seja, problemas de um nível podem afetar outros níveis. Na região Metropolitana I do Rio de Janeiro, que abrange a capital e 11 municípios da Baixada Fluminense, verifica-se uma expansão tardia e ainda insuficiente da cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS), expansão da oferta de atenção às urgências a partir de 2007, e histórica concentração da oferta hospitalar no Município do Rio de Janeiro. Este trabalho se propõe a analisar o desempenho da APS e a variação da distribuição espacial dos serviços de urgência e hospitalares em período da década de 2010 a 2019.

MATERIAL E MÉTODOS

Para estimar o desempenho da APS, utilizou-se a proporção de internações por condições sensíveis a atenção primária (ICSAP). A fonte de dados foi o Sistema de Informações Hospitalares (SIH), que permitiu o georreferenciamento das internações, por meio do CEP de residência. Definiu-se as áreas de ponderação como unidades de análise para verificar as variações do indicador na escala intramunicipal. Para evitar as possíveis flutuações aleatórias desse indicador, calculou-se a proporção de ICSAP em períodos de 3 anos: 2009 a 2011; 2011 a 2013; 2014 a 2016; e 2017 a 2019. Em relação às unidades de atenção às urgências e os hospitais, realizou-se o georreferenciamento das unidades de saúde e a criação de áreas de influência (*buffer*) das unidades, de acordo com o número de médicos vinculados (no nível de atenção às urgências) e o número total de leitos (no nível hospitalar). De acordo com o recorte temporal do estudo, foram selecionados os anos de 2010, 2012, 2015 e 2018 e extraídas as bases de dados do mês de junho.

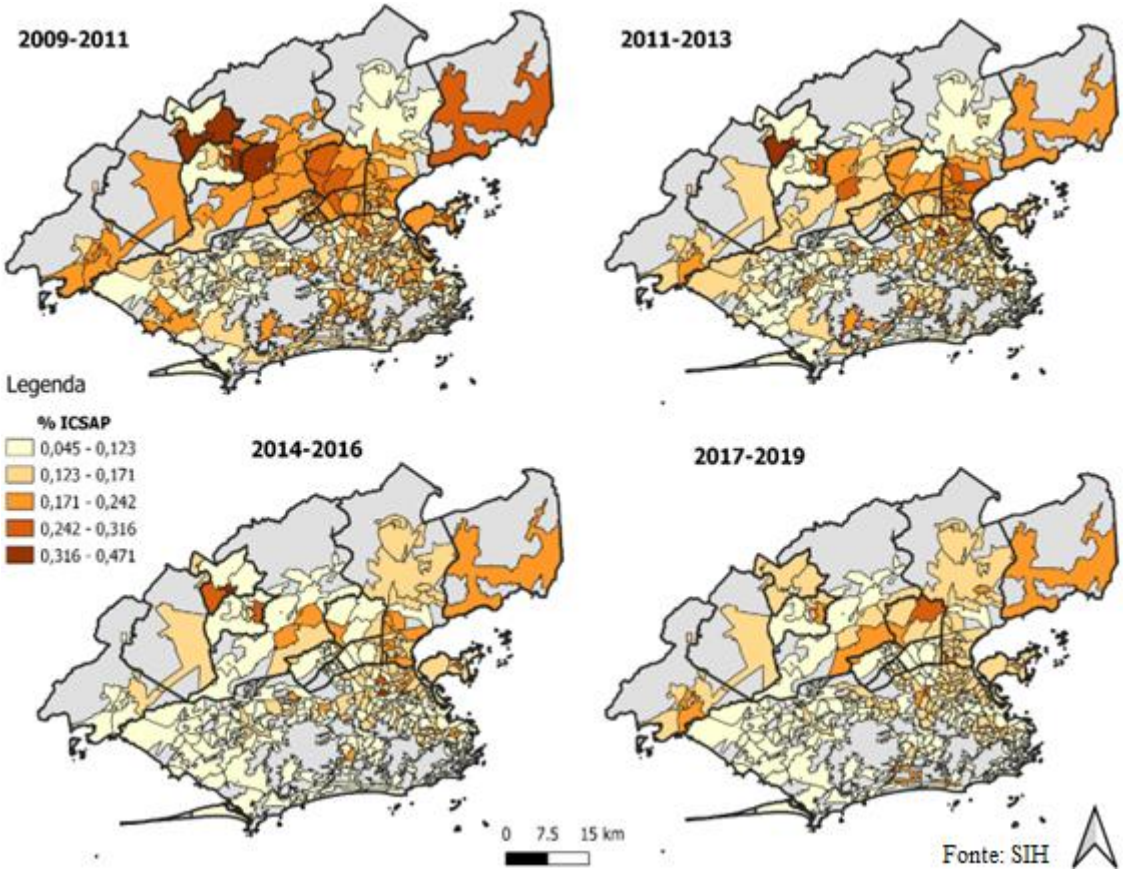
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Obteve-se sucesso no processo de georreferenciamento em mais de 95% das internações no período analisado. A figura 1 mostra a evolução espaço-temporal do indicador de proporção de ICSAP, evidenciando a melhoria contínua do desempenho da APS com exceção do último recorte temporal. As áreas com maiores proporções de ICSAP se distribuem predominantemente nos municípios da baixada fluminense, com exceção de Nilópolis e Seropédica, e em algumas áreas da zona norte e oeste do Rio de Janeiro.

Silva *et al* (2023) evidenciaram a correlação entre o aumento de cobertura de APS e a redução das ICSAP. Ou seja, o fortalecimento da APS está associado à redução de gastos com internações evitáveis e contribui para a melhoria do desempenho e da organização do sistema de saúde. Santos *et al* (2023) apontam que uma associação inversa

entre a qualidade da APS e as taxas de ICSAP. A menor desigualdade também está associada à redução das ICSAP.

Figura 1: Evolução espaço-temporal da proporção de ICSAP nas áreas de ponderação da região de saúde Metropolitana I, 2009-2019.



Importante ressaltar que a APS apresenta características que favorecem a organização de toda a rede de atenção e o seu fortalecimento reflete em melhorias sistêmicas, portanto. O indicador utilizado para mensurar o desempenho da APS expressa a interdependência entre os níveis de atenção à saúde.

Entre 2010 e 2018 houve aumento de 143% no número de unidades de atenção às urgências, saindo de 54 em 2010 para 131 em 2018 (Figura 2). O Estado do Rio de Janeiro foi pioneiro na implantação das UPA no Brasil, mas a expansão ocorreu de forma acelerada e desprovida de planejamento integrado entre as esferas de governo, o que comprometeu a integração da rede de urgências (LIMA *et al.*, 2015). A variação espaço-temporal da oferta de serviços de atenção às urgências e na distribuição de médicos mostra um aumento do número de unidades de atenção às urgências concomitante ao espalhamento da distribuição dessas unidades no território metropolitano.

A Figura 3 mostra uma sequência de mapas com a localização hospitais vinculados ao SUS (federais, estaduais, municipais e privados contratados) nos anos de 2010, 2012, 2015 e 2018. Os círculos em vermelho representam a quantidade de leitos.

Figura 2: Unidades de atenção às urgências com áreas de influência proporcionais ao número de médicos vinculados, região Metropolitana I.

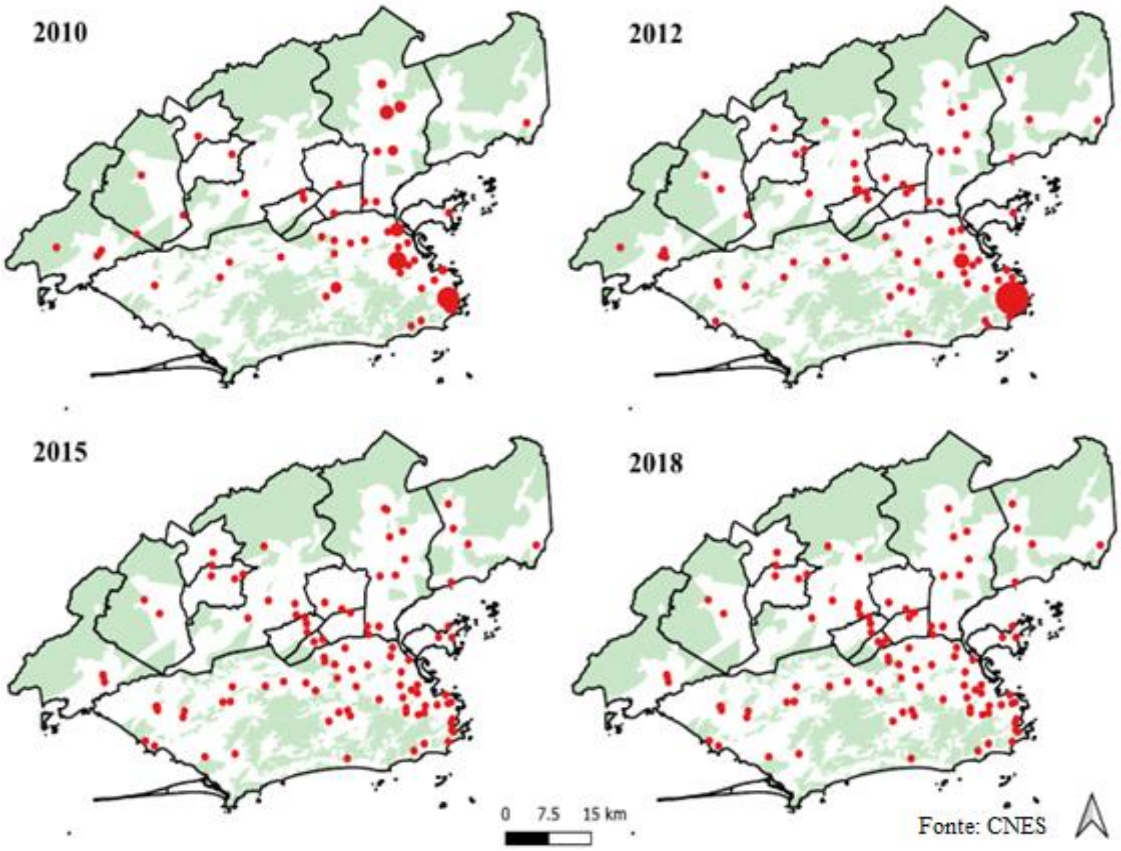
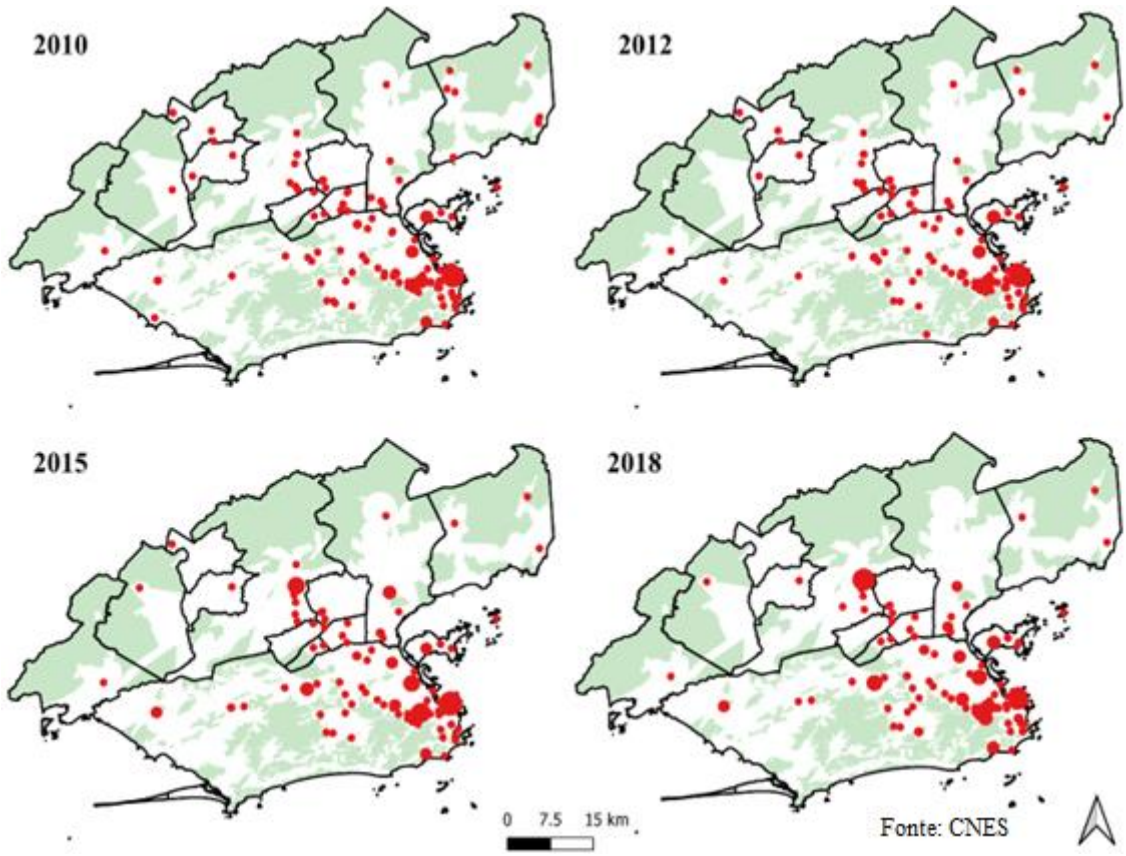


Figura 3: Unidades de saúde com internação com áreas de influência proporcionais ao número de leitos, região Metropolitana I, 2010, 2012, 2015 e 2018.



Os hospitais localizam-se, principalmente, na área central, na zona sul e em parte da zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Esta concentração de hospitais em determinadas áreas da metrópole e a escassez na baixada fluminense são fenômenos históricos. Iniciativas profícuas para o enfrentamento dessa situação foram formuladas, como o Programa Especial de Saúde da Baixada (PESB), implementado parcialmente na década de 1980 e que previa a expansão da oferta – incluindo a construção de dois hospitais gerais –, modelo de atenção voltado para as necessidades de saúde da população e modelo de gestão permeável à participação popular. No entanto, mudanças político-institucionais inviabilizaram a continuidade do programa (PIRES-ALVES; PAIVA; LIMA, 2018). Modelos de gestão de parceria entre entes públicos, como o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF) podem ser úteis para a organização dos serviços na região.

CONCLUSÕES

Verificou-se a melhoria do desempenho da APS na região Metropolitana I, mas esse processo precisa de continuidade, com expansão da cobertura e fortalecimento da APS, pois trata de nível de atenção capaz de induzir a organização do sistema. A atenção às urgências funciona sob a lógica de demanda e não possuem o potencial de organização do sistema. O desafio é a integração dessas unidades à rede de atenção, que são úteis para a resposta em situações agudas ou agudizações de condições crônicas. É necessário enfrentar a escassez de hospitais públicos na baixada fluminense, pois essa situação repercute em toda a região, dada a fluidez do território metropolitano. Tal enfrentamento precisa estar articulado com modelo de governança metropolitana de políticas urbanas que possa criar condições para a fixação de profissionais de saúde em áreas periféricas.

REFERÊNCIAS

LIMA, L. D. DE *et al.* Interdependência federativa na política de saúde: a implementação das Unidades de Pronto Atendimento no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 2, p. 595–606, fev. 2015.

PIRES-ALVES, F. A.; PAIVA, C. H. A.; LIMA, N. T. Na Baixada Fluminense, à sombra da 'Esfinge do Rio': lutas populares e políticas de saúde na alvorada do SUS. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1849–1858, jun. 2018.

SANTOS, F. M. D. *et al.* Associação entre internações por condições sensíveis e qualidade da atenção primária. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, n. 1, p. 85, 8 nov. 2023.

SILVA, L. F. E.; CHAOUBAH, A.; CAMPOS, E. M. S. Hospitalizations by Primary Care Sensitive Conditions: prevalence and costs in the state of Minas Gerais. *Cadernos Saúde Coletiva*, v. 31, n. 2, p. e31020176, 2023.

DOENÇA DE CHAGAS NO RIO DE JANEIRO – UMA ABORDAGEM À LUZ DOS DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE (DSS)

Anna Beatrice Torres dos Santos [1]

Carmelinda Monteiro Costa Afonso [1]

Fabio da Silva de Azevedo Fortes [1]

Resumo:
A Doença de Chagas no Rio de Janeiro revela uma realidade complexa marcada pela escassez de dados e por divergências nos resultados das pesquisas. Essa falta de informações dificultam a compreensão da verdadeira extensão da doença e sua relação com os determinantes sociais de saúde. Questões como desigualdade socioeconômica, precariedade habitacional e acesso limitado a serviços de saúde intensificam a vulnerabilidade das populações afetadas.
Palavras-chave: Doença de Chagas; Determinantes sociais em saúde; Epidemiologia; Políticas públicas.
Resumen:
La enfermedad de Chagas en Río de Janeiro revela una realidad compleja, marcada por escasez de datos y divergencias en los resultados de las investigaciones. Esta falta de información precisa dificulta comprender el verdadero alcance de la enfermedad y su relación con los determinantes sociales de la salud. Cuestiones como la desigualdad socioeconómica, la vivienda precaria y el acceso limitado a los servicios de salud intensifican la vulnerabilidad de las poblaciones afectadas.
Palabras clave: Enfermedad de Chagas; Determinantes sociales de la salud; Epidemiología; Políticas públicas
Abstract:
Chagas Disease in Rio de Janeiro reveals a complex reality, marked by a scarcity of data and divergences in research results. This lack of accurate information makes it difficult to understand the true extent of the disease and its relationship with social determinants of health. Issues such as socioeconomic inequality, precarious housing and limited access to health services intensify the vulnerability of affected populations.
Keywords: Chagas disease; Social determinants of health; Epidemiology; Public policies

---

1-Anna Beatrice Torres dos Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), torrs.ab@gmail.com

1-Carmelinda Monteiro Costa Afonso, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Carmelinda.afonso@uerj.br

1-Fabio da Silva de Azevedo Fortes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fabiofortes@hotmail.com

Introdução

Alguns processos de adoecimento transitam entre modos de transmissão simples aos mais complexos com a participação de diferentes vetores específicos nos casos de doenças transmissíveis e, neste sentido, é crucial identificar os vetores específicos e os determinantes sociais que favorecem esta dinâmica de distribuição de casos no território para a proposição de estratégias de prevenção primária.

O estado do Rio de Janeiro possui 16.055.174 de habitantes com 92 municípios que se distribuem com características de espaços urbano e/ou rural com renda per capita de 2.367,00 R$ (IBGE, 2024).

Em relação à escolaridade evidencia-se um declínio acentuado observado entre o período de 2008 a 2023 no ensino fundamental com a evasão de estudantes de 23%. Esse dado impactará a médio e longo prazo precarizando a situação de saúde da população fluminense, já que estudos demonstram a linearidade entre escolaridades e saúde (Lages *et al*., 2019).

A doença de Chagas é uma antropozoonose com expressiva mortalidade, e no Brasil está distribuída do Piauí ao Rio Grande do Sul, e sua transmissão está diretamente relacionada à presença de triatomíneos (vetores) no território. Assim, mapear a presença deste inseto infectado e identificar determinantes sociais de saúde (DSS) que facilitem a disseminação da doença é de fundamental importância na interrupção de seu ciclo de reprodução (Ministério da Saúde, 2019).

Material e Métodos

Trata-se de um estudo descritivo a partir de fontes oficiais secundárias com análise a partir da interlocução entre as bases epidemiológicas e dados socioeconômicos interpretados como determinantes sociais de saúde do estado do Rio de Janeiro 2014 a 2024.

Resultados e Discussão

A Doença de Chagas é classificada como uma das Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN) causada pelo agente etiológico *Trypanosoma cruzi* que ocorre em insetos (barbeiros) da classe dos triatomíneos e, algumas condicionalidades impactam em seu processo de transmissão, como os DSS pobreza, má habitação e ausência de abastecimento de água e tratamento de esgoto (Dos Santos, 2022). A transmissão pode acontecer pela via vetorial ou pela via oral. A primeira ocorre quando o barbeiro pica o indivíduo para sugar seu sangue,

e concomitantemente relaxa os esfíncteres e deposita suas fezes impregnadas pelo parasita sobre sua pele, que ao coçar introduz o protozoário e inicia a infecção.

A transmissão oral se dá pelo consumo de alimentos ou líquidos contaminados. Neste sentido, se há presença do barbeiro infectado no território há o risco da transmissão da doença de chagas, seja pela picada do inseto, seja pelo consumo de alimentos sem higienização ou por seu manejo inadequado quando preparados para consumo imediato em locais onde a higiene é precária como nas feiras livres, bares e lanchonetes (Almeida, 2021; Dias et al., 2016; Silva Brito, 2019).

De acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) tivemos oito notificações de sintomas relacionados à Doença de Chagas no Rio de Janeiro no período de 2014 a 2022 que foram classificados da seguinte forma: seis “ignorados" ou “em branco”, um caso como acidental e um caso como “outro”.

No entanto, ao relacionar a presença do vetor infectado com as notificações no DataSUS, os dados apresentam divergências, evidenciando falhas nas informações que são verificáveis na Tabela 1.

Tabela 1: Relação entre as Notificações no DataSuS e a ocorrência de triatomíneos no estado do Rio de Janeiro

Municípios	Notificações DataSUS (2014 – 2022)	Triatomíneos capturados E não infectados (2018 – 2021)	Triatomíneos capturados e infectados (2018 – 2021)
Itaperuna	1 (2020)	1	-
Belford Roxo	1 (2020)	-	-
Rio de Janeiro	2 (2020) 2(2022)	-	-
Duque de Caxias	2 (2022)	-	-
Mangaratiba	-	1	-
Paraty	-	13	-
Petrópolis	-	385	33
Porciúncula	-	2	-
Santa Maria Madalena	-	39	14
Macaé	-	11	4
Trajano de Moraes	-	39	14
Cantagalo	-	39	14
São Fidélis	-	11	4
Conceição de Macacu	-	11	4
Tanguá	-	385	17
São José de Ubá	-	4	-

Fonte: Adaptado de Brasil (2014-2022) e Anunciação (2022).

Conclusões

A análise dos dados revela a complexidade envolvida na vigilância da Doença de Chagas no estado do Rio de Janeiro. Embora haja um número significativo de triatomíneos infectados identificados, as divergências entre as notificações de casos em humanos e a presença de vetores apontam possíveis falhas no sistema de monitoramento e a qualidade das informações registradas. A lacuna entre a realidade epidemiológica e os dados oficiais ressalta a necessidade de aprimorar as estratégias de vigilância, diagnóstico e prevenção, principalmente em áreas rurais e periféricas, onde a doença persiste como uma ameaça, e encontra cenário oportuno no ambiente, como a falta de infraestrutura básica, ausência de habitações que oportunizem a coabitação com barbeiros, o manejo inadequado de resíduo sólido e a pobreza, que denuncia a precariedade na distribuição das riquezas geradas no estado.

É necessária a realização de estudos mais amplos e integrados, que possam auxiliar na correlação entre a doença e os determinantes sociais, contribuindo para a criação de políticas públicas mais eficazes que oportunizem estratégias de prevenção adequadas aos diferentes cenários encontrados no estado do Rio de Janeiro. A melhoria da coleta de dados e a análise crítica dos determinantes sociais são passos fundamentais para um enfrentamento eficaz da doença.

Referências

ALMEIDA, Ayssa Marinho Vitorino de et al. **Doença de Chagas: aspectos epidemiológicos, fisiopatológicos e de transmissão. Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 5, p. 18931-18944, 2021. Acesso em: 09 set. 2024.

ANUNCIAÇÃO, Sebastião Clebson de Macedo et al. **Distribuição geográfica de triatomíneos no Estado do Rio de Janeiro e efeito de óleos essenciais na sobrevivência do inseto vetor *Rhodnius prolixus* (HEMIPTERA: REDUVIIDAE, STÅL, 1859) e no desenvolvimento do parasito *Trypanosoma cruzi* (KINETOPLASTEA: TRYPANOSOMATIDAE, CHAGAS, 1909) em seu hospedeiro invertebrado.** Tese de Doutorado. 2022. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). **Disponível em**: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/chagasrj.def. Acesso em: 09 set. 2024.

DIAS, João Carlos Pinto et al. **II Consenso Brasileiro em Doença de Chagas, 2015. Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. esp, p. 7-86, jun. 2016. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742016000500007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2024. Epub: 30 jun. 2016. DOI: http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742016000500002.

DOS SANTOS, Marcelo Matos; PASSOS, Durval Lúcio Rodrigues; DOS ANJOS, Danielle Oliveira. **Avaliação panorâmica da doença de Chagas na América Latina. Revista Brasileira de Educação, Saúde e Bem-estar**, v. 1, n. 3, 2022. DOI: https://rebesbe.emnuvens.com.br/revista/article/view/75. Acesso em: 09 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados. Rio de Janeiro**, (33). Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html. Acesso em: 13 set. 2024.

LAGES, D. dos S.; KERR, B. M.; BUENO, I. de C.; NIITSUMA, E. N. A.; LANA, F. C. F. A baixa escolaridade está associada ao aumento de incapacidades físicas no diagnóstico de hanseníase no Vale do Jequitinhonha. **HU Revista**, [S. l.], v. 44, n. 3, p. 303–309, 2019. DOI: <10.34019/1982-8047.2018.v44.14035>. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/14035. Acesso em: 14 set. 2024.

SILVA BRITO, Josué da. Doença de Chagas: aspectos fisiopatológicos e históricos. **Revista Atenas Higeia,** v. 1, n. 2, p. 54-60, 2019.

REGIONALIZAÇÃO, COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL (CIR) E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE (CIS): A EXPERIÊNCIA DA REGIÃO METROPOLITANA I DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE 2009 A 2022

Patricia Rocha[1]

Márcia Ney[2]

Resumo

O trabalho tem como objetivo descrever as relações da Comissão Intergestores Regional (CIR) da Região de Saúde Metropolitana I do estado do Rio de Janeiro e o Consórcio Intermunicipal da Baixada Fluminense (CISBAF), de 2009 a 2022. Pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico e documental. Estratégias para estreitamento das relações da CIR e Consórcio foram implementadas ao longo dos anos. Verificou-se que o consórcio tem sua participação desde o ano de 2014, sendo que no ano de 2017 sua participação se tornou mais efetiva. No ano de 2023, com a atualização do regimento interno da CIR do estado do Rio de janeiro, por meio da Deliberação CIB/RJ nº 7974, os Consórcios Intermunicipais passam a participar da plenária CIR como ouvintes. Enfatiza a importância que a SES esteja alinhada com a proposta da regionalização na qual a CIR, seja priorizada como fomentadora de discussões referentes aos processos regionais.

Palavras-chave: Regionalização; Comissão Intergestores Regional; Consórcio Intermunicipal de saúde da Baixada Fluminense; Região de saúde Metropolitana I; Estado do Rio de janeiro.

Abstract

The aim of this study is to describe the relationship between the Regional Intermanagerial Commission (CIR) of the Metropolitan Health Region I of the state of Rio de Janeiro and the Intermunicipal Consortium of Baixada Fluminense (CISBAF), from 2009 to 2022. This is a descriptive study with a qualitative approach, based on a bibliographic and documentary survey. Strategies to strengthen the relationship between the CIR and the Consortium have been implemented over the years. It was found that the consortium has been participating since 2014, and in 2017 its participation became more effective. In 2023, with the update of the internal regulations of the CIR of the state of Rio de Janeiro, through CIB/RJ Deliberation No. 7974, the Intermunicipal Consortiums will participate in the CIR plenary as listeners. It emphasizes the importance of SES being aligned with the regionalization proposal in which CIR is prioritized as a promoter of discussions regarding regional processes.

Keywords: Regionalization; Regional Intermanagerial Commission; Intermunicipal Health Consortium of Baixada Fluminense; Metropolitan Health Region I; State of Rio de Janeiro.

Resumen

El trabajo tiene como objetivo describir las relaciones entre la Comisión Regional Intergestores (CIR) de la Región Metropolitana de Salud I del estado de Río de Janeiro y el Consorcio Intermunicipal de la Baixada Fluminense (CISBAF), de 2009 a 2022. Investigación descriptiva, con enfoque cualitativo. enfoque, basado en investigaciones bibliográficas y documentales. A lo largo de los años se han implementado estrategias

Patricia Vanda dos Santos Rocha, Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, patvanda@gmail.com

Márcia Silveira Ney, Instituto de Medicina Social Hésio Cordeiro – IMS/UERJ, marcia.ney.unesa@gmail.com

para fortalecer las relaciones entre CIR y el Consorcio. Se constató que el consorcio participa desde 2014, y en 2017 su participación se hizo más efectiva. En el año 2023, con la actualización del reglamento interno del CIR del estado de Río de Janeiro, mediante la Deliberación CIB/RJ nº 7974, los Consorcios Intermunicipales comenzarán a participar del plenario del CIR en calidad de oyentes. Destaca la importancia de que la SES esté alineada con la propuesta de regionalización en la que se prioriza al CIR como promotor de discusiones sobre procesos regionales.
Palabras clave: Regionalización; Comisión Regional Intergerentes; Consorcio Intermunicipal de Salud Baixada Fluminense; Región Sanitaria Metropolitana I; Estado de Río de Janeiro.

Introdução

No ano de 2009, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) instituía o processo de regionalização através da realização de oficinas regionais para reconhecimento das regiões de saúde. Por meio do Decreto nº 7.508/2011, o Colegiado de Gestão Regional (CGR) é substituído pela Comissão Intergestores Regional (CIR), que é a instância de negociação intergovernamental responsável por pactuar a organização e funcionamento das ações e serviços de saúde no âmbito regional de governança regional.

O estado do Rio de Janeiro possui 92 municípios, e nove regiões de saúde: Metropolitana I, Baía da Ilha Grande, Metropolitana II, Baixada Litorânea, Centro-Sul, Médio Paraíba, Serrana, Norte e Noroeste (Deliberação CIB nº 1.452, de 9 de novembro de 2011).

A região Metropolitana I é composta por 12 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu, Nilópolis, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Seropédica.

A região de saúde Metropolitana I possui um Consórcio Intermunicipal de Saúde, que é o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF). Sua criação ocorreu no ano de 2000. O consórcio representa 11 municípios da Baixada Fluminense, que também fazem parte da região de saúde Metropolitana 1 junto com o município do Rio de Janeiro.

O consórcio surgiu como instrumento na organização regional das políticas de saúde, a partir da NOB/96 e demais documentos ministeriais, prevista na Lei nº 8.080/1990, no artigo 10º. Apesar de a legislação prever o consorciamento entre municípios, a partir da década de 1990, algumas regiões do país realizaram a formação de consórcios intermunicipais de saúde.

Com a coordenação do processo de regionalização, desde 2009 a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro não realizou diálogos com o consórcio intermunicipal da Baixada Fluminense (CISBAF), no sentido de se apropriar da discussão sobre os municípios da região, propostas e projetos em vigência. Assim, determinados conflitos foram percebidos.

O objeto da pesquisa consiste em analisar as relações da Comissão Intergestores Regional (CIR) da Região de Saúde Metropolitana I do estado do Rio de Janeiro e o Consórcio Intermunicipal da Baixada Fluminense (CISBAF), entre os anos de 2009 até 2022.

Materiais e Métodos

Consiste em uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, baseada em levantamento bibliográfico e documental sobre regionalização, Consórcio Intermunicipal de Saúde, Comissão Intergestores Regional e Secretária de Estado de Saúde. O estudo será realizado utilizando como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 2009 até 2022.

A pesquisa foi organizada após uma seleção de artigos científicos e documentos oficiais no âmbito da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro e Ministério da Saúde, além de dados específicos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense, seguindo as seguintes etapas: Levantamento bibliográfico através da busca na literatura, utilizando a plataforma BVS com os seguintes descritores de busca: "Regionalização" "Comissão Intergestores Regional" e "Consórcio Intermunicipal de Saúde". Foram selecionados artigos completos na língua portuguesa no período de 2009 a 2021. A segunda fase compreendeu uma seleção de documentos públicos disponíveis nos *sites* governamentais, como normativas, legislação, portarias, projetos de lei no âmbito da SES RJ. Também foram selecionadas e organizadas as atas das reuniões ocorridas no período de 2009 a 2022 da CIR e CGR. Os bancos públicos disponibilizados pelo governo do estado do Rio de Janeiro, tais como TABNET e IBGE também serviram de referencial para a obtenção dos dados secundários. Após a etapa de coleta, os registros foram contextualizados e colocados em um arquivo utilizando uma planilha de *Excel* para proceder à análise dos dados.

Resultados e Discussões

Lima *et al.* (2020, p. 34) apontam em seu estudo uma "relação frágil" entre consórcio e CIR Metropolitana I, na qual o CISBAF se sobrepõe à comissão com

espaço de decisão dos gestores municipais da saúde. A composição da CIR Metro I inclui o município do Rio de Janeiro – portanto, a capital do Estado – e o CISBAF torna-se uma instância de maior importância e reconhecimento pela Baixada Fluminense. Segundo o estudo, a diferença de composição da CIR e do CISBAF é vista como um fator complicador nas relações. Fato importante levantado no estudo é a existência do consórcio como instância regional antes do CGR, atual CIR. No caso da SES, existe resistência em ambos os lados (SES e CISBAF) e disputa constante pelas decisões políticas e direcionamentos da região. O estudo evidencia que, nessa disputa, o Consórcio, que reúne secretários e prefeitos, acaba predominando.

Com o passar do tempo, as relações foram sendo estreitadas. Como forma de dirimir os conflitos, a secretaria executiva começou a participar das reuniões com os gestores no consórcio. Entende-se que a participação não obteve resultados satisfatórios, pois havia uma confusão nos papeis do CGR e Consórcio por parte dos gestores. Na atualidade, o Consórcio participa da CIR como convidado.

Albuquerque *et al.* (2018) atentam para que a cooperação e a coordenação regional do SUS estão para além do plano intergovernamental e da composição da CIR. São processos que se desenvolvem e fundamentam a ação de diferentes atores como profissionais, usuários, consórcios etc. Nesse sentido, como coordenação interfederativa, é necessário que o gestor estadual defina as bases para que as CIR desempenhem seu papel de governança regional, entendendo o papel e lugar de cada ator e agregando nas discussões regionais.

A Representação do nível central da SES/RJ na CIR e da Secretaria Executiva da CIR da região Metropolitana I, buscaram estratégias de inclusão do consórcio nas discussões da Comissão. Conforme tabela abaixo, a participação do CISBAF nas reuniões da CIR se iniciou no ano de 2014. É fato que partir do ano de 2020, com a pandemia do Covid-19, as reuniões passaram acontecer de forma *on-line*, observa-se que, nos anos de 2020 e 2021, a participação do consórcio foi bem expressiva e estando em todas as reuniões no ano de 2021. Destaca-se a mudança de gestão da SES/RJ que influenciou o entendimento e a condução do trabalho e a relação institucional do consórcio e a CIR.

A Plenária CIR entende que ambos são espaços distintos, mas complementares no que diz respeito ao enfrentamento das necessidades da região

Tabela 1 - Presença do Consórcio Intermunicipal nas reuniões CIR Metropolitana I - 2009 a 2022

Ano	Número de reuniões CIR	Número de participação Consórcio na CIR M1.
2014	11	2
2017	11	6
2018	9	6
2019	12	3
2020	11	7
2021	12	12
2022	13	10

Fonte: Elaboração própria, 2023.

No ano de 2023, por meio da Deliberação CIB/RJ nº 7.974, ocorreu a atualização do Regimento Interno das CIRs, e que os Consórcios possuem direito a voz, mas sem direito a pactuação, a deliberar. A atualização vem como forma de integrar esses atores nas discussões regionais.

Considerações finais

O estudo enfatiza a importância que todas as estruturas da SES estejam alinhadas com a proposta da regionalização onde a CIR, como a governança regional, seja priorizada como fomentadora e disparadora de discussões referente aos processos e propostas no âmbito da SES/RJ. Da mesma forma que as ações do consórcio referente a projetos envolvendo os municípios da região sejam convertidos para conhecimento e debate desta comissão. Enfatizamos a necessidade de a Assessoria de Regionalização discutir e reforçar a todas as áreas técnicas da SES/RJ os fluxos para discussão nas CIR.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, M. V. *et al*. Governança regional do sistema de saúde no Brasil: configurações de atores e papel das Comissões Intergovernamentais. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 23, n. 10, p. 3151-3161, 2018 [Acessado 2 novembro 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.13032018>.

LIMA, A. P. G. Os Consórcios Intermunicipais de Saúde e o Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública* [online], v. 16, n. 4, p. 985-996, 2000 [Acessado 21 agosto 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000400017>.

ALBUQUERQUE, M. V. *O enfoque regional na política de saúde brasileira (2001-2011)*: diretrizes nacionais e o processo de regionalização nos estados brasileiros. 2013. Tese (Doutorado) - USP, Faculdade de Medicina, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-01042014-114150/publico/MarianaVercesideAlbuquerque.pdf

EFICIÊNCIA NA ALOCAÇÃO DE RECURSOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Resumo Expandido

Dércio Santiago Jr[1]
Fabiano Gomes[2]
Iandara de Moura Silva[3]
Renato Cony Seródio[4]
Adriana Castelli[5]

Título: Eficiência na Alocação de Recursos nas Unidades de Saúde do Rio de Janeiro

Resumo

Este trabalho aborda os desafios enfrentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade do Rio de Janeiro, particularmente devido às desigualdades socioeconômicas e geográficas. O estudo foca na distribuição desigual de equipes de Atenção Primária à saúde (APS), entre as Áreas Programáticas (APs), mostrando que as regiões mais populosas e vulneráveis têm maior dificuldade de acesso aos serviços. Utilizando uma abordagem quantitativa por meio da Análise Multinível, o estudo propõe avaliar a eficiência das unidades de saúde, considerando variáveis como densidade populacional e prevalência de doenças. Os resultados preliminares indicam que a alocação de recursos deve ser mais adaptada às realidades locais para melhorar a eficiência e equidade do sistema de saúde. A pesquisa sugere novas abordagens de gestão e a utilização de indicadores de eficiência para otimizar o SUS.

Palavras-Chave: Sistema Único de Saúde, desigualdade, alocação de recursos, eficiência, saúde pública.

Abstract

This paper addresses the challenges faced by the Unified Health System (SUS) in the city of Rio de Janeiro, particularly due to socioeconomic and geographic inequalities. The study focuses on the uneven distribution of Primary Health Care (APS) teams across the Programmatic Areas (APs), showing that the most populous and vulnerable regions have greater difficulty accessing services. Using a quantitative approach through Multilevel Analysis, the study aims to assess the efficiency of health units, considering variables such as population density and disease prevalence. Preliminary results indicate that resource allocation must be more adapted to local realities to improve the system's

1 Dércio Santiago da Silva Júnior, FEN/UERJ, derciojr@uerj.br
2 Fabiano Gomes de Oliveira, IMS/UERJ, fabiano.sg.deoliveira@gmail.br
3 Iandara de Moura Silva, CRA/SMS-RJ, iandarademoura@gmail.com
4 Renato Cony Seródio, SUBPAV/SMS-RJ, subpav.renato@gmail.com
5 Adriana Castelli, CHE/University of York, adriana.castelli@york.ac.uk

efficiency and equity. The research suggests new management approaches and the use of efficiency indicators to optimize SUS.
Keywords: Unified Health System, inequality, resource allocation, efficiency, public health.

Resumen

Este trabajo aborda los desafíos que enfrenta el Sistema Único de Salud (SUS) en la ciudad de Río de Janeiro, particularmente debido a las desigualdades socioeconómicas y geográficas. El estudio se centra en la distribución desigual de los equipos de Atención Primaria de Salud (APS) entre las Áreas Programáticas (AP), mostrando que las regiones más pobladas y vulnerables tienen mayores dificultades para acceder a los servicios. Utilizando un enfoque cuantitativo a través del Análisis Multinivel, el estudio propone evaluar la eficiencia de las unidades de salud, considerando variables como la densidad poblacional y la prevalencia de enfermedades. Los resultados preliminares indican que la asignación de recursos debe adaptarse mejor a las realidades locales para mejorar la eficiencia y equidad del sistema de salud. La investigación sugiere nuevos enfoques de gestión y el uso de indicadores de eficiencia para optimizar el SUS.
Palabras Clave: Sistema Único de Salud, desigualdad, asignación de recursos, eficiencia, salud pública.

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988, tem como princípio a universalidade e gratuidade no acesso à saúde. O município do Rio de Janeiro, com mais de 6,7 milhões de habitantes, enfrenta grandes desafios na gestão desse sistema, especialmente devido à desigualdade socioeconômica e geográfica. A cidade é organizada em 33 Regiões Administrativas e 10 Áreas Programáticas (APs), o que torna a alocação de recursos complexa e desafiadora.

As Áreas Programáticas apresentam grandes variações de densidade populacional, sendo a AP 3.3 e a AP 5.1 as mais populosas. Além disso, a distribuição desigual de equipes de saúde, como as Equipes de Saúde da Família (eSF), resulta em variações significativas na cobertura dos serviços, dificultando o atendimento equitativo das necessidades da população. Por exemplo, enquanto a AP 3.1 conta com 236 equipes de saúde da família para uma população de 948.761 pessoas, a AP 1.0 possui apenas 91 equipes para 318.885 habitantes.

Dada a complexidade da gestão da saúde no Rio de Janeiro, é essencial uma análise aprofundada sobre a eficiência na alocação de recursos entre as APs. Embora a cobertura da Atenção Primária à Saúde (APS) tenha crescido significativamente, de 3,5% em 2008 para 83,5% em 2023, ainda há disparidades regionais significativas. A eficiência da aplicação de recursos, em conjunto com a produtividade das unidades de saúde, deve ser

monitorada para garantir a otimização do sistema e uma melhor resposta às necessidades de saúde da população.

O monitoramento contínuo dos indicadores de produtividade oferece aos gestores públicos uma base de dados essencial para a tomada de decisões, permitindo ajustes na distribuição de recursos conforme as necessidades locais (Bojke et al 2017). Modelos já utilizados internacionalmente podem ser adaptados para a realidade do município, promovendo um sistema de saúde mais eficiente e equitativo (Mendes et al., 2022; Castelli et all, 2011 e Bojke et al., 2017).

Material e Métodos

Este estudo usa uma abordagem quantitativa, a Análise Multinível (Castelli et al., 2007), para analisar a eficiência das unidades de saúde do município do Rio de Janeiro, focando nas Áreas Programáticas (APs). Dados são coletados de sistemas como o e-Gestor e o SISREG e comparados com a distribuição de recursos em cada AP. Indicadores de produtividade e eficiência serão calculados utilizando métodos de análise multivariada e modelos de séries temporais (Castelli et al., 2013). A análise inclui variáveis como população atendida, nível socioeconômico e prevalência de doenças. Também está sendo avaliado o impacto de investimentos em infraestrutura e capacitação profissional, adaptando o modelo para considerar as especificidades locais, como a variação na densidade populacional e nos custos dos serviços de saúde.

A análise multinível é ideal para capturar a variação nos indicadores de saúde em diferentes níveis hierárquicos, como unidades de saúde, APs e regiões administrativas. Essa técnica é fundamental para o Rio de Janeiro, onde diferentes contextos geográficos e socioeconômicos influenciam a eficiência do sistema de saúde. Em comparação com outras abordagens, como a Análise de Envoltória de Dados (DEA), a análise multinível permite entender como fatores locais e regionais interagem, proporcionando uma visão mais completa e contextualizada (Castelli et al., 2013 e Hollingsworth, 2008).

Serão analisados três níveis principais:

- Nível 1: Unidades básicas de saúde.
- Nível 2: Áreas programáticas.
- Nível 3: Regiões administrativas.

Essa estrutura permite decompor a variância dos indicadores de eficiência e produtividade, identificando se as maiores variações ocorrem nas unidades, nas APs ou nas regiões. O modelo está sendo estimado utilizando softwares apropriados, como MLwiN ou HLM, e o coeficiente de correlação intraclasse (ICC) será calculado para determinar a proporção da variação atribuída a cada nível.

A análise incluirá cenários alternativos para testar a robustez dos resultados e controlar fatores externos, como variáveis socioeconômicas, garantindo que as variações observadas reflitam a eficiência real das unidades de saúde.

Os dados para o desenvolvimento do estudo têm origem, principalmente, nas fontes de dados públicos da SMS-RJ listadas abaixo.

- https://www.rio.rj.gov.br/web/sms/conheca-a-secretaria : página inicial do site da SMS com: informações sobre a secretaria, estrutura e serviços;
- https://subpav.org/aps/publico/panorama/ : panorama da atenção primária;
- https://web2.smsrio.org/subgeral/#/ : subsecretaria geral englobando complexo regulador, contratualização, controle e auditoria;
- https://web2.smsrio.org/hospitalar/censoPublico/#/ : censo hospitalar.
- https://osinfo.prefeitura.rio/ : Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais da prefeitura do Rio.
- https://www.dados.rio/datalake : plataforma com dados de todas as secretarias.

Resultados e Discussão

Os resultados preliminares indicam variações significativas na eficiência e produtividade das unidades de saúde entre as Áreas Programáticas (APs) do Rio de Janeiro. APs com maior densidade populacional e menor renda, como a AP 3.3 e 5.1, apresentam maiores desafios em termos de eficiência, enquanto regiões mais ricas, como a AP 2.1, têm melhores indicadores, embora ainda enfrentem dificuldades. A análise multinível revelou que a variância nos indicadores de saúde está concentrada principalmente ao nível das APs, mostrando que fatores socioeconômicos locais são determinantes na eficiência.

Desigualdades Regionais: As APs localizadas em áreas vulneráveis, como a AP 5.3, enfrentam maiores problemas de acesso e qualidade dos serviços, o que se reflete em longos tempos de espera e menor satisfação dos usuários. A falta de infraestrutura e a alta demanda são fatores-chave que afetam a alocação eficiente de recursos, reforçando a necessidade de políticas específicas para cada AP.

Impacto dos Investimentos: Áreas com investimentos em infraestrutura, como a AP 3.1, mostraram melhoras na capacidade de atendimento, mas em regiões com baixo desenvolvimento socioeconômico, esses investimentos sozinhos não foram suficientes para resolver problemas estruturais, como a falta de recursos humanos qualificados.

Produtividade: Unidades localizadas em regiões de baixa renda tendem a apresentar menor produtividade devido à sobrecarga de demanda. No entanto, unidades com melhor gestão e maior integração entre os níveis de atenção mostraram ganhos de eficiência, sugerindo que a coordenação entre diferentes níveis do sistema é crucial para melhorar a produtividade.

Conclusões

Este estudo destaca as dificuldades de alocar recursos nas unidades de saúde do Estado do Rio de Janeiro, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais eficiente e transparente.

A análise multinível tem demonstrado que políticas de saúde direcionadas a cada AP podem ser mais eficazes do que abordagens generalizadas. As desigualdades na alocação de recursos devem ser abordadas com estratégias que considerem as especificidades de cada região. A melhoria da eficiência no sistema de saúde do Rio de Janeiro depende não apenas de mais investimentos, mas também de uma gestão mais integrada e adaptada às realidades locais.

As desigualdades regionais e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo foram identificadas como obstáculos-chave para a prestação de um serviço de saúde equitativo. As propostas de otimização da produtividade das unidades de saúde, incluindo a adoção de novos modelos de gestão e o uso de indicadores de eficiência, oferecem caminhos promissores para superar esses desafios. A pesquisa contribui para o debate sobre a sustentabilidade e equidade no acesso à saúde pública, propondo soluções para os problemas enfrentados pelo SUS no Rio de Janeiro.

Referências.

BOJKE, C. et al. “Productivity Growth in the English National Health Service from 1998/1999 to 2013/2014”, **Health Economics** 26, pgs 547-565, 2017.

CASTELLI, A. et al. “A New Approach to Measuring Health System Output and Productivity”, **National Institute Economic Review**, volume 200 No. 1, pg. 105-117, 2007.

CASTELLI, A. et al. “Getting out what we put in: productivity of the English National Health Service”, **Health Economics, Policy and Law**, Volume 6 Issue 3, pg 313-335, 2011.

CASTELLI, A. et al. Health, policy and geography: Insights from a multi-level modelling approach. **Social Science & Medicine**, v. 92, p. 61–73, set. 2013.

CASTELLI, A.; STREET, A.; VERZULLI, R.; “Examining variations in hospital productivity in the English NHS”, **Journal of Health Economics** 16, pg 243-254, 2015.

HOLLINGSWORTH, B. The measurement of efficiency and productivity of health care delivery. **Health Economics**, v. 17, n. 10, p. 1107–1128, out. 2008.

MENDES, Á.; MELO, M. A.; CARNUT, L. A critical analysis of the implementation of the new model for allocating federal resources to primary healthcare: operationalism and improvisation. **Cadernos de Saude Publica**, v. 38, n. 2, p. e00164621, 2022.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS EM SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO

Marilene Ribeiro da Silva[1]
Mario Roberto Dal Poz[2]

RESUMO

Este estudo aborda o tema de sistemas de informação utilizados na gestão de recursos humanos em saúde na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ), órgão da Administração Direta do Poder Executivo do Estado. A SES/RJ é responsável por definir políticas de saúde no Estado, a qual utiliza vários sistemas de informação para gestão de sua força de trabalho, com evidências de fragmentação dos dados, dificuldade na gestão das informações e prejuízo na definição de estratégias. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo descrever os sistemas de informação de recursos humanos em uso na SES/RJ, no contexto dos modelos de gestão adotados e contribuir para melhorar a gestão de recursos humanos e as informações geradas no âmbito da instituição, fornecendo subsídios para o processo de tomada de decisão.
Palavras-chave: Força de trabalho em saúde; Gestão de recursos humanos; Sistemas de informação; Interoperabilidade de registro eletrônico de saúde; Integração de sistemas de recursos humanos.

ABSTRACT

This study investigates the use of information systems in the administration of human resources in health at the Rio de Janeiro State Department of Health (SES/RJ), which is part of the Direct Administration of the State Government. SES/RJ oversees establishing state health policies and managing its staff using a variety of information systems, with evidence of data fragmentation, information management challenges, and strategy development impairment. In this sense, this study aims to describe the human resources information systems in use at SES/RJ in relation to the management models used in its health units, as well as to contribute to improving human resources management and the information generated within the institution by providing decision-making inputs.
Keywords: Workforce for health; Human resources management; Information systems; Eletronic health record interoperability; Integration of human resources systems.

RESUMEN

Este estudio aborda el tema de los sistemas de información utilizados en la gestión de recursos humanos en salud en la Secretaría de Salud del Estado de Río de Janeiro (SES/RJ), organismo de la Administración Directa del Poder Ejecutivo del Estado. La SES/RJ es responsable por la definición de las políticas de salud en el Estado, que utiliza varios sistemas de información para gestionar su fuerza laboral, con evidencias de fragmentación de datos, dificultad en la gestión de la información y perjuicios en la definición de estrategias. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo describir los sistemas de información de recursos humanos utilizados en la SES/RJ, en el contexto de

[1] Marilene Ribeiro da Silva, Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, marilene.ribeiro@saude.rj.gov.br
[2] Mario Roberto Dal Poz, Instituto de Medina Social Hesio Cordeiro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, dalpozm@uerj.br

los modelos de gestión adoptados y contribuir a mejorar la gestión de recursos humanos y la información generada dentro de la institución, proporcionando subsidios para la toma de decisiones. proceso de elaboración.
Palabras clave: Personal sanitario; Gestión de recursos humanos; Sistemas de información; Interoperabilidad de la historia clínica electrónica; Integración de sistemas de recursos humanos.

INTRODUÇÃO

Planejamento, controle e avaliação são instrumentos essenciais no apoio à gestão efetiva de uma instituição, pois subsidiam a tomada de decisão, influenciando, consequentemente, a qualidade do atendimento ofertado. No serviço público não é diferente. Cabe ao Estado a tarefa de produzir condições para a aplicação do planejamento governamental e da gestão pública, fazendo uso, para tanto, de instrumentos que possam facilitar e embasar o desenvolvimento de estratégias (SILVA; JORGE; SILVA JUNIOR, 2015; CONASS, 2011).

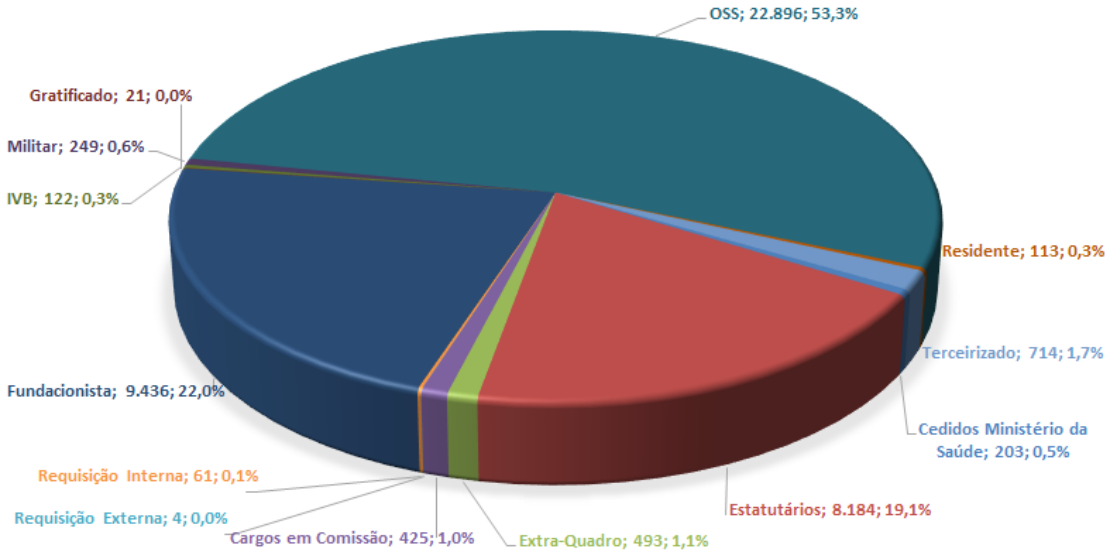
Dessa forma, os sistemas de informação são importantes recursos no suporte às ações. No entanto, as informações sobre o setor de saúde são fragmentadas, o que dificulta a operacionalização dos serviços e a tomada de decisão. Assim, a pactuação de um conjunto de dados que possibilitem a integração entre sistemas é pauta de estudos, sendo relevante salientar que a existência de sistemas paralelos, além de representar duplicação de esforços, constitui-se um desperdício financeiro e de recursos humanos (AMÂNCIO FILHO, 2009; PEREIRA *et al.*, 2015).

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa qualitativa, exploratória e aplicada, por meio de uma revisão bibliográfica e documental, considerando o período de agosto/2021 a março/2022, sobre os sistemas de informação ativos e os métodos utilizados para controle de dados de recursos humanos em saúde e a legislação pertinente em artigos e nos Portais de Governo.

Foi possível verificar o histórico da administração da SES/RJ, a qual é responsável por formular, implantar e gerenciar as políticas de saúde no estado. Sua força de trabalho é composta por 42.921, conforme gráfico 1, no entanto, a SES/RJ vem realizando mudanças no modelo adotado para a gestão de suas unidades, pois, desde 2020, as unidades sob gestão de Organizações Sociais de Saúde (OSS) estão sendo, gradativamente, transferidas para a gestão da Fundação Saúde (RIO DE JANEIRO, 2020).

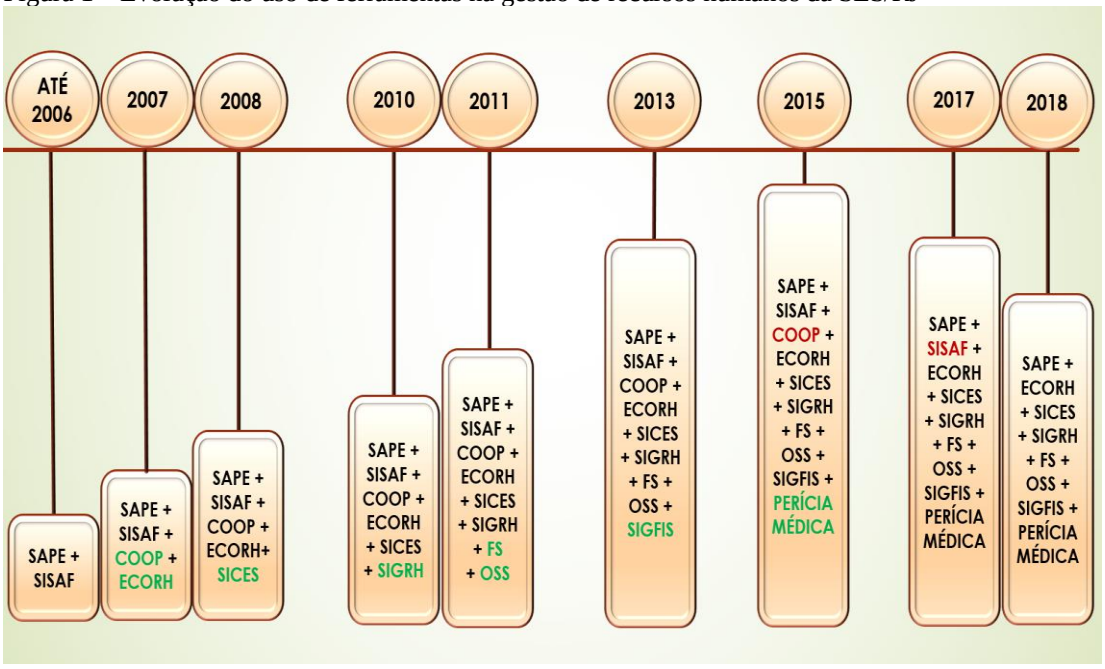
Gráfico 1 – Vínculos empregatícios na SES/RJ



Fonte: Elaboração própria com base em Relatório Anual de Gestão (RAG) 2020/SES, 2022.

Com a adoção de novos modelos de gestão ocorrida a partir de 2010, deu-se início a entrada de novos sistemas como forma de gerir os vínculos empregatícios existentes, conforme figura 1. As marcações em preto referem-se a instrumentos já consolidados; em verde, novas ferramentas adotadas; e, em vermelho, o último ano de utilização do instrumento. Pode-se perceber que, principalmente a partir de 2011, à medida que novos modelos de gestão foram adotados e, consequentemente, o número de vínculos empregatícios aumentou, as ferramentas foram sendo acrescidas.

Figura 1 – Evolução do uso de ferramentas na gestão de recursos humanos da SES/RJ



Fonte: Relatório de Gestão da Superintendência de Recursos Humanos/SES 2019.

Além dos sistemas citados na figura 1, a SES/RJ recebe, mensalmente, dados da Fundação Saúde, das OSS e das Autarquias por meio de planilhas em Excel. Dessa forma, a partir dos dados oriundos dos sistemas e das planilhas recebidas, é elaborada, mensalmente, uma planilha única contendo as informações sobre a força de trabalho, as quais subsidiam a tomada de decisões da SES/RJ e respaldam respostas a demandas internas e externas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que a SES/RJ gere informações sobre RH por meio de várias ferramentas e com bases de dados distintas, de acordo com os vínculos empregatícios atuantes, as quais subsidiam seus gestores no planejamento, na tomada de decisões e em respostas a demandas.

O cenário apresentado demonstra que, devido ao número de sistemas que utiliza, a SES/RJ apresenta forte informatização de suas rotinas e processos, porém seus sistemas de informação não permitem planejar políticas de recursos humanos, uma vez que não há interação entre suas bases, além de existirem informações produzidas em planilhas que são alimentadas manualmente, o que favorece a incidência de erros e, consequentemente, a ocorrência de retrabalhos, além de comprometer a confiabilidade das informações e a qualidade do produto utilizado para subsidiar a tomada de decisão dos gestores da SES/RJ.

CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo descrever o cenário existente na Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, no que tange aos sistemas de informação de recursos humanos em saúde utilizados para captação de dados sobre sua força de trabalho.

As informações sobre a força de trabalho são utilizadas pela SES/RJ para diversos segmentos, para elaboração de relatórios, assim como em resposta a demandas internas e externas, o que demonstra a relevância do tratamento desses dados.

A pesquisa permitiu identificar que as informações sobre a força de trabalho encontram-se fragmentadas, pois são utilizados vários sistemas sem, no entanto, haver interoperabilidade de suas bases de dados, além de serem utilizadas planilhas para compilação desses dados, o que possibilita gerar retrabalhos e favorece episódios de erros de produção.

Considerando a ausência de uma ferramenta que tenha o papel de integrar as informações e que possibilite uma sinergia entre os instrumentos utilizados, favorecendo,

em consequência, o planejamento de estratégias sobre recursos humanos, é possível identificar a importância da elaboração de uma política de investimentos em tecnologia para a gestão mais efetiva de recursos humanos, por meio da adequação dos sistemas existentes, através da criação de uma ferramenta que possibilite a interoperabilidade dos sistemas ou que seja capaz de coordenar as demais ferramentas, ou, ainda, por meio de um instrumento que realize críticas sobre os dados compilados.

O uso de sistema de informação, com informações precisas e integradas, torna-se um item capaz de influenciar a prestação dos serviços de saúde e pode, inclusive, ser utilizado como instrumento para planejamento estratégico de recursos humanos. Como exemplo, pode ser útil como auxílio em estudos para redução da carência de pessoal, através da promoção de uma melhor distribuição de profissionais de, aliando a formação profissional a uma combinação de habilidades necessárias a determinada unidade de saúde.

Como se pode observar, o tema tratado no presente estudo é amplo e ainda há muito a ser explorado. Como a pesquisa se concentrou mais predominantemente em sistemas de recursos humanos da SES/RJ e pela escassez de estudos sobre o assunto, sugere-se que trabalhos futuros possam aprofundar o tema e ampliar o foco do estudo para outros sistemas, além de outros órgãos ou esferas administrativas.

REFERÊNCIAS

SILVA, R. M. da; JORGE, M. S. B.; SILVA JUNIOR, A. G. da. (Org.). *Planejamento, gestão e avaliação nas práticas de saúde* [livro eletrônico] − Fortaleza: Ed. UECE, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/ppsacwp/wp-content/uploads/sites/37/2016/04/PLANEJAMENTO-GESTAO-E-AVALIACAO-NAS-PRATICAS-DE-SAUDE-EBOOK-548pg.pdf>. Acesso em: 2 set. 2021.

AMÂNCIO FILHO, A.; OLIVEIRA, S. P. de. (Org.). *Mestrado Profissional em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde*: ação e reflexões. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde / Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde e Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ, 2009. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/mestrado%20profissional%20acao%20e%20reflexao%20%20%20livro.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2022.

RIO DE JANEIRO. Despacho – Processo Administrativo nº SEI-080001/018235/2020. Lei nº 7946, de 27 de abril de 2018. DETERMINO que a Secretaria de Estado da Saúde proceda a transição do Modelo de Gestão da Saúde Estadual, retirando gradualmente a gestão das unidades das Organizações Sociais (OSs) e passando para a Fundação Estadual de Saúde (FES), num prazo não superior a 28 (vinte e oito) meses, contados de 04/09/2020. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 8 set. 2020. Disponível em: < https://www.jusbrasil.com.br/diarios/315665140/doerj-poder-executivo-08-09-2020-pg-1.> Acesso em: 16 jan. 2022.

GRAVIDEZ, PARTO E NASCIMENTO NO ESTADO DO RIO, 2021-2022

Maria do Carmo Leal[1],
Sonia Duarte de Azevedo Bittencourt[1],
Mariza de Miranda Theme-Filha[1],
Rosa Maria Soares Madeira Domingues[1]
Silvana Granado Nogueira da Gama[1]

Resumo: O estudo trata de uma amostra representativa de puérperas do Estado do Rio de Janeiro - ERJ, entrevistadas no estudo Nascer no Brasil II, que aborda questões acerca do aborto pré-natal, parto, nascimento e pós-parto. Os resultados mostram melhor assistência prestada na capital, em relação aos demais municípios da Região Metropolitana e do interior do estado. **Palavras-chave:** parto; nascimento; aborto; atenção pré-natal; estado de Río de Janeiro

Sumary: The study addresses a representative sample of postpartum women from the State of Rio de Janeiro- SRJ who were interviewed at the "Born in Brazil II" study. This study focuses on issues related to abortion, miscarriages, prenatal care, childbirth and postpartum care. In comparison to the municipalities located in hub or interior regions, the results show that better care is provided in the state capital. **Keywords**: childbirth; birth; abortion; prenatal care; state of Rio de Janeiro

Resumen: El estudio trata de una muestra representativa de puérperas del Estado de Río de Janeiro - ERJ, entrevistadas no estudio Nascer no Brasil II, que analiza preguntas acerca del aborto prenatal, parto, nacimiento y posparto. Los resultados muestran una mejor asistencia a la oferta dada en la capital, en relación con los demás municipios de la Región Metropolitana y el interior del estado. **Palavras-clave:** parto; nacimiento; aborto; atención prenatal; estado de Río de Janeiro

Introdução: A saúde é promotora do desenvolvimento social e humano. Uma população saudável tem melhor qualidade de vida e de saúde tanto física quanto mental, que são incentivadores da criatividade, do trabalho, do bem-estar e da convivência social. Nesse trabalho nos dedicamos a analisar alguns aspectos da saúde reprodutiva de uma amostra representativa de puérperas do ERJ. O tema da reprodução humana tangencia todo o ciclo de vida, desde as relações entre casais, cuidados parentais, interação social, desenvolvimento emocional, infância, vida adulta e a terceira idade, com a presença benéfica dos avós nesse circuito vital. Os dados desse estudo são provenientes da "Pesquisa Nacional sobre aborto, parto e nascimento" - Nascer no Brasil II (NBII), realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com universidades brasileiras. O objetivo deste estudo é descrever aspectos gerais da atenção pré-natal, parto e aborto, sobre a saúde mental materna pós-parto e a estrutura das unidades hospitalares. As

[1] Fundação Oswaldo Cruz: Maria do Carmo Leal, carmo.leal@fiocruz.br; Sonia Bittencourt, sonia.bittencourt@fiocruz.br; Mariza Theme-Filha, mariza.theme@fiocruz.br; Rosa Domingues, rosamsmd@gmail.com e Silvana Granado, silvana.granado@fiocruz.br

entrevistas hospitalares ocorreram entre 2021 e 2023. **Métodos:** Estudo seccional de base hospitalar e abrangência nacional, denominado NBII[1]**.** A população de estudo corresponde às mulheres internadas por motivo de parto ou aborto, em hospitais com 100 ou mais nascidos vivos. Foram elegíveis puérperas de nascido vivo com qualquer peso ou idade gestacional, puérperas de natimortos com idade gestacional ≥ 22 semanas ou peso ≥ 500g. A amostra do ERJ incluiu 29 hospitais e foi estratificada por: município do Rio de Janeiro (MRJ), outros municípios da região metropolitana (RM) e municípios do interior do estado (MIERJ) e tipo de hospital (público, misto e privado). Ao todo foram entrevistadas 1.762 mulheres e 161 casos de abortamento (9,1%). As entrevistas foram realizadas no puerpério imediato e foram extraídos dados do cartão de pré-natal e do prontuário materno e do recém-nascido (RN). Duas entrevistas telefônicas, aos dois e aos quatro meses após o parto ou aborto foram realizadas. As informações sobre estrutura da maternidade foram obtidas por meio de entrevista com o gestor de cada hospital. **Resultados e Discussão:** A Atenção ao Pré-Natal (APN) se constitui em um conjunto de ações que são simultaneamente preventivas, promotoras de saúde, diagnósticas e curativas, visando o bom desfecho da gestação para a mulher e seu(s) filho(s). Há recomendações estabelecidas pelo Ministério da Saúde (MS) para a APN, que incluem início precoce, número mínimo de consultas e vários exames laboratoriais, em mais de uma oportunidade durante o acompanhamento da gestação, tratamento para os problemas identificados, oferta de suplementos e vitaminas, vacinas, ações educativas e vinculação à maternidade onde ocorrerá o parto. Atualmente 98,5% das gestantes do ERJ fazem alguma consulta de pré-natal, e 75,5% tiveram o número adequado de consultas para a idade gestacional no parto. Se acrescer a esse critério todos os demais, a adequação do pré-natal no ERJ reduz para menos de 1%, mostrando que se conseguiu praticamente universalizar o acesso à APN, mas há ainda um grande caminho a ser percorrido para que todos os benefícios dessa atenção estejam disponíveis a todas as gestantes. Quanto ao parto, 75% das gestantes tiveram seus partos em maternidades do SUS, eram em sua maioria, pardas e pretas (75%), com idade entre 20 a 34 anos; apresentavam 12 ou mais anos de estudo (41%), viviam com seus companheiros e eram multíparas (60,5%). Em contraposição as atendidas no setor privado declararam-se majoritariamente brancas (50,5%), têm maior escolaridade e são predominantemente primíparas (55,8%). O parto operatório é mais frequente que o parto vaginal, atingindo 58,9% dos nascimentos no ERJ e alcançando 85% no setor privado de saúde. O modelo da cesariana mais frequente é a denominada cesariana anteparto (por ocorrer de acordo com uma marcação de data, sem aguardar que a mulher entre em trabalho de parto), uma prática difícil de mudar, mesmo

com iniciativas que vêm se dedicando à valorização do parto normal e redução de cesarianas desnecessárias na saúde suplementar. Uma das consequências das cesarianas anteparto é o excesso de nascimentos com 37-38 semanas gestacionais, chamados termo precoce. O NB1 mostrou que quase metade dos bebês do setor privado nasceram termo precoce, e neles eram mais frequentes resultados adversos como taquipneia transitória, internação em UTI Neonatal, icterícia e infecções, quando comparados aos bebês nascidos a termo (39 a 40 semanas gestacionais)[2]. O MRJ apresenta melhor perfil socioeconômico das parturientes, e maior proporção de mulheres que entram em trabalho de parto, assim como mostra maior uso de algumas boas práticas recomendadas pelo Ministério da Saúde (MS) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tais como presença de acompanhante em tempo integral, assistência ao parto por enfermeiras obstétricas e posições verticalizadas para parir. Em MIERJ, bem como no setor privado, há maior ocorrência de cesarianas, principalmente anteparto. Nos MIERJ, observamos maior frequência de mulheres com risco obstétrico, embora as parturientes com maior idade estejam no MRJ. A presença de doula, de acompanhante de livre escolha e ingestão de líquidos ou alimentos durante o trabalho de parto foram mais frequentes em mulheres do setor privado. Dos 161 casos de abortamento, quase a totalidade foi internação por abortos espontâneos ou induzidos (89,2%). Não foram identificadas internações para interrupção legal da gestação durante a pesquisa. Quase 60% das mulheres internadas por aborto relataram ter tido acompanhante na admissão hospitalar e 50% nas enfermarias. Para as mulheres internadas para assistência ao parto, esses valores foram bem mais altos, de 82% (admissão) e de 90% (enfermaria). Quando comparadas às mulheres admitidas para assistência ao parto, mulheres com diagnóstico de aborto tinham idade mais elevada, não viviam com companheiro e apresentavam menor proporção de APN, com início mais tardio, número inadequado de consultas e menor proporção de testagem para sífilis e HIV na gestação. Isso pode ser explicado tanto pela possibilidade de gestações não pretendidas, resultando em menor procura ou na procura mais tardia, como pelo momento da perda, com perdas muito precoces interferindo com a realização da assistência. Analisando segundo região, verifica-se uma proporção mais elevada de internações por aborto em municípios da RM. A ausência de qualquer internação para interrupção legal da gestação no período, refletiu a baixa realização desse procedimento na rede hospitalar do ERJ. Considerando que a sífilis é causa de aborto espontâneo, a baixa realização de teste para sífilis revela oportunidade perdida de diagnóstico e tratamento dessa infecção e possível prevenção do aborto. Em apenas 9,2% dos casos havia registro clínico de que o aborto havia sido induzido. Embora essa frequência possa estar subestimada, sugere

que a maior proporção de internações era decorrente de abortos espontâneos. Isso explica a maior proporção de internação por aborto em mulheres com mais de 35 anos, já que a frequência de aborto espontâneo aumenta com a idade. Enquanto espera-se maior frequência de abortos induzido em mulheres jovens, com financiamento público, de menor escolaridade e de raça/cor preta e parda. Em relação à saúde mental materna no pós-parto, os dados do ERJ revelam um quadro preocupante: a presença de pelo menos um dos transtornos analisados foi de 24,6% sendo 17,9% a prevalência de sintomas de depressão, 16,3% de ansiedade e 7,7% de estresse pós-traumático associado ao nascimento. Adicionalmente, é frequente a ocorrência de multimorbidade, com presença simultânea de dois ou três transtornos mentais de 12,0% e 3,7%, respectivamente. A multimorbidade mais frequente foi a coocorrência de sintomas de depressão com ansiedade, relatadas por 10,5% das puérperas, e entre estresse pós-traumático com depressão (4,2%) e com transtorno de ansiedade (4,7%). Os resultados são consistentes com a literatura internacional que revela que depressão, ansiedade e estresse pós-traumático no pós-parto estão intimamente ligados e frequentemente ocorrem simultaneamente. Vale destacar que os transtornos mentais maternos são considerados um grande desafio para a saúde pública no mundo, e em 2012 a OMS identificou como uma prioridade mundial. Entretanto, no Brasil, a saúde mental materna permanece como um problema subdiagnosticado e encoberto por grande estigma[3] social, apesar de apresentar prevalências superiores a vários outros problemas que acometem as mulheres no ciclo gravídico puerperal e que tem protocolos de investigação e conduta terapêutica bem estabelecidos, como o diabetes gestacional e o *near miss* materno. A persistência de elevados níveis de morbimortalidade materna e neonatal por causas evitáveis concomitantemente com quase a totalidade dos partos ocorrendo em hospitais e assistidos por pessoal qualificado, reafirmam a importância da avaliação de recursos de estrutura hospitalar. Embora não tenha sido considerada a qualidade do processo envolvido na assistência ao parto e nascimento das maternidades selecionadas, há evidências da associação entre oferta de profissionais de saúde no cuidado seguro à mulher e ao RN e a ocorrência de resultados favoráveis. Do total de hospitais da amostra, 72,5% eram do SUS e 27,5% privados, com 50% deles localizados na Região Metropolitana. No SUS, 30% das maternidades estão localizadas em MIERJ, percentual que se reduz para 15,2% entre os privados. No SUS predominam os estabelecimentos com menos de 500 partos ao ano (57,0%) e na rede privada os hospitais com mais de 1.000 de partos por ano (61%). Hospitais sem leitos de UTI adulto e/ou UTIN foram mais frequentes no setor público (58,6%) que nos privados (14,7%). Hospitais de maior complexidade, com UTI neonatal

e para adultos, representam 30% no SUS e 85,3% dos privados. Para os estabelecimentos conveniados ao SUS, menos da metade informou referência formal pelo sistema de regulação para internação de gestante e RN de risco, expressando falhas na organização da rede. A ausência de equipe de profissionais de saúde disponível 24 horas ininterruptas na unidade hospitalar, assinala eventuais lacunas na assistência ao parto e nascimento. A presença de obstetra foi declarada em todos os estabelecimentos, entretanto a presença reduzida de enfermeiras obstetras (31,7%) e de anestesistas (15%) pode indicar falhas no acompanhamento do trabalho de parto e parto. No serviço de neonatologia contava com: neonatologistas (51,7%), enfermeiras neonatologista (50%) e anestesistas (9,2%). Situação que pode retardar a detecção de condições de risco do RN. Foi baixa a presença na Obstetrícia ou na Neonatologia de coordenadores médicos (66,7% e 60,6%) e de enfermagem (50% e 50,8%) com especialização. A pior situação é observada no SUS, onde apenas 40% dos estabelecimentos contam com um desses coordenadores. Nos últimos cinco anos, a participação da equipe do hospital em alguma capacitação em Obstetrícia e/ou em Neonatologia, se limitou a cerca de 45% das maternidades. A disponibilidade de protocolos clínicos, normas e rotinas técnicas, ferramentas importantes na busca pela melhor qualidade da assistência, e até mesmo um instrumento de capacitação profissional, foi declarada em todas as maternidades do setor privado. No SUS, esses valores foram mais baixos para a neonatologia (55,8%). Uma proporção expressiva de estabelecimentos sem profissionais especializados indica inadequações da estrutura hospitalar que podem interferir na qualidade do processo de assistência ao parto e ao nascimento, podendo aumentar os desfechos desfavoráveis.

Referências bibliográficas

1.LEAL M do C, ESTEVES-PEREIRA AP, BITTENCOURT SA, DOMINGUES RMSM, THEME FILHA MM, Leite TH, et al. Protocolo do *Nascer no Brasil II: Pesquisa Nacional sobre Aborto, Parto e Nascimento*. **Cad Saúde Pública** [Internet]. 2024;40(4):e00036223. https://doi.org/10.1590/0102-311XPT036223

2.LEAL MC, et al. Burden of early-term birth on adverse infant outcomes: a population-based cohort study in Brazil. **BMJ Open** .2017 Dec 27;7(12):e017789. doi: 10.1136/bmjopen-2017-017789.

3. BALDISSEROTTO ML, MIRANDA THEME M, GOMEZ LY, DOS REIS TBQ. Barriers to Seeking and Accepting Treatment for Perinatal Depression: A Qualitative Study in Rio de Janeiro, Brazil. **Community Ment Health J**. 2020 Jan;56(1):99-106.

Atenção à Saúde do Trabalhador na Rede SUS no Estado do Rio de Janeiro

Autores:
Claudia Osorio-da-Silva[1]
Emanuelle de Aguiar Pacheco[2], UFF
Julia de Araújo Cruz[3] UFF,

Resumo
Esta pesquisa situa-se no campo da psicologia do trabalho e tem como tema a Saúde do Trabalhador e sua inserção no Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo é analisar a prática desenvolvida nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Serão também incluídos serviços de Saúde do Trabalhador de estabelecimentos de ensino e pesquisa, como a Fiocruz e a Universidade Federal Fluminense. Serão visitados, com a finalidade de fazer uma observação participante, pelo menos dois CERESTs Regionais. Aos demais CERESTs serão enviados questionários. Na análise das atividades, serão destacados o acolhimento e o estabelecimento de parcerias com os trabalhadores e suas organizações. Como resultado, a pesquisa deverá produzir conhecimento sobre a realidade atual do funcionamento da atenção em Saúde do Trabalhador no SUS, no Rio de Janeiro, contribuindo para a proposição de políticas de formação de pessoal de saúde nesse campo.
Palavras-chave: Saúde do Trabalhador; Sistema Único de Saúde; Atividade;

Abstract
This research is in work psychology. The theme is Workers' Health and its integration in the Unique Health System (SUS) in Rio de Janeiro. The aim is to analyze the practice developed in the Workers' Health Reference Centers (CEREST). Worker's Health services at teaching and research establishment, such as Fiocruz and the Fluminense Federal University, shall be included. The objective is to analyze the practices developed at the CERESTs. Workers' Health services at educational and research institutions, such as Fiocruz and the Federal Fluminense University, will also be included. At least two Regional CERESTs will be visited for participant observation. Questionnaires will be sent to the other CERESTs. In the analysis of activities, the welcoming practices and establishment of partnerships with workers and their organizations will be highlighted. The research should produce knowledge about the current state of how Workers' Health care runs in Rio de Janeiro, contributing to development of training policies.
Key words: Workers' Health; Unique Health System; Activity.

Resumen
Esta investigación se sitúa en el área de la psicología del trabajo y tiene como tema la Salud del Trabajador y su inserción en el Sistema Único de Salud – SUS en el Estado de Río de Janeiro. El objetivo es analizar la práctica desarrollada en los Centros de Referencia en Salud del Trabajador (CEREST). También se incluirán servicios de Salud del Trabajador de instituciones como Fiocruz y la Universidad Federal Fluminense.
Se realizarán visitas a al menos dos CERESTs regionales. A los demás se les enviarán cuestionarios. En el análisis de las actividades, se destacarán la recepción y el establecimiento de alianzas con los trabajadores y sus organizaciones. La investigación producirá conocimiento sobre la situación actual del funcionamiento de la atención a la

[1] Docente no PPG de Psicologia da Universidade Federal Fluminense; claudia.osorio.uff@gmail.com
[2] Doutoranda no PPG de Psicologia da Universidade Federal Fluminense; manueap@yahoo.com.br
[3] Bolsista de IC em psicologia na Universidade Federal Fluminense; acjulia2002@gmail.com

Salud del Trabajador en el SUS en Río de Janeiro, contribuyendo a la formulación de políticas para la formación de personal de salud en este campo.
Palabras clave: Salud del Trabajador; Sistema Único de Salud; Actividad

Introdução

Este projeto de pesquisa situa-se na área da psicologia do trabalho e tem como tema a saúde do trabalhador e sua inserção no Sistema Único de Saúde – SUS no Estado do Rio de Janeiro.

A pesquisa será desenvolvida pelo grupo de pesquisa, registrado na Universidade Federal Fluminense e no Cnpq, denominado NUTRAS: Núcleo de Estudos e Intervenções em Trabalho, Subjetividade e Saúde. O projeto propiciará a formação em pesquisa de estudantes de Iniciação Científica, de Mestrado e de Doutorado em Psicologia. Dará também subsídios para a organização de disciplinas a serem ministradas.

Tem como objetivo fazer um mapeamento dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) em atividade no Estado e análise do perfil e atuação das equipes que atuam nestes serviços. Os CERESTs são parte importante da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (RENASTT), que por sua vez faz parte do SUS. Para melhor analisar tais práticas, serão também incluídos serviços de saúde do trabalhador de estabelecimentos de ensino e pesquisa, como a Fiocruz e a Universidade Federal Fluminense. Como contraponto em outro estado brasileiro, será feita a inclusão do serviço vinculada à Universidade Federal da Paraíba.

O campo da Saúde do Trabalhador (ST) se consolidou como política pública no Brasil a partir da atual Constituição Federal (1988) e, em 2002, os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) são apontados como principal estratégia política.

Para a implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), aprovada formalmente em 2012, estes Centros devem se integrar à rede do SUS dando suporte técnico às diversas ações de saúde do trabalhador. Propõe-se que façam a coordenação de projetos de promoção, vigilância e assistência à saúde dos trabalhadores dentro do território. Além disso, os CERESTs devem oferecer apoio matricial para o desenvolvimento das ações de Saúde do Trabalhador na atenção primária, em serviços especializados e de urgência, bem como na promoção e vigilância nos diversos pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde.

Publicada na Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012, a PNSTT preconiza a capacitação e o desenvolvimento da força de trabalho em saúde, de nível médio e superior, com prioridade às equipes de Vigilância em Saúde e da Atenção Primária/Estratégia Saúde da Família. Marco da área de saúde do trabalhador, a PNSTT reafirmou os

princípios fundantes do SUS de universalidade, integralidade e equidade, atendendo à diretriz de participação dos trabalhadores e da comunidade na luta pelo fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador, pela atenção integral, pela promoção da saúde e de ambientes e processos de trabalho saudáveis. Na PNSTT as ações de vigilância dos ambientes de trabalho, bem como as ações de coleta, registro e tratamento de dados relativos aos acidentes de trabalho, adoecimentos relacionados ao trabalho e situações diversas de violência têm bastante destaque.

A formação em saúde, trabalho e ambiente, na perspectiva da construção de autonomia dos sujeitos e do bem comum, é uma das estratégias previstas, visando colocar em prática a ST como direito e a participação dos trabalhadores na defesa da vida e na consolidação do próprio SUS. (HENNINGTON e cols. 2024, p. 2/10). Como campo de ação política, implica compreender as relações entre trabalho e saúde-doença pela análise da determinação social do processo, privilegiando o trabalho, o que imprime um caráter histórico ao estudo das relações trabalho-saúde.

Define o trabalhador como agente de mudanças, com saberes e experiências, compartilhadas coletivamente. À concepção de trabalhador como um ser ativo, junta-se aquela que afirma que há um saber da experiência do qual uma análise do trabalho situada não pode prescindir.

No que diz respeito ao método, a análise do trabalho deve então propiciar tanto o diálogo entre diferentes saberes quanto a tomada pelos trabalhadores de uma posição de protagonista das transformações desejadas. No entanto, a realidade que sendo observada no funcionamento da Rede é de grande distanciamento entre os CERESTs e os trabalhadores, suas organizações e seus ambientes de trabalho e vida.

Para a construção deste projeto de pesquisa, foram mobilizadas experiências da coordenadora e de outros pesquisadores participantes, bem como os resultados de uma pesquisa bibliográfica preliminar em bases de artigos voltados para o tema.

Observa-se que a RENASTT tem um desenvolvimento heterogêneo nos diferentes estados e municípios brasileiros. A busca de publicações sobre as práticas nos Centros de Referência mostrou uma quantidade maior de trabalhos descrevendo e analisando os Centros localizados nos municípios de São Paulo. Não foram encontradas muitas publicações apresentando o que vem sendo feito no Rio de Janeiro e outros estados, ao menos no formato de artigo científico.

Em uma análise inicial, relata-se que a vigilância é realizada por equipes multiprofissionais (médicos, engenheiros, psicólogos, fisioterapeutas, etc.). Parte-se da compreensão de que essa atividade deva constituir um processo do qual participam o

conhecimento técnico-científico e o conhecimento dos trabalhadores. (SATO, LACAZ. & BERNARDO, 2006)

Embora o campo da saúde mental relacionada ao trabalho esteja em destaque na preocupação dos estudiosos e dos organismos de Saúde Pública, Cardoso e Araújo (2016) analisam dados das ações realizadas pelos CERESTs e afirmam, entre outros pontos, que há pouca informação sobre as ações voltadas à saúde mental. O estudo concluiu que há fragilidade, mas ações, sendo apontada a formação focada na saúde do indivíduo e sua história pessoal e familiar como uma dificuldade importante a ser enfrentada.

Material e Métodos

A projeto de pesquisa propõe fazer uma abordagem descritiva dos modos atuais de funcionamento dos CERESTs existentes, destacando sobretudo aqueles que se localizam nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Maricá e Duque de Caxias, como municípios importantes economicamente. Serão incluídos serviços de ST existentes em universidades e outros centros formadores de profissionais de saúde.

Na análise das ações aí desenvolvidas, serão destacadas aquelas que têm como objetivo a aproximação, o acolhimento e o estabelecimento de parcerias com os trabalhadores, com suas organizações sindicais e outras formas de coletivização. Este destaque se deve à consideração da importância política destas ações, que podem fomentar vários modos de participação direta ou por representação. Também terão destaque os modos de inserção dos profissionais de saúde mental, identificando as áreas de ação em que contribuem de modo mais expressivo.

Os recursos metodológicos baseiam-se nos conceitos e princípios da Psicologia do Trabalho, em especial da Clínica da Atividade (CLOT, 2010; OSORIO DA SILVA, 2014). Os conceitos de trabalho prescrito e trabalho realizado serão ferramentas importantes de análise dos processos de trabalho realizados pelas equipes de ST. Para descrever e analisar o trabalho efetivamente realizado nos CERESTs, o foco será dirigido à atividade que leva do prescrito ao realizado.

Resultados e Discussão

A pesquisa se encontra em sua etapa inicial. Até o momento de sua apresentação teremos resultados parciais a serem discutidos.

Os dados produzidos serão analisados: em comparação com as normas que definem as atribuições dos CERESTs; identificando os fundamentos teóricos e éticos que orientam a prática dos profissionais de Saúde do Trabalhador; identificando as condições objetivas e subjetivas em que o trabalho se dá nos CERESTs e na relação destes serviços com outras unidades da rede do SUS.

Conclusões

A pesquisa deverá produzir resultados que ampliem o conhecimento que se tem sobre a realidade atual do funcionamento da atenção em Saúde do Trabalhador no SUS, no estado do Rio de Janeiro, contribuindo para a proposição de políticas de formação de pessoal de saúde nesse campo.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2012.

CARDOSO, M. DE C. B.; ARAÚJO, T. M. DE . Os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador e as ações em saúde mental: um inquérito no Brasil. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 41, 2016.

CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010

HENNINGTON, É. A.; SANTOS, G. B. DOS.; PASCHE, D. F. Dez anos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e os desafios da formação para (trans)formação do trabalho. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 49, p. e4, 2024.

PINTOR, E. A. DA S.; GARBIN, A. D. C.. Notificações de violência relacionadas ao trabalho e vigilância em saúde do trabalhador: rompendo a invisibilidade. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 44, p. e20, 2019.

OSORIO DA SILVA, C. Pesquisa e Intervenção em Clínica da Atividade: a análise do trabalho em movimento. In: Bendassoli PF, Soboll LAP, organizadores. Métodos de Pesquisa e Intervenção em Psicologia do Trabalho São Paulo: Editora Atlas. Parte 2, Capítulo 4, p 81-100, 2014

SALERNO, V. L.; SILVESTRE, M. P.; SABINO, M. O.. Interfaces LER/Saúde Mental: a experiência de um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de São Paulo. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, v. 36, n. 123, p. 128–138, jan. 2011.

SATO, L.&LACAZ, F. A. C. & BERNARDO, M. H. (2006) Psicologia e Saúde do Trabalhador: práticas e investigações na Saúde Pública de São. Paulo. Estudos de Psicologia (Natal), 11(3),281-288

Agradecimentos: Agradecemos ao CNPQ a bolsa de Iniciação científica, obtida através da Universidade Federal Fluminense; aos CERESTs do Estado do Rio de Janeiro e suas equipes agradecemos o acolhimento e parceria.

Criação de Oficinas da Memória integradas à estratégia de informação, prevenção e detecção precoce da Doença de Alzheimer nos Centros de Referência em Atenção à Pessoa Idosa da Secretaria de Estado da Juventude e Envelhecimento Saudável

Otelo Corrêa dos Santos Filho[1]
Glaucia Peixoto Dunley[2]
Lucia Helena de Freitas Pinho Franca[3]

Resumo
O projeto consiste na Criação de Oficinas da Memória nos Centros de Referência de Idosos da Secretaria de Estado Intergeracional da Juventude e do Envelhecimento Saudável - SEIJES com referências ao método de Autobiografia Guiada e ao método de Oficina Dinâmica da Memória. As oficinas se integrarão à implantação de estratégia de prevenção, detecção precoce e conhecimento da Doença de Alzheimer incluindo
produção de material audiovisual e gráfico para conhecimento sobre a Doença de Alzheimer, atuação sobre os fatores de risco modificáveis e avaliação precoce da Doença de Alzheimer através da aplicação de uma avaliação cognitiva digital e para os que apresentarem comprometimento cognitivo leve a coleta de sangue para a dosagem de biomarcadores para a Doença de Alzheimer

Abstracts
The project consists of the creation of Memory Workshops in the Reference Centers for the Elderly of the Secretaria de Estado Intergeracional da Juventude e do Envelhecimento Saudável - SEIJES with references to the Guided Autobiography method and the Dynamic Memory Workshop method. The workshops will be part of the implementation of a strategy for the prevention, early detection and awareness of Alzheimer's disease, including
production of audiovisual and graphic material to raise awareness of Alzheimer's Disease, action on modifiable risk factors and early assessment of Alzheimer's Disease through the application of a digital cognitive assessment and, for those with mild cognitive impairment, blood sampling to measure biomarkers for Alzheimer's Disease.

Resumen
El proyecto consiste en la creación de Talleres de Memoria en los Centros de Referencia para Mayores de la Secretaria de Estado Intergeracional da Juventude e do Envelhecimento Saudável - SEIJES, utilizando el método de la Autobiografía Guiada y el método del Taller Dinámico de Memoria. Los talleres formarán parte de la puesta en marcha de una estrategia de prevención, detección precoz y sensibilización de la enfermedad de Alzheimer, que incluirá producción de material audiovisual y gráfico de sensibilización sobre la Enfermedad de Alzheimer, actuación sobre los factores de riesgo modificables y evaluación precoz de la Enfermedad de Alzheimer mediante la aplicación de una evaluación cognitiva digital y, para las personas con deterioro cognitivo leve, toma de muestras de sangre para medir biomarcadores de la Enfermedad de Alzheimer.

[1] Coordenador de Pesquisa do Núcleo de Envelhecimento Humano – NUCEH – UERJ otelocsantos@gmail.com
[2] Pesquisadora do Núcleo de Envelhecimento Humano – NUCEH – UERJ glauciadunley@gmail.com
[3] Prof. Titular do PPPG – UNIVERSO lucia.franca@gmail.com

1. Introdução

A detecção precisa e rápida da patologia da Doença de Alzheimer (DA) em pacientes afetados continua a ser um obstáculo significativo para a prestação de cuidados ideais, o fornecimento de serviços de apoio e o avanço da pesquisa clínica modificadora da doença (LISS et al, 2021). Um mecanismo de triagem robusto que forneça um diagnóstico mais oportuno e preciso será fundamental para atender a essas necessidades.

A Doença de Alzheimer é caracterizada pelo acúmulo de dois agregados de proteína: Tau intraneuronal justaposta com deposição extracelular de peptídeos Aβ (placas amilóides) (KANTARCI, 2014). Inovações de diagnóstico foram desenvolvidas para detectar esses agregados de proteínas durante uma tomografia por emissão de pósitrons (PET).

A complexidade dos diagnósticos de DA representa um desafio complexo que aparentemente só pode ser abordado com o desenvolvimento de uma união de modalidades de testagem. Estudos que medem os fatores de risco para DA, revelaram que fatores como o status de APOE ε4, certas características demográficas (principalmente idade) e histórico médico, e pontuações em testes cognitivos podem prever um grau de positividade amiloide cerebral (O`BRYANT et al. 2008; WEINER et al, 2017).

Os benefícios da detecção precoce incluem: identificação e tratamento mais oportunos das causas reversíveis; oportunidades para implementar modificações no estilo de vida; cuidados e considerações de planejamento financeiro; identificação de candidatos para intervenções de testes clínicos e potenciais benefícios econômicos (OLIVEIRA et al, 2019).

Cerca de um terço dos casos de demência podem ser atribuídos a fatores de risco potencialmente modificáveis, e a incidência da doença pode ser reduzida com o enfoque desses fatores. Os mais importantes são os fatores de risco cardiovasculares (por exemplo, sedentarismo, tabagismo, hipertensão na meia-idade, obesidade na meia-idade e diabetes), nível de educação e depressão. Outros são a perda auditiva, o abuso de álcool e o isolamento social (OLIVEIRA et al, 2019).

A autobiografia orientada como método para a elaboração do projeto de vida

A Autobiografia Orientada ou Guided Autobiography (GAB) ou Life Portfolio (Birren & Feldman, 1997; Birren & Deutchman, 1991) foi idealizada pelo psicólogo e gerontólogo americano Prof. Dr. James Birren, uma das maiores personalidades americanas na área do envelhecimento. Birren é autor de centenas de publicações sobre gerontologia, foi co-fundador, em 1975, do Ether Percy Andrus Gerontology Center da University of Southern California – USC - Davis School of Gerontology e diretor associado do Centro de Estudos de Envelhecimento da Universidade da Califórnia (UCLA).

A GAB é um método de escrita de história de vida criado há quase 50 anos por James Birren, pioneiro em pesquisas em gerontologia. As instituições das quais Birren fez parte ficaram conhecidas por promover a investigação sobre o envelhecimento, mudanças cognitivas e estudos autobiográficos (American Society on Aging, 2016). A GAB têm sido aplicadas nos Estados Unidos, Ásia e Europa. A metodologia parte do princípio que sempre temos muito a aprender sobre o nosso próprio passado e que revisitá-lo pode ser uma experiência estimulante e enriquecedora. Utiliza técnicas de revisão da vida, visando a retomada do controle do individuo sobre o seu passado, presente e futuro (Birren & Deutchman, 1991).

A GAB foi desenhada para combinar experiências como: i) interação grupal e liderança; ii) reflexões particulares da vida sobre temas selecionados; e iii)

compartilhamento de pensamentos em um grupo de encorajamento (Birren & Deutchman, 1991). A proposta apresentada para a SEIJES, pretende criar grupos da Autobiografia Orientada – escrita e falada. Serão propostas duas ações: A primeira diz respeito ao treinamento de facilitadores que terão também a oportunidade de vivenciar a GAB. A segunda será a realização de quatro grupos de autobiografia com a participação de 1 a 16 pessoas com 60 anos ou mais, em no mínimo 10 encontros, de duas horas cada. Nestes grupos, os participantes serão avaliados antes e após a intervenção, além da realização de grupos focais de acompanhamento longitudinal ao longo de 3 (três) anos nos diferentes grupos submetidos ao projeto.

Na primeira sessão será apresentado o objetivo do trabalho e sugestões de pontos chave a serem abordados, sendo o roteiro final definido em conjunto pelo grupo. O facilitador apresentará o tema, sobre o qual os participantes deverão escrever previamente, em uma ou duas páginas, a sua história pessoal (Svensson & Bernell, 2013). É estimulada a exploração de questões como quem somos e o quê estamos nos tornando, bem como experiências e propósitos que moldam o presente e os caminhos e possibilidades para o desenvolvimento do futuro. Durante a apresentação, o feedback dado pelo grupo deve ser apoiador, encorajador e positivo (Thornton, 2008). Ao final de cada sessão, há uma breve avaliação sobre o trabalho do dia e apresentação do tema seguinte.

As sessões deverão tratar de temas que abordem os principais pontos de ramificação da vida tais como: família; trabalho e carreira; amizades; lazer e atividades culturais; papel do dinheiro na vida, vida escolar; corpo e imagem corporal; os amores e ódios da vida; espiritualidade, objetivo e significado da vida. A nossa proposta é que todos estes aspectos desencadeiem em um projeto de vida que contenha as prioridades estabelecidas pelos participantes.

Nas Oficinas de Memória Dinâmica será possível experimentar, como o funcionamento coletivo (grupos fechados) facilita enormemente estas falas libertadoras, embora este fato pareça sempre surpreender os participantes, isto é, sua nova coragem em dizer publicamente coisas que nunca disseram para ninguém, criando laços de solidariedade no grupo.

A tomada de consciência dos desejos mais antigos dos participantes, seus sonhos que não envelhecem (já que o inconsciente é atemporal e, portanto, este *sujeito do inconsciente* não envelhece, criando com o envelhecimento do corpo uma interface conflitante), merecem ser valorizados por eles próprios e pelo grupo, passando a ser **um mapa** com muitos territórios a serem explorados para dar continuidade às suas vidas, de forma afirmativa e desejante, com alegria e vivacidade de espírito, abrindo sua participação na vida da comunidade, do estado, do país e do mundo globalizado e financeirizado, o que coloca sempre em risco as singularidades.

O conceito de memória com que trabalhamos nesta Proposta de Oficinas ou Coletivos de Memória Dinâmica (assim como já no grupo que funciona às quartas-feiras, pela manhã, no NUCEH desde abril de 2023, com alto desempenho e alegria, semanalmente, com 20 participantes) é o fundador do psiquismo humano**.** Podemos dizer também que a memória é estruturante do psiquismo a partir de uma estrutura de linguagem que não cessa de se inscrever no sistema inconsciente sendo exatamente isso que permite as transformações dinâmicas da memória e, consequentemente, a criação de novos circuitos de desejo das pessoas (ou sujeitos, como é dito informalmente).

2. Componentes do projeto.

2.1. Criação de Oficinas da Memória nos Centros de Referência de Idosos com referências ao método de Autobiografia Guiada e ao método de Oficina Dinâmica da Memória.
2.1.1. Capacitação através de Curso de Extensão e Programa de Educação Continuada dos coordenadores das oficinas

2.2. Implantação de estratégia de prevenção, detecção precoce e conhecimento da Doença de Alzheimer incluindo:
2.2.1. Produção de material audiovisual e gráfico para conhecimento sobre a Doença de Alzheimer e para a atuação sobre os fatores de risco modificáveis
2.2.2. Inscrever indivíduos com 60 anos de idade ou mais com queixas cognitivas que: a) se apresentem a um médico participante para uma consulta de rotina ao consultório, ou que seja participante das "Oficinas da Memória" e b) consintam em fazer uma avaliação cognitiva digital através da ferramenta elencada e que também estejam dispostos a coletar sangue para teste com o exame de sangue PrecivityAD^{TM}, se a avaliação cognitiva digital indicar sinais de comprometimento cognitivo.

2.2.3. Critérios de Inclusão

Os indivíduos devem atender aos seguintes critérios para admissão no estudo:

- Homem ou mulher > 60 anos de idade no momento do consentimento;
- Nenhum diagnóstico prévio de deficiência cognitiva
- Indivíduos que estejam dispostos a cumprir todos os procedimentos do estudo, conforme descrito no termo de consentimento, incluindo uma série de baterias cognitivas e um exame de sangue para avaliar a provável presença ou ausência de placas amiloides no cérebro;
- Indivíduos que estejam dispostos a ser contatados para possível participação em ensaios de pesquisa clínica simultâneos ou futuros;
- Capazes e dispostos a fornecer consentimento por escrito assinado pelo indivíduo ou seu representante legal autorizado.

2.2.4. Critérios de Exclusão

Os indivíduos que atenderem a qualquer um dos critérios a seguir não serão elegíveis para admissão no estudo:

- Indivíduos com condições médicas graves ou instáveis que impediriam a conclusão de todos os procedimentos do estudo e coleta de dados;
- Diagnóstico estabelecido de demência;
- Incapaz ou não deseja fornecer consentimento por escrito assinado por ele ou por seu representante legal.

2.2.5. Seleção ou integração à ferramenta existente para registro de informações referentes aos idosos participantes incluindo os resultados das avaliações cognitivas, a presença/ausência de fatores de risco modificáveis e às ações de prevenção e atuação sobre os fatores de risco e os resultados obtidos a curto, médio e longo prazo mensurados por avaliações periódicas.

2.3. Capacitação continuada e orientação permanente de profissionais dos Centros de Referência de Idosos para a coordenação das Oficinas da Memória e para as ações de informação (conhecimento), prevenção e detecção precoce da Doença de Alzheimer.

2.4. Possibilidade de integrar o projeto a pesquisas acadêmicas referentes aos temas Oficinas de Memória e Prevenção e Detecção Precoce da Doença de Alzheimer.

Referências:

Birren, J. & Deutchman, L. Guiding Autobiography Groups for Older Adults? Exploring the Factory of Life. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press. 1991.

Birren, J. & Feldman, L. Where to Go from Here? Discovering your own life's wisdom in the second half of your life. New York: Simon and Schuster. 1997

Feter N., Santos J.L. Is Brazil ready for the expected increase in dementia prevalence? Cad. Saúde Pública, 37(6), 2021.

Kantarci, K. Molecular Imaging Of Alzheimer's Disease Pathology. AJNR. American Journal of Neuroradiology, 35(6 0), S12–S17., 2014. Disponível em: https://doi.org/10.3174/ajnr.A3847 . Acesso: 02 de agosto de 2021.

Liss J. L et al. Small**,** Practical recommendations for timely, accurate diagnosis of symptomatic Alzheimer's disease (MCI and dementia) in primary care: a review and synthesis in Journal of Internal Medicine, Volume 290, Issue 2 p. 310-334, August 2021.

Mukadam N,et al.. Population attributable fractions for risk factors for dementia in low-income and middle-income countries: an analysis us- ing cross-sectional survey data. Lancet Glob Health ,7:e596-603, 2019.

O'Bryant, S. E. et al. Detecting Dementia with the Mini-Mental State Examination (MMSE) in Highly Educated Individuals. Archives of Neurology, 65(7), 963–967, 2008. Disponível em: http://doi.org/10.1001/archneur.65.7.963. Acesso em 05 de junho de 2021.

Oliveira D,et al. Reducing the number of people with dementia through primary prevention in Mozambique, Brazil, and Portugal: an analysis of population- based data. J Alzheimers Dis; 70 Suppl 1:S283-S91, 2019.

Svensson (Eds.), *Aging and biography: Explorations in adult development.* Springer Publishing Company, New York, EUA. Páginas 283-299.

Thornton, J. (2008). The Guided Autobiography Experience Method: A Learning Experience. International Journal of Aging and Human Development, 66(2): 155-173. Available at https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18453181

Weiner, M. W et al. Recent publications from the Alzheimer's Disease Neuroimaging Initiative: Reviewing progress toward improved AD clinical trials. Alzheimer's & Dementia: The Journal of the Alzheimer's Association, 13(4), e1–e85. 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jalz.2016.11.007 . Acesso em 02 de agosto de 2021.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS POR EMENDAS PARLAMENTARES PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: O CASO DA REGIÃO DE SAÚDE METROPOLITANA I/RJ

André Schimidt da Silva[1]
Luciana Dias de Lima[2]
Tatiana Wargas de Faria Baptista[3]
Henrique Sant`Anna Dias[4]
Carla Lourenço Tavares de Andrade[5]

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar as transferências federais por emendas parlamentares (EP) para a Atenção Primária à Saúde (APS) aos municípios da região Metropolitana I/RJ. Foi realizado estudo de caso a partir da combinação de abordagens quantitativas e qualitativas, recorrendo-se à análise de dados secundários e entrevistas com gestores públicos da saúde. Observou-se a alta participação dos recursos de EP em relação às transferências regulares do Ministério da Saúde, sobretudo na Baixada Fluminense, com predomínio dos repasses para custeio. No âmbito da APS observou-se elevada assimetria entre os valores captados pelos municípios e oscilações relevantes nas respectivas séries históricas. Enquanto gestores municipais compreendem as EP como oportunidade para ampliação de verbas para o SUS, representantes de instâncias regionais e estaduais demonstraram preocupação com o elevado risco de descontinuidade na oferta de serviços de saúde e fragilização de critérios alocativos baseados no princípio de equidade.
PALAVRAS-CHAVE: Financiamento da Assistência à Saúde; Atenção Primária à Saúde; Alocação de Recursos

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze federal transfers through parliamentary amendments (EP) for Primary Health Care (APS) in the municipalities of the Metropolitana I/RJ region. A case study was conducted using both quantitative and qualitative approaches, including secondary data analysis and interviews with health managers. A high participation of EP resources was observed compared to regular transfers from the Ministry of Health, especially in Baixada Fluminense, with a predominance of funding for operational costs. In APS, significant asymmetry in the amounts captured by municipalities and fluctuations in historical series were noted. While municipal managers view EP as an opportunity to increase funding for the SUS, representatives from regional and state bodies expressed concern about the high risk of discontinuity in service delivery and the weakening of allocation criteria based on equity.
KEY-WORDS: Healthcare Financing; Primary Health Care; Resource Allocation

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es analizar las transferencias federales a través de enmiendas parlamentarias (EP) para la Atención Primaria de Salud (APS) en los municipios de la región Metropolitana I/RJ. Se realizó un estudio de caso utilizando enfoques cuantitativos y cualitativos, que incluyeron análisis de datos secundarios y entrevistas con gestores de salud. Se observó una alta participación de los recursos de

[1] Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), andre.schimidt@fiocruz.br
[2] Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), luciana.dias@fiocruz.br
[3] Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), tatiana.baptista@fiocruz.br
[4] Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), henrique.dias@fiocruz.br
[5] Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), carla.andrade@fiocruz.br

EP en comparación con las transferencias federales regulares, especialmente en la Baixada Fluminense, con predominancia de financiamiento para costos operativos. En APS, se notó una asimetría significativa en los montos captados por los municipios y fluctuaciones en las series históricas. Mientras los gestores municipales ven las EP como una oportunidad para aumentar el financiamiento del SUS, los representantes de organismos regionales y estatales expresaron su preocupación por el alto riesgo de descontinuidad en la prestación de servicios y el debilitamiento de lo criterio de la equidad.
PALABRAS CLAVE: Financiamiento de la Asistencia a la Salud; Atención Primaria de Salud; Asignación de Recursos.

INTRODUÇÃO

Mudanças nas regras do orçamento da União introduzidas a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 impulsionaram a ampliação de recursos de emendas parlamentares (EP) nas despesas do Ministério da Saúde, com maior peso para as transferências aos municípios (Vieira, 2022). Além de uma importante e crescente participação entre os recursos federais captados pelos municípios para o SUS, as EP se constituíram como uma modalidade alocativa diferenciada em relação aos repasses regulares, refletindo na distribuição geográfica, nas áreas de destinação, na maior assimetria entre os valores recebidos pelas prefeituras e em oscilações e descontinuidades na série histórica (Silva et al, 2024).

Historicamente, as transferências de recursos federais no SUS foram uma condição para a descentralização da política de saúde no Brasil, com alto potencial redistributivo, assumindo papeis diversos, com destaque para a coordenação do sistema em âmbito nacional (Jaccoud e Vieira, 2018). A Atenção Primária à Saúde (APS) representa o caso mais emblemático, pois conduziram à mudança do modelo de atenção, por meio da difusão da Estratégia Saúde da Família por todo o território nacional.

Contextos metropolitanos requerem esforços adicionais para a expansão e qualificação da APS, devido a problemas como baixa cobertura populacional, infraestrutura deficiente, instabilidade financeira, fragilidades na gestão e capacitação profissional, falhas nos sistemas de referência para outros serviços, e coexistência de modelos de atenção, além daqueles relacionados a agravos associados à violência e aos transtornos mentais (Machado, Lima e Viana, 2008. É o caso da região de saúde Metropolitana I, composta por doze municípios e subdividida entre a capital e os demais onze municípios que fazem parte da Baixada Fluminense. Trata-se de uma área fortemente urbanizada, com grande densidade populacional e desigualdades socioeconômicas e de saúde (Reis et al., 2023), sendo a região de saúde composta por mais de um município mais populosa do Brasil.

Neste cenário, o objetivo deste trabalho é analisar as transferências federais por emendas parlamentares para a Atenção Primária à Saúde aos municípios da região de saúde Metropolitana I/RJ.

MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado estudo de caso a partir da combinação de abordagens quantitativas e qualitativas.

Na abordagem quantitativa foi realizada análise exploratória e descritiva de dados secundários acerca das áreas de destinação e perfil de participação e distribuição das transferências federais regulares e por emendas parlamentares aos municípios da região de saúde Metropolitana I no período de 2016 a 2022. Os dados foram obtidos pelo SIGA Brasil e Fundo Nacional de Saúde. Os valores foram corrigidos para preços de 2022 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Na abordagem qualitativa foram realizadas entrevistas com gestores de cinco municípios (perfil 1) e representantes da Secretaria de Estado de Saúde (SES-RJ), do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS-RJ) e do consórcio de saúde regional (perfil 2). Foram entrevistados treze atores do perfil 1 e sete do perfil 2, no período de julho a dezembro de 2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 evidencia que a Baixada Fluminense (BF) apresenta a maior participação das EP no total de transferências federais para Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) quando comparada com as regiões de saúde do estado, contrastando com a Metropolitana I devido ao baixo peso que as EP possuem na capital. A BF também se destaca pelo patamar mais alto de participação das EP entre os recursos destinados à Média e Alta Complexidade (MAC). No âmbito da APS a participação é expressiva (27,9%), embora inferior ao observado nas regiões Centro Sul e Noroeste.

O crescimento dos recursos vinculados às EP observado em todos os casos da Tabela 1 é acompanhado pela redução dos repasses regulares para ASPS, com exceção apenas da região Serrana. Na Metropolitana I, os repasses regulares retraíram 5,4% (ASPS) e 3,4% (APS), com redução mais acentuada, em ambas as situações, na BF. Neste cenário, os entrevistados do perfil 1 relataram terem diversificado suas estratégias para captação de recursos no SUS junto aos parlamentares federais, compreendendo as EP como uma oportunidade de ampliação de verbas.

Tabela 1: Proporção de população cadastrada na APS, participações das EP e crescimento proporcional por região de saúde do RJ e Baixada Fluminense (2016-2022).

Região de saúde	**% de EP/transf totais** (2016-2022)			**% de crescimento** (2016-2022)			
	ASPS	APS	MAC	ASPS		APS	
				EP	Regular	EP	Regular
Baía da Ilha Grande	9,2	20,4	6,3	139,0	-15,9	56,5	-19,0
Baixada Litorânea	12,8	20,7	11,7	381,1	-9,0	410,3	12,6
Centro Sul	15,4	31,5	11,0	785,1	-10,6	1091,1	12,5
Médio Paraíba	11,3	17,5	10,8	521,3	-8,5	178,2	4,3
Metropolitana I	**8,3**	**12,4**	**7,4**	**409,4**	**-5,4**	**280,2**	**-3,4**
Baixada Fluminense	**18,1**	**27,9**	**15,8**	**439,7**	**-10,4**	**328,2**	**-15,6**
Metropolitana II	11,3	20,8	8,3	384,0	-6,2	864,4	9,2
Noroeste	13,3	29,3	9,6	403,5	-8,7	723,0	29,1
Norte	13,7	24,4	13,2	725,6	-1,8	470,9	9,9
Serrana	10,6	22,3	8,9	1.179,6	2,5	893,0	6,6
Estado do Rio de Janeiro	**10,1**	**17,2**	**8,5**	**479,5**	**- 5,8**	**443,1**	**1,8**

Fontes: SIGA Brasil (EP) e Fundo Nacional de Saúde (transferências totais e regulares).

Por outro lado, os entrevistados do perfil 2 foram críticos ao que apontaram como uma dependência crescente dos recursos de EP pelos municípios, bem como ao padrão alocativo desses repasses. Na Tabela 2, essas críticas encontram sentido quando se observa que a quase totalidade das EP possuem o custeio como natureza de despesa (96,4% na Metropolitana I), ou seja, são destinadas à manutenção de ações e serviços de saúde que deveriam contar com a estabilidade de recursos. Ademais, os valores *per capita* de EP, tanto para ASPS, quanto para a APS, apresentam valores discrepantes entre os municípios e altas variações nas respectivas séries históricas, evidenciando as assimetrias das capacidades de captação e o risco de descontinuidade na oferta de serviços.

Tabela 2: Proporções de EP para custeio e APS, valores *per capita* de EP e coeficientes de variação dos valores totais de EP por região e municípios da Metropolitana I (2016-2022).

Região/ Municípios/ Estado	**% de EP p/ custeio**	**ASPS**		**APS**	
		Valores *per capita*	Coef. de variação	Valores *per capita*	Coef. de variação
Metropolitana I	**96,4**	**27,73**	**50,0**	**10,39**	**60,1**
Belford Roxo	97,4	45,47	70,1	23,56	63,1
Duque de Caxias	98,7	95,97	63,8	19,83	73,9
Itaguaí	97,1	43,96	43,3	17,54	111,4
Japeri	98,5	48,96	48,0	27,19	76,5

Magé	98,7	98,70	73,9	44,98	88,0
Mesquita	94,6	105,00	42,7	54,23	40,5
Nilópolis	98,2	55,80	45,2	39,19	56,5
Nova Iguaçu	96,9	43,52	77,9	8,74	189,7
Queimados	90,8	27,41	95,5	16,16	99,1
São João de Meriti	97,9	99,11	45,5	43,83	54,0
Seropédica	90,4	76,99	83,6	38,71	126,1
Baixada Fluminense	**97,5**	**70,73**	**50,5**	**25,38**	**56,6**
Rio de Janeiro (capital)	83,7	3,54	103,7	1,96	164,4
Estado do Rio de Janeiro	**93,9**	**38,5**	**46,3**	**16,53**	**51,5**

Fonte: Fontes: IBGE (estimativas de população) e SIGA Brasil.

CONCLUSÕES

A alocação de recursos para a saúde a partir de emendas parlamentares é fortemente influenciada pelo interesse eleitoral, representando a incorporação de critérios alocativos muito distintos dos já praticados pelo Ministério da Saúde. A preocupação com a redução de iniquidades é reduzida, ampliando-se as discrepâncias entre os valores recebidos pelos municípios, assim como o risco de oscilações nos orçamentos das prefeituras a cada ano. Em um cenário em que predominam emendas para custeio, é importante alertar para os riscos de descontinuidade de ações e serviços públicos de saúde, podendo acarretar na redução do acesso, suspensão de cirurgias e descontinuidade de tratamentos médicos.

REFERÊNCIAS

JACCOUD, L.; VIEIRA, F. S. Federalismo, integralidade e autonomia no SUS: desvinculação da aplicação de recursos federais e os desafios da coordenação. Rio de Janeiro: Ipea; 2018. Texto para Discussão n. 2399.

MACHADO, C.V.; LIMA, L.D.; VIANA, L.S. Configuração da Atenção Básica e do Programa Saúde da Família em grandes municípios do Rio de Janeiro, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 24 Sup 1:S42-S57, 2008.

REIS, G.J.; ALBUQUERQUE, M.V.; LIMA, L.D. de. Distribuição espacial de unidades de saúde e condições de vida urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro. *Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, v. 19, p. e1936, 2023.

Silva A.S., Lima L.D., Baptista T.W.F., Vieira F.S., Andrade C.L.T. Transferências federais por emendas parlamentares aos municípios: implicações para o financiamento do SUS. Ciênc. saúde coletiva, v. 29 (7), 2024.

VIEIRA, F.S. Emendas Parlamentares ao Orçamento Federal do Sus: método para estimação dos repasses a cada município. Texto para Discussão, n. 2732. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2022.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Os índices educacionais de um ente federado expõem suas características de forma transversal a vários campos das políticas públicas, estabelecendo um retrato do desenvolvimento humano e econômico atual dos territórios e suas possibilidades futuras. No quadro de crise do Rio de Janeiro, é incontornável enfrentar a discussão sobre a necessidade de elevar a qualidade das redes de ensino públicas responsáveis pela educação básica do estado, bem como discutir os resultados apresentados pelo IDEB de nossos municípios quando contrapostos aos IDEB´s das demais regiões do Brasil. Além disso, outro desafio que se coloca é a implantação de um ensino médio potente e transformador, que venha a contribuir para a continuidade dos estudos de nossos jovens e com suas vivências em sociedade. Neste sentido, esta sessão temática refle sobre os índices educacionais do Estado do Rio de Janeiro e as discussões emergentes sobre o ensino médio, principalmente com a perspectiva de implantação do Novo Ensino Médio pelo MEC, observando a necessária avaliação e atualização do Plano Estadual de Educação, cuja discussão retorna à pauta, já que se enuncia um novo Plano Nacional de Educação, sendo o PNE atual de vigência entre 2014 e 2024. Debruçar-se sobre a educação básica no Rio de Janeiro em seu estado atual, contando com a expertise das instituições de pesquisa na área, tem como objetivo não só a construção de políticas públicas educacionais, mas a constante oxigenação de propostas intersetoriais que contam com a escolarização como um de seus suportes.

A REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL E O COLAPSO NA FORMAÇÃO DE ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA CRISE DE 2014

Romeu e Silva Neto[1]
Robson Santos Dias[2]
Leandro Bruno Santos[3]

Resumo
A partir de 2014, a indústria de petróleo e gás natural no Brasil e no estado do Rio de Janeiro vem passando por um processo de reestruturação setorial que tem tido rebatimentos profundos nos territórios impactados pela estrutura de produção da cadeia produtiva e pelas rendas petrolíferas. Ao mesmo tempo, observou-se uma crise política derivada fundamentalmente do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e da Operação Laja Jato. Diante deste quadro, este artigo tem o objetivo de analisar os impactos dessa crise nos níveis de empregos formais dos engenheiros e no sistema de formação de engenheiros no Brasil e, em especial, no ERJ. A pesquisa desenvolvida tem caráter exploratório e descritivo. O artigo busca também, por sua vez, descrever o impacto dessas transformações tanto sobre o estoque de empregos formais dos engenheiros e sobre a formação dos engenheiros nas instituições de ensino superior públicas e privadas.
Palavras-chave: Reestruturação Produtiva; Indústria de Petróleo e Gás Natural; Crise do petróleo de 2014; Empregos formais na Engenharia; Formação Acadêmica em Engenharia.

Abstract
Since 2014, the oil and natural gas industry in Brazil and in the state of Rio de Janeiro has been undergoing a process of sectoral restructuring that has had profound repercussions in the territories impacted by the production structure of the supply chain and by oil revenues. At the same time, a political crisis has been observed, mainly due to the impeachment of President Dilma Rousseff and the Lava Jato Operation. Given this scenario, this article aims to analyze the impacts of this crisis on the levels of formal employment for engineers and on the engineering training system in Brazil, and especially in the state of Rio de Janeiro. The research developed is exploratory and descriptive in nature. The article also seeks to describe the impact of these transformations on both the stock of formal employment for engineers and on the training of engineers in public and private higher education institutions.
Keywords: Productive Restructuring; Oil and Natural Gas Industry; Formal jobs in Engineering; Academic Training in Engineering.

Resumen
Desde 2014, la industria del petróleo y el gas natural en Brasil y el estado de Río de Janeiro atraviesa un proceso de reestructuración sectorial que ha tenido profundas repercusiones en territorios impactados por la estructura productiva de la cadena productiva y los ingresos petroleros. Al mismo tiempo, se observó una crisis política, resultante esencialmente de la destitución de la presidenta Dilma Rousseff y de la Operación Laja Jato. Ante esta situación, este artículo tiene como objetivo analizar los impactos de esta crisis en los niveles de empleo formal de los ingenieros y el sistema de formación de ingenieros en Brasil y, en particular, en ERJ. La investigación desarrollada es de carácter exploratorio y descriptivo. El artículo

1 Romeu e Silva Neto, Instituto Federal Fluminense, romeuneto@iff.edu.br
2 Robson Santos Dias, Instituto Federal Fluminense, robsondias.iff@gmail.com
3 Leandro Bruno Santos, Universidade Federal Fluminense, leandrobruno@id.uff.br

también busca, a su vez, describir el impacto de estas transformaciones tanto en el stock de empleos formales para ingenieros como en la formación de ingenieros en instituciones de educación superior públicas y privadas.
Palabras clave: Reestructuración Productiva; Industria del Petróleo y Gas Natural; Crisis del petróleo de 2014; Empleos formales en Ingeniería; Formación Académica en Ingeniería.

Introdução

A partir de 1999, com o início do pagamento dos *royalties* e participações especiais segundo as novas regras, deu-se início a um crescente volume de recursos principalmente para os municípios da Zona de Produção Principal no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, a partir dos anos 2010, no entanto, condensaram-se mudanças importantes no contexto econômico e político da indústria petrolífera brasileira e mundial. Em primeiro lugar, a descoberta do pré-sal, o rápido desenvolvimento de sua exploração e produção e o início da decadência da produção da Bacia de Campos reconfigurou a geografia do petróleo no Brasil. Em segundo lugar, o colapso dos preços internacionais do barril de petróleo a partir de 2014 obrigou todo o setor a se reestruturar para fazer frente à nova condição de preços e custos. Em terceiro lugar, a crise política derivada da operação lava jato levou a uma mudança de direção de toda indústria de petróleo e gás natural, que vem se caracterizando pela diminuição do tamanho da Petrobras, a privatização de ativos para grupos financeiros e empresas nacionais e internacionais, e mudanças em vários pontos centrais do marco regulatório da política energética nacional.

Essas mudanças tiveram, como seria de se esperar, um impacto profundo na economia fluminense e em particular nos municípios da costa norte do estado. No âmbito do mercado formal de trabalho, esses rebatimentos da crise atingiram fortemente os empregos formais de maior remuneração, com destaque para os engenheiros, que tiveram no ERJ mais de dez mil vínculos formais eliminados de 2014 a 2017. Esses rebatimentos também atingiram o sistema de educação superior no estado, atingindo também fortemente o número de matrículas, em especial nas engenharias, nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é, portanto, investigar as transformações em curso na região produtora de petróleo do ERJ em consequência da instabilidade política e socioeconômica, do contrachoque do petróleo de 2014 e do reposicionamento da exploração e produção de petróleo e gás natural a partir da descoberta do pré-sal na Bacia de Santos e analisar seus impactos sobre os empregos formais e sobre a formação de engenheiros pelas Instituições de Ensino Superior do estado.

De forma complementar, espera-se apontar para a necessidade de análise dos impactos da reestruturação do segmento de E&P e das transformações tecnológicas recentes sobre a ocupação e a formação de engenheiros, com vistas a se identificar a necessidade de

readequação da estrutura educacional superior de forma a contemplar as novas competências e habilidades necessárias ao novo perfil do engenheiro no mercado de trabalho no cenário pós crise de 2014.

Material e Métodos

A pesquisa desenvolvida neste artigo tem caráter exploratório e descritivo. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa bibliográfica no Portal de Periódicos da CAPES (Base *Scopus*) e no Google Acadêmico. Uma pesquisa documental também foi essencial para a investigação das políticas públicas e dos planos de investimento no setor de petróleo e gás natural. A etapa da coleta de dados estatísticos em fontes oficiais teve papel fundamental para os objetivos do artigo, a partir dos quais se fez diagnósticos relativos à evolução da estrutura do mercado de trabalho dos engenheiros com base na Relação Social de Informações Sociais (RAIS) do Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho, e da formação dos engenheiros nas IES com base no novo painel de estatísticas do Censo da Educação Superior do INEP DATA do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Resultados e Discussão

A partir da análise do Gráfico 1 mais a seguir, observa-se que os engenheiros civis, mecânicos, químicos e de produção, aqueles que tiveram impulso pela retomada econômica do final dos anos 1990 e pelo dinamismo das atividades de petróleo e gás no estado a partir dos anos 2000, foram os que mais sofreram com a perda de vínculos formais, a partir da crise de 2014.

Analisando-se os cursos de engenharias selecionadas neste artigo no estado do Rio de Janeiro, observa-se que, a exemplo do nível nacional, tanto na expansão das matrículas nas engenharias nas IES quanto na expansão dos empregos formais dos engenheiros, parte da expansão obtida na primeira metade dos anos 2010 foi perdida com as crises da instabilidade política e socioeconômica e da crise do petróleo de 2014. De 2015 a 2021, as engenharias selecionadas tiveram perdas significativas. A de petróleo perdeu 81,4% das matrículas nas IES públicas e privadas, a Civil 61,6%, a de Produção 57,1%, a Elétrica 32,7%, a Mecânica 29,5% e a Química 26,0%, conforme se pode observar nos Gráfico 2 mais adiante.

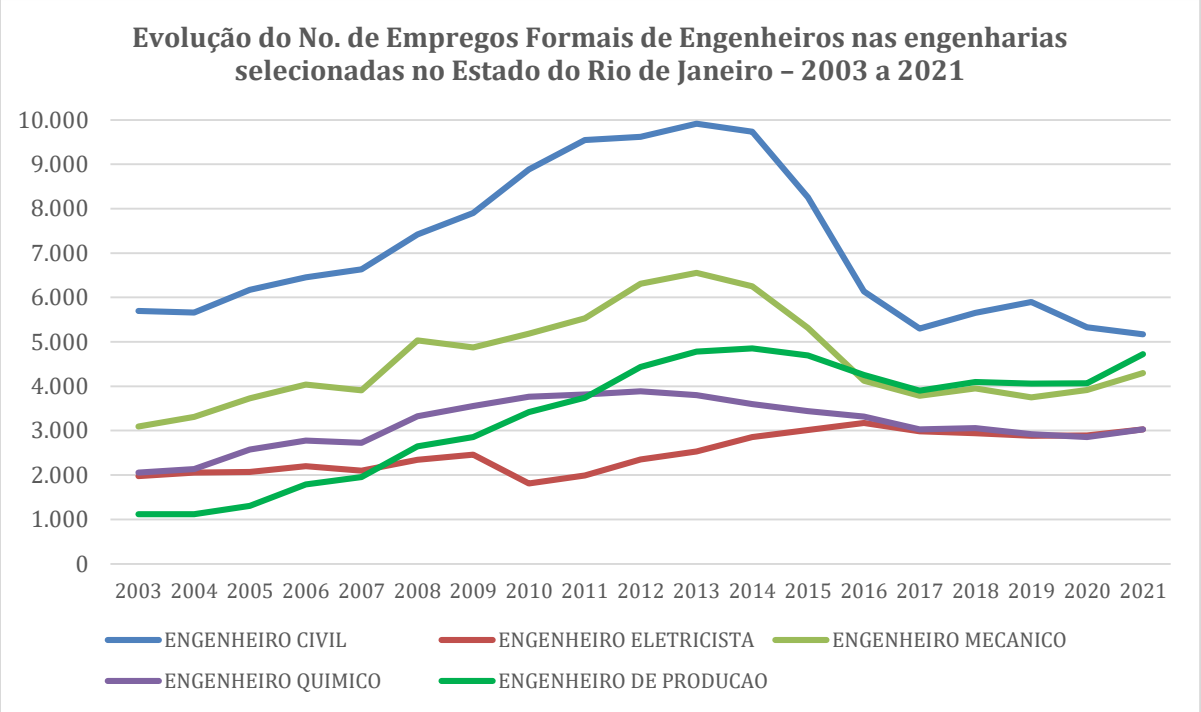


Gráfico 1: Evolução do No. de Empregos Formais de Engenheiros nas engenharias selecionadas no Estado do Rio de Janeiro – 2003 a 2021
Fonte: RAIS (2023)

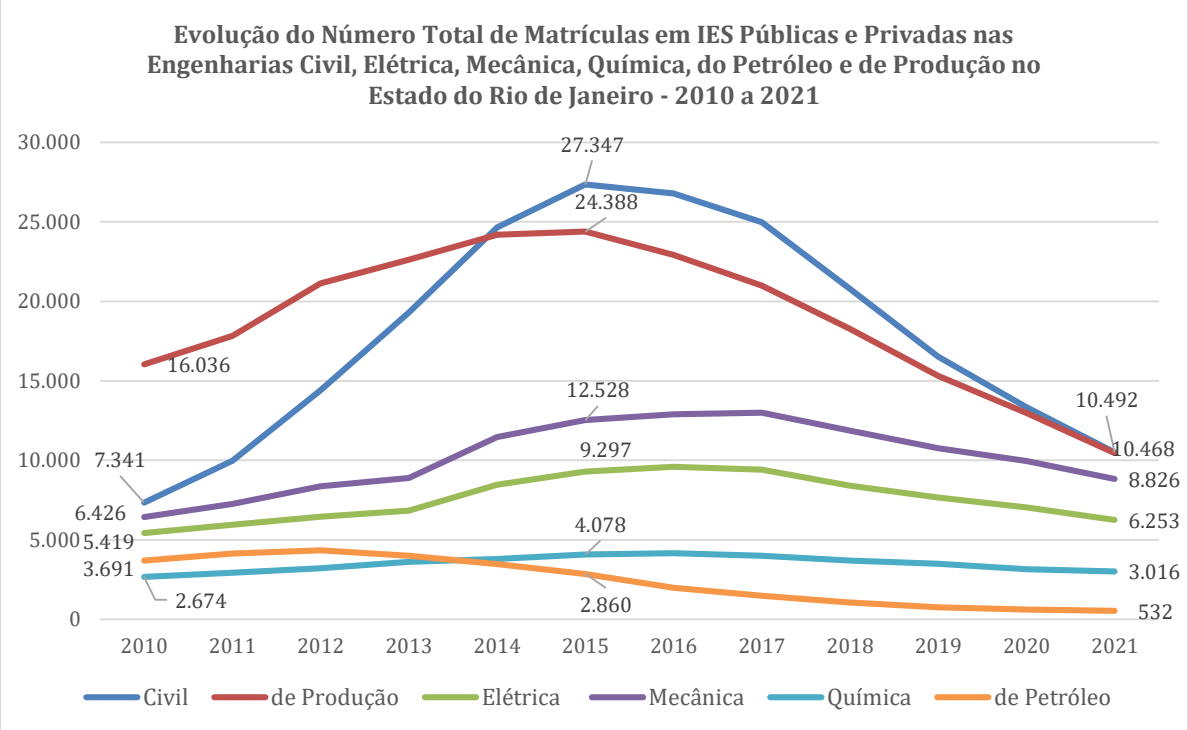


Gráfico 2: Evolução do número de matrícula nas IES Públicas e Privadas nas engenharias (Civil, Elétrica, Mecânica, Química, de Petróleo e de Produção) no estado do Rio de Janeiro – 2010 a 2021
Fonte: Elaborado pelos autores com base no INEP (2023)

Conclusões

Esse cenário caracteriza-se como um grave colapso na formação de engenheiros no Brasil e no ERJ, fazendo-se repetir o risco de escassez de engenheiros observado no mercado de trabalho no período de dinamismo econômico. Como já foi anunciado pelo Governo Federal um novo PAC, esse risco de escassez pode se transformar em realidade em um intervalo de tempo breve.

Frente a esse quadro, faz-se urgente o desenvolvimento de medidas que venham apoiar e fomentar o ensino superior de engenharia, seja nas IES públicas, como foi o caso dos programas REUNI e da expansão dos CEFETs, seja nas privadas, como foi o caso dos programas FIES e REUNI.

Referências

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Novo Painel de estatísticas do Censo da Educação Superior do INEP DATA. Acesso on line: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjUzZjU2YzItY2VlZC00MzcwLTk4OWYtODMzNWEyNzJkM2ZhIiwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9. Acesso em: 13/09/2023.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) do Ministério do Trabalho. Acesso on line. https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php. Consulta em: 13/09/2023.

Agradecimentos

À FAPERJ, pelo apoio financeiro ao projeto “A REESTRUTURAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NAS REGIÕES PRODUTORAS E AS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA E NO TERRITÓRIO FLUMINENSE”

EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: ANÁLISE DAS EXPECTATIVAS E DA REALIDADE PARA AS JUVENTUDES DIANTE DO NOVO ENSINO MÉDIO

Luiza Barboza Pereira[1]

Resumo: O Novo Ensino Médio (NEM), implementado no Brasil, visa flexibilizar o currículo e alinhar a formação escolar às demandas do mercado de trabalho. Este estudo investiga como a reforma impacta a formação e a empregabilidade dos jovens em São João da Barra-RJ, um município marcado pela instalação do Complexo Portuário e Industrial do Açu. A pesquisa se fundamenta em uma abordagem crítica, inspirada nos trabalhos de Gray & Smith (2024), Cuervo & Miranda (2023), Fraser (1991) e Merklen (2013), questionando se o NEM promove inclusão social genuína ou reforça desigualdades e controle social. O estudo avalia se as opções dos itinerários formativos são percebidas como oportunidades reais ou formas de exclusão e se consideram as necessidades específicas dos jovens vulneráveis. Ao analisar a distribuição de oportunidades, reconhecimento das identidades e participação nas escolhas educacionais, busca-se compreender o papel do NEM na promoção de justiça social.

Palavras-chave: Juventudes; Ensino Médio; Itinerários Formativos; Projeto de Vida; Empregabilidade;

Abstract: The New High School (NEM), implemented in Brazil, aims to make the curriculum more flexible and align school education with the demands of the labor market. This study investigates how the reform impacts the education and employability of young people in São João da Barra-RJ, a municipality marked by the installation of the Port and Industrial Complex of Açu. The research is grounded in a critical approach inspired by the works of Gray & Smith (2024), Cuervo & Miranda (2023), Fraser (1991), and Merklen (2013), questioning whether the NEM promotes genuine social inclusion or reinforces inequalities and social control. The study assesses whether the options within the formative itineraries are perceived as real opportunities or as forms of exclusion, and if they adequately consider the specific needs of vulnerable young people. By analyzing the distribution of opportunities, identity recognition, and participation in educational choices, the aim is to understand the role of the NEM in promoting social justice.

Keywords: Youth; High School; Formative Itineraries; Life Project; Employability.

Resumen: El Nuevo Bachillerato (NEM), implementado en Brasil, busca flexibilizar el currículo y alinear la formación escolar con las demandas del mercado laboral. Este estudio investiga cómo la reforma impacta la formación y la empleabilidad de los jóvenes en São João da Barra-RJ, un municipio marcado por la instalación del Complejo Portuario e Industrial de Açu. La investigación se basa en un enfoque crítico inspirado en los trabajos de Gray & Smith (2024), Cuervo & Miranda (2023), Fraser (1991) y Merklen (2013), cuestionando si el NEM promueve una inclusión social

[1] Luiza Barboza Pereira, mestranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - luizabarboza@estudante.ufscar.br

genuina o refuerza desigualdades y el control social. El estudio evalúa si las opciones dentro de los itinerarios formativos se perciben como oportunidades reales o como formas de exclusión, y si consideran adecuadamente las necesidades específicas de los jóvenes vulnerables. Al analizar la distribución de oportunidades, el reconocimiento de identidades y la participación en las elecciones educativas, se busca comprender el papel del NEM en la promoción de justicia social.

Palabras clave: Juventudes; Bachillerato; Itinerarios Formativos; Proyecto de Vida; Empleabilidad.

INTRODUÇÃO

A implementação do Novo Ensino Médio no Brasil propõe uma flexibilização curricular por meio dos itinerários formativos, com o objetivo de melhorar a transição dos jovens para o mercado de trabalho. Contudo, sua adequação ao contexto local e às realidades sociais dos estudantes tem gerado debates. Em São João da Barra-RJ, um município transformado socioeconomicamente pelo Complexo Portuário do Açu, esta reforma educacional deve ser analisada à luz das desigualdades regionais e das demandas de qualificação local. Inspirando-se em abordagens críticas de Gray & Smith (2024), Cuervo & Miranda (2023), Fraser (1991) e Merklen (2013), este estudo investiga como as novas diretrizes curriculares afetam as percepções dos jovens sobre sua preparação para o trabalho e se promovem uma inclusão equitativa ou reforçam padrões de controle social e individualização.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes do ensino médio em São João da Barra. A escolha dessa metodologia permite captar as percepções subjetivas dos jovens sobre o currículo do NEM e sua relevância para o mercado de trabalho local. Além disso, uma análise documental das diretrizes educacionais e econômicas complementa a compreensão do impacto socioeconômico da reforma. A pesquisa é orientada pelas perspectivas teóricas da justiça social de Cuervo & Miranda (2023), que enfatizam a importância da distribuição, reconhecimento e participação, e pela crítica à individualização apresentada por Fraser (1991) e Merklen (2013). Esses quadros teóricos ajudam a entender como o NEM regula as oportunidades educacionais e a empregabilidade dos jovens em São João da Barra.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a pesquisa ainda esteja em sua fase inicial, já é possível discutir algumas reflexões preliminares baseadas na análise teórica e no contexto social de São João da Barra. A implementação do Novo Ensino Médio, com sua promessa de flexibilidade curricular e maior preparação para o mercado de trabalho, parece apresentar desafios consideráveis para os jovens locais. Ao aplicar as perspectivas de autores como Gray & Smith (2024), Cuervo & Miranda (2023), Fraser (1991) e Merklen (2013), a análise sugere que, embora o NEM possa oferecer uma diversidade de opções formativas, ele não necessariamente responde às especificidades socioeconômicas da juventude em contextos como o de São João da Barra.

Gray & Smith (2024) levantam a preocupação de que as reformas educacionais, ao enfatizarem itinerários formativos, podem reforçar mecanismos de controle social ao invés de promover uma verdadeira inclusão social. Essa crítica é pertinente ao caso de São João da Barra, onde o Complexo Portuário do Açu cria novas dinâmicas de trabalho, mas a qualificação necessária para os postos oferecidos parece não estar alinhada com a formação proporcionada pelos itinerários locais. Essa desconexão potencializa o risco de exclusão social, sobretudo para os jovens das camadas populares. Cuervo & Miranda (2023) trazem à tona a necessidade de considerar a justiça social na educação a partir das dimensões de distribuição, reconhecimento e participação. No caso do NEM em São João da Barra, questiona-se se essas diretrizes educacionais estão realmente distribuindo oportunidades de forma equitativa ou apenas criando um caminho elitizado para poucos, ao invés de reconhecer as identidades e necessidades locais. Além disso, a participação juvenil no processo de escolha de itinerários parece limitada, o que pode impactar negativamente na adesão ao modelo educacional e no sucesso dessas políticas.

Fraser (1991) e Merklen (2013) oferecem uma crítica à crescente individualização presente nas políticas educacionais e sociais, o que também pode ser observado na reforma do NEM. Ao deslocar a responsabilidade pela qualificação para o indivíduo, o NEM reforça uma lógica meritocrática que não leva em conta as desigualdades estruturais que afetam o acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho. No contexto de São João da Barra, essa abordagem pode estar desconsiderando as limitações socioeconômicas dos jovens em relação à formação técnica, ampliando assim as disparidades no acesso a empregos de qualidade no Porto do Açu.

CONCLUSÃO

Dado que esta pesquisa ainda está em fase inicial, as reflexões aqui apresentadas são preliminares e baseadas em análises teóricas e no contexto socioeconômico de São João da Barra. No entanto, os debates sobre o Novo Ensino Médio (NEM) já apontam para questões importantes, especialmente no que se refere à justiça social, inclusão e controle social, como sugerido por autores como Gray & Smith (2024), Cuervo & Miranda (2023), Fraser (1991) e Merklen (2013). A pesquisa busca avançar na compreensão de como os itinerários formativos oferecidos pelo NEM são percebidos pelos jovens sanjoanenses e se as reformas educacionais estão de fato contribuindo para a inclusão social ou apenas reforçando desigualdades estruturais.

Nas próximas etapas, será fundamental coletar dados empíricos diretamente com os jovens da região, permitindo uma análise mais detalhada sobre suas percepções em relação ao currículo do NEM e sua preparação para o mercado de trabalho. Isso proporcionará uma visão mais concreta sobre o impacto real das mudanças curriculares e o alinhamento entre as expectativas dos estudantes e as demandas socioeconômicas locais, especialmente em um contexto de grandes transformações econômicas como o de São João da Barra.

REFERÊNCIAS

Cuervo, H. y Miranda, A. (2023). S**ocial Justice and Young People: Thinking About Distribution, Recognition, and Participation in Youth Studies.** En J. Wyn et al (eds.), handbook of Children and Youth Studies. https://doi.org/10.1007/978-981-4451-96-3_43-2

Fraser, N. (1991). **La lucha por las necesidades: esbozo de una teoría crítica socialista-feminista de la cultura política del capitalismo tardío.** *Debate Feminista*, marzo, 3-40. https://debatefeminista.cieg.unam.mx/index.php/debate_feminista/article/view/1493/1331

Gray, P., & Smith, R. (2024). **Youth justice and social harm: Towards a 'theory of the good'**. *Criminology & Criminal Justice*, *0*(0). https://doi.org/10.1177/17488958241254446

Merklen, D. (2013). **"Las dinámicas contemporáneas de la individuación"**. En Castel, R., Kessler, G., Merklen, D., Murard, M. Individuación, precariedad, inseguridad ¿desintitucionalización del presente? Buenos Aires: Paidós. Disponible en: https://catedradatos.com.ar/media/Merklen_Las-dinamicas-contemporaneas-4.pdf

POLÍTICA NACIONAL DE INDUÇÃO À GESTÃO DEMOCRÁTICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O PAPEL DO GRUPO ARTICULADOR DE FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS ESCOLARES

Alba Valéria Baensi[1]

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a influência do Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares do Estado do Rio de Janeiro (GAFCE/RJ) como instância indutora de políticas de gestão democrática da escola pública nos municípios fluminenses, no período de 2009 a 2019, tomando como específico município de Macaé, região norte do estado. Para contextualizar, buscou-se discutir conceitos de democracia e de gestão democrática da escola pública, bem como restituir políticas educacionais de fomento à gestão democrática da escola pública no Brasil e abordar o conselho escolar como instrumento de gestão democrática no contexto escolar. O estudo examina em detalhes o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE), política pública que impulsionou a criação do GAFCE/RJ para, em seguida, aprofundar análise sobre atuação desse Grupo como elemento de indução à gestão democrática da escola pública no estado do Rio de Janeiro e, em específico, no município de Macaé.

Palavras-Chave: Gestão Democrática da Escola Pública; Conselhos Escolares; Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (GAFCE/RJ); Macaé.

Abstract

This research aims to analyze the influence of the Articulating Group for Strengthening School Councils of the State of Rio de Janeiro (GAFCE/RJ) as an instance that induces policies for the democratic management of public schools in municipalities in the state of Rio de Janeiro, from 2009 to 2019, taking as a specific municipality the city of Macaé, northern region of the state. To contextualize the study, we sought to discuss concepts of democracy and democratic management of public schools, as well as to restore educational policies to promote the democratic management of public schools in Brazil and to approach the school council as an instrument of democratic management in the school context. The study examines in detail the National Program for Strengthening School Councils, a public policy that drove the creation of GAFCE/RJ, and then deepens the analysis of the performance of this Group as an element of induction to the democratic management of public schools in the state of Rio de Janeiro and, specifically, in the city of Macaé.

Keywords: Democratic Management of Public Schools; School Councils; Articulating Group for Strengthening School Councils (GAFCE/RJ); Macaé.

Resumen

La presente investigación tiene como objetivo analizar la influencia del Grupo Articulador para el Fortalecimiento de los Consejos Escolares del Estado de Río de

[1] Alba Valéria Baensi, Universidade Federal Fluminense e Universidade de São Carlos – abaensi@id.uff.br ou abaensi@ufscar.br

Janeiro (GAFCE/RJ) como instancia inductora de políticas de gestión democrática de las escuelas públicas en los municipios de Río de Janeiro. en el período de 2009 a 2019, tomando el municipio específico de Macaé, región norte del estado. Para contextualizar, buscamos discutir conceptos de democracia y gestión democrática de las escuelas públicas, así como restaurar políticas educativas para promover la gestión democrática de las escuelas públicas en Brasil y abordar el consejo escolar como un instrumento de gestión democrática en el contexto escolar. El estudio examina en detalle el Programa Nacional de Fortalecimiento de los Consejos Escolares, política pública que impulsó la creación del GAFCE/RJ, para luego profundizar el análisis del desempeño de este Grupo como elemento de inducción a la gestión democrática de las escuelas públicas en el estado de Río de Janeiro y, específicamente, en el municipio de Macaé.

Palabras clave: Gestión Democrática de las Escuelas Públicas; Consejos Escolares; Grupo Articulador de Fortalecimiento de los Consejos Escolares (GAFCE/RJ); Macaé.

1. Introdução

Na história contemporânea do Brasil, o debate da gestão democrática tem se intensificado a partir do processo constituinte (1986-1988), que a delineou como um componente imprescindível em todos os setores sociais e, de forma específica, na educação. A partir Constituição Federal de 1988, a gestão democrática insere-se como princípio da educação nacional e, depois na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o que pressupõe o diálogo, a participação e novos processos de gestão e organização do espaço escolar e de relação da escola com a comunidade, visando ao exercício da democracia**.**

Analisar políticas de fomento à gestão democrática significa averiguar a atuação da sociedade organizada, a prática de gestão participativa e a inserção da comunidade em uma discussão necessária e provocativa. No tocante ao PNFCE, é essencial investigar de que maneira ele foi colocado em prática no estado do Rio de Janeiro, como as vertentes desta política foram escolhidas e trabalhadas, assim como compreender por que e por quem foram selecionadas. Nessa tessitura, o GAFCE/RJ tem papel absolutamente fundamental.

Podemos pensar o GAFCE/RJ como uma materialização da forma de pensar a gestão democrática, a partir do desenho estabelecido pela política em âmbito nacional, simbolizada pelo PNFCE, por meio de suas legislações e estratégias, assim como pela complexidade da concepção de seus discursos, como eles são contextualmente mediados e adequados institucionalmente. É preciso compreender que influências decorrem ou não do GAFCE/RJ em determinadas redes públicas municipais deste estado.

O GAFCE surgiu com a intenção de criar e movimentar o Conselho Escolar e se consolidou por meio da participação de todos aqueles que tinham interesse pelo movimento, principalmente os que estavam promovendo o fortalecimento deste colegiado.

2. Materiais e Métodos

Esta pesquisa analisará o papel que o GAFCE tem desempenhado para fortalecer o princípio da gestão democrática da educação na rede pública, enfocando especificamente o município de Macaé, no estado do Rio de Janeiro. Desenvolvo, como hipótese de estudo, que o Grupo Articulador de Fortalecimento dos Conselhos Escolares neste ente federado possibilita uma forma encenada de articulação e consolidação dos conselhos escolares.

Diante desse quadro, a presente pesquisa tem como objetivo geral investigar e analisar a atuação do GAFCE como contexto de influência e de produção de texto na encenação de políticas de gestão democrática da educação na rede pública municipal de Macaé, no estado do Rio de Janeiro, contemplando o período 2009 - 2019.

Pretende-se apontar as possibilidades e limitações evidenciadas no processo de indução à gestão democrática nas redes públicas municipais, a partir da materialização de políticas específicas sobre o tema, tendo em vista as prerrogativas legais instituídas pelo PNFCE, sob a premissa de promover a democratização da educação pública por meio da participação da comunidade na gestão e organização do trabalho escolar, à luz das legislações em vigor.

Para alcançar os objetivos deste estudo, foram propostos inicialmente os procedimentos referentes ao ciclo de políticas, bem como à teoria da atuação da política (theory of enactment) utilizados como métodos de pesquisa para políticas educacionais. Ball (1992) e seus colaboradores fundamentam que essa metodologia se trata de um dispositivo heurístico, ou seja, que não funciona como algo fechado ou acabado, mas sim como uma tentativa de se construir um parâmetro para esse tipo de estudo.

O ciclo de políticas é uma excelente ferramenta teórico-metodológica, pois ajuda a pensar teoricamente o problema, mas também ajuda a pensar metodologicamente a inserção do problema em determinado contexto. A partir deste estudo, então, somos levados a analisar o processo de produção de políticas, ou conforme propõem Bowe,

Ball e Gold (1992), o exame mais detalhado das “arenas” em que a política produzida (contexto de influência e contexto de produção de texto) é implementada (contexto da prática), bem como os efeitos por ela produzidos e as estratégias que ela engendra (contextos de efeitos/resultados e das estratégias políticas).

Os autores ainda nos possibilitam uma leitura atenta das influências e determinações tanto “[...]no nível macro como em nível micro, não tomando essas duas dimensões constitutivas da dinâmica social como entidades isoladas, mas, ao contrário, como inter-relacionadas e sócio-historicamente condicionadas” (Ball; Mainardes, 2011, p. 222).

3. Resultados e Discussões

A gestão democrática das escolas no Brasil está relacionada à democratização da educação, não apenas no que se refere ao acesso, mas também da apropriação dos seus conteúdos assim como da sua abertura para a comunidade, representando o epicentro do próprio processo de democratização política. De acordo com Lima (2014), em alguns momentos ao longo da história, a democratização das organizações educativas e dos poderes escolares afirma-se como um importante aporte para a democratização dos regimes e das instituições políticas, da sociedade e da cultura.

É possível considerar a gestão democrática do ensino público, na perspectiva de Lima (2014), a partir de uma tríade composta por colegialidade, participação e eleição. Ainda convergindo com o proposto por Lima, a colegialidade e a eleição dependem diretamente da participação. A participação é, na verdade, um aspecto indissociável da arena democrática. O autor ainda recorre às relações que consideram a participação dos atores escolares, assim como ao estudo dos espaços colegiados e representativos nela institucionalizados, tal como esclarecido por Amaral (2021, p.977): “buscando entender como seus desenhos, de maior ou menor alcance democrático, mantêm relação com tempo e contexto histórico específicos em que ocorre sua inscrição”.

Na abordagem do ciclo de políticas como referencial teórico-metodológico, as teorias que são utilizar para fundamentar a pesquisa devem dar elementos para que se possa compreender aquilo que está na base das políticas. É importante sempre tentar, na medida do possível, explorar aquilo que o Ball (1994) considera ser a base ontológica da política. Quer dizer, qual é a racionalidade que está presente, qual é a perspectiva, qual é a visão, a representação de sujeito. Como estão presentes as questões de poder, as

questões de subjetividade e outras questões relacionadas também a aquilo que constitui a base da política.

4. Conclusão

Como nos alertam Bowe, Ball & Anne Gold (1992), os processos políticos ocorrem antes mesmo da produção dos textos legislativos. Ademais, é fundamental que não esqueçamos os diferentes ângulos de uma mesma política: a política proposta, ou seja, aquela entendida como a oficial, presente nos primeiros discursos em que são elaboradas; a política de fato, que é o texto político prescrito nos documentos oficiais; e a política em uso, que é a encenação da política, ou seja, sua prática. Faz-se necessário o encadeamento de estudos posteriores para que se saiba sobre a efetividade da gestão democrática na rede pública municipal de Macaé.

Ademais, cabe discutir com a comunidade que vai vivenciar a gestão democrática, o que é democracia e participação, como se constituem no cotidiano. Afinal, estes conceitos não podem ser presumidos, mas devem ser debatidos e problematizados no conjunto das ações desenvolvidas. E, sobretudo, vividos. Neste aspecto, constatou-se não ter havido a contribuição do GAFCE/RJ para o desenvolvimento dessas perspectivas no município de Macaé, nos médio e longo prazos.

5. Referências Bibliográficas

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

_____. Sthephen J. Education Reform: a critical and post-structural approach. London: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

AMARAL, Daniela Patti do. Seleção de diretores/as escolares no RJ: critérios técnicos e participação da comunidade nos textos políticos municipais. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 15, n. 33, p. 973-996, set./dez. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: s.n. 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, DF, n. 248, p.27.833-27.841, de 23 dez. 1996.

A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

José Augusto Ferreira da Silva[1]
Luiz Augusto Caldas Pereira [2]

Resumo: Faz-se fundamental que as instituições formadoras, da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), busquem continuamente responder as transformações e particularidades que dinamizam cada território, no campo das tecnologias, dos setores produtivos, de serviços e socioculturais. A proposta desse resumo expandido é destacar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e o Desenvolvimento Regional (DR), com o objetivo de analisar a interação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) e o Colégio Pedro II (CPII) — instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) — e o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro. Buscou-se examinar a relação estabelecida, entre essas instituições e propor alternativas que possam ampliar ou potencializar a contribuição destas para o desenvolvimento socioeconômico do estado. O estudo está baseado em pesquisa exploratória-descritiva com estudo de caso e estratégias bibliométricas, para levantamento de referenciais bibliográficos. Um dos principais achados é que a Rede Federal tem papel relevante e estruturante na qualificação da força de trabalho e no desenvolvimento do ERJ.
Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Estado do Rio de Janeiro; Desenvolvimento Regional.

Abstract: It is essential that the training institutions of Professional and Technological Education (TVET) continuously seek to respond to the transformations and particularities that dynamize each territory, in the field of technologies, productive, service and socio-cultural sectors. The purpose of this expanded summary is to highlight Professional and Technological Education (TVET) and Regional Development (DR), with the objective of analyzing the interaction between the Federal Institute of Education, Science and Technology of Fluminense (IFFluminense), the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro (IFRJ), the Federal Center for Technological Education Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) and Colégio Pedro II (CPII) — institutions that are part of the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education (RFEPCT) — and the socioeconomic development of the State of Rio de Janeiro. It sought to examine the relationship established between these institutions and to propose alternatives that can expand or enhance their contribution to the socioeconomic development of the state. The study is based on exploratory-descriptive research with case study and bibliometric strategies, to survey bibliographic references. One of

[1] José Augusto Ferreira da Silva, doutorado em Geografia (Unesp), professor nos mestrados em Engenharia Ambiental e em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense - Brasil. E-mail: jaferreirasilva@gmail.

[2] Luiz Augusto Caldas Pereira, doutorado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (UCAM), professor no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Fluminense - Brasil. E-mail: luizcaldas.iff@gmail.com.

the main findings is that the Federal Network has a relevant and structuring role in the qualification of the workforce and in the development of the ERJ.
Keywords: Professional and Technological Education; State of Rio de Janeiro; Regional development.

Resumen: Es fundamental que las instituciones formadoras de Educación Profesional y Tecnológica (EPT) busquen continuamente dar respuesta a las transformaciones y particularidades que dinamizan cada territorio, en el ámbito de las tecnologías, los sectores productivos, de servicios y socioculturales. El objetivo de este resumen ampliado es destacar la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) y el Desarrollo Regional (RD), con el objetivo de analizar la interacción entre el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Fluminense (IFFluminense), el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Río de Janeiro (IFRJ), el Centro Federal de Educación Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ) y el Colegio Pedro II (CPII), instituciones que forman parte de la Red Federal de Educación Desarrollo Profesional, Científico y Tecnológico (RFEPCT) y el desarrollo socioeconómico del Estado de Río de Janeiro. Se buscó examinar la relación que se establece entre estas instituciones y proponer alternativas que puedan ampliar o mejorar su contribución al desarrollo socioeconómico del estado. El estudio se basa en una investigación exploratoria-descriptiva con estudio de caso y estrategias bibliométricas, para el relevamiento de referencias bibliográficas. Uno de los principales hallazgos es que la Red Federal tiene un papel relevante y estructurante en la calificación de la fuerza laboral y en el desarrollo de la ERJ.
Palabras clave: Educación Profesional y Tecnológica; Estado de Río de Janeiro; Desarrollo Regional.

Introdução

A políticas de EPT implementadas pelo Governo Federal a partir de 2003, expande a capilaridade da RFEPCT no Brasil e estado do Rio de Janeiro, com a implantação de novas unidades e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pela Lei nº 11.892/2008. Essas instituições, com autonomia equivalente à das universidades, são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino e têm como uma de suas finalidades, a promoção do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Ademais, a temática do desenvolvimento local e regional surge com frequência em diversos espaços e fóruns de discussão, onde são debatidas as atribuições das instituições dedicadas à formação da força de trabalho. Tais debates ressaltam a importância do trabalho destas instituições seja não apenas coerente com as necessidades imediatas das comunidades regionais, mas também comprometidas com as perspectivas de crescimento social e econômico para além do tempo presente. Nesse sentido, torna-se fundamental que as instituições formadoras busquem continuamente responder as transformações e particularidades que dinamizam cada território, no campo das tecnologias, nos setores produtivos, de serviços e socioculturais.

Em relação à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e à localização das novas unidades em cidades até então desprovidas desse equipamento, fora da capital e mesmo da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro (ERJ), observa-se que essas iniciativas não apenas reduzem as desigualdades de oportunidades educacionais e de formação para o trabalho, como também contrapõem a tendência que um conjunto de autores, como Bacelar (2013), que identifica como uma herança persistente do desenvolvimento brasileiro: a concentração costeira, tanto em termos de contingente populacional quanto em recursos, nas capitais e metrópoles, além de ilhas dinâmicas dispersas de forma fragmentada pelo território nacional, que por óbvio, deve ser considerado as suas escalas geográficas, as condições de barreiras naturais e políticas e as discussões sobre as assimetrias regionais por um prisma geográfico, sociopolítico e conjuntural. Nesse sentido, constata-se que, no ERJ, reproduziu-se em escala subnacional o que ocorreu em âmbito nacional: a marca da expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) promovida pelo Governo Federal a partir de 2003 foi a interiorização da Rede Federal.

Embora, neste estudo, destaca-se a RFEPCT, não se pretende minimizar a relevância de outras instituições que integram a oferta de EPT no ERJ, como a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), bem como universidades e centros de pesquisa, todos fundamentais para o desenvolvimento em ciência e tecnologia (C&T) no estado. O foco na Rede Federal justifica-se pelo fato de este ser um objeto de estudo contínuo e aprofundado por parte dos autores, permitindo uma análise mais crítica e qualificada da atuação e impacto da rede no desenvolvimento socioeconômico.

Material e Métodos

O estudo está baseado em pesquisa exploratória-descritiva, com estudo de caso, uso de estratégias bibliométricas, para levantamento de referenciais bibliográficos, revisão da literatura, análise de dados e geoespacialização dos equipamentos de EPT no ERJ.

Resultados e Discussão

Em 12 de março de 2024 o governo federal anunciou a criação de cem novos campi de Institutos Federais no país, seis localizados no ERJ, dois na capital do estado, um em Belford Roxo, Magé, São Gonçalo e Teresópolis, ampliando e reforçando a presença da Rede Federal na região metropolitana, com duas unidades na capital (Cidade de Deus e Complexo do Alemão),

Belford Roxo e São Gonçalo e em mais um município, Magé; com Teresópolis a rede expande a sua atuação na região Serrana Fluminense.

O ERJ é caracterizado pela diversidade econômico-produtiva que, à escala regional, pode ser apresentada a partir de grupos de municípios que, dada a localização geográfica, recursos naturais, infraestrutura indicam, de um modo geral, as atividades ali dominantes. Os noventa e dois municípios (92) que formam o ERJ tem sido ao longo do tempo organizados, para fins de estudos e pesquisas que adotam referencias geográficos e socioeconômicos de diferentes maneiras.

A Regão Metropolitana concentra um maior número de municípios e representa, aproximadamente, 70% de toda a população residente do estado do Rio de Janeiro que, em 2022, chegou a 16.055.174 milhões de pessoas e com estimativa de 17.219.679 milhões de pessoas, para 2024 (IBGE, 2024).

Com base em dados extraídos dos Cadernos Regionais do Estado do Rio de Janeiro e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (PEDES 2024–2031) e as áreas profissionais presentes nas unidades da Rede Federal[i] na região metropolitana foi sistematizado as atividades econômicas e as áreas de formação profissional na região sumarizadas nas áreas de indústria; informática; administração; elétrica; mecânica; construção civil; ciência da computação; eletrônica; meio ambiente; ciências exatas.

Conclusões

Ao comparar as atividades econômicas com a oferta de EPT, é possível observar uma conexão razoável entre a atuação das instituições da Rede Federal e as necessidades da economia regional. No entanto, considerando a densidade populacional e a carência de unidades da Rede Federal em municípios como Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Japeri, Queimados, Rio Bonito, Seropédica e Tanguá, avalia-se a necessidade de avançar com a pesquisa aprofundando as análises para identificar lacunas e potencializar a contribuição dessas instituições para o desenvolvimento socioeconômico da região. Recomenda-se expandir a análise para outras regiões do estado, como Baixadas Litorâneas, Médio Paraíba, Região Serrana, Norte Fluminense, Noroeste Fluminense, Centro-Sul Fluminense e Costa Verde, com o mesmo propósito.

O estudo confirma o papel relevante da Rede Federal na qualificação da força de trabalho e no desenvolvimento do ERJ. Contudo, é possível avaliar, com mais diagnósticos, necessidades específicas e articulações mais eficientes entre as instituições e os agentes envolvidos nas

temáticas de EPT e desenvolvimento regional venha elevar, ainda mais, o grau de contribuição da Rede Federal para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Referências

BACELAR, T. Tendências do Desenvolvimento Regional recente no Brasil. *In:* BRANDÃO, C. A.; SIQUEIRA, H. (Orgs.). **Pacto Federativo, integração nacional e desenvolvimento regional.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 39-51.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Atualizada pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Poder Executivo, Brasília, DF, 30. dez. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Panorama – 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/panorama. Acesso em: 21 set. 2024.

ANÁLISE CRÍTICA DA RELAÇÃO ENTRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO CAMPUS IFRJ ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN E OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO CENTRO-SUL FLUMINENSE

Rodrigo dos Santos Borges[1]
Jéssica Jesus de Oliveira Pereira[2]
Manuella Leite Siqueira da Roza[3]

Resumo
A instituição pesquisada faz parte de uma rede comprometida com uma formação alinhada às demandas regionais, objetivando consolidar e fortalecer os Arranjos Produtivos Locais, que, além de econômicos, são sociais e culturais. Assim, nos propusemos a examinar a capilaridade regional alcançada pelo campus, buscando entender sua integração aos marcos legais. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa exploratória, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, culminando em uma análise qualiquantitativa da distribuição espacial da origem dos matriculados nos cursos presenciais da instituição. Com a avaliação da relação entre os eixos tecnológicos trabalhados pelo campus e as aglomerações econômicas regionais, concluímos que existe um descompasso entre o perfil da oferta e as necessidades de desenvolvimento regional. Além da baixa relação com os APLs, a oferta de cursos aderentes aos arranjos e concentrações econômicas da capital e região metropolitana fortalece localidades que já possuem diversas oportunidades formativas, desvirtuando o objetivo legal dos Institutos Federais.
Palavras-chave: educação; desenvolvimento local; arranjos produtivos locais.

Abstract
The researched institution is part of a network committed to aligned training with regional demands, aiming to consolidate and strengthen the Local Productive Arrangements (LPA), which, in addition to being economic, are social and cultural. Thus, we proposed to examine the regional capillarity achieved by the campus, seeking to understand its integration with the legal milestones. To this end, we developed an exploratory research, based on bibliographic and documentary research, culminating in a qualitative and quantitative analysis of the spatial distribution of the origin of those enrolled in the institution's in-persons courses. While evaluating the relationship between the technological axes worked by the campus and the regional economic agglomerations, we conclude that there is a mismatch between the profile of the offer and the needs of regional development. In addition to the low relationship with the LPAs, the offer of relevant courses to the economic arrangements and concentrations of the capital and/or metropolitan region strengthens localities that already have several training opportunities, distorting the legal objective of the Federal Institutes.
Keywords: education; local development; local productive arrangements.

Resumen

[1] Rodrigo dos Santos Borges, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) – rodrigo.borges@ifrj.edu.br
[2] Jéssica Jesus de Oliveira Pereira, discente egressa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - jessicabentoifrj@gmail.com
[3] Manuella Leite Siqueira da Roza, discente egressa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - manuellasiqueira4848@gmail.com

La institución investigada forma parte de una red comprometida con la formación en consonancia con las demandas regionales, con el objetivo de consolidar y fortalecer los Arreglos Productivos Locales que, además de ser económicos, son también sociales y culturales. Por lo tanto, nos propusimos examinar la capilaridad regional alcanzada por el campus, buscando comprender su integración con los marcos legales. Para ello, realizamos una investigación exploratoria basada en investigaciones bibliográficas y documentales, que culminó con un análisis cualitativo y cuantitativo de la distribución espacial del origen de los matriculados en los cursos presenciales de la institución. Al evaluar la relación entre los ejes tecnológicos trabajados por el campus y las aglomeraciones económicas regionales, concluimos que existe un desajuste entre el perfil de la oferta y las necesidades de desarrollo regional. Además de la mala relación con las LPAs, la oferta de cursos que se adhieren a los arreglos y concentraciones económicas de la región capital y metropolitana fortalece las localidades que ya cuentan con varias oportunidades de formación, desvirtuando el objetivo legal de los Institutos Federales.
Palabras clave: educación; desarrollo local; arreglos productivos locales.

INTRODUÇÃO

O direito à educação, no escopo da Rede Federal, visa promover uma formação capaz de agregar no desenvolvimento integral do discente. O Ministério da Educação, ao estruturar a Rede Federal de Educação Técnico Profissional, percebeu que, além de uma unidade escolar, a mesma poderia contribuir para o desenvolvimento local. Assim, surge a relação entre a rede federal e os Arranjos Produtivos Locais, que podem ser entendidos como aglomerações de empresas e empreendimentos localizados em um mesmo território, apresentando especialização produtiva, governança conjunta e vínculos de articulação e cooperação com outros atores locais (BRASIL, 2018).

Deste modo, os APLs dialogam com instituições públicas, privadas e mistas que trabalham para o fomento da competitividade industrial e associações de produtos e serviços em uma mesma região, em prol da economia. Porém, com a lei 11.892/2008, a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia passa a ter como foco não só o desenvolvimento econômico, mas também o social e cultural de sua área de influência local e regional.

A partir disso, analisamos o IFRJ - Engenheiro Paulo de Frontin e sua relação com o desenvolvimento da região Centro-Sul Fluminense, onde se situa a instituição, tendo como foco inicial o estudo sobre os eixos econômicos da região. Neste sentido, realizamos um mapeamento socioeconômico da antiga região cafeeira, que hoje é considerada uma região de economia pouco dinâmica, com predominância dos serviços, do comércio e da administração pública na composição do PIB regional. Ainda têm algum destaque na criação de gado, na olericultura e no turismo (SOUZA, 2016).

Diante desses dados, percebemos que o campus IFRJ - Engenheiro Paulo de Frontin oferta cursos que diferem do perfil socioeconômico da região, o que fere um dos princípios da lei

11.892/2008. Assim, o IFRJ/CEPF, que deveria ofertar cursos que conversem com os eixos econômicos regionais, ao oferecer formação baseada nos eixos Informação e Comunicação, Gestão e Negócios e Desenvolvimento Educacional e Social (Quadro 1), não se adapta aos Arranjos Produtivos Locais da região em torno do campus, que tem como principal concentração econômica o turismo (SOUZA, 2016), ligado ao eixo tecnológico de Hospitalidade e Lazer, segundo o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (BRASIL, 2020).

Quadro 1: Cursos e eixos tecnológicos ofertados pelo IFRJ/CEPF

Curso	Eixo Tecnológico	Nível de Ensino	Modalidade
Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	Informação e comunicação	Educação básica	Presencial
Curso Superior de Tecnologia em Jogos Digitais	Informação e Comunicação	Educação Superior	Presencial
Gestão de Projetos e Negócios em Tecnologia da Informação	Gestão e Negócios	Pós Graduação	A distância
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Desenvolvimento Educacional e Social	Pós Graduação	A distância

Fonte: Adaptada de Catálogos Nacionais de Cursos (2020) e Plataforma Nilo Peçanha (2023).

MATERIAL E MÉTODOS

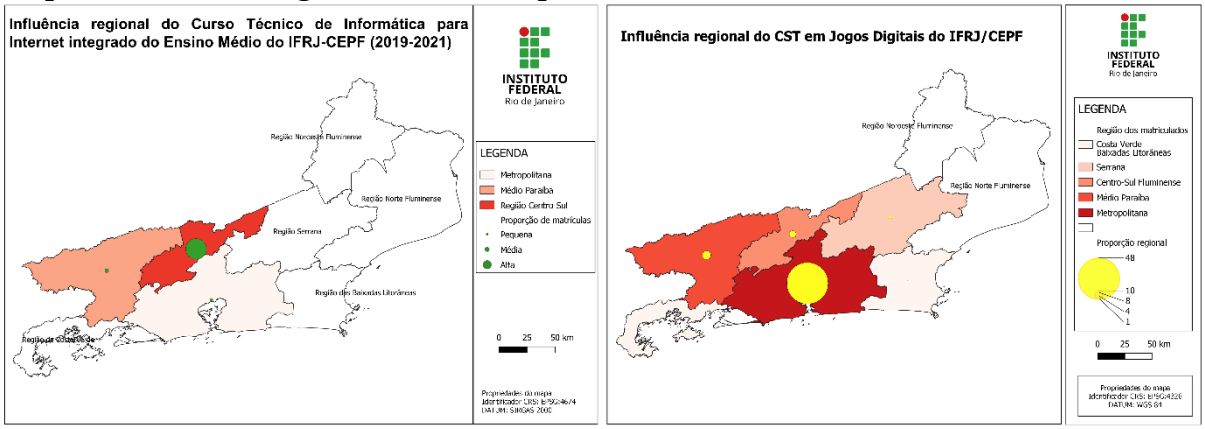
A proposta teve caráter de pesquisa exploratória, precedida por revisão bibliográfica e documental, com o objetivo de apreender melhor o percurso histórico da rede federal, bem como o nível de alinhamento do campus aos objetivos estabelecidos para essa rede. Os procedimentos de pesquisa incluíram a comparação entre os dados e documentos oficiais da rede federal e a distribuição espacial das matrículas dos cursos de nível médio e superior oferecidos pelo campus. Para desenvolver as revisões bibliográficas, foram utilizadas ferramentas digitais de busca e compilação de pesquisas acadêmicas, como o Google Acadêmico e o Scielo. Para a obtenção de dados, trabalhamos com formulários de pedido de informação ao campus, além de dados oficiais disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estratégia de apresentação dos dados foi baseada na produção autoral de mapas temáticos com o suporte do QGIS, além da geração de tabelas, quadros e imagens que serviram como base para a produção das análises de perfil qualiquantitativo propostas por nós.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de Souza (2016) identificou baixa aderência entre os cursos ofertados no IFRJ-CEPF e as concentrações econômicas regionais e aos Arranjos Produtivos Locais. Ao analisarmos a adesão dos cursos, percebe-se que o IFRJ/CEPF é o de menor aderência regional aos APLs e, concomitantemente, o único que não atende a nenhuma atividade produtiva, se comparado a outras regiões onde se situam unidades da Rede Federal (SOUZA, 2016). Isso se

deve à inexequibilidade da função do instituto na oferta de cursos que conversem com as concentrações econômicas nas proximidades do Campus Engenheiro Paulo de Frontin. Consequentemente, percebemos que ocorre uma dissociação entre a área de influência do campus e a área de moradia dos discentes, notadamente daqueles que cursam o nível superior[4]. Para a consolidação desses resultados, foram desenvolvidos mapeamentos digitais com base no número de matrículas registradas pela secretaria dos cursos presenciais entre os anos de 2019 e 2021 e na sua distribuição entre municípios e bairros de moradia declarados pelos discentes[5] (Mapa 1).

Mapa 1: Influência regional dos cursos presenciais do IFRJ/CEPF



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da Secretaria dos cursos do IFRJ - CEPF (2021).

A análise dos resultados apresentou alta taxa de adesão de alunos da região ao curso médio, mostrando que o ensino médio possui grande poder de criar laços de proximidade com o entorno, mesmo que o curso seja voltado à área de informática, em uma localidade caracterizada pela ausência de polos tecnológicos. Entretanto, no curso superior, podemos ver maior pulverização na origem dos matriculados, com a maioria dos alunos provenientes da Região Metropolitana e um baixíssimo percentual de discentes do Centro-Sul Fluminense. Outra questão a ser debatida é que a falta de mercado tecnológico na região contribui para o êxodo de discentes para lugares onde existem maiores ofertas de emprego nessa área, afetando, consequentemente, o princípio dos Arranjos Produtivos Locais, uma vez que a lei 11.892/2008 prevê o fortalecimento das entidades empresariais e do campus em prol do desenvolvimento econômico, social e cultural regional.

[4] Padrão que se repete nos cursos de pós-graduação.
[5] Os dados utilizados foram produzidos de forma a não ser possível qualquer identificação pessoal dos discentes e de seu local de moradia. As planilhas foram construídas baseadas em uma numeração (Aluno 1, Aluno 2) associada ao município de origem informado no cadastro de matrícula.

CONCLUSÕES

O campus é estratégico por ser o único de todo o Centro-Sul Fluminense, uma das regiões mais pobres e menos dinâmicas do estado (SILVA, 2003, p. 31). Ainda assim, oferece cursos que atraem alunos de uma região com grande concentração de unidades da rede, o que representa uma grande distorção entre os objetivos da implantação dos institutos federais e as escolhas de gestão local.

O que se deve analisar é o porquê de os alunos da região metropolitana estarem se locomovendo para a região Centro-Sul Fluminense e os motivos que levam o curso de Jogos Digitais a não atrair pessoas da própria região de influência, visto que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro possui maior índice de instituições federais. Sendo o objetivo da Rede Federal a adesão aos Arranjos Produtivos Locais, a atração de discentes de outras regiões pode não contribuir com o desenvolvimento econômico da localidade. Dessa forma, torna-se indispensável pensar em ações que visem auxiliar no progresso da região Centro-Sul Fluminense, para que assim haja melhoria nas condições de vida das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria MDIC n° 958, de 01 de junho de 2018. Regulamenta o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-958-sei-de-1-de-junho-de-2018-17043054. Acesso em: 15/03/2022

BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 18/03/2022.

SOUZA, Mauro Sergio. P. S. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento territorial no estado do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Niterói, 2016. 233 p. Disponível em: http://app.uff.br/riuff/handle/1/32240. Acesso em: 15/03/2022

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Catálogo nacional de cursos técnicos. 2020. 4º Edição Disponível em: https://cnct.mec.gov.br/ Acesso em: 24/03/2022

SILVA, João Luíz de Figueiredo. Considerações sobre o desenvolvimento territorial na região administrativa centro-sul fluminense - RJ. In MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel Ângelo (ORGs). Revisitando o Território Fluminense. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ pela concessão de bolsas de fomento à pesquisa.

A POLÍTICA DE COTAS NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO: experiências, efetividade e desafios

Shirlena Campos de Souza Amaral[1]
Rafaela Nogueira do Nascimento[2]
Geovana Santana da Silva[3]
Letícia Gomes Alvarenga[4]
Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da Silva[5]

Resumo

O trabalho visa contribuir com os diagnósticos sobre políticas afirmativas para minorias étnico-raciais, sociais e de gênero nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* das universidades estaduais e federais do Rio de Janeiro. Em referência à concepção de justiça como equidade elaborada por John Rawls (2003), foca-se nas fundamentações e os desafios após a Lei Estadual 6.914/2014, adotada no âmbito da UERJ, UEZO e UENF, e da Lei Federal 12.711/2012, aplicada na UFRJ, UFRRJ, UFF e UNIRIO. Especificamente, propõe-se o exame do acesso e da permanência de cotistas entre 2015 a 2023 e o fomento do debate dentre os gestores e a comunidade acadêmica, com fins de elucidar o presente cenário e incentivar o aprimoramento da política na pós-graduação, tendo como premissa as justiças cultural e distributiva. Para tanto, a metodologia incluiu coleta de dados dos discentes, entrevistas semiestruturadas com Coordenadores e Pró-reitores da Pós-graduação, além da revisão bibliográfica e documental.
Palavras-chave: Política de Cotas; Pós-Graduação *Stricto Sensu*; Efetividade; Inclusão Social;

Minorias

Abstract

The work aims to contribute to diagnoses on affirmative policies for ethnic-racial, social and gender minorities in stricto sensu postgraduate courses at state and federal universities in Rio de Janeiro. In reference to the conception of justice as equity elaborated by John Rawls (2003), it focuses on the foundations and challenges after State Law 6,914/2014, adopted within the scope of UERJ, UEZO and UENF, and Federal Law 12,711/2012, applied at UFRJ, UFRRJ, UFF and UNIRIO. Specifically, it is proposed to examine the access and retention of quota holders between 2015 and 2023 and to encourage debate among managers and the academic community, with the aim of elucidating the current scenario and encouraging the improvement of postgraduate policy, taking into account cultural and distributive justice as a premise. To this end, the methodology included data collection from students, semi-structured interviews with Postgraduate Coordinators and Deans, in addition to bibliographic and documentary review.
Keywords: Quota Policy; Stricto Sensu Postgraduate; Effectiveness; Social Inclusion;

[1] UENF, shirlena@uenf.br
[2] UENF, rafaelannasc@gmail.com
[3] UENF, gesantana@gmail.com
[4] UENF, leticia.galvarenga@hotmail.com
[5] UFF, paulineposdocuenf@gmail.com

Resumen

El trabajo tiene como objetivo contribuir a los diagnósticos sobre políticas afirmativas para minorías étnico-raciales, sociales y de género en cursos de posgrado estricto sensu en universidades estatales y federales de Río de Janeiro. En referencia a la concepción de justicia como equidad elaborada por John Rawls (2003), se centra en los fundamentos y desafíos posteriores a la Ley Estatal 6.914/2014, adoptada en el ámbito de la UERJ, UEZO y UENF, y la Ley Federal 12.711/2012, aplicada en la UFRJ, UFRRJ, UFF y UNIRIO. En concreto, se propone examinar el acceso y la retención de los cuotistas entre 2015 y 2023 y fomentar el debate entre los directivos y la comunidad académica, con el objetivo de dilucidar el escenario actual y fomentar la mejora de la política de posgrado, teniendo en cuenta los aspectos culturales y La justicia distributiva como premisa. Para ello, la metodología incluyó recolección de datos de estudiantes, entrevistas semiestructuradas a Coordinadores de Posgrado y Decanos, además de revisión bibliográfica y documental.
Palabras clave: Política de Cuotas; Postgrado Estricto Sensu; Eficacia; Inclusión Social.

INTRODUÇÃO

Reconhecida pelo significativo potencial transformador, a educação formal e o acesso às instituições de ensino superior de caráter público, nos últimos anos tem sido alvo de acalorados debates na sociedade brasileira. No que tange ao meio acadêmico, pesquisas empíricas referentes ao acesso, evasão, permanência, desempenho e conclusão estudantil nos cursos de graduação afastaram os receios e previsões pessimistas então predominantes nos anos iniciais da política pública.

Assim, transcorridas cerca de duas décadas desde o ineditismo do Estado do Rio de Janeiro ao aprovar as Lei nº 3.524/2000 e nº 3.708/2001, a fim de implementar a Política de Cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a vasta difusão das ações afirmativas no território nacional, culminando na sua expansão em 2012 para as instituições de ensino mantidas pela União, recentemente mudanças substanciais são verificadas nos níveis mais altos de instrução, a saber, nos cursos de mestrado e de doutorado.

De fato, a primeira experiência de ações afirmativas em cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil ocorre na Universidade do Estado da Bahia - UNEB em 2002 e, no ano seguinte, a Fundação Carlos Chagas - FCC juntamente à Fundação Ford fomentam a criação em três PPGs de Direito de ações afirmativas para grupos sub-representados. (Nascimento, 2020)

Em 2012, após um longo "vácuo" temporal, por iniciativa de discentes do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS-MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) aprova-se a "política de acesso afirmativo".

Tramitava em paralelo na ALERJ discussões do projeto de lei 694/2011 de iniciativa do deputado estadual Zaqueu Teixeira, que com o engajamento da ONG EDUCAFRO e de cotistas

graduandos destas instituições de ensino, culmina na aprovação das Leis 6.914/2014 e 6.959/2015, único instrumento jurídico estadual existente até o momento, sendo este um marco e incentivo para a expansão das políticas afirmativas em universidades de outros estados. (Venturini, 2019)

Por conseguinte, á nível federal, observou-se a estagnação estatal na proposição de instrumentos normativos para a pós-graduação, restringindo-se por meio da Portaria Normativa MEC nº 13/2016 somente á sugerir que os programas apresentassem propostas inclusivas (Brasil, 2016).[6]

Mediante tal ausência de comando centralizado e tendo em vista a autonomia administrativa e de gestão concedida pelo Art. 207 da Constituição Federal de 1988, as universidades foram gradativamente adotando políticas de ações afirmativas, de maneira que até janeiro de 2018 verificou-se que havia 737 (setecentas e trinta e sete) iniciativas dentre os programas de pós-graduação stricto sensu acadêmicos de universidades públicas brasileiras em funcionamento e com nota acima de 3 na Avaliação quadrienal da CAPES de 2017. (Venturini, 2019)

Necessário para que se modificasse o cenário a assunção da Presidência pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva em 2023. Assim, foram as recentes alterações na Lei nº 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, tornando obrigatória a reserva de vagas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas instituições federais de ensino e a priorização de cotistas na concessão de auxílio estudantil. (Brasil, 2023)

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada consiste na coleta de dados e informações dos estudantes nas fichas de matrícula junto às Secretarias Acadêmicas e Pró-Reitoria de Pós-Graduação das universidades em questão, entrevistas semiestruturadas dirigidas aos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação e aos Pró-reitores de Pesquisa e Pós-graduação, além da revisão bibliográfica e documental sobre a temática, por meio de consultas aos arcabouços teóricos relativos aos estudos que envolvem o tema de forma multidisciplinar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além do acompanhamento deve existir, sobretudo, um canal de diálogo aberto, onde discentes, docentes e assistentes sociais sejam convidados a contribuir no aprimoramento da política. Ressalta-se que o informe da aprovação da Lei de Cotas e a ordem para sua implementação

[6] Tão frágil seu caráter vinculante, que em 2020 durante o governo de centro-direita de Jair Bolsonaro (2019 – 2022) o então Ministro da Educação, Abraham Weintraub revoga e no mesmo ano o Ministro Interino Antônio Vogel tornou sem efeito a revogação.

sucedeu de forma inesperada e arbitrária para as comunidades acadêmicas, via publicação em Diário Oficial. (Silva, 2020)

Entretanto, este formato de processo decisório *top down* adotado na sua formulação não precisa persistir no decorrer de sua implementação e, com efeito, deve ser repudiado no contexto específico da Política de Cotas dos Programas de Pós-Graduação das Universidades do Estado do Rio de Janeiro. Isso posto, esta comunicação mostra-se elementar para assegurar a eficácia e efetividade da política nos níveis mais elevados de formação, sendo as fragilidades e sugestões explicitadas pelos cotistas na seção anterior indício das inadequações da Política pública em questão. (Nascimento, 2021)

No que se refere às pessoas Trans, a adoção da política nas universidades federais em contraponto a ausência nas universidades estaduais, revelou-se, à luz dos discursos dos gestores, resultante da falta de legislação específica que regulamente o tema, invocou a necessidade de debates as universidades federais a necessidade de debates com o olhar voltado as necessidades da sociedade. Foram enviados questionarios ao 87 programas da UFF e 38 da UFRRJ, participando da pesquisa 35 programas, sendo 27 da UFF e 8 da UFFRJ, apresentando o cenário de 15 programas com cota para pessoas Trans, correspondendo a 57,1% dos entrevistados, sendo 10 da UFF e 5 da UFRRJ. (Alvarenga, 2024)

CONCLUSÕES

Em síntese, esta pesquisa evidencia a complexidade da implementação da Política de Cotas na pós-graduação e destaca a necessidade de adaptações para alcançar efetivamente os objetivos de inclusão social e diversidade no ensino superior. Os resultados obtidos servem como base para futuras adaptações nos processos seletivos e alterações legislativas, apontando caminhos para melhorias significativas na área.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Shirlena Campos de Souza. O acesso do negro às instituições de ensino Superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do caso UENF. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais – PPGPS, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva. Desigualdades de cor/raça e sexo entre pessoas que frequentam e titulados na pós-graduação brasileira: 2000 e 2010. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Orgs.).Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 14.723, De 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.

NASCIMENTO, Rafaela Nogueira do; AMARAL, Shirlena Campos de Souza. Percursos formativos ascendentes: estudo acerca dos discentes da pós-graduação stricto sensu da UERJ, UENF e UEZO ingressantes via ação afirmativa. In: Shirlena Campos de Souza (Org.). Política de cotas na Pós-graduação stricto sensu: experiências das universidades estaduais do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes (RJ): Encontrografia, 2021.

SILVA, Geovana Santana da. A aplicabilidade da política de cotas nos cursos de Pós-graduação stricto sensu das universidades estaduais do Rio de Janeiro: uma análise sobre a efetividade a partir da percepção dos gestores. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem – PPGCL, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Ação afirmativa na pós-graduação: o Programa Internacional de Bolsas da Fundação Ford na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC/SEP, 2013.

A PERDA DE ROBUSTEZ DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES TÉCNICOS

Páulea Zaquini[1]
Fernanda Costa[2]

Resumo: Em sentido oposto ao que se vem sendo observado no país, o registro de matrículas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no estado do Rio de Janeiro tem sido computado, com maior prevalência, em instituições privadas. No entanto, tal resultado não decorre apenas da ampliação no número de matrículas nessas instituições, mas de uma queda recorrente, entre anos, no número de matrículas em instituições públicas vinculadas ao governo estadual. Ademais, a análise do registro de matrículas em cursos técnicos no estado tem indicado alta concentração de matrículas em poucas habilitações, além de especializações nas formas de oferta por rede, fatores que vão de encontro a princípios preconizados na Constituição Federal. Assim, fundamentado na defesa de uma educação pública pujante, este trabalho discorre sobre o perfil da oferta de cursos de EPTNM no estado, destacando características da forma de oferta desses cursos e as habilitações ofertadas.

Palavras-chave: educação profissional técnica; educação pública; território fluminense; setores produtivos; transformação social.

Abstract: In the opposite direction to what has been observed in the country, the registration of enrollments in Middle Level Technical Vocational Education courses in the state of Rio de Janeiro has been computed, with higher prevalence, in private institutions. However, this result does not only result from the increase in the number of enrollments in these institutions, but from a recurring drop, between years, in the number of enrollments in public institutions linked to the state government. In addition, the analysis of the registration of enrollments in technical courses in the state has indicated a high concentration of enrollments in few qualifications, in addition to specializations in the forms of offer by network, factors that don't meet the principles recommended in the Federal Constitution. Thus, based on the defense of a vibrant public education, this work discoursed on the profile of the provision of EPTNM courses in the state, highlighting characteristics of the way these courses are offered and the qualifications offered.

Keywords: technical professional education; public education; Rio de Janeiro territory; productive sectors; social transformation.

Resumen: Contrariamente a lo observado en el país, el registro de matrícula en cursos de Educación Profesional Técnica de nivel secundario en el estado de Río de Janeiro se ha computado, con mayor prevalencia, en instituciones privado. Sin embargo, este resultado no es sólo el resultado de la expansión del número matrícula en estas instituciones, pero una caída recurrente, entre años, em número de matrículas en instituciones públicas vinculadas al gobierno estatal. Además, el análisis de los registros de matrícula en carreras técnicas en el estado há indicaron una alta concentración de matriculaciones en unas pocas titulaciones, además de especializaciones en las formas de prestación por red educativa, factores que contradicen los principios recomendados en la Constitución Federal. Así, a partir de la defensa de una educación pública próspera, este trabajo analiza el perfil de la oferta de cursos EPTNM en el estado, destacando características de la forma en que se ofrecen estos cursos y las calificaciones ofrecidas.

Palabras clave: educación profesional técnica; educación pública; territorio de Río de Janeiro; sectores productivos; transformación social.

---

[1] Páulea Zaquini Monteiro Lima. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: paulea.zaquini@fiocruz.br

[2] Fernanda Cosme da Costa. Instituto Federal do Rio de Janeiro. fernandacosme@yahoo.com.br

Introdução

A oferta de educação pública, gratuita e de qualidade é condição necessária para a formação humana e o desenvolvimento social dos territórios. No entanto, desde o ano de 2013, o registro de matrículas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no estado do Rio de Janeiro tem sido computado, com maior prevalência, em instituições privadas; fato que não assegura direitos sociais discriminados na Constituição Federal, entre eles os relacionados à "igualdade de condições para acesso e permanência na escola" (Brasil, 1988. Art. 206. Inciso I), e à garantia do "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um" (Brasil, 1988. Art. 208. Inciso V).

Sobre a redução de direitos sociais, Boschetti (2018) ressalta que "os processos de alienação de bens públicos transformando-os em mercadorias, a exemplo das privatizações da saúde e educação, também podem ser entendidos como processos de expropriação" do trabalhador, constituindo em "renovadas formas de garantia da acumulação de capital" (Boschetti, 2018. p. 154).

Além disso, é preciso destacar que a educação é um ato político e, nesse contexto, ela deve superar processos formativos que estejam fundamentados numa "qualificação estreita e precarizada" (Kuenzer e Grabowski, 2006) com foco no atendimento imediato dos setores produtivos já instituídos, passando a ocupar uma concepção de formação para o atendimento das demandas da transformação social.

Assim, fundamentado na defesa da oferta de educação pública para emancipação de trabalhadores com vistas à transformação social, e com o objetivo de subsidiar a reorganização da oferta de cursos de EPTNM no estado do Rio de Janeiro, este trabalho discorre sobre o perfil da oferta de cursos de EPTNM no estado, destacando, entre outras características a forma de oferta desses cursos e as habilitações ofertadas.

Material e Métodos

O estudo, que tem como processo reunir, correlacionar e analisar dados sobre a oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2019 e 2022, está ancorado, predominantemente, nos registros disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a formação técnica no território fluminense.

Nesse contexto, as análises referentes ao quantitativo de matrículas por rede, por dependência administrativa, pela forma de oferta, pelas habilitações ofertadas e pela distribuição dessas matrículas no território fluminense são realizadas sob a perspectiva do

materialismo histórico-dialético, razão pela qual buscamos expor a redução do papel do estado do Rio de Janeiro na oferta desta modalidade de educação profissional.

Não obstante, com o objetivo de apresentar um estudo fundamentado numa perspectiva histórica mais alongada, e em perspectiva comparada, foram analisadas ainda as tendências da oferta dos cursos de EPTNM no estado do Rio de Janeiro e no território nacional entre os anos de 2007 e 2022.

Resultados e discussões

O registro de matrículas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no estado do Rio de Janeiro não vem acompanhando algumas tendências nacionais, entre elas a de maior registro de matrículas nesses cursos na rede pública, tendência essa garantida no território nacional, em boa medida, pelo protagonismo das instituições estaduais.

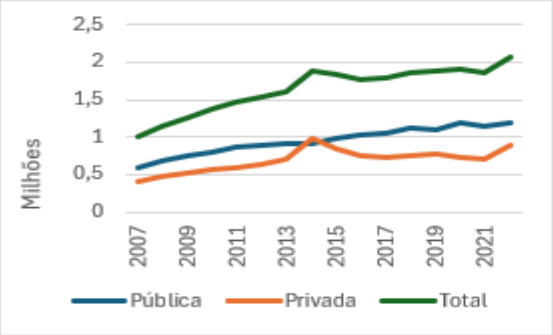
Tais fatos podem ser observados nas Figuras 1, 2, 3 e 4 que apresentam, para o período 2007-2022, o registro de matrículas em cursos de EPTNM no país e no estado pelas redes pública e privada (Figuras 1 e 2) e pelas dependências administrativas – municipal, estadual, federal e privada (Figuras 3 e 4).

Sobre a distribuição das matrículas por forma de oferta – integrada, concomitante e subsequente -, os dados analisados referentes ao período de 2019 a 2022 vão ao encontro dos estudos de Gawryszewski, Marques e Lavouras (2018). Assim como esses autores, os dados encontrados indicam alta especialização da forma de oferta por rede, onde, no quadriênio 2019-2022, 86,96% das matrículas na forma integrada foram registradas na rede pública, e 86,06% e 87,74% das matrículas nas formas concomitante e subsequente, respectivamente, na rede privada.

Ainda sobre concentrações e especializações relacionadas às matrículas em cursos de EPTNM no estado do Rio de Janeiro, dados relacionados à oferta das habilitações indicam que há alta concentração em duas únicas habilitações técnicas, - o curso técnico em Enfermagem e o curso técnico em Administração -, além do curso Normal/Magistério, que juntos representaram mais de 50% das matrículas em cursos de EPTNM no estado no período 2019-2022.

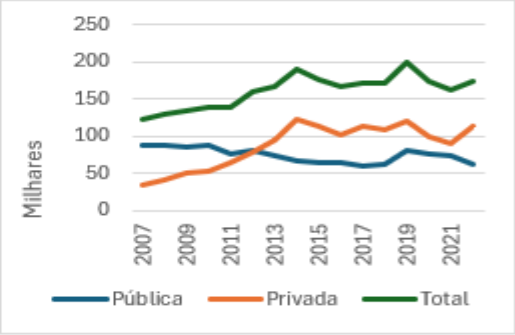
Destaca-se ainda que o estado do Rio de Janeiro vem recuando, em termos percentuais, quanto à sua participação na formação de trabalhadores de nível técnico no país. Se no ano de 2007 o estado foi responsável pela formação de 12,03% dos trabalhadores do país nesta etapa formativa, no ano de 2022 esse percentual foi de 8,42%. Queda essa que reitera a perda de robustez do estado na formação de trabalhadores técnicos.

Figura 1: Matrículas em cursos de EPTNM por rede e total - Brasil (2007-2022)



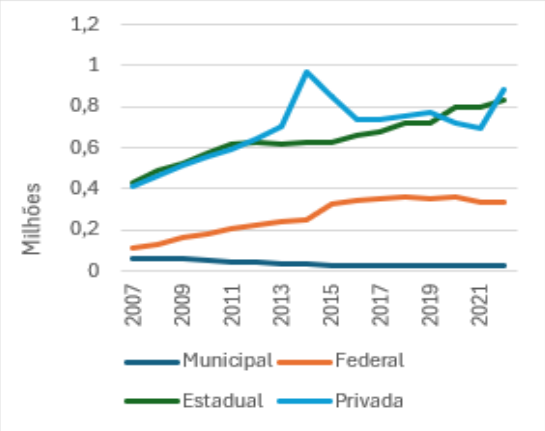
Fonte dos dados: Inep (2024). Elaboração das autoras.

Figura 2: Matrículas em cursos de EPTNM por rede e total - Rio de Janeiro (2007 – 2022)



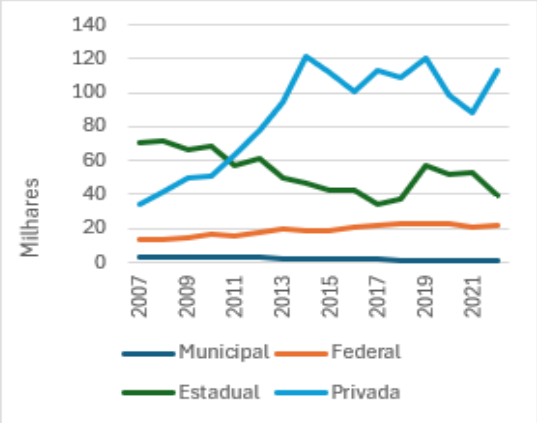
Fonte dos dados: Inep (2024). Elaboração das autoras.

Figura 3: Matrículas em cursos de EPTNM no país por dependência administrativa (2007 – 2022)



Fonte dos dados: Inep (2024). Elaboração das autoras.

Figura 4: Matrículas em cursos de EPTNM no estado do Rio de Janeiro por dependência administrativa (2007 a 2022)



Fonte dos dados: Inep (2024). Elaboração das autoras.

Conclusões

Para além da prevalência das matrículas na rede privada, e do decadente protagonismo do estado do Rio de Janeiro na oferta de cursos de EPTNM, os dados analisados indicaram que há especializações nas redes relacionadas tanto às formas de oferta quanto às habilitações ofertadas. Especializações essas, que no caso da rede pública, seguem em sentido oposto a enunciados feitos na Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988).

Nesse contexto, ao se restringir o acesso a cursos de EPTNM por meio do déficit de vagas, ou em função da forma e da localidade da oferta, ou pela não oferta de diferentes habilitações profissionais, o estado do Rio de Janeiro não cumpre com suas obrigações constitucionais, nem mesmo contribui para o alcance da meta de número 11 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2014) que discorre sobre a expansão das matrículas em EPTNM no decênio, em especial no segmento público.

Referências

BOSCHETTI, I. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, I. (orgs). **Expropriação e direitos no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

—. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

—. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Minstério da Educação. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. 4a edição. Brasília, 2020. Disponível em Catálogo Nacional de Cursos Técnicos | CNCT (mec.gov.br).

GAWRYSZEWSKI, B.; MARQUES, G. M.; LAVOURAS, F.. Análise da oferta da Educação Profissional no estado do Rio de Janeiro. Crítica Educatica, jan./jun. de 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Aplicadas Anísio Teixeira. Planilha enviada às autoras com dados relacionados às matrículas em cursos de educação profissional técnica no estado do Rio de Janeiro no período 2019-2021. Inep, 2022.

—. Planilha enviada às autoras com dados relacionados às matrículas em cursos de educação profissional técnica no estado do Rio de Janeiro no ano de 2022. Inep, 2023.

—. Registro de matrículas em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil e no estado do Rio de Janeiro por rede e dependência administrativa. Dados disponíveis em Estatísticas Censo Escolar — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br), atualizada em 22 de fevereiro de 2024. Inep, 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSKI, Gabriel. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. PERSPECTIVA, jan/jun de 2006.

A CRISE FISCAL E O (DES)FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Professor Doutor Fábio Araujo de Souza[1]

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o financiamento da educação com ênfase no cumprimento do percentual mínimo constitucional e a crise fiscal que se aprofundou nos governos do estado do Rio de Janeiro a partir de 2017. A educação é direito de tosse e dever do Estado e da família, segundo o artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Para materializar esse direito o artigo 212 determina a aplicação de um percentual mínimo de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Coincidindo com a crise fiscal do estado do Rio de Janeiro, o governo estadual vem descumprindo a aplicação do percentual mínimo no ensino estadual. Esta pesquisa constatou que mais de R$ 10 bilhões obrigatórios não foram aplicados na educação estadual, dessa forma, confirma-se o descompromisso dos governos estadual com a educação.

Palavras-chave: Pré-sal; Percentual mínimo constitucional; Rio de Janeiro

THE FISCAL CRISIS AND THE (DE)FINANCING OF EDUCATION IN THE STATE SCHOOL SYSTEM OF RIO DE JANEIRO

Abstract

This research aims to analyze the financing of education, with an emphasis on compliance with the minimum constitutional percentage and the fiscal crisis that has deepened in the governments of the state of Rio de Janeiro since 2017. Education is a right and a duty of the state and the family, according to article 205 of the 1988 Federal Constitution. To materialise this right, article 212 determines that a minimum percentage of taxes must be spent on the maintenance and development of education. Coinciding with the fiscal crisis in the state of Rio de Janeiro, the state government has been failing to apply the minimum percentage to state education. This research found that more than R$ 10 billion obligatory were not applied to state education, thus confirming the state governments' lack of commitment to education.

Keywords: Pre-salt; Constitutional minimum percentage; Rio de Janeiro

LA CRISIS FISCAL Y LA (DES)FINANCIACIÓN DE LA EDUCACIÓN EN EL SISTEMA ESCOLAR PÚBLICO DE RÍO DE JANEIRO

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar la financiación de la educación con énfasis en el cumplimiento del porcentaje mínimo constitucional y la crisis fiscal que se ha profundizado en los gobiernos del estado de Río de Janeiro desde 2017. La educación

[1] Faculdade de Educação e Programa de Pós-graduação em Educação Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: f.asouza@yahoo.com.br

es un derecho y un deber del Estado y de la familia, según el artículo 205 de la Constitución Federal de 1988. Para materializar este derecho, el artículo 212 determina que un porcentaje mínimo de los impuestos debe destinarse al mantenimiento y desarrollo de la educación. Coincidiendo con la crisis fiscal del estado de Río de Janeiro, el gobierno del estado no ha aplicado el porcentaje mínimo a la educación estatal. Esta investigación descubrió que más de 10 billones de reales obligatorios no se aplicaron a la educación estatal, confirmando así la falta de compromiso de los gobiernos estatales con la educación.
Palabras clave: Pré Sal; Porcentaje mínimo constitucional; Río de Janeiro

A CRISE FISCAL E O (DES)FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Introdução

A educação é um direito social determinado pelo artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88). Para garantir o direito social da educação a CRFB/88, no seu artigo 212, determina a aplicação de percentuais mínimos de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), no caso dos estados esse percentual é de 25%, no mínimo. Em caso de descumprimento da aplicação do percentual mínimo de impostos na MDE a alínea (e) do artigo 34, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 29 de 2000 (EC n. 29/2000), determina a intervenção da União nos estados e no DF. O descumprimento pode ensejar, também, sanções administrativa, civil ou criminal.

Destaca-se, que a partir de 2017, o estado do RJ declarou uma crise financeira e entre as causas da mesma destacam-se: a corrupção desenfreada - que entre outros efeitos culminou na prisão do então governador Sérgio Cabral do PMDB -, a desenfreada renúncia fiscal[2], o aumento do desemprego; a queda da arrecadação tributária e da produção industrial; os aumentos dos gastos governamentais, sobretudo em áreas, como administração, segurança pública e marketing. Através da Lei Complementar Federal n. 159/2017 foi criado o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para auxiliar os estados com desequilíbrio financeiro grave, fornecendo recursos para o ajuste de suas contas. Ao aderir o RRF o estado criou o Programa de Recuperação Fiscal 2017/2020 (PRF).

O PRF previa como medidas para a recuperação fiscal, dentre outras: privatizar a CEDAE, realizar concurso público apenas para reposição de pessoal; alterar o regime de

[2] Segundo o relatório de auditoria de contas do governo estadual do exercício financeiro de 2018 elaborado pelo TCE-RJ, de 2007 a 2018 o governo estadual renunciou mais de R$ 86 bilhões em receita devido a desenfreados benefícios fiscais. Em 2024, o valor das renúncias fiscais chegará a aproximadamente R$ 23 bilhões, segundo a LOA-2024. (Rio de Janeiro [estado]; 2018; 2023).

previdência dos servidores estaduais; adotar um teto para as despesas públicas de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e reduzir incentivos fiscais. Contudo, o PRF I fracassou, pois embora a receita tributária tenha aumentado a política de austeridade fiscal foi seletiva afetando, sobremaneira, os servidores públicos e a população usuária dos serviços sociais. Em 2021, a Lei Complementar Federal n.º 178/21, alterou a LCF n. 159/17 e prorrogou o RRF, com isso o estado do Rio de Janeiro aprovou um novo RRF II que teve um PRF de duração de 10 anos.

Destaca-se que o artigo 2º, § 4º, inciso IV, da LC n. 159/17, incluído pela LC n. 178/21, determina que as despesas em saúde e educação em razão de eventual diferença positiva entre a variação anual das bases de cálculo das aplicações mínimas do percentual mínimo constitucional, bem como o Novo Fundeb permanente e a variação do IPCA no mesmo período não serão limitadas ao RRF. Isso significa que nem mesmo o RRF possibilitou a frustração da aplicação dos percentuais mínimos constitucionais na saúde e na educação.

Material e Métodos

Esta pesquisa baseou-se na Teoria Crítica para analisar o financiamento da educação da rede estadual do estado do Rio de Janeiro no contexto de crise fiscal, financeira e orçamentária que se intensificou em 2017. O pesquisador não deve deixar que a pseudoconcreticidade do objeto o engane, pois é necessário saturar as determinações do mesmo para que se encontre a real concreticidade e, portanto, a verdade acerca desse objeto, mesmo que essa verdade seja provisória (KOSIK, 1976). para tanto, esta pesquisa analisou, documentos da prestação de contas do governo estadual, relatórios de auditoria das contas de governo, legislações pertinentes, Lei Orçamentária Anual, base de dados acerca do financiamento da educação estadual e Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Os dados foram selecionados, analisados e sistematizados em tabela para serem expostos neste artigo.

Resultados e Discussão

A Tabela I apresenta dados acerca da receita líquida do governo estadual e dos montantes e dos percentuais aplicados no ensino nos exercícios financeiros de 2020 a 2023. Embora a pandemia tenha afetado a arrecadação do governo estadual, a RLIT foi crescente. Destaca-se que, em 2019, a RLIT foi de mais de R$ 41 bilhões e tem sido crescente até

hoje, como pode-se observar na Tabela I. Consequentemente o montante de receitas para a MDE, também cresceu. Porém, segundo o TCE-RJ o governo descumpriu o percentual mínimo em 2020 e 2021 aplicando parte das receitas do ensino em despesas não determinadas pelo artigo 70 da LDB.

Tabela I - Receita e despesa para a manutenção e desenvolvimento do ensino do ERJ. Valores nominais (R$ 1,00)

Exercício financeiro	RLIT (TCE RJ)	MDE (TCE RJ)	% (TCE RJ)	% (RREO)
2017	37.756.790.651,00	9.205.616.736,00	24,38	24,41
2018	41.918.296.888,00	10.405.823.598,00	24,82	24,92
2019	41.477.158.893,00	10.133.012.604,00	24,43	25,49
2020	43.137.265.573,00	10.784.316.393,00	21,84	22,72
2021	52.517.067.411,00	13.129.266.853,00	23,01	23,23
2022	52.965.426.459,41	13.612.835.638,95	25,20	25,70
2023	56.042.865.292,00	14.476.116.775,00	25,83	26,20
2024*	57.532.822.324,00*	14.408.221.580,00*	-	25,04*

Fonte: Dados retirados do Relatório da Coordenadoria Setorial de Contas de Governo Estadual do TCE-RJ.
* Dados extraídos da Lei Estadual n. Lei nº 10.277/2024 – Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2024.

Em 2013, entrou em vigor a lei federal 12.858/2013 que destina **exclusivamente** para a educação **pública**, com **prioridade para a educação básica**, especialmente na educação básica **pública** em tempo integral, **inclusive** para despesas relativas a pagamento de **salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública**, e para a saúde as receitas da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural cujos contratos tenham sido celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012 (75% para educação e 25% da saúde).

As receitas do Pré-sal com educação alcançaram o valor acumulado de mais de R$ 7,5 bilhões no período analisado. Contudo, essas receitas não foram aplicadas na educação estadual como constatou o Relatório da Coordenadoria Setorial de Contas de Governo Estadual do TCE-RJ, do exercício financeiro de 2023, em uma afronta direta à lei federal. Destaca-se que as receitas oriundas da aplicação financeira dessas receitas também devem ser contabilizadas e somadas ao montante geral das mesmas.

Conclusões

Conforme demonstrado acima há mais de R$ 10 bilhões de reais de receitas legalmente devidas à educação que permitem ao governo atender integralmente às demandas do Sindicato. Ressalta-se que na LOA de 2023 prévia exceder o limite de gastos com pessoal determinado pela LRF (60% da receita corrente líquida, a LOA/2023 prevê 63%), porém o governo estadual descumpriu o Plano de carreira e o pagamento do Piso do magistério, bem como, o percentual destinado ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício determinados pela CRFB/88. Por fim, é importante destacar que devido às disponibilidades orçamentárias e fiscais constatadas neste relatório, a decisão para não atender às demandas da educação baseiam-se em critérios, tão somente, políticos de um governo que não prioriza a educação pública estatal, gratuita e de gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação estadual.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://bit. ly/2OSurq0>. Acesso em: 24 maio 2024.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PINTO, Élida Graziane. *30 anos do Plano Real*: entre DRU e sistema de metas de inflação. Revista Eletrônica Consultor Jurídico (ConJur). Publicado em 25 de junho de 2024, 8h00. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-jun-25/30-anos-do-plano-real-entre-dru-e-sistema-de-metas-de-inflacao/>. Acesso em: 24 maio 2024.

RIO DE JANEIRO [estado]. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro de 1989*. Rio de Janeiro/RJ, 1989. Disponível em: <http://www3.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 24 maio 2024.

RIO DE JANEIRO [estado]. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). *Contas Municipais 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023*. Rio de Janeiro/RJ, 2021a. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/consultaprocesso/ pesquisa?tipo=municipio>. Acesso em: 24 maio 2024.

RIO DE JANEIRO [estado]. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Lei Estadual n. Lei nº 10.277/2024 – Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2024. Rio de Janeiro/RJ, 2024. Disponível em: <http://www3.alerj.rj.gov.br/>. Acesso em: 24 maio 2024.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO CONTEXTO DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS: OS REFLEXOS NO ENSINO DA SOCIOLOGIA

Kíssila Neves Soares Vitorino[1]

RESUMO

A presente pesquisa busca refletir sobre a Reforma do Ensino Médio, trazendo discussões relevantes que envolvem o interesse privado neste cenário e uma mudança estrutural no currículo do ensino médio também através da publicação da Base Nacional Comum Curricular. Faz-se necessário um panorama histórico para compreendermos como os aspectos do estado neoliberal influencia as políticas educacionais e o ensino de Sociologia no Brasil. Buscou-se analisar como a trajetória das políticas educacionais, adotadas ao longo da história educacional brasileira, impactaram no ensino de Sociologia e na sua consolidação como disciplina no ensino básico, para compreender os efeitos da reforma no Ensino Médio na disciplina de Sociologia. A fim de atingir os objetivos desta pesquisa, foram empregadas três abordagens metodológicas: a revisão bibliográfica sobre políticas educacionais e sua intersecção com a Sociologia; a análise documental de ocorrências envolvendo a Sociologia desde a redemocratização brasileira até a implementação da Nova BNCC (1996); e a realização de entrevistas com professores do ensino médio da rede pública na região Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Conclui-se que há um claro descaso com a Sociologia, ao retirar essa disciplina do currículo obrigatório, especialmente nas áreas voltadas para a análise social e o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo.
Palavras-chave: Reforma do Ensino Médio, Ensino da Sociologia, políticas neoliberais

ABSTRACT

This research seeks reflection on the Secondary Education Reform, bringing relevant articles that involve private interest in this scenario and a structural change in the secondary education curriculum also through the publication of the National Common Curricular Base. A historical overview is necessary to understand aspects of the state's neoliberal influence on educational policies and the teaching of Sociology in Brazil. We sought to analyze how the trajectory of educational policies, adopted throughout Brazilian educational history, impacted the teaching of Sociology and its consolidation as a subject in basic education, to understand the effects of the reform in High School on the subject of Sociology. To achieve the objectives of this research, three methodological approaches were used: a bibliographic review on educational policies and their intersection with Sociology; the documentary analysis of events that occurred in Sociology since Brazilian redemocratization until the implementation of the New BNCC (1996); and conducting interviews with public high school teachers in the North Fluminense region, in the State of Rio de Janeiro. It is concluded that there is a clear disregard for Sociology, by removing this subject from the mandatory curriculum, especially in areas focused on social analysis and the development of critical-reflective thinking.
Key-words: High School Reform, Teaching Sociology, neoliberal policies

[1] Professora de Sociologia do Instituto Federal Fluminense e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UENF/RJ. E-mail: kineves@gmail.com

RESUMEN

Esta investigación busca una reflexión sobre la Reforma de la Educación Secundaria, trayendo artículos relevantes que involucran el interés privado en este escenario y un cambio estructural en el currículo de la educación secundaria también a través de la publicación de la Base Curricular Común Nacional. Un panorama histórico es necesario para comprender aspectos de la influencia neoliberal del Estado en las políticas educativas y la enseñanza de la Sociología en Brasil. Buscamos analizar cómo la trayectoria de las políticas educativas, adoptadas a lo largo de la historia de la educación brasileña, impactaron la enseñanza de la Sociología y su consolidación como asignatura en la educación básica, para comprender los efectos de la reforma en la Enseñanza Media sobre la asignatura de Sociología. Para lograr los objetivos de esta investigación se utilizaron tres enfoques metodológicos: una revisión bibliográfica sobre las políticas educativas y su intersección con la Sociología; el análisis documental de acontecimientos ocurridos en la Sociología desde la redemocratización brasileña hasta la implementación del Nuevo BNCC (1996); y realización de entrevistas a profesores de escuelas secundarias públicas de la región Norte Fluminense, en el Estado de Río de Janeiro. Se concluye que existe un claro desprecio por la Sociología, al eliminar esta asignatura del currículo obligatorio, especialmente en áreas enfocadas al análisis social y al desarrollo del pensamiento crítico-reflexivo.
Palabras clave: reforma de la escuela secundaria, enseñanza de la sociología, políticas neoliberales.

RESUMO EXPANDIDO

Os fatos históricos, políticos e econômicos ocorridos no cenário educacional brasileiro, a partir dos anos 1990, tornaram-se um objeto de estudo importante para analisar o ensino da Sociologia na Educação Básica brasileira. Nesse sentido, esta pesquisa focaliza o ensino da Sociologia na Educação Básica, acompanhando as suas mudanças no contexto de diferentes tipos de governos nessas últimas décadas.

Nesse contexto, podemos observar as controvérsias em torno da manutenção da disciplina de Sociologia no currículo escolar que refletem diferentes interesses políticos e ideológicos. Enquanto alguns governos reconhecem a importância da Sociologia para o desenvolvimento do pensamento crítico e a cidadania ativa, outros enxergam como uma ameaça à estabilidade do sistema existente.

Dessa maneira, a pesquisa tem como objetivo compreender como a reforma do ensino médio, que inaugura o "Novo Ensino Médio", reflete os aspectos do estado neoliberal que influencia as políticas educacionais e o ensino de Sociologia no Brasil. Buscou-se analisar como a trajetória das políticas educacionais, adotadas ao longo da história educacional brasileira, impactaram no ensino de Sociologia e na sua consolidação como disciplina no ensino básico, para compreender os efeitos da reforma no Ensino Médio na disciplina de Sociologia.

Para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, foram adotadas três abordagens metodológicas: a revisão de literatura sobre as políticas educacionais e sua relação com a Sociologia; a análise documental de ocorrências sobre a Sociologia desde a redemocratização brasileira e a Nova BNCC (1996), e a realização de entrevistas com professores do ensino médio da rede pública, na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, as grandes mudanças provocadas pela globalização do capital, especialmente no final do século XX e início do século XXI, impuseram novas exigências ao Estado e, consequentemente, intensas mudanças na política educacional, reguladas sob a forte influência de agências multilaterais de financiamento, sendo aqui destacada a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal e Banco Mundial – BM (MARONEZE; LARA, 2009). Para Santos (2017), o Banco Mundial (BM) é um desses organismos internacionais que, no campo da educação, formula um conjunto de propostas para implementar reformas educacionais em países em desenvolvimento. Utiliza o discurso enganoso de que essas reformas permitirão aos países alcançar um nível de desenvolvimento e reduzir as desigualdades. O processo de privatização da educação pública nos últimos anos ocorre em um contexto de sociabilidade capitalista, exacerbado pela crise estrutural do capital. Nesse cenário, o Estado de bem-estar social oferece políticas assistencialistas e pontuais para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que faz acordos e legitima a interferência de organismos internacionais nas políticas públicas, com o objetivo de assegurar os interesses do capital.

Com isso, foi observado que a redução ou retirada da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia do currículo escolar, ameaça o processo de formação crítica dos estudantes do Ensino Médio, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades educacionais, impossibilitando a formação integral e de qualidade para esses estudantes.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; SILVA, M. V. Apresentação do dossiê: A privatização da Educação Básica e suas implicações para o direito humano à educação na contemporaneidade. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 37, n. 79, p. 31–38, 2023. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v37n79a2023-70281. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/70281. Acesso em: 19 jul. 2024.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas Ciências Sociais. Revista Sociedade e Estado. V. 34, no.1, jan/abr, 2019.

BONAMINO, Alícia Maria Catalano de. O público e o privado na educação brasileira: inovações e tendências a partir dos anos 1980. Revista Brasileira de História da Educação, 3(1), 253-276, 2003.

BRASIL. Orientacões Curriculares Nacionais do Ensino Médio. MEC/Brasília, 2006. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br. Acesso em 10/12/2023

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio. Brasília/MEC, 1999. Disponível em: http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/padf/livro01. Acesso em 10/12/2023.

CANDIDO, Antonio A. A Sociologia no Brasil. Tempo Social, v.18, no.1, jun. 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. Educação & Sociedade [online]. 2007, v. 28, n. 100. Acesso em: 18 Abr. 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300009

IANNI, Otávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. Revista USP, (29), 26-33, 1996. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i29p26-33. Acesso: em 08 abril 2022.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior/2011, MEC, 2011.

JIMENEZ, Maria Susana. O modelo liberal tecnoburocrático e as recentes reformas educacionais brasileiras: limites da tese reformista na perspectiva marxista. Revista Brasileira de Educação, v. 24, e240009, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782019240009. Acesso em: 12 abr.2023.

MORAES, Amaury. A Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. In: CARVALHO, L. M. G. (org). Sociologia e Ensino Médio em debate. Ijuí, Editora Unijuí, 2004.

QUAGLIATO, Henrique da Costa Valério; RAMOS, Eduardo Russo. Sérgio Micele e as condições do ofício sociológico e intelectual no Brasil contemporâneo. Revista Rev. Sociologias Plurais, v. 6, n. 2, p. 9-18, jul. 2020

SAMPAIO UR, P.A. Desenvolvimento e Neodesenvolvimento: tragédia e farsa. Revista Serviço Sora e Sociedade, Sos Varlo. N: 112 out/ dez, 2012.

SANTOS, Sayarah Carol Mesquita dos. Políticas de privatização da Educação Básica no Brasil: alguns apontamentos. Pesquisa em Foco, São Luís, vol. 22, n. 1, p. 248-260 Jan./Jun. 2017

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do Regime Militar. Cad. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set/dez, 2008.

OS DESAFIOS DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA: UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA UERJ NO PERÍODO ENTRE 2012 A 2023

Bruno Sobral[1]

Bruno Cabral[2]

Resumo

O artigo analisa a evolução orçamentária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) entre 2012 e 2023, destacando desafios e estratégias de adaptação. Identifica discrepâncias significativas entre as propostas orçamentárias e os valores disponibilizados, com ênfase em 2023. Propõe um modelo de financiamento alternativo inspirado em São Paulo, sugerindo a implementação de uma alíquota fixa do ICMS como forma de beneficiar a UERJ. O estudo enfatiza a necessidade de elaborar propostas orçamentárias mais realistas e priorizar demandas urgentes para assegurar recursos sustentáveis. A conclusão ressoa a importância da gestão orçamentária, a vulnerabilidade da UERJ a crises externas e a necessidade de ajustes orçamentários contínuos.

Palavras-chave: *Educação Superior; Universidade Pública; Orçamento Público; Rio de Janeiro.*

Abstract

The article examines the budgetary evolution of the State University of Rio de Janeiro (UERJ) between 2012 and 2023, highlighting challenges and adaptation strategies. It identifies significant discrepancies between budget proposals and available funds, particularly in 2023. An alternative funding model inspired by São Paulo is proposed, suggesting the implementation of a fixed ICMS rate to benefit UERJ. The study emphasizes the need for more realistic budget proposals and prioritizing urgent demands to ensure sustainable resources. The conclusion underscores the importance of budget management, UERJ's vulnerability to external crises, and the necessity for continuous budgetary adjustments.

Key-Words: *Higher Education; Public University; Public Budget; Rio de Janeiro.*

Resumen

El artículo analiza la evolución presupuestaria de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ) entre 2012 y 2023, destacando desafíos y estrategias de adaptación. Identifica discrepancias significativas entre las propuestas presupuestarias y los fondos disponibles, con énfasis en 2023. Se propone un modelo de financiamiento alternativo inspirado en São Paulo, sugiriendo la implementación de una tasa fija del ICMS para beneficiar a la UERJ. El estudio enfatiza la necesidad de elaborar propuestas presupuestarias más realistas y priorizar demandas urgentes para asegurar recursos sostenibles. La conclusión resalta la importancia de la gestión presupuestaria, la vulnerabilidad de la UERJ a crisis externas y la necesidad de ajustes presupuestarios continuos.

Palabras-Clave: *Educación Superior; Universidad Pública; Presupuesto Público; Rio de Janeiro.*

Introdução

O orçamento da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é analisado no período de 2012 a 2023 em um contexto de mudanças econômicas e políticas, incluindo crises financeiras

[1] Bruno Leonardo Barth Sobral, Professor adjunto do DEE/FCE da UERJ. E-mail: brunoleo.rj@hotmail.com.

[2] Bruno Cabral Muniz Freire, Mestrando no PPGE/UFRJ. E-mail: bruno.cabral@ppge.ie.ufrj.br.

e sanitárias. A importância desta análise é fundamental, pois, como Calil (2000, p. 4) afirma "para as universidades, o orçamento é uma ferramenta de trabalho. Um instrumento democrático, se todos os segmentos da comunidade universitária participarem, não só de sua elaboração, mas também de sua execução e avaliação". O artigo destaca a necessidade de um diagnóstico cuidadoso para compreender as disparidades entre as propostas orçamentárias e as disponibilidades efetivas.

Desafios Orçamentários

Um dos principais desafios identificados no estudo é a discrepância significativa entre o que a UERJ propõe em termos de orçamento e o que realmente se materializa na Lei Orçamentária Anual (LOA). As análises revelam que as aprovações do conselho acadêmico muitas vezes superam em muito os valores que são efetivamente disponibilizados. Esse descompasso requer uma gestão mais cuidadosa das demandas e a priorização de ações que são realmente viáveis.

Além disso, a variação da dotação inicial destinada à UERJ acompanha as oscilações do orçamento estadual, com períodos de contração mais acentuados entre 2015 e 2020; desde então, embora a UERJ tenha se beneficiado de um ajuste fiscal, houve momentos em que sua participação no orçamento estadual diminuiu, ilustrando a necessidade de adaptação e diálogo com o governo estadual.

Na inter-relação entre a Proposta Orçamentária (PO), a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a execução orçamentária de forma agregada, destaca-se que, embora haja uma aparente harmonia entre os valores da LOA e a execução orçamentária, a análise por grupos de gastos revela que a LOA não sempre é suficiente, especialmente nas áreas de atividades de manutenção administrativa (L2) e atividades finalísticas (L4). Isto provoca preocupações quanto ao atendimento das despesas necessárias.

Além disso, a execução dos projetos (L5) frequentemente ficou aquém do esperado, exceto em 2022, quando a execução superou a LOA. É possível verificar que existe uma dificuldade em compreender a execução orçamentária em relação à LOA devido ao desvio frequente das propostas orçamentárias aprovadas, que nem sempre se alinham com a LOA. Valores históricos mostram uma média de dotação na LOA inferior à média de execução, indicando que a universidade tem, em geral, potencial de execução que deve ser considerado em futuras formulações orçamentárias.

Por fim, até 2017, houve tendência de redução na diferença entre PO e a LOA, mas a situação se inverteu em 2023, com uma diferença expressiva, demandando maior atenção às questões financeiras estaduais.

Análise por Grupo de Gastos

A análise detalha dos grupos de gastos mostra como eles são impactados por diferentes fatores externos. Os principais grupos orçamentários considerados são:

- Atividades de pessoal e encargos sociais (L1): Despesas com folha de pagamento e obrigações patronais.
- Atividades de manutenção administrativa (L2): Despesas de custeio necessárias para a continuidade da ação de governo.
- Outras atividades de caráter obrigatório (L3): Despesas que não contribuem para ações de governo e incluem amortizações, indenizações, e custas judiciais.
- Atividades finalísticas (L4): Ações que proporcionam bens ou serviços em resposta a demandas sociais.
- Projetos (L5): Ações limitadas no tempo destinadas à expansão ou criação de infraestrutura.

Crises financeiras e sanitárias influenciam as realidades orçamentárias da UERJ, além de impactar a qualidade de ensino e a capacidade de inovação da instituição. A necessidade de elaborar propostas orçamentárias mais realistas é enfatizada, com foco nas condições e possibilidades reais da instituição.

Essa análise destaca que, em particular, os grupos L2 e L4 frequentemente enfrentam insuficiência nos recursos disponíveis, o que gera preocupação. Além disso, observa-se que a execução no grupo L5, embora tenha recebido recursos em determinados períodos, ficou abaixo do esperado, exceto em 2022, quando a execução ultrapassou a LOA. O grupo L3 mostrou uma evolução constante devido ao seu caráter específico, mantendo reservas para honrar essas despesas ao longo dos anos.

Modelo de Financiamento Alternativo

Uma proposta do artigo é a simulação de um modelo de financiamento alternativo inspirado no modelo paulista, a partir do decreto Nº 29.598/1989 (SÃO PAULO, 1989) que dispõe sobre a autonomia universitária, em que uma parte fixa do ICMS é destinada às universidades estaduais. Esse modelo poderia proporcionar uma dotação orçamentária mais previsível, auxiliando tanto a UERJ quanto outras instituições estaduais a se tornarem menos dependentes de suplementações temporárias e a planejarem suas ações de maneira mais eficaz.

Implicações do Contexto Pandêmico

O impacto da pandemia de COVID-19 foi significativo, especialmente em 2020, quando as tendências orçamentárias mudaram para a UERJ, mas rapidamente voltaram ao padrão anterior

nos dois anos seguintes. Apesar dos desafios apresentados, a análise de 2023 mostra uma nova inversão de tendência, sem razões claras, o que leva a preocupações em relação à perda de participação da UERJ no orçamento público.

Considerações Finais

Em conclusão, o artigo reflete sobre a necessidade urgente de revisar a gestão orçamentária da UERJ. A divergência entre os valores solicitados e os realmente alocados demonstra a urgência de estabelecer prioridades que estejam alinhadas com a realidade orçamentária e as urgências sociais. A análise final sugere que, para enfrentar desafios futuros, a UERJ deve se comprometer com propostas que considerem as limitações orçamentárias e busquem soluções viáveis em diálogo constante com o governo do estado.

Referências Bibliográficas

Calil, Vera Lucia Lelis Oliveira. Uma Contribuição ao Aperfeiçoamento da Elaboração das Propostas Orçamentárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. **Dissertação de Mestrado**. UFSC. Florianópolis, 2000.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2012.** Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2021/01/orcamento2012c.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2013.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2021/01/orcamento2013.xls. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2014.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2021/01/orcamento2014.xls. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2015.** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2021/01/orcamento2015c.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2016.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2021/01/orcamento2016.xls. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2017 – Formato Antigo.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2021/01/Orcamento2017.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2018 – Formato Antigo.** Rio de Janeiro,

2019. Disponível em: http://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2021/01/Orcamento2018.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2019 – Formato Antigo.** Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2022/08/Orcamento2019.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2020 – Formato Antigo.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2022/08/Orcamento2020.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2021 – Formato Antigo.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2022/04/Orcamento2021.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2022 – Formato Antigo.** Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2023/03/Orcamento2022.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Diretoria de Planejamento e Orçamento. **Execução Orçamentária 2023 – Formato Novo.** Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.diplan.uerj.br/wp-content/uploads/2024/05/Execucao-Orcamentaria-da-Despesa-2023.xlsx. Acesso em: 07 ago. 2024

SÃO PAULO. Decreto nº 29.598, de 02 de fevereiro de 1989. **Dispõe sobre providências visando a autonomia universitária**. São Paulo, SP: Secretaria de Estado do Governo, 1989. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=35148. Acesso em: 07 ago. 2024

A PRODUÇÃO DE INOVAÇÕES NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM PANORAMA DO PRIMEIRO QUARTO DO SÉCULO XXI

Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de Souza[1]

RESUMO
O processo de expansão e descentralização da Rede Federal de Educação Profissional, iniciado em 2003, visou fortalecer a educação profissional no Brasil, culminando com a criação dos Institutos Federais em 2008. Esses institutos ampliaram a oferta educativa e se tornaram polos de desenvolvimento científico e tecnológico, capitalizando as potencialidades locais para gerar inovações. O presente estudo analisa a contribuição do IFRJ, IFF e CEFET-RJ no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e evidencia um potencial promissor dessas instituições no território fluminense.

Palavras-chave: Educação Profissional; Inovação Tecnológica; Desenvolvimento Territorial; Institutos Federais

ABSTRACT
The process of expansion and decentralization of the Federal Network of Vocational Education, initiated in 2003, aimed to strengthen vocational education in Brazil, culminating with the creation of the Federal Institutes in 2008. These institutes expanded educational opportunities and became hubs of scientific and technological development, leveraging local potential to generate innovations. The present study analyzes the contribution of IFRJ, IFF, and CEFET-RJ to the development of the State of Rio de Janeiro and highlights a promising potential of these institutions within the Rio de Janeiro territory.

Keywords: Vocational Education; Technological Innovation; Territorial Development; Federal Institutes

RESUMEN
El proceso de expansión y descentralización de la Red Federal de Educación Profesional, iniciado en 2003, tuvo como objetivo fortalecer la educación profesional en Brasil, culminando con la creación de los Institutos Federales en 2008. Estos institutos ampliaron la oferta educativa y se convirtieron en polos de desarrollo científico y tecnológico, aprovechando las potencialidades locales para generar innovaciones. El presente estudio analiza la contribución del IFRJ, IFF y CEFET-RJ en el desarrollo del Estado de Río de Janeiro y evidencia un potencial prometedor de estas instituciones en el territorio fluminense.

Palabras clave: Educación Profesional; Innovación Tecnológica; Desarrollo Territorial; Institutos Federales

[1] Mauro Sergio Pinheiro dos Santos de Souza, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, maurospss@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, iniciada em 2003, e coroada com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia[2], em 2008, representou uma política de fortalecimento da educação profissional no Brasil. Esse processo buscou ampliar a oferta educativa no país, ao revalorizar e requalificar o papel da educação profissional, além de guarnecer as escalas subnacionais de novos instrumentos no processo de desenvolvimento territorial, capazes de corresponder às mudanças econômicas globais, que exigem maior competitividade e inovação tecnológica (Campolina; Diniz, 2014; Kuenzer; Grabowski, 2006, Souza, 2020).

Nessa medida, as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica[3] não só ampliaram a oferta de educação profissional, como também se tornaram referências fundamentais como polos de desenvolvimento científico e tecnológico nos diferentes municípios e regiões onde se localizam. Não é demais lembrar que esse processo tem buscado capitalizar as potencialidades locais e regionais existentes no território, em vista de transformá-las em inovações técnicas e tecnológicas que possam contribuir para o crescimento socioeconômico dos diferentes lugares (Souza, 2016).

Assim, este estudo analisa como o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), o Instituto Federal Fluminense (IFF) e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) têm contribuído no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro na produção de inovações técnicas e tecnológicas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para compreender o papel dessas instituições no processo de inovação tecnológica, é pertinente identificarmos o número de grupos de pesquisa existentes, já que a institucionalização de grupos de pesquisa é um elemento importante desse processo (Souza, 2016). Com isso, consultamos os Censos de 2008 e 2023 do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil[4], ligado ao CNPq, possibilitando uma análise do crescimento desses

---

[2] Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pelo Governo Federal, com a promulgação da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

[3] No Estado do Rio de Janeiro, integram a Rede Federal de Educação Profissional os Institutos Federais do Rio de Janeiro (IFRJ e IFF), o CEFET/RJ e o Colégio Pedro II. Não obstante, para nossa investigação, privilegiamos o IFRJ, o IFF e o CEFET/RJ, uma vez que o Colégio Pedro II tem um tratamento diverso e específico na lei que criou os Institutos Federais, diferenciando-se das demais instituições.

[4] Os dados estão disponíveis em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTg4MGFmNWQtMjQ4Yi00ZmFhLTgzMmMtMDFiMmI3YzFmNmEwIiwidCI6IjkyYzBjZmE5LTdlOTEtNGVhZC1hYzI5LWNkNDRhMjM4OWIwMSJ9&pageName=ReportSectionaf31612e05234cb0b779. Acesso em: 19 set. 2024.

grupos ao longo de 15 anos. Adicionalmente, consultamos dados da Rede Integra[5], do Ministério da Educação, que se refere a uma plataforma que agrega um conjunto de informações da Rede Federal de Educação Profissional focada em integração e inovação da rede.

Para avaliar a produção de inovações técnicas e tecnológicas, consultamos o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para obter dados sobre o registro de patentes, desenhos industriais e programas de computador realizados por IFRJ, IFF e CEFET-RJ entre 2001 e 2023. Esses dados nos permitiram avaliar a evolução da produção de inovações e identificar o impacto da expansão da Rede Federal na promoção de tecnologias inovadoras.

Para a investigação pretendida, realizamos a consulta da base de dados do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, no período de 2001 a 2023, consultando pelo nome do depositante[6]. No caso dos Institutos Federais, utilizamos como referência também os dados das instituições que antecederam a formação dessas instituições[7]. Os Institutos Federais criados em 2008 são formados por um conjunto de unidades tanto anteriores ao processo de expansão sistemática da Rede Federal de Educação Profissional, iniciada em 2003, quanto outras após esse ano. O CEFET/RJ também teve unidades criadas no período de expansão sistemática da rede, mas não houve mudança no nome da instituição nem a incorporação de outras instituições vinculadas às Universidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

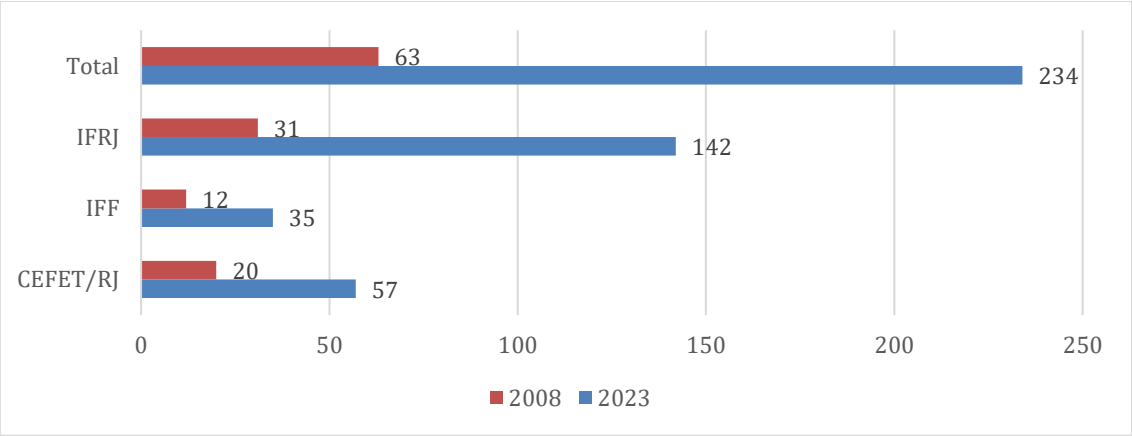
Ao analisarmos os resultados da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, pode-se observar um aumento de mais de 271% no total de grupos de pesquisa nas instituições que integram a rede, comparando-se 2008 e 2023 (Gráfico 1). Destaca-se, também, que há diferenças importantes entre as instituições, uma vez que, em 2023, o IFRJ concentrava 60,7% do total de grupos de pesquisa, seguido pelo CEFET/RJ, com 24,4%, e o IFF, com 14,9%.

Os dados, em 2024, da Rede Integra/MEC apontam que o IFRJ tem 1.156 docentes em 15 unidades, enquanto o IFF possui 988 docentes em 13 unidades e o CEFET/RJ possui 869 docentes em 8 unidades. Embora não haja uma diferença acentuada

[5] Os dados da Rede Integra estão disponíveis em: https://redeintegra.mec.gov.br/. Acesso em: 19 set. 2024.
[6] O responsável pelo depósito da patente no INPI é o depositante, que pode ser o próprio inventor, seus herdeiros ou sucessores, o cessionário, ou ainda outra pessoa a quem a titularidade seja atribuída por lei, contrato de trabalho ou prestação de serviços. De acordo com a Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996, o inventor é reconhecido como o autor, ou os autores, de uma invenção ou modelo de utilidade.
7 O IFRJ tem por instituições de origem o antigo CEFETQuímica e o Colégio Agrícola Nilo Peçanha, anteriormente vinculado à Universidade Federal Fluminense. O IFF se originou do CEFET Campos e do Colégio Agrícola Idelfonso Bastos Borges/UFF.

do número total de docentes, é de se notar a discrepância no total de grupo de pesquisas, o que pode denotar maior estímulo à pesquisa no IFRJ em relação às demais instituições.

Gráfico 1 – Número de grupos de pesquisa na Rede Federal de Educação Profissional do Rio de Janeiro 2008/2023



Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados do CNPq (2008; 2023).

Ao analisarmos a produção de inovações identificadas pelos pedidos de registros de patentes, de programas de computador e de desenho industrial, ainda que as instituições tenham evidentes diferenças entre o número de grupo de pesquisas, isso não significa, necessariamente, um volume maior de produção de patentes, como observado na Tabela 1. Ademais, destaca-se que somente a partir de 2014 há um aumento progressivo de registro de patentes, embora os IFs tenham sido criados em 2008, indicando o processo de amadurecimento institucional para a inovação.

A pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, trouxe impactos à produção de inovação, já que as pesquisas realizadas em laboratórios, por exemplo, tiveram que ser suspensas nos anos de 2020 e 2021. Porém, nota-se que há uma retomada desse processo nos anos subsequentes, sugerindo que as instituições têm buscado progredir no processo de produção de inovações técnicas e tecnológicas.

Tabela 1. Produção de inovações na Rede Federal de Educação Profissional no Rio de Janeiro – 2001 - 2023

	2001	2002	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
CEFET/RJ													
Patente	1	1		1					1	1	1	1	7
Programa de computador										1			1
IFF													
Desenho industrial												2	2
Patente			1			9	7	9	5	3		2	36
Programa de computador						4				5		10	19

IFRJ													
Patente			2	1	1	2	2	20	7	5	1		41
Programa de computador									1		8	2	11
Total Geral	**1**	**1**	**3**	**2**	**1**	**15**	**9**	**29**	**14**	**15**	**10**	**17**	**117**

Fonte: elaborado pelo autor, com base nos dados INPI (2023).

CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, a Rede Federal de Educação Profissional tem mostrado potencial na criação de patentes e no desenvolvimento de soluções tecnológicas. O modelo projetado para a Rede que visa não apenas prover a educação profissional, mas também capitalizar os percursos formativos em prol do desenvolvimento de habilidades e competências que tenham a pesquisa aplicada, a geração de inovações e de soluções para os desafios locais e regionais como horizonte têm se mostrado promissor. Nessa medida, esse enfoque possibilita iluminar o papel também desempenhado pelas instituições federais de ensino, denotando serem agentes para a promoção do desenvolvimento e da inclusão social, alinhados às particularidades e potencialidades de cada localidade, sendo importantes vetores de desenvolvimento no território fluminense.

REFERÊNCIAS

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. **Sistemas de inovação e desenvolvimento: as implicações de política**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 34-45, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005.

INPI. INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br. Acesso em: 18 set. 2024.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, 2006. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article%20/download/10762/10269. Acesso em: 17 set. 2024.

MACHADO, L. O. Sociedade urbana, inovação tecnológica e a nova geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, n. 1/4, p. 5-13, 1993.

PACHECO, Eliezer. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, E. (Org.). **Os institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. P. 13-32.

SOUZA, M. S. P. S. **A reformulação da rede federal de ensino profissional como estratégia geopolítica para produzir inovação tecnológica no Brasil**. Geousp – Espaço e Tempo (On-line), v. 24, n. 3, p. 547-562, dez. 2020.

SOUZA, M. S. P. S. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como vetores de desenvolvimento territorial no estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

UM PANORAMA DO CONHECIMENTO TECNOLÓGICO PRODUZIDO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rodrigo Siqueira Rodriguez[1]

Resumo

Este artigo apresenta o papel das Instituições Públicas de Ensino do Rio de Janeiro (IPERJ) na produção de conhecimento tecnológico. A análise inclui um estudo dos dados de patentes que evidencia sua posição como segundo maior inventor no Estado do Rio de Janeiro, atrás da Petrobras. Destaca-se nos resultados como as invenções das IPERJ estão alinhadas com a política nacional de inovação, concentrando-se em áreas como biotecnologia, saúde e transição energética. Além disso, o texto destaca a crescente importância das IPERJ no contexto da formação de um desenvolvimento tecnológico mais humano, com foco em inclusão social, equidade e redução das desigualdades. Por fim, reforça-se a necessidade de parcerias estratégicas com o governo federal e outras instituições para garantir que as IPERJ permaneçam protagonistas na produção de conhecimento tecnológico voltado ao bem público e social.

Palavras-chave: Tecnologia; Rio de Janeiro; Invenção; Política de inovação; Patentes

Abstract

This article presents the role of Public Educational Institutions of Rio de Janeiro (IPERJ) in the production of technological knowledge. The analysis includes a study of patent data, which highlights their position as the second-largest inventor in the State of Rio de Janeiro, behind Petrobras. The findings emphasize how the inventions by IPERJ are aligned with the national innovation policy, focusing on areas such as biotechnology, healthcare, and energy transition. Additionally, the text underscores the growing importance of IPERJ in fostering a more human-centered technological development, with a focus on social inclusion, equity, and reducing inequalities. Finally, the article reinforces the need for strategic partnerships with the federal government and other institutions to ensure that IPERJ remains a leading force in the production of technological knowledge aimed at public and social welfare.

Keywords: Technology; Rio de Janeiro; Invention; Innovation policy; Patents

Resumen

Este artículo presenta el papel de las Instituciones Públicas de Enseñanza de Río de Janeiro (IPERJ) en la producción de conocimiento tecnológico. El análisis incluye un estudio de los datos de patentes, que evidencia su posición como el segundo mayor inventor en el Estado de Río de Janeiro, solo por detrás de Petrobras. Los resultados destacan cómo las invenciones de las IPERJ están alineadas con la política nacional de innovación, centrándose en áreas como la biotecnología, la salud y la transición energética. Además, el texto subraya la creciente importancia de las IPERJ en la promoción de un desarrollo tecnológico más humano, con un enfoque en la inclusión social, la equidad y la reducción de las desigualdades. Finalmente, se refuerza la necesidad de establecer alianzas estratégicas con el gobierno federal y otras instituciones para garantizar que las IPERJ sigan siendo protagonistas en la producción de conocimiento tecnológico orientado al bienestar público y social.

Palabras clave: Tecnología; Río de Janeiro; Invención; Política de innovación; Patentes

[1] Rodrigo Siqueira Rodriguez, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE/UERJ), uerj.rodriguez@gmail.com.

Introdução

Sob uma perspectiva crítica do conhecimento, é possível entender que a produção científica e tecnológica, se orientada de modo adequado, pode contribuir para práticas emancipatórias, incluindo a orientação científica para as pautas sociais e ambientais, como o desenvolvimento de tecnologias da área da saúde, educação e meio ambiente (Bhaskar, 2005). Contudo, é importante ressaltar que o desenvolvimento tecnológico está sujeito a tendências que frustram essas potencialidades, como a intensificação da exploração dos recursos naturais e dos trabalhadores (Barreto, 2021). Nesse sentido, as instituições públicas de ensino adquirem um papel central na medida em que podem orientar a produção das tecnologias por uma dimensão mais humana e social.

As Instituições Públicas de Ensino do Rio de Janeiro (de agora em diante, IPERJ) figuram no topo dos principais rankings de produção científica, tecnológica e ensino do Estado e do Brasil. Para mensurar a magnitude desse conhecimento tecnológico, podemos utilizar como métrica os dados disponíveis de patentes. A patente é um documento, espécie de fonte de informação tecnológica que garante a alguém o direito de usufruto da propriedade intelectual de sua criação em um período. Ela também exerce o papel de documentação minuciosa para a compreensão das novas criações, fornecendo informações relevantes para a geração de conhecimento posterior. Sua concessão é um privilégio do Estado para exploração comercial do objeto da patente, por tempo determinado, beneficiando o inventor e a sociedade (Garcia, 2006).

Material e Métodos

Este estudo apresenta um panorama do conhecimento tecnológico de caráter inventivo produzido pelas IPERJ de acordo com informações coletadas na Base de Dados Estatísticos de Propriedade Intelectual, fornecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (BADEPI/INPI). Nessa base estão fornecidas as informações referentes a cada depósito de patente e modelo de utilidade, além de sua classificação ao nível do padrão internacional, o IPC (International Patent Classification) em 4 dígitos. O IPC provê um sistema hierárquico de símbolos para classificação de acordo com diferentes áreas tecnológicas a qual podem pertencer uma invenção. A BADEPI combina informações de localização da invenção por região de residência do depositante, inventor e sua classificação internacional, de forma que estão disponíveis informações tanto de localidade quanto do tipo de tecnologia inovadora incorporada representada pela patente.

Resultados e discussão

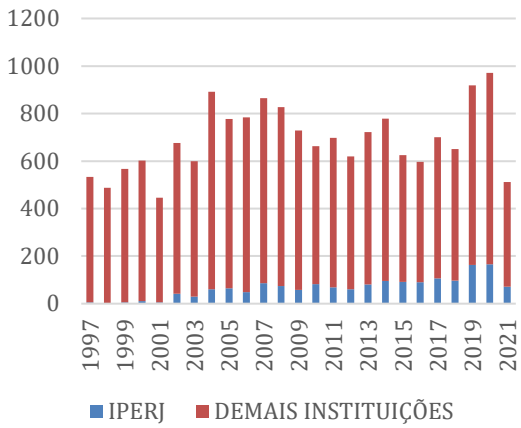
As informações colhidas por este estudo abarcam 12.320 depósitos de invenções (incluindo patentes e modelos de utilidade) depositadas por depositantes do Estado do

Rio de Janeiro para o período de 1997 a 2021. Como cada invenção possui um ou mais códigos de classificação tecnológica, identifica-se 17.265 códigos IPC ao nível de 4 dígitos. No caso das IPERJ, identifica-se 860 depósitos de invenções que correspondem a 1670 códigos IPC. Consideradas em conjunto, as IPERJ seriam o 2° maior inventor do Estado do Rio de Janeiro, ficando entre a Petrobras (1849 códigos IPC) e a Vale (506 códigos IPC).

A distribuição das invenções no interior das instituições de ensino que possuem ao menos uma ocorrência estão listadas abaixo, na tabela 1. Elas representam 9,67% do total de invenções do Estado do Rio de Janeiro para o período, com um crescimento mais expressivo na participação total a partir de 2003.

Tabela 1. Distribuição das classificações de patentes (IPC) para as Instituições Públicas de Ensino do Rio de Janeiro (1997-2021) e gráfico da série histórica.

IPERJ	CÓDIGOS IPC	%
UFRJ	1132	67,78%
UFF	187	11,20%
UENF	143	8,56%
UERJ	86	5,15%
UFRRJ	59	3,53%
IFRJ	40	2,40%
IFF	14	0,84%
UNIRIO	7	0,42%
CEFET/RJ	2	0,12%
TOTAL	**1670**	



Fonte: Elaboração própria com base em dados da BADEPI 9.0

Ao observar as informações contidas nas patentes das IPERJ, nota-se uma afinidade com atividade inventivas voltadas para a criação de novos medicamentos, terapias, procedimentos clínicos, equipamentos médicos e tecnologia de diagnósticos, voltadas para a ampliação do acesso à saúde e do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Também é possível observar uma série de tecnologias associadas ao setor petroquímico produzidas em IPERJ, mas também atividades inventivas voltadas para a geração, distribuição e consumo sustentável de energia, desenvolvimento de energias renováveis e transição energética. O detalhamento das principais classes tecnológicas identificadas é apresentado na tabela abaixo.

Tabela 2. Distribuição da classificação de invenções das Instituições Públicas de Ensino do Rio de Janeiro (IPERJ) (1997-2021)

CLASSE TECNOLÓGICA	TOTAL IPERJ	TOTAL RJ	% IPERJ
FARMACÊUTICOS	369	845	43,67%
BIOTECNOLOGIA	176	453	38,85%
PRODUTOS ORGÂNICOS ELABORADOS	164	464	35,34%
QUÍMICA DE MATERIAIS	128	703	18,21%
ENGENHARIA QUÍMICA	84	716	11,73%
QUÍMICA MACROMOLECULAR E DE POLÍMEROS	84	376	22,34%
MATERIAIS, METALURGIA	79	496	15,93%
MEDIDA	72	728	9,89%
TECNOLOGIA MÉDICA	71	935	7,59%
QUÍMICA DE ALIMENTOS	68	258	26,36%
OUTRAS MAQUINARIAS ESPECIAIS	57	723	7,88%
TECNOLOGIA AMBIENTAL	38	460	8,26%
MAQUINARIA ELÉTRICA, APARATOS E ENERGIA	38	625	6,08%
TRANSPORTE	35	1042	3,36%
ENGENHARIA CIVIL	32	1607	1,99%
ANÁLISE DE MATERIAIS BIOLÓGICOS	25	118	21,19%
OUTROS	150	6716	2,23%
TOTAL	**1670**	**17265**	**9,67%**

Fonte: Elaboração própria com base em dados da BADEPI 9.0

As principais áreas de destaque incluem "Farmacêuticos" (43,67% do total estadual), "Biotecnologia" (38,85%), e "Produtos Orgânicos Elaborados" (35,34%). Essas áreas estão alinhadas com as políticas de inovação em setores estratégicos como saúde, meio ambiente e indústria farmacêutica. Outras áreas com participação relevante das IPERJ incluem "Engenharia Química" (17,74%), "Materiais, Metalurgia" (15,93%), e "Tecnologia Ambiental" (8,26%), que refletem a diversidade da atuação tecnológica associada à economia fluminense. Em campos do conhecimento como a biotecnologia, as IPERJ são as maiores promotoras de conhecimento tecnológico no Estado do Rio de Janeiro. Dos resultados identificados, percebe-se uma forte sinergia entre as tecnologias desenvolvidas pelas IPERJ e as políticas de inovação. No âmbito nacional, a política de inovação implementada pelo governo federal está associada à nova industrialização e é projetada a partir de seis grandes missões: (1) Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética; (2) Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde; (3) Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e o bem-estar nas cidades; (4) Transformação Digital da indústria para ampliar a produtividade; (5) Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança

energéticas para garantir os recursos para as gerações futuras; (6) Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacional.

Além disso, cada vez mais a produção de conhecimento está associada a uma perspectiva mais humanizante do desenvolvimento tecnológico, defendendo princípios como a inclusão social, equidade de gênero e cor, promoção do trabalho decente e redução das desigualdades. Nesse sentido, a inclusão das IPERJ nesse processo é decisiva, na medida em que possuem a capacidade de orientar eticamente a produção tecnológica por meio de sua própria política de inovação e na relação com empresas e demais instituições que possam usufruir dessas tecnologias. Os canais chave para estabelecer essas parcerias entre as IPERJ e o Governo Federal são o BNDES, a Embrapii e a FINEP, sendo necessário que haja um esforço coletivo para que as Instituições de Ensino não se tornem meras coadjuvantes nesse processo.

Conclusões

A defesa do protagonismo do conhecimento tecnológico produzido nas Instituições Públicas de Ensino tem como partida sua natureza voltada para o bem público e social. Nesse estudo, reforçamos como a atividade inventiva das IPERJ são orientadas para setores de impacto econômico e social almejados pelas políticas de inovação no âmbito federal, assim como a importância da construção de uma organização coletiva que defenda o papel das instituições públicas de ensino na produção de conhecimento tecnológico.

Diante do contexto em que as IPERJ são constantemente alvos de cortes orçamentários e precarização, é crucial destacar sua importância estratégica para o desenvolvimento tecnológico estadual e nacional. A perda de investimentos nessas instituições não compromete apenas seu aspecto científico, mas também sua capacidade de articular e atender às demandas da sociedade, de empresas e do Estado na orientação do conhecimento de caráter inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Eduardo Sá. Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico. **Economia e Sociedade**, v. 30, p. 211-234, 2021.

BHASKAR, Roy. **The possibility of naturalism: a Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences**. New York: Taylor & Francis, 2005.

GARCIA, J. C. R. Patente gera patente? **TransInformação**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 213-223, set./dez., 2006.

A PERSEGUIÇÃO CONTRA EDUCADORES NO BRASIL: DADOS PRELIMINARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PERSECUTION AGAINST EDUCATORS IN BRAZIL: PRELIMINARY DATA FROM THE STATE OF RIO DE JANEIRO

PERSECUCIÓN CONTRA EDUCADORES EN BRASIL: DATOS PRELIMINARES DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO

Viviane Merlim Moraes
Universidade Federal Fluminense (GRUPPE/NEED/ONVE-UFF)
vivianemerlim@id.uff.br

Fernanda Moura
Doutoranda em Educação (PUC-Rio/ONVE-UFF)
fernandapmoura@gmail.com

Renata Aquino
Doutoranda em Educação (PPGE-USP/ONVE-UFF)
renatacaqs@gmail.com

RESUMO

Projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense, o Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es conta com financiamento da SECADI/MEC. Desde o início de 2024 realiza uma pesquisa composta por duas etapas: a primeira, já finalizada, de caráter quantitativo, foi baseada em um *survey* online; a segunda, qualitativa, terá início em 2025 e se baseará em entrevistas presenciais de história oral realizada com educadoras/es selecionados na etapa anterior. Objetiva-se compreender o fenômeno da perseguição e seus impactos sobre educadoras/es em todo território nacional. Há a possibilidade de estudos em estados que apresentaram número significativo de respondentes na primeira fase, como é o caso do Rio de Janeiro, que apresenta histórico de perseguição sistemática por meio da instrumentalização da sindicância como método para perpetrar violências diversas contra educadoras/es, além da atuação da nova direita (Rocha, 2019) no estado.

Palavras-chave: violência contra educadores; perseguição sistemática; pesquisa quali-quantitativa.

ABSTRACT

An extension project of the Fluminense Federal University, the National Observatory of Violence against Educators is funded by SECADI/MEC. Since the beginning of 2024, it has been carrying out a survey consisting of two stages: the first, already completed, of a quantitative nature, was based on an online survey; The second, qualitative, will begin in 2025 and will be based on face-to-face oral history interviews conducted with educators selected in the previous stage. The objective is to understand the phenomenon of persecution and its impacts on educators throughout the national territory. There is the possibility of studies in states that had a significant number of respondents in the first

phase, as is the case of Rio de Janeiro, which has a history of systematic persecution through the instrumentalization of the investigation as a method to perpetrate various forms of violence against educators, in addition to the actions of the new right (Rocha, 2019) in the state.

Keywords: violence against educators; systematic persecution; quali- quantitative research.

RESUMEN

El Observatorio Nacional de la Violencia contra los Educadores es un proyecto de extensión de la Universidad Federal Fluminense, financiado por SECADI/MEC. Desde principios de 2024, lleva a cabo una encuesta que consta de dos etapas: la primera, ya completada, de carácter cuantitativo, se basó en una encuesta en línea; La segunda, cualitativa, comenzará en 2025 y se basará en entrevistas presenciales de historia oral realizadas a educadores seleccionados en la etapa anterior. El objetivo es comprender el fenómeno de la persecución y sus impactos en los educadores de todo el territorio nacional. Existe la posibilidad de realizar estudios en estados que tuvieron un número significativo de encuestados en la primera fase, como es el caso de Río de Janeiro, que tiene una historia de persecución sistemática a través de la instrumentalización de la investigación como método para perpetrar diversas formas de violencia contra los educadores, además de las acciones de la nueva derecha (Rocha, 2019) en el estado.

Palabras Clave: la violencia contra los educadores; persecución sistemática; investigación cuali-cuantitativa.

INTRODUÇÃO

O Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (ONVE) é um projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense e conta com financiamento da SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão –, vinculada ao Ministério da Educação.

Durante os anos de 2024 e 2025 o ONVE realizará a pesquisa *A violência contra educadores como ameaça à educação democrática: um estudo sobre a perseguição de educadores no Brasil*, composta por duas etapas: a primeira delas, de caráter quantitativo, baseada em um *survey* online, e a segunda, de caráter qualitativo, baseada em entrevistas presenciais de história oral realizada com professores selecionados na primeira etapa.

É importante destacar que desde sua criação, em 11 de dezembro de 2023, o ONVE conta com apoio das maiores entidades representativas de classe no Brasil, associações científicas, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e grupos de mobilização de professores. Estas compõem, inclusive, seu Conselho

Consultivo. Tal apoio foi alinhavado com vários objetivos comuns, dentre eles viabilizar a disseminação expressiva da pesquisa, com a finalidade de se alcançar um número massivo de respondentes oriundos de todo o território nacional. Com isso, espera-se produzir dados significativos que contribuam com a sistematização de conhecimentos sobre os ataques que as liberdades acadêmica, de aprender e de ensinar (IFRJ, 2021; Manual, 2022), bem como o direito à educação, têm sofrido no Brasil. Cabe ressaltar que estes dialogam com outros ataques à acadêmicos, artistas e educadores nas Américas e ao redor do globo.

Neste sentido, a pesquisa pretende gerar subsídios para criação de políticas públicas de defesa de educadoras(es) de todos os níveis, em cooperação com o Ministério da Educação e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (ACT 4/2024), que já se encontram em processo de construção.

O Observatório pretende atuar como mais um nó em uma ecologia de sujeitos (Nunes, 2023) de defesa e suporte a educadoras/es que sofrem violações às suas liberdades de cátedra e de ensinar. Nesse sentido, produzimos em conjunto com o Grupo de Trabalho (GT) contra perseguição política do SEPE/RJ o relatório *Violências contra educadores(as) no estado do Rio de Janeiro: sindicâncias como forma de perseguição política* (2024), um estudo sobre como a rede estadual de educação tem utilizado esse instrumento da administração pública para perseguir, intimidar e assediar seus servidores. O relatório identificou 1.320 sindicâncias entre 2020 e 2024, com um pico no ano eleitoral de 2022. Além do número altíssimo, os relatos de educadoras(es) que foram investigados por esses processos demonstram um desrespeito sistemático aos parâmetros legais desse tipo de instrumento que, na vida pessoal de cada servidor(a), se transforma em violações às liberdades necessárias ao exercício do seu ofício e aos direitos humanos.

Assim, o trabalho aqui proposto irá fazer uma apresentação inicial dos dados produzidos pela primeira etapa da pesquisa com este *survey*, assim como as primeiras impressões a partir do relatório final que publicaremos em novembro de 2024, com as análises descritivas iniciais do Brasil e, especificamente do estado do Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa que ora apresentamos é composta por dois momentos, a saber: primeira etapa tem caráter quantitativo e já foi finalizada, tendo se realizado entre os meses de maio e agosto de 2024. Caracterizou-se pela aplicação de um questionário estilo

survey com perguntas pensadas para a educação básica e superior das redes públicas e privadas de todo o país. As questões foram elaboradas a partir de todo o conhecimento construído ao longo dos 9 anos de atuação do coletivo Professores contra o Escola Sem Partido e do Núcleo de Estudos em Educação Democrática (NEED-UFF), que juntos pensam academicamente a perseguição sistemática contra educadoras(es) no Brasil, e partiu de algumas hipóteses: 1) de que a perseguição se tornou um fenômeno cotidiano nas escolas e universidades (Penna, Aquino e Moura, 2024); 2) que a perseguição é uma forma de violência perpassada por questões de raça, gênero, classe e sexualidade, de forma que educadoras(es) têm diferentes graus de vulnerabilidade a esse tipo de violação e sua defesa precisa ser construída com base na interseccionalidade (Collins, 2022); 3) que educadoras(es) encarnam os saberes em seu trabalho donde o ataque aos saberes passa pelo ataque ao corpo desses indivíduos, assim como o ataque a esses corpos torna-se também um ataque aos saberes neles encarnados; 4) que esse fenômeno costuma contar com a participação de figuras políticas já estabelecidas ou em vias de se estabelecer, onde os professores seriam matéria prima para produção de capital político através da perseguição, e que a gestão das instituições de ensino têm um papel fundamental em evitar as violações assim como em agravá-las (Moraes, 2023; Penna, Aquino e Moura, 2024).

Para melhor organizar a aplicação do *survey* online, o ONVE teve assessoria do Cebrap[1] para desenhar uma amostra que pudesse representar quantitativamente as(os) educadoras(es) de todo o país, por meio da qual se fez um controle por região.

A segunda etapa da pesquisa terá início após a sistematização e apresentação dos dados preliminares obtidos na fase anterior, quando já teremos um primeiro panorama do fenômeno em todo território nacional, a partir das grandes regiões e também em estados que tiveram um número significativo de respondentes, como é o caso do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, por exemplo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados quantitativos da pesquisa estão sendo limpos, organizados e rodados nesse exato momento. Em outubro a equipe do Observatório começará a analisar os resultados e verificar que hipóteses foram confirmadas ou refutadas. Será este também o momento em que alguns respondentes serão convidados para as entrevistas e daremos início às análises qualitativas.

[1] Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, instituição de pesquisa independente sediada em São Paulo que abriga dezenas de pesquisadoras(es) de diversos campos, com expertise reconhecida em pesquisas qualitativas e quantitativas. Ver https://cebrap.org.br/institucional/. Acesso em: 25 set. 2024.

Como obtivemos um total significativo de respondentes na região sudeste (893) e no Rio de Janeiro (440), em 2025 poderemos nos debruçar sobre uma análise experimental e mais aprofundada dos dados produzidos.

CONCLUSÕES

Os dados estão em análise no momento. As conclusões serão produzidas pela equipe do Observatório ao longo do mês de outubro, e publicadas em relatório no início do mês de novembro, contemplando todo o território nacional. Na ocasião teremos uma prévia dos dados do fenômeno da perseguição também no estado do Rio de Janeiro, que aprofundaremos em momentos seguintes.

REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE [REPU] et al. **Manual de Defesa contra a Censura nas Escolas**. Ed. atual. São Paulo: Ação Educativa, 2022. Disponível em: www.manualdedefesadasescolas.org.br. Acesso em: 25 set. 2024.

COLLINS, Patricia H. **Bem mais que ideias**: A interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

MENDONÇA, Amanda.; MORGAN, Evelyn; PASSOS, Pamella. **Educadores são defensores dos direitos humanos [cartilha]**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2021. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/educadores-defensores/publicacoes. Acesso em: 28 fev. 2024.

MORAES, Viviane Merlim. Pedagogia e gestão educacional: diálogos e narrativas sobre a práxis gestora. **Revista Desenvolvimento e Civilização**. ISSN: 2675-7508 V. 4, Nº 2, julho 2023 – dezembro 2023. DOI: 10.12957/rdciv.2023.76194

NUNES, Rodrigo. **Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

PENNA, Fernando, AQUINO, Renata; MOURA, Fernanda. Propondo uma definição de perseguição a educadoras(es) baseada na educação democrática. **Educ. Soc**., Campinas, v. 45, e274629, 2024.

Agradecimentos

À SECADI/MEC pela parceria na criação do ONVE e no financiamento da pesquisa; às entidades participantes do Conselho Consultivo, que se mostraram dispostas a divulgar a pesquisa; aos pesquisadores participantes do ONVE.

EDUCAÇÃO OU SOBREVIVÊNCIA? O DILEMA DO TRABALHO INFANTIL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2019-2022)

Letícia Tostes Vieira Bolckau[1]
Letícia Gonçalves de Mattos[2]

RESUMO: Esta pesquisa se propõe a analisar a relação entre trabalho infantil e evasão escolar no estado do Rio de Janeiro entre 2019 e 2022, destacando a indignidade velada que envolve o abandono escolar em prol da sobrevivência. O estudo se baseou em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) e pesquisas bibliográficas, além de documentos oficiais que apontam o aumento do trabalho infantil e da evasão escolar. Discutiu-se o impacto das condições socioeconômicas e culturais que levam crianças a trabalharem em detrimento da educação, reforçando a vulnerabilidade e marginalização dessa população.
Palavras-chave: trabalho infantil; evasão escolar; Rio de Janeiro; indignidade.

ABSTRACT: This research aims to analyze the relationship between child labor and school dropout rates in the state of Rio de Janeiro between 2019 and 2022, highlighting the hidden indignity surrounding school abandonment in favor of survival. The study was based on data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), bibliographic research, and official documents that point to an increase in child labor and school dropout rates. The impact of socioeconomic and cultural conditions that lead children to work at the expense of education was discussed, reinforcing the vulnerability and marginalization of this population.
Keywords: child labor; school dropout; Rio de Janeiro; indignity.

RESUMEN: Esta investigación tiene como objetivo analizar la relación entre el trabajo infantil y la deserción escolar en el estado de Río de Janeiro entre 2019 y 2022, destacando la indignidad oculta que rodea el abandono escolar en favor de la supervivencia. El estudio se basó en datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), investigaciones bibliográficas y documentos oficiales que señalan un aumento del trabajo infantil y la deserción escolar. Se discutió el impacto de las

[1] Letícia Tostes Vieira Bolckau. Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. E-mail: tvb.leticia@gmail.com.
[2] Letícia Gonçalves de Mattos. Mestranda em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF. E-mail: mattosgleticia@gmail.com.

condiciones socioeconómicas y culturales que llevan a los niños a trabajar en detrimento de su educación, reforzando la vulnerabilidad y marginalización de esta población
Palabras clave: trabajo infantil; deserción escolar; Río de Janeiro; indignidad.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a infância pobre historicamente esteve atrelada ao trabalho. Nesse cenário, o trabalho infantil, especialmente no estado do Rio de Janeiro, persiste como uma problemática que impacta diretamente a educação desses jovens. Segundo estudo realizado (IBGE, 2023), entre 2019 e 2022 o trabalho infantil aumentou no país.

Em 2019, havia 31.409 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil no estado do Rio de Janeiro. Dado que a população estimada na faixa etária de 5 a 17 anos no Estado era de 2.623.544 no ano mencionado, o universo de jovens trabalhadores equivalia a 1,2% do total de crianças e adolescentes (FNPETI, 2020). Devido à pandemia de Covid-19, estima-se que esse número tenha crescido 18% em 2022 (CAMPOS, 2022).

Desse modo, tem-se a inserção precoce de crianças no mercado de trabalho como uma estratégia de sobrevivência para muitas famílias. No entanto, essa prática impacta negativamente a educação e o desenvolvimento desses jovens, resultando em defasagem escolar e aumento das taxas de evasão (PIRES, 2018). Apesar de várias políticas e iniciativas terem sido implementadas ao longo das últimas décadas, essa problemática se perpetua, especialmente entre as camadas mais vulneráveis e marginalizadas da sociedade.

Os dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023) demonstram um aumento na evasão escolar no Ensino Fundamental. Mais de 400 mil crianças, com idades entre 6 e 14 anos, não estavam frequentando a escola em 2023. O estudo também revela que 9 milhões de estudantes não concluíram o Ensino Médio em 2023 (IBGE, 2023).

Logo, busca-se, por meio deste estudo, analisar a relação entre trabalho infantil e evasão escolar no estado do Rio de Janeiro entre 2019 e 2022, com destaque para a indignidade velada que envolve o abandono escolar em função da sobrevivência em uma realidade precária.

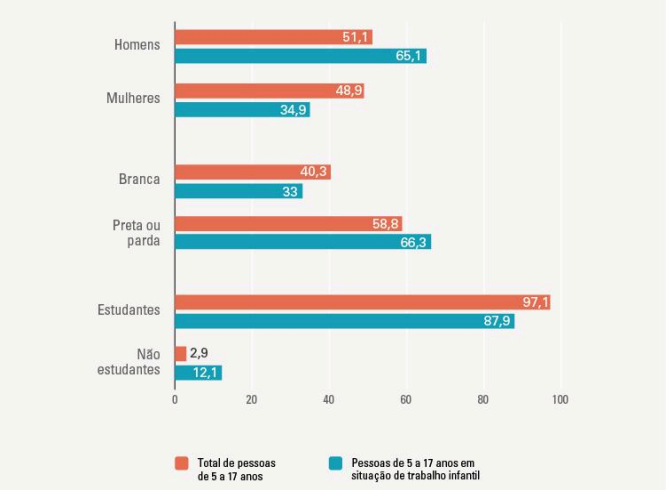
MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir ao objetivo geral proposto nesta pesquisa, recorreu-se a uma abordagem qualitativa. Nesse sentido, utilizou-se de pesquisa bibliográfica, que compreende a utilização de livros, periódicos (revistas), teses e anais de congressos.

Os estudos foram selecionados através da ferramenta do Google acadêmico, formulando descritores e palavras-chave, como: trabalho infantil no Brasil; trabalho infantil no Rio de Janeiro; trabalho infantil e evasão escolar; trabalho infantil e políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gráfico 1 - Distribuição das pessoas de 5 a 17 anos (2022) segundo sexo, cor ou raça e condição de estudante (%)



Fonte: IBGE, 2023.

Conforme determina a legislação brasileira, é permitido o trabalho somente para maiores de 16 anos, salvo na condição de jovem aprendiz, após os 14 anos. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principal ferramenta de proteção às crianças e aos adolescentes, constituído em 1990, reforça a prioridade na proteção da infância e na garantia de seus direitos.

Se tratando do trabalho para adolescentes acima de 14 anos, a Lei do Aprendiz n° 10.097 regulamenta a situação, estabelecendo que quem não terminou o Ensino Fundamental, não pode ultrapassar seis horas de trabalho diário[3].

Acreditamos haver uma correlação entre trabalho infantil e evasão escolar, pois conforme a pesquisa realizada por Bayma-freire, Roazzi Morgado, Morgado e Machado (2016), a incidência de evasão de crianças que trabalham no contraturno escolar é de 61,9%, salientando a necessidade de implementação de "medidas preventivas mais

[3] https://livredetrabalhoinfantil.org.br/trabalho-infantil/legislacao/.

radicais para combater o Trabalho Infantil, o qual por seu lado contribui diretamente para o abandono escolar" (p. 224).

Além da evasão, Raoport e Silva (2013) alegam que o baixo rendimento escolar dessas crianças é outra consequência do Trabalho Infantil. Desse modo, nota-se a necessidade da erradicação do Trabalho Infantil para conseguir solucionar os problemas educacionais brasileiros.

A infância deve ser preservada, pois essa fase contempla desenvolvimentos essenciais da formação humana, é nesse período que se desenvolvem aspectos físicos, motores, comunicacionais, emocionais, cognitivos, etc., sendo a escola o principal ambiente propiciador desse desenvolvimento.

A realidade do trabalho infantil afeta, principalmente, crianças em vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com Lima (2002), a pobreza e a necessidade de complementação da renda familiar são as principais razões para a existência do trabalho infantil. Em outras palavras, o trabalho se traduz em uma luta diária pela sobrevivência para as classes mais vulneráveis.

Portanto, a incorporação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho expressa as deficiências das políticas públicas para educação. Por outro lado, expõe os efeitos perversos da má distribuição de renda, do desemprego, dos baixos salários, ou seja, de um modelo econômico que não contempla as necessidades do desenvolvimento social (OIT, 2006).

Nesse sentido, esses jovens estão, simultaneamente, inseridos no mercado possível de uma sociedade excludente, enquanto sua dignidade é comprometida, dado o cenário marginalizado e precário em que se encontram. Muitas vezes são vistos como trombadinhas, preguiçosos, ladrões, e isso revela a face oculta dessa exclusão: integram-se economicamente, mas se desintegram moral e socialmente.

CONCLUSÕES

A análise apresentada demonstra como o trabalho infantil no estado do Rio de Janeiro, entre 2019 e 2022, está intrinsecamente relacionado à evasão escolar. Em um cenário no qual a extrema pobreza e a necessidade de sobrevivência continuam sendo fatores determinantes, perpetua-se uma indignidade velada que compromete o desenvolvimento educacional dos jovens.

REFERÊNCIAS

Bayma-Freire, H., Roazzi, A., Morgado, L., & Machado, T. S. **ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: INTERFERÊNCIA DO TRABALHO EXTRACURRICULAR E NÍVEL SOCIOECONÓMICO EM CRIANÇAS POBRES BRASILEIRAS**. EDUCAmazônia, v. 17, p. 211 - 230, 2016.

CAMPOS, Ana Cristina. Rio lança parceria público-privada para combater o trabalho infantil. **Agência Brasil**, fev. 2022.

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (FNPETI). **Situação do trabalho infantil no estado do Rio de Janeiro**, 2020.

LIMA, Consuelo Generoso Coelho de. Trabalho Precoce, Saúde e Desenvolvimento Mental. *In:* **O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes:** aspectos da saúde física, mental, cultural e econômico. Brasília: Ministério do Trabalho, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).. **Trabalho infantil de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 2016/2022**. Rio de Janeiro: PNAD CONTÍNUA/IBGE, 2023.

LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. Legislação sobre o trabalho infantil. Livre de Trabalho Infantil, 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **O fim do trabalho infantil:** um objetivo ao nosso alcance. Brasília: OIT, 2006.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. *In:* PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

RAOPORT, Andrea; SILVA, Sabrina Boeira da. **Desempenho escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social**. REVISTA EDUCAÇÃO EM REDE: FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE-ISSN 2316-8919, v. 2, n. 2, 2013.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) que nos possibilitou desenvolver esta pesquisa e participar deste estimado Congresso.

Agradeço à minha amiga Letícia Vieira pela paciência e cumplicidade na elaboração deste trabalho.

Agradeço à minha amiga, Letícia Gonçalves, pela amizade e parceria infindáveis e incomparáveis.

“EFEITOS DE LUGAR” E CAPITAL ECONÔMICO NAS DESIGUALDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2010)

Alexandre Ramos de Azevedo[1]
Hustana Maria Vargas[2]

Resumo: Esta pesquisa investiga a aplicação do conceito de “efeitos de lugar” de Pierre Bourdieu no acesso à educação superior, considerando as diferentes regiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro. Ao comparar as chances de acesso à educação superior entre jovens pertencentes aos quintis de renda domiciliar média *per capita* mais baixa e mais alta, constatou expressiva diferença entre estes dois grupos, sendo que os jovens de maior renda, apresentam acesso facilitado a cursos de graduação localizados fora da região onde residem com suas famílias.

Abstract: This research investigates the application of Pierre Bourdieu's concept of “site effects” in access to higher education, considering the different geographic regions of the State of Rio de Janeiro. When comparing the chances of access to higher education among young people belonging to the lowest and highest average household income per capita quintiles, a significant difference was found between these two groups, with young people with higher income having easier access to undergraduate courses located outside the region where they live with their families.

Resumen: Esta investigación investiga la aplicación del concepto de “efectos del lugar” de Pierre Bourdieu en el acceso a la educación superior, considerando las diferentes regiones geográficas del Estado de Río de Janeiro. Al comparar las posibilidades de acceso a la educación superior entre los jóvenes pertenecientes a los quintiles de ingreso familiar promedio per cápita más bajo y más alto del hogar, se encontró una diferencia significativa entre estos dos grupos, siendo los jóvenes con mayores ingresos los que tienen un acceso más fácil a carreras de pregrado ubicadas fuera de la región donde viven con sus familias.

Introdução

A denúncia sobre as desigualdades de acesso à educação superior, bem como a crítica a conclusões apressadas sobre sua efetiva democratização, já estavam presentes nas pesquisas da equipe de Pierre Bourdieu (PB) desde os anos de 1960 (BOURDIEU; PASSERON, 2014; 2016).

Este trabalho, baseado na sociologia das desigualdades educacionais de Bourdieu, ter por objetivo analisar um elemento pouco explorado pela literatura – o fator geográfico das desigualdades de acesso à educação superior –, colocando em foco a distribuição das

[1] Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e doutorando em educação na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde também é membro do Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior (LAP-UFF); e-mail: alexandre.azevedo@inep.gov.br.
[2] Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF, onde orienta pesquisas e coordena o LAP-UFF; e-mail: hustanavargas@id.uff.br.

populações e dos serviços educacionais no *território* ou, como prefere PB, no "espaço físico ou geográfico" (BOURDIEU, 2012; 2013).

A compreensão de que a desigualdade social se manifesta também na distribuição geográfica das oportunidades educacionais está presente em diferentes fragmentos de obras de Bourdieu e seus parceiros intelectuais, inclusive nas mais antigas, tal como em *Les héritiers* (BOURDIEU; PASSERON, 2018, p. 42).

Contudo, o desenvolvimento de uma teoria sobre o fator geográfico ou os "efeitos de lugar" ganhou maior destaque a partir de uma comunicação apresentada por Bourdieu em maio de 1991, no Colóquio *Poverty, Immigration and Urban Marginality in Advanced Societies*, e publicado no Brasil na forma de artigo traduzido (BOURDIEU, 2013) e, depois, com algumas modificações, como um dos capítulos do livro *La misère du monde* (BOURDIEU, 2012), publicado em 1993.

Ao elaborar teoricamente as relações entre espaço social e espaço físico, Bourdieu avança na necessária desnaturalização do espaço territorial como espaço físico inerte e deslocado de uma economia social, afirmando que "não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais" (BOURDIEU, 2012, p. 159-160).

Para o desenvolvimento deste trabalho, é importante destacar aquela que Bourdieu trata como uma das "grandes oposições sociais objetivadas no espaço físico" (BOURDIEU, 2012, p. 162): a oposição entre *capital* e *província*, que estamos adaptando, para a realidade brasileira, para a oposição entre *capital* e *interior*. Segundo Bourdieu, "a capital é, sem jogo de palavras, ao menos no caso da França, o lugar do capital, isto é, o lugar do espaço físico onde se encontram concentrados os pólos positivos de todos os campos e a maior parte dos agentes que ocupam essas posições dominantes" (BOURDIEU, 2012, p. 162).

Por último, em termos teóricos, será importante a compreensão de que a posse de capital interfere na desenvoltura dos agentes diante das limitações impostas pelo espaço geográfico tendo em vista a apropriação de certos bens raros, o que pode incluir a educação superior (BOURDIEU, 2012, pp. 163-164).

O que se indaga neste trabalho, é: tendo em vista o acesso a um bem raro como a educação superior, percebem-se os "efeitos de lugar" descritos por Bourdieu (2012 e 2013), considerando-as chances de acesso segundo perfis de renda, num determinado território?

Material e Métodos

Realizado com base no Censo Demográfico de 2010, este trabalho utiliza como menor unidade de análise as regiões geográficas imediatas do Estado do Rio de Janeiro, usando também o conceito de região geográfica intermediária (IBGE, 2017, p. 20). Sob este modo de se dividir o território, o RJ possui 92 municípios, cinco regiões intermediárias e quatorze regiões imediatas (IBGE, 2017).

Para comparar as chances de acesso à educação superior dos diferentes grupos de jovens objeto das análises, foi construída a Tabela 1, onde são apresentadas as chances – que correspondes aos percentuais – dos jovens de 18 a 24 anos, residentes em cada região geográfica imediata do RJ e pertencentes ao 1º ou ao 5º quintil, de estarem frequentando curso de graduação em 2010.

Outro conjunto de resultados é apresentado através da Tabela 2, onde é possível verificar onde os jovens de cada um destes dois quintis de renda estavam cursando a graduação em 2010: 1. Na própria Região Imediata (RI) de sua residência; 2. Fora de sua RI mas na mesma Região Intermediária; 3. Em outra região intermediária do RJ; 4. Em outra Unidade da Federação (UF); 5. Em outro país.

Resultados e Discussão

A análise do primeiro conjunto de resultados (Tabela 1) mostra que a vantagem dos jovens pertencentes ao 5º quintil em relação aos do 1º quintil é grande em todo o estado, mas varia bastante: de 5,8 vezes na RI de Macaé-Rio das Ostras (menor desigualdade) até 33,6 vezes na RI de Rio Bonito (maior desigualdade). Entretanto, não foi detectada uma diferença muito grande entre a desigualdade da RI da capital (9,1 vezes) e a desigualdade das RI do interior como um todo (8,8 vezes).

Tabela 1 - Chances dos jovens de 18 a 24 anos de cursarem a graduação, por região geográfica imediata e por quintil (1º e 5º) de renda domiciliar *per capita* (2010).

Nome da Região Geográfica Imediata	Jovens de 18 a 24 anos						
	1º Quintil			5º Quintil			Chances a mais (5º Quintil *versus* 1º Quintil)
	Total	Cursando	Chance de estar cursando	Total	Cursando	Chance de estar cursando	
Angra dos Reis	3.199	39	1,2%	3.416	664	19,4%	16,0
Cabo Frio	10.529	240	2,3%	5.408	1.711	31,6%	13,9
Campos dos Goytacazes	18.432	734	4,0%	6.950	2.711	39,0%	9,8
Itaperuna	4.597	155	3,4%	2.083	825	39,6%	11,8

Macaé - Rio das Ostras	6.013	266	4,4%	10.107	2.598	25,7%	5,8
Nova Friburgo	6.100	236	3,9%	3.754	1.021	27,2%	7,0
Petrópolis	8.640	463	5,4%	6.817	2.990	43,9%	8,2
Resende	3.161	93	3,0%	2.577	973	37,8%	12,8
Rio Bonito	3.352	32	1,0%	1.278	409	32,0%	33,6
Rio de Janeiro	202.422	8.988	4,4%	218.949	88.795	40,6%	9,1
Santo Antônio de Pádua	3.213	123	3,8%	853	420	49,2%	12,9
Três Rios - Paraíba do Sul	3.974	221	5,6%	1.527	707	46,3%	8,3
Valença	4.684	185	3,9%	1.232	570	46,3%	11,7
Volta Redonda - Barra Mansa	12.651	743	5,9%	8.817	3.682	41,8%	7,1
Estado do Rio de Janeiro	**290.967**	**12.519**	**4,3%**	**273.768**	**108.075**	**39,5%**	**9,2**
Capital	**202.422**	**8.988**	**4,4%**	**218.949**	**88.795**	**40,6%**	**9,1**
Interior	**88.545**	**3.531**	**4,0%**	**54.819**	**19.280**	**35,2%**	**8,8**

Fonte: Amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

O segundo conjunto de resultados (Tabela 2) demonstra que, segundo a amostra do Censo Demográfico 2010, os jovens mais pobres (1º quintil de renda), dependem mais das oportunidades de acesso à educação superior que são oferecidas em sua própria região geográfica imediata ou região geográfica intermediária. A oferta mais próxima beneficia também, em grande medida aos jovens do grupo de renda mais alta (5º quintil). Entretanto, estes jovens, possuidores de maior capital econômico, ficam menos limitados no espaço geográfico, registrando maiores percentuais de migração para cursar a graduação em regiões mais distantes, dentro ou fora do Rio de Janeiro.

Tabela 2 - Distribuição percentual dos estudantes de 18 a 24 anos, por regiões geográficas onde cursam a graduação e por quintil (1º q. ou 5º q.) de renda domiciliar *per capita* (2010)

Nome da Região Geográfica Imediata	**Onde cursam a graduação?**									
	Região Imediata (RI)		**Região Intermediária (exceto RI)**		**Outra Região do RJ**		**Outra UF**		**Outro país**	
	1º q.	**5º q.**	**1º q.**	**5º q.**	**1º q.**	**5º q.**	**1º q.**	**5º q.**	**1º q.**	**5º q.**
Angra dos Reis	100,0%	37,6%	0,0%	37,7%	0,0%	16,2%	0,0%	8,6%	0,0%	0,0%
Cabo Frio	71,8%	69,9%	4,7%	4,6%	19,4%	24,6%	4,0%	0,9%	0,0%	0,0%
Campos dos Goytacazes	95,6%	91,0%	4,4%	1,4%	0,0%	6,8%	0,0%	0,8%	0,0%	0,0%
Itaperuna	73,9%	69,4%	23,7%	12,1%	2,4%	9,5%	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%
Macaé - Rio das Ostras	69,5%	75,2%	0,0%	1,8%	26,5%	20,8%	4,0%	2,2%	0,0%	0,0%
Nova Friburgo	80,9%	73,5%	2,2%	0,6%	8,6%	20,6%	8,3%	5,3%	0,0%	0,0%
Petrópolis	90,6%	71,0%	0,0%	1,2%	7,6%	26,1%	1,9%	1,2%	0,0%	0,6%
Resende	77,7%	66,1%	22,3%	15,0%	0,0%	13,4%	0,0%	5,6%	0,0%	0,0%
Rio Bonito	0,0%	10,8%	100,0%	78,0%	0,0%	11,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Rio de Janeiro	98,7%	98,2%	0,0%	0,1%	0,7%	0,8%	0,6%	0,7%	0,0%	0,2%
Santo Antônio de Pádua	41,1%	26,6%	58,9%	56,1%	0,0%	17,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Três Rios - Paraíba do Sul	51,4%	19,2%	6,1%	4,8%	23,2%	33,0%	19,3%	43,0%	0,0%	0,0%
Valença	71,0%	62,5%	18,2%	14,0%	10,8%	17,3%	0,0%	6,2%	0,0%	0,0%
Volta Redonda - Barra Mansa	77,8%	76,8%	6,5%	7,9%	11,3%	12,7%	4,4%	2,4%	0,0%	0,2%
Estado do Rio de Janeiro	93,0%	93,1%	2,4%	1,6%	3,2%	3,8%	1,4%	1,3%	0,0%	0,2%
Capital	98,7%	98,2%	0,0%	0,1%	0,7%	0,8%	0,6%	0,7%	0,0%	0,2%
Interior	78,4%	69,6%	8,7%	8,6%	9,4%	17,5%	3,5%	4,1%	0,0%	0,1%

Fonte: Amostra do Censo Demográfico 2010 (IBGE).

Conclusão

Considerando as diferentes regiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro, bem como uma possível oposição entre capital e interior, para apresentar e comparar as chances de acesso à educação superior de jovens de 18 a 24 anos pertencentes ao quintil de renda domiciliar *per capita* mais baixa (1º quintil) com os do quintil de renda mais alta (5º quintil), com base nos dados amostrais do Censo Demográfico 2010, constatou-se expressiva diferença entre os grupos de menor e maior capital econômico quanto ao acesso em questão. Observaram-se resultados maiores ou menores para as diferentes regiões do território analisado, concluindo-se também que a detenção de maior capital econômico multiplica as oportunidades de acesso, pois permite aos jovens de maior renda, acesso facilitado a cursos de graduação localizados fora da região geográfica imediata e intermediária onde residem com suas famílias.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado*. Estudos Avançados, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Efeitos de lugar*. In: BOURDIEU, Pierre (coord.). A miséria do mundo. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 7a.ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *Os herdeiros*: os estudantes e a cultura. 2a.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES (AS) REGENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REGIÃO DOS LAGOS - RJ: ALCANCES E LIMITES

Ligiane Pereira de Medeiros[1]

RESUMO:
O presente trabalho objetiva discutir a efetividade da formação continuada de professores (as) regentes para a educação inclusiva, com vistas ao cumprimento da Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014-2024/25), em municípios da Região dos Lagos do Rio de Janeiro. Com base em análise documental e em entrevistas semiestruturadas, numa abordagem qualitativa, a pesquisa foi realizada com gestores das secretarias municipais de educação e professores. Os principais conceitos mediadores da análise foram: inclusão e *habitus*. Notamos que os municípios apresentam características distintas na oferta de modalidades de formação continuada a professores regentes, na perspectiva da educação inclusiva, estando tal política ainda em processo de consolidação. Não obstante o empenho das equipes locais na promoção da inclusão de todos os alunos, as redes escolares investigadas ainda carecem de diretrizes objetivas capazes de orientar a política pública de formação continuada, na perspectiva da educação inclusiva, especialmente para professores regentes.
Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação Continuada de Professores; *Habitus.*

ABSTRACT: The present work aims to discuss the effectiveness of the continued training of teachers for inclusive education, with a view to fulfilling Goal 4 of the National Education Plan (PNE, 2014-2024/25), in municipalities in the Lagos do Sul Region. Rio de Janeiro. Based on documentary analysis and semi-structured interviews, using a qualitative approach, the research was carried out with managers from municipal education departments and teachers. The main mediating concepts of the analysis were: inclusion and habitus. We note that municipalities have different characteristics in offering continuing education modalities to regular teachers, from the perspective of inclusive education, with this policy still being consolidated. Despite the commitment of local teams to promoting the inclusion of all students, the school networks investigated still lack objective guidelines capable of guiding the public policy of continuing education, from the perspective of inclusive education, especially for regular teachers.
Keywords: Inclusive Education; Continuing Teacher Training; Habitus.

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo discutir la efectividad de la formación continua de docentes para la educación inclusiva, con vistas al cumplimiento de la Meta 4 del Plan Nacional de Educación (PNE, 2014-2024/25), en municipios de la Región de Lagos do Sul Rio. de Janeiro. A partir de análisis documental y entrevistas semiestructuradas, con enfoque cualitativo, la investigación se realizó con directivos de direcciones municipales de educación y docentes. Los principales conceptos mediadores del análisis fueron: inclusión y habitus. Observamos que los municipios tienen características diferentes al ofrecer modalidades de educación continua a los docentes regulares, desde la perspectiva de la educación inclusiva, política aún en proceso de consolidación. A pesar del compromiso de los equipos locales para promover la inclusión de todos los estudiantes, las redes escolares investigadas aún carecen de lineamientos objetivos capaces de orientar la política pública de educación continua, desde la perspectiva de la educación inclusiva, especialmente para los docentes

[1] Ligiane Pereira de Medeiros, Prefeitura Municipal de Cabo Frio e de Araruama, Pesquisadora do GRUPPE-UFF, Doutora em Educação (UFF), e-mail: ligianepereira@id.uff.br.

regulares. **Palabras clave:** Educación Inclusiva; Formación Continua de Profesores; Hábito.

INTRODUÇÃO: A meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024/25) tem como referência a universalização do ensino para as pessoas com deficiência, transtornos, altas habilidades e superdotação, com a garantia de um sistema educacional inclusivo para todos. Entende-se que para garantir o referido sistema é necessário assegurar, sobretudo, formação continuada aos docentes regentes de turma, que deste sistema fazem parte e que atuam no cotidiano, interagindo com esses alunos. Embora não haja uma referência explícita à formação continuada do docente regente de turma naquela meta do PNE, realizamos um estudo para entender como alguns municípios do Rio de Janeiro estão se organizando para garantir um sistema educacional inclusivo, a partir da formação continuada dos professores regentes de turmas comuns. Os municípios pesquisados foram: Araruama, Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, que se localizam na Região dos Lagos, região litorânea do estado do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA E MATERIAL:

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados documentos produzidos pelas secretarias de educação municipais e seus órgãos colegiados correspondentes, bem como documentos nacionais, além da realização de entrevistas semiestruturadas, em caráter presencial ou por meio digital. Empregamos a abordagem qualitativa, baseada em análise de documentos, no que tange à formação continuada de professores para a educação inclusiva, e nas informações produzidas por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores das secretarias municipais de educação e professores que, preferencialmente, tenham participado de ações de formação continuada sobre educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, nas redes municipais investigadas. Os referidos municípios foram escolhidos mediante a proximidade da pesquisadora com a rede de profissionais com que atua ou atuou, ao longo de sua trajetória profissional de 28 anos, na Região dos Lagos - RJ.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

Com a análise dos documentos e, sobretudo, examinando as entrevistas, foi possível observar que os municípios apresentam características distintas a respeito do oferecimento das modalidades de formação continuada de professores regentes, na perspectiva da educação inclusiva, mas todos demonstram estar em processo de consolidação dessa política, considerando as demandas específicas apontadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano

de 2023. São singulares também as condições objetivas para participação de professores em ações de formação continuada e os mecanismos de valorização do magistério local. As principais conclusões revelam que, embora seja observado empenho das equipes locais em promover a inclusão de todos os alunos, a fragilidade na consolidação de determinadas especificidades nos territórios, de modo a implementar a política nacional de inclusão e de formação continuada, tem dificultado a consolidação das políticas locais do setor.

Dentre os principais aspectos abordados na pesquisa, apresentamos aqui aqueles que mais sobressaíram a partir do trabalho de campo. Quanto à contribuição efetiva da formação continuada ofertada aos professores, com vistas à transformação das práticas docentes nos processos de inclusão de alunos com deficiência, merecem destaque as colocações dos docentes entrevistados a respeito da possibilidade e da oportunidade de reflexão sobre sua própria prática por meio das referidas ações formativas. A sensibilização que tais vivências geraram em muitos docentes em relação à atuação no cotidiano escolar, lidando com as diversas diferenças presentes na sala de aula comum, é um elemento precioso para o sucesso da educação inclusiva que se pretende desenvolver, sobretudo na interação cotidiana com alunos com deficiência. Alguns entrevistados relatam que mudaram seu comportamento e olhar, tornando-se mais pacientes e sensíveis em relação aos seus alunos com deficiência e buscando alternativas de aprendizagem que fariam mais sentido para eles. Outros afirmam que foi possível levar para as suas salas de aula as sugestões discutidas nos processos de formação. A acessibilidade atitudinal para todos os profissionais da educação, defendida por muitos teóricos da educação inclusiva, é um fator primordial para garantir um sistema educacional efetivamente inclusivo. Quem não desenvolve "uma atitude inclusiva", pode reduzir o sujeito "às marcas do seu corpo; às mutilações que sofreu ou às insuficiências que seu organismo expõe quando comparado a outro" (Freitas, 2014, p. 133). Alguns professores relatam atitudes inclusivas, provocadas pela assimilação de um *habitus*[2], de modo que, quando se deparam com situações desafiadoras, são impelidos a focar na criação de oportunidades inclusivas para seus alunos. Recorrendo a Bourdieu (2001b, p. 61), é possível observar através do *habitus* "as capacidades criadoras, activas, inventivas" do agente, colocadas em prática. Sob o ponto de vista da inclusão, é preciso olhar para o "diferente" e acolhê-lo. Como prerrogativa legal, a

[2] *Habitus* é um princípio gerador de comportamentos sistemáticos que correspondem à disposição individual desenvolvida pelos agentes, ou seja, percepções e modos próprios de ver o mundo, que, embora subjetivados, têm a ver com o modo como vivenciam e apreendem os processos de socialização nos diversos campos sociais, como família, escola, igreja, mundo do trabalho, movimentos sociais etc. (Bourdieu, 2014).

inclusão interfere na vida social dos agentes de maneira, diríamos, "impositiva". Porém, se quem atua na escola internaliza a necessidade de aceitar o outro, por sermos todos diferentes, em uma sociedade tão diversa, e porque a diferença nos acrescenta e humaniza, sua aceitação poderá ficar muito mais leve e natural, oportunizando experiências saudáveis de convivência com o diferente e a diferença, tal como um *habitus* que se incorpora e passa a agir como uma "gramática" que orienta as práticas sociais. Nesse sentido, a inclusão não dependerá apenas da observância do preceito legal, mas decorrerá também, e principalmente, de uma atitude genuinamente inclusiva incorporada pelos professores.

Quanto às modalidades e aos proponentes das ações de formação continuada de professores, na perspectiva da educação inclusiva, mais frequentemente identificados nos municípios pesquisados, destacamos que as ações formativas geralmente são oferecidas segundo a necessidade do setor ou escola solicitante, sob diferentes formatos. São organizadas reuniões de orientação ou esclarecimento, palestras, cursos rápidos e cursos longos, realizados pelo órgão gestor, equipes escolares ou em parcerias com universidades e institutos de ensino superior, de forma virtual ou presencial. O tempo de duração dessas ações é variado, de acordo com a disponibilidade dos proponentes, podendo abranger palestras e reuniões de esclarecimento, de duas a três horas, até cursos esporádicos com duração de um mês a um ano. Embora diversas, essas modalidades de formação precisam levar o professor a ser afetado pela causa da inclusão, de forma a reconceituar seus papeis e atitudes, conforme aponta Plaisance (2018), aguçando sua atenção em face das necessidades especiais dos alunos e agindo proativamente para colaborar no processo educativo, com sensibilidade e responsabilidade.

Quanto às condições objetivas para participação dos professores nas ações de formação continuada, os municípios, de maneira geral, têm preconizado, em suas legislações, uma carga horária específica para a realização dessas formações, de maneira que não conflitem com a carga horária de trabalho docente regular em sala de aula, observado o que dispõe a Lei n° 11.738, de 16 de julho de 2008, que se refere ao limite máximo de 2/3 do trabalho docente para interação direta com alunos.

CONCLUSÕES:

Constatou-se, com a pesquisa, que é cada vez mais necessário o investimento nas formações continuadas em educação inclusiva, destinadas aos professores regentes, que recebem alunos com deficiências, com os mais variados níveis de

comprometimento, de modo a proporcionar aos docentes, principalmente, a adoção de uma atitude inclusiva em face da diversidade. Com efeito, as redes municipais investigadas ainda carecem de diretrizes mais objetivas para colocar em prática uma política pública de formação continuada, na perspectiva da educação inclusiva, especialmente para os professores regentes. Além disso, reforçamos a importância de, nas formações continuadas promovidas, sensibilizar os profissionais quanto ao cuidado no tratamento dispensado aos alunos com deficiência e à forma de se referir a eles, de modo que se evite, nos ambientes escolares, o que Bourdieu e Champagne (2001a) apontam em seus estudos como o fenômeno dos "excluídos do interior", ou seja, aqueles que, mesmo estando "incluídos" formalmente na escola, estão dentro do sistema escolar, porém, na realidade, permanecem excluídos ou marginalizados. Acreditamos ainda que, se as ações de formação continuada focadas na educação inclusiva, praticadas nos municípios investigados, contemplassem uma quantidade maior de docentes, de sorte a fortalecer a sua autonomia e emancipação, e, sobretudo, se tivessem continuidade ao longo dos anos, com conceituação bem fundamentada, certamente contribuiriam para um efetivo desenvolvimento educacional naquelas localidades. Para tanto, seria necessária a formulação de uma política de formação continuada robusta em cada município, com destinação de recursos suficientes e definição de diretrizes que observassem a realidade como um todo, mas também as necessidades específicas das diferentes escolas que integram as redes municipais, no tocante à inclusão de alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre (coord.).**A miséria do mundo**. Petrópolis:Vozes, 2001a.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2001b.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREITAS, Marcos Cesar de. **O aluno incluído na educação básica**: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2014. [livro eletrônico]

MEDEIROS, Ligiane Pereira de.**Formação continuada de professores(as) para a educação inclusiva:** alcances e limites da Meta 4 do Plano Nacional de Educação. (Tese de Doutorado em Educação). Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2024.

MEDEIROS, Ligiane Pereira de. Educação especial na perspectiva da inclusão (Meta 4 do PNE): avanços e retrocessos. *In:* CARNEIRO, Waldeck; MORAES, Viviane Merlim (orgs.). **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**: balanço e perspectivas. Niterói: Intertexto, 2024.

PLAISANCE, Eric. Não estamos preparados para isso! Educação inclusiva e formação de professores. *In*: VOLTOLINI, Rinaldo (org.). **Psicanálise e formação de professores**: antiformação docente. São Paulo: Zagodoni, 2018.

Agradecimentos

Agradecemos aos gestores das secretarias de educação dos municípios pesquisados, que gentilmente aceitaram participar da pesquisa, fornecendo informações que contribuíram para a análise da política pública investigada, bem como aos docentes, que, de forma solícita, concordaram em conversar conosco, o que foi indispensável ao exame das políticas implementadas nos territórios abordados e no país.

3 ESTRUTURA PRODUTIVA FLUMINENSE

Desde 1919, o estado do Rio de Janeiro vem perdendo relevância econômica, tornando-se a segunda economia nacional. A partir dos anos de 1960 esta perda de relevância se agrava e o estado entra em uma crise estrutural sendo o ente federativo que apresentou maior perda de participação relativa no PIB nacional. Uma das causas apontadas para este esvaziamento econômico é o estado possuir uma estrutura produtiva pouco densa, que se mostra frágil e incompleta, dependente da conjuntura nacional e de importações de outros estados e do resto do mundo. Os trabalhos aqui apresentados realizam análises dos encadeamentos produtivos do estado do Rio de Janeiro de forma intrarregional, com outros estados, com a economia nacional, com outros países e cadeias globais de valor, de modo a contribuir para a ruptura com a estrutura produtiva oca existente na economia fluminense.

A IMPORTÂNCIA DO POLO GASLUB PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO LESTE METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO

Jacob Binsztok[1]

RESUMO

O trabalho mostra a relevância do Polo GasLub para o desenvolvimento da cadeia produtiva de petróleo e gás do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, destacando as oportunidades ofertadas pelo empreendimento e os respectivos desafios, bem como a análise dos impactos tecnológicos, econômicos, sociais e ambientais, salientando a mudança de paradigma adotada pela atual iniciativa em substituição ao modelo do antigo Comperj, e ainda propondo a dimensão regional como instrumento de promoção e adensamento da atividade industrial e ampliação da geração de trabalho e renda qualificados em comunidades marcadas pela informalidade e pela baixa remuneração, fortemente dependentes de políticas públicas voltadas para a transferência de renda.

Palavras-chave: Polo GasLub; Leste Metropolitano do Rio de Janeiro; UPGN; Gasoduto Rota 3; Bacia de Santos.

ABSTRACT

The work shows the relevance of Polo GasLub for the development of the oil and gas production chain in the Metropolitan East of Rio de Janeiro, highlighting the opportunities offered by the enterprise and the respective challenges, as well as the analysis of technological, economic, social and environmental impacts , highlighting the paradigm shift adopted by the current initiative to replace the old Comperj model, and also proposing the regional dimension as an instrument for promoting and densifying industrial activity and expanding the generation of qualified work and income in communities marked by informality and low remuneration, heavily dependent on public policies aimed at income transfer.

Keywords: Polo GasLub; Metropolitan East of Rio de Janeiro; UPGN; Route 3 gas pipeline; Santos Basin.

RESÚMEN

El trabajo muestra la relevancia del Polo GasLub para el desarrollo de la cadena productiva de petróleo y gas en el Este Metropolitano de Río de Janeiro, destacando las oportunidades que ofrece el emprendimiento y los respectivos desafíos, así como el análisis de los aspectos tecnológicos, económicos, sociales e impactos ambientales, destacando el cambio de paradigma adoptado por la actual iniciativa de sustitución del antiguo modelo Comperj, y proponiendo también la dimensión regional como instrumento para promover y densificar la actividad industrial y ampliar la generación de trabajo calificado e ingresos en comunidades marcadas por la informalidad y la baja remuneración, muy dependiente de políticas públicas dirigidas a la transferencia de ingresos.

Palabras claves: Polo GasLub; Este Metropolitano de Río de Janeiro; UPGN; Gasoducto Ruta 3; Cuenca de Santos.

[1] Jacob Binsztok, Universidade Federal Fluminense, jacob.binsztok@gmail.com

INTRODUÇÃO

Após frustradas tentativas de resgatar o Comperj mediante parcerias com corporações globais e nacionais do setor de petróleo e gás, como a *China National Oil and Gas Exploration on Development Company* (CNODC) e com a Braskem, a Petrobras em 2020 decide liquidar o empreendimento, substituindo-o pelo Polo GasLub. Assim, a empresa instituiu uma nova configuração espacial para o antigo Comperj, em Itaboraí, ancorada na construção de uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), com capacidade para processar 21 milhões m³/dia, transportado pelo gasoduto Rota 3, proveniente do Campo de Lula, localizado no Pré-sal da Bacia de Santos.

A importância econômica do Polo GasLub destaca-se pela crescente valorização do mercado nacional e internacional de gás natural, indispensável para a produção de fertilizantes, siderúrgicos, cimento, cerâmicas, vidro, papel e celulose e alimentos e bebidas, que poderão ampliar a geração de emprego e renda dos municípios do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, dependentes em grande parte do trabalho gerado em Niterói e na capital fluminense.

A equidistância dos mercados consumidores e das fontes de matérias-primas presentes no Polo GasLub remete à experiência bem-sucedida da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, no Médio Paraíba, localizada em uma região marcada pela cafeicultura decadente, que contribuiu para a formação do Primeiro Complexo Industrial Brasileiro, e inaugurando uma nova configuração do espaço brasileiro, denominada Novo Sudeste, considerado o centro de comando e decisão do país.

O trabalho apresenta também um relato do material e métodos utilizados, uma análise dos resultados e discussões, apresentação das conclusões e os referenciais bibliográficos consultados durante a realização da pesquisa.

MATERIAL E MÉTODOS

O arcabouço metodológico foi constituído mediante a execução dos seguintes procedimentos:

- Fundamentação teórica, realizada mediante revisão da literatura pertinente e consequente apropriação de contribuições de autores como Binsztok (2012 e 2018), enfatizando os impactos econômicos, ambientais e sociais decorrentes da construção e posterior paralisação definitiva das obras do Comperj e suas repercussões na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; Vasconcellos, La Rovere e Pereira (2021 e 2024), analisando as mudanças da estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro e referência para verificar os indicadores de adensamento da atividade industrial do Leste Metropolitano, importante para o início do processo de consolidação do Polo GasLub, em

Itaboraí. No âmbito global, utilizamos a contribuição de Ross (2015), que recomenda a revisão do conceito de enclave, geralmente apontado pela literatura como obstáculo para o adensamento da cadeia produtiva de petróleo e gás. Ainda nesta perspectiva, incorporamos também os referenciais teóricos preconizados por Soja (1993), Harvey (2005) e Santos (2009), quando analisam as transformações decorrentes dos movimentos da denominada reestruturação produtiva, particularmente os relacionados à flexibilização, precarização e terceirização das relações de trabalho e no predomínio da financeirização no desenvolvimento capitalista contemporâneo.

- Coleta e análise de dados secundários publicados em instituições públicas e privadas relacionadas à proposta, tais como: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF), Municipalidades e outras relevantes para a realização do trabalho. Os dados secundários também serão utilizados para a confecção de gráficos, tabelas, quadros e mapas, retratando questões importantes para o projeto.

- Realização de entrevistas semiestruturadas com 20 (vinte) stakeholders, de instituições públicas e privadas, com o objetivo de identificar / comprovar oportunidades e desafios para a indústria de fertilizantes nitrogenados no Polo GasLub.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas e os trabalhos de campo comprovaram as observações de Vasconcellos, La Rovere e Pereira (2021), quando alertaram para a baixa complexidade da estrutura produtiva do estado do Rio de Janeiro, particularmente da Região Metropolitana, marcada pela presença de setores tradicionais como alimentação, bebidas, vestuário e manutenção.

Prosseguindo, Vasconcellos, La Rovere e Pereira (2024) se detiveram na análise da cadeia produtiva de petróleo e gás fluminense, destacando sua baixa complexidade e ressaltando sua forte concentração nas atividades de exploração e produção (E&P) que, em linhas gerais, não desenvolve ações complexas, ao contrário do refino e do beneficiamento de produtos derivados do petróleo, mais próximos dos setores industriais de maior complexidade.

O Programa de Privatizações foi apontado com propriedade pelos autores como um dos responsáveis pela baixa complexidade do setor de petróleo e gás. O fato pode ser comprovado quando constatamos que por ocasião da privatização da BR Distribuidora foram encerradas as tratativas para a fundação de um centro de pesquisa, desenvolvimento

e inovação destinado a atender demandas pendentes do setor de refino. Anteriormente, no final dos anos 1990, situação semelhante foi vivenciada quando da privatização da Petroquisa, onde foram liquidadas as negociações para a construção de um centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação destinado ao setor petroquímico. É importante lembrar que as instituições estavam previstas para funcionar conectadas ao centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação Leopoldo Miguez de Mello, CENPES / UFRJ.

Com relação às atividades do setor de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás, cabe assinalar a contribuição de Binsztok (2018), quando analisa a organização da rede horizontalizada liderada pela Petrobras para o apoio das atividades do setor, em parceria com instituições universitárias de ensino superior, públicas e privadas, concentradas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Embora previstas pelas diretrizes da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a rede não contemplava ações destinadas a mitigar impactos ambientais, sociais, econômicos e tampouco iniciativas voltadas para o desenvolvimento regional. Contudo, a análise das contribuições de Vasconcellos, La Rovere e Pereira (2024) revela expectativas positivas em relação à implantação do Polo GasLub para ampliar a complexidade da cadeia produtiva de petróleo e gás fluminense, situação que não poderia ser observada em Binsztok (2018) nem em Vasconcellos, La Rovere e Pereira (2021) quando o empreendimento ainda não estava sendo cogitado pela Petrobras.

Os significativos passivos ambientais do antigo Comperj foram mencionados com propriedade em Oliveira e Cândido (2018) e em Bienenstein *et al* (2018), embora não tenham sido cogitadas soluções para mitigar as consequências sociais e econômicas para as comunidades de São Gonçalo e Itaboraí, decorrentes do abandono do projeto.

CONCLUSÕES

A pesquisa mostrou que existe unanimidade em relação ao caráter relevante e estratégico do Polo GasLub para a cadeia produtiva de petróleo e gás nacional, fluminense e, particularmente, para o Leste Metropolitano do Rio de Janeiro, pois a região desde os anos de 1970 não é contemplada com uma iniciativa inclusiva e de grande porte, embora seja responsável pela receita de 25 a 30 bilhões de dólares gerados anualmente pela exportação de petróleo bruto destinada principalmente à China. Neste sentido, o empreendimento abre oportunidades de inovação, produtividade, sustentabilidade e melhoria da qualidade de nossas exportações, atualmente fundamentadas em produtos de baixo valor agregado e sujeitos aos riscos das constantes crises internacionais no caso das guerras na Ucrânia e no Oriente Médio, atuando na formação dos preços dos fertilizantes e dos combustíveis.

A dimensão regional preconizada na proposta poderá se constituir em uma alavanca para a construção de sinergias entre os municípios da região do Leste Metropolitano do Rio de Janeiro; embora próximos geograficamente, operam em relativo isolamento, produto de rivalidades políticas locais e ausência de uma vigorosa mobilização comunitária.

REFERÊNCIAS

BIENENSTEIN, R.; BIENENSTEIN, G.; GALVÃO, D.; DRUMOND, R. Urbanização dos municípios de São Gonçalo e Itaboraí: impactos a partir de um grande projeto regional. In: BINSZTOK, J.; BARBOSA J. L. (orgs.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. Rio de Janeiro: Consequência - FAPERJ, 2018. p. 37-65.

BINSZTOK, J. *et al*. Considerações sobre o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e sua região. In: MONIE, F.; BINSZTOK, J. (orgs.). **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad - FAPERJ, 2012.

BINSZTOK, J. Organização das redes de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) no setor de petróleo e gás na cidade do Rio de Janeiro. In: BINSZTOK, J.; BARBOSA, J. L. (orgs.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. Rio de Janeiro: Consequência - FAPERJ, 2018. p. 15-36.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, F. G.; CÂNDIDO, D. Investimentos produtivos, territorialidades e gestão do uso do território no leste metropolitano do Rio de Janeiro. In: BINSZTOK, J.; BARBOSA J. L. (orgs.). **Modernização Fracassada: Dossiê Comperj**. Rio de Janeiro: Consequência - FAPERJ, 2018. p. 67-95.

ROSS, M. **A maldição do petróleo: Como a riqueza petrolífera molda o desenvolvimento das nações**. Porto Alegre: Sanskrito, 2015.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

VASCONCELLOS, B. L. X.; LA ROVERE, R. L.; PEREIRA, R. S. Complexidade econômica regional no Rio de Janeiro como estratégia para mudanças na estrutura produtiva. **Desenvolvimento em Debate (INCT/PPED)**, v. 9, n. 3, p. 47-66, 2021.

VASCONCELLOS, B. L. X.; LA ROVERE, R. L.; PEREIRA, R. S. Complexidade da indústria petrolífera na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos de Desenvolvimento Fluminense (Rio de Perspectivas: ensaios sobre a sociedade fluminense)**, n. 26, p. 76-100, 2024.

Agradecimentos

Agradecimentos à FAPERJ, por intermédio do processo E-26/200.328/2023 - Programa Cientista do Nosso Estado 2022.

UM MODELO CALCULÁVEL DE EQUILÍBRIO GERAL PARA A ECONOMIA DO MAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Thauan Santos[1] e Jorge Lima [2]

Resumo: Modelos de equilíbrio geral computável (EGC) são uma ferramenta útil para avaliar a importância da Economia do Mar devido à sua estrutura intersetorial e flexibilidade de preços. Este artigo apresenta um modelo EGC com um setor de Economia do Mar para o Estado do Rio de Janeiro (ERJ). O modelo é em escala real e desagregado em onze setores. Além disso, temos as preferências para o agente e funções de produção para os setores. O objetivo é mostrar a importância da Economia do Mar dada a sua interdependência. A partir da matriz insumo-produto (MIP) para 2019 e um conjunto de parâmetros e elasticidades, simulamos o efeito de um aumento dos royalties do petróleo através de um modelo EGC e seu impacto global nos outros setores e no produto interno bruto (PIB). Os resultados mostram um aumento do PIB de 22% que se traduz em um aumento do bem-estar de 3% no curto prazo.

Palavras-chave: Economia do Mar, modelos EGC; desenvolvimento regional.

Abstract: *Computable general equilibrium (CGE) models are a useful tool for assessing the importance of the Ocean Economy due to its cross-sectoral structure and pricing flexibility. This article presents a CGE model with an Ocean Economy sector for the State of Rio de Janeiro (SRJ). The model is full-scale and disaggregated into eleven sectors. In addition, we have preferences for the agent and production functions for the sectors. The objective is to show the importance of the Ocean Economy given its interdependence. Using the input-output matrix (IOM) for 2019 and a set of parameters and elasticities, we simulate the effect of an increase in oil royalties through a CGE model and its global impact on other sectors and on gross domestic product (GDP). The results show an increase in GDP of 22% which translates into an increase in well-being of 3% in the short term.*

Keywords: *Ocean Economy; CGE models; regional development.*

Resumen*: Los modelos de equilibrio general computable (EGC) son una herramienta útil para evaluar la importancia de la economía del mar debido a su estructura intersectorial y flexibilidad de precios. Este artículo presenta un modelo de EGC con sector de Economía del Mar para el Estado de Río de Janeiro (ERJ). El modelo tiene escala real y está desagregado en once sectores. Además, tenemos preferencias por las funciones de agente y producción de los sectores. El objetivo es mostrar la importancia de la Economía del Mar dada su interdependencia. Utilizando la matriz input-output para 2019 y un conjunto de parámetros y elasticidades, simulamos el efecto de un aumento en las regalías petroleras a través de un modelo EGC y su impacto global en otros sectores y en el producto interno bruto (PIB). Los resultados muestran un aumento del PIB del 22% que se traduce en un aumento del bienestar del 3% en el corto plazo.*

Palabras clave*: Economia del mar, modelos EGC; desarrollo regional.*

[1] Escola de Guerra Naval (EGN); thauan@marinha.mil.br
[2] Escola de Guerra Naval (EGN), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); jorol@bndes.gov.br

1. Introdução

A costa brasileira está entre as cinco maiores do mundo com diversas oportunidades relacionadas à exploração do mar como recurso econômico. Atualmente, conceitos como economia azul, economia marítima, economia marinha, economia costeira e economia oceânica têm sido amplamente utilizados de forma intercambiável, o que tem gerado confusão. Neste artigo, adotamos como conceito relevante a definição de Economia do Mar proposta por [1] que está em linha com a utilizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [2].

A Economia do Mar é, portanto, essencial para o bem-estar e a prosperidade futura da humanidade, sendo fonte de alimentos, energia, minerais, saúde, lazer e transportes, dos quais dependem centenas de milhões de pessoas. Logo, é crucial medir e quantificar seus efeitos para uma determinada economia para demonstrar a sua relevância.

De fato, o desenvolvimento da modelagem das atividades econômicas relacionadas com o mar também é importante no contexto das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 14, assim como dá própria Década do Oceano. No entanto, a falta de métodos padronizados e harmonizados para esta quantificação é um desafio, pois dificulta a comparabilidade dos diferentes resultados gerados pelas diferentes metodologias utilizadas.

Assim, o objetivo deste artigo é trazer uma contribuição para esta discussão utilizando um modelo de equilíbrio geral computável (CGE) para medir a economia do mar no Estado do Rio de Janeiro (SRJ) no Brasil. Ele está estruturado da seguinte forma. A seção 2 resume os fundamentos teóricos e conceituais deste artigo e mostra uma discussão metodológica entre as diferentes abordagens utilizadas para medir a importância da Economia do Mar, com especial atenção aos modelos de equilíbrio geral computável (CGE) e matrizes de insumo-produto (MIP). A Seção 3 apresenta o modelo CGE proposto descrevendo suas hipóteses, bem como sua estrutura. A seção 4 apresenta e discute os principais resultados. Uma seção final resume a conclusão e sugere novos estudos.

A maioria dos modelos CGE aplicados à economia do mar escolheu um setor representativo, em termos de produto interno bruto (PIB), para desempenhar o papel de resumir a economia do mar. Na contramão deste tendência, neste artigo, construímos um setor denominado economia do mar composto de vários subsetores[3] e investigamos a relevância da economia do mar para a economia como um todo.

[3] Por exemplo: A pesca, a aquicultura, Sal marinho, sal gema, óleo e gás, transporte aquaviário.

2. Material e Métodos

Os diferentes métodos que têm sido utilizados para medir a importância da economia do mar envolvem as seguintes atividades [3]:

1. Classificação das indústrias/setores pertencentes à economia do mar;

2. Investigar os dados destas indústrias/setores utilizando informações das contas nacionais;

3. Determinar a participação das atividades relacionadas com o mar no total da atividade da economia;

4. Estimar despesas, emprego, salários na economia oceânica; e

5. Comparar as estimativas oficiais do governo com outras fontes de dados industriais.

A atividade (1) é realizada com base na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), o que permite identificar as atividades que compõem o setor da Economia do Mar[4]. A atividade (2) utilizou como fonte de dados a MIP produzida e disponibilizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para o ano de 2019. Para se construir a MIP com o setor Economia do Mar utilizamos dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS)resultando em uma MIP com 11 setores As características distintivas dos modelos de equilíbrio geral computável (EGC) incluem especificações do comportamento dos atores econômicos com as famílias como maximizadores de utilidade, empresas como maximizadoras de lucros e descritos por funções de utilidade e produção. Isto enfatiza o papel dos preços nas decisões de consumo e produção Por sua vez os preços dos produtos e dos fatores afetam o rendimento das famílias e as receitas das empresas, com um efeito de *feedback* que se espalha por toda a economia.

Os resultados numéricos se baseiam em coeficientes e parâmetros retirados de uma base de dados que normalmente é um conjunto de contas de insumo-produto que mostram, para um determinado ano de referência, os fluxos de mercadorias e fatores entre indústrias, famílias, governos, importadores e exportadores e refletem uma equilíbrio do ano base.

[4] Pesca em água salgada e aquicultura em água salgada; Extração de sal marinho e sal gema; Extração de petróleo bruto e gás natural; Processamento e preservação de peixe; Construção de navios e embarcações; Manutenção e reparação de navios, embarcações e estruturas flutuantes; Transporte aquaviário; Armazenagem e atividades de apoio ao transporte; Alojamento; Atividades de serviços de alimentação e bebidas; Atividades imobiliárias remuneradas ou por contrato; Atividades imobiliárias com imóvel próprio ou arrendado; Publicidade e outras atividades técnicas; Aluguel e arrendamento de ativos não imobiliários; P115 Serviços para edifícios e atividades paisagísticas; Outras atividades de apoio empresarial; Administração pública e defesa; Artes, entretenimento e recreação

O método empregado consiste em um primeiro instante proceder ao que chamamos de calibragem onde se objetiva replicar o equilíbrio para o ano-base que é o ano de 2019. Ao replicar o ano-base temos assegurada a consistência do modelo. A seguir para a simulação escolhe-se uma ou mais variáveis exógenas e aplica-se um choque, ou seja, altera-se o seu valor em relação ao valor do ano-base. A variável simulada foram os *royalties* do petróleo. Tomando-se por base os royalties outorgados ao ERJ em 2019, de cerca de R$ 12 bilhões, estimamos que os royalties que seriam devidos antes da Lei seriam de R$ 60 bilhões. Ao variar os *royalties* dessa magnitude, o equilíbrio inicial é perturbado e o modelo gera um novo equilíbrio condizente com essa magnitude dos *royalties*.

3. Resultados e Discussões

Os royalties petrolíferos são uma forma de remuneração paga pelas empresas de exploração de petróleo aos governos pelo direito de extrair e vender recursos naturais (não renováveis). O aumento dos *royalties* do petróleo pode ter vários impactos na economia de uma região, especialmente em termos de poupança, investimento e crescimento econômico. Primeiro, as receitas do petróleo revertem para o governo, que poupa todas as suas receitas adicionais. Este influxo de poupanças traduz-se num aumento da procura de bens de investimento, principalmente bens de capital (máquinas/equipamentos no nosso modelo) e materiais de construção. Os resultados se encontram na Tabela 1 abaixo.

Agregado macroeconômico	Δ%
Produto Interno Bruto	+22.52
Receita do Governo	+16.80
Poupança	+70.32
Bem-Estar	+3.10

Segundo, dada a flexibilidade dos preços, isto terá impacto nos preços dos bens e factores. Nos setores que se expandem devido ao aumento da procura (decorrente das receitas do petróleo), a mão-de-obra é atraída e os salários crescem. Esse aumento de preços e salários faz com que os recursos produtivos se desloquem para setores mais lucrativos como serviços de utilidade pública e serviços públicos. Mas, esse aumento de preços torna também as exportações do ERJ menos competitiva levando a um crescimento das importações. Terceiro, o processo produtivo da Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro é muito dependente de importações interestaduais (13,88%) e internacionais (7,98%), essas correspondendo a uma participação de 21,86% do valor bruto da produção (VBP) do setor. Em valor monetário, os setores da Economia do Mar importam R$ 16,8 bilhões de outros estados do país e R$ 9,7 bilhões do resto do mundo. A primeira e mais direta consequência do aumento dos royalties do petróleo é um aumento nas receitas do

governo. Quando consideramos a simulação de aumento das receitas governamentais, ao desconsiderarmos os efeitos da Lei 12.734/2012 e aumentamos os royalties, as empresas petrolíferas devem pagar uma parcela maior dos seus lucros ao Estado. Esta nova fonte de receitas pode ser substancialem um estado como o Rio de Janeiro, com grandes reservas de petróleo com as receitas do governo crescendo 16,80%. Parte desses royalties adicionais pode ser acumulada em fundos soberanos ou reservas estratégicas, aumentando as poupanças do governo. Os fundos soberanos são instrumentos financeiros onde os governos detêm uma parte significativa das suas receitas, especialmente aquelas derivadas de recursos naturais. Este tipo de poupança é crucial para garantir a estabilidade econômica a longo prazo e para financiar projetos futuros. Com o aumento da receita, o governo pode reinvestir esses recursos na economia. Este reinvestimento pode ocorrer de diversas formas em infra-estruturas, tais como melhorias em estradas, portos e outras infra-estruturas críticas; educação e saúde, Investimento em serviços públicos essenciais. Em nosso experimento, o investimento aumenta em média 0,65%; os preços internos aumentam 28,65% e os salários 16,86%. O consumo das famílias aumenta 1,88% e o aumento da receita é mais realizado no aumento das importações que veremos aumentou quase 20% porque não só no aumento da receita (aumento dos salários) mas também devido a uma apreciação -ciação da taxa de câmbio de quase 5%. Isto traduziu-se num aumento do défice da balança comercial.

4. Conclusões

Confirmamos que o aumento dos *royalties* do petróleo pode ser uma ferramenta poderosa para estimular a economia, aumentando a poupança e o investimento. Se geridos corretamente, os recursos adicionais podem levar ao crescimento econômico sustentável, melhorando a produtividade dos fatores de produção e contribuindo para um aumento do PIB. O estado do Rio de Janeiro é um estado com grande vocação para o Mar e tem diante de si uma oportunidade de catalisar o crescimento econômico com base no dinamismo gerado pela Economia do Mar.

5. Referências

1. Santos, T., Cabral, J., Lima, P., Santos, M. Economia do Mar como vetor de desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro, **2023**, Caderno do Desenvolvimento Fluminense, 24, 16-32.

2. OECD, The Ocean Economy in 2030, **2016**, OECD Publishing, Paris. http://dx.doi.org/10.1787/9789264251724-en

3. Carvalho, A. B. Economia do mar: conceito, valor e importância para o Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGE/PUCRS, **2018**.

DEPENDÊNCIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO RURAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O NORTE FLUMINENSE

Francis C. Zanella[1]
José Alves de Azevedo Neto[2]

Resumo: Considerando o subdesenvolvimento na economia brasileira, em processo de reprimarização, este trabalho reflete sobre políticas públicas para o desenvolvimento rural no Norte Fluminense. Entende-se que é necessário planejar ações para a dinamização e diversificação de economias dependentes, sobretudo em um contexto regional de redução das rendas petrolíferas.
Palavras-chave: Rio de Janeiro; agricultura familiar; ruralidades.

Abstract: Considering the underdevelopment of the Brazilian economy, which is undergoing a process of reprimarization, this paper reflects on public policies for rural development in the North of Rio de Janeiro. It is understood that it is necessary to plan actions to boost and diversify dependent economies, especially in a regional context where there is a reduction in oil revenues.
Keywords: Rio de Janeiro; family farming; ruralities.

Resumen: Considerando el subdesarrollo de la economía brasileña, que está en proceso de reprimarización, este trabajo reflexiona sobre las políticas públicas para el desarrollo rural en el Norte Fluminense. Se entiende que es necesario planificar acciones para dinamizar y diversificar las economías dependientes, especialmente en un contexto regional de disminución de los ingresos petroleros.
Palabras clave: Río de Janeiro; agricultura familiar; ruralidades.

INTRODUÇÃO

Parte relevante da agropecuária brasileira combina processos agrícolas extensivos e intensivos dependentes da importação de produtos intermediários, bens de capital e serviços, ao mesmo tempo em que opera a exportação de produtos in natura e minimamente beneficiados. Outra parcela significativa opera com um grau avançado de exploração e degradação do solo e de sua cobertura, sem a devida manutenção e reposição de fertilidade. Em termos de economia nacional, esse cenário reproduz um padrão de fracas conexões interindustriais, baixa produtividade do trabalho e reduzida massa salarial, o que mantém o subdesenvolvimento e dependência na divisão internacional do trabalho (Delgado, 2012).

Essa condição geral observada no país é atravessada por diferentes particularidades regionais e locais. O Norte Fluminense guarda fortes semelhanças com o padrão exportador primário da economia brasileira, tendo em vista que boa parte de seus municípios são remunerados com rendas petrolíferas de royalties e

[1] Francis C. Zanella, extensionista na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro(Uenf), participante do Núcleo de Pesquisa Econômica do Rio de Janeiro (Nuperj), franciszanella@gmail.com
[2] José Alves de Azevedo Neto, economista do Nuperj/Uenf, jalvesdeazevedo@yahoo.com.br

participações especiais. A particularidade petrorrentista dessas localidades coloca uma dupla questão, sob a qual se debruçam os esforços de pesquisa (Cruz; Terra, 2020; Ribeiro; Azevedo Neto, 2024, entre outros): como utilizar do incremento orçamentário para diversificar a economia e promover o desenvolvimento regional? Como reduzir a dependência das rendas petrolíferas antes que elas se esgotem?

Nesse sentido, o setor agropecuário e as áreas rurais, de um modo geral, são âmbitos com agentes e recursos ainda relevantes para se pensar em termos de dinamismo econômico e encadeamento de setores produtivos. Embora isoladamente uma estratégia de desenvolvimento rural não seja suficiente para a superação do subdesenvolvimento, seu equacionamento pelos agentes públicos e os setores empresarias e populares constitui importante agenda para o desenvolvimento endógeno, isto é, a partir dos recursos e grupos locais (Ribeiro, 2020).

O presente resumo expandido objetiva analisar dados agropecuários e propor ações de política pública para a região Norte Fluminense, com ênfase em Campos dos Goytacazes, a partir de teorias do desenvolvimento rural brasileiro e dados públicos de pesquisa agropecuária.

BREVES REFLEXÕES

A agropecuária do Norte Fluminense é marcada nas três últimas décadas por um setor sucroalcooleiro decadente, que cede espaço para a pecuária extensiva bovina de baixa produtividade (Souza, 2019). O desenvolvimento da cadeia produtiva da cana-de-açúcar nessa região, após a década de 1990, não apresentou a mesma dinâmica observada em outras partes do Sudeste e no Centro-Oeste do país, com forte atuação nos mercados de açúcar e etanol. No entanto, os dados sobre o saldo de empregos agropecuários e industriais relacionados à safra canavieira em Campos dos Goytacazes evidenciam a relevância ainda presente do setor, mesmo que sazonal e aquém dos volumes apresentados em seu auge, na década de 1980 (Ribeiro, 2024).

Portanto, os rumos dessa atividade são um dos elementos para se equacionar em uma perspectiva multidimensional do desenvolvimento rural, que inclui a potencialização das atividades agropecuárias existentes diante dos cenários futuros no regime agroalimentar e agroenergético mundial - estes não foram abordados devido aos limites de espaço do texto. Diante disso, foram priorizadas análises sobre a produção nos pequenos estabelecimentos, com repercussões sobre a moradia, o bem estar, a conservação ambiental e a oferta de serviços pelas famílias rurais.

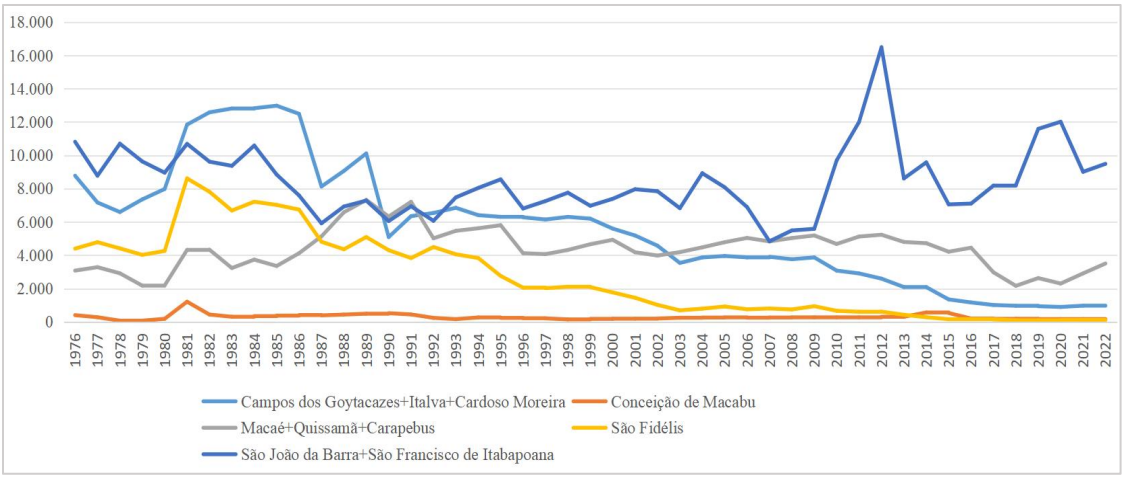
Ainda que mesorregiões como a Norte Fluminense apresentem concentração elevada da terra em estabelecimentos rurais com mais de 500 ha - o Censo Agropecuário 2017 aponta que estes somam 1% dos estabelecimentos (154 unidades) e 33% da área (194.542 ha) -, é notável uma proporção relevante de unidades produtivas de pequeno porte, tendo em vista que os estabelecimentos com até 20 ha são 77% (13.015 unidades) do total e representam 13,4% (78.081 ha) da área.

Esse conjunto de estabelecimentos representa um potencial na produção alimentar e na oferta de serviços socioambientais, o que se deve ao papel dinamizador da agricultura familiar sobre a economia local, já evidenciado em autores como José Eli da Veiga. Esse analista remonta às discussões sobre o desenvolvimento rural na Europa, onde a proposição de projetos territoriais e ambientes propícios à inovação nas economias locais podem ser equacionados para direcionar a demanda agregada em benefício de cadeias produtivas estruturadas localmente, para maior circulação e acumulação de riqueza no território, em um círculo virtuoso. O ambiente institucional para esse trabalho de governança é central a fim de construir os mercados para produtos locais e reduzir as incertezas e riscos, de modo que o processo tende a gerar competitividade via redução nos custos de transação (Veiga, 2001).

Uma série de programas e políticas públicas executáveis em nível estadual e municipal podem potencializar esses elementos já existentes no território. Um exemplo clássico são as compras governamentais voltadas a produtos alimentares, tendo em vista que implicam em gastos necessariamente realizados pelos governos em serviços públicos, podendo ser orientados para cadeias produtivas locais. As compras públicas promovem previsibilidade na produção e na demanda, o que amplia as margens de planejamento e segurança econômica dos produtores. Para a consolidação da estratégia, as compras ainda podem ser combinadas com a garantia de preços mínimos, o apoio técnico e o fornecimento de crédito, além de eventual concessão de maquinário, equipamentos e serviços técnicos.

Tal abordagem programática é fundamental para enfrentar a tendência observável nas últimas décadas no que se refere à redução da superfície colhida com itens alimentares na mesorregião Norte Fluminense (gráfico 1).

Gráfico 1 - Área colhida total (ha) (exceto cana-de-açúcar*) nos municípios** do Norte Fluminense (1976-2022).



* Os principais cultivos em 2022 foram: abacaxi, banana, coco-da-baía, mandioca e milho - com destaque para o município de São Francisco de Itabapoana, que mantém área total próxima à apresentada na década de 1970.
** Foram somados os dados dos municípios emancipados aos municípios desmembrados, a fim de considerar uma área constante ao longo do tempo.
Fonte: IBGE/PAM, organizado por Nuperj/Uenf.

No entanto, as compras institucionais não são o único item que pode fomentar esse mercado, considerando que existem outras medidas tributárias e de indução da demanda que podem ser implementadas nas esferas municipais e estaduais de política pública - como aponta o relatório de pesquisa intitulado “Cardápio de ideias para políticas alimentares nas cidades” (Ativismos Alimentares, 2024). Exemplos disso são as isenções ou descontos de impostos para restaurantes que adquirem produtos locais, assim como a opção de utilização do auxílio-alimentação de servidores e empregados públicos com fornecedores do território, dentre outras possibilidades.

Também é válido considerar as análises de John Wilkinson (2008) sobre a transição do fordismo para o capitalismo de acumulação flexível, no sentido da criação de novos espaços de inserção para produtos com signos de qualidade localmente valorizados, além da oferta de serviços ligados ao lazer, esporte ao ar livre, turismo e artesanato. Nesse contexto as famílias rurais têm encontrado novos espaços de mercado que potencializam as atividades agropecuárias já existentes e tradicionalmente conhecidas por elas. Isso tende a limitar o processo largamente observado nas últimas décadas, no qual acontece uma desativação total da produção familiar em prol da ocupação em outros setores, o que também pode incluir a desistência de morar no campo.

Aliado a isso, é necessário um olhar intersetorial em nível de política pública, a fim de conciliar a dimensão econômica, de infraestrutura e de bem estar social. As políticas voltadas para o desenvolvimento rural devem lidar com a desigualdade e a

pobreza, onde o fomento e o investimento também precisam estar equacionados com o acesso precário à terra e aos serviços e infraestruturas públicas (estradas, telefonia, energia, internet, saúde, escolas, água e etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que é necessário planejar e executar programas e projetos direcionados para a dinamização e a diversificação de economias muito dependentes de recursos exógenos, como a do Norte Fluminense, sobretudo em um contexto no qual se vislumbra a redução das rendas petrolíferas. A retomada da capacidade de planejamento e investimento estatal, a combinação intersetorial de política econômica e social, a reestruturação de atividades tradicionais, a construção de estímulos sólidos e previsíveis para a produção local de alimentos, assim como a integração rural-urbana na perspectiva de mão dupla na complementação de serviços, podem ser estratégias para melhor articular os setores sociais que se encontram em estagnação ou retração nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

Ativismos Alimentares. **Cardápio de ideias para políticas alimentares nas cidades**. Porto Alegre: Ufrgs, 2024.

BARBOSA, Flavia. (Sub)desenvolvimento e Dependência: uma abordagem teórico-histórica. **Economia e Desenvolvimento**, v. 30, e1, 2018

CRUZ, José-Luis; TERRA, Denise. Petróleo e porto no norte do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **EURE** (Santiago), v. 46, n. 139, p. 189-208, 2020.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas; AZEVEDO NETO, José Alves de. A crise econômica do estado do Rio de Janeiro e os possíveis caminhos de concertação. **Petróleo Royalties e Região**, v. 23, n. 1, 2024.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas. O Desenvolvimento Rural sob o olhar de um Novo Paradigma: o caso do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 19, p. 234-251, 2020.

SOUZA, Raquel. O Desenvolvimento Rural no Estado do Rio de Janeiro a partir de Uma Análise Multidimensional. **RESR**, Vol. 57, Nº 01, p. 109-126, Jan./Mar. 2019

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília- DF, NEAD, Texto para Discussão nº 01, 2001.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, 2008.

EMPREGO INDUSTRIAL FLUMINENSE NO PERÍODO 2001-2021

William Passos[1]
Alcimar Ribeiro[2]

Resumo: O presente trabalho observou o emprego industrial fluminense no período 2001-2021, com a finalidade de identificar os subsetores mais competitivos, aqueles com maior produtividade e os subsetores industriais mais intensivos na geração de contratos formais. Para tanto, utilizou-se uma aplicação adaptada do método estatístico *shift-share*, também conhecido como modelo estrutural-diferencial, selecionando a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como fonte de dados. Os resultados apontam para a deficiência da dinâmica econômica da indústria fluminense e sua consequente categorização, dentro do efeito alocação do método estatístico, como desvantagem competitiva, não especializada. Estes resultados são importantes porque indicam a baixa competitividade e a baixa produtividade da indústria do ERJ, comparativamente ao Brasil.

Palavras-chave: Emprego. Indústria. Estado do Rio de Janeiro. *Shift-share*.

Abstract: This study looked at industrial employment in Rio de Janeiro over the period 2001-2021, with the aim of identifying the most competitive subsectors, those with the highest productivity and the most intensive industrial subsectors in terms of generating formal contracts. To this end, an adapted application of the shift-share statistical method, also known as the structural-differential model, was used, selecting the Annual Social Information Report of the Ministry of Labor and Employment as the data source. The results point to the deficiency of the economic dynamics of Rio de Janeiro's industry and its consequent categorization, within the allocation effect of the statistical method, as a competitive disadvantage, not a specialized one. These results are important because they indicate the low competitiveness and low productivity of industry in the state of Rio de Janeiro, compared to Brazil.

Keywords: Employment. Industry. State of Rio de Janeiro. Shift-share.

Resumen: Este estudio analizó el empleo industrial en Río de Janeiro en el período 2001-2021, con el objetivo de identificar los subsectores más competitivos, los de mayor productividad y los subsectores industriales más intensivos en la generación de contratos formales. Para ello, se utilizó una aplicación adaptada del método estadístico shift-share, también conocido como modelo estructural-diferencial, seleccionando como fuente de datos el Informe Anual de Información Social (RAIS) del Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE). Los resultados apuntan a la deficiencia de la dinámica económica de la industria de Río de Janeiro y su consecuente categorización, dentro del efecto de asignación del método estadístico, como desventaja competitiva y no especializada. Estos resultados son importantes porque indican la baja competitividad y la baja productividad de la industria del estado de Río de Janeiro en comparación con Brasil.

Palabras clave: Empleo. Industria. Estado de Rio de Janeiro. *Shift-share*.

[1] William Souza Passos. Analista Estatístico do Núcleo de Pesquisa Econômica do Rio de Janeiro, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (NUPERJ/UENF). E-mail: geografowilliampassos@gmail.com.
[2] Alcimar das Chagas Ribeiro. Diretor Científico do Núcleo de Pesquisa Econômica do Rio de Janeiro, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (NUPERJ/UENF). E-mail: alcimar@uenf.br.

Introdução

A economia fluminense sofre, ainda hoje, os efeitos da transferência da capital do país da cidade do Rio de Janeiro para Brasília, em 1961, e da crise econômica dos anos 1980-1990. Os dois fatores esvaziaram o parque industrial e esgotaram a agropecuária e a agroindústria do Estado do Rio de Janeiro (ERJ). O primeiro organizado em torno da indústria de base, de bens semi-industrializados e de produtos não duráveis. As duas últimas caracterizadas pelo baixo grau de modernização tecnológica da criação extensiva de rebanhos e da produção agrícola, em especial a produção sucroalcooleira do Norte Fluminense, apoiada em práticas tradicionais.

Uma expressão deste período, apontada por Oliveira (2008), foi a flutuação, em alguns momentos, da segunda para a terceira posição no ranking dos estados mais ricos do país, medido pelo Produto Interno Bruto (PIB), quando o ERJ chegou a ser superado por Minas Gerais.

Geograficamente, entretanto, a economia fluminense, ainda hoje, mantém forte concentração na capital, Rio de Janeiro, e em sua Região Metropolitana (RMRJ), em que pese a desconcentração relativa acompanhando todo o seu litoral, sobretudo em função da produção *offshore* do petróleo e do gás natural das bacias de Campos e de Santos, e do pagamento de receitas extraordinárias aos municípios litorâneos, considerados produtores, sob a forma de royalties e participações especiais calculados sobre a extração realizada na plataforma continental.

Comparada com ela mesma, em especial com a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990, a economia fluminense passou a apresentar, a partir de 1995, o que Natal (2005) chamou de inflexão econômica positiva. Por uma série de razões, o PIB fluminense reiniciou uma trajetória de crescimento positivo em patamares mais estabilizados, sem as flutuações do período precedente.

Na esteira do que Carvalho (2018) denominou como "milagrinho brasileiro", no período 2000-2013, a economia fluminense foi beneficiada por um significativo aporte de recursos adicionais, tanto na forma de receitas extraordinárias do petróleo, especialmente após a vigência da Lei do Petróleo (Lei n° 9.478/1997), quanto na recepção de um alto volume de investimentos, particularmente em infraestrutura de circulação de mercadorias, com importante favorecimento do ERJ nas duas primeiras versões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II) do governo federal[3].

[3] Destes investimentos, destacam-se a subida da Serra de Petrópolis, a segunda alça do Arco Rodoviário Metropolitano e o significativo aporte de investimentos da Petrobras na Bacia de Campos.

Na avaliação de Natal e Cruz (2020), o período 2000-2013 evidenciou uma espécie de "milagrinho carioca e fluminense" (em coro com a cena nacional), viabilizado pela notória dependência do apoio do governo federal e da mobilização da cadeia de petróleo e gás, com capacidade de arrasto sobre a indústria naval e as atividades portuárias.

A partir de 2014, o ERJ mergulha numa grave crise econômica, em função da combinação de fatores internacionais, de fatores nacionais e da própria dinâmica da economia estadual, altamente dependente da produção de óleo e gás (CARVALHO 2018). Aquele, inclusive, foi o momento em que o governo estadual se viu forçado a ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o que se deu no ano de 2017.

Paralelamente, o avanço da Operação Lava Jato, que paralisou os principais investimentos do ERJ, e a redução média em 50%, a partir de 2017, da exigência de conteúdo local nas contratações de equipamentos da indústria do petróleo agravaram o cenário econômico fluminense, com fortes repercussões sobre o mercado de trabalho.

Nessa direção, no cenário analisado por este trabalho, surgiram importantes questionamentos: *como o mercado de trabalho fluminense reagiu ao período 2001-2021, particularmente a RMRJ? No caso da indústria, quais os subsetores mais competitivos e os de maior produtividade? E quais os subsetores mais intensivos em mão de obra?*

A partir destes questionamentos, definiu-se como objeto de investigação a observação do emprego industrial no ERJ, com a finalidade de identificar os subsetores mais competitivos, aqueles com maior produtividade e os mais intensivos na geração de vagas formais.

Material e Métodos

De tal forma, para a observação do emprego industrial fluminense no período analisado (2001-2021), foi desenvolvida a aplicação adaptada do método estatístico *shift-share*, também conhecido como modelo estrutural-diferencial, selecionando como fonte de dados a RAIS, do MTE.

Em síntese, as modelagens utilizadas foram as seguintes:

$$\underbrace{\left(\sum i\ E_{ij}^{1} - \sum i\ E_{ij}^{0}\right)}_{\text{crescimento efetivo}} - \underbrace{\sum i\ E_{ij}^{0}\left(r_{tt} - 1\right)}_{\text{crescimento hipotético}} = \underbrace{\sum i\ E_{ij}^{0}\left(r_{it} - r_{tt}\right)}_{\text{fator estrutural}} + \underbrace{\sum i\ E_{ij}^{0}\left(r_{ij} - r_{it}\right)}_{\text{fator diferencial}}$$

$$E'_{ij} = \underbrace{\sum i\, E_{ij}}_{\text{Total do emprego na região}}\ x\ \underbrace{\left(\frac{\sum jE_{ij}}{\sum i \sum jE_{ij}}\right) = E_j\ x\ \frac{E_i}{E}}_{\text{Distribuição setorial do emprego na economia nacional}} \qquad D' = \sum i\ \underbrace{E_{ij}^{\prime 0}}_{\text{Emprego homotético}}\ x\left(r_{ij} - r_{it}\right)$$

Como resultado, a variação do emprego regional foi dividida em quatro componentes: R = Regional; P = Proporcional; D' = Competitivo; e A = Alocação.

$$\triangle E_j = R + P + D' + A$$

Ao final, chegou-se a seguinte categorização:

Quadro 01 – Categorização do Efeito Alocação.

Alternativas	Efeito de alocação	Especialização	Vantagem competitiva
Desvantagem Competitiva, Especializado (DCE)	Negativo	+	-
Desvantagem Competitiva, Não-Especializado (DC/NE)	Positivo	-	-
Vantagem Competitiva, Não-Especializado (VC/NE)	Negativo	-	+
Vantagem Competitiva, Especializado (VCE)	Positivo	+	+

Fonte: Elaboração dos autores.

Na adaptação utilizada neste trabalho, a região *j* representa o ERJ, enquanto a evolução do emprego nos subsetores industriais fluminenses *i* foi calculada em função da diferença em relação à média brasileira. Com isso, os subsetores industriais que cresceram acima da média brasileira foram considerados especializados.

Resultados e Discussão

Os resultados da aplicação adaptada do método *shift-share* apontam que a indústria fluminense é deficiente em termos de dinâmica econômica, localizando-se, na categorização do efeito alocação apresentando no Quadro 01, na condição de desvantagem competitiva, não especializada (DC/NE).

Este resultado é importante porque indica a baixa competitividade e a baixa produtividade da indústria do ERJ, na perspectiva da geração do emprego formal, comparativamente ao conjunto da economia nacional. De todos os subsetores industriais observados, é importante destacar que apenas a indústria do material de transporte, a indústria extrativa mineral e a indústria mecânica alcançaram a condição de vantagem competitiva, especializada (VCE), com base na aplicação adaptada do método *shift-share*.

Por outro lado, a aplicação adaptada do mesmo método também demonstrou que a indústria de alimentos e bebidas é a mais intensiva em mão de obra, sendo responsável pela maior parcela dos empregos industriais formalizados no ERJ.

Outro resultado importante da observação da RAIS, do MTE, no período analisado (2001-2021), foi a eliminação de quase 1/5 do total de empregos formalizados,

entre 2014 e 2020, entre celetistas e estatutários, com a perda aproximada de 600.000 contratos nos 22 municípios da RMRJ.

No contexto das políticas de indução do emprego, este diagnóstico lança luz sobre a necessidade de fortalecimento do parque industrial, da produtividade e da competitividade da indústria fluminense.

Conclusões

O trabalho se propôs a provocar o debate e a reflexão e, ao mesmo tempo, subsidiar a formulação de políticas de emprego industrial no ERJ. Para tanto, observou a dinâmica do emprego no período 2001-2021 mediante a aplicação de um método estatístico adaptado e com referência na literatura acadêmica internacional.

Entre 2014 e 2020, o mercado de trabalho fluminense eliminou quase 1/5 do total de empregos formais, entre celetistas e estatutários, com a perda aproximada de 600.000 contratos nos 22 municípios da RMRJ, segundo dados da RAIS (MTE, 2021).

Neste cenário, a aplicação adaptada do método estatístico *shift-share* demonstrou que apenas a indústria do material de transporte, a indústria extrativa mineral e a indústria mecânica alcançaram a condição de vantagem competitiva, especializada (VCE).

Assim, do ponto de vista da geração de contratos trabalhistas, estes são os três subsetores mais competitivos e os de maior produtividade na economia fluminense, merecendo especial atenção nas estratégias de formulação de políticas de emprego e de desenvolvimento industrial no ERJ.

Por outro lado, a aplicação adaptada do método estatístico *shift-share* também demonstrou que a indústria de alimentos e bebidas é a mais intensiva em mão de obra, sendo responsável pela maior parcela dos empregos industriais formalizados no ERJ.

Por fim, acredita-se que a aplicação adaptada do método estatístico *shift-share* possa servir de subsídio à formulação de políticas industriais mais eficientes, contribuindo, assim, para um maior desenvolvimento socioeconômico do ERJ.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, L. **Valsa brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018.

NATAL, J. **O estado do Rio de Janeiro pós-1995**: dinâmica econômica, rede urbana e questão social. Rio de Janeiro: Publicatti, 2005.

NATAL, J. L. A.; CRUZ, J. L. V. 2020. Ensaio sobre a economia fluminense: da crise histórico-estrutural alheada à crise manifesta. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, nº 18, jan-jun 2020.

OLIVEIRA, F. J. G. **Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ESTRUTURA PRODUTIVA FLUMINENSE COMPARADA ENTRE 1996 E 2019 E A NECESSÁRIA RETOMADA DO PLANEJAMENTO

Helcio de Medeiros Junior[1]

Resumo:
A mudança da estrutura produtiva fluminense observada a partir das matrizes insumo-produto dos anos de 1996 e 2019 mostrou que no estado do Rio de Janeiro houve um aumento de setores-chave e impulsionadores, que de acordo com Hirschman são aqueles cujos encadeamentos mais favorecem o crescimento e desenvolvimento econômicos. Em que pese tais resultados serem positivos, também foram acompanhados pela perda de relevância das atividades da Agropecuária e Construção, importantes regionalmente e para a geração de emprego e renda. Assim, e para que se criem políticas públicas que aumentem o produto e minimizem os efeitos sociais das perdas identificadas, o necessário reordenamento institucional em apoio ao planejamento governamental deve ser implementado.
Palavras-chave: Estrutura produtiva; Índices de ligação; Planejamento governamental.

Abstract:
The change in the productive structure of Rio de Janeiro observed from the input-output matrices of 1996 and 2019 showed that in the state of Rio de Janeiro there was an increase in key and driving sectors, which according to Hirschman are those whose links most favor economic growth and development. Although these results are positive, they were also accompanied by the loss of relevance of the activities of Agriculture and Construction, which are important regionally and for the generation of jobs and income. Therefore, and in order to create public policies that increase the product and minimize the social effects of the losses identified, the necessary institutional reorganization in support of government planning must be implemented.
Keywords: Productive structure; Connection indexes; Government planning.

Resumen:
El cambio en la estructura productiva de Río de Janeiro observado a partir de las matrices insumo-producto de los años 1996 y 2019 mostró que en el estado de Río de Janeiro hubo un aumento de sectores y motores clave, que según Hirschman son aquellos cuyas cadenas la mayoría favorece el crecimiento y el desarrollo económico. Si bien estos resultados fueron positivos, también estuvieron acompañados de la pérdida de relevancia de las actividades de Agricultura y Construcción, importantes a nivel regional y generadoras de empleo e ingresos. Por lo tanto, para crear políticas públicas que incrementen el producto y minimicen los efectos sociales de las pérdidas identificadas, se debe implementar la necesaria reorganización institucional en apoyo a la planificación gubernamental.
Palabras-clave: Estructura de producción; Índices de vinculación; Planificación gubernamental.

Introdução

A estrutura produtiva pode ser avaliada por meio de indicadores alternativos e diferentes procedimentos, com o propósito de detalhar se há atividades econômicas mais

[1] Economista aposentado do Instituto Pereira Passos e pesquisador científico do Grupo de estudos da economia regional e urbana (Gerurb/CNPq). E-mail: hmedeirosjunior@gmail.com.

avançadas ou tradicionais, de maior ou menor intensidade tecnológica etc., tendo em vista que sua organização particular possibilita gerar crescimento e desenvolvimento econômicos mais significativos, ou não. Particularmente, e com vistas a apoiar o planejamento econômico e social com vistas ao desenvolvimento, o conhecimento dos encadeamentos intersetoriais a partir de matrizes de contabilidade social (MCS) e da análise de insumo-produto permite não só qualificar a estrutura produtiva como antever o impacto de intervenções no comportamento do sistema econômico a montante (para trás) ou a jusante (para a frente), favorecendo maiores volumes de produção, renda e emprego.

Para tanto, a observação das mudanças estruturais e sua ampla divulgação é dependente da disponibilidade de informações (dados, estudos e pesquisas etc.) estruturadas por meio de sistemas de informação em uma organização institucional que apoie o planejamento governamental, para que o setor privado e a sociedade em geral possam tomar ciência e contribuir para a melhoria do bem-estar.

Material e Métodos

No estado do Rio de Janeiro foram produzidos dois estudos que permitiram conhecer como se distribuíam as atividades econômicas e suas interrelações setoriais, por meio de Matrizes de Insumo-Produto (MIPs) para os anos de 1996 (Fundação CIDE, 1996) e 2019 (Alerj, 2023). Ambas as iniciativas foram, no entanto, distintas quanto ao momento e condições institucionais para o planejamento: na primeira, época de adaptação dos países em desenvolvimento às orientações neoliberais advindas dos países de centro aos da periferia na década anterior (anos 1980), das crises econômicas em países da América Latina e da tentativa interna de estabilização dos níveis inflacionários (Plano Real), havia organização institucional no Rio de Janeiro que favorecia o planejamento governamental com o apoio de um Órgão Estadual de Estatística (OEE) que a produziu e disponibilizou; no segundo, sem organização institucional (e um OEE) a MIP foi produzida por um órgão interno do Legislativo estadual e sem a adequada divulgação para uso do setor privado e da sociedade em geral.

Nas duas iniciativas, a partir da proposta de trabalho de Leontief (1983) e seu sistema aberto, as MCSs deram origem à MIP na forma que segue: $\sum_{j=1}^{n} a_{ij}X_j + Y_i = X_i$, que em termos matriciais se descreve como $AX + Y = X$, em que: A é a matriz de coeficientes técnicos de produção a_{ij} (de ordem $n\ x\ n$)[2] indicam a quantidade de insumo do setor i necessária para a produção de uma unidade de produto final do setor j, e têm valor positivo e são inferiores à

[2] Os coeficientes técnicos de produção são obtidos como segue: $a_{ij} = x_{ij}/X_j$ (Haddad, 1976).

unidade; X é um vetor coluna (de ordem $n\ x\ n$) de valor bruto de produção, e; Y é um vetor coluna (de ordem $n\ x\ 1$) de demanda final total. Considerando-se a demanda final (Y) como exógena, se obtém a produção total (X) por meio de: $X = (I - A)^{-1}\ Y$, sendo $(I - A)^{-1}$ a matriz de coeficientes técnicos diretos e indiretos, ou matriz inversa de Leontief, que permite obter os efeitos sobre todo o sistema econômico produtivo resultante da mudança quantitativa em qualquer um dos componentes da demanda final (Haddad, 1989).

A partir da matriz inversa de Leontief se pôde analisar quais os setores que possuem maior capacidade de encadeamento no sistema econômico por intermédio dos índices de ligação para frente ou de sensibilidade à dispersão (*Forward Linkages*, ou FL)[3] e para trás ou de poder de dispersão (*Backward Linkages*, ou BL)[4] como proposto por Rasmussen (1956) e Hirschmann (1958), e com base na estrutura produtiva fluminense de 12 produtos e 12 atividades (12x12) classificar[5] as atividades econômicas nos anos de 1996 e 2019 para observar se houve alguma diferença. Em 1996, a partir da MIP de 62 produtos e 62 atividades, foi necessário agregar atividades para se obter as informações que permitiram calcular a matriz inversa, enquanto em 2019 já foi disponibilizada a matriz inversa para o nível de agregação de 12x12.

Resultados e Discussão

Considerando as observações da seção anterior, os resultados obtidos para os índices de ligação de Rasmussen/Hirschman indicam que no ano de 1996 eram setores-chave (FL e BL maiores que 1) a Indústria de transformação e Transporte, e em 2019 a elas foram acrescidas na mesma condição as atividades econômicas Eletricidade e Comércio (Tabela 1).

Independentemente da importância da presença de novos setores-chave, Hirschman (1958) ponderou pela relevância da presença de setores impulsionadores (compradores, com FL<1 e BL>1) como mais relevantes para o desenvolvimento econômico do que os setores de

---

[3] Dado por: $U_{i*} = \frac{\frac{1}{n}\sum_j b_{ij}}{\frac{1}{n^2}\sum_i\sum_j b_{ij}}$ (i, j=1,2,.., n), em que $\frac{1}{n}\sum_j b_{ij}$ é a média dos coeficientes da linha do setor *i* e $\frac{1}{n^2}\sum_i\sum_j b_{ij}$ é a média de todos os coeficientes da matriz inversa. Se FL for superior a 1, o setor *i* aumenta sua produção e vendas acima da média da economia, caracterizando-o como um setor que promove fortes encadeamentos para frente no processo de produção dos demais como fornecedor de produtos intermediários.

[4] Dado por: $U_{*j} = \frac{\frac{1}{n}\sum_i b_{ij}}{\frac{1}{n^2}\sum_i\sum_j b_{ij}}$ (i, j=1,2,.., n), em que $\frac{1}{n}\sum_i b_{ij}$ é a média dos coeficientes da coluna do setor *j* e $\frac{1}{n^2}\sum_i\sum_j b_{ij}$ é a média de todos os coeficientes da matriz inversa. Se BL for superior a 1, o setor *j* causa um impacto superior à média da economia ao comprar produtos intermediários dos demais e exercer forte encadeamento para trás.

[5] A partir dos valores dos índices de ligação para cada atividade, tem-se: se FL>1 e BL>1, é um setor-chave; se FL>1 e BL<1, é um setor base; se FL<1 e BL>1, é um setor impulsionador, e; se FL<1 e BL<1, é um setor independente.

configuração oposta (vendedores ou base, com FL>1 e BL<1), em razão dos encadeamentos que provocam ao gerar demanda e que os torna os principais indutores de investimento na economia. Nesse sentido, e considerando o perfil da estrutura produtiva fluminense entre 1996 e 2019, além de Indústrias extrativas ter permanecido impulsionadora a atividade de Informação e comunicação assumiu essa condição (era independente) e o Comércio evoluiu dela para tornar-se setor-chave, mas a Agropecuária e a Construção a abandonaram para tornarem-se independentes (FL<1 e BL<1). Já quanto às atividades caracterizadas como base (FL>1 e BL<1), somente Outras atividades de serviços manteve essa condição em ambos os anos.

Tabela 1 - Índices de ligação para frente e para trás das atividades econômicas do estado do Rio de Janeiro - 1996-2019

Código e atividade econômica	Índice para frente (FL)		Índice para trás (BL)	
	1996	2019	1996	2019
(1) Agropecuária	0,73249	0,74114	1,01453	0,83216
(2) Indústrias extrativas	0,84482	0,84113	1,00135	1,04914
(3) Indústria de transformação	1,78376	1,06494	1,14082	1,05559
(4) Eletricidade	0,99457	1,17515	0,95414	1,17437
(5) Construção	0,82107	0,85050	1,07944	0,96416
(6) Comércio	0,97468	1,15260	1,04699	1,03841
(7) Transporte	1,06052	1,01947	1,18611	1,07745
(8) Informação e comunicação	0,81884	0,96070	0,90331	1,18159
(9) Atividade financeira	0,96526	0,97668	0,97132	0,95287
(10) Atividade imobiliária	0,78857	0,88156	0,73628	0,78096
(11) Outras ativ. de serviços	1,51557	1,61108	0,98447	0,99832
(12) Administração pública	0,69983	0,72506	0,98124	0,89498

Fonte: Fundação CIDE; Alerj.

Para fins de dinamização do desenvolvimento econômico fluminense, portanto, os setores-chave da Indústria de transformação, Eletricidade, Comércio e Transporte, e os impulsionadores Indústrias extrativas e Informação e comunicação são elegíveis para a promoção do desenvolvimento econômico em razão dos encadeamentos que provocam no sistema econômico.

Conclusões

Tomando-se a estrutura produtiva fluminense nos dois anos observados e as mudanças identificadas a partir da hierarquia dos setores como sugerida por Hirschman, a agregação de mais setores-chave e impulsionadores dos setores secundário e terciário sugere que houve

maior diversificação produtiva com a ampliação de possibilidades para o planejamento governamental na promoção de políticas públicas, desde que se restabeleça a organização institucional que o favoreça, para que promovam maior crescimento e desenvolvimento econômicos. No entanto, para além dos objetivos mencionados, a perda da capacidade de encadeamento da Agropecuária evidencia a possibilidade de maior fragilidade para algumas regiões fluminenses nas quais essa atividade ainda tem um peso relevante, bem como da Construção, intensiva em mão de obra e que alinhada as Indústrias extrativas contribuiu de forma importante para a produção e emprego em décadas passadas, caberia maior detalhamento e entendimento de suas situações particulares no sentido de propor políticas públicas que minimizem os efeitos sociais decorrentes.

REFERÊNCIAS

ALERJ. **Matriz insumo produto para o estado do Rio de Janeiro**: tabelas de recursos e usos e tabelas de passagem. Rio de Janeiro: Alerj, Assessoria Fiscal, 2023. Disponível em: https://www.assessoriafiscalrj.org/. Acesso em: 28 jul. 2023.

FUNDAÇÃO CIDE. **Matriz insumo-produto**. Rio de Janeiro: Fundação CIDE, 1996. 1 CD-Rom.

HADDAD, Paulo Roberto. **Contabilidade social e economia regional**: análise de insumo-produto. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HADDAD, Paulo Roberto. (org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise: Fortaleza: BNB; ETENE, 1989. (Estudos Econômicos e Sociais, 36).

HIRSCHMAN, Albert O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

LEONTIEF, Wassily. **A economia de insumo-produto**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1983.

RASMUSSEN, P. N. **Studies in intersectoral relations**. Amsterdan: North Holland, 1956.

REPRIMARIZAÇÃO E GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA TERNIUM BRASIL, ANTIGA TKCSA

Carolinne Paulino Arruda[1]
Johanna Weglinski[2]
Hipólita Siqueira de Oliveira[3]

RESUMO

O presente artigo se propõe a apontar contradições do modelo de desenvolvimento econômico primário-exportador e seus impactos territoriais, do ponto de vista socioambiental, a partir de uma perspectiva crítica quanto à implantação e operação dos Grandes Projetos de Investimento que marcaram a primeira década do século XXI, dando ênfase ao caso do complexo siderúrgico da Ternium Brasil, em Santa Cruz, Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Reprimarização**,** Grandes Projetos de Investimento (GPIs); Ternium Brasil.

ABSTRACT

This article aims to highlight the contradictions of the primary-export economic development model and its territorial impacts from a socio-environmental perspective. It takes a critical view of the implementation and operation of Large Investment Projects that characterized the first decade of the 21st century, with a focus on the Ternium Brazil steel complex in Santa Cruz, Rio de Janeiro.

Keywords: Reprimarization; Great Investment Projects; Ternium Brasil.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo señalar las contradicciones del modelo de desarrollo económico primario-exportador y sus impactos territoriales desde una perspectiva socioambiental, adoptando un enfoque crítico respecto a la implementación y operación de los Grandes Proyectos de Inversión que marcaron la primera década del siglo XXI, con énfasis en el caso del complejo siderúrgico Ternium Brasil, en Santa Cruz, Río de Janeiro.

Palabras clave: Reprimarización; Grandes Proyectos de Inversión; Ternium Brasil.

INTRODUÇÃO

O super ciclo de preços das *commodities*, as mudanças do quadro macroeconômico e a conjuntura política favorável ao mercado interno da primeira década dos anos 2000

[1] Doutoranda e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Gestora Pública (GPDES/UFRJ). E-mail: carolinne.arruda@gmail.com
[2] Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e Arquiteta Urbanista (FAU/UFRJ). Email: joh.weglinski@gmail.com
[3] Doutora em Desenvolvimento Econômico (IE/UNICAMP), docente do IPPUR/UFRJ. Economista (IE/UFU). Email: hipolitaufrj@gmail.com

conformou um quadro de retomada do crescimento econômico e recuperação dos investimentos, com destaque para os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) em setores exportadores de commodities tais como extrativo-mineral e agroindustrial e suas infraestruturas. Tais setores contaram com forte apoio estatal através de iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os limites dessa estratégia de reprimarização têm sido alvo de recorrentes críticas na literatura, sobretudo no que diz respeito aos seus efeitos sobre o processo de desindustrialização nacional e incapacidade de gerar encadeamentos setoriais, regionais e urbanos (SIQUEIRA 2015; 2017; 2022). Caberia também destacar as mudanças no contexto mundial e político interno pós-impeachment da Presidenta Dilma Roussef, com acentuação de um modelo ultra-conservador, implicando na manutenção da estratégia de exportação de *commodities* sem os matizes progressistas (políticas voltadas ao mercado interno, programas sociais etc.) dos governos petistas. No entanto, de modo mais específico, nos interessa compreender o impacto da estratégia dos GPIs, sobretudo aqueles intensivos em recursos naturais, sobre o território, revelando a faceta socioambiental dos limites do estilo de desenvolvimento dependente de *commodities* a partir da realidade concreta. Para tal, nos dedicaremos ao caso da Ternium Brasil, companhia siderúrgica localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro (Santa Cruz, RJ).

MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar o objetivo proposto, o presente artigo adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental, levantamento bibliográfico e estudo de caso do processo de instalação e operação do complexo siderúrgico Ternium Brasil. Com o objetivo de investigar os impactos socioambientais dos GPIs, foram consideradas as implicações das transformações no capitalismo global para o desenvolvimento econômico brasileiro, destacando o caráter primário-exportador e situando o Rio de Janeiro nesse contexto.

Além disso, a partir da análise de relatórios produzidos por organizações não governamentais, tais como o Instituto PACS, e de relatos presentes nos canais midiáticos, foi possível realizar um levantamento das violações ambientais e conflitos sociais envolvidos na operação da siderurgia, bem como identificar as relações existentes entre o Estado e o empreendimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A combinação de uma conjuntura nacional e internacional favorável, marcada pelo *boom* das *commodities* e o projeto econômico liderado pelo Partido dos Trabalhadores na direção do Governo Federal, foi uma das grandes marcas do início do século XXI, quando o Brasil vivenciou uma trajetória de crescimento econômico fundamentada no drive exportador de *commodities* e na sua articulação com políticas voltadas ao mercado interno, recuperação dos investimentos públicos e privados e programas sociais. Com forte apoio estatal, seja através de financiamento direto ou isenção fiscal, diversos projetos de investimentos nos setores exportadores de *commodities* e suas infraestruturas foram idealizados e implementados em diversas partes do país (BRANDÃO, 2019; DAMAS, 2017; PACS, 2012).

Na primeira década dos anos 2000, o estado do Rio de Janeiro foi a unidade federativa com o maior número de projetos de investimento anunciados, muito em virtude das expectativas quanto à petroquímica, exploração de petróleo na camada do pré-sal e realização dos megaeventos (Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, Jornada Mundial da Juventude, entre outros). Nesse sentido, em um cenário de cooperação entre as esferas nacional, estadual e municipal, o ERJ esteve no centro da estratégia de desenvolvimento comandada pela exportação de *commodities* e sua articulação a grandes projetos de investimento em beneficiamento/diversificação produtiva e de infraestrutura. Territorialmente, apesar de os projetos estarem em várias regiões do ERJ, houve forte concentração na RMRJ (SILVA; IRAZABAL-ZURITA, 2019; SOBRAL, 2013; OSÓRIO, 2013).

Entre os projetos anunciados, destacamos aqui dois conjuntos de intervenção estatal: (i) a consolidação de um "corredor de exportação" de aço e minério de ferro no sul do estado, que incluiu a modernização do Porto de Itaguaí, pensado para ser "uma das principais plataformas de exportação de minério de ferro e produtos siderúrgicos" (PACS, 2012: 13); e (ii) o investimento para diversificar a cadeia produtiva de óleo e gás, através do incremento da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e o projeto do então Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ – hoje Complexo de Energias Boaventura), em Itaboraí, interligados através de gasodutos ao complexo petrolífero da Bacia de Campos[4].

Localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, próximo ao Porto de Itaguaí, o complexo siderúrgico da Ternium Brasil, outrora TKCSA, faz parte desse contexto mais

[4] Tais empreendimentos são interligados pela obra do Arco Metropolitano, rota que conecta Itaboraí a Itaguaí, passando por diversos municípios da RMRJ.

geral, sendo projetado para ser o maior empreendimento de siderurgia na América Latina. Integrante de um conjunto de vários empreendimentos portuários e industriais situados junto à Baía de Sepetiba, as obras para instalação da siderúrgica começaram em 2005, com operação a partir de uma série de incentivos e recursos estatais - via concessão do terreno, isenções fiscais, financiamento através do BNDES (PACS, 2009; 2012). Seu principal produto é a confecção de placas de aço, produto siderúrgico semiacabado de baixo valor agregado, e sua significativa produção desta *commodity* no âmbito nacional sustentam a empresa como parte importante da estratégia nacional de produção primário-exportadora (MOURA e RODRIGUES, 2018).

Entretanto, desde a sua construção irromperam diversos conflitos entre a empresa e a população que reside no entorno do empreendimento (PACS, 2009; 2012), conflitos estes que trouxeram à tona os severos impactos socioambientais causados pela siderúrgica, dentre eles: (i) violações a normas de preservação ambiental, tanto em sua implantação como na operação; (ii) o impacto social com a contaminação da água da Baía de Sepetiba, que dificultou ou impossibilitou a prática da pesca, tradicional na região e meio de sustento de muitas famílias; (iii) impactos na saúde das áreas do entorno do complexo, relacionados à poluição atmosférica causadas pela produção siderúrgica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contradições inerentes ao estilo de desenvolvimento dependente de *commodities* são amplamente discutidas na literatura acadêmica (CARNEIRO, 2024; PAMPLONA; CACCIAMALI, 2018). No entanto, para além dos limites relacionados à estrutura industrial da economia brasileira e fluminense, é *mister* considerar os efeitos severos dos GPIs intensivos em recursos naturais sobre o território. O estudo de caso da Ternium Brasil, antiga TKCSA, revela a faceta socioambiental das contradições inerentes a esse estilo de desenvolvimento, que são caracterizadas, por exemplo, pela degradação do bioma e pressão sobre os serviços públicos locais, sobretudo na área da saúde. Nesse sentido, a análise crítica realizada a partir da observação da realidade concreta de quem convive com os efeitos adversos desse modelo evidencia a urgência de se reconfigurar o papel dos GPIs dentro de uma nova agenda de desenvolvimento que seja capaz de mitigar os efeitos socioambientais adversos e promover uma reconfiguração territorial mais equitativa.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. Mudanças produtivas e econômicas e reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, n. 2, 2019, pp. 258-79.

CARNEIRO, Ricardo M. Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina. Serie Macroeconomía del desarrollo. Santiago (Chile): CEPAL, 2012.

DAMAS, T. Territórios corporativos e a produção de zonas de sacrifício: o caso TKCSA no Rio de Janeiro. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, nov/2017.

MOURA, I; RODRIGUES, I. "A realidade por trás da Ternium Brasil". Le monde diplomatique Brasil, 21/11/2018. Disponível em: https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/. Acessado em 20/09/2024.

OSÓRIO, Mauro; VERSIANI, Maria Helena. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n. 2, p. 188-210, 2013.

PACS. Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) – Impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, nov/2009. Disponível em: https://biblioteca.pacs.org.br/. Acessado em 30/07/2024.

_____. Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) – um paraíso fiscal em Santa Cruz. Rio de Janeiro, out/2012. Disponível em: https://biblioteca.pacs.org.br/. Acesso em jul/2024.

PAMPLONA, João B.; CACCIAMALI, Maria C. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. Economia e Sociedade, São Paulo (Campinas), v.27, n.1, p.129-159, abr., 2018.

SILVA, R. D.; IRAZABAL-ZURITA, C. . Boom, Burst, and Doom: The Petrochemical Complex of Rio de Janeiro as Catalyzer of Urban-Regional Development. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS (ANPUR), v. 21, p. 351-370, 2019.

SIQUEIRA, H. Novo-desenvolvimentismo e dinâmica regional recente no Brasil (2004/2013). Santiago do Chile, EURE, 41 (122), p. 261-277, enero, 2015.

_____. Contradições entre desenvolvimento, trabalho e espaço em tempos de crise: o caso do estado do Rio de Janeiro. Cadernos Metrópole, v. 19, p. 179-200, 2017.

_____. Territorial reprimarization: Questions regarding regional development and urbanization in Brazil. RSA Blog, 2022. Disponível em https://www.regionalstudies.org/news/blog-territorial-reprimarization-questions-regarding-regional-development-and-urbanization-in-brazil/

SOBRAL, Bruno Leonardo B. Metrópole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Daniel Rodrigues Cordeiro[1]
Everlam Elias Montibeler[2]
Lohaynne Cavalcante da Costa[3]
Hícaro Rassele Rodrigues[4]
Júlia Bragatto Grobério[5]

Resumo:
O objetivo foi analisar os efeitos da arrecadação municipal no crescimento econômico dos municípios da baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Utilizou-se a metodologia da regressão linear múltipla com dados em painel para os dados de 2013 a 2021. Os resultados demonstraram que nas duas variáveis analisadas, a correlação com o crescimento municipal (PIB) foi positiva, sendo que o IPTU apresentou uma proporção maior, indicando que para cada R$ 1,00 *per capita* arrecadado de IPTU, geraria um aumento médio anual de R$ 89,64 *per capita* no PIB dos municípios da baixada fluminense no ERJ. Na mesma lógica, para cada R$ 1,00 *per capita* arrecadado no ISSQN, geraria um aumento médio anual de R$ 16,21 *per capita* no PIB destes municípios. Concluiu-se, através da análise econométrica, que uma gestão eficiente da arrecadação própria é essencial para promover políticas públicas que incentivem um crescimento econômico sustentável.
Palavras-Chave: Arrecadação; Crescimento Econômico; Municípios; Baixada Fluminense; Rio de Janeiro.

Abstract:
The objective was to analyze the effects of municipal revenue on the economic growth of municipalities in the Baixada Fluminense region of the State of Rio de Janeiro (ERJ). The regression methodology with panel data was used for data from 2013 to 2021. The results showed that in both variables analyzed, the correlation with municipal growth (GDP) was positive, with IPTU showing a higher proportion, indicating that for each R$1.00 per capita collected in IPTU, it would generate an average annual increase of R$89.64 per capita in the GDP of municipalities in the Baixada Fluminense region of ERJ. In the same logic, for each R$1.00 per capita collected in ISSQN, it would generate an average annual increase of R$16.21 per capita in the GDP of these municipalities. It was concluded, through econometric analysis, that efficient management of own revenue is essential to promote public policies that encourage sustainable economic growth.
Keywords: Revenue; Economic Growth; Municipalities; Baixada Fluminense; Rio de Janeiro.

---

[1]Mestre em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor do Departamento de Administração da Universidade Iguaçu (UNIG) e do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Membro do LabCidades (UFES). E-mail: danielrodriguesco@gmail.com
[2]Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Complutense de Madrid (UCM). Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Docente permanente do PPGER da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenador do LabCidades (UFES). E-mail: everlamelias@gmail.com
[3]Graduanda em Administração pela Universidade Iguaçu (UNIG). Bolsista de Iniciação Científica (PIC). E-mail: 230009243@aluno.unig.edu.br
[4]Graduando em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista de iniciação científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES). Membro do LabCidades (UFES). E-mail: hicarorasselerodrigues@gmail.com
[5]Mestra em letras, subárea estudos literários pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Voluntária na área de produção científica do LabCidades (UFES). E-mail: jbg.julia@gmail.com

Resumen:
El objetivo fue analizar los efectos de los ingresos municipales sobre el crecimiento económico de los municipios de la región de la Baixada Fluminense en el Estado de Río de Janeiro (ERJ). Se utilizó la metodología de regresión con datos de panel para 2013 al 2021. Los resultados demostraron que en las variables analizadas la correlación con el crecimiento municipal (PIB) fue positiva, presentando el IPTU una mayor proporción, indicando que por cada R$1,00 per cápita recaudado en IPTU, generaría un aumento promedio anual de R$89,64 per cápita en el PIB de los municipios. Usando la misma lógica, por cada R$1,00 per cápita recaudado en el ISSQN, se generaría un aumento promedio anual de R$16,21 per cápita en el PIB de esos municipios. Se concluyó, a través del análisis econométrico, que la gestión eficiente de los ingresos propios es esencial para promover políticas públicas que fomenten el crecimiento económico sostenible.
Palabras clave: Colección; Crecimiento Económico; Municipios; Baixada Fluminense; Río de Janeiro.

1. Introdução

No contexto da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Brasil passou por um processo de descentralização em relação as finanças públicas, mantendo a arrecadação dos principais tributos sob responsabilidade do governo central, como PIS, COFINS, CSLL, IR, IPI, CIDE, IOF, II, IE, ITR, etc., e descentralizando os gastos, via transferências federais aos governos subnacionais e com a possibilidade de criação de novos tributos por parte destes entes federativos. E quanto aos governos locais (municípios), as transferências são advindas, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Ribero *et al.,* 2019; Alves e Araújo, 2021).

Quanto aos tipos de receitas, elas podem ser classificadas como receitas corrente e as receitas de capital, que são grupos que formam as fontes de receita municipal. As receitas correntes podem ser classificadas em receitas próprias e receita de transferência. As receitas próprias são aquelas arrecadadas no próprio município, como as receitas patrimonial, industrial entre outras. Já as receitas de transferência são aquelas que vêm através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outras receitas (Simonasse e Arraes, 2000).

Em relação a região do estudo, de acordo com a descrição de Rodrigues (2024), a Baixada Fluminense é um conjunto de 13 municípios que fazem parte da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ). Tem uma população de 3.587.425 milhões de habitantes segundo o IBGE, o que corresponde a 22,3% da população fluminense. Os municípios mais populosos são Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

Sendo assim, este trabalho se justificou devido à importância de se identificar os efeitos que a arrecadação municipal pode causar no crescimento econômico dos municípios da baixada fluminense no estado do Rio de Janeiro, que representaram 13,7% de participação do PIB estadual em 2018 (Observatório do Trabalho-RJ, 2021).

Ainda, é relevante estudar estes fenômenos junto a estes municípios, uma vez que a maioria deles apresenta baixa capacidade de arrecadação (Oliveira e Cordeiro, 2023). Além disso, como apontado por da Silva *et al.* (2019), achados nesta linha regional servem de arcabouço para o delineamento de políticas públicas municipais, conduzindo os gestores públicos na formulação de estratégias para aumentar seu desempenho fiscal, com foco na arrecadação para a oferta de bens e serviços públicos que possam ampliar a qualidade de vida e também no desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Desta forma, o crescimento econômico significa o aumento da produção de bens e serviços de um determinado local, já o desenvolvimento econômico é quando o crescimento econômico vem acompanhado de uma elevação do padrão de vida da população, onde ocorrem alterações na estrutura econômica e social, possibilitando uma distribuição mais justa das riquezas assim produzidas (Sandroni, 1994).

Além de Siedenberg (2003), outros autores utilizaram a variável PIB para mensuração do crescimento econômico, como: Bogoni, Hein e Beuren (2011), Nazareno (2018), Vilela Jr. e Delfino (2018), dentre outros. Deste modo, este trabalho utilizará a variável PIB e tributos municipais, para mensurar o crescimento econômico dos municípios da baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro (ERJ).

Como pergunta norteadora, esta pesquisa teve: *"quais são os efeitos da arrecadação municipal no crescimento econômico dos municípios da baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro (ERJ)?",* e como resposta, o objetivo geral foi o de *analisar os efeitos da arrecadação municipal no crescimento econômico dos municípios da baixada fluminense no Estado do Rio de Janeiro (ERJ).* E como objetivos específicos: a) verificar a capacidade de arrecadação destes municípios do ERJ; e b) revisar a literatura da temática de finanças públicas e crescimento econômico.

2. Material e Métodos

A escolha do método utilizado neste trabalho se deu devido a sua relevância e conexão com o objetivo do presente trabalho. Além disso, outros trabalhos que buscaram estudar temas correlatos, também utilizaram este mesmo método, como o caso Cowling e Wooden (2021), examinaram até que ponto o trabalho autônomo individual servia como um veículo para a criação de empregos. Já Pacheco, Silva e Castro (2020), estimaram os impactos das principais transferências condicionais e incondicionais sobre a arrecadação tributária de 5.570 municípios brasileiros. E Silva *et al.* (2019), analisaram os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses.

3. Resultados e Discussões

Esta análise da regressão buscou verificar os efeitos das variáveis independentes (IPTU_PerCap, ITBI_PerCap, ISSQN_PerCap e TX_PerCap), sobre o crescimento econômico dos municípios da baixada fluminense no ERJ (PIB - variável dependente), no período de 2013 a 2021, contando com os 13 indivíduos da equação (neste caso, os municípios estudados).

Sobre a análise dos resultados da regressão, observou-se uma relação positiva entre os tributos do IPTU e ISSQN com o PIB Municipal, ou seja, entre a arrecadação municipal destes tributos e o crescimento econômico destes municípios, confirmando parcialmente a hipótese do trabalho, que foi a $\boldsymbol{H_1}$*: a arrecadação municipal se correlaciona positivamente com o crescimento econômico municipal*. Como os demais tributos analisados não apresentaram significância estatística, não se pôde confirmar, em sua totalidade, a hipótese apresentada.

Os resultados demonstraram que nas duas variáveis analisadas, a correlação com o crescimento municipal foi positiva, sendo que o IPTU apresentou uma proporção maior, indicando que para cada R$ 1,00 *per capita* arrecadado de IPTU, geraria um aumento médio anual de R$ 89,64 *per capita* no PIB dos municípios da baixada fluminense no ERJ. Na mesma lógica, para cada R$ 1,00 *per capita* arrecadado no ISSQN, geraria um aumento médio anual de R$ 16,21 *per capita* no PIB destes municípios.

4. Conclusões

A conclusão do estudo revela uma correlação significativa entre a capacidade arrecadatória dos municípios e o crescimento econômico local. Os resultados demonstram que tributos como o IPTU e o ISSQN são fundamentais para o financiamento das administrações municipais, com o IPTU destacando-se como o tributo com maior impacto positivo no crescimento econômico. A análise econométrica reforça a importância de uma gestão eficiente da arrecadação própria para promover políticas públicas que incentivem um crescimento econômico sustentável.

No contexto específico da Baixada Fluminense, os resultados indicam que, apesar dos desafios socioeconômicos enfrentados pela região, os municípios possuem um grande potencial para promover o crescimento econômico por meio de uma gestão aprimorada de suas receitas tributárias. Municípios como Duque de Caxias, Itaguaí e Nova Iguaçu, que apresentaram maior capacidade de arrecadação de tributos como o IPTU e ISSQN, conseguiram estimular o crescimento econômico local de maneira mais eficaz em comparação a municípios com menor capacidade arrecadatória.

Isso evidencia a importância de desenvolver estratégias focadas no fortalecimento das receitas próprias, especialmente em regiões com altos níveis de urbanização e densidade populacional, como a Baixada Fluminense. Portanto, a melhoria da arrecadação tributária nesses municípios não apenas facilita o desenvolvimento econômico, mas também contribui para a redução das disparidades regionais dentro do estado do Rio de Janeiro.

Referências

ALVES, P. J. H.; ARAÚJO, J. M. Os impactos das transferências intergovernamentais nos incentivos orçamentários dos municípios brasileiros. **Texto para discussão 2623 do IPEA** - publicado em janeiro de 2021.

BOGONI, N. M.; HEIN, N.; BEUREN, I. M. Análise da relação entre crescimento econômico e gastos públicos nas maiores cidades da região Sul do Brasil. **Revista de Administração Pública - RAP**, v. 45, n. 1, p. 159-79, 2011.

CASTRO, L.; PORCIUNCULA, L.; BUENO, C. Campanha "IPTU PREMIADO" e seu impacto na arrecadação no município de Pejuçara. **Revista Gedecon**, v. 8, n. 2, p. 35-50, 2020.

COWLING, M. L.; WOODEN, M. Does solo self-employment serve as a 'stepping stone' to employership? **Labour Economics**, v. 68, n. 101942, p. 1-12, 2021.

NAZARENO, M. C. de M. **O impacto populacional sobre o crescimento econômico dos BRICS.** 54f. Monografia (Curso de Ciências Econômicas), Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto - DEECO/ICSA/UFOP, Mariana, 2018.

OBSERVATÓRIO DO TRABALHO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Org.). **Estudo e análises do mercado de trabalho, emprego e renda: NT 08/2021 (Panorama de Indicadores Socioeconômicos e do Mercado de Trabalho).** Publicado em 2021.

OLIVEIRA, C. J. M. Competência Própria de Arrecadação Tributária dos Municípios. **Revista Direito em Foco,** v. 14, n.1, p. 89-96, 2022.

OLIVEIRA, B. C.; CORDEIRO, D. R. A dependência dos municípios do estado do rio de janeiro em relação aos repasses federal e estadual. **Anais...** 2023 Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão – SEPEX/UNIG, Nova Iguaçu, 2023.

RIBEIRO, C. P. P. *et al.* Transferências Constitucionais no Brasil: um estudo bibliográfico sobre o FPM-fundo de participação dos municípios. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 38, p. 44-65, 2019.

RODRIGUES, A. O. **Boletim socieconômico da baixada.** 1ª edição. Grupo de Estudo em Economia e Desenvolvimento da Baixada (GEEDB). Rio de Janeiro: GEEDB, 2024.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SILVA, C. R. M. DA.; OLIVEIRA, F. A. S.; VASCONCELOS, V. D.; FONTENELE, R. E. S. Arrecadação municipal e desenvolvimento socieconômico nos municípios cearenses. ***In*** **Anais do VIII Encontro de Administração Pública da ANPAD – EnAPG,** UNIFOR, Fortaleza/CE, 2019.

SIMONASSE, A. G. Arraes, R. A. Federalismo fiscal, política partidária e desempenho Financeiro dos Municípios Brasileiros. **Anais VII Congresso Brasileiro de Custos**, Recife, 2000.

VILELA JR., I.; DELFINO, A. J. Relação entre PIB, EMPREGO e RENDA: um estudo comparativo entre dados nacionais e o município de Ituiutaba-MG. **Anais FACIP-UFU**, Ituiutaba, 2018.

ANÁLISE DA ESTRUTURA PRODUTIVA DA ECONOMIA DO MAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA MATRIZ INSUMO-PRODUTO

Joilson de A. Cabral[1]
Thauan Santos[2]
Paulo Vitor S. Lima[3]
Matheus de A. Santos[4]
Jorge Lima[5]

Resumo: Este trabalho realizou uma análise sistêmica da Economia do Mar do Rio de Janeiro, utilizando a matriz de insumo-produto, multiplicadores econômicos e o método de extração hipotética. Os resultados indicam que a Economia do Mar representa 49% dos investimentos produtivos do estado, com alta dependência de importações e 52,76% da produção destinada à exportação. A cada R$ 100 adicionais de demanda, são gerados R$ 143 em produção, R$ 165 mil em renda familiar, R$ 145 mil em impostos e 154 novos empregos. O método de extração revelou que a Economia do Mar contribui direta e indiretamente com 15,15% do PIB estadual. Conclui-se que a Economia do Mar tem grande potencial para o desenvolvimento econômico e social do ERJ. Para maximizar sua importância, são necessárias políticas públicas que fortaleçam os elos produtivos locais, reduzindo a dependência de insumos externos.

Abstract: This study conducted a systemic analysis of the Maritime Economy of Rio de Janeiro, using the input-output matrix, economic multipliers, and the hypothetical extraction method. The results indicate that the Maritime Economy represents 49% of the state's productive investments, with high dependence on imports and 52.76% of its output destined for export. For every additional R$ 100 in demand, R$ 143 in production, R$ 165 in household income, R$ 145 in taxes, and 154 new jobs are generated. The extraction method revealed that the Maritime Economy contributes directly and indirectly to 15.15% of the state's GDP. It is concluded that the Maritime Economy has great potential for the economic and social development of Rio de Janeiro. To maximize its importance, public policies that strengthen local production links are necessary, reducing the dependence on external inputs.

Resumen: Este estudio realizó un análisis sistémico de la Economía del Mar de Río de Janeiro, utilizando la matriz insumo-producto, multiplicadores económicos y el método de extracción hipotética. Los resultados indican que la Economía del Mar representa el 49% de las inversiones productivas del estado, con alta dependencia de importaciones y el 52,76% de su producción destinada a la exportación. Por cada R$ 100 adicionales de demanda, se generan R$ 143 en producción, R$ 165 en ingresos familiares, R$ 145 en impuestos y 154 nuevos empleos. El método de extracción reveló que la Economía del Mar contribuye directa e indirectamente con el 15,15% del PIB estatal. Se concluye que la Economía del Mar tiene gran potencial para el desarrollo económico y social de Río de Janeiro. Para maximizar su importancia, se necesitan políticas públicas que fortalezcan los enlaces productivos locales, reduciendo la dependencia de insumos externos.

[1] Joilson de Assis Cabral, Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, cabraljoilson@gmail.com.
[2] Thauan Santos, Programa em Pós-graduação em Estudos Marítimos, Escola de Guerra Naval (PPGEM/EGN), santos.thauan@gmail.com.
[3] Paulo Vitor dos Santos Lima, Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, paulovitoorr@outlook.com.
[4] Matheus de Andrade Santos, Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, de.andrade.matheus@outlook.com.
[5] Jorge Lima, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), jorol@bndes.gov.br.

INTRODUÇÃO

A partir da metade do século XX, os mares e oceanos passaram a ser entendidos como vetores potenciais para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, tendo em vista os limites dos recursos terrestres (Zhao *et al*, 2014). Segundo a OCDE (2016), indústrias ligadas ao oceano, em 2010, produziam U$ 1,5 trilhão de Valor Agregado Bruto (VAB) no mundo, sendo equivalente à 2,5 % do VAB mundial, gerando cerca de 31 milhões de empregos diretos. Além disso, a estimativa também aponta que este valor dobraria até 2030, chegando a U$ 3 trilhões. A importância econômica das atividades relacionadas aos mares e oceanos levou a diversos países a mapearem e mensurarem estas atividades, como por exemplo: a economia oceânica, na China (Zhao et al., 2014); a economia oceânica e costeira, nos Estados Unidos (Colgan, 2003); a economia marinha, na Inglaterra (Pugh, 2008; Stebbings et al., 2020); a economia marítima, na França (Girard e Kalaydjian, 2014) e a economia do mar, no Brasil (Carvalho e Moraes, 2021; Haddad e Araújo, 2024).

Em ambos os trabalhos que existentes para o Brasil, o estado do Rio de Janeiro (ERJ) como ente subnacional com maior importância para a economia do mar brasileira. Carvalho e Moraes (2021) colocam que o ERJ foi o principal gerador de empregos na área, com 400 ocupações em 2015. Haddad e Araújo (2024), por sua vez, aponta o ERJ como a unidade da federação com maior participação no PIB do mar nacional, representando cerca de 18,3%. Em tentativas recentes de estimação da economia do mar fluminense, as atividades relacionadas ao mar do estado possuíam cerca de 85 mil empresas (4,5% das empresas do ERJ), e mais de 352 mil empregos formais.

Diante da importância da mensuração da economia do mar, e da relevância da economia do mar do ERJ à economia nacional e local, o presente trabalho visa realizar um estudo sistêmico da estrutura produtiva da Economia do Mar do ER e suas principais interdependências, com os demais setores produtivos do estado. Assim, para alcançar os objetivos do trabalho, será empregado o método de insumo-produto, a partir de uma análise descritiva da matriz, além de serem computados os multiplicadores e a aplicação do método de extração hipotética, sendo este único essencial para estimar a importância direta e indireta da Economia do Mar no ERJ.

MATERIAL E MÉTODOS

Para empreender a análise de insumo-produto, foi utilizada a matriz de insumo-produto regional para o ano de 2015 do ERJ (MIP-RJ), construída por Cabral e Oliveira (2020). Entretanto, a MIP-RJ não possui o setor de economia do mar desagregado. Assim, foi necessário desagregar o setor da MIP-RJ, a partir do *share* de emprego formal da subdividido pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAEs) e no Valor Bruto da

Produção (VBP) das atividades constantes do macrossetores definidos neste trabalho como Economia do Mar do ERJ, a saber: : i) Pesca e Aquicultura e Indústria Pesqueira; ii) Indústrias Extrativas; iii) Indústria Naval; iv) Atividade de Transporte, Cabotagem e Navegação e Atividades Portuárias; v) Pesquisa, Meio Ambiente e Saneamento; vi) Turismo, Serviços e Entretenimento e vii) Defesa e Segurança. Após a desagregação, estes sete setores foram somados de modo a compreender um setor denominado Economia do Mar. Com isso, a base de dados utilizada neste estudo resultou em uma MIP com tecnologia setor x setor disposta em vinte e quatro setores produtivos denotada MIP-MAR-2015.

O modelo de insumo-produto parte da hipótese de "equilíbrio geral" na qual a quantidade demandada é igual à quantidade produzida de bens e serviços e possui as seguintes premissas: (i) coeficiente tecnológico constante, (ii) retornos constantes de escala, (iii) demanda final definida exogenamente e (iv) preços rígidos. A equação chave do modelo de insumo-produto para n setores produtivos é a que segue:

$$\boldsymbol{X = (I - A)^{-1} Y} \quad (1)$$

Onde: X é um vetor $(nx1)$ que contém o valor bruto da produção; I é uma matriz identidade de dimensão (nxn); A é uma matriz (nxn) que denota os coeficientes técnicos de produção e é também conhecida como matriz de coeficientes ou requerimentos diretos $\left(A = Z(\hat{X})^{-1}\right)$; Z é uma matriz (nxn) que representa o consumo intermediário; $(I - A)^{-1} = B$ é uma matriz (nxn) conhecida como matriz inversa de Leontief, matriz de interdependência ou matriz de coeficientes diretos e indiretos. Y denota os componentes da demanda final (formação bruta de capital fixo; exportações; consumo do governo; e consumo das famílias).

A partir de manipulações algébricas da Equação 1, é possível construir os multiplicadores de produção, renda e impostos. Multiplicadores podem ser entendidos como uma ferramenta de mensuração direta e indireta de uma variável, dado uma variação na demanda final do setor da economia. Assim, os multiplicadores são interpretados como: o quanto é gerado direta e indiretamente devido a uma variação de uma unidade monetária na demanda final[6]. Por fim, para mensurar a importância econômica do setor, emprega-se o método de extração hipotética proposto por Dietzenbacher *et al.* (1993).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme as estimações da MIP-MAR-2015, o ERJ atrai mais de R$ 54 bilhões em investimentos por ano. Destes, 3,5 bilhões (4,9% do total) é destinado às atividades ligadas à

[6] Para detalhes matemáticos da estimação desses multiplicadores, ver Miller e Blair (2009).

Economia do Mar, ficando atrás somente do setor de construção civil e de serviços em 2015. Em relação aos outros custos de produção, destacam-se despesas com atividades extrativas, insumos industriais, eletricidade, gás, transporte e serviços profissionais e técnicos. Somados, representam cerca de 15,8% do VBP e 30% do Valor Adicionado (VA) da economia do mar. Além disso, a Economia do Mar fluminense paga cerca de R$ 4,8 bilhões de imposto líquidos sobre o produto (3,93% do VBP).

Ao analisar a estrutura de compras e vendas da Economia do mar no estado, observa-se uma dependência significativa de insumos provenientes de outros estado (13,88%) e internacionais (7,98%), totalizando 21,86% do VBP do setor. O uso de insumos oriundos do próprio ERJ representa 29,72% do VBP, com principais fornecedores sendo a própria economia do mar (4,94%), atividades científicas e técnicas (4,79%), e transporte, armazenagem e correio (4,58%).

Em termos de venda, a economia do mar fluminense é altamente orientada a exportação, com 52,76% de sua produção sendo destinada a exportações. Cerca de 38,52% de suas exportações vão para outros estados, enquanto 14,24% são para o mercado internacional. Em termos de importância intra e intersetoriais, a indústria de manufatura é o maior demandante de insumos da Economia do Mar, representando 11,65% do VBP do setor. Por meio da análise de multiplicadores, os multiplicadores da economia do mar ficaram: 1,43 de produção; 1,54 de ocupações; 1,65 de renda; e 1,45 de impostos. Isto significa que, a cada R$ 100 de aumento na demanda final da Economia do mar, a produção do setor aumenta em R$ 143, gera-se R$ 1465 de renda para as famílias; a arrecadação aumenta em R$ 145 reais; e, em termos de emprego, é gerado 154 ocupações.

Por fim, a partir do método de extração hipotética, removendo-se a economia do mar da estrutura produtiva fluminense, estima-se que a cadeia produtiva do setor representa, direta e indiretamente, 15,5% do PIB fluminense. A extração hipotética revela que os principais setores afetados são as atividades técnicas e científicas (redução de 14,51%), seguido do setor de eletricidade e gás (14,37%), transporte, armazenagem e correios (12,06%) e atividades financeiras e de seguros (6,29%).

CONCLUSÕES

A análise realizada sobre a Economia do Mar do Estado do Rio de Janeiro, utilizando a matriz insumo-produto (MIP-MAR-2015), evidenciou a relevância econômica desse setor para a região. Com 49% dos investimentos produtivos estaduais direcionados às atividades ligadas ao mar, a Economia do Mar desempenha um papel central na estrutura produtiva fluminense. Além de sua interdependência com outros setores-chave da economia do estado, como

manufatura, transporte e atividades científicas, a Economia do Mar destaca-se pela sua capacidade de gerar renda, empregos e arrecadação tributária.

Os multiplicadores econômicos indicam que a cada aumento de R$ 100 na demanda final do setor, a produção estadual cresce em R$ 143, gerando R$ 165 em renda familiar, R$ 145 em impostos e 154 novas ocupações. Ademais, a extração hipotética do setor revelou que sua ausência resultaria em uma perda de 15,15% do PIB fluminense, evidenciando o caráter estratégico da Economia do Mar para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Contudo, a análise também indicou uma elevada dependência de importações interestaduais e internacionais, sugerindo a necessidade de políticas públicas que endogenizem na estrutura produtiva do estado elos produtivos faltantes. Dentre as políticas públicas que endereçariam estes desafios, sugere-se: mentalidade marítima para reforçar a relevância do mar; divulgação e compartilhamento de dados socioeconômicos para subsídios das pesquisas e políticas públicas; avaliação dos elos setoriais importantes da economia do mar, de modo a completar as cadeias; promover pesquisas que avancem no perfilamento social, legal e econômico de modo a adereçar os problemas da informalidade de alguns dos setores econômicos.

REFERÊNCIAS

CABRAL, J. A.; OLIVEIRA, D.G.B. **Análise da Estrutura Produtiva Fluminense sob a abordagem de Insumo-Produto**. Working paper, PPGER/UFRRJ, 2020.

CARVALHO, A. B.; DE MORAES, G. I. The Brazilian coastal and marine economies: Quantifying and measuring marine economic flow by input-output matrix analysis. **Ocean & Coastal Management**, v. 213, p. 105885, 2021.

COLGAN, C. S. Measurement of the Ocean and Coastal Economy: Theory and Methods. **Publications**, 2003.

DIETZENBACHER, Erik; LINDEN, Jan A. van der; STEENGE, Alben E. The regional extraction method: EC input–output comparisons. **Economic Systems Research**, v. 5, n. 2, p. 185-206, 1993.

GIRARD, S.; KALAYDJIAN, R. **French Marine Economic Data 2013.** 2014.

HADDAD, Eduardo A.; ARAÚJO, Inácio F. **Shades of Blue**: The Geography of the Ocean Economy in Brazil. São Paulo: TD Nereus 03-2024, 2024. Disponível em: http://www.usp.br/nereus/wp-content/uploads/TD_NEREUS_03_2024.pdf Acesso em: 21 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **The Ocean Economy in 2030**. Paris: OECD Publishing, 2016.

PUGH, D. **Socio-economic indicators of Marine-related Activities in the UK economy**. Londres: The Crown Estate, 2008.

ZHAO, Rui; HYNES, Stephen; HE, Guang Shun. Defining and quantifying China's ocean economy. **Marine Policy**, v. 43, p. 164-173, 2014.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao apoio financeiro da CAPES e da FAPERJ.

ANÁLISE DA DINÂMICA ECONÔMICA DE NOVA IGUAÇU: CONTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Manoela de Matos Alves Invernici[1]
Bruno Oliveira de Araújo Nunes[2]
Felipe Nunes Leandro de Morais[3]
Caio Peixoto Chain[4]

RESUMO

O desenvolvimento econômico de Nova Iguaçu exige que os gestores monitorem as dinâmicas locais, já que indicadores agregados como o PIB não refletem as especificidades regionais. O Índice de Atividade Econômica (IAE-NI), construído com dados de 2011 a 2023, consolida variáveis como arrecadação de ICMS, importações, exportações, frota de veículos e emprego, utilizando técnicas estatísticas. O IAE-NI demonstrou alta sensibilidade a eventos econômicos, como a recessão de 2015-2016 e a pandemia de COVID-19, captando nuances locais melhor que índices nacionais. Sua validação com índices regionais comprovou sua eficácia como ferramenta para gestão pública e planejamento econômico, promovendo um desenvolvimento mais alinhado à realidade de Nova Iguaçu.

PALAVRAS-CHAVES: índice de atividade econômica; análise fatorial; contas públicas; desenvolvimento econômico.

ABSTRACT

The economic development of Nova Iguaçu requires managers to monitor local dynamics, as aggregated indicators like GDP do not reflect regional specifics. The Economic Activity Index (IAE-NI), built with data from 2011 to 2023, consolidates variables such as ICMS revenue, imports, exports, vehicle fleet, and employment, using statistical techniques. The IAE-NI showed high sensitivity to economic events, such as the 2015-2016 recession and the COVID-19 pandemic, capturing local nuances better than national indices. Its validation against regional

[1] Manoela de Matos Alves Invernici, Aluna do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento PPGER/ICSA/UFRRJ. manoelamatosalves@ufrrj.br
[2] Bruno de Oliveira Araujo Nunes. Aluno do Curso de Graduação de Administração Pública ICSA/UFRRJ. brunooan71@gmail.com
[3] Felipe Nunes Leandro de Morais. Aluno do Curso de Graduação de Ciências Econômicas ICSA/UFRRJ. felipenunes@ufrrj.br
[4] Caio Peixoto Chain. Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento PPGER/ICSA/UFRRJ. caiochain.ufrrj@gmail.com

indices confirmed its effectiveness as a tool for public management and economic planning, promoting development more aligned with the realities of Nova Iguaçu.

KEYWORDS: economic activity index; dynamic factor model; public accounts; economic development

RESUMEN

El desarrollo económico de Nova Iguaçu exige que los gestores monitoreen las dinámicas locales, ya que los indicadores agregados como el PIB no reflejan las especificidades regionales. El Índice de Actividad Económica (IAE-NI), construido con datos de 2011 a 2023, consolida variables como ingresos del ICMS, importaciones, exportaciones, flota de vehículos y empleo, utilizando técnicas estadísticas. El IAE-NI demostró una alta sensibilidad a eventos económicos, como la recesión de 2015-2016 y la pandemia de COVID-19, captando matices locales mejor que los índices nacionales. Su validación con índices regionales confirmó su eficacia como herramienta para la gestión pública y la planificación económica, promoviendo un desarrollo más alineado con la realidad de Nova Iguaçu.

PALABRAS CLAVE: índice de actividad económica; modelo de factores dinámicos; cuentas públicas; desarrollo económico.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico sustentável de uma região depende da capacidade dos gestores em monitorar e compreender as dinâmicas do ambiente econômico local de forma eficiente. Nesse sentido, a construção de indicadores de atividade econômica desempenha um papel essencial, fornecendo informações fundamentais para a tomada de decisões estratégicas e para o planejamento de políticas públicas eficazes (VIDAL *et al*., 2017; RIBEIRO e DIAS, 2006; PEROBELLI *et al*., 2017).

No contexto dos municípios brasileiros, essa necessidade é ainda mais premente, considerando a diversidade das realidades econômicas e sociais. Indicadores agregados, como o PIB nacional ou estadual, frequentemente não capturam as particularidades de cidades como Nova Iguaçu, cuja economia evolui constantemente. A ausência de um índice de atividade econômica atualizado limita a capacidade dos gestores locais de responder de forma eficaz às

mudanças do ambiente econômico, comprometendo a eficácia das políticas públicas e a atração de investimentos (RIBEIRO e DIAS, 2006).

Para enfrentar esses desafios, este estudo propõe a construção do Índice de Atividade Econômica de Nova Iguaçu (IAE-NI), utilizando variáveis como arrecadação de ICMS, importações e exportações, além da frota de veículos e do emprego, aplicando técnicas como a análise fatorial para desenvolver um índice que capture com precisão a dinâmica econômica do município (CUEVAS *et al.,* 2015). Essa ferramenta visa apoiar a gestão pública e contribuir para o planejamento econômico de médio e longo prazo, promovendo o desenvolvimento sustentável de Nova Iguaçu.

2 MATERIAL E METODOS

2.1 Estrutura do Estudo

O estudo utiliza uma abordagem quantitativa para desenvolver o IAE-NI, integrando vários indicadores econômicos em um único índice com dados mensais de janeiro de 2011 a dezembro de 2023. A metodologia é dividida em duas etapas: seleção e tratamento das variáveis e construção do índice. As variáveis incluem arrecadação de ICMS, importações, exportações, frota de veículos e número de empregos. Os dados foram extraídos mensalmente de bases públicas como: Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, CAGED (Ministério do Trabalho e Emprego), COMEXSTAT (Ministério da Economia, Indústria e Comércio exterior), Ministério dos Transportes e Banco Central do Brasil.

As séries temporais foram ajustadas com transformações logarítmicas e padronização para garantir a comparabilidade. A análise fatorial foi usada para combinar as variáveis em um índice sintético, modelando-as como combinações de fatores comuns, com o auxílio de regressão linear múltipla para captar as complexidades das inter-relações (CUEVAS et al., 2015). A fórmula básica do modelo fatorial é:

$$X_{ij} = F_{1i}a_{i1} + F_{2i}a_{i2} + \cdots + F_{ki}a_{ik} + V_i$$

Onde X_{ij} é o valor da variável j no período i; F_{1i}, F_{2i},..., F_{ki} são os coeficientes fatoriais; $a_{i1}, a_{i2}, \ldots, a_{ik}$ são as pontuações fatoriais; e, V_i é o fator único de cada variável.

Com os resultados da análise fatorial, a comunalidade de cada variável foi calculada para medir o quanto da variação é explicada pelos fatores comuns. Esse valor é fundamental para a criação de um fator dinâmico, que reflete a evolução do índice ao longo do tempo.

Para validar o IAE-NI, o índice foi comparado com o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) e o Índice de Atividade Econômica Regional do Rio de Janeiro (IBCR-RJ). A correlação entre eles foi analisada para avaliar a consistência e a capacidade do IAE-NI de refletir as condições econômicas locais, demonstrando sua eficácia na captura de flutuações econômicas específicas do município.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Índice de Atividade Econômica de Nova Iguaçu (IAE-NI) foi desenvolvido para monitorar a dinâmica econômica do município, tendo como base o período entre 2011 e 2023, abrangendo variáveis como arrecadação de ICMS, importações, exportações, frota de veículos e número de empregos. O índice mostrou-se sensível a eventos econômicos significativos, como a recessão de 2015-2016 e a crise da pandemia de COVID-19 em 2020, refletindo uma desaceleração acentuada seguida por uma recuperação a partir de 2021. Comparado a índices como o IBC-Br e o IBCR-RJ, o IAE-NI apresentou maior volatilidade, captando com precisão as oscilações econômicas locais. Isso demonstra que ele é mais adequado para avaliar as condições econômicas específicas de Nova Iguaçu, oferecendo uma visão detalhada das mudanças econômicas.

Cada variável contribuiu de forma relevante para o índice: a arrecadação de ICMS teve grande peso na retomada após a crise de 2020, enquanto importações e exportações foram voláteis, influenciadas por fatores externos. A frota de veículos, como indicador de crescimento econômico, e o número de empregos, que refletiu uma recuperação após 2021, também foram fundamentais.

O IAE-NI foi validado por meio de comparações com os índices IBC-Br e IBCR-RJ, mostrando alta correlação com o índice regional ($r = 0,85$) e confirmando sua capacidade de capturar nuances econômicas locais. Sua sensibilidade e resposta rápida às variações econômicas fazem dele uma ferramenta útil para a gestão pública e o planejamento econômico. Além disso, a construção de índices como o IAE-NI, que captam particularidades regionais, é essencial para complementar as análises econômicas nacionais, oferecendo uma perspectiva mais precisa e adaptada às realidades municipais.

4 CONCLUSÕES

A construção do Índice de Atividade Econômica de Nova Iguaçu (IAE-NI) foi uma iniciativa eficaz para monitorar a dinâmica econômica do município, demonstrando

sensibilidade a flutuações significativas, como a recessão de 2015-2016 e a pandemia de COVID-19. Utilizando a análise fatorial, o IAE-NI consolidou variáveis essenciais, arrecadação de ICMS, importações, exportações, frota de veículos e número de empregos, em um único índice robusto, superando índices nacionais e regionais em sua capacidade de captar nuances da economia local.

Essa abordagem destaca a necessidade de desenvolver indicadores adaptados às especificidades de cada município, oferecendo aos gestores públicos uma ferramenta mais detalhada e ágil para a tomada de decisões. O IAE-NI não apenas fornece informações cruciais para a administração pública, mas também contribui para o planejamento econômico de médio e longo prazo, facilitando a identificação de tendências e a antecipação de crises.

Assim, a criação do IAE-NI representa um avanço significativo no monitoramento econômico de Nova Iguaçu, estabelecendo uma base sólida para a formulação de políticas públicas e promovendo um desenvolvimento sustentável. O índice reforça a importância de investir em indicadores específicos e atualizados, adequados às particularidades regionais do Brasil, e oferece um modelo valioso para outras localidades em busca de uma gestão pública mais eficaz.

REFERÊNCIAS

CRONE, T. M.; CLAYTON-MATTHEWS, A. Consistent Economic Indexes for the 50 States. **The Review of Economics and Statistics**, 87, n. 4, Nov 2005. 593-603.

CUEVAS, Á.; QUILIS, E. M.; ESPASA, A. Quarterly Regional GDP Flash Estimates by Means of Benchmarking and Chain Linking. **Journal of Official Statistics**, 31, 2015. 627-647.

PEROBELLI, F. S. et al. **Indicador de atividade Econômica para os municípios mineiros. Texto para discussão nº02-2017**. Laboratório de Análises Territoriais e Setoriais (LATES). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2017.

RIBEIRO, V. S.; DIAS, J. Índice de Atividade Econômica: construção e testes de previsão dos modelos de Filtro de Kalman e Box-Jenkins. **Revista EconomiA**, Brasília, 7, 2006. 453-483.

STOCK, J. H.; WATSON, M. W. New Indexes of Coincident and Leading Economic Indicators. In: BLANCHARD, O. J.; FISCHER, S. **NBER Macroeconomics Annual 1989**. [S.l.]: The MIT Press, v. 4, 1989. p. 351-409.

VIDAL, P. et al. A Monthly Regional Indicator of Economic Activity: An Application for Latin America. **Latin American Research Review**, 2017. 589-605.

MUITO ALÉM DO SOL E MAR: O POTENCIAL DO TURISMO PEDAGÓGICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CIDADE DE CABO FRIO-RJ

Juciane Mello das Neves[1]
Valéria Lima Guimarães[2]

RESUMO: O trabalho tem como objetivo apresentar o potencial do turismo pedagógico para o desenvolvimento da economia da cidade de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, especialmente no período de baixa e média temporadas. Entendendo a importância da educação e do turismo pedagógico na formação global do cidadão, ressalta-se que esse segmento turístico fortalece a cidade, impulsionando tanto os atrativos naturais como os culturais, ainda pouco conhecidos. Para a realização deste estudo, foram feitas pesquisas bibliográficas e de campo, com a promoção de atividades de turismo pedagógico envolvendo algumas escolas, e também foram testados pacotes turísticos voltados a esse segmento, numa iniciativa de empreendedorismo experimental e inovadora, unida à pesquisa científica, que apontou como resultados a importância cultural e social do segmento do turismo pedagógico, como também a possibilidade desse segmento ainda pouco desenvolvido e estudado movimentar de forma ética e sustentável a economia cabofriense, reduzindo a sua sazonalidade.
Palavras-chave: turismo pedagógico; desenvolvimento; Cabo Frio-RJ.

RESUMEN: El trabajo tiene como objetivo presentar el potencial del turismo pedagógico para el desarrollo de la economía de la ciudad de Cabo Frío, en el estado de Río de Janeiro, especialmente en la temporada baja y media. Entendiendo la importancia del turismo educativo y pedagógico en la formación integral de los ciudadanos, se destaca que este segmento turístico fortalece a la ciudad, potenciando atractivos tanto naturales como culturales, aún poco conocidos. Para la realización de este estudio se realizó una investigación bibliográfica y de campo, con la promoción de actividades turísticas pedagógicas involucrando a algunas escuelas, y también se probaron paquetes turísticosdirigidos a este segmento, en una iniciativa de emprendimiento experimental e innovador, combinado con investigaciones científicas, que señalaron como resultados la importancia cultural y social del segmento de turismo educativo, así como la posibilidad de que este segmento, aún poco desarrollado y estudiado, mueva la economía de Cabo Frío de manera ética y sostenible, reduciendo su estacionalidad.
Palabras clave: turismo pedagógico; desarrollo; Cabo Frio-RJ.

ABSTRACT: The work aims to present the potential of pedagogical tourism for the development of the economy of the city of Cabo Frio, in the state of Rio de Janeiro, especially in the low and medium seasons. Understanding the importance of education and pedagogical tourism in the overall formation of citizens, it is noteworthy that this tourist segment strengthens the city, boosting both natural and cultural attractions, which are still little known.

[1] Juciane Mello das Neves, estudante do Curso de Licenciatura Turismo do Consórcio CEDERJ/CECIERJ e do Curso de Especialização para Guia de Turismo em Atrativos Culturais e Naturais - UFF. E-mail: juciane.mello.neves@gmail.com
[2] Valéria Lima Guimarães, professora da Faculdade de Turismo e Hotelaria e do Curso de Licenciatura em Turismo do Consórcio CEDERJ/CECIERJ. E-mail: valeriaguimaraes@id.uff.br

To carry out this study, bibliographical and field research was carried out, with the promotion of pedagogical tourism activities involving some schools, and tourist packages aimed at this segment were also tested, in an experimental and innovative entrepreneurship initiative, combined with scientific research, which pointed out as results the cultural and social importance of the educational tourism segment, as well as the possibility of this segment, which is still little developed and studied, to move the economy of Cabo Frio in an ethical and sustainable way, reducing its seasonality.
Keywords: pedagogical tourism; development; Cabo Frio-RJ.

Introdução

Cabo Frio, cidade turística conhecida pelos seus atrativos naturais, é um dos destinos mais procurados da Região Turística da Costa do Sol, no estado do Rio de Janeiro. Localizada a 155 km da capital fluminense, o município de aproximadamente 220 mil habitantes e 410 mil km2, faz divisa com Armação dos Búzios (ao leste), Arraial do Cabo (ao sul), Araruama e São Pedro da Aldeia (ao oeste), e Casimiro de Abreu e Silva Jardim (ao norte) (PREFEITURA DE CABO FRIO) e é considerado o principal destino turístico da região, também conhecida como Região dos Lagos.

Segundo Christovão (2013), o turismo na cidade teve seu primeiro auge na década de 1960, com a alta sociedade carioca atraída pela farta biodiversidade e pelas praias consideradas paradisíacas. Pouco tempo depois, na década de 1980, o turismo já se consolidaria como a principal atividade econômica da cidade.

Em consequência de diversos fatores, dentre eles a falta de políticas públicas adequadas ao planejamento e gestão adequados do turismo e escassez de conhecimento científico na área, visto que os estudos científicos em Turismo se iniciaram nos anos 1970[3], cidades como Cabo Frio, assim como várias outras do litoral fluminense e também de outros estados brasileiros, passaram a enfrentar os impactos negativos causados pelo desenvolvimento desordenado do turismo. Como exemplos, podem ser citados os avanços da especulação imobiliária nas áreas costeiras e de Mata Atlântica, o turismo predatório de massa, falhas na preservação e conservação do patrimônio cultural e natural, substituição das atividades econômicas tradicionais (a exemplo da pesca e da produção de sal) pela atividade turística, em larga escala, ocasionando desemprego e subempregos no turismo. (CHRISTOVÃO, 2013).

Embora tenha grande importância econômica, o turismo deve ser compreendido como um fenômeno sociocultural (ARAÚJO, GODOY, 2016), onde a dimensão econômica está inserida e como tal, considerada toda a sua complexidade, o que implica em dizer que fatores sociais, culturais, ambientais e espaciais somam-se às práticas turísticas e à atividade econômica e devem ser considerados de forma integrada.

Assim, falar sobre o turismo em Cabo Frio como uma atividade de considerável importância econômica requer a reflexão sobre como o turismo se desenvolve, quais os impactos gerados nas comunidades receptoras e no meio ambiente e como pensar de forma sustentável para que seus recursos não se esgotem, ao contrário, sejam utilizados de forma inteligente para gerar o desenvolvimento entendido não apenas como crescimento econômico, mas também social. Embora necessário, o crescimento econômico não é garantia de qualidade de vida nem deve ser encarado sempre como positivo, uma vez que pode produzir graves consequências ambientais (Brasil, 2007).

[3] BRASIL. Câmara dos Deputados. Audiência Pública Extraordinária (virtual). Turismo - Educação e formação profissional em turismo no Brasil - 19/08/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DQbR3A79jik

A cidade de Cabo Frio sofre com a saturação turística no período de dezembro a março, causando grandes impactos negativos à sociedade e ao meio ambiente, mas bons rendimentos financeiros aos atores envolvidos no *trade*. Em contrapartida, no período de baixa e média temporadas, a cidade sofre uma queda brusca de visitantes e turistas, afetando os setores diretos e indiretos relacionados à atividade econômica em questão. Logo, faz-se necessário buscar buscar políticas públicas e estratégias para incentivar o desenvolvimento econômico na baixa e média temporadas da cidade turística de Cabo Frio.

Neste trabalho, busca-se discutir como o turismo pedagógico, um importante segmento do turismo, ainda pouco estudado e desenvolvido no Brasil, pode ser um forte aliado no desenvolvimento econômico da cidade de Cabo Frio, na baixa e média temporadas, tendo como preceitos a realização de atividades educativas de cunho turístico que primam pela formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade ética e ambiental e pelo respeito à população e ao seu patrimônio cultural.

Material e Métodos

A pesquisa se desenvolveu a partir de levantamento bibliográfico sobre a cidade de Cabo Frio e textos acadêmicos sobre Turismo, incluindo aqueles relacionados ao território cabofriense e ao turismo pedagógico. Também foram realizadas parcerias com escolas públicas e privadas oriundas de outras localidades e desenvolvidos pacotes turísticos para receptivos das atividades do turismo pedagógico envolvendo o *trade* turístico, como transportes, hospedagem, restaurantes, passeios de barco, *city tours* e trilhas nos atrativos naturais e culturais da cidade, considerando a experiência de mercado e a prática profissional da primeira autora desta pesquisa.

No decorrer da pesquisa e das práticas de campo foram experimentados métodos diversificados no planejamento dos roteiros de um dia - *Dayuse*, e pacotes de 2 a 5 dias incentivando a permanência dos turistas na cidade contribuindo para maior captação de recursos e utilização dos equipamentos turísticos existentes em Cabo Frio.

Resultados e Discussão

Ao longo de sua carreira profissional, a primeira autora, empreendedora e guia de turismo, como forma de driblar os efeitos negativos da sazonalidade no empreendimento de agência de turismo no qual gerencia, desde de 2018 elabora pacotes voltados para escolas que desejam visitar Cabo Frio no período letivo escolar para complementar e fixar os conhecimentos das matérias curriculares obrigatórias e temas transversais como História, Ciências, Geologia, Ensino Religioso, diversidade, educação ambiental, educação patrimonial, educação turística e afins. Os pacotes e roteiros são elaborados conforme o objetivo de cada instituição de ensino. Para esta pesquisa, foram selecionadas três roteiros pedagógicos com propostas distintas, todas contribuindo com o fomento do *trade* turístico.

1° Proposta - duração de 8h, inclui transporte, guia de turismo mais 1 monitor a cada 15 alunos, almoço com buffet liberado, seguro viagem e visita ao atrativo cultural Fazenda Campos Novos e ao atrativo natural Trilha Morro do Vigia.

2° Proposta - duração de 3 dias, inclui transporte, duas diárias em hospedagem em Cabo Frio com café da manhã, almoço e jantar com buffet liberado todos dias, seguro viagem e visita no atrativo cultural no Forte São Mateus, bairro histórico da Passagem, Museu de Arte Tradicional e Religiosa - Antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos e Morro da Guia e visita nos atrativos naturais como Parque Municipal Boca da Barra e Praia Brava.

3° Proposta - duração de 2 dias, inclui transporte, uma diária em hospedagem em Cabo Frio guia de turismo mais 1 monitor a cada 15 alunos, almoço e jantar com buffet liberado, seguro viagem, passeio de barco histórico pelo Canal do Itajuru com parada para banho e trilha na Ilha do Japonês, visita no atrativo cultural Forte São Mateus, Bairro da
Passagem e Museu de Arte Tradicional e Religiosa - Antigo Convento Nossa Senhora dos Anjos e Morro da Guia e visita no atrativo natural Duna Dama Branca.

Diante as propostas até aqui sinalizadas conseguimos perceber o quanto o incentivo do Turismo Pedagógico para o desenvolvimento econômico está alinhado com as relações entre turismo e sustentabilidade previstas no Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil: "sustentabilidade ambiental; sustentabilidade econômica; sustentabilidade sociocultural; sustentabilidade político-institucional" (Brasil, 2007 p.17).

Entende-se que é imprescindível a valorização da identidade social, da territorialidade e do pertencimento dos atores sociais, pautando-se numa ética de preservação dos recursos culturais, naturais, sociais para então se alcançar o desenvolvimento econômico da atividade turística.

Conclusões

A organização do turismo e a presença de turistas responsáveis e sustentáveis causam menos impactos ambientais e sociais, além de fomentarem a economia e reduzirem a sazonalidade turística, principalmente porque Cabo Frio com sua rica biodiversidade, presença de vestígios remanescentes de diferentes períodos históricos e geológicos, unidades de conservação importantes e conceito A no Ministério do Turismo, oferece uma gama diversificada de atrativos, que podem ser ainda mais valorizados com o desenvolvimento do Turismo Pedagógico.

Por fim, vale ressaltar que o turismo pedagógico como segmentação do turismo e estratégia de marketing para os períodos de baixa sazonalidade, pode ser bastante promissor para gerar fluxos de turistas responsáveis em busca de conhecimento do saber, história, cultura, meio ambiente e lazer, estimulando a economia, o *trade* turístico e o desenvolvimento da cidade de Cabo Frio.

Referências

ARAUJO, Raniery Silva Guedes; GODOY, Karla Estelita. O Turismo como fenômeno sociocultural: reflexões para além da atividade econômica. In: Anais do Seminário da ANPTUR 2016. Disponível em: https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/472.pdf. Acesso em 19 ago. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Audiência Pública Extraordinária (virtual). Turismo - Educação e formação profissional em turismo no Brasil - 19/08/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=DQbR3A79jik . Acesso em 15 set. 2024.

BRASIL, 2007. Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil–Roteiros do Brasil: Conteúdo Fundamental Turismo e Sustentabilidade. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismo_e_sustentabilidade.pdf Acesso em: Agosto de 2024.

CHRISTOVÃO, João H. O. A gênese do turismo em Cabo Frio, ou de como o sol se sobrepôs ao sal. In: CASTRO, C. (Org.) ; GUIMARÃES, V. L. (Org.) ; MAGALHÃES, A. M. (Org.) . História do Turismo no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. cap. 6, p. 113-128.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO. Dados Gerais. Disponível em: https://cabofrio.rj.gov.br/dados-gerais/ . Acesso em 20 set. 2024.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho, incluindo os profissionais e estudantes das escolas envolvidas e os parceiros do *trade* turístico cabofriense.

ESTUDO QUANTITATIVO DAS CARACTERÍSTICAS DO MERCADO FORMAL E INFORMAL DA CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ NAS REGIÕES SERRANA E ALTO NOROESTE FLUMINENSE

Ademário Silva Junior[1]
Juliana Benicio[2]
Simone Alves[3]

Resumo: A região geográfica selecionada constitui a Delimitação Geográfica (DG) que abrange duas mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro - Alto Noroeste Fluminense e Serrana. O café é tradicionalmente ligado à história e à economia dessas regiões, e compreender as dinâmicas atuais desse setor na região escolhida é fundamental para a elaboração de qualquer planejamento estratégico para promoção do desenvolvimento sustentável da cafeicultura e para a valorização do patrimônio agrícola local. O presente estudo tem por objetivo realizar um levantamento do mercado cafeicultor, tendo em vista as especificidades do setor, que abarca grande parte de sua mão de obra na modalidade informal. Por meio da análise dos resultados deste estudo de mercado, pretende-se dimensionar o potencial atual e futuro para a oferta de uma Escola e um Centro de Estudos especializados em café na região.

Abstract: Two mesoregions of the State of Rio de Janeiro – Alto Noroeste Fluminense and Serrana – are the geographic region selected for the Geographic Delimitation (DG). Coffee is traditionally linked to the history and economy of these regions, and understanding the current dynamics of this sector in the chosen region is essential for elaborating any strategic planning that promotes the sustainable development of coffee farming and values the local agricultural heritage. The present study aims at conducting a survey of the coffee growing market that considers the specificities of the sector, which has a large part of its workforce in the informal sector. The analysis of the results of this market study will help measure the current and future potential for a Coffee School and a Coffee Study Center in the region.

Resumen: La región geográfica seleccionada está constituida por la Delimitación Geográfica (DG) que cubre dos mesorregiones del Estado de Río de Janeiro: Alto Noroeste Fluminense y Serrana. El café es tradicionalmente ligado a la historia y la economía de estas regiones, y comprender la dinámica actual de este sector en la región elegida es fundamental para la elaboración de cualquier planificación estratégica que impulse el desarrollo sostenible de la caficultura y potencie el valor y herencia agrícola local. El objetivo es realizar un estudio del mercado cafetalero, teniendo en cuenta las especificidades del sector, que incluye gran parte de su fuerza laboral en el sector informal. Al analizar los resultados de este estudio de mercado, se pretende evaluar el potencial actual y futuro de ofrecer una Escuela y Centro de Estudios especializados en café en la región.

1 Ademário Silva Junior, IFRJ, ademario.junior@ifrj.edu.br.
2 Juliana Benicio, IFRJ, juliana.benicio@ifrj.edu.br
3 Simone Alves, IFRJ, simone.alves@ifrj.edu.br

Introdução:

O Brasil é o maior produtor mundial de café. Após chegar ao país, em 1727, o café foi o maior gerador de riquezas e o produto mais importante da história nacional nos séculos XIX e XX. Hoje, o café continua sendo um importante gerador de divisas (US$ 2 bilhões anuais, ou 26 milhões de sacas exportadas ao ano), contribuindo com mais de 2% do valor total das exportações brasileiras (EMBRAPA, 2024). No estado do Rio de Janeiro, porém, a produção cafeeira e a cadeia produtiva enfrentam desafios, como o protagonismo crescente da produção cafeeira dos estados de Minas Gerias e do Espírito Santos, que já produzem um café com denominação de origem e de reconhecimento internacional em grande quantidade.

Segundo a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - Emater (2022), a Região do Alto Noroeste é a principal região produtora de café do Estado do RJ, com produção de aproximadamente 257 mil sacas de café beneficiado de 60 kg no ano de 2022, o que representa 85% do café produzido no Estado neste ano. Já a Região Serrana do estado produziu nesse mesmo período, entre 90 e 100 mil sacas de café, representando 15% da produção total de café do Estado em 2022.

Este estudo de mercado explora em detalhes a comunidade de cafeicultores e demais profissionais que atuam na cadeia de valor do café, nas mesorregiões Serrana e Alto Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, examinando seu porte, desafios enfrentados e oportunidades de crescimento. A Cadeia de Valor da indústria do café descreve o processo global desde o cultivo do café no campo até o consumo final da bebida pelos consumidores pela ótica do valor transferido ao longo desse processo. Essa cadeia envolve uma série de etapas interligadas e atores, cada um deles adicionando valor ao produto por meio de suas próprias atividades de valor. O mapeamento da cadeia será o principal instrumento para a delimitação do estudo.

Material e métodos de pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa quantitativa exploratória. A avaliação do mercado cafeicultor atual na DG em estudo, usa como principal indicador proxy para sua delimitação, a base de dados administrativos públicos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Trata-se de um relatório fornecido anualmente ao Ministério do Trabalho por todo estabelecimento sediado no país, sendo instituído pelo Decreto No 76.900, de 23/12/1975.

Resultados e Discussão

Inicialmente, foram mapeadas atividades econômicas diretamente ligadas a cultivo e comercialização de café. Para isso, o estudo se baseou na Classificação Nacional de Atividades

Econômicas-CNAE. Foram identificadas 7 atividades econômicas relacionadas ao mercado cafeicultor codificadas na CNAE: Cultivo de Café: CNAE: 0113-0/01; Beneficiamento de Café: CNAE: 1031-7/01; Torrefação e Moagem de Café: CNAE: 1081-9/01; Comércio Atacadista de Café em Grão: CNAE: 4631-0/02; Comércio Atacadista de Café Torrado, Moído e Solúvel: CNAE: 4631-0/03; Fabricação de Produtos à Base de Café: CNAE: 1081-9/02; Atividades de Pós-Colheita, Serviço de Preparação de Terreno, Cultivo e Colheita de Café: CNAE: 0161-0/01. Esse grupo composto de 7 classes distintas de atividades econômicas será intitulado "Atividades Centrais" da cadeia produtiva do café e subsidiará a análise do mercado produtor formalizado na DG. Considerando essas atividades expostas, foram encontrados 57 estabelecimentos atuando no setor econômico selecionado no estado, contando com um total de 660 trabalhadores formais nos setores econômicos selecionados em 2021.

Dando sequência à caracterização da cadeia de valor, foi utilizada como metodologia o cálculo do Quociente Locacional (QL), indicador relativo ao total de emprego e de estabelecimentos na região da DG comparativamente ao Estado do Rio de Janeiro; adotando como base o valor dessas variáveis em cada par de classe CNAE-municípios informados pela RAIS. O QL é um indicador econômico para estimar a concentração relativa de determinado setor da atividade produtiva em uma região geográfica, em comparação com outras regiões (RICHARDSON, 1973). Quanto maior o QL, maior a especialização da região no referido ramo. O cálculo do QL para o número de estabelecimentos em uma determinada região da DG é dado pela razão entre a concentração de estabelecimentos de uma determinada atividade (i) na DG pela concentração de estabelecimentos de uma determinada atividade (i) no estado todo do RJ. O cálculo do QL para o número de trabalhadores em uma determinada região da DG é dado pela razão entre a concentração de trabalhadores de uma determinada atividade (i) na DG pela concentração de trabalhadores de uma determinada atividade (i) no estado todo.

Dessa forma, observa-se que em ambas as perspectivas calculadas de Quociente Locacional – número de estabelecimentos (QL = 13,83) e de empregos (QL = 25,53) – obteve valores maiores do que 1. Tais resultados apontam para uma importante concentração econômica na DG no que diz respeito à atividade cafeicultora no Estado do Rio de Janeiro.

Mesmo apresentando QL bem acima de 1, o que evidencia a especialização do setor de cafeicultura na região, sabe-se, a partir de outras bases de dados alternativas à RAIS, que a produção cafeeira advinda de estabelecimentos não formalizados é ainda maior. A atividade informal em países em desenvolvimento é muito comum e contribui substancialmente para produção e subsistência das famílias, sendo essencial para a economia local e nacional.

Segundo levantamento do Conselho Nacional do Café (CNC), o Brasil contava em 2021 com um total de 330 mil propriedades rurais dedicadas ao cultivo do café, sendo 78% delas da agricultura familiar. Ou seja, 78% dos cafeicultores no Brasil eram pequenos e microempreendedores, cuja gestão e mão-de-obra da propriedade é compartilhada pela família, e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda, além de terem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia (Perfect Daily Grind, 2021).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio), colabora junto aos órgãos competentes em âmbito federal, estadual e municipal, na execução de programas e projetos da chamada Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), e atua muito próxima aos atores do meio rural e, consequentemente, mantém em sua base de dados informações da produção agrícola de produtores formalizados e informalizados. A Tabela 1 apresenta os dados do número de produtores de café por município na área geográfica (DG) em estudo, segundo dados da Emater-Rio para o ano de 2021.

Tabela 1: Quantidade de Produtores na DG, em 2021

Municípios do DG	RAIS 2021	EMATER-RJ 2021
	Estabelecimentos	No de produtores 2021
Rj-Bom Jardim	22	21
Rj-Bom Jesus do Itabapoana	0	317
Rj-Duas Barras	7	18
Rj-Natividade	1	12
Rj-Porciuncula	3	915
Rj-Sao Jose do Vale do Rio Preto	6	6
Rj-Sumidouro	0	0
Rj-Teresopolis	5	0
Rj-Trajano de Moraes	0	2
Rj-Varre-Sai	13	1200
Total na DG	57	2491

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Emater-Rio, 2021 e RAIS, 2021.

A partir desse resultado divergente entre ambas as bases, entende-se que mensurar trabalhadores informais na produção cafeeira é um desafio, devido à natureza muitas vezes não documentada e sazonal desse setor. Utilizando a mesma proporção encontrada nos estabelecimentos, é possível extrapolar uma estimativa de 27.401 trabalhadores atuando na produção cafeeira na DG em 2022.

Por fim, esse estudo estimou o crescimento da produção cafeeira com base nos dados da série temporal. Segundo o método de regressão utilizado (o EXCEL, ferramenta de análise e de visualização de dados da Microsoft, foi usado para a geração da equação logarítmica), em 5 anos a produção cafeeira estimada para o estado do Rio de Janeiro deverá ser igual a

323,13/mil sacas. Sabendo que em 2022 a produção do estado foi de 294,3/mil sacas, conclui-se que o crescimento esperado para a região é de 9,7% nesse período de 5 anos.

Conclusões

As principais conclusões destacadas a partir desses resultados foram:

- Por meio do estudo do Quociente Locacional (QL), calculado para número de estabelecimento e para número de trabalhadores do setor na região em estudo, foi demonstrado que a região da DG apresenta alto grau de especialização na atividade cafeeira. Tal resultado demonstra a importância econômica da região em estudo para o estado do Rio de Janeiro, por serem representativas de tal atividade, assim como a concentração desta atividade na DG;
- A DG estudada apresenta um quantitativo de trabalhadores formais, atuando diretamente na atividade cafeeira, que totaliza 660 indivíduos. Tal quantitativo pode ser interpretado como um número sustentado por uma estrutura econômica estável e consolidada da atividade cafeeira no estado do Rio de Janeiro;
- Concluiu-se que o número de trabalhadores na atividade cafeeira é bem maior do que o apresentado no mercado formal, e que o tamanho TOTAL da rede de estabelecimentos (considerando os formais e informais) é pouco mais de 40 (quarenta) vezes maior que o da rede de estabelecimentos formais. Assim, em uma perspectiva "bruta" pode-se considerar que cada unidade informal segue a mesma relação de "trabalho/produtor" daquela encontrada nos estabelecimentos formalizados. Considerando essa hipótese, podemos supor que a DG tinha um quantitativo de 27.401 indivíduos trabalhando na indústria cafeeira em 2022.

REFERÊNCIAS

EMATER, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.emater.rj.gov.br/. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Panorama Geral Embrapa Café 2024. Disponível em: https://shorturl.at/kTrAi. Acesso em: 03 Nov., 2023.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/bases-de-dados.htm. Acesso em 15 de outubro de 2023.

PERFECT DAILY GRIND. Raio-X do Café no Brasil: produção, indústria, consumo, informações relevantes sobre o mercado do país. 24 de maio de 2021. Disponível em: https://shorturl.at/JpZ6P. Acesso em: 03 Nov., 2023.

RICHARDSON, H. W. Elementos de economia regional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA DAS CAPITAIS DO SUDESTE DO BRASIL

Débora Cristiana André Nestor Leal [1]
Marcela Lima da Silva [2]
Manoela de Matos Alves Invernici [3]
Joilson Assis Cabral [4]

RESUMO

Este estudo examina a concentração econômica em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, capitais do Sudeste do Brasil, usando a Matriz Insumo-Produto e o Método de Extração Hipotética. As capitais representam 53% do PIB nacional. São Paulo se destaca pela diversificação, enquanto Rio de Janeiro e Minas Gerais enfrentam riscos devido à dependência de setores extrativos. O estudo sugere políticas públicas para fomentar a diversificação e o desenvolvimento regional equilibrado.

Palavras-chave: concentração econômica; desenvolvimento regional; Matriz Insumo-Produto; Método de Extração Hipotética; políticas públicas.

ABSTRACT

This study examines economic concentration in São Paulo, Rio de Janeiro, and Belo Horizonte, capitals of Southeast Brazil, using the Input-Output Matrix and Hypothetical Extraction Method. These cities represent 53% of the national GDP. São Paulo stands out for diversification, while Rio de Janeiro and Minas Gerais face risks due to dependence on extractive sectors. The study recommends public policies to promote diversification and balanced regional development.

Keywords: economic concentration; regional development; Input-Output Matrix; Hypothetical Extraction Method; public policies.

RESUMEN

Este estudio examina la concentración económica en São Paulo, Río de Janeiro y Belo Horizonte, capitales del sureste de Brasil, utilizando la Matriz Insumo-Producto y el Método de Extracción Hipotética. Estas ciudades representan el 53% del PIB nacional. São Paulo destaca por su diversificación, mientras que Río de Janeiro y Minas Gerais

[1] Débora Cristiana André Nestor Leal. Mestranda do PPGER/UFRRJ. deboranestorleal@gmail.com
[2] Marcela Lima da Silva. Mestranda do PPGER/UFRRJ. cela.nina@hotamail.com
[3] Manoela de Matos Alves Invernici. Mestranda do PPGER/UFRRJ. manoelamatosalves@ufrrj.br
[4] Joilson Assis Cabral. Docente Permanente do PPGER/UFRRJ; Docente Colaborador do PPGE/UFRRJ. cabraljoilson@gmail.com

enfrentan riesgos por su dependencia de sectores extractivos. El estudio recomienda políticas públicas para fomentar la diversificación y el desarrollo equilibrado.
Palabras clave: concentración económica; desarrollo regional; Matriz Insumo-Producto; Método de Extracción Hipotética; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A concentração econômica nas capitais do Sudeste do Brasil — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Vitória — tem um papel central no desenvolvimento econômico do país. Essas cidades concentram uma parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, representando, em 2021, cerca de 53% do total, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além de serem pólos industriais, financeiros e de serviços, elas influenciam diretamente o desempenho econômico nacional. Compreender as dinâmicas produtivas dessas capitais é essencial para a análise da desigualdade regional e da concentração de atividades econômicas, fatores que afetam o desenvolvimento equilibrado do Brasil.

Este estudo visa investigar a concentração econômica nas capitais do Sudeste do Brasil por meio da Matriz Insumo-Produto (MIP) e do Método de Extração Hipotética (MEH). A MIP mapeia interações entre setores produtivos, revelando como se conectam e influenciam entre si. O MEH simula a retirada de setores específicos para avaliar sua importância na estrutura econômica e os impactos de sua ausência.

Assim, este trabalho busca contribuir para a discussão sobre como as dinâmicas econômicas nas principais capitais do Sudeste afetam o desenvolvimento regional e as desigualdades no Brasil, oferecendo subsídios para a formulação de políticas que incentivem um crescimento mais equilibrado e sustentável.

MATERIAL E MÉTODOS

A análise de insumo-produto, desenvolvida por Leontief (1951), é uma metodologia que oferece uma visão abrangente das interdependências entre setores econômicos, fundamental para a formulação de políticas econômicas nacionais. Este método utiliza uma tabela de entrada-saída para quantificar as interações entre setores, mostrando como a produção de uma indústria é insumo para outra. A análise permite modelar essas interações e compreender como mudanças em um setor específico podem impactar toda a economia (GUILHOTO, 2011).

A análise de insumo-produto também é relevante para identificar setores e regiões estratégicos para o desenvolvimento econômico. Ela examina os efeitos para trás

(compras de insumos) e para frente (vendas de produtos), refletindo a dependência mútua entre os setores. Os efeitos para trás mostram como a demanda por insumos afeta a produção, enquanto os efeitos para frente demonstram como a venda de produtos influencia outros setores. Ambos os efeitos são calculados por meio da matriz inversa de Leontief (GUILHOTO, 2011; PEROBELLI et al., 2010).

Desta forma, a equação que representa a análise de insumo-produto é escrita da seguinte forma: $X = (I - A)^{-1}Y$. Onde $(I-A)^{-1}$ é a matriz de Leontief ou matriz B; X é um vetor que representa o Valor Bruto da Produção (VBP) dos n setores da economia; e, Y: é um vetor que representa a demanda final de todos os setores da economia.

Para aprofundar a compreensão das interações entre setores e regiões, o Método de Extração Hipotética (MEH) emerge como uma ferramenta complementar relevante. O MEH quantifica os impactos da retirada hipotética de um setor da economia, evidenciando os efeitos diretos e indiretos dessa exclusão. Essa técnica é essencial para identificar setores estrategicamente importantes para o desenvolvimento econômico, além de esclarecer as interdependências entre vendedores e compradores em diferentes níveis (GABRIEL *et al.*, 2023).

O MEH, aplicado na análise de insumo-produto, mensura as dependências intersetoriais e avalia a relevância de um setor na estrutura produtiva de uma economia. Essa abordagem oferece uma compreensão abrangente das interações econômicas, ao revelar como setores influenciam a atividade econômica global (CUNHA, 2023).

No contexto deste estudo, a aplicação do método de extração à matriz de insumo-produto inter-regional identifica setores e regiões com relevância estratégica para o desenvolvimento econômico e, também, quais regiões apresentam maiores e/ou menores níveis de concentração econômica, evidenciando a interdependência econômica de algumas regiões para com outras (PEROBELLI *et al*., 2010).

Desta forma, o metodo de extração hipotetica é dado através da fórmula seguinte: $x = Ax + f$. Onde x é o vetor de produto; A é a matriz de coeficientes técnicos; e, f é o vetor de demanda final.

A base de dados utilizada neste estudo serão as Matrizes Inter-regional de Insumo-Produto para o Arranjo Populacional de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro do Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP (NEREUS), estimada por Haddad, Araújo e Perobelli (2020), com o objetivo de analisar o grau de concentração econômica cada capital possui e seus reflexos nas regiões restantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da extração hipotética do Valor Bruto da Produção (VBP) para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais revela variações significativas entre as regiões, refletindo as diferenças em suas estruturas econômicas. São Paulo destaca-se por sua diversificação, com a maior produção em quase todos os setores, especialmente nas indústrias de transformação e comércio, com uma redução de 32% no VBP, sugerindo resiliência econômica. O Rio de Janeiro, com uma forte dependência dos setores extrativo e de manufatura, mostra maior vulnerabilidade, com uma queda de 48% no VBP, indicando uma necessidade urgente de diversificação econômica. Minas Gerais, tradicionalmente focado em indústrias extrativas e mineração, registra a maior redução em certas áreas (57%), reforçando sua dependência econômica nesses setores e a necessidade de diversificação.

No setor agropecuário, o Rio de Janeiro apresenta uma contribuição menos expressiva quando comparado a São Paulo e Minas Gerais. O setor extrativo mostra maior impacto no Rio e em Minas, enquanto em São Paulo esse setor tem menor relevância, dada sua estrutura mais voltada para a indústria e serviços. A construção civil e o comércio também têm papéis importantes em todas as regiões, impulsionados pela urbanização e alta demanda.

Esses resultados destacam a importância de políticas econômicas regionais diferenciadas. O Rio de Janeiro precisa reduzir sua dependência dos setores extrativos, enquanto São Paulo deve continuar a investir em inovação e setores de alto valor agregado. Minas Gerais beneficiaria-se de políticas que promovam a diversificação produtiva e industrialização. As simulações reforçam a necessidade de um planejamento econômico regional mais estratégico, focando não apenas no crescimento, mas também na sustentabilidade e resiliência frente a mudanças

CONCLUSÕES

Este estudo analisa a concentração econômica nas capitais do Sudeste do Brasil e seus impactos no desenvolvimento regional, reconhecendo algumas limitações. A dependência da Matriz Inter-regional de Insumo-Produto, estimada para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, pode restringir a generalização dos resultados. Além disso, as variáveis escolhidas refletem interações setoriais em um momento específico, limitando sua aplicabilidade futura.

As economias das três capitais apresentam diferentes graus de vulnerabilidade. O Rio de Janeiro, dependente de setores extrativos, revela maior vulnerabilidade, com uma

redução de 48% no Valor Bruto da Produção (VBP) na extração hipotética. São Paulo, com economia diversificada, registra uma queda de 32% no VBP, enquanto Minas Gerais enfrenta uma redução de até 57%, destacando a urgência de diversificação econômica.

O estudo enfatiza a importância de políticas econômicas adaptadas, focando na diversificação para Rio de Janeiro e Minas Gerais, e na inovação para São Paulo. Inova ao combinar a Matriz Insumo-Produto e o Método de Extração Hipotética, permitindo uma análise mais profunda das interdependências produtivas. Essa abordagem é relevante para o desenvolvimento regional e pode servir como referência para investigações futuras, especialmente em países da América Latina com desafios semelhantes.

REFERÊNCIAS

CUNHA, G. A. C. et al. Estimating the Importance of Civil Construction for the Brazilian Economy Through Hypothetical Extraction of the Input-Output Matrix. *Applied Economics and Finance*, [S.l.], v. 1, p. 1-10, jul. 2023.

GABRIEL, L. F.; VALÉRIO, V. E. M.; CAPAZ, R. S. Uma Análise Insumo-Produto da Indústria Manufatureira por Meio de Extração Hipotética. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, n. 67, p. 151-171, fev. 2023.

GUILHOTO, J. J. M. *Análise de Insumo-Produto: teoria e fundamentos*. MPRA Paper No. 32566. [S.l.], 2011.

HADDAD, Eduardo; ARAÚJO, Mariana; PEROBELLI, Fábio. *Matrizes Inter-regionais de Insumo-Produto para o Arranjo Populacional de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro*. São Paulo: Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2021*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9084-produto-interno-bruto-dos-municipios.html. Acesso em: ago. 2024.

LEONTIEF, W. W. Input-Output Economies. *Scientific American*, v. 185, n. 4, p. 15-21, out. 1951. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/10.2307/24945285. Acesso em: 30 mar. 2024.

PEROBELLI, F. S. et al. *Estrutura de interdependência inter-regional no Brasil: uma análise espacial de insumo-produto para os anos de 1996 e 2002*. *Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 281-325, ago. 2010.

A DISSEMINAÇÃO DAS TENDÊNCIAS DA INDÚSTRIA 4.0 E A ATUAÇÃO DA EMBRAPII NO RIO DE JANEIRO

Marta Lucia Azevedo Ferreira[1]
Leandro Bruno Santos[2]
Heitor Soares Mendes[3]

RESUMO:
A corrida tecnológica recente, cuja base é a digitalização, vem sendo liderada por países que têm implementado políticas industriais e tecnológicas visando estabelecer novas configurações geopolíticas e geoeconômicas. O Brasil, apesar de retardatário nesse processo, vem adotando desde 2016 diversas ações para o desenvolvimento de tecnologias digitais. Pretende-se investigar neste resumo o papel da Embrapii como modelo de mediação entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e empresas para a geração de inovações no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) tendo como recorte projetos voltados à indústria 4.0. Trata-se de uma pesquisa empírica, qualitativa e exploratória baseada na compilação bibliográfica e no levantamento de dados e informações documentais. Os resultados mostram o potencial de unidades da Embrappi fluminense nas áreas de tecnologias aplicadas a indústrias extrativas, biotecnologia médica, materiais e química e desenvolvimento de *softwares* que estão na base do novo paradigma tecnoeconômico.
Palavras-Chave: Indústria 4.0. Sistemas de Inovação. Cooperação. Embrapii. Rio de Janeiro.

ABSTRACT:
The recent technological race, based on digitalization, has been led by countries that have implemented industrial and technological policies in order to establish new geopolitical and geo-economic configurations. Brazil, despite being a latecomer to this process, has been taking various actions since 2016 to support the development of digital technologies. The aim of this brief paper is to investigate the role of Embrapii as a model of mediation between Science and Technology Institutions (STI) and companies for the generation of innovations in the State of Rio de Janeiro (SRJ), focusing on projects related to industry 4.0. This is an empirical, qualitative and exploratory study based on bibliographic compilation and the collection of data and documentary information. The results show the potential of Embrapii units in Rio de Janeiro in the areas of technologies applied to extractive industries, medical biotechnology, materials and chemistry and software development, which are the basis of the new technoeconomic paradigm.
Keywords: Industry 4.0. Innovation Systems; Cooperation. Embrapii. Rio de Janeiro.

RESUMEN:
La reciente carrera tecnológica, basada en la digitalización, ha sido liderada por países que han implementado políticas industriales y tecnológicas con el fin de establecer nuevas configuraciones geopolíticas y geoeconómicas. Brasil, a pesar de ser un rezagado en este proceso, viene realizando diversas acciones desde 2016 para apoyar el desarrollo de las tecnologías digitales. El objetivo de este breve trabajo es investigar el papel de Embrapii como modelo de mediación entre las Instituciones de Ciencia y Tecnología (ICT) y las empresas para la generación de innovaciones en el Estado de Río de Janeiro (ERJ), centrándose en proyectos relacionados con la industria 4.0. Se trata de un estudio empírico, cualitativo y exploratorio basado en la recopilación bibliográfica y en la recogida de datos e información documental. Los resultados muestran el potencial de las unidades de Embrappi en Río de Janeiro en las áreas de tecnologías aplicadas a las industrias extractivas, biotecnología médica, materiales y química y desarrollo de software, que son la base del nuevo paradigma tecnoeconómico.
Palabras-Clave: Industria 4.0. Sistemas de Innovación. Cooperación. Embrapii. Río de Janeiro.

[1] Marta Lucia Azevedo Ferreira, CEFET/RJ, marta.ferreira@cefet-rj.br.
[2] Leandro Bruno Santos, UFF Campos, leandrobruno@id.uff.br.
[3] Heitor Soares Mendes, CEFET/RJ, heitor.mendes@cefet-rj.br.

INTRODUÇÃO

A literatura econômica sobre os sistemas de inovação ressalta o papel da cooperação entre diferentes atores para a geração de tecnologias e inovações visando o desenvolvimento econômico de países e regiões (Szapiro et al., 2021). Ela mostra também que sucessivas ondas de inovação levaram no século XXI ao debate sobre a quarta revolução industrial, indústria 4.0 ou manufatura avançada a partir do uso de tecnologias digitais. Elas vêm alterando significativamente os ambientes físico, digital e biológico constituindo um novo paradigma tecnoeconômico, na medida em que as mudanças afetam toda a economia (Schwab, 2016; Tigre, 2019).

Os sistemas digitais que gerenciam os mundos físico e virtual, automação, Internet das Coisas (IoT), Inteligência Artificial (IA), *big data,* computação em nuvem, segurança de dados, realidade aumentada, simulação, aprendizagem de máquina e manufatura aditiva configuram uma nova realidade. Os princípios marcantes são a autonomia decisória das máquinas, a conexão entre dispositivos, a virtualização, a alta capacidade de coleta e análise de dados em tempo real, a flexibilidade de sistemas e a combinação entre produtos e serviços (Soltovski et al., 2020).

Essas novas tendências compõem a estratégia de desenvolvimento de países avançados como Alemanha, Estados Unidos, China, Japão e Coreia do Sul (Lucena et al., 2020). No Brasil, apesar dos esforços governamentais de fortalecimento do Sistema Nacional de Inovação (SNI) a partir de 2003, os desafios de coordenação, implementação, avaliação e continuidade de políticas públicas persistem aliados à falta de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo (Ferreira, 2015).

Essas idiossincrasias, o paradigma tecnoeconômico em curso e a ausência de estratégia colocam o país em situação de fragilidade interna e desvantagem global (Crocco, 2022). O processo de digitalização heterogêneo é agravado pela baixa preocupação com o futuro e os riscos envolvidos nas mudanças tecnológicas atuais (Torraca et al., 2023). A disseminação da indústria 4.0, além de seletiva e concentrada no território, reflete a baixa adoção de tecnologias digitais pelas empresas associada à falta de estratégia para a indústria 4.0 (Reis & Ferreira, 2024; Santos & Claudio, 2024).

Contudo, algumas ações nesta direção vêm ocorrendo no país desde 2016, destacando-se entre as mais recentes a Proposta do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial 2024-2028 denominado IA para o Bem de Todos e o Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2028 ou Nova Industria Brasil (NIB) orientado por seis missões sendo a missão quatro voltada para indústria 4.0, produtos digitais e semicondutores (Brasil, 2024).

Assim, neste breve resumo pretende-se investigar o papel da Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) de apoio à inovação no país ao realizar a mediação entre Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) e empresas industriais tendo como foco sua atuação no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Ele se destaca pela proeminência da indústria de petróleo e gás, podendo nela ser aproveitado o potencial da indústria 4.0 e em outras indústrias como biotecnologia, criativa, de saúde e de serviços de engenharia (Ferreira, 2015; Ferreira & Mendes, 2023; Oliveira, 2019; Santos, 2020; Santos et al., 2020).

METODOLOGIA

Este artigo é o resultado de uma pesquisa empírica e qualitativa, voltando-se para a utilização prática de conhecimentos e sem preocupações de ordem estatística. Trata-se de uma pesquisa exploratória no sentido de investigar as relações entre ICT e empresas no ERJ por meio da Embrapii no âmbito da indústria 4.0. Tendo em vista propiciar uma visão geral e aproximativa dessas relações no território fluminense, foram utilizadas basicamente técnicas de documentação indireta como a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Embrapii é uma Organização Social (OS) criada em 2013 com o propósito de contribuir para o desenvolvimento da capacidade de inovação da indústria brasileira por meio da cooperação com universidades, institutos e laboratórios de pesquisa visando o compartilhamento de riscos na fase pré-competitiva da inovação. Na condição de OS, ela funciona por meio de contratos de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Ministério da Economia (ME), o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério da Saúde (MS) (Embrapii, 2024).

Com mais de dez anos de existência, a Embrapii opera hoje por meio de 87 unidades credenciadas em todo o país nas áreas de biotecnologia, materiais e química, mecânica e manufatura, Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e tecnologias aplicadas que englobam diversas competências tecnológicas. Além das várias competências na área de TIC que têm forte relação com a indústria 4.0, várias unidades participam de redes de inovação envolvendo o MCTI em temas correlatos como IA, transformação digital, bem como aquelas que integram o Programa Prioritário IoT Manufatura 4.0 criado em 2018 e atualizado em 2022.

Embora haja unidades da Embrapii em todas as regiões, o Sudeste concentra 54% do total, com destaque para São Paulo (26), Minas Gerais (13) e Rio de Janeiro (8), não havendo unidades credenciadas no Espírito Santo. O Sul possui um total de 18 unidades em todos os estados, o que não ocorre no Norte nem no Nordeste. O Centro-Oeste possui seis unidades credenciadas e o Norte apenas duas. Quanto aos temas relacionados à indústria 4.0, várias unidades se credenciaram para projetos na área de TIC e participam de redes de inovação envolvendo o MCTI.

O Nordeste possui nove unidades credenciadas pela Embrapii engajadas em redes de inovação envolvendo IA e transformação digital, participando também do Programa Prioritário IoT Manufatura 4.0. O Sudeste, apesar de contar com mais unidades credenciadas pela Embrapii, tem apenas oito que participam dessas redes. O Sul tem participação de seis unidades em redes associadas à indústria 4.0, enquanto o Norte e o Centro-Oeste têm apenas uma unidade cada associada a redes voltadas para projetos cooperativos da indústria 4.0.

As unidades credenciadas pela Embrapii no ERJ e suas respectivas áreas de atuação figuram no quadro a seguir e refletem as características do sistema de inovação fluminense, tanto do ponto de vista das ICT, como da demanda das indústrias localizadas no estado como petróleo e gás, representando possibilidades também de modernização tecnológica para as indústrias

automobilística, de energia, de máquinas e equipamentos, metalúrgica, metalmecânica, naval, petroquímica e siderúrgica presentes no território (Santos, 2020).

Quadro: Unidades e Áreas de Atuação da Embrapii no Estado do Rio de Janeiro (ERJ)

COPPE (UFRJ)	Engenharia de Petróleo e Gás do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Cidade: Rio de Janeiro Área: Tecnologias Aplicadas.
IDOR	Biotecnologia Medica do Instituto D'OR de Pesquisa e Ensino / Cidade: Rio de Janeiro / Área: Biotecnologia Médica.
INT	Química Industrial do Instituto Nacional de Tecnologia / Cidade: Rio de Janeiro / Área: Materiais e Química.
ISI Biossintéticos	Biossintéticos, Fibras e Intensificação de Processos Químicos do Instituto Senai de Inovação em Biossintéticos e Fibras / Cidade: Rio de Janeiro / Área: Materiais e Química.
ISI Química Verde	Tecnologias em Química Verde do Instituto Senai de Inovação em Química Verde / Cidade: Rio de Janeiro / Área: Materiais e Química.
PICG (IFF)	Tecnologias para Produção Mais Limpa do Pólo de Inovação Campos dos Goytacazes do Instituto Federal Fluminense / Cidade: Campos dos Goytacazes / Área: Tecnologia Aplicadas.
PROMEXBIO CETEM	Metalurgia Extrativa, Biomineração e Biotecnologia Ambiental do Centro de Tecnologia Mineral / Cidade: Rio de Janeiro / Áreas: Otimização de Processos, Tratamento de Minérios e Resíduos e Mitigação de Impactos Ambientais da Indústria Extrativa.
TECGRAF PUC-Rio	Soluções Computacionais em Engenharia do Instituto de Desenvolvimento de Software Técnico-Científico da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / Cidade: Rio de Janeiro / Área: Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) / Redes de Inteligência Artificial, de Transformação Digital e PPI IoT Manufatura 4.0.

Fonte: Elaboração dos Autores a partir de Embrapii (2024)

Como mostra Ferreira (2015), a robusta infraestrutura de universidades do estado é representada pela UFRJ e PUC-Rio que têm longa tradição de cooperação com a Petrobras SA no campo das engenharias. O Senai, além do forte vínculo com a indústria via capacitação de recursos humanos, ampliou seu escopo incorporando o apoio à inovação industrial. Reis e Ferreira (2024) acrescentam o papel da Embrapii, do IFF e de empresas de Campos dos Goytacazes em projetos de melhoria de produtividade por meio de tecnologias mais limpas.

Por fim, destaca-se a tradição multidisciplinar de mais de 100 anos do INT e do Cetem no processamento de minérios e minerais, bem como a participação do Ior como ICT privada e sem fins lucrativos na área de biotecnologia médica que inclui estudos pré-clínicos, clínicos, além de produtos, processos e terapias diversas. Segundo o documento NIB, apenas 23,5% das empresas industriais são digitalizadas, por isso fomentar a coordenação e a cooperação entre ICT e empresas constitui importante contribuição da Embrapii desde a sua criação em 2013, tanto a nível nacional, como local (Brasil, 2024; Predebon, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas digitais constituem a base da indústria 4.0 que se configura como um novo paradigma tecnoeconômico cujas principais mudanças se baseiam na maior de digitalização, automação, integração e controle de processos produtivos e gerenciais, moldando uma nova realidade social. O grau de adoção dessas tecnologias digitais pelas empresas brasileiras é baixo, não por acaso a geração de inovações baseadas em tecnologias digitais disruptivas integram a Nova Industria Brasil (NIB) ou Plano de Ação para a Neoindustrialização do país no período de 2024 a 2026.

A economia fluminense encerra oportunidades de aplicação de tecnologias 4.0, tanto na indústria de petróleo e gás que é forte no estado, como em outras indústrias nele presentes, contando com a atuação mediadora e necessária da Embrapii como organização eminentemente voltada para a cooperação entre os atores dos sistemas nacional e regional de inovação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **Nova Indústria Brasil: Forte, Transformadora e Sustentável** : Plano de Ação para a Neoindustrialização 2024-2026. Brasília : MDIC, CNDI, 2024.

CROCCO, F. L. T. O Brasil na reestruturação produtiva da manufatura avançada: políticas, ações e desafios. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, v. 47, n. 257, p. 576-600, 2022.

EMBRAPII (EMPRESA BRASILIERA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL). **Institucional. Áreas de Atuação. Competências Tecnológicas. Unidades.** Disponível em: <https://embrapii.org.br>. Acesso em: 18 ago. 2024.

FERREIRA, M. L. A. (2015). **Formação e capacitação em engenharia no setor de petróleo: a cooperação entre ANP, Petrobras e universidades do estado do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, IE/UFRJ, RJ, 2015.

FERREIRA, M. L. A. & MENDES, H, S. Rio de Janeiro e petrodependência: maldição ou oportunidade de desenvolvimento econômico? **Boletim Petróleo, Royalties e Região,** Ano XIX, v. 22, n. 74, p. 1-21, 2023.

LUCENA, F. A.; ROSELINO, J. E. & DIEGUES, A. C. A indústria 4.0: uma análise comparativa entre as experiências da Alemanha, EUA, China, Coréia do Sul e Japão. **Geosul,** v. 35, n. 75, p. 113-138, 2020.

OLIVEIRA, M. F. D. **Manufatura 4.0: a indústria do petróleo e a transformação digital.** Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFF, Niterói, 2019.

PREDEBON, T. M. **Embrapii: um promissor modelo de apoio à inovação.** Dissertação de Mestrado em Economia, UNB, Brasília, DF, 2023.

REIS, T. C. & FERREIRA, M. L. A. Disseminação de tecnologias 4.0 no setor de bens de capital em Campos dos Goytacazes. In: V Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação (V SIGCI). **Anais...** Florianópolis : UFSC, 2024, v. 1, p. 521-532.

SANTOS, G. O. **Caminhos para a construção de uma nova estratégia de desenvolvimento: uma abordagem evolucionária do Sistema Regional de Inovação do estado do Rio de Janeiro.** Tese de Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, IE/UFRJ, RJ, 2020.

SANTOS, L. B. & CLAUDIO, G. O. O papel da Finep na disseminação das tendências da indústria 4.0 no território brasileiro. In: V Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação (V SIGCI). **Anais...** Florianópolis : UFSC, 2024, v. 1, p. 553-571.

SANTOS, L. B.; FERREIRA, M. L. A. & MENDES, H. S. Políticas e dinâmica recentes da indústria petrolífera no estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense,** n. 19, p. 43-69, 2020.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo : Edipro, 2016.

SOLTOVSKI, R.; RESENDE, L. M. M.; PONTES, J.; YOSHINO, R. T. & SILVA, L. B. P. Um estudo quantitativo sobre os riscos da indústria 4.0 no contexto industrial: uma revisão sistemática da literatura. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 17, n. 13, p. 165-191, 2020.

SZAPIRO, M.; MATOS, M. G. P. & CASSIOLATO, J. E. Sistemas de inovação e desenvolvimento. In: RAPINI, M. S.; RUFFONI, J.; SILVA, L. A. & ALBUQUERQUE, E. M. (Orgs.). **Economia da ciência, tecnologia e inovação: fundamentos teóricos e a economia global.** Belo Horizonte : Cedeplar, 2021, p. 323-349.

TIGRE, P. B. **Gestão da inovação: uma abordagem estratégica, organizacional e de gestão de conhecimento.** 3. ed., Rio de Janeiro : Elsevier, 2019.

TORRACA, J.; FERRAZ, J. C.; BRITTO, J. & URRACA-RUIZ, A. Digital heterogeneities in developing countries: a comparative analysis. **Revista Brasileira de Inovação,** n. 22, e023013, p. 1-35, 2023.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021. Processo 422002/2021-6.

O VALOR DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: QUAL É O RETORNO DA UERJ À SOCIEDADE FLUMINENSE

Bruno Sobral[1]

Bruno Cabral[2]

Resumo: O artigo aborda a relevância das universidades públicas brasileiras, com foco na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e seus impactos indiretos na sociedade fluminense. O estudo é motivado pela crise financeira que abalou o estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2016, causando cortes orçamentários severos na UERJ. A pesquisa busca calcular a produtividade adicional dos trabalhadores em função do tempo e da qualidade do estudo oferecido por essa instituição de ensino. Para avaliar o impacto econômico da UERJ, são utilizados cálculos econométricos que medem a produtividade dos trabalhadores formados pela instituição. Os resultados indicam que a UERJ contribui significativamente para o crescimento econômico e social do Rio de Janeiro. A conclusão do estudo destaca que a UERJ não impõe custos à sociedade fluminense, mas sim promove crescimento e desenvolvimento.

Palavras-chave: *Produtividade; Universidades Públicas; Crise Financeira; Rio de Janeiro.*

Abstract: The article addresses the relevance of Brazilian public universities, focusing on the State University of Rio de Janeiro (UERJ), and their indirect impacts on society in Rio de Janeiro. The study is motivated by the financial crisis that shook the state of Rio de Janeiro between 2014 and 2016, causing severe budget cuts at UERJ. The research seeks to calculate the additional productivity of workers based on the time and quality of education provided by this institution. To assess the economic impact of UERJ, econometric calculations are used to measure the productivity of graduates from the institution. The results indicate that UERJ significantly contributes to the economic and social growth of Rio de Janeiro. The study concludes that UERJ does not impose costs on society in Rio de Janeiro but instead promotes growth and development.

Keywords: *Productivity; Public Universities; Financial Crisis; Rio de Janeiro*.

Resumen: El artículo aborda la relevancia de las universidades públicas brasileñas, centrándose en la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ), y sus impactos indirectos en la sociedad fluminense. El estudio está motivado por la crisis financiera que afectó al estado de Río de Janeiro entre 2014 y 2016, causando severos recortes presupuestarios en la UERJ. La investigación busca calcular la productividad adicional de los trabajadores en función del tiempo y la calidad de la educación ofrecida por esta institución. Para evaluar el impacto económico de la UERJ, se utilizan cálculos econométricos que miden la productividad de los graduados de la institución. Los resultados indican que la UERJ contribuye significativamente al crecimiento económico y social de Río de Janeiro. La conclusión del estudio destaca que la UERJ no impone costos a la sociedad fluminense, sino que promueve el crecimiento y el desarrollo.

Palabras-clave: Productividad; Universidades Públicas; Crisis Financiera; Río de Janeiro.

Introdução

As universidades públicas possuem um papel delimitado no desenvolvimento da econômico, sob este escopo, o foco do artigo recai na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e seus impactos indiretos na sociedade fluminense. Em um sentido mais estrito, as universidades contribuem aumentando a qualificação da mão de obra, a qual será absorvida

[1] Bruno Leonardo Barth Sobral. Professor Adjunto da FCE/UERJ. E-mail: brunoleo.rj@hotmail.com.

[2] Bruno Cabral Muniz Freire. Programa de Pós-Graduação em Economia (IE-UFRJ). E-mail: bruno.cabral@ppge.ie.ufrj.br.

pela estrutura produtiva de forma a agregar maior valor à produção e principal atividade desenvolvida para este propósito é o ensino. O argumento desenvolvido aqui é similar ao de Maria da Conceição Tavares, em seu ensaio "Além da Estagnação", no sentido que um aumento na renda leva a um aumento de produtos de maior valor agregado, que, por sua vez, demandam uma mão de obra mais qualificada (TAVARES e SERRA, 1977).

O estudo é motivado pela crise financeira que abalou o estado do Rio de Janeiro entre 2014 e 2016, causando cortes orçamentários severos na UERJ e colocando em risco a continuidade dessa atividade. Esse contexto gerou instabilidade e levantou questionamentos sobre a importância da UERJ para a sociedade fluminense. Assim, a pesquisa busca calcular a produtividade adicional dos trabalhadores em função do tempo e da qualidade do estudo oferecido por essa instituição de ensino para demonstrar que o efeito do aumento da produtividade dos trabalhadores é maior que o gasto necessário para financiar essa atividade.

Metodologia

Para avaliar o impacto econômico da UERJ, são utilizados cálculos econométricos que medem a produtividade dos trabalhadores formados pela instituição, baseado no estudo de Azzoni, Vassalo e Haddad (2020) do Núcleo de Economia Rural e Urbana da USP (NEREUS), que visa identificar a produtividade gerada pela instituição nos seus egressos comparado com os de outras universidades. Para mensurar a produtividade de um trabalhador utilizou-se como *proxy* o salário auferido pelo mesmo. Portanto, são estimadas equações Mincerianas a partir da seguinte fórmula:

$$\ln Salário_i = \beta_0 + \beta_1 educação_i + \beta_2 + \beta_3 exp_i^2 + \gamma x_i + \varepsilon_i$$

Foram definidos, para cada indivíduo, como determinantes da produtividade, primeiramente as suas características individuais, a sua idade – inserindo duas variáveis: $idade_i, idade_i^2$, de acordo com a relação quadrática vista na equação acima, a hipótese é que o salário cresce com a idade até certo ponto, depois tende a cair; o tempo de emprego que visa medir a experiência com o acúmulo de tempo naquela função; uma variável *UERJ* que identifica a produtividade dos egressos oriundos desta instituição; também foram inseridos vetores com controle de variáveis binárias de *educação*, com 11 níveis de educação; *sexo* definido a partir do gênero masculino; *etnia*, com 5 classificações distintas; também foram inseridas variáveis com *características do emprego* do indivíduo (conforme o modelo minceriano), que são o setor, com base nos 25 subsetores definidos pelo IBGE; *vínculo* que abraça os 19 tipos de vínculos possíveis no Brasil; *estado* que está associado ao fato que existem diferenças salarias de estado

para estado, compreendendo as 27 unidades federativas e a *ocupação* – aqui foi utilizado o CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) detalhada em uma extensa lista com 2.751 ocupações.

Resultados e Discussão

Dessa forma, o estudo foi dividido em três blocos: no primeiro foi realizado uma regressão apenas com os trabalhadores de nível superior e os egressos da UERJ para verificar a diferença na produtividade de uma pessoa com graduação em relação a um que não possui e o quanto muda caso essa graduação tenha sido cursada na UERJ, ou seja, uma comparação entre os graduados – graduados de outras instituições de ensino superior e os da UERJ.

Tabela 1 – Resultados obtidos.

	Bloco 1	**Bloco 2**	**Bloco 3**
Efeito do Curso Superior	0,86***	0,56***	0,57***
Efeito da UERJ	**0,21*** **	**0,096*** **	**0,12*** **
Características Individuais	**Desativadas**	**Ativadas**	**Ativadas**
Tempo no Emprego	-	0,002***	0,002***
Idade	-	0,03***	0,03***
Níveis de Educação	-	11 níveis	11 níveis
Características do Emprego	**Desativadas**	**Ativadas**	**Ativadas**
UF	-	27 níveis	27 níveis
Tipo do Vinculo	-	19 níveis	19 níveis
Setor IBGE	-	25 níveis	21 níveis
Ocupação	-	2.751 níveis	2.751 níveis
Graus de Liberdade - Total	55.210.202	55.207.644	55.207.648
Graus de Liberdade - Resíduo	55.210.200	55.210.202	55.210.202
R^2	0,238	0,629	0,623
F	8.617.883***	36.558***	35.781***

*** Significativo

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados foram que um trabalhador que cursou faculdade ganha em torno de 86% a mais que um não formado e caso esse diploma seja da UERJ, adiciona-se mais 21% a essa produtividade. Já no segundo bloco foram adicionadas as características individuais e as do emprego, formalizando o modelo proposto e fica evidente a mudança provocada pela adição das demais variáveis explicativas, o efeito que a UERJ causa nos seus egressos reduziu-se para 9,6%.

Dessa forma, se estabelece um ciclo virtuoso do investimento público esquematizado pela Figura 1.

Figura 1 – Ciclo Virtuoso dos Investimentos Públicos na Estrutura Produtiva.

Fonte: Elaboração própria.

Considerações Finais

Os resultados indicam que a UERJ contribui significativamente para o crescimento econômico e social do Rio de Janeiro. A pesquisa desafia a percepção comum de que universidades públicas representam apenas um custo para a sociedade. Em vez disso, demonstra que a UERJ gera retornos substanciais a partir da introdução de uma mão de obra mais qualificada no mercado de trabalho, sendo capaz de agregar maior valor à produção, o que é percebido pelo retorno na forma de maiores salários. A conclusão do estudo destaca que a UERJ não impõe custos à sociedade fluminense, mas sim promove crescimento e desenvolvimento.

O ponto de inovação do trabalho reside na abordagem de mensuração da produtividade dos trabalhadores formados pela universidade como um indicador de impacto econômico. Os métodos adotados sustentam a tese de que a UERJ tem um efeito positivo na economia local. Como Maria da Conceição Tavares explicitou em seu ensaio, a dinâmica de crescimento associada ao aumento da renda pode ser introduzida em um ciclo virtuoso quando adicionarmos os gastos públicos para formação destes trabalhadores. Ou seja, os recursos públicos direcionados para a formação profissional retornam sob a forma de impostos devido ao

crescimento da atividade produtiva. Portanto, a pesquisa enfatiza a importância de investir em universidades públicas como a UERJ, não apenas pela educação que oferecem, mas também pelos benefícios econômicos e sociais que proporcionam.

Referências Bibliográficas

AZZONI, C. R.; VASSALO, M; HADDAD, E. A. As três grandes universidades públicas paulistas valem o que custam? São Paulo, Texto para discussão nº10-2020, NEREUS, 2020.

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria.; SERRA, José. Além da Estagnação. *In:* CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaio sobre a economia brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO QUADRO DAS MUDANÇAS ESPACIAIS RECENTES NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Felipe da Silva Machado[1]

RESUMO

O cultivo da cana e a estrutura da agroindústria açucareira delimitaram a dinâmica socioeconômica de Campos de Goytacazes por um extenso período histórico, do século XVIII até meados do século XX. Entretanto, a perspectiva agrícola monocultora da área de influência de Campos de Goytacazes, não explica a complexidade das mudanças espaciais em curso. Desde a década de 1970, devido à descoberta de petróleo na Bacia Sedimentar de Campos, a região tem passado por mudanças espaciais significativas. É nesse contexto que o estudo busca analisar como os processos urbano-industriais recentes afetam a dinâmica e o comportamento da agriculta em São Francisco de Itabapoana, município onde a economia está atrelada, principalmente, ao setor agropecuário e à economia rural, apresentando diversidade produtiva na agricultura de pequena escala de base familiar. Para além da economia do petróleo e gás, que tem orientado a política regional e o processo de reestruturação espacial a partir dos anos de 1970, a agricultura familiar permanece sendo um dos principais pilares de sustentação da economia local e regional através de estratégias socioprodutivas articuladas ao quadro das mudanças espaciais recentes no conjunto do Norte do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: agricultura de pequena escala; agricultura familiar; Norte Fluminense; Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

Sugarcane cultivation and the structure of the sugar agroindustry defined the socioeconomic dynamics of Campos de Goytacazes from the 18th century to the mid-20th century. However, the monoculture agricultural perspective of the area of influence of Campos de Goytacazes does not explain the complexity of the contemporary spatial changes. Since the 1970s, due to the discovery of oil in the Campos Sedimentary Basin, the region has undergone significant spatial changes. In this context, the study seeks to analyze how recent urban-industrial processes affect the dynamics of agriculture in São Francisco de Itabapoana, a municipality where the economy is mainly linked to the agricultural sector and the rural economy, presenting productive diversity in small-scale family-based agriculture. In addition to the oil and gas economy, which has guided regional policy and the process of spatial restructuring since the 1970s, family farming remains one of the main pillars supporting the local and regional economy through socio-productive strategies linked to the framework of recent spatial changes in the North of Rio de Janeiro State.

Keywords: small-scale farming; family farming; North of Rio de Janeiro State.

RESUMEN

El cultivo de la caña de azúcar y la estructura de la agroindustria azucarera definieron la dinámica socioeconómica de Campos de Goytacazes desde el siglo XVIII hasta mediados del siglo XX. Sin embargo, la perspectiva agrícola de monocultivo del área de influencia de Campos de Goytacazes no explica la complejidad de los cambios espaciales que se están produciendo. Desde la década de 1970, debido al descubrimiento de petróleo en la Cuenca Sedimentaria de Campos, la región ha experimentado importantes cambios

[1] Felipe da Silva Machado, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF), felipe.machado@iff.edu.br.

espaciales. Es en este contexto que el estudio busca analizar cómo los procesos urbano-industriales recientes afectan la dinámica y el comportamiento de la agricultura en São Francisco de Itabapoana, municipio donde la economía está vinculada, principalmente, al sector agrícola y a la economía rural, presentando diversidad productiva en la pequeña agricultura familiar. Además de la economía del petróleo y del gas, que ha guiado la política regional y el proceso de reestructuración espacial desde los años 1970, la agricultura familiar sigue siendo uno de los principales pilares de apoyo a la economía local y regional a través de estrategias socioproductivas vinculadas al marco de cambios espaciales recientes en el norte del Estado de Río de Janeiro.
Palabras clave: agricultura de pequeña escala; agricultura familiar; Norte del Estado de Río de Janeiro.

INTRODUÇÃO

A estrutura fundiária de pequenos estabelecimentos rurais com sistemas alternativos de produção e a prevalência de relações de trabalho familiares são típicas de áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro. Os agricultores de pequena escala têm desenvolvido estratégias produtivas que priorizam a substituição de culturas e sistemas de produção mais rentáveis para aumentar o lucro como parte dos processos de resiliência, mantendo áreas agrícolas produtivas em um ambiente rural em reestruturação. Sendo assim, estratégias de adaptação produtiva e processos de inovação rural surgem em meio às pressões promovidas pelas mudanças regionais em curso.

A questão principal é a importância de promover resiliência e estabelecer prioridades políticas para apoiar o surgimento de sistemas baseados em lógicas fundamentalmente diferentes dos sistemas agrícolas monopolistas e intensivos e que, ao longo do tempo, possam gerar sistemas de relações de poder mais equitativos (ROSSET e ALTIERI, 2017; ALTIERI e TOLEDO, 2011). Mudanças são necessárias na transição de uma agricultura industrial de grande escala aparentemente eficiente, mas em muitos aspectos vulnerável, para sistemas agrícolas de base local e regional mais diversificados e robustos.

Desde a década de 1970, devido à descoberta de petróleo na Bacia Sedimentar de Campos, a região tem passado por mudanças espaciais significativas. Atualmente, a área é responsável por mais de 80% do petróleo produzido no país (OLIVEIRA e MELO, 2015). A região de influência de Campos de Goytacazes e parte dos municípios do Norte Fluminense passaram a ser vistos como “o novo Eldorado”. É nesse contexto que o estudo busca analisar como os processos urbano-industriais recentes afetam a dinâmica e o comportamento da agriculta na área de influência de Campos dos Goytacazes, tendo em vista a capacidade de resiliência e as estratégias socioprodutivas da agricultura de pequena escala.

MÉTODO

Em pesquisas recentes foi constatado que vários pequenos e médios agricultores do espaço rural do Rio de Janeiro estão se adaptando às mudanças se organizando em grupos e adotando atividades mais lucrativas, investindo em novos métodos produtivos e formas de comercialização direta. Parte dos agricultores são capazes de resistir às mudanças da reestruturação rural elaborando estratégias flexíveis (MACHADO, 2013, 2020). Para pesquisa empírica de dados, o foco na região de influência de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, se justifica como área para estudo porque as localidades rurais e os agricultores dessa porção do Estado do Rio de Janeiro estão inseridos em áreas em reestruturação espacial devido à exploração da indústria de petróleo e sua infraestrutura associada.

Em trabalhos de campo, realizados entre 2022-2023, optou-se por levantamentos de dados empíricos no município de São Francisco de Itabapoana. Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RJ) e pelas informações primárias levantadas em campo, a economia de São Francisco de Itabapoana está atrelada, principalmente, ao setor agropecuário e à economia rural, apresentando diversidade produtiva na agricultura de pequena escala de base familiar, com destaque para fruticultura e os cultivos de cana-de-açúcar e mandioca, com tendências à diferenciação dos produtos locais e regionais. Há o predomínio das pequenas e médias propriedades rurais e das múltiplas relações sociais rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto da área de produção agrícola do município de São Francisco de Itabapoana, a fruticultura de pequena escala é uma das atividades mais inovadoras, pois envolve novas práticas agrícolas e reputação do produto. Garante-se estabilidade do valor de venda e os preços podem ser superiores aos demais. O conhecimento técnico é adquirido ao longo do tempo na transição para a produção de qualidade do setor de frutas de pequena escala e a importância da experimentação na própria área de produção no processo de aprendizagem do produtor rural.

São Francisco de Itabapoana é referência na produção de abacaxi do Estado do Rio de Janeiro. Em 2020, o município ficou em primeiro lugar no Estado em faturamento bruto de produção agrícola, contabilizando mais de R$ 305 milhões. Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER-RJ), a fruticultura contribui significativamente, já que o cultivo de abacaxi foi o responsável por grande parte deste montante, com quase R$ 200 milhões. São Francisco de Itabapoana

tem o pico da geração de emprego durante a safra do abacaxi. Nesse período, observa-se a criação de diversos postos de trabalho formais. No município, as áreas de produção possuem topografia plana, o que facilita o plantio e a colheita da cultura de abacaxi. O solo arenoso, com pouca argila, também é outro fator que favorece à adaptação da fruta. O ciclo normal de colheita do abacaxi é de 18 meses, mas, com as mudanças na linha de produção, os produtores passaram a ter o ciclo em 12 meses, o que resultou em redução de gastos e obtenção de melhores preços com a comercialização dos frutos fora da safra.

Cultura tradicional nos solos fluminenses, a mandioca está presente na maioria dos municípios do Estado do Rio de Janeiro. São Francisco de Itabapoana destaca-se na produção da raiz, com 35,6% do total produzido no Estado, e, no município, 300 produtores rurais ocupam uma área de três mil hectares e produzem 36 mil toneladas de mandioca por ano, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2020. A produção de farinha tem impulsionado a cultura e garantido o preço, uma vez que as agroindústrias também têm buscado diversificação produtiva, comprando a mandioca para a produção de fécula, além de outros produtos. Tem-se gerado uma tendência de preço estável, o que é benéfico para o pequeno produtor rural. Na área rural do município, existem cerca de 40 pequenas fábricas de farinha de mandioca distribuídas em três núcleos, Barrinhas, Santa Rita e Travessão de Barras. Na produção da farinha de mandioca, trabalham aproximadamente 350 pessoas, com a participação significativa de mulheres. A reestruturação da cadeia produtiva da mandioca tem feito com que os produtores de farinha de São Francisco de Itabapoana busquem melhor adequação das fábricas e alcancem novos mercados ao participar de exposições e feiras, deixando de ser coadjuvantes no mercado.

Outro processo relacionado às estratégias produtivas e a inovação é que o município está buscando se estruturar para dar encaminhamento às ações necessárias para efetivar o pedido da Indicação Geográfica (IG) da farinha de mandioca de São Francisco de Itabapoana junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Desde 2021, o projeto tem articulado atores locais em parceria com instituições locais, regionais e nacionais. O projeto tem sido coordenado pelo Instituto Federal Fluminense (IFF) em parceria com a Prefeitura de São Francisco de Itabapoana, através da Secretaria de Agricultura, e obteve a participação de algumas instituições, como a Coordenação Regional do SEBRAE RJ (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Associação dos Produtores e Fabricantes de Farinha de Mandioca de Travessão de Barra, Secretaria de Agricultura Municipal, EMATER-RJ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão

Rural), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), entre outros parceiros locais. O processo revela relações interinstitucionais e a construção de conhecimentos relacionais.

CONCLUSÕES

Na contemporaneidade, pensar o espaço rural e o papel da agricultura de pequena escala na abordagem multifuncional e relacional torna-se fundamental. A abordagem relacional permite a compreensão das diferentes dimensões e revela a complexa rede de atores espaciais. Ao se debruçar sobre as interações espaciais promovidas no quadro da mudança regional, o estudo responde aos desafios de compreender a espacialidade e dinâmica da agricultura através da multidimensionalidade e dos processos multidirecionais dos seus atores espaciais envolvidos na agricultura de pequena escala, familiar e local. Para além da economia do petróleo e gás, que tem orientado a política regional e o processo de reestruturação espacial a partir dos anos de 1970, a agricultura de pequena escala permanece sendo um dos principais pilares de sustentação da economia local e regional através de estratégias socioprodutivas articuladas ao quadro das mudanças espaciais recentes no Norte do Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.A., TOLEDO, V.M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies* 38(3), 587-612, 2011.

EMATER-RJ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro), 2020. *Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola*, Rio de Janeiro.

MACHADO, F.S. 2013. *Agricultura e Reestruturação Espacial na Interface Rural-Urbana: o exemplo do município de Cachoeiras de Macacu (RJ)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. 2020. *Relational rural geographies, resilience, and narratives of small-scale fruit farming in the metropolitan countryside of Rio de Janeiro, Brazil*. Tese de doutorado, PhD in Human Geography, University of Plymouth, Reino Unido, 2020.

OLIVEIRA, A., MELO, H.P., 2015. O papel do setor petrolífero no desenvolvimento fluminense. In: OSORIO, M., MELO, L.M., VERSIANI, M.H., WERNECK, M.L. (Org.). *Uma Agenda para o Rio de Janeiro: Estratégias e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Socioeconômico*. FGV Editora, Rio de Janeiro.

ROSSET, P.M., ALTIERI, M.A. Agroecology: science and politics. Practical Action, Rugby, 2017.

Agradecimentos

O estudo é baseado em projetos de pesquisa apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

BASES DE CONHECIMENTO DAS MESORREGIÕES DO ERJ: UMA NOVA PERSPECTIVA NA COMPREENSÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

Bianca Vasconcellos,[1]
Renata Lèbre La Rovere[2]

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a diversidade de conhecimento nas mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) entre 2006 e 2019. Para tanto aplicou-se o método das Bases de Conhecimento (BC), o qual categoriza o conhecimento em três tipos diferentes: BC simbólica; BC sintética; BC analítica. Foi utilizado dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e a classificação brasileira de ocupações da CBO 2002. Os principais resultados demonstram que o Norte e o Sul Fluminense são caracterizados por uma predominância da BC sintética, enquanto a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) apresenta maior diversidade, com relevância para a BC analítica. Por outro lado, regiões como Baixadas Litorâneas, Centro Fluminense e Noroeste Fluminense possuem uma diversidade de BCs mais limitada.
Palavras-chave: Conhecimento; Ocupação; indústria, regional, Rio de Janeiro

Abstract

This paper aims to analyze the knowledge diversity in the mesoregions of the State of Rio de Janeiro (ERJ) from 2006 to 2019, applying the Knowledge Base (KB) method, which categorizes knowledge into three types: symbolic, synthetic, and analytical KB. Data from the Annual Social Information Report (RAIS) and Brazilian Occupational Classification (CBO) were used. The main results show that the North and South Fluminense regions are characterized by a predominance of synthetic KB, while the Rio de Janeiro Metropolitan Region (RMRJ) has greater diversity, with emphasis on analytical KB. Conversely, regions like Baixadas Litorâneas, Centro Fluminense, and Noroeste Fluminense exhibit more limited KB diversity.
Keywords: Knowledge; Occupation; Industry; Regional; Rio de Janeiro

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo analizar la diversidad de conocimiento en las mesorregiones del Estado de Río de Janeiro (ERJ) entre 2006 y 2019, aplicando el método de las Bases de Conocimiento (BC), que categoriza el conocimiento en tres tipos: BC simbólica, BC sintética y BC analítica. Se utilizaron datos de la Relación Anual de Información Social (RAIS) y la Clasificación Brasileña de Ocupaciones (CBO) de 2002. Los principales resultados muestran que las regiones Norte y Sur Fluminense se caracterizan por la predominancia de la BC sintética, mientras que la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ) presenta mayor diversidad, con énfasis en la BC analítica. En contraste, regiones como Baixadas Litorâneas, Centro Fluminense y Noroeste Fluminense exhiben una diversidad de BC más limitada.
Palabras clave: Conocimiento; Ocupación; Industria; Regional; Río de Janeiro

1. Introdução

O papel do conhecimento é essencial para o desenvolvimento econômico, pois afeta diretamente a capacidade produtiva de regiões e indústrias. Asheim e Gertler (2005) introduziram a classificação das Bases de Conhecimento para explicar como diferentes tipos de conhecimento influenciam processos de inovação e produção nas regiões. As BCs são divididas em três tipos: sintética, analítica e simbólica. A BC sintética envolve a aplicação prática de conhecimento técnico, comum em indústrias como a engenharia e a manufatura. A BC analítica está centrada na criação de novos conhecimentos científicos, enquanto a BC simbólica está relacionada à produção de significados culturais

[1] Bianca Louzada Xavier Vasconcellos, Doutora PPED/UFRJ, bianca.ufrrj@gmail.com.
[2] Renata Lebre La Rovere, Professora titular no Instituto de Economia da UFRJ, renata@ie.ufrj.br

e simbólicos, predominante em setores criativos como moda e design. A interação e o equilíbrio entre as bases de conhecimento são fundamentais para o desenvolvimento econômico regional e para a competitividade industrial (MARTIN, 2012, BOSCHMA, 2018, SANTOS e MARCELLINO, 2016, VASCONCELLOS, 2022). O objetivo deste trabalho é analisar a evolução das bases de conhecimento das mesorregiões do ERJ entre 2006 e 2019. Os resultados sugerem que investigar a diversidade de BCs pode contribuir para entender as perspectivas do crescimento das mesorregiões do ERJ.

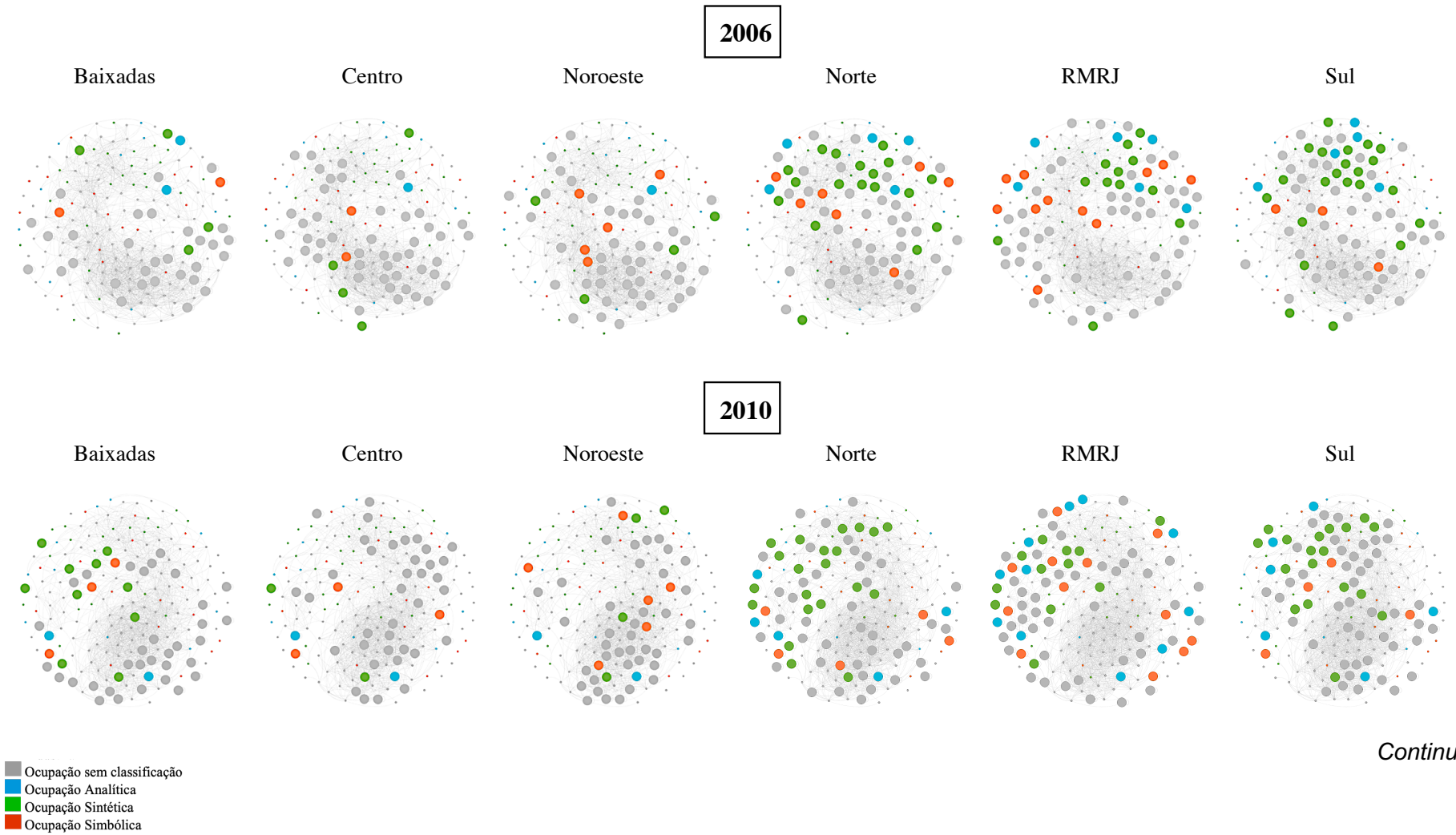
2. Metodologia

Os dados para quantificação das bases de conhecimento seguem a mesma metodologia utilizada por Martin (2012) e Santos e Marcellino (2016), que empregam dados de ocupações, classificando-os nas três bases de conhecimento: analítica, sintética e simbólica. Para a aplicação metodológica, foi selecionado o nível de subgrupos da CBO 2002, que agrupa ocupações similares em um domínio de trabalho mais amplo, com três dígitos. Atualmente, há 192 classificações diferentes, das quais foram encontrados dados de 187 subgrupos, no período analisado. Os dados foram utilizados para a construção de redes de conhecimento para cada mesorregião do ERJ, as quais foram elaboradas a partir da aplicação de conceitos da Teoria dos Grafos (VASCONCELLOS, 2022).

3. Resultados e Discussão

A Figura 1 apresenta as redes de conhecimento de cada mesorregião do ERJ no período analisado. Regiões como o Norte Fluminense, Sul Fluminense e RMRJ destacaram-se pela maior diversidade de BCs, sendo a BC sintética predominante no Norte, devido à indústria petrolífera, e Sul, devido à presença das indústrias automotivas e siderúrgicas. A RMRJ, por sua vez, mostrou equilíbrio entre as BCs analítica e simbólica, refletindo sua diversidade de conhecimento. Em contrapartida, as regiões das Baixadas Litorâneas, Centro Fluminense e Noroeste Fluminense apresentaram menor diversidade de BCs, o que faz sentido devido a suas estruturas produtivas mais frágeis (VASCONCELLOS, 2022). Ao longo do período, observou-se certa perda de diversidade em algumas regiões, principalmente na BC simbólica e sintética, mas um leve aumento em BCs analíticas, especialmente ligadas à saúde e educação.

Figura 1: Redes de conhecimento das Mesorregiões do ERJ (2006, 2010, 2015 e 2019)



Continua...

2015

Baixadas | Centro | Noroeste | Norte | RMRJ | Sul

2019

Baixadas | Centro | Noroeste | Norte | RMRJ | Sul

Fonte: Vasconcellos, 2022, p.244 e 245

Ocupação sem classificação
Ocupação Analítica
Ocupação Sintética
Ocupação Simbólica

4. Conclusões

A análise das Bases de Conhecimento nas mesorregiões do estado do Rio de Janeiro entre 2006 e 2019 revela que regiões com maior diversidade de BCs, como o Norte Fluminense, o Sul Fluminense e a RMRJ, são também as mais competitivas economicamente. Essas regiões, que abrigam indústrias como a petrolífera, automotiva e siderúrgica, se destacam pela predominância da BC sintética e, em menor escala, da BC analítica. Por outro lado, as regiões com menor diversidade de BCs, como as Baixadas Litorâneas, o Centro Fluminense e o Noroeste Fluminense, apresentam estruturas produtivas mais frágeis e menos diversificadas. Regiões com uma base de conhecimento mais diversificada têm maior capacidade de inovação e adaptação tecnológica, o que pode resultar em maior competitividade econômica. Cabe assim pensar em políticas de desenvolvimento regional que levem em consideração a diversidade de bases de conhecimento no Estado do Rio de Janeiro.

5. Referências

ASHEIM, B.; GERTLER, M. S. The geography of innovation: regional innovation systems. In: The Oxford handbook of innovation. 2005.

ASHEIM, B.; GRILLITSCH, M.; TRIPPL, M. Introduction: Combinatorial knowledge bases, regional innovation, and development dynamics. Economic Geography, v. 93, n. 5, p. 429-435, 2017.

BOSCHMA, R. A concise history of the knowledge base literature: Challenging questions for future research. In: New avenues for regional innovation systems-theoretical advances, empirical cases and policy lessons. Springer, Cham, 2018. p. 23-40.

DABOÍN, C.; ESCOBARI, M.; HERNÁNDES, G.; MORALES-ARILLA, J. Technical Paper - Economic Complexity and Technological Relatedness: Findings for American Cities. Brookings Institution,2019.

MARTIN, R. Measuring knowledge bases in Swedish regions. European Planning Studies, v. 20, n. 9, p. 1569-1582, 2012.

SANTOS, G.; MARCELLINO, I. Mensuração das Bases de Conhecimento de regiões selecionadas do Sistema de Inovação Fluminense. Rio de Janeiro: reflexões e práticas. 1ª Ed., Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

VASCONCELLOS, B. L. X. Oportunidades produtivas para as mesorregiões do estado do Rio de Janeiro: análise em redes sob as perspectivas da Complexidade Econômica e da Geografia Econômica Evolucionária. 2022, Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

AS PRÁTICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS COMO VETORES DO DESENVOLVIMENTO E DA JUSTIÇA SOCIAL

Gustavo Pereira[1]
Betty Rocha[2]
Elisa Monçores[3]

Resumo: A economia solidária tem potencial para contribuir na superação das estruturas produtivas da economia fluminense. O texto reflete o papel das finanças solidárias, como moedas sociais e bancos comunitários, na geração de emprego e renda em comunidades excluídas dos circuitos formais. O caso de Maricá (RJ) demonstra como as finanças solidárias fortaleceram estruturas produtivas locais de forma justa, solidária e ética, além de atuarem como mecanismos anticíclicos em períodos de crise do modelo econômico tradicional. Concluímos que a economia solidária oferece um caminho resiliente para romper a atual estagnação do Estado do Rio de Janeiro, promovendo um desenvolvimento sustentável e socialmente justo.
Palavras-chave: economia solidária; finanças solidárias; moeda social; bancos comunitários; mumbuca.

Abstract: The solidarity economy has the potential to help overcome the productive structures of Rio de Janeiro's economy. The text reflects on the role of solidarity finance, such as social currencies and community banks, in generating employment and income in communities excluded from formal circuits. The case of Maricá (RJ) demonstrates how solidarity finance has strengthened local productive structures in a fair, supportive and ethical way, as well as acting as countercyclical mechanisms in periods of crisis for the traditional economic model. We conclude that the solidarity economy offers a resilient way out of the current stagnation in the state of Rio de Janeiro, promoting sustainable and socially just development.
Keywords: solidarity economy; solidarity finance; social currency; community banks; mumbuca.

Resumen: La economía solidaria tiene el potencial de ayudar a superar las estructuras productivas de la economía de Río de Janeiro. El texto reflexiona sobre el papel de las finanzas solidarias, como las monedas sociales y los bancos comunitarios, en la generación de empleo e ingresos en comunidades excluidas de los circuitos formales. El caso de Maricá (RJ) demuestra cómo las finanzas solidarias han fortalecido las estructuras productivas locales de forma justa, solidaria y ética, además de actuar como mecanismos anticíclicos en períodos de crisis para el modelo económico tradicional. Concluimos que la economía solidaria ofrece una salida resistente al actual estancamiento del estado de Río de Janeiro, promoviendo un desarrollo sostenible y socialmente justo.
Palabras clave: economía solidaria; finanzas solidarias; moneda social; bancos comunitarios; mumbuca.

[1] Gustavo Henrique Menezes Pereira, mestrando no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, gustavo.menezesp@gmail.com.
[2] Betty Nogueira Rocha, Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora Associada na referida instituição no Departamento de Ciências Econômicas, bettyrocha33@gmail.com.
[3] Elisa Alonso Monçores Viana, Doutora em Economia pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta no Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, elisa_moncores@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A crise institucional do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é multifacetada e nos últimos 10 anos, entrecruzada por fatores como os decretos de emergência na saúde (2015), calamidade pública no âmbito da administração financeira (2016-2022), bem como a intervenção federal na segurança pública (2018), os quais aumentam o "risco ERJ"[4]. Como resultado, houve fuga ou interrupção dos investimentos, fechamento de postos de trabalho e aumento do desemprego, os quais aprofundaram as vulnerabilidades de comunidades periféricas (Barbosa, 2017).

Nesse contexto, algumas municipalidades fluminenses adotaram os princípios da economia solidária para enfrentar a desigualdade estrutural, os gargalos produtivos e gerar emprego e renda para aqueles que estavam excluídos do mercado formal. Impulsionados pela atuação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)[5], houve o estímulo a práticas de cooperativismo, fomento às finanças solidárias e grupos de produção coletiva durante o período 2003-2019 (Silva, 2021). As iniciativas subsequentes foram motivadas pelas ações de resistência das comunidades e movimentos sociais ou de governos locais populares.

Este trabalho explora alguns resultados da economia solidária no desenvolvimento territorial de alguns municípios do ERJ durante o período de crise, abordando as iniciativas implementadas e seu potencial para o desenvolvimento do ERJ. Parte-se da hipótese de que as finanças solidárias podem contribuir na resiliência econômica e social, em especial, das economias locais.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa inicia com uma revisão de literatura sobre economia solidária e crise no ERJ. Inicialmente, foram feitas buscas nos sites Scielo, Google Acadêmico e Periódicos da Capes, com os termos "economia solidária", "finanças solidárias", "crise no Estado do Rio de Janeiro". Foram selecionados, a partir do título, artigos do período 2014-2024 que abordassem essas temáticas. Esse material dará corpo à discussão, que também contém como referência teórico os autores Paul Singer, França Filho e Sandro Silva.

Em seguida, tendo como referência as políticas de finanças solidárias, discutimos o potencial dos bancos comunitários de desenvolvimento e das moedas sociais como

[4] É uma analogia à noção de risco país, que analisa os riscos políticos, sociais, econômicos e geográficos, para determinar o grau de instabilidade do território sob análise.

[5] O desmonte da SENAES e das políticas públicas de economia solidária no governo federal iniciam com o governo de Michel Temer (2016-2018) e se intensificam com a extinção da SENAES no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). Para mais indicamos: Silva, 2021.

instrumentos para fortalecer dinâmicas econômicas locais. Para elucidar, trabalhamos com o exemplo empírico da moeda social Mumbuca e do Banco Comunitário Popular de Maricá (RJ), localizado no leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A partir dos dados qualitativos e quantitativos, tecemos considerações sobre o impacto nas comunidades e na vida dos beneficiários.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A economia solidária, em que pese as críticas sobre os impactos efetivos em uma economia de escala, tem demonstrado o potencial anticíclico nas crises sistêmicas do capital e desempenhado um papel central no fomento a estruturas produtivas que geram renda e trabalho em municípios da parte leste da RMRJ. Do ponto de vista dos fundamentos, a economia solidária é um modelo alternativo, com impacto em aspectos sociais, econômicos e políticos, que se baseia na autogestão, solidariedade, cooperação e justiça social e ambiental (Singer, 2002; França Filho; Laville, 2004; Coraggio, 2020).

Uma das dimensões desse modo alternativo é as finanças solidárias, que representam a interseção entre uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. O objetivo é a inserção de indivíduos excluídos do sistema bancário convencional, possuindo para além da facilitação ao crédito produtivo, potencial de atuar com papel distributivo e formador de elos de solidariedade pela comunidade, consoante os princípios da reciprocidade (França Filho; Laville, 2004).

Segundo França Filho e Silva Jr. (2009), os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) estão fundamentados nas práticas de finanças solidárias e possuem potencial de contribuir para o desenvolvimento local sustentável e a justiça social. Os BCDs se materializam a partir da mobilização da comunidade e buscam a expansão das capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Eles se caracterizam por 4 critérios:

> a) a coordenação do banco e a gestão dos recursos são efetuadas por uma organização comunitária;
> b) as linhas de microcrédito para a produção e o consumo local pautam-se sob juros justos, que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho a toda a comunidade;
> c) a concessão e cobrança de empréstimos baseiam-se em relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle muito mais social que econômico; e
> d) a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local - cartão de crédito e moeda social circulante local é reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores (França Filho; Silva Junior, 2009, p. 32).

Além disso, há implementação das moedas sociais que funcionam de forma paralela à moeda nacional, normalmente de forma paritária (1:1), e sob o prisma de cinco

princípios: (i) gestão partilhada; (ii) continuidade do intercâmbio; (iii) confiança; (iv) serviço “público” - sem pagamento de juros pela retenção em desestímulo ao entesouramento; e (v) bem-estar (Soares, 2006). Esse instrumento é utilizado por governos municipais para pagamento de benefícios sociais, como os programas de renda básica de cidadania, que visam a promoção da justiça social (Waltenberg; Katz, 2023).

A economia solidária foi adotada por Maricá (RJ) e, posteriormente, expandida para os municípios vizinhos do leste da RMRJ e da Baixada Litorânea, com recursos provenientes dos royalties da exploração de petróleo e gás na costa fluminense. Essa iniciativa surgiu na conjuntura estadual de recessão econômica, problemas com alto grau de comprometimento do orçamento público e a identificação de uma “indústria produtiva oca” (Sobral, 2017; Mercês; Freire, 2017).

Maricá (RJ) com a aprovação do Programa Municipal de Economia Solidária, Combate à Pobreza e Desenvolvimento Econômico e Social de Maricá em 2013, e criação do Banco Comunitário Popular de Maricá e da moeda social Mumbuca, buscavam enfrentar problemas estruturais similares ao que ocorre a nível estadual, a baixa produtividade local e dificuldades na geração de emprego. Além do estímulo a uma produção local, o programa tem o papel de combater a pobreza e desigualdades através das transferências de renda (Waltenberg; Katz, 2023; Silva; Pereira, 2022).

As políticas de microcrédito pagas em moeda social, fomentadas pelo Banco Mumbuca, a partir do recolhimento de taxas dos pontos comerciais ou pela conversão de mumbucas em reais, potencializaram entre 2018-2021 a assinatura de 405 contratos e um valor concedido de R$ 1.705.227,17. A ampla aceitação da moeda, seja pela população local, seja por comerciantes e instituições de pagamentos, permitiram o fortalecimento da economia solidária, e a expansão das boas práticas para municipalidades vizinhas (Waltenberg; Katz, 2023).

O grau de satisfação da população com o Banco Mumbuca e com as políticas socioeconômicas fortaleceu o sentimento de pertencimento com o território. A ação estruturante da gestão pública municipal, porém com influência intersetorial, permitiu que o Município promovesse o desenvolvimento local de acordo com interesses locais, de forma sustentável e com justiça social. Além disso, as boas práticas fortaleceram uma economia social, baseada em rede de comércio justo, ético e solidário, os quais fomentam a produção, distribuição, poupança e crédito.

4. CONCLUSÕES

A crise institucional enfrentada pelo ERJ na última década expôs as fragilidades do modelo econômico tradicional. Como alternativa, alguns municípios adotaram princípios e práticas da economia solidária, tais como moedas sociais e políticas de microcrédito via BCDs, que demonstraram ter um potencial anticíclico, gerando emprego e renda, além de autonomia econômica para populações excluídas do circuito formal, em períodos de crises estadual e nacional.

As finanças solidárias também demonstraram ser um instrumento importante para o fortalecimento das estruturas produtivas locais, ao permitir o acesso ao crédito justo e estimular a produção e circulação de mercadorias e serviços. Nesse sentido, consideramos que este seja um caminho resiliente, justo e solidário que pode contribuir no desafio de superar as "estruturas produtivas ocas" da economia fluminense.

5. REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. de H.. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, p. 51–60, jan. 2017.

CORAGGIO, J. L.. Economía social y economía popular: conceptos básicos. *Contribuciones de Consejeres*: serie de documentos. Consejo Consultivo: INAES, agosto de 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. de; LAVILLE, J.. *Economia solidária*: uma abordagem internacional, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. de; SILVA JR., J. T.. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: HESPANHA, Pedro (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

SILVA, S. P.. Da inserção ao desmantelamento da política de economia solidária na agenda governamental (2003-2019). *RBEST - Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho*, Campinas, SP, v. 3, 2021.

SILVA, S. P.; PEREIRA, C. A.. Finanças solidárias e implementação de políticas sociais: o caso do Banco Comunitário e da moeda Mumbuca no município de Maricá- RJ. *IPEA: Mercado de Trabalho*, n. 74, out. 2022.

SINGER, P.. *Introdução à Economia Solidária*. 1.a ed. 6.a reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, C. L. B.. Moeda Social. In: HESPANHA, Pedro (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

SOBRAL, B. L. B.. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e perspectivas. *Revista Econômica*, v. 19, n. 1, p. 7-34, junho de 2017.

WALTENBERG, F.; KATZ, P. (org.). *Renda básica e economia solidária: o exemplo de Maricá*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2023. (Coleção renda básica em debate).

4 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

A região é o produto de uma regionalização, ou seja, resulta da classificação do espaço geográfico segundo algum critério ou conjunto deles, a fim de viabilizar análises e, entre outras coisas, subsidiar o planejamento público. O estado do Rio de Janeiro, cuja configuração territorial deriva da fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, possui atualmente uma divisão oficial de seu território em 8 regiões de governo. Tal regionalização data de 1987, mas as 26 emancipações municipais ocorridas desde então impuseram inúmeras transformações aos seus limites. Este eixo temático espera reunir trabalhos que problematizem a atual divisão político-administrativa do estado do Rio de Janeiro. Quais os seus fundamentos? A que interesses atendem? Quais incongruências podem ser percebidas? Que alterações podem ser propostas?

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL EM CIDADES DO NORTE FLUMINENSE - 2000-2022

Filliph Machado Santos da Silva[1]

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é analisar as características e o alcance das políticas públicas de habitação social em três cidades do Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra. A relevância do tema consiste em contribuir para lançar reflexões sobre como essas políticas funcionaram e em que medida a produção atual de habitação promovida por essas políticas públicas foi capaz de atender as necessidades reais por moradias, conforme estabelecidos em sua formulação e se contempla o direito à cidade em sua totalidade. A metodologia será composta de revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos que tratam da temática que o estudo se insere, bem como um levantamento em estudos anteriores, órgãos públicos, sites e mídias locais de cada município sobre as intervenções urbanas habitacionais. Também se pretende realizar entrevistas semiestruturadas com a população beneficiada pelas políticas habitacionais implementadas nessas três cidades do Norte Fluminense.

Palavras-chave: Norte-Fluminense; Política Habitacional; Direito à Cidade.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the characteristics and scope of public policies for social housing in three cities in the North of Rio de Janeiro: Campos dos Goytacazes, Macaé and São João da Barra. The relevance of the theme consists in contributing to launch reflections on how these policies worked and to what extent the current production of housing promoted by these public policies was able to meet the real needs for housing, as established in their formulation and whether the right to the city in its entirety is contemplated. The methodology will consist of a bibliographic review in books, theses, dissertations and scientific articles that deal with the theme that the study is part of, as well as a survey in previous studies, public agencies, websites and local media of each municipality on urban housing interventions. It is also intended to conduct semi-structured interviews with the population benefited by the housing policies implemented in these three cities in the North of Rio de Janeiro.

Keywords: North-Fluminense; Housing Policy; Right to the City.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar las características y alcances de las políticas públicas de vivienda social en tres ciudades del norte de Río de Janeiro: Campos dos Goytacazes, Macaé y São João da Barra. La relevancia del tema consiste en contribuir a iniciar reflexiones sobre cómo funcionaron estas políticas y en qué medida la producción actual de vivienda promovida por estas políticas públicas pudo satisfacer las necesidades reales de vivienda, tal como se estableció en su formulación y si se

[1] Filliph Machado Santos da Silva, Doutorando em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). E-mail: filliphmachado2020@gmail.com

contempla el derecho a la ciudad en su totalidad. La metodología consistirá en una revisión bibliográfica en libros, tesis, disertaciones y artículos científicos que traten la temática de la que forma parte el estudio, así como una encuesta en estudios previos, organismos públicos, sitios web y medios de comunicación locales de cada municipio sobre intervenciones habitacionales urbanas. También se pretende realizar entrevistas semiestructuradas con la población beneficiada por las políticas de vivienda implementadas en estas tres ciudades del norte de Río de Janeiro.

Palabras clave: Fluminense del Norte; Política de Vivienda; Derecho a la ciudad.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa estudar a temática das políticas públicas habitacionais com enfoque em analisar as características e o alcance destas em três cidades do Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes, Macaé e São João da Barra. A relevância do tema consiste em contribuir para lançar reflexões sobre como essas políticas funcionaram e em que medida a produção atual de habitação promovida por essas políticas públicas foi capaz de atender as necessidades reais por moradias, conforme estabelecidos em sua formulação. Somando-se a isso, a pesquisa seus efeitos sobre os indicadores oficiais do déficit habitacional e da inadequação domiciliar.

Parte importante desta pesquisa se propõe em realizar uma análise da produção de moradias dessas políticas públicas habitacionais, avaliando – em sintonia com os processos de desenvolvimento urbano desses municípios – de que maneira tais políticas responderam às necessidades por moradia.

Em outras palavras: como prevalece a ideia de enfrentamento do déficit, essas políticas convergem em uma resposta única em termos de provisão, tendo como resultado o atendimento de apenas uma parte do problema social da habitação, ignorando outros aspectos sociais que o direito à cidade contempla, como por exemplo acesso à saúde, educação, transporte coletivos, emprego e renda, uma vez que em suma, as moradias são construídas em áreas periféricas distantes de amenidades, equipamentos urbanos e dos postos de trabalho. Portanto, o problema social da habitação e suas dimensões supracitadas, numa perspectiva sociológica, coopera para lançar reflexões sobre como funciona o modus operandi do modo de produção capitalista aliado ao Estado na realidade das classes exploradas, interferindo no modo de vida e em todas as dimensões que permitem o completude do direito à cidade.

Nesse sentido, presume-se que a forma com que essas políticas visualizam o problema habitacional é equivocada, visto que são tratadas apenas como uma questão numérica, pois quanto maior for a produção, supostamente maior a capacidade de

redução do déficit habitacional. A partir do andamento da pesquisa, possibilitará elucidar a contradição desse desenho de política pública.

Além disso, a partir de 1988, com a aprovação da Constituição Federal, as políticas públicas sociais brasileiras passaram por um processo de descentralização que atribuiu aos estados e municípios a responsabilidade pela implantação de boa parte dessas políticas. Nessa linha, os municípios selecionados durante o período 2000-2022 passaram por mudanças advindas da indústria petrolífera, pois essa se acirraram na região, consolidando um período de abundância do recebimento dos royalties do petróleo. Esse período também é propício ao passo que poderemos utilizar os dados obtidos pelo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com dados dos dois últimos censos: 2010 e 2022.

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos partirão de uma revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações e artigos científicos que tratam da temática que o estudo se insere. Também será realizado um levantamento em estudos anteriores, órgãos públicos, sites e mídias locais de cada município sobre as intervenções urbanas habitacionais.

A etapa seguinte consistirá na realização de pesquisa documental sobre legislações, decretos, portarias relacionadas à implementação das ações, suas características, dinâmicas e procedimentos. Também será realizada a identificação e mapeamento das áreas em cada município onde ocorreram as intervenções situadas no campo da política habitacional.

Ademais, a metodologia consistirá na coleta de dados referentes à produção habitacional de interesse social (denominação do empreendimento, ano de aprovação, tipologia, número de unidades habitacionais, agente promotor e população beneficiada estimada) junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de habitação, urbanismo e obras.

Além disso, será produzido um quadro-síntese das ações identificando possíveis similaridades e divergências entre a implementação das políticas habitacionais nos três municípios selecionados nesse estudo. Por fim, será realizado um levantamento de dados sobre déficit habitacional e inadequação domiciliar nos municípios em questão: considerar os dados relativos ao Censo Demográfico do IBGE de 2010 já existentes e utilizar os novos dados a serem disponibilizados pelo Censo de 2022. Também será realizado entrevistas semiestruturadas com a população beneficiária dessas políticas habitacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do século XX, o processo de desenvolvimento e urbanização do Brasil foram marcados pela escassez de moradia para os estratos sociais de baixa renda, clivagem centro-periferia e adoção de um modelo segregador na produção do espaço urbano. Isso fez com que houvesse uma profunda desigualdade na distribuição de bens e recursos urbanos, observando-se uma atuação muito controversa do Estado em relação aos processos de produção e apropriação do espaço. Como vários autores mostram, não significa simplesmente uma ausência do Estado em determinadas áreas da cidade, mas uma lógica seletiva, pouco universalista nos procedimentos, baseada na tolerância, privilégio, arbitrariedade, favor e práticas clientelistas, que afetaram fortemente a relação entre os agentes produtores do espaço, desfavorecendo os mais pobres (Maricato, 1995; Ribeiro, 1998; Caldeira, 2000). É nesse cenário que a pesquisa se insere.

A presente pesquisa encontra-se em construção. No entanto, temos alguns dados a *priori* que cooperam para a discussão da pesquisa. No que diz respeito à implementação de políticas habitacionais nos municípios selecionados, duas ações são fundamentais para serem destacadas e já constam em diversos trabalhos. Macaé e São João da Barra foram contemplados em parcerias com o Programa Minha Casa, Minha Vida, como aponta Oliveira (2016). Enquanto os demais municípios estavam implementando o PMCMV, Campos dos Goytacazes fazia um programa com recursos próprios, o chamado Programa Morar Feliz. Este programa foi implantado pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, a partir de 2009 e foi executado pela Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento do município de Campos dos Goytacazes (Arruda, 2014).

Nesse sentido, o projeto de pesquisa visa relacionar o processo histórico de desenvolvimento urbano do país e das cidades selecionadas com as políticas públicas de habitação social. Isso permitirá a formulação de um quadro comparativo das políticas implantadas e dos seus efeitos sobre o cenário atual em termos de condições e demandas por moradia, como analisar a evolução do déficit e da inadequação domiciliar.

O problema da presente pesquisa se orienta por meio das seguintes indagações: Como operaram as políticas habitacionais nos municípios selecionados? Em que medida a produção contemporânea de habitação promovida por essas políticas permitiu atender as demandas anteriores por moradias? Quais os possíveis efeitos socioespaciais por elas produzidos nessas cidades? Quais os impactos dessa produção sobre os indicadores

oficiais do déficit habitacional e da inadequação domiciliar? Como se deu a inserção dos agentes imobiliários e financeiros nessas políticas? Algumas dessas questões consideramos que seria interessante que a pesquisa respondesse, outras sabemos que servirão como norte para a investigação e aprofundamento da discussão sobre o tema.

CONCLUSÕES

Podemos concluir que o debate acerca da moradia e o direito à cidade é um tema central para o desenvolvimento do Brasil e do estado do Rio de Janeiro e torna-se urgente sua discussão no debate acadêmico e político. Sendo assim, a presente pesquisa visa contribuir para esse debate, buscando lançar reflexões sobre a temática habitacional e as bases que fundamentam o direito à cidade, tendo como enfoque a região norte do estado do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que o recorte territorial da pesquisa não isenta de refletirmos a mesma problemática em outras escalas de análise, como em âmbito estadual e nacional.

REFERÊNCIAS

ARRUDA. A, P, S, Nogueira de. Política habitacional e direito à cidade: a experiência do programa "Morar Feliz" em Campos dos Goytacazes-RJ. Tese (Doutorado) Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2014.

CALDEIRA, T. P. R. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Editora 34, Edusp, 2000.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo, Hucitec, 1995 (versão digital).

OLIVEIRA, J. C. P. Poder local, royalties e política: um estudo comparativo sobre a centralidade do Governo Local na definição das estratégias de enfrentamento da problemática habitacional nos Municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes. Tese (Doutorado) Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. A cidade, as classes e a política: reflexões mais que preliminares sobre a trajetória histórica da grande cidade brasileira na transição do desenvolvimentismo à globalização, a partir do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR, 1998.

Agradecimentos

Agradeço à minha instituição de ensino UENF e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política (PPGSP) pelo fomento à pesquisa. Esse agradecimento se estende à minha orientadora Drª Wania Mesquita pelas valorosas contribuições a essa pesquisa.

DESIGUALDADE SÓCIOESPACIAL E (RE) CONFIGURAÇÃO DA RMRJ

Kelson Vieira Senra[1]

RESUMO

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado, PDUI/RMRJ (2018), a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, RMRJ[2] é caracterizada por grande desigualdade e desarticulação. Uma série de indicadores revelam a concentração de infraestrutura e empregos na região central e litorânea do Grande Rio, em contraste com os índices da sua periferia e dos assentamentos precários. O PDUI afirma que é primordial alcançar um espaço mais equânime na RMRJ e propõe uma serie de medidas a serem implantadas para reverter a concentração, com base em investimentos públicos e privados, coordenados por uma governança metropolitana. Este artigo apresenta uma visão geral do quadro de desigualdades da RMRJ, um resumo de medidas apontadas pelo PDUI para promover a reconfiguração espacial da região, e um debate sobre práticas que cerceiam a implantação das propostas do planejamento metropolitano.

PALAVRAS CHAVE:
Desigualdade metropolitana; Reconfiguração espacial metropolitana; Planejamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

SUMMARY
According to the Strategic Plan for Integrated Urban Development, PDUI/RMRJ (2018), the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, RMRJ is characterized by great inequality and disarticulation. A series of indicators reveal the concentration of infrastructure and jobs in the central and coastal region of RMRJ, in contrast to the rates in its periphery and precarious settlements. The PDUI states that it is essential to achieve a more equitable space in the RMRJ and proposes a series of measures to be implemented to reverse concentration, based on public and private investments, coordinated by metropolitan governance. This article presents an overview of the RMRJ's inequalities framework, a summary of measures identified by the PDUI to promote the region's spatial reconfiguration, and a debate on practices that hinder the implementation of metropolitan planning proposals.

KEYWORDS:
Metropolitan inequality; Metropolitan spatial reconfiguration; Planning for the Metropolitan Region of Rio de Janeiro

RESUMEN
Según el Plan Estratégico de Desarrollo Urbano Integrado, PDUI/RMRJ (2018), la Región Metropolitana de Río de Janeiro, RMRJ se caracteriza por una gran desigualdad y desarticulación. Una serie de indicadores revelan la concentración de infraestructura y

[1] Kelson Vieira Senra, Arquiteto e Urbanista, Doutor pela Universidade Federal Fluminense – UFF (PPGAU, Orientador Glauco Bienenstein), empregado da CEHAB-RJ. E-mail: kelsonsenra@gmail.com
[2] Municípios da RMRJ, LC 184/2018: Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Belford Roxo, São Joao de Meriti, Magé, Itaboraí, Mesquita, Nilópolis, Maricá, Queimados, Itaguaí, Japeri, Seropédica, Guapimirim, Paracambi e Tanguá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Petrópolis

empleos en la región central y costera del Gran Río, en contraste con las tasas en su periferia y asentamientos precarios. El PDUI afirma que es fundamental lograr un espacio más equitativo en la RMRJ y propone implementar una serie de medidas para revertir la concentración, basadas en inversiones públicas y privadas, coordinadas por la gobernanza metropolitana. Este artículo presenta una visión general del marco de desigualdades del RMRJ, un resumen de las medidas identificadas por el PDUI para promover la reconfiguración espacial de la región y un debate sobre las prácticas que obstaculizan la implementación de propuestas de planificación metropolitana.

PALABRAS CLAVE:
Desigualdad metropolitana; Reconfiguración espacial metropolitana; Planificación de la Región Metropolitana de Río de Janeiro

MATERIAL E METODOS

Este artigo utiliza informações e conclusões da Tese de Doutorado do mesmo autor, com o título A intenção e o gesto: uma análise do processo de planejamento do PDUI/RMRJ (2018), de 2022, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal Fluminense (UFF), com informações complementares baseadas em pesquisa de normativos e práticas da gestão da RMRJ.

INTRODUÇÃO

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, RMRJ, criada em 1974, é atualmente constituída por 22 municípios[3] (Lei Complementar 184/2018), conta com cerca de 13 milhões de habitantes (IBGE, 2018), sendo a segunda maior região metropolitana do Brasil e a terceira da América do Sul (em termos de população). Apesar da sua importância, a RMRJ vive, nas últimas décadas, um processo contínuo de perda de importância econômica no cenário nacional. Em âmbito regional, a RMRJ concentra cerca de 75% da população e 69% do PIB do Estado do Rio de Janeiro mas, a partir dos anos 1990, passou a ter sua expressão econômica reduzida, sobretudo por conta de atividades decorrentes da extração do petróleo e gás no Norte Fluminense (OLIVEIRA, F.J.G. e OLIVEIRA, L.D, 2020). Neste contexto de continua desvalorização nacional e regional, verifica-se, uma acentuada desigualdade sócioespacial intrametropolitana, que vem se agravando ao longo das últimas décadas.

A desigualdade sócioespacial identificada na RMRJ tem razões históricas. A partir da década de 1950, aprofundaram-se as contradições do processo de urbanização no Rio de Janeiro. Articulada à expansão da economia industrial deste período, desenvolveu-se uma dinâmica de acumulação baseada na atividade imobiliária, restrita a camadas de maior renda da população da cidade. O ritmo intenso do crescimento demográfico do Rio de Janeiro vivido nesse período não teve como contrapartida a ampliação do mercado de trabalho ou de opções de moradia formal. Neste período de 1950 a periferia metropolitana, opção de moradia precária para migrantes e trabalhadores de menor renda,

[3] A RMRJ criada pela Lei Complementar 184/2018 é atualmente constituída por 22 municípios, com cerca de 13 milhões de habitantes (IBGE, 201), a segunda maior região metropolitana do Brasil

apresentou o maior crescimento populacional da sua histórica, o que contribui fortemente para a consolidação do processo de metropolização do Rio de Janeiro (LAGO, L 2015).

Já nos anos 1970, o processo de industrialização e de urbanização promoveu acumulação de capital, concentração de renda, e aprofundamento das desigualdades sociais. Neste período, apesar da grande expansão econômica e dos elevados investimentos públicos e privados, ocorreu uma dinâmica profundamente segregadora na metrópole, consolidando um padrão de segmentação sócioespacial marcado pela dualidade centro rico/periferia pobre. Nos anos 1980, a crise econômica do país, a instabilidade do emprego, e a perda do poder aquisitivo das famílias, aprofundou a concentração da riqueza no núcleo metropolitano e aumentou a distancia social entre centro e periferia, onde se elevou o percentual de pobres e miseráveis. Porém, nos anos 1990, identificou-se no espaço urbano uma maior fragmentação, com de ricos e pobres em "enclaves" fisicamente delimitados, sejam eles ocupações irregulares ou condomínios fechados para famílias de maior renda. Para LAGO, L. (2015), a estrutura sócioespacial centro-periferia e a "guetificação" são duas faces simultâneas do processo de urbanização desse período.

A DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NA RMRJ

A desigualdade sócioespacial intrametropolitana do Rio de Janeiro no início do Século XXI se revela de forma acentuada, em variadas dimensões, apontadas em muitos indicadores, econômicos, sociais, de infraestrutura, violência, entre outros temas, e na conjugação de diferentes abordagens. A desigualdade na RMRJ se evidencia especialmente em comparações entre indicadores do centro e da periferia da metrópole, a exemplo do que ocorre com os municípios da Baixada Fluminense, que apresentam maior precariedade na maioria das analises. Para o PDUI/2018, a desigualdade sócioespacial se verifica em diferentes recortes e escalas espaciais, destacando-se as diferenças entre indicadores da região denominada Hipercentro, que se estendem do bairro dos Centros de Niterói e do Rio de Janeiro até a Barra da Tijuca, em contraste com a periferia da região metropolitana.

Indicadores econômicos, por exemplo, apontam enorme desigualdade na RMRJ e indicam um elevado desnível entre as áreas valorizadas da cidade (Centro, Zona Sul, Barra da Tijuca, Niterói) e municípios da periferia. Em 2011, enquanto o município do Rio de Janeiro contava com um PIB de R$ 163 bilhões, 70% do total do PIB da região metropolitana, Duque de Caxias, o segundo PIB do Estado, era de R$ 23 bilhões e o PIB de Belford Roxo apenas R$ 4,5 bilhões. Aproximadamente 70% dos empregos formais estão concentrados na capital do estado, o polo da RMRJ. (RIO DE JANEIRO, 2018).

A desigualdade institucional é outra marca da RMRJ e aparece de maneira muito evidente na comparação entre gestões municipais, que apresentam grande heterogeneidade. Em 2013, o orçamento municipal do Rio de Janeiro foi de R$ 21,7 bilhões, enquanto Duque de Caxias contou com R$ 1,7 bilhão e Belford Roxo com R$ 500 milhões. No mesmo ano, a receita per capita do Rio de Janeiro foi de R$ 3,3 mil, em Niterói foi de R$ 3 mil, em Nova Iguaçu e Belford Roxo foi de R$ 1,1 mil, menos de um terço da capital. (Seminário Técnico de Moradia e Desenvolvimento Urbano, Baixada Fluminense, 2015)

O PDUI/RMRJ(2018) E A DESIGUALDADE NA RMRJ

O PDUI/RMRJ definiu como um dos seus objetivos promover uma metrópole polinucleada e mais equilibrada, em contraponto à concentração de atividades produtivas, infraestrutura e serviços, sobretudo no município do Rio de Janeiro, principalmente na Macrorregião de Planejamento denominada de Hipercentro, que se estende do Centro à Barra da Tijuca (RIO DE JANEIRO, 2018). O PDUI destacou que é fundamental construir uma região metropolitana mais equânime em termos de distribuição de empregos, infraestrutura e serviços em toda sua extensão, o que indica a necessidade de uma "reconfiguração do território metropolitano, no sentido de se fortalecer centralidades secundarias e áreas mais densas, com usos diversificados e serviços mais complexos", constituindo um "ambiente urbano mais inclusivo", com a universalização do acesso à infraestrutura social e urbana, inclusive para assentamentos precários (RIO DE JANEIRO, 2018a, p. 295).

O eixo de Reconfiguração Espacial do PDUI/RMRJ apresentou algumas conclusões, quais sejam: a) a metrópole tem uma estrutura radial, constituída por um conjunto de eixos ferroviários e rodoviários que conduz a um polo onde se concentram empregos, serviços e infraestrutura urbana, complementado por centralidades urbanas regionais e sub-regionais circundados por áreas urbanas com baixa qualidade urbanística; b) a metrópole apresenta um espraiamento continuo da mancha urbana, em velocidade proporcionalmente maior que o crescimento demográfico, o que está representando uma continua redução da densidade urbana media; c) os eixos ferroviários e rodoviários, a exemplo da BR 116 constituem os principais vetores para indução da ocupação urbana e da estruturação do território metropolitano ; d) a Baia de Guanabara é um ícone da geografia metropolitana, e deve ter resgatado o seu papel agregador; e) uma rede de centralidades urbanas com moradia, trabalho, mobilidade, uso misto e diversificado, resultaria em uma metrópole policêntrica com melhor distribuição de empregos, renda, infraestrutura e equipamentos urbanos.

Os Programas de Ações Prioritárias, do PDUI/RMRJ, incluem uma serie propostas e medidas que buscam atender as diretrizes estabelecidas para a Reconfiguração Espacial da Metrópole. Destaca-se o Programa Equilibrar a metrópole, cuja principal proposta é justamente implantar uma estrutura urbana policêntrica e inclui uma serie de medidas com esse objetivo, entre elas: a) integração de planos diretores e setoriais municipais com o PDUI; b) investimentos em infraestrutura, qualificação urbanística e mobilidade; c) implantação de equipamentos sociais de saúde, educação e segurança na periferia metropolitana; d) implantação de eixos transversais de transporte coletivo e melhorias na mobilidade; e) incentivo ao empreendedorismo nas centralidades urbanas secundarias; f) implantação de Zonas de Interesse Metropolitano, com papel econômico, urbanístico e ambiental; g) investimento em infraestrutura urbana nas Zonas de Coesão Social, onde se identificou grande precariedade urbanística e social; entre outras medidas. As propostas do PDUI/RMRJ para estruturação da metrópole são consolidadas na perspectiva da Reconfiguração Espacial Metropolitana (REM), que territoriais as iniciativas previstas no planejamento elaborado. (RIO DE JANEIRO, 2018).

DEBATE E CONCLUSÕES

A iniciativa de implantar politicas publicas que visem a reconfiguração espacial da RMRJ está relacionado a fatores como: a) disponibilidade e direcionamento de recursos e financiamentos públicos para áreas de menor qualificação urbana, localizadas na periferia metropolitana e assentamentos precários; b) direcionamento dos investimentos de politicas publicas sociais, que dispõem de sistemas próprios de coordenação federativa; c) alinhamento entre planos e projetos e orçamentos de municípios e do estado, na escala metropolitana, abrangendo planos diretores e setoriais; d) coordenação de órgãos setoriais de municípios, Estado do Rio de Janeiro e da União; e) elaboração de projetos estruturantes multisetoriais de infraestrutura, qualificação urbanística, mobilidade, entre outras, em áreas selecionadas da região metropolitana, especialmente na sua periferia; f) implantação de atividades econômicas na periferia metropolitana.

As propostas do PDUI/RMRJ remetem à ideologia racionalista do planning, consagrada após a Segunda Guerra Mundial, o que exige coordenação e investimentos do Estado (KOHLSDORF, E. 1996). Em nossa avaliação, a RMRJ se encontra em ambiente de disputas politicas e institucionais, em um contexto econômico de forte coloração neoliberal, com restrição de investimentos públicos, ou com utilização de recursos disponíveis, a exemplo do montante arrecadado com a concessão da CEDAE, para fins político-eleitorais. Neste contexto, a governança metropolitana apresenta muitas limitações para promover uma reconfiguração espacial com maior equilíbrio territorial. O investimento em projetos estruturantes na escala metropolitana pode ser uma forma de angariar apoio institucional e investimentos para a RMRJ. Segundo OLIVEIRA, F. L., BRANDÃO, C.A., e WERNER, D. (2022):

> "Conectar os canais de interação entre crescimento econômico, integração territorial, cidadania, ciência, tecnologia e inovação habilitará capacidades emancipatórias no enfrentamento de mazelas sociais."

REFERÊNCIAS

KOHLSDORF, Maria Elaine. Ensaio sobre o pensamento urbanístico. Universidade de Brasília; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação Brasília. Brasília, 1996

LAGO, Luciana Corrêa do Lago. Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise. (2. Ed). - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

OLIVEIRA, F. L.; BRANDÃO, C.A.; e WERNER, D. (2022); Políticas públicas, estatalidades e experimentações neoliberalizantes: o estado do Rio de Janeiro como um caso situado

RIO DE JANEIRO (ESTADO) – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitano do Rio de Janeiro, PDUI/RMRJ, Produto 18, 2018 Disponível em: https://www.modelarametropole.com.br. Acessado em: agosto de 2022.

BUROCRACIA INSTITUCIONAL PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: O CASO DA ILHA DA MARAMBAIA, RJ

Jairo Pimentel Brandão[1]
Maria do Socorro Bezerra de Lima[2]

Resumo
As comunidades remanescentes de quilombo, compostas por populações negras descendentes de escravizados, ocupam diversos territórios em todo o Brasil, mantendo práticas culturais únicas e uma profunda ligação com suas territorialidades. No Estado do Rio de Janeiro, embora haja o reconhecimento oficial de 42 comunidades, apenas três delas receberam a titulação de suas terras. Este trabalho tem como objetivo analisar a morosidade institucional que faz parte da estrutura de poder do Estado responsáveis pelo processo de regularização fundiária de quilombos no Estado do Rio de Janeiro, tendo como objeto de análise o processo de titulação da comunidade Ilha de Marambaia, em Mangaratiba. Utilizamos como método a análise documental, que nos permitiu compreender o processo de tramitação da titulação desta comunidade e a sua titulação que se deu após duas décadas, com menos de 5% do território.

Palavras-chaves: Regularização Fundiária de comunidades quilombolas; Morosidade institucional do Estado; Constituição Federal de 1988;

Abstract
The remaining quilombo communities, made up of black populations descended from slaves, occupy different territories throughout Brazil, maintaining unique cultural practices and a deep connection with their territorialities. In the State of Rio de Janeiro, although there is official recognition of 42 communities, only three of them received title to their lands. This work aims to analyze the institutional slowness that is part of the State power structure responsible for the process of land regularization of quilombos in the State of Rio de Janeiro, having as its object of analysis the titling process of the Ilha de Marambaia community, in Mangaratiba. . We used documentary analysis as a method, which allowed us to understand the process of titling this community and its titling that took place after two decades, with less than 5% of the territory.
Keywords: Land Regularization of quilombola communities; State institutional slowness; Federal Constitution of 1988;

Resumen
Las restantes comunidades de quilombo, formadas por poblaciones negras descendientes de esclavos, ocupan diferentes territorios en todo Brasil, manteniendo prácticas culturales únicas y una profunda conexión con sus territorialidades. En el Estado de Río de Janeiro, aunque existe reconocimiento oficial de 42 comunidades, sólo tres de ellas recibieron títulos de propiedad de sus tierras. Este trabajo tiene como objetivo analizar la lentitud institucional que forma parte de la estructura de poder estatal responsable del proceso de regularización de tierras de los quilombos en el Estado de Río de Janeiro, teniendo como objeto de análisis el proceso de titulación de la comunidad Ilha de Marambaia, en Mangaratiba. Utilizamos como método el análisis documental, el cual nos permitió comprender el proceso de titulación de esta

[1] Jairo Pimentel Brandão, UFF/PPGDAP, jpbrandao@id.uff.br
[2] Maria do Socorro Bezerra de Lima, UFF/PPGDAP, msblima@id.uff.br

comunidad y su titulación que se llevó a cabo después de dos décadas, con menos del 5% del territorio.

Palabras clave: Regularización de tierras de comunidades quilombolas; Lentitud institucional estatal; Constitución Federal de 1988;

INTRODUÇÃO

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF), é reconhecido o direito ancestral à terra, às comunidades remanescentes de quilombo. Conforme o Art. 68/ADCT/CF1988, "Aos remanescentes das Comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos" (BRASIL, 1988, p.160). Apesar da carta magna determinar o reconhecimento a estas comunidades, apenas em 2003, através do Decreto Federal nº 4.887, foi regulamentado os trâmites para a titulação das terras ocupadas pelos quilombolas.

Tendo como ponto de partida a morosidade dos processos e os recortes territoriais em comunidades quilombolas, o presente trabalho traz o caso da comunidade da Ilha da Marambaia que teve seu início em 1999 com a Fundação Cultural Palmares (FCP) como responsável, sendo a competência transferida para o INCRA em 2003 e por fim, tendo a comunidade sido titulada em 2014. A comunidade está em um território de interesse nacional e toda a demarcação, regularização e titulação foram realizadas por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre a comunidade e a MB. O processo da comunidade foi aberto no INCRA em 2006 e sua titulação ocorreu em 2014, (com participação direta) do Ministério Público.

Desta forma, o objetivo central da pesquisa é de analisar a morosidade das instituições do Estado para demarcação e titulação das comunidades quilombolas, a partir da análise do processo do Quilombo da Ilha da Marambaia, no Estado do Rio de Janeiro. Detalhar os documentos que compõem o processo de titulação da comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia e explicitar os desdobramentos que levaram a morosidade para sua titulação.

MATERIAL E MÉTODOS

Tendo em vista que o objeto material de análise desta pesquisa são os documentos que fizeram parte da titulação da comunidade da Ilha da Marambaia, entendemos ser imprescindível para trazer os fatos e entender a burocracia, analisar os processos administrativos que tiveram a tramitação para Regularização Fundiária da Comunidade. Desta forma, foi revisitado o processo nº 01420.000123/99-94, inaugurado em 1999, pela Fundação

Cultural Palmares (FCP) e o nº 54180.000945/2006-83, inaugurado em 2006 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O processo da FCP possui um total de 244 páginas, enquanto o do INCRA, 1597 páginas, mais quatro documentos eletrônicos. Analisamos também os processos 2006.51.11.000025-0 e o 54180.000440/2006-19, que tramitaram no INCRA e tratam de Ação Civil Pública (ACP) movidas durante a tramitação do processo da Ilha da Marambaia, com 93 e 247 páginas respectivamente. Foram lidas e analisadas as 2.181 páginas dos processos administrativos que explicitam a história da titulação da comunidade quilombola.

Categorizamos alguns pontos essenciais para o desvelamento desta pesquisa e apresentação dos dados propostos. Sendo assim, entendemos ser essencial que seja observado o **contexto** no qual esse documento foi escrito, desta forma, será possível entender que agenda política estava pairando durante essa tramitação processual. Observar também os **autores** responsáveis pelas tramitações processuais. Quando falamos de autores, não se trata somente do servidor que escreveu o documento, mas das premissas da instituição no qual o autor está inserido. Verificar a **autenticidade** do documento, em se tratando de documento público, através do que está ali descrito, mas levando em consideração o contexto histórico, e os autores, se aquele relato está condizente com a realidade. A **natureza** do texto será analisada de forma a confirmar sua intenção do que ali está posto (GIL, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a análise, o processo foi dividido em três etapas. A primeira, a abertura, em 1999 na FCP e mais tarde, em 2006 no INCRA. Foram 25 páginas com documentos informativos, contextuais e legislativos, para abertura do processo junto a FCP. Mais tarde, o processo é inaugurado no INCRA, isso já com 244 páginas de tramitação processual pela FCP. No total, para abertura do processo de titulação, foram necessárias 244 páginas de instrução processual para o seu prosseguimento.

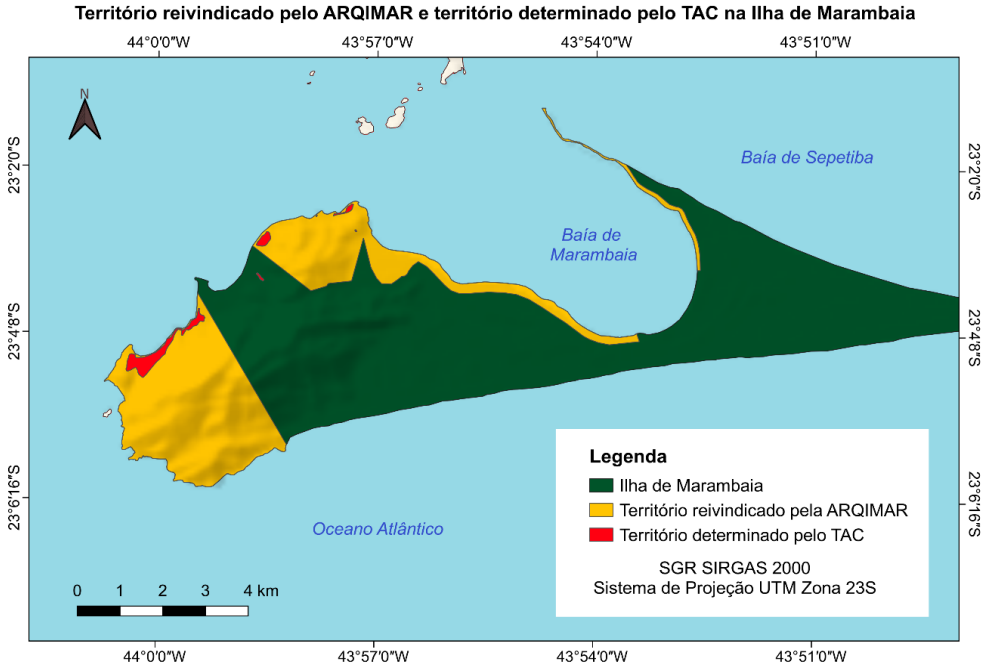
Na segunda etapa, da abertura do processo à elaboração do Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação (RTID), temos que levar em consideração que foram elaborados três RTIDs da comunidade, tendo seu desfecho ocorrido somente no ano de 2015. O primeiro RTID foi publicado já no início da tramitação processual, quando o processo do INCRA possuía apenas 48 páginas, entretanto, após revogação e discussões que se estenderam durante o administrativo, o terceiro RTID só vem a público em 2015, quando o processo já possuía 1548 páginas. Entendemos que foi necessário a tramitação processual de todos esses

documentos, chegando ao quantitativo de 1548 páginas para o cumprimento da segunda etapa de titulação da comunidade.

Na terceira etapa, conforme categorizamos, foram necessárias mais algumas tramitações processuais, haja visto que o conjunto de portarias aprovadas a priori ainda quando o processo possuía 48 páginas, foram revogadas sendo necessária a elaboração de mais documentos, após 1564 páginas, em 2015, o conjunto de portaria de reconhecimento é publicado pela segunda vez reconhecendo o direito da comunidade quilombola.

E por fim, temos a titulação do território, que ocorre definitivamente em 2019, com a emissão do Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo e Pró-Indiviso pelo Cartório do Ofício Único de Mangaratiba, após 1595 páginas de tramitação processual e quatro documentos eletrônicos. É importante ressaltar que foram 20 anos de tramitação processual para que fossem cumpridas as quatro etapas descritas no fluxo de titulação da comunidade remanescentes de quilombo.

O território reivindicado de 1638,0231 ha pela comunidade por eles considerados mínimos para a sua reprodução social e cultural foi suprimido a menos de 5%, com 52,9939 ha (Fig. 1). A comunidade atualmente é formada por pequenos lotes de terra, sem espaço suficiente para plantações e roças. Além da impossibilidade de livre acesso ao seu território, a comunidade também teve uma redução absurda que inviabilizou completamente o desenvolvimento de suas tradicionalidades agrícolas.



Fonte: Elaborado com base no TAC. Organização Jairo Brandão (UFF/PPGDAP) e Mateus Sartório (UERJ), 2024.

CONCLUSÕES

Conclui-se que um processo que envolveu diversas instâncias e órgãos do executivo e do judiciário, extremamente longo de tramitação para sua resolução, teve um resultado insatisfatório não atendendo as demandas mínimas da comunidade alocada em um território que mesmo resistindo não conseguiu se contrapor às pressões movidas pelas entidades do próprio Estado. Um outro ponto é o excesso de burocracia no transcurso da ação que levou a elaboração de três RTID, diversas ACPs, mais de duas mil páginas de documentos de diversas instituições, as idas e vindas do processo para Brasília, a necessidade de todo mundo se colocar, que em muitos pontos mais atrasou que adiantou sua tramitação. Foram travadas diversas lutas e disputas pelos movimentos sociais para que o processo tramitasse e chegasse ao seu resultado e ainda assim, ao nosso ver, de maneira não satisfatória, pois a comunidade continua inserida em um contexto de dependência das normas e regras impostas pela Marinha do Brasil, haja visto que sua titulação se deu por meio de um TAC que estabelece diversas restrições, sendo menos de 5% do reivindicado, sem livre acesso dos moradores a suas terras.

Há de se superar a questão da propriedade privada da terra. É preciso pensar maneiras, como foi indicado, de auto aplicabilidade do Art. 68, bem como, de maneiras mais simplificadas de superar a questão burocrática que tanto pode assegurar como negar o direito constitucional pleno a estas comunidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, 2010: Atlas.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia (AQIMAR) por me possibilitar escrever um pouco de sua história através de um processo administrativo, que narrou um dos anos de luta da comunidade para obtenção de seus direitos. Agradecer a minha orientadora Maria do Socorro Bezerra de Lima, pelo suporte, a minha família e meus colegas do Instituto de Terras e Cartografia que me acompanharam durante o desenvolvimento deste trabalho.

COLABORAÇÃO DO COLEGIADO BIG PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL

Igor Friedrich Hochstatter[1] Lamounier Erthal Villela[2] Edmir Amanajás Celestino[3]
Álvaro Augusto Veloso Theodoro[4]

RESUMO

Esta produção tem como objetivo apresentar a colaboração do Colegiado BIG na promoção do desenvolvimento territorial sustentável na região da Baía da Ilha Grande. Composto por municípios de características socioeconômicas e ambientais diversas, como Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro, Itaguaí, Paraty e Seropédica, o Colegiado atua como um espaço de diálogo entre atores locais, universidades e o poder público. Seu objetivo é promover a gestão territorial sustentável, articulando políticas públicas e projetos comunitários que favoreçam a inclusão social nos municípios. Através de metodologias participativas, o Colegiado fomenta a criação e aplicação de tecnologias sociais, oferecendo soluções inovadoras para os desafios locais. Essa cooperação gera impactos diretos na melhoria das condições de vida da população, fortalecendo a governança e autonomia dos territórios. O Colegiado BIG exemplifica a relevância da gestão e participação social na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, integrando pesquisa acadêmica com as necessidades da comunidade.

Palavras Chave: Colegiado BIG; Desenvolvimento Territorial; Municípios

ABSTRACT

This production aims to present the collaboration of the BIG Collegiate in promoting sustainable territorial development in the Baía da Ilha Grande region. Composed of municipalities with diverse socioeconomic and environmental characteristics, such as Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro, Itaguaí, Paraty, and Seropédica, the Collegiate acts as a space for dialogue between local actors, universities, and the public authorities. Its objective is to promote sustainable territorial management by articulating public policies and community projects that favor social inclusion in the municipalities. Through participatory methodologies, the Collegiate fosters the creation and application of social technologies, offering innovative solutions to local challenges. This cooperation generates direct impacts on improving the living conditions of the population, strengthening governance and the autonomy of the territories. The BIG Collegiate exemplifies the relevance of management and social participation in building a model of sustainable development, integrating academic research with the needs of the community.

Keywords: BIG Collegiate; Territorial Development; Municipalities

RESUMEN

Esta producción tiene como objetivo presentar la colaboración del Colegiado BIG en la promoción del desarrollo territorial sostenible en la Bahía de Isla Grande. Compuesto por municipios con diversas características socioeconómicas y ambientales, como Angra dos Reis, Mangaratiba y Paraty, el Colegiado actúa como un espacio de diálogo entre actores locales, universidades y gobierno. Su objetivo es promover la gestión territorial sostenible, articulando políticas públicas y proyectos que favorezcan la inclusión social. A través de metodologías participativas, el Colegiado fomenta la creación y aplicación de tecnologías sociales, ofreciendo soluciones innovadoras a los

[1] Igor Friedrich Hochstatter, UFRRJ hochstatter.br@gmail.com.
[2] Lamounier Erthal Villela,UFRRJ lamounier@ufrrj.br.
[3] Edmir Amanajás Celestino, UFRRJ e amanajas.ed@gmail.com.
[4] Álvaro Augusto Veloso Theodoro, UFRRJ e alvaroaugusto.vt@gmail.com

desafíos locales. Esta cooperación genera impactos directos en la mejora de las condiciones de vida de la población, fortaleciendo la gobernanza y la autonomía de los territorios. El Colegiado BIG ejemplifica la importancia de la gestión y la participación social en la construcción de un modelo de desarrollo, integrando la investigación académica con las necesidades de la comunidad.
Palabras clave: Colegiado BIG; Desarrollo Territorial; Municipios

INTRODUÇÃO

O Colegiado BIG surge como uma iniciativa para fortalecer a participação dos atores locais na gestão dos recursos territoriais e na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Desde sua criação, com o apoio do MDA em 2014, e na sua continuidade por meio do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) após 2016, o Colegiado se reafirma como um espaço de diálogo e ação coletiva, promovendo a Gestão Social e a inclusão socioeconômica nas comunidades da Baía da Ilha Grande através da participação e controle social.

O uso do termo colegiado refere-se a reunião de um grupo de pessoas em torno de um objetivo comum, neste caso, o desenvolvimento territorial sustentável(DTS) a partir da perspectiva social, econômica e ambiental do local, com a finalidade de discutir e decidir sobre as questões propostas pelos atores locais, sempre buscando o consenso nas deliberações (Kronemberger et al, 2016).

O Colegiado BIG, vinculado ao PEPEDT, incorpora um caráter social em suas ações, visando o desenvolvimento de tecnologias sociais no território, desempenhando um papel fundamental na promoção dessas tecnologias. As atividades do PEPEDT se direcionam pela busca de soluções inovadoras para as demandas de desenvolvimento local e consistem em técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas em interação com os atores locais, que representam segmentos produtivos e da economia local. Essas soluções visam a inclusão social e a melhoria das condições de vida (ITS, 2022).

O Observatório Territorial BIG é uma iniciativa do PEPEDT que surge pela demanda do Colegiado BIG em monitorar e avaliar as políticas públicas implementadas na Baía da Ilha Grande. Estruturado para integrar dinâmicas sociais e econômicas, o observatório é uma ferramenta de sistematização de dados e analisa a partir da percepção dos atores locais a eficácia das ações de DTS, promovendo uma abordagem descentralizada e participativa na articulação de políticas públicas (Ramos, Villela, Maury, 2020).

A pesquisa tem como foco mostrar a relevância do Colegiado BIG na promoção do DTS, destacando suas ações como espaço de diálogo e articulação entre os atores locais,

a universidade e o poder público. O Colegiado BIG desempenha um papel fundamental ao incentivar a participação cidadã, o controle social e a aplicação de tecnologias sociais, contribuindo para soluções inovadoras que atendem aos desafios dos territórios. Através de rodas de debate, bate-papos, cursos de capacitação em controle social e formação de lideranças locais, o Colegiado BIG se consolida como um agente transformador na construção de um modelo de desenvolvimento que valoriza a cidadania deliberativa e a sustentabilidade na Baía da Ilha Grande

MATERIAL E MÉTODOS

Para este estudo, adotou-se metodologias de análise bibliográfica e documental, complementadas por uma abordagem de observação participante, especificamente direcionada ao monitoramento das atividades desenvolvidas pelo PEPEDT. Este processo incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas, visando a coleta de dados quali quantitativos acerca das percepções e experiências dos agentes locais envolvidos nas ações do Colegiado BIG. A pesquisa deu ênfase às iniciativas que promovem o DTS, com foco na inclusão socioprodutiva e no fortalecimento do controle social sobre as políticas públicas e ações governamentais que incidem nas localidades.

As análises se deram de forma retrospectiva segundo metodologia de (Maury,2021), sobre as ações do PEPEDT junto ao Colegiado BIG, que foram produzidas a partir da análise de relatórios de projetos, dissertações e teses. Estes trabalhos sintetizam resultados baseados nas atividades realizadas pelo PEPEDT, como as reuniões do Colegiado BIG, eventos relacionados ao território, articulação de atores locais, trabalhos em congressos, artigos, realização de oficinas e capacitações.

A partir das ações do PEPEDT e do Colegiado BIG foi criada uma matriz de similaridade que possibilitou uma visão estruturada das diferentes estratégias utilizadas, destacando como elas contribuíram para o DTS, ao integrar os dados obtidos por meio de entrevistas, observação participante e análise documental. A Matriz de Similaridade revelou-se uma ferramenta eficaz para organizar as informações e ressaltar as experiências bem-sucedidas do Colegiado BIG.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação do Colegiado BIG, em parceria com o PEPEDT, tem se mostrado um exemplo prático de como a gestão social participativa pode impulsionar o DTS na região da Baía da Ilha Grande. Por meio de metodologias inovadoras e tecnologias sociais, o Colegiado BIG consolidou-se como um agente de promoção do diálogo e da inclusão social, proporcionando o engajamento de atores locais em processos decisórios e a construção de soluções adaptadas às realidades territoriais. As ações realizadas pelo

Colegiado possibilitaram não apenas a implementação de políticas públicas mais eficazes e participativas, mas também a formação de lideranças locais e o fortalecimento da governança democrática nos municípios de abrangência.

“A vigilância como controle social ocorre quando a cidadania observa minuciosamente e de forma permanente dos atos dos governantes”(TENÓRIO; KRONEMBERGER, 2016.p23). A vigilância como controle social, conforme definido por Tenório e Kronemberger (2016), implica na observação constante das ações governamentais pela cidadania.

Associação dos ODS a eixos e organizações na construção do pacto pela sustentabilidade da BIG

Eixos / Organizações	Administração municipal	Articulação territorial	Extensão universitária	Organização social	Efetividade / Resultados
Segurança alimentar, agroecologia, território	ODS2 Fome zero	ODS 15 Vida terrestre	ODS 13 Mudança do clima	ODS 12 Consumo e produção responsável	ACESSO solidário aos recursos
Identidade, cultura, educação	ODS 11 Cidades sustentáveis	ODS1 Erradicação da pobreza	ODS4 Educação de qualidade	ODS 5 Igualdade de gênero	INCLUSÃO das lutas e saberes
Saneamento, resíduos, saúde	ODS 3 Saúde e Bem-estar	ODS6 Água potável saneamento	ODS 14 Vida nas águas	ODS 7 Energia limpa e acessível	CUIDADO vida e controle dos riscos
Participação, organização, política	ODS16 Paz, Justiça e instituições eficazes	ODS9 Indústria, Inovação e infraestrutura	ODS 8 Trabalho descente crescimento	ODS 10 Redução das desigualdades	PACTUAÇÃO e controle de recursos
Monitoramento dos recursos					ODS17 Parcerias e implementação

Fonte: Carta do pacto pela BIG.

Na pandemia da Covid-19 o Colegiado BIG adotou em Dezembro de 2020 a “Carta do Pacto pela Sustentabilidade da BIG”.Este pacto foi fundamentado na matriz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, garantindo que as ações do Colegiado BIG estejam alinhadas com metas globais de sustentabilidade, como a promoção da inclusão social, o fortalecimento da participação cidadã e a preservação ambiental(Maury,Villela, Cardoso, Carvalho,2023).

MATRIZ DE SIMILARIDADE

INICIATIVAS	CATEGORIAS	MUNICÍPIOS INTEGRADOS	RESULTADOS OBTIDOS
Observatório Territorial BIG	Controle Social; Gestão Participativa	Angra dos Reis; Itaguaí , Seropédica;Rio Claro;Mangaratiba; Paraty	Monitoramento das Política Públicas; Sistematização dos dados
Oficinas Participativas	Participação Social; Cocriação	Angra dos Reis;Itaguaí;Seropédica; Mangaratiba	Engajamento dos atores locais
Capacitação para Gestão Social	Gestão Social;Formação de Lideranças	Angra dos Reis;Itaguai;Seropédica; Mangaratiba	Fortalecimento das lideranças locais; Difusão de tecnologias
Programa de Inclusão Produtiva	Inclusão Social; Geração de renda	Angra dos Reis;Itaguai;Seropédica; Mangaratiba	Elevação da produção local;Aumento da renda
Rodas de Conversa	Cidadania Deliberativa	Angra dos Reis;Itaguaí, Seropédica;Rio Claro;Mangaratiba; Paraty	Participação Cidadã; Confiança comunitária
Reuniões de resultados do Colegiado BIG	Engajamento social	Angra dos Reis;Itaguaí, Seropédica;Mangaratiba ;Paraty	Difusão das tecnologias;Engajamento local

Fonte:Elaboração Própria

As iniciativas são reflexos das ações do Colegiado BIG para o Desenvolvimento regional sustentável, adotando metodologias que são replicáveis e inovadoras em seus territórios, obtendo resultados que são caracterizados no âmbito da tecnologia social, uma vez que, são abordagens metodológicas e técnicas inovadoras, concebidas ou implementadas em processos de interação com a comunidade, e que são apropriadas por esta, resultando em soluções efetivas para a promoção da inclusão social e o aprimoramento das condições de vida (ITS,2022).

A coluna das categorias representam os agrupamentos das diferentes iniciativas do Colegiado BIG que possuem as particularidades nas características, metodologias e objetivos. Os municípios integrados, apresenta onde as iniciativas são implementas. Enquanto os resultados obtidos vêm em resposta das iniciativas tomadas.

CONCLUSÃO

O Colegiado BIG demonstrou a importância da gestão social participativa no DTS da Baía da Ilha Grande. Sua atuação, fundamentada em metodologias inovadoras e na aplicação de tecnologias sociais, permitiu não apenas a promoção de soluções inclusivas e adaptadas às realidades locais, mas também o fortalecimento da governança e participação cidadã com a criação de um espaço de diálogo entre os atores locais, a universidade e o poder público. Dessa forma, o Colegiado BIG consolidou-se como um agente na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável que valoriza a inclusão social e a participação comunitária.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

KRONEMBERGER, Denise Maria Penna; CLEVELARIO JUNIOR, Judicael; NASCIMENTO, José Antônio Sena do; COLLARES, José Enilcio Rocha; SILVA, Luiz Carlos Dutra da. Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Sustentável*, SciELO, 2008.

ITS BRASIL. Caderno de Debate – Tecnologia Social no Brasil. São Paulo: ITS. 2022

RAMOS, D. A. L. Mobilização de atores e o processo de construção do pacto social pela BIG. Periódicos UFBA, 2020.

TENÓRIO, Fernando Guilherme; KRONEMBERGER, Thais Soares. *Gestão social e conselheiros gestores*. 1. ed. São Paulo: Editora FGV EBAPE, 2016.

MAURY, Patrick Maurice; VILLELA, Lamounier Erthal; CARDOSO, Rafaela Chaves; CARVALHO, Isabella Dias de. Devir da relação entre extensão universitária e participação social na economia social e solidária: o caso do colegiado territorial rural da baía da Ilha Grande (RJ). *Cadernos EBAPE.BR*, v. 22, n.3,2024.

POLIHH's
POLÍGONOS ISOLADOS HABITACIONAIS HORIZONTAIS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Felipe Torres de Freitas Gomes[1], Fabiana Generoso de Izaga[2]

RESUMO

As cidades médias brasileiras têm apresentado significativos processos de reorganização urbana provocados por movimentos migratórios intranacionais e por alterações na distribuição produtiva e econômica do país. Sob a perspectiva do paradigma da segregação socioespacial, analisaremos como o espraiamento do tecido urbano de Campos dos Goytacazes/RJ remodela a forma urbana. A partir de três categorias de análise – uso, frequência e formato – concernentes ao fenômeno da proliferação de polígonos isolados habitacionais horizontais (Polihh's), ou seja, os condomínios fechados de residências unifamiliares, nosso objetivo é enfatizar as articulações entre o aumento dessa tipologia habitacional e sua propensão a intensificar espaços urbanos altamente segregados por segmentos sociais de alta renda. Destacamos, também, as relações de dependência entre a configuração dos Polihh's e a expansão do sistema de mobilidade urbana de matriz rodoviarista privada, reforçando as altas diferenças de acessibilidade entre ricos e pobres à cidade.
Palavras-chave: Segregação socioespacial; condomínio residencial horizontal; morfologia urbana; tecido urbano; Campos dos Goytacazes.

ABSTRACT

Brazil's medium-sized cities have undergone significant processes of urban reorganization caused by intra-national migratory movements and changes in the country's productive and economic distribution. From the perspective of the socio-spatial segregation paradigm, we will analyze how the sprawl of the urban fabric of Campos dos Goytacazes/RJ reshapes the urban form. Based on three categories of analysis - use, frequency and format - concerning the phenomenon of the proliferation of horizontal housing isolated polygons (Hhip's), that is, gated communities of single-family homes, our aim is to emphasize the links between the increase in this type of housing and its propensity to intensify highly segregated urban spaces for high-income social segments. We also highlight the relationships of dependence between the configuration of the Hhip's and the expansion of the urban mobility system based on private roads, reinforcing the high differences in accessibility to the city between rich and poor.
Keywords: Socio-spatial segregation; horizontal residential condominiums; urban morphology; urban fabric; Campos dos Goytacazes.

RESUMEN

Las ciudades intermedias de Brasil han experimentado importantes procesos de reorganización urbana provocados por los movimientos migratorios intra-nacionales y los cambios en la distribución productiva y económica del país. Desde la perspectiva del paradigma de la segregación socioespacial, analizaremos cómo el tejido urbano en expansión de Campos dos Goytacazes/RJ reconfigura la forma urbana. A partir de tres categorías de análisis -uso,

[1] Felipe Torres de Freitas Gomes, MsC PROURB/FAU-UFRJ, felipe.gomes@fau.ufrj.br.
[2] Fabiana Generoso de Izaga, PROURB/FAU-UFRJ, fabizaga@fau.ufrj.br

frecuencia y formato- relativas al fenómeno de la proliferación de polígonos de viviendas horizontales aisladas (Polvha's), es decir, comunidades cerradas de viviendas unifamiliares, nuestro objetivo es destacar los vínculos entre el aumento de este tipo de viviendas y su propensión a intensificar espacios urbanos altamente segregados para los segmentos sociales de altos ingresos. También destacamos la relación de dependencia entre la configuración de los Polvha's y la expansión del sistema de movilidad urbana privado basado en carreteras, reforzando las altas diferencias de accesibilidad a la ciudad entre ricos y pobres. Palabras clave: Segregación socioespacial; condominios residenciales horizontales; morfología urbana; tejido urbano; Campos dos Goytacazes.

INTRODUÇÃO

Corroborando a relevância das cidades médias no contexto da urbanização brasileira, a comparação entre os Censos de 2010 e 2022 demonstra que do aumento de 12 milhões da população brasileira, 8,3 milhões de pessoas estão concentradas nas cidades médias. Assim, 278 municípios brasileiros possuem uma população entre 100 e 500 mil habitantes e se enquadram como cidades médias, um aumento de 12% em relação ao Censo de 2010, quando havia 245 municípios brasileiros com uma população entre 100 e 500 mil habitantes (IBGE, 2023).

Na mesma pesquisa, a capital do Estado do Rio de Janeiro apresentou uma retração populacional de 1,70% da população, assim como alguns municípios da região metropolitana. Mesmo que seja ainda precoce definir os apontamentos do Censo de 2022 como uma tendência de re-espacialização da população pelo território brasileiro, é inegável que as cidades médias desempenham um papel específico no arranjo urbano do país.

A cidade média de Campos dos Goytacazes (Figura 1), no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, assume uma posição de destaque político-econômico regional, visto que em seu território se localiza a segunda maior bacia produtora de petróleo e gás natural do país, a Bacia de Campos. Sendo o maior município do Estado do Rio de Janeiro, com uma unidade territorial de 4.032,487 km², 13 distritos mais o distrito sede e uma população, de acordo com o Censo de 2022, de 483.540 habitantes.

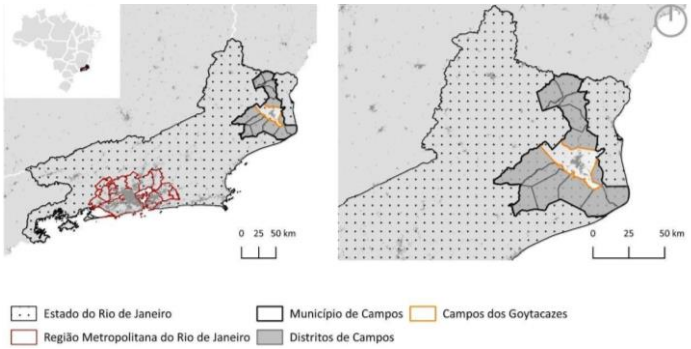


Figura 01 – Mapa de localização do município de Campos do Goytacazes no estado do Rio de Janeiro. Fonte: Autor, 2024.

Nos anos de 1980, o processo de modelagem do espaço urbano das cidades brasileiras é atravessado pela proliferação de um novo fenômeno que cunhamos como polígonos isolados habitacionais horizontais (Polihh's), no qual Campos dos Goytacazes não é exceção. Essa nova tipologia habitacional (CALDEIRA, 2000; SPOSITO & GOES, 2013), é caracterizada essencialmente por agrupar unidades residenciais em uma vasta porção de terra, com o seu perímetro envolvido por fronteiras ostensivas de separação entre interior e exterior, evidenciando a dinâmica do controle espacial da cidade, que segrega e limita o uso equânime dos espaços urbanos. Os Polihh's reforçam um modo de crescimento urbano periférico, localizando-se nas bordas do espaço da urbanização consolidada e estruturada.

Este artigo busca analisar a distribuição dos Polihh's no território, sua relação de dependência com a infraestrutura rodoviária e a predominância do transporte individual motorizado (ALVIM; IZAGA; FORRAY, 2024) e sua atuação incisiva num modelo de crescimento urbano que favorece a dispersão e reproduz o processo histórico de segregação socioespacial em Campos de Goytacazes, no Rio de Janeiro.

MÉTODO

A abordagem apoia-se em estudos sobre a morfologia urbana da cidade contemporânea (PANERAI, 2006; SOLÀ-MORALES, 1997), onde se busca explorar ferramentas que permitam pensar a aglomeração em sua totalidade, identificar suas partes, descrever suas formas.

Adotaremos abordagem multiescalar e multivariada quali-quantitativa, para analisar as categorias articuladas do fenômeno da produção imobiliária dos Polihh's e sua relação com a intensificação de um processo de expansão urbana fragmentado no território. O percurso metodológico proposto parte de pesquisa empreendida na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, onde foram encontrados 42 Polihh's com licença de aprovação (GOMES, 2023).

Empreenderemos as análises a partir de três categorias – uso, frequência e formato – concernentes ao fenômeno da proliferação de polígonos isolados habitacionais horizontais (Polihh's), ou seja, os condomínios fechados de residências unifamiliares. A categoria 'uso' é abordada por meio do escrutínio das legislações federais e municipais que versam sobre o parcelamento do solo urbano e como tem sido sua aplicação nos processos de aprovação de loteamento do solo para construção dos Polihh's em Campos dos Goytacazes. A categoria 'frequência' é analisada pela aferição das distâncias entre os Polihh's em relação às vias

arteriais ou rodovias e à área central da cidade. A categoria ‘formato’ busca demonstrar como as características formais dos Polihh’s, especificamente a sua superfície e a sua feição geométrica (formato), foram sendo alteradas ao longo do tempo e transformando a sua relação com o tecido urbano circundante.

DISCUSSÃO

O surgimento dos Polihh’s, em grande parte depende da disponibilidade de vastas glebas de terras ociosas, que possam ser parceladas em lotes menores para a efetivação do empreendimento. Geralmente, quanto mais afastado da(s) centralidade(s) constituída(s), onde a acessibilidade aos equipamentos e infraestruturas urbanas é maior, menor será o valor do solo.

A vertente de uso habitacional, majoritário nas cidades, e na modalidade horizontalizada, evidencia o desvirtuamento da legislação e os atalhos traçados por parte dos promotores imobiliários, com a conivência dos agentes públicos. Revela a dificuldade de desenvolver um modo de configurar o tecido urbano mais voltado ao planejamento de espaços que equilibrem a vida pública com a vida privada, tanto no âmbito sociopolítico quanto no âmbito físico-espacial. A investigação da ‘frequência’ dos Polihh’s no tecido urbano evidenciou concentrações desses empreendimentos em porções da cidade, estabelecendo verdadeiras aglomerações de condomínios. Ainda que os Polihh’s almejem uma independência quase absoluta da cidade, persiste sua dependência de um elemento urbano coletivo: as vias de circulação que permitem a acessibilidade de seus moradores à cidade estabelecida. A análise da transformação do formato desta tipologia arquitetônica no tempo apontou que mudanças significativas na forma e na superfície encaminham os Polihh’s para tornarem-se cada vez mais alheios ao meio urbano. Demanda também um projeto arquitetônico do condomínio com mais exclusividade e com mais atrativos para o público consumidor.

CONCLUSÕES

O constante e frequente acoplamento dos Polihh’s à malha rodoviária que o conecta à cidade aberta está estruturado em um potente modelo de negócio que através da maximização do valor do solo urbano e alinhado com os interesses públicos transforma o tecido urbano, altera os acontecimentos usuais de expansão urbana tradicionalmente impulsionados por processos mais orgânicos e desqualifica a cidade aberta como espaço público e, portanto, a ser zelado e cuidado por uma comunidade.

A construção de Polihh's nas áreas próximas ao sistema viário regional, estabelece-se como um cinturão em contiguidade ao núcleo urbano central. Ao mesmo tempo, descolada dessa mancha, núcleos mais pobres se desenvolvem na periferia mais distante. Ou seja, se por um lado temos o grande uso do automóvel pelos habitantes dos Polihh's, que distam em média 6km do núcleo central, por outro, observamos a fragilidade do transporte público que atende aos distritos mais afastados, organizados de maneira descontínua em relação ao núcleo urbano central. Esta dinâmica acirra o processo histórico de apropriação diferenciada do espaço, com a expansão descontínua da mancha urbana decorrente da expansão seletiva da cidade, em que as diferenças de acessibilidade produzem desigualdade e expressam o processo histórico de segregação de sua organização.

REFERÊNCIAS

ALVIM A. T. B. A.; IZAGA F. G.; FORRAY, R. **Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea**. in Cadernos Metrópole, 26(60), 413–421, São Paulo, 2024. https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6000

BRASIL. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Censo 2022.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**. São Paulo: Editora 34, 2000

GOMES, F**. Polihh's: polígonos isolados habitacionais horizontais e segregação socioespacial em Campos dos Goytacazes/RJ.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

PANERAI, P. **Análise Urbana**, Brasília: Editora UnB, 2006

SOLÀ MORALES, M. S.-M. **Las formas de crecimiento urbano**. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

SPOSITO, M. E. & GOES **Espaços fechados e cidades: Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

CINTURÕES DE POBREZA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DA POBREZA ATRAVÉS DA ECONOMETRIA ESPACIAL

Alex dos Santos Valle[1]

RESUMO

O objetivo deste estudo é investigar a dependência espacial da pobreza nos municípios do Rio de Janeiro no ano de 2010, utilizando técnicas de análise exploratória de dados espaciais e modelagem econométrica especializada. Inicialmente, a dependência espacial é avaliada por meio de uma medida de autocorrelação espacial global. Em seguida, são estimados e comparados três modelos econométricos: o Modelo de Mínimos Quadrados Ordinários, o Modelo com Defasagem Espacial e o Modelo de Erro Espacial. Os resultados sugerem que o Modelo de Defasagem Espacial oferece o melhor ajuste aos dados, fornecendo resultados mais robustos. Além disso, os resultados indicam a presença de dependência espacial na distribuição da pobreza. Também se observa que variáveis como renda per capita e taxa de analfabetismo têm um impacto significativo na determinação da pobreza na região analisada.

Palavras-chave: Pobreza. Dependência Espacial. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The aim of this study is to investigate the spatial dependence of poverty in the municipalities of Rio de Janeiro in the year 2010, using spatial exploratory data analysis techniques and specialized econometric modeling. Initially, spatial dependence is assessed through a global spatial autocorrelation measure. Then, three econometric models are estimated and compared: the Ordinary Least Squares Model, the Spatial Lag Model, and the Spatial Error Model. The results suggest that the Spatial Lag Model provides the best fit to the data, offering more robust results. Additionally, the findings indicate the presence of spatial dependence in the distribution of poverty. It is also observed that variables such as per capita income and illiteracy rate have a significant impact on the determination of poverty in the analyzed region.

Keywords: Poverty. Spatial Dependence. Rio de Janeiro.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es investigar la dependencia espacial de la pobreza en los municipios de Río de Janeiro en el año 2010, utilizando técnicas de análisis exploratorio de datos espaciales y modelado econométrico especializado. Inicialmente, la dependencia espacial se evalúa

[1] Alex dos Santos Valle, PPGER/UFRRJ e alexdsvalle@gmail.com.

mediante una medida de autocorrelación espacial global. Luego, se estiman y comparan tres modelos econométricos: el Modelo de Mínimos Cuadrados Ordinarios, el Modelo con Rezago Espacial y el Modelo de Error Espacial. Los resultados sugieren que el Modelo con Rezago Espacial ofrece el mejor ajuste a los datos, proporcionando resultados más robustos. Además, los resultados indican la presencia de dependencia espacial en la distribución de la pobreza. También se observa que variables como el ingreso per cápita y la tasa de analfabetismo tienen un impacto significativo en la determinación de la pobreza en la región analizada. **Palabras clave:** Pobreza. Dependencia Espacial. Río de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico e a redução da pobreza são temas amplamente discutidos (MARTINI, 2009). A pobreza pode ser definida como privação de bens materiais e sociais, ou insuficiência de renda (HAGENARS & DE VOS, 1988). No Estado do Rio de Janeiro, a pobreza persiste com cerca de 4 milhões de habitantes vivendo abaixo da linha da pobreza em 2021. O estudo tem como objetivo identificar padrões espaciais e analisar a concentração da pobreza utilizando o Censo de 2010, com foco em variáveis como educação, saneamento e renda.

METODOLOGIA

Os dados utilizados foram coletados e tratados a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE. A partir do tratamento dos dados foram geradas as seguintes variáveis para as análises:

Percentual de empregos formais de indivíduos de 18 anos ou mais. Índice de Gini. População total em domicílio particular permanente. Proporção da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada. Proporção da população que vive em domicílios com que possui coleta de lixo. Proporção da população pobre. Razão de dependência. Renda domiciliar per capita. Taxa de analfabetismo. Para o modelo, a variável proporção da população pobre é a variável dependente, enquanto que as demais são as explicativas do modelo.

A **Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE)** visa identificar padrões e comportamentos espaciais nos dados. A AEDE examina a distribuição espacial, clusters (agrupamentos) e instabilidade espacial, permitindo visualizar como um fenômeno, como a pobreza, se distribui em áreas geográficas. O índice de Moran é amplamente utilizado para testar a autocorrelação espacial, que avalia se áreas próximas apresentam valores semelhantes ou distintos para uma determinada variável, como a proporção de pobres. A AEDE pode revelar tanto a concentração como a dispersão de um fenômeno, e auxilia na identificação de outliers

espaciais, ou seja, áreas com comportamentos distintos das regiões vizinhas (ALMEIDA, 2012).

Foram aplicados três **modelos econométricos**:

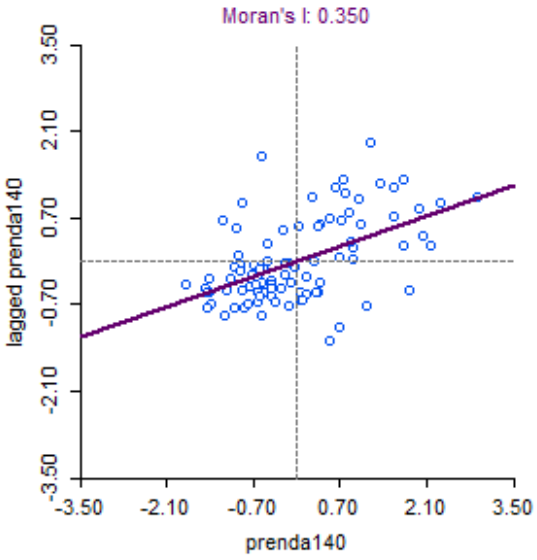
1. **Modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)**: Considera a relação linear entre variáveis, sem levar em conta a dependência espacial.
2. **Modelo com Defasagem Espacial (SAR)**: Captura a influência de uma região sobre outra, ajustando a variável dependente pela proximidade espacial (ANSELIN, 1988).
3. **Modelo de Erro Espacial (SEM)**: Considera que o erro da equação do modelo está espacialmente correlacionado, o que indica que eventos em uma região podem afetar os erros das estimativas em outras regiões próximas (ANSELIN, 1988)..

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Análise Exploratória dos Dados Espaciais

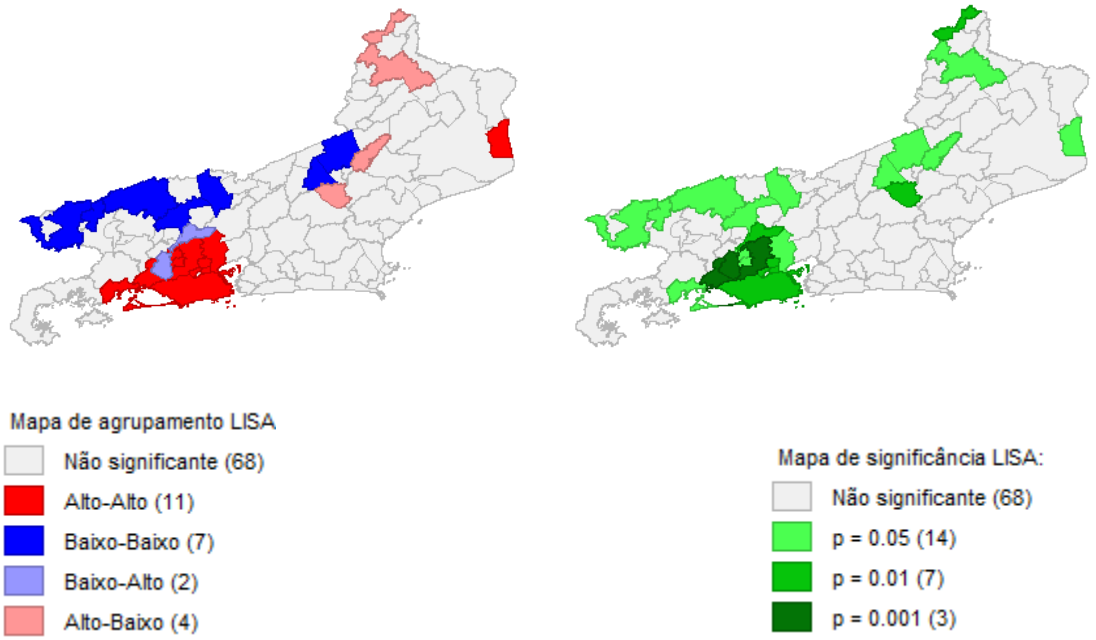
No gráfico 1 temos o I de Moran para a variável proporção da população pobre, o valor de 0,35 indica a presença da autocorrelação espacial positiva em que terá valores altos ou baixo pertos uns dos outros.

Gráfico 1 - I de Moran para variável proporção da população pobre



A figura 3 mostra como se aglomeram espacialmente a variável proporção da população pobre. É possível notar que essa aglomeração ocorre principalmente na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Pero e Mihesen (2013) argumentam que uma parcela da pobreza na região metropolitana do Rio de Janeiro é justificada pelo elevado gasto do orçamento familiar e a alta proporção de trabalhadores que levam mais de uma hora no trajeto de casa ao trabalho, sendo um dos mais elevados do país.

Figura 3 - Mapa de cluster para variável proporção da população pobre



A tabela 1 mostra os modelos econométricos utilizados nesse trabalho. Os resultados indicam que o modelo de Defasagem Espacial é o que melhor se ajusta aos dados, confirmando a existência de dependência espacial da pobreza no Rio de Janeiro. Variáveis como a proporção de população com água encanada e renda domiciliar per capita tiveram impacto significativo, enquanto a taxa de analfabetismo apresentou correlação positiva com a pobreza. O impacto da formalização e da coleta de lixo não é significativo em nenhum dos modelos.

Tabela 1 – Modelo Econométrico

Variáveis	**MQO (1)**	**SAR (1)**	**SEM (2)**
Grau de formalização	0,0061	0,0209	0,0301
	(0,0240)	(0,0208)	(0,0226)
Índice de Gini	4,9842	5,8060	5,2289
	(4,6587)	(4,0166)	(5,2289)
População em domicílio permanente	0,0001***	0,0001**	0,0000*
	(0,0000)	(0,0001)	(0,0000)
Proporção da população com água e banheiro	-0,0936	-0,0767**	-0,0627*
	(0,0394)	(0,0342)	(0,0363)
Renda domiciliar per capita	0,0000**	0,0000**	0,0000*
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0000)

Proporção da população com coleta de lixo	0,0134	0,0099	0,0108
	(0,0094)	(0,0082)	(0,0089)
Razão de dependência	0,0866	0,0696	0,0089
	(0,0994)	(0,0696)	(0,0969)
Taxa de analfabetismo	0,1057	0,0696**	0,1781**
	(0,0755)	(0,0651)	(0,0735)
Constante	-0,7195	-3,4751	-5,3056
	(11,6371)	(10,0353)	(11,1585)
Rhô		0,4430***	
		(0,1077)	
Lãmbda			0,4794***
			(0,1133)
Observações	92		
Teste de dependência Espacial na Regressão MQO - p-valor			
Modelo de Erro Espacial			0,00393
Modelo de Defasgem Espacial		0,00024	
Schwarz criterion	371,367	362,384	363,051

Erros-padrão robustos entre parênteses
*** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1

CONCLUSÃO

O estudo confirma a presença de cinturões de pobreza no Estado do Rio de Janeiro, destacando a necessidade de políticas públicas focadas nas áreas com maior concentração de pobreza. A modelagem econométrica utilizada foi eficaz em captar a dependência espacial, contribuindo para uma melhor compreensão da distribuição da pobreza na região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. DE. **Econometria Espacial Aplicada**. 1°. ed. Campinas: Alínea. Editora, 2012.

ANSELIN, L. (1998). **Spatial Econometrics: methods and models.** Boston: Kluwer Academic.

HAGENAARS, A. & DE VOS, K. *The Definition and Measurement of Poverty*. The Journal of Human Resources vol. 23 n. 2. 1988.

Martini, Ricardo Agostini. Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza / Ricardo Agostini Martini - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

PERO, Valéria; MIHESSEN, Vitor. Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro. Econômica (Niterói), v. 15, p. 71, 2013.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INTELIGÊNCIA TERRITORIAL: POR UMA NOVA REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Claudio A. G. Egler[1]
Marcos Thimoteo Dominguez[2]
Leandro Galheigo Damaceno[3]

Resumo
O artigo defende que a Inteligência Territorial deve ser adotada como uma abordagem teórico-metodológica para uma nova regionalização do ERJ. Essa regionalização servirá de referência às políticas de desenvolvimento regional e deve ser construída sob três premissas básicas: (i) reconhecer o espaço como relacional e produto das relações de produção; (ii) incorporar a análise multiescalar na elaboração de políticas regionais e na organização socioespacial de ativos logísticos, serviços públicos e atividades produtivas; e (iii) o planejamento territorial precisa buscar novos conceitos e ferramentas diante da conjuntura de austeridade fiscal na qual o estado está imerso.
Palavras-chave: Inteligência Territorial; Desenvolvimento Regional; Regionalização; Estado do Rio de Janeiro

Abstract
The article argues that Territorial Intelligence should be adopted as a theoretical-methodological approach for a new regionalization of the State of Rio de Janeiro (ERJ). This regionalization will serve as a reference for regional development policies and should be built on three basic premises: (i) recognizing space as relational and a product of production relationships; (ii) incorporating multiscale analysis in the formulation of regional policies and in the socio-spatial organization of logistical assets, public services, and productive activities; and (iii) the territorial planning requires the search for new concepts and tools to face the situation of fiscal austerity in which the State finds itself immersed
Keywords: Territorial Intelligence; Regional Development; Regionalization; State of Rio de Janeiro.

Resumen
El artículo defiende que la Inteligencia Territorial debe ser adoptada como un enfoque teórico-metodológico para una nueva regionalización del Estado de Río de Janeiro (ERJ). Esta regionalización servirá de referencia para las políticas de desarrollo regional y debe construirse sobre tres premisas básicas: (i) reconocer el espacio como relacional y producto de las relaciones de producción; (ii) incorporar el análisis multiescalar en la elaboración de políticas regionales y en la organización socioespacial de activos logísticos, servicios públicos y actividades productivas; y (iii) la planificación territorial debe buscar nuevos conceptos y herramientas ante la situación de austeridad fiscal en la que está inmerso el estado.
Palabras clave: Inteligencia Territorial; Desarrollo Regional; Regionalización; Estado de Río de Janeiro.

[1] Claudio Antonio Gonçalves Egler, UFRJ/UFF, cegler@gmail.com.
[2] Marcos Thimoteo Dominguez, UFABC, marcosthdz@yahoo.com.br
[3] Leandro Galheigo Damaceno, SEPLAG-RJ, lgdamaceno@planejamento.rj.gov.br

Introdução

A agenda do desenvolvimento regional no Brasil tornou-se mais complexa, abrangendo não apenas problemas históricos não resolvidos, mas também novos paradigmas socio-territoriais, como as questões relacionadas às mudanças climáticas e à sustentabilidade, além de novos processos tecnológicos que vêm reestruturando produtivamente os espaços urbanos no país e no mundo.

Diferentemente do cenário nacional, onde se observa um processo de desconcentração demográfica impulsionado por uma reorganização socioespacial das atividades produtivas e industriais (Diniz; Mendes, 2023); no estado do Rio de Janeiro (ERJ), essa desconcentração tem sido promovida mais pelas dinâmicas dos setores de serviços e mercado imobiliário, e menos por uma possível retomada da industrialização fluminense. Em um contexto de "neoindustrialização" - agenda do Governo Federal-, uma política de desenvolvimento para o ERJ deve se amparar sobre uma visão de coesão territorial estruturada por meio da articulação entre distintas escalas da organização espacial produtiva de suas economias locais e regionais. Evitando assim, uma nova imposição de planos econômicos pautados exclusivamente pela ótica nacional.

Nessa direção, o ERJ elaborou recentemente seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (PEDES). O PEDES fundamenta-se em dois eixos estratégicos: o Desenvolvimento Territorial e a Ciência, Tecnologia e Inovação como formas de ação transversal e como fatores essenciais de competitividade econômica do estado no cenário nacional.

Como contribuição a esse movimento do executivo estadual, consideramos as possibilidades abertas pela adoção do conceito de Inteligência Territorial (IT) no âmbito do planejamento estratégico. Esse conceito baseia-se na importância dos territórios como espaços de ação para suas comunidades, no desenvolvimento sustentável como alternativa a uma visão meramente econômica e nas ciências e tecnologias da informação e comunicação (Gárcia-Madruga; Grilló-Méndez; Esteban-Navarro, 2020).

O artigo defende que a Inteligência Territorial deve ser adotada como uma abordagem teórica e metodológica para uma nova regionalização do estado. Essa regionalização servirá de referência às políticas de desenvolvimento regional e deve ser construída sob três premissas básicas: (i) reconhecer o espaço como relacional e produto das relações de produção, variável chave para entender as transformações e continuidades que marcam a

trajetória do desenvolvimentismo fluminense; (ii) incorporar a análise multiescalar na elaboração de políticas regionais e na organização socioespacial de ativos logísticos, serviços públicos e atividades produtivas; e, por fim, (iii) o planejamento territorial precisa buscar novos conceitos e ferramentas diante da conjuntura de austeridade e ajuste fiscal na qual o estado está imerso.

Metodologia

Em termos metodológicos, a adoção do conceito de Inteligência Territorial (IT) nos campos do planejamento público e das políticas de desenvolvimento regional deve seguir quatro enfoques básicos: o primeiro considera que a leitura do território exige conhecimento multidisciplinar. Não existe nenhuma disciplina ou formação que possa reivindicar o conhecimento completo da multiplicidade de situações presentes no território. Esse princípio parte do reconhecimento das diversidades ecossistêmica e sociocultural encontradas no território, bem como da complexidade dos processos que explicam sua dinâmica.

O segundo enfoque destaca que o objetivo da IT é o fortalecimento da coesão territorial; isto é, a coesão social no território, estimulando a participação das comunidades em seu desenvolvimento de forma justa e sustentável. A coesão permite abranger a diversidade de culturas que coexistem no tecido social.

O terceiro enfoque, de caráter mais técnico, mas que não deixa de ser fundamental, é a garantia de disseminação da informação territorial e a difusão dos seus métodos de análise, com apoio das geotecnologias. O acesso à informação territorial é essencial para qualquer processo transparente de gestão e constitui um requisito fundamental das práticas democráticas. As geotecnologias permitem tratar, de modo rápido e eficaz, uma vasta gama de informações geográficas, desde dados estatísticos a imagens de satélites, radares e modelos digitais do terreno, constituindo um instrumento fundamental para o exercício da Inteligência Territorial.

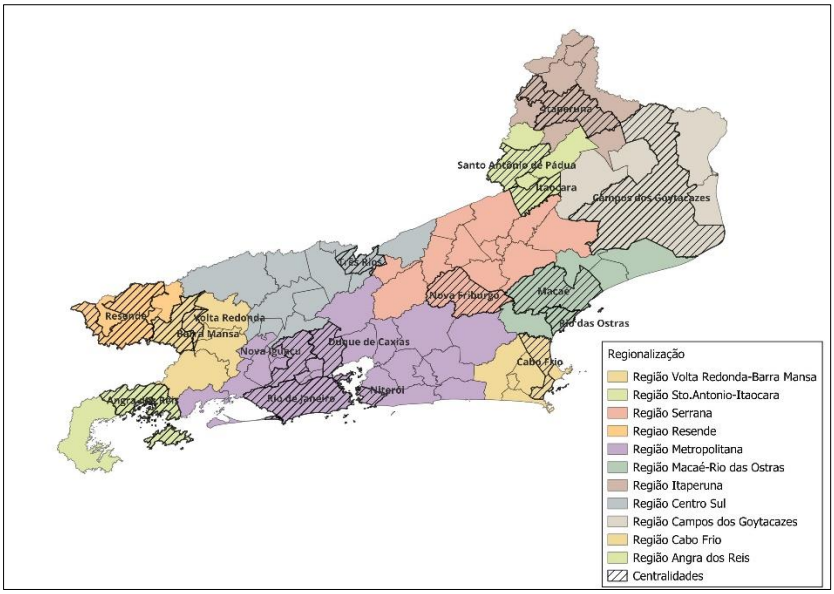
Por fim, o quarto enfoque, que representa o maior desafio das políticas públicas, é a promoção da governança territorial. Essa governança depende das negociações estabelecidas entre as diferentes esferas de poder e da construção de arranjos colaborativos com os diversos segmentos da sociedade civil. Trata-se da gestão do território, que é dinâmica e adaptativa, formada por um componente técnico-científico, que parte do conhecimento sobre os processos que ocorrem no território, e um

componente institucional resultante da negociação/tensão social para a implementação das decisões de planejamento na promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Discussão

Como resultado dessas proposições, o poder executivo estadual apresentou uma nova leitura regional como subsídio para a elaboração do PEDES. A regionalização proposta está ancorada na noção de policentralidade (Egler; Dominguez; Regatto, 2015) e identifica os municípios que possuem o que o plano chama de elementos de centralidade. Essa base territorial resulta da congregação entre a presença de importantes ativos logísticos e um mercado de trabalho/consumidor com força de atração, de um lado; e de fluxos e dinâmicas regionais significativas em termos de interações socioespaciais e produtiva e de organização do espaço urbano-regional, por outro.

Figura: nova regionalização para o desenvolvimento econômico e regional do ERJ



Fonte: elaboração dos autores

Para além desse novo recorte espacial, é preciso avançar, contudo, sobre os desafios para a promoção do desenvolvimento regional, que hoje estão colocados pelo novo padrão de industrialização e pela crescente demanda de serviços intensivos em tecnologia.

Pela *rationale* subjacente ao conceito de IT, o uso eficiente e sinérgico dos investimentos públicos e privados passa pela concentração de recursos escassos em áreas competitivas. Esta forma de especialização permite que as regiões aproveitem escala, escopo e transbordamentos na produção e uso do conhecimento, que são importantes

impulsionadores da produtividade. Por outro lado, esse movimento deve ser tratado dentro de uma estrutura de boa governança, que considera as especificidades regionais e suas potencialidades em termos de desenvolvimento econômico e coesão territorial.

Conclusão

Como meio para promover a transformação das economias territoriais no médio e longo prazo, a inteligência territorial fornece permite a uma região identificar suas áreas potenciais de especialização inteligente. Sem um conhecimento detalhado dos territórios, assim como de seus ativos tangíveis e intangíveis, seria difícil desenvolver uma estratégia de desenvolvimento regional, capaz de lidar com os tensionamentos multiescalares e com as contradições inerentes ao desenvolvimento.

A proposta de uma nova regionalização, por sua vez, reposiciona o planejamento público territorial diante do seu real interlocutor, a sociedade. Abre-se, em conjuntura de austeridade fiscal, uma nova agenda estratégica no contexto do desenvolvimento fluminense, agora alinhada aos novos desafios socioeconômicos, ambientais e tecnológicos.

Referências

DINIZ, Clélio Campolina; MENDES, Philipe Scherrer. Tendências Regionais da Indústria Brasileira no Século XXI. In: D**esenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Organizadores: Monteiro Neto, Aristides; COLOMBO, Lucileia Aparecida; NETO, João Mendes da Rocha. Rio de Janeiro: IPEA, 2023, p.217-253.

EGLER, Claudio; DOMINGUEZ, Marcos; REGATTO, André. Dinâmica territorial e a estruturação espacial do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Rio de Janeiro jul-dez, p. 11–22, 2015.

GARCÍA-MADURGA, Miguel-Ángel; GRILLÓ-MÉNDEZ, Ana Julia; ESTEBAN-NAVARRO, Miguel Ángel. Territorial Intelligence, a Collective Challenge for Sustainable Development: A Scoping Review. **Social Sciences**, v. 9, n. 7, jul., p. 126, 2020.

CRIMINALIDADE, REGIÃO E TERRITÓRIO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE a REFORMA COMARCAL de 1833 E A ELITE POLÌTICA DO NORTE FLUMINENSE (1822-1871)"

Claudia Atallah[1]

Resumo: O estudo propõe uma análise da reforma comarcal de 1833 na Província do Rio de Janeiro e de como esse processo impactou na (re)organização, na época, dos poderes regionais a partir da demarcação dos territórios de poder da justiça, as comarcas. Parto de um diálogo com a historiografia sobre a(s) elite(s) política(s) fluminense(s) e da hipótese de que as comarcas representavam a principal divisão territorial da província. Tal panorama proporcionou o fortalecimento de grupos envolvidos com a aplicabilidade da justiça e a política administrativa regionais. Proporcionou, da mesma forma, a imposição da ordem imperial, moldando a cidadania excludente desenhada pela constituição de 1824 e institucionalizada com o código penal de 1830 e o processo do código de 1832, ajudando a forjar a concepção de marginalidade em oposição à ideia de cidadão brasileiro e a necessidade de se controlar a movimentação dos povos.
Palavras-chave: Justiça; Rio de Janeiro; Comarcas; Ordem Imperial; Criminalidade.

Abstract: The study proposes an analysis of the 1833 comarcal reform in the Province of Rio de Janeiro and how this process impacted on the (re)organization, at the time, of regional powers based on the demarcation of the territories of power of justice, the comarcas. I start from a dialog with historiography on the political elite(s) of Rio de Janeiro and the hypothesis that the comarcas represented the main territorial division of the province. This scenario allowed for the strengthening of groups involved in the application of justice and regional administrative policy. It also led to the imposition of the imperial order, shaping the exclusionary citizenship designed by the 1824 constitution and institutionalized with the 1830 penal code and the 1832 code process, helping to forge the concept of marginality in opposition to the idea of Brazilian citizens and the need to control the movement of peoples.
Keywords: Justice; Rio de Janeiro; Counties; Imperial Order; Criminality.

Resumen: El estudio propone un análisis de la reforma comarcal de 1833 en la Provincia de Río de Janeiro y cómo este proceso impactó en la (re)organización de los poderes regionales de la época, a partir de la demarcación de territorios de poder judicial, las comarcas. Parto de un diálogo con la historiografía sobre la(s) élite(s) política(s) de Río de Janeiro y de la hipótesis de que las comarcas representaban la principal división territorial de la provincia. Este panorama permitió el fortalecimiento de los grupos involucrados en la aplicación de la justicia y la política administrativa regional. También condujo a la imposición del orden imperial, configurando la ciudadanía excluyente diseñada por la constitución de 1824 e institucionalizada con el código penal de 1830 y el proceso del código de 1832, contribuyendo a forjar el concepto de marginalidad en oposición a la idea de ciudadanía brasileña y a la necesidad de controlar la circulación de los pueblos.

Palabras clave: Justicia; Rio de Janeiro; Condados; Orden Imperial; Criminalidad.

[1] Claudia Cristina Azeredo Atallah.
UFF Campos dos Goytacazes / PPGHS UERJ
clauatallah@gmail.com

Introdução

A história político-administrativa do Brasil passa, inevitavelmente, pelo estudo da justiça e da formação de seu campo (BOURDIEU, 2010), das elites e de suas estratégias para controle das movimentações espaciais dos povos nos territórios demarcados pelos poderes instituídos. Portanto, essa história é também, no mundo de herança lusitana, a história da administração da justiça.

Partindo dessa afirmação, pretendo, nesse trabalho, investigar as nuances políticas da reforma comarcal de 1833 operada na província do Rio de Janeiro e como os impactos dessa (re)organização ajudaram a delinear estatutos sociais e políticos de grupos que ascenderam economicamente a partir das últimas décadas do século XVIII. Nesse contexto foram forjadas estratégias para imposição da ordem e delineamento do cidadão de bem, em oposição à ideia de marginalidade e ameaça social (FOUCAULT, 2014).

O estudo compreende o período entre 1822, partindo da independência e de toda movimentação para instituir as leis do novo Estado, até 1871, considerando o Decreto N. 4.824, de 22 de novembro de 1871, que vai separar a atuação da polícia da justiça com a criação do inquérito policial. Acredito que somente a partir desse decreto o pesquisador pode estabelecer bases para pensar a modernidade jurídica no Direito de origem luso-brasileiro. O campo jurídico, tão bem identificado por Pierre Bourdieu (2010), formar-se-ia a partir dessa conjuntura.

As comarcas representaram o cerne da administração política do Império português de Antigo Regime. Desde as incontornáveis obras de António Manuel Hespanha (1994) e de Stuart Schwartz (2011), a historiografia tem discutido a problemática das jurisdições nesse universo social neotomista e holístico, a partir principalmente da atuação dos agentes de poder, local e regional (CAMARINHAS, 2010) (MELLO, 2015) (ATALLAH, 2016). Desse modo, pesquisas se concentraram em estudos prosopográficos e performances individuais, de conflitos e negociação, não se aprofundando na importância que as demarcações territoriais adquiriam com estratégia de controle dessas populações das conquistas, da entrada para os sertões proibidos e na atuação de potentados locais que burlavam essas proibições. A jurisdição da justiça real era, portanto, demarcada pela comarca e, exercida, nas áreas de conquistas portuguesas, pelos ouvidores. Segundo Mafalda Soares da Cunha e António Castro Nunes, a configuração comarcal da América portuguesa se manteve, quase que totalmente, inalterada até final do século XVIII, a contar do início da conquista, pelos idos do século XVI. (CUNHA e NUNES, 2016).

O Decreto de 15 de janeiro de 1833 fez parte da conjuntura de reformas iniciadas a partir da independência e alterou profundamente a configuração territorial da administração da justiça em todo país.[2] Até 1871 seriam mais cinco adequações nesse conglomerado. A transição no aparato legal e jurídico-administrativo, das Ordenações Filipinas para um conjunto de leis que regulariam o Estado de Direito então instituído[3], deixa transparecer, para seus estudiosos, ações orquestradas para a manutenção do status quo das elites (portadoras de um legado sociopolítico de Antigo Regime) e uma reconhecida necessidade em se controlar o delinear da cidadania e da propriedade no Brasil independente. E a demarcação dos territórios de poder eram parte importante desse contexto. A promulgação do código penal de 1830, do processo do código de 1832 e da reforma comarcal de 1833 na província do Rio de Janeiro, faz parte dos esforços em se instituir um aparato judiciário que atendesse à essas demandas e preservasse as elites, regionalmente distribuídas.

Material e Métodos

A proposta de pesquisa alinha-se aos recentes debates delineadores de uma História da Justiça pensada por historiadores e que estabelece diálogos interdisciplinares com a Geo-história, a Teoria do Direito e a Antropologia. Objetiva-se investigar os impactos da reforma comarcal de 1833 na (re)organização do território da justiça na província do Rio de Janeiro e de suas elites. Além de reunir um acervo cartográfico sobre a referida reforma, será necessário a pesquisa em processos criminais de homicídio, depositados em arquivos fluminenses. Os documentos possibilitarão uma maior compreensão sobre a administração da justiça e de polícia, bem como sobre as estratégias pensadas por seus agentes para o controle (e monopólio) da violência e imposição da ordem.

Conceitos como Região e Territórios de poder assumem aqui grande relevância (BOURDIEU, 2010) (RAFFESTIN, 1993). Será necessário retornar aos debates historiográficos sobre a elite imperial no Brasil para se entender de qual(is) elite(s) o estudo trata (LEAL, 1976) (CARVALHO, 1996) (MATTOS, 1990) (DOLHNIKOFF, 2005). As elites oitocentistas, vinculadas politicamente ao processo político de construção do Estado e economicamente à agroexportação, não podem ser analisadas em conjunto haja vista estejam visceralmente ligadas à terra e à sua região de origem. Em alguns episódios analisados, região e território demarcado se contrapõem, como demonstrarei.

---

[2] Ver, sobre reformas comarcais em outras províncias, entre outros, (CHAVES, 2013) e (BEIR et MARHTIN, 2018)

[3] Falo aqui das duas primeiras décadas pós independência, desde a outorga da constituição de 1824 até a primeira reforma do código penal, em 1841.

Resultados e Discussão

O projeto de pesquisa, com o mesmo título dessa apresentação, está em fase inicial de execução. Até setembro de 2024 foram catalogados cerca de 140 processos criminais de homicídio de algumas comarcas criadas com a Reforma de 1833. Os documentos estão sob a guarda de alguns arquivos públicos do estado do Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Museu da Justiça e Arquivo Público Waldir Pinto de Carvalho. O objetivo é analisar os discursos contidos nos autos e os debates em torno de uma cultura jurídica própria ao universo jurídico luso-brasileiro às vésperas da modernidade jurídica.

Um estudo de cartografia histórica está sendo realizado. A intenção é notar como o território foi demarcado pelas autoridades político-judiciárias, bem como os ajustes realizados ao longo da temporalidade apontada, com o objetivo de tornar mais eficiente o controle social e a imposição da ordem: à medida em que as populações se movimentavam, provocando novos processos urbanos, as demarcações desses territórios de poder eram revistas ou adequadas. As elites regionais participavam desses processos e estavam, na maioria das vezes, à frente dos cargos da justiça e das câmaras em suas vilas e cidades.

Pretendo cotejar, portanto, índices criminais, administração da justiça, demarcação dos territórios de poder, controle populacional e estratégias de repressão para produzir, ao final do projeto, um mapa da criminalidade na província do Rio de Janeiro, indicando possíveis estratégias dos poderes instituídos regionalmente para a moldagem do cidadão de bem, expressão cara à legislação imperial

Conclusões

Nesse recente campo da História da justiça feita por historiadores, pesquisadores têm se voltado para as relações entre os discursos formais estabelecidos nos autos do processo, a verdade formal, e a verdade material, operada socialmente, a partir das práticas jurídicas nos auditórios e influências regionais de culturas políticas e vida cotidiana. Tais discursos (e suas práticas) expressam ideologias dominantes apropriadas por elites políticas que se aliam para impor a ordem e estabelecer estratégias de controle social. Tratadística e legislação penal, retórica e práticas judiciais, monopólio da violência e controle da ordem. Conexões que podem levam o pesquisador a identificar os discursos impetrados e questionar até que ponto as reformas no Direito alcançaram as práticas jurídicas de primeira instância e as instâncias recursais.

Por fim, é necessário sublinhar que o iluminismo jurídico, suas leituras e interpretações realizadas em diversas partes do mundo então conhecido, subsidiaram processos de revisão e reinterpretação das leis, de controle social e das formas de punição.

Tais processos não estavam, necessariamente, interligados e dependeram das bases que estruturavam a cultura política, além do seu arcabouço costumeiro com nuances de tradicionalismo. (HESPANHA, 2017) (FOUCAULT, 2001) (FOUCAULT, 2014)

Referências

ATALLAH, C. Cristina Azeredo. Da justiça em nome d'El Rey justiça, ouvidores e inconfidência no centro sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Eduerj, 2016.

BEIER, José Rogério et MARTHIN, Daniel. Aspectos da representação do território paulista em sua cartografia impressa: uma análise cartobibliográfica (1833-1932). Revista franco-brasilera de geografia 34 | 2018 Número 34

CAMARINHAS, Nuno. Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o império colonial, séculos XVII e XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

CARVALHO, José Murilo. I A Construção da Ordem. II Teatro de Sombras. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Relume Dumará, 1996.

CUNHA, Mafalda Soares da e NUNES, António Castro. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, séculos XVI-XVIII. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 39.p.001-030, jan-abr.,2016.

DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

EDNEILA RODRIGUES CHAVES. Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região Norte. VARIA HISTÓRIA, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013

FOUCAULT, Michel. 2001. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora.

FOUCAULT, Michel. 2014. Vigiar e punir nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes.

HESPANHA, António Manuel. Às vésperas do Leviathan. Instituições e poder político: Portugal (século XVII). Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, A. M. Sacerdotes do direito: Direito, juristas e poder social no liberalismo oitocentista. Edição do Kindle: 2017.

MELLO, Isabele de Matos Pereira. Magistrados a serviço do Rei: os ouvidores-gerais e a administração da justiça na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790). Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade, 2015.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993

SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

Agradecimentos: Agradeço ao CNPq a concessão de bolsa de Iniciação Científica através do PIBIC desde 2017 até 2024. Agradeço à FAPERJ a concessão de Auxílio para Pesquisa, através do Edital ARC 2019 e de bolsa de Iniciação Científica.Agradeço ao Programa Mais Ciência, da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, pela concessão de uma bolsa de Iniciação Científica durante o ano de 2024.

A DINÂMICA LOCACIONAL DO EMPREGO NO SEGMENTO *UPSTREAM* DA CADEIA PRODUTIVA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO BRASIL: ANÁLISE EVOLUTIVA DO QUOCIENTE LOCACIONAL E DO COEFICIENTE DE REDISTRIBUIÇÃO

Robson Santos Dias[1]

RESUMO
O objetivo do trabalho é analisar a dinâmica locacional recente dos empregos formais no segmento upstream da indústria de petróleo e gás natural, que nos últimos anos vem sofrendo uma série de impactos derivados tanto do quadro de crise a partir de 2014, quanto da mudança relativa da geografia da produção entre a emergente Bacia de Santos e a declinante Bacia de Campos. Como metodologia, utilizou-se as técnicas de mensuração dos quocientes locacionais e dos coeficientes de redistribuição entre 2002 e 2021, para avaliar os padrões de concentração e desconcentração da indústria ao longo da série histórica. A investigação verificou que vem ocorrendo certa desconcentração espacial das atividades, porém no sentido de maior regionalização das atividades entre os municípios fluminenses do Rio de Janeiro, Macaé e São João da Barra, reduzindo o caráter de enclave que o setor tinha durante o ciclo em que a Bacia de Campos concentrava mais de 80% da produção nacional de petróleo e gás natural.

Palavras-chave: Indústria extrativa de petróleo e gás natural; Dinâmica locacional; Mercado de trabalho formal.

ABSTRACT
The objective of this study is to analyze the recent locational dynamics of formal employment in the upstream segment of the oil and natural gas industry, which in recent years has been experiencing a series of impacts derived from both the crisis starting in 2014 and the relative shift in the geography of production between the emerging Santos Basin and the declining Campos Basin. The methodology used involves the measurement techniques of location quotients and redistribution coefficients between 2002 and 2021 to evaluate the industry's concentration and deconcentration patterns throughout the historical series. The investigation found that there has been a certain spatial deconcentration of activities, but in the sense of greater regionalization of activities among the municipalities of Rio de Janeiro, Macaé, and São João da Barra in the state of Rio de Janeiro, reducing the enclave character that the sector had during the cycle when the Campos Basin concentrated more than 80% of the national oil and natural gas production.

Keywords: Extractive oil and natural gas industry; Locational dynamics; Formal labor market.

RESUMEN
El objetivo de este estudio es analizar la dinámica locacional reciente del empleo formal en el segmento upstream de la industria de petróleo y gas natural, que en los últimos años viene experimentando una serie de impactos derivados tanto de la crisis a partir de 2014 como del cambio relativo en la geografía de la producción entre la emergente Cuenca de Santos y la

[1] Robson Santos Dias é professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental no Instituto Federal Fluminense e pesquisador do Observatório Socioeconômico dos Municípios Produtores de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro (www.obpetro.com.br/home). E-mail: robson.dias@gsuite.iff.edu.br.

declinante Cuenca de Campos. La metodología utilizada involucra las técnicas de medición de cocientes de localización y coeficientes de redistribución entre 2002 y 2021 para evaluar los patrones de concentración y desconcentración de la industria a lo largo de la serie histórica. La investigación encontró que ha habido una cierta desconcentración espacial de las actividades, pero en el sentido de una mayor regionalización de las actividades entre los municipios de Río de Janeiro, Macaé y São João da Barra en el estado de Río de Janeiro, reduciendo el carácter de enclave que el sector tuvo durante el ciclo en que la Cuenca de Campos concentraba más del 80% de la producción nacional de petróleo y gas natural.

Palabras clave: Industria extractiva de petróleo y gas natural; Dinámica locacional; Mercado de trabajo formal.

INTRODUÇÃO

A última década foi marcada por transformações importantes da indústria de petróleo e gás natural no Brasil, algumas de caráter conjuntural, outras de caráter estrutural, e ainda outras originalmente surgidas da conjuntura, mas deram ensejo para tentativas de impor mudanças estruturais.

O principal evento ocorrido foi o chamado contrachoque do petróleo (Azevedo; Silva Neto, 2020), que foi a brusca queda dos preços internacionais a partir de 2014, desestabilizando os caixas, superdimensionando as relações dívida x receita e colocando em questão os planejamentos de investimentos das principais empresas do setor. No Brasil, esse evento foi agravado pelas turbulências políticas causadas pela Operação Lava Jato, que redundaram numa mudança na correlação de forças que beneficiaram uma agenda liberal pró-mercado no âmbito do setor e de sua principal empresa, a Petrobras.

Os rebatimentos desses processos nas regiões "produtoras" foram bastante intensos. Milhares de empregos foram perdidos, causando muito desalento e incerteza sobre o futuro dessas regiões, que se beneficiaram durante a fase ascendente do ciclo econômico do setor, que teve uma duração relativamente longa no Brasil – desde, pelo menos, o final da década de 1990. É importante frisar que no Brasil quando se fala de "regiões produtoras de petróleo e gás natural", apesar de a Agência Nacional do Petróleo reconhecer municípios da Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e São Paulo, é no Rio de Janeiro que se concentra a "região produtora" no país, dada a concentração tanto da renda petrolífera, quanto da economia do petróleo, como se verá adiante.

Ocorre que justamente com o início do contrachoque do petróleo, acontecia uma mudança estrutural na geografia da produção de petróleo e gás natural: o declínio produtivo da Bacia de Campos, até 2018 principal província brasileira, e o exponencial crescimento da Bacia de Santos, que atualmente é responsável por três quartos do petróleo equivalente produzidos

no país. A crise teve dois efeitos na zona confrontante à Bacia de Campos: a drástica redução das receitas da renda petrolífera, que causou graves consequências nos orçamentos municipais e estadual no Rio de Janeiro; e a aguda extinção de postos de trabalho nos setores alavancados pelo segmento *upstream* da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, que também impactou de forma muito intensa na demanda agregada da economia regional.

Com isso, a confusão entre o estrutural – a mudança na geografia da produção de petróleo e gás natural *offshore* – e o conjuntural – que foi o colapso dos preços internacionais, que mais cedo ou mais tarde se recuperariam – tornou necessária a identificação dos processos de mudança e permanência na dinâmica territorial do setor. Trocando em miúdos: a questão era saber se a crise desencadearia mudanças locacionais das empresas do segmento *upstream*, levando a uma mudança no padrão espacial da economia do petróleo no estado do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, o objetivo do trabalho é analisar a dinâmica locacional recente dos empregos formais no segmento upstream da indústria de petróleo e gás natural, de modo a identificar se há mudanças na geografia das empresas que atuam como fornecedoras do segmento *upstream* da cadeia produtiva de petróleo e gás natural.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudos recentes vêm descrevendo e inventariando os fixos do que tem sido denominado de *circuito espacial do petróleo*, assim como apontando aspectos da dinâmica econômica derivada dessa estrutura. Entretanto, tais análises têm sido insuficientes no que concerne à *evolução* da economia do petróleo e dos royalties no território, de modo a identificar os processos de mudança e permanência. Nesse sentido, a análise realizada neste estudo explicita como o conjunto de atividades do segmento *upstream* da indústria do petróleo e gás natural vem se comportando no tempo e no espaço, diante dos eventos que têm impactado o setor.

Para isso, optou-se por utilizar dois indicadores estatísticos de análise regional que permitissem mensurar a evolução da dinâmica locacional do segmento *upstream* ao longo do período entre 2007 e 2022: 1) o quociente locacional, que permitiu a análise das mudanças em curso no grau de especialização produtiva das principais atividades da indústria extrativa de petróleo e gás natural na escala dos municípios; 2) o coeficiente de redistribuição, que permitiu identificar os processos de concentração e dispersão das atividades no período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à escala nacional, existe uma inequívoca concentração das atividades relacionadas ao segmento upstream da cadeia produtiva do petróleo e gás natural no estado do Rio de Janeiro, que com o pré-sal viu reforçada sua especialização nas atividades do segmento e, consequentemente, a dependência da economia fluminense ao desenvolvimento da atividade extrativa offshore. Nesse sentido, a Bacia de Santos é, antes de tudo, fluminense em suas implicações econômicas e territoriais.

No âmbito da localização na escala dos municípios, o exponencial crescimento da Bacia de Santos vem induzindo algumas mudanças na geografia do emprego – e, portanto, da produção – do segmento upstream, ao mesmo tempo que se mantém características importantes do ciclo de dominância da Bacia de Campos. O reforço da posição fluminense na indústria vem se dando a nível local a partir de algum reforço da função do cluster de Macaé, que se amplia para Rio das Ostras, como principal polo de serviços para a Bacia de Campos e de Santos. Por outro lado, parte de sua centralidade vem sendo compartilhada com outros municípios, em especial Rio de Janeiro e Niterói e, em menor medida, São Gonçalo e São João da Barra, que começam a aparecer na estatística mais recente. Esse é um dado novidadeiro em relação ao ciclo da Bacia de Campos, que funcionava numa forma de enclave clássico em Macaé, apesar da participação importante do parque naval da região metropolitana e de Angra dos Reis. Os dados permitem inferir que se constitui um sistema mais regionalizado e articulado entre São João da Barra, Macaé e região metropolitana.

CONCLUSÕES

Convive-se no estado do Rio de Janeiro duas realidades distintas, que devem ser analisadas e acompanhadas em sua evolução. Por um lado, vê-se o rápido declínio da produção da outrora principal província petrolífera do país, a Bacia de Campos. Por outro lado, experimenta-se ainda o crescimento de características exponenciais da produção da Bacia de Santos, que a despeito do nome, continua a alavancar principalmente o estado do Rio de Janeiro. Ambas significaram uma aguda especialização da economia fluminense no segmento *upstream* da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, que apresenta características análogas ao fenômeno da dependência da trajetória, cujo risco que se apresenta no horizonte seria o *lock-in* e uma possível decadência econômica, quando o estado do Rio de Janeiro deixar de ser o "emirado" que hoje o define. Esse cenário, se correto, exige atenção redobrada das principais instituições fluminense na definição de políticas de desenvolvimento regional capazes de diversificar a economia estadual, em especial em setores da indústria de transformação capazes de criar encadeamentos que complexifiquem a estrutura produtiva regional.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Leandro Campos; SILVA NETO, Romeu. Instabilidade no cenário socioeconômico e político no Brasil a partir de 2014: contrachoque do petróleo, mudanças no marco regulatório e Operação Lava Jato. **Cadernos do desenvolvimento fluminense,** Rio de Janeiro, nº 19, p. 11-42, 2020.

Agradecimentos

Esse trabalho é parte dos resultados parciais da pesquisa "A reestruturação da indústria de petróleo e gás natural nas regiões produtoras e as transformações na economia e no território fluminense", que recebe financiamento da Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do Programa de Apoio a Projetos Temáticos no Estado do Rio de Janeiro – 2021, Proc. E-26/211.350/2021.

Política Nacional de Desenvolvimento Territorial: Desmonte, Retomada e Desafios para o Estado do Rio de Janeiro

Victor Tinoco
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
victor.tinoco@mda.gov.br

Resumo:
Este trabalho discute o impacto do desmonte das políticas públicas federais, com foco na Política Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT), durante o período de retrocessos pós-golpe de 2016, e sua retomada no Governo Lula III. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), extinto e recriado, é analisado como peça central nesse processo, com ênfase nas políticas de segurança alimentar e desenvolvimento agrário. A análise se apoia nos trabalhos de Silvia Zimmerman (2021) sobre o desmonte institucional e de Sérgio Leite sobre o ciclo de políticas públicas. Além disso, o texto propõe uma abordagem territorial baseada nas reflexões de Marcos Saquet 9, focando no Rio de Janeiro, onde a criação de novos territórios é discutida como estratégia de desenvolvimento. Conclui-se que, para que a PNDT tenha sucesso, é essencial articular participação social e a reorganização do território, indo além de delimitações institucionais para enfrentar as desigualdades regionais.
Palavras-Chave: Desenvolvimento territorial; Política de Desmonte; Política de Retomada; Agricultura familiar; Governo Lula.

Abstract:
This paper discusses the impact of the dismantling of federal public policies, focusing on the National Territorial Development Policy (PNDT), during the period of setbacks following the 2016 coup, and its revival under the Lula III government. The Ministry of Agrarian Development and Family Agriculture (MDA), which was dissolved and later re-established, is analyzed as a central component of this process, with emphasis on food security policies and agrarian development. The analysis draws on the works of Silvia Zimmerman on institutional dismantling and Sérgio Leite on the public policy cycle. Additionally, the text proposes a territorial approach based on the reflections of Marcos Saquet, focusing on Rio de Janeiro, where the creation of new territories is discussed as a development strategy. It concludes that for PNDT to succeed, it is essential to coordinate social participation and territorial reorganization, going beyond institutional boundaries to address regional inequalities.
Keywords: Territorial development; Dismantling policy; Recovery policy; Family agriculture; Lula government

Resumen:
Este trabajo discute el impacto del desmantelamiento de las políticas públicas federales, centrándose en la Política Nacional de Desarrollo Territorial (PNDT), durante el período de retrocesos tras el golpe de 2016, y su reactivación bajo el gobierno de Lula III. El Ministerio de Desarrollo Agrario y Agricultura Familiar (MDA), que fue disuelto y posteriormente restablecido, se analiza como un componente clave en este proceso, con énfasis en las políticas de seguridad alimentaria y desarrollo agrario. El análisis se basa en los trabajos de Silvia Zimmerman sobre el desmantelamiento institucional y de Sérgio Leite sobre el ciclo de las políticas públicas. Además, el texto propone un enfoque territorial basado en las reflexiones de Marcos Saquet, centrándose en Río de Janeiro, donde la creación de nuevos territorios se discute como una estrategia de desarrollo. Se

concluye que para que la PNDT tenga éxito, es esencial articular la participación social y la reorganización territorial, superando las delimitaciones institucionales para enfrentar las desigualdades regionales.
Palabras Clave: Desarrollo territorial, Política de desmantelamiento, Política de reactivación, Agricultura familiar, Gobierno de Lula

Introdução:

A trajetória política do Brasil nas últimas décadas reflete avanços e retrocessos na construção de políticas públicas, especialmente no campo da segurança alimentar e desenvolvimento agrário. Com a eleição do Presidente Lula em 2003, o país experimentou um período de políticas novodesenvolvimentistas, marcado pela inclusão social e pela estruturação de um Estado que atuava de forma direta no combate à pobreza rural e na promoção da agricultura familiar. No entanto, o golpe de 2016 contra a então Presidenta Dilma Rousseff gerou um desmonte dessas políticas, com impactos profundos na sociedade, como discutido por Silvia Zimmerman em suas análises sobre a destruição institucional.

Esse desmonte teve efeitos diretos na extinção do MDA, que até então era o principal responsável por articular ações de segurança alimentar e desenvolvimento territorial. O Governo Lula III, iniciado em 2023, se depara com o desafio de reconstruir essa estrutura desmantelada, em um contexto de profundas desigualdades sociais e territoriais. Neste sentido, a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial surge como uma ferramenta essencial para reorganizar o espaço geográfico brasileiro e promover o desenvolvimento regional.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto do desmonte e da retomada dessas políticas, utilizando como estudo de caso o estado do Rio de Janeiro. Para tanto, este estudo explora as bases teóricas de Sérgio Leite (2020) sobre o ciclo de políticas públicas e as contribuições de Marcos Saquet sobre o conceito de território, para propor uma reflexão sobre os novos desafios da gestão pública territorial no Brasil.

Material e Métodos:

Para investigar a Política Nacional de Desenvolvimento Territorial no contexto do Rio de Janeiro, foram adotados métodos qualitativos baseados em revisão bibliográfica e análise documental. O trabalho é fundamentado nas teorias de Silvia Zimmerman, que examina o desmonte das políticas públicas, e de Sérgio Leite, que aborda o ciclo de políticas públicas, desde sua formulação até a implementação e os desafios da retomada.

As obras de Marcos Saquet fornecem a base conceitual para discutir a territorialidade, abordando o território como uma dimensão integradora entre sociedade e natureza, e não apenas como uma delimitação geográfica.

A pesquisa documental inclui relatórios e normativas do MDA e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, além de dados secundários do IBGE e do INCRA, que permitem traçar o panorama atual dos territórios rurais no estado do Rio de Janeiro. A análise dos territórios no estado se foca na memória política das regiões já estabelecidas, como Norte e Noroeste fluminense, e propõe a criação de novos territórios, como Baixada Fluminense e sistemas Lagunares.

Os métodos adotados visam explorar as interseções entre desmonte e retomada de políticas públicas, enfatizando os impactos territoriais e as possibilidades de reorganização espacial. A proposta é construir um diagnóstico sobre a viabilidade e os desafios da implementação da PNDT no Rio de Janeiro, levando em consideração as realidades sociais e ambientais locais.

Resultados e Discussão:

Os resultados indicam que o desmonte das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, iniciado em 2016, teve efeitos devastadores na capacidade do Estado de atuar na promoção da inclusão social no meio rural. A extinção do MDA, em particular, enfraqueceu a articulação entre as diversas políticas voltadas à agricultura familiar, gerando um vácuo institucional. Essa situação foi agravada pela redução de investimentos em segurança alimentar e pelo enfraquecimento da participação social, componentes essenciais da PNDT.

Com a recriação do MDA no Governo Lula III, observa-se um esforço de retomada das políticas públicas, ainda que em um cenário de desafios econômicos e políticos. A proposta de novos territórios no estado do Rio de Janeiro surge como uma estratégia para integrar diferentes realidades sociais e ambientais, conforme apontado por Marcos Saquet, onde o território é visto como um espaço de interação entre sociedade e natureza.

No Rio de Janeiro, a política territorial foi implementada em áreas como o Norte e Noroeste fluminense, mas ainda há lacunas a serem preenchidas. A criação dos territórios da Baixada Fluminense e dos sistemas Lagunares, abrangendo as lagoas de Araruama e Feia, busca responder às especificidades locais, que incluem alta densidade populacional e áreas de vulnerabilidade ambiental. Nesse contexto, a PNDT pode se

mostrar uma ferramenta fundamental para reorganizar a governança territorial, promovendo o desenvolvimento sustentável e a participação social.

Conclusões:

A Política Nacional de Desenvolvimento Territorial é um instrumento vital para a retomada das políticas públicas de inclusão social no Brasil. O desmonte promovido após 2016 deixou um legado de desigualdades agravadas, especialmente nas áreas rurais. No entanto, a recriação do MDA e a retomada da PNDT oferecem uma oportunidade de reconstrução, desde que novos desafios sejam enfrentados, como a reorganização territorial.

No estado do Rio de Janeiro, a proposta de novos territórios, como a Baixada Fluminense e os sistemas Lagunares, aponta para uma necessidade de adaptação da política à realidade local. Esses territórios, com suas especificidades ambientais e sociais, devem ser vistos como espaços integradores, onde a participação social e a sustentabilidade ambiental são chave para o desenvolvimento.

Referências:

LEITE, Sergio. Ciclo de Políticas Públicas no Brasil: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Brasil. 2020

SAQUET, Marcos. Território e Desenvolvimento: Uma Abordagem Crítica. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2015

ZIMMERMAN, Silvia. Desmonte das Políticas Públicas no Brasil Pós-2016. Brasília: IPEA. 2019.

REESTRUTURAÇÃO URBANA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: NOVAS FORMAS, VELHOS PROCESSOS

Gabrielle de Souza Frade[1]

Resumo
O município de Campos dos Goytacazes, após passar pela reestruturação produtiva nas últimas décadas, tem vivenciado atualmente o processo de reestruturação urbana, entre outros fatores, devido à mudança nas atividades econômicas predominantes no município que têm promovido migração e êxodo rural. Neste contexto, o bairro Parque Rodoviária, após incremento de infraestrutura e setor de serviços, tem se tornado alvo de investimentos na construção de condomínios fechados de alto padrão, que vem sendo construídos no entorno da maior favela do município, fato que tem gerado conflitos e ameaçado a permanência da população mais pobre, que, por meio de ações estatais, vem sendo paulatinamente removida para bairros afastados e precários, configurando um quadro de segregação socioespacial.

Abstract
The municipality of Campos dos Goytacazes, after undergoing productive restructuring in recent decades, has currently experienced the process of urban restructuring, among other factors, due to the change in the predominant economic activities in the municipality that have promoted migration and rural exodus. In this context, the Parque Rodoviária neighborhood, after an increase in infrastructure and services sector, has become the target of investments in the construction of high-standard gated condominiums, which have been built around the largest favela in the municipality, a fact that has generated conflicts and The permanence of the poorest population is threatened, which, through state actions, has been gradually removed to remote and precarious neighborhoods, creating a situation of socio-spatial segregation.

Resumen
El municipio de Campos dos Goytacazes, luego de sufrir una reestructuración productiva en las últimas décadas, actualmente vive el proceso de reestructuración urbana, entre otros factores, debido al cambio en las actividades económicas predominantes en el municipio que han promovido la migración y el éxodo rural. En este contexto, el barrio Parque Rodoviária, luego de un aumento en el sector de infraestructura y servicios, se ha convertido en el objetivo de inversiones en la construcción de condominios cerrados de alto estándar, que se han construido alrededor de la favela más grande del municipio, hecho que ha generaron conflictos y se ve amenazada la permanencia de la población más pobre, la cual, a través de acciones estatales, ha sido desplazada paulatinamente hacia barrios remotos y precarios, generando una situación de segregación socioespacial.

Palavras-chave: Reestruturação Urbana; Campos dos Goytacazes; Segregação Socioespacial

[1] Gabrielle de Souza Frade, CPII e PPGG – UFRJ, gabrielle.frade@gmail.com

Introdução

O município de Campos dos Goytacazes, localizado na região Norte Fluminense, a 234 quilômetros da capital estadual, com um total de 4.027 Km² de área, o maior município em extensão territorial do estado do Rio de Janeiro, tem passado por mudanças importantes no setor terciário com o surgimento de novas atividades comerciais e de serviços, diante do processo de reestruturação urbana engendrado na escala global. O aumento populacional e a necessidade de atendimento às demandas de consumo impulsionaram o surgimento de novas formas comerciais em áreas fora do núcleo central. Tais espaços comerciais criaram novas centralidades que têm condicionado a concentração comercial em bairros que até pouco tempo não dispunham de tais equipamentos ao mesmo tempo que têm promovido intensa valorização da terra urbana.

O bairro Parque Rodoviária, que até o início dos anos 2000 era área predominantemente rural, com baixa densidade demográfica, herança fundiária da Usina do Queimado, começou a ser incorporado no processo de expansão urbana do município na última década, recebendo obras de infraestrutura urbana e novos equipamentos comerciais, como a instalação de um shopping center e de hipermercado, megalojas e um hotel no mesmo terreno. Verifica-se que o impacto da construção do shopping center na produção do espaço de suas imediações foi absolutamente elevado, tornando-se uma das áreas com maior valorização do município, conforme podemos observar na tabela abaixo.

Preço do metro quadrado do solo nos bairros no entorno do Shopping Boulevard

Bairro	2007	2009	2011	2024*
Parque Leopoldina	--	R$540,00	R$493,00	R$2.013,00
Parque Julião Nogueira	R$193,00	R$166,00	R$381,00	--
Parque São Caetano	R$305,00	R$349,00	R$381,00	R$2.068,00
Parque Rodoviário	**R$20,00**	**R$309,00**	**R$500,00**	**R$2.966,00**
Parque Santo Amaro	R$280,00	R$333,00	--	--
Parque Esplanada	R$97,00	R$116,00	R$140,00	R$2.106,00

Fonte: Faria, 2012 (*adaptado pela autora)

A chegada de infraestrutura comercial e de serviços atraiu a atenção de promotores imobiliários. Hoje o bairro Parque Rodoviário conta com cinco condomínios horizontais

voltados para classe média alta e alta. Muitos lotes desses condomínios ainda não foram vendidos, outros estão na fase de construção de residências e o bairro já teve um incremento populacional considerável sendo, atualmente, o 7º bairro mais valorizado (uma valorização de mais de 14.000% de acordo com a tabela acima) num total de 34 bairros do município segundo dados da plataforma Imóveis Guide.

Contrastando com essa nova realidade, estão as cerca de 400 famílias residentes da Favela da Margem da Linha, até 2014 considerada a maior favela de Campos, formada basicamente por antigos trabalhadores do corte de cana da Usina do Queimado, que agora convivem essa nova realidade de uma demanda solvável recém-chegada em área majoritariamente ocupada por uma população de poucos recursos, alterando o perfil de moradia do Parque Rodoviária. A instalação desses empreendimentos horizontais nesta área tem resultado em alguns conflitos de interesses, na segregação socioespacial e na luta, por parte da população da favela, pelo direito à cidade.

Materiais e Métodos

Para alcançar os objetivos foram levantados dados secundários disponibilizados por órgãos como IBGE, principalmente nas bases SIDRA, CIDADES, ESTADIC e MUNIC, além da ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Center) e ADEMI (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário), que mensalmente gerencia dados de imóveis comerciais e residenciais e realizado um mapeamento comparativo acerca do processo de espraiamento urbano, na porção oeste do município de Campos dos Goytacazes, analisando o incremento da infraestrutura de imóveis e serviços do local após a construção do shopping center.

Em trabalho de campo realizado em março de 2023, foram visitados alguns condomínios no entorno do Shopping Boulevard acompanhados por um corretor de imóveis onde, além de observação, pudemos realizar conversas informais com alguns moradores. Também foram realizadas entrevistas com representantes de movimentos sociais como a Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos (FAMAC) e o Centro Juvenil São Pedro, que realiza trabalho social com crianças e adolescentes da comunidade e atualmente promove grande mobilização em prol da permanência dos moradores em seus locais de residência a fim de esclarecer a real participação popular na estruturação dos planos de estratégia de desenvolvimento do município, assim como entrevistar o subsecretário de panejamento urbano do município que nos deu um panorama dos investimentos públicos na cidade.

Resultados e Discussão

Na sociedade capitalista o acesso às diversas áreas da cidade é controlado pelo mercado imobiliário, onde as classes sociais de maior poder econômico têm acesso e se apropriam das áreas mais valorizadas, comumente mais bem servidas de infraestruturas e amenidades. Engels (1985) ao analisar o surgimento e desenvolvimento da cidade industrial capitalista, já apontava para um processo de diferenciação na ocupação do espaço urbano, em que a população mais pobre era obrigada a viver nas piores áreas das cidades.

Desde seu surgimento ainda no final do século XIX, no Rio de Janeiro, as favelas qualificam-se como objeto de intervenção, constituindo-se como problema social e alvo de diferentes modalidades de intervenção urbana (VALLADARES, 2005). Segundo o autor, as políticas remocionistas são mais cômodas para o Estado que se encarrega de construir conjuntos habitacionais em zonas periféricas afastadas, promovendo o deslocamento de famílias pobres e consequentemente retirar das áreas mais valorizadas os problemas decorrentes da manutenção das mesmas, além de favorecer aos promotores imobiliários que através da especulação, acabam valorizando o solo.

Caldeira (1997) ressalta como os discursos e estratégias de proteção, na atualidade, se entrelaçam com as transformações urbanas para produzir um padrão de segregação baseado em um novo formato de espaço público, apartando e distanciando os grupos sociais. Segundo a autora "a segregação – tanto social como espacial – é uma marca das cidades. As regras que compõem o espaço urbano são substancialmente padrões de diferenciação social e, até mesmo, de separação, expressando como os grupos sociais se inter-relacionam nas cidades." (CALDEIRA, 1997, p. 211).

Conclusões

O município de Campos dos Goytacazes, assim como outras cidades médias brasileiras que vêm se tornando alvo preferencial do desenvolvimentismo recente (SANTOS, 2012), vivencia problemas urbanos, que até algumas décadas atrás eram exclusividade de grandes metrópoles. A instalação dos empreendimentos supracitados no bairro Parque Rodoviária resulta em vários conflitos e na segregação socioespacial, na luta pelo direito à cidade, no não cumprimento de normas de uso e ocupação do solo urbano ditado pela acumulação de capital e especulação imobiliária.

O objetivo do "Morar Feliz", programa de habitação popular municipal, não tem sido oferecer moradia digna à população que necessita amparo social, e sim expulsá-la de

seu território a partir do momento que este se torna área de interesse do capital imobiliário. Harvey (1980), ao discutir o significado de segregação, argumenta que diferenciação residencial significa acesso diferenciado a recursos necessários para se adquirir oportunidades para ascensão social. Segregação, ou ainda, diferenciação residencial segundo grupos, significa disparidades na proximidade às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, e ausência de proximidade aos custos da cidade como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc.

Morar num bairro periférico de baixa renda, nessas circunstâncias, significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, renda e cultural. Isso quer dizer que um morador de um bairro periférico pobre tem condições mínimas de melhorar socialmente ou economicamente. Implica, na maioria dos casos, em apenas reproduzir a força de trabalho disponível para o capital. Infere-se, portanto, que estas pessoas estão fadadas a perpetuar o ciclo vicioso da pobreza, da miséria, da violência, aliada à falta de um Estado capaz de suprir as necessidades básicas dessa população.

O cenário exposto evidencia que a moradia como direito social está marcada por inúmeras dificuldades, sendo imperativa a organização comunitária em constantes esforços e resistência à possibilidade de remoção, luta pela permanência em suas casas e por uma intervenção que garanta não só o direito à moradia, mas o direito à moradia adequada, que também envolve o espaço urbano sustentável e inserido na cidade.

Referências

CALDEIRA, T. P. Enclaves Fortificados: a Nova Segregação Urbana. São Paulo: Estudos Cebrap, v. 47, p. 155-176, 1997.

ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Global, 1985.

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, A. M. Cidades Médias: novas fronteiras de oportunidades. In: SANTOS, A. M.; MARAFON, G. J.; SANT'ANNA, M. J. G. (Org.). Rio de Janeiro: um território em mutação. Rio de Janeiro: Gramma: Faperj, 2012.

VALLADARES. L. P. A invenção da favela: do mito de origem à favela. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

5 SEGURANÇA PÚBLICA

O estado do Rio de Janeiro possui graves e urgentes problemas associados ao campo da segurança pública. A malha urbana é pontuada pelas divisões, tensões e conflitos associados à lógica do controle territorial armado de facções do tráfico de drogas e milícias, além da influência do jogo do bicho. As formas de enfrentamento dessa particularidade fluminense baseiam-se em operações policiais, que já se mostraram historicamente tão ineficazes quanto letais, sobretudo para a população pobre, negra e moradora de favelas e periferias. Neste contexto em que as iniciativas estatais nesta área aprofundam os problemas, a segurança pública infelizmente se torna um tema transversal e com consequências econômicas, sociais, políticas e institucionais para a região. A sessão temática acolherá e discutirá trabalhos que procurem estabelecer diagnósticos e propostas na área, sempre que possível contemplando as dinâmicas das diferentes regiões do estado.

A SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DOS TIROTEIOS NA UNIDADE ESCOLAR DE SENADOR CAMARÁ

Valérea da Silva Bezerra[1]

Licencianda em Geografia pelo Colégio Pedro II

Valerea.bezerra.1@cp2.edu.br

Resumo

O presente trabalho é resultado da pesquisa de campo desenvolvida a partir da observação participante em uma escola Municipal, situada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Senador Camará. A ideia central da pesquisa baseia-se em evidenciar e problematizar como a ação policial e os recorrentes confrontos que ocorrem no bairro, afetam e impactam significativamente de diferentes formas as dinâmicas escolares. Somente este ano, de acordo com os registros feitos, entre fevereiro e setembro ocorreram cerca de 20 intervenções policiais, em 140 dias letivos. Desse modo, busco apresentar diante de análises, estudos e da experiência vivenciada nessa unidade, os desafios enfrentados. Nesse estudo, o conceito de situação geográfica introduzido e desenvolvido pelo geógrafo alemão, Friedrich Ratzel, reflete como a ocorrência dessas ações, em interação com um conjunto de fatores que serão apresentados, afeta e incide de forma direta ou indireta nas dinâmicas desse espaço escolar.

Palavras-chave: Intervenções policiais; Situação Geográfica; Senador Camará; Espaço escolar;

Abstract

The present work is result of field research developed from participating observation at a City school, located in the West Zone of Rio de Janeiro City in the neighborhood of Senador Camará. The central idea of research is based on evidence and problematizing how police action and recurring confrontations that occur in the neighborhood, affects and significantly impacts in different forms the school dynamics. Only this year, according to the records made, between February and September occurred about 20 police interventions in 140 school days. In this way, I seek to present before analysis, studies and experience experienced in this unit, the challenges faced. In this study, the concept of geographic situation introduced and developed by the German geographer, Friedrich Ratzel, reflects as the occurrence of these actions, in interaction with a set of factors that will be presented, affected and directly indirectly or indirectly in the dynamics of this school space.

Key words: police interventions; Geographic situation; Senador Camará; School space;

Resumen

El trabajo actual es resultado de la investigación de campo desarrollada a partir de la observación participativa en una escuela de la ciudad, ubicada en la zona occidental de la

---

[1] Valérea da Silva Bezerra
Licencianda em Geografia pelo Colégio Pedro II.

Valerea.bezerra.1@cp2.edu.br

ciudad de Río de Janeiro, en el barrio del Senador Camará. La idea central de la investigación se basa en la evidencia y problematizando cómo la acción policial y los enfrentamientos recurrentes que ocurren en el barrio, afectan y repercuten significativamente en diferentes formas la dinámica escolar. Sólo este año, según los registros realizados, entre febrero y septiembre se produjeron aproximadamente 20 intervenciones policiales en 140 días escolares. De esta manera, pretendo presentar antes de análisis, estudios y experiencia experimentados en esta unidad, los retos a los que se enfrentan. En este estudio, el concepto de situación geográfica introducido y desarrollado por el geógrafo alemán Friedrich Ratzel, refleja como la aparición de estas acciones, en interacción con un conjunto de factores que serán presentados, afectados e indirectamente o indirectamente en la dinámica de este espacio escolar.

Palabras clave: intervenciones policiales; situación geográfica; Senador Camará; espacio escolar;

Introdução

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo, desenvolvida e realizada, a partir da observação participante em uma escola Municipal, situada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Senador Camará. De modo geral, a ideia central da pesquisa baseia-se em evidenciar e problematizar como a ação policial e os recorrentes confrontos que ocorrem no bairro e nas proximidades, afetam e impactam significativamente de diferentes formas as dinâmicas do espaço escolar.

A efetiva ação da polícia no bairro, decorre a partir da intitulada e reconhecida operação policial – ação essa que pode ser compreendida enquanto uma atuação planejada pelas forças armadas – cujo o objetivo principal é combater atividades criminosas, como o comércio do tráfico de drogas no bairro, por exemplo. Durante esse período de pesquisa, ocorreram recorrentes confrontos pautados nessa lógica de "guerras às drogas", onde a polícia – nesse caso, no geral, o 14º Batalhão da Polícia Militar (BPM) - assumiu o papel de agente interventor na região.

Nesse sentido, a efetiva ação da polícia no bairro, no entorno, ou a possibilidade da ocorrência dessas ações, ou até mesmo de qualquer eventualidade que esteja associada à polícia, gera uma sensação de muita instabilidade no funcionamento da unidade escolar e no cotidiano de gestores, professores, responsáveis e alunos. É importante também destacar que tais intervenções e os impactos dessas ações nesse espaço, não é algo recente, e fatores que serão melhor detalhados, como a localização, o entorno, a ação policial abrupta e os rumores feitos por parte da população constituem o cotidiano desses indivíduos, e condicionam o quadro de insegurança e de instabilidade nas dinâmicas escolares.

Dentro desse recorte temático da pesquisa, utilizamos o conceito de situação geográfica introduzido e desenvolvido pelo geógrafo alemão, Friedrich Ratzel, para compreendermos a relação existente entre esses fatores que serão abordados, junto ao fenômeno da operação policial - ambos vistos como constituintes da situação geográfica.

Material e Método

A pesquisa foi desenvolvida e realizada a partir do estágio realizado no Ginásio Educacional Olímpico (GEO) Professora Ivone Nunes Ferreira, escola pública municipal, localizada no bairro de Senador Camará. Desde fevereiro deste ano (2024), atuo na unidade como mediadora escolar, e desde então, através da observação participante, pude acompanhar, analisar e registrar a rotina escolar e suas dinâmicas, tanto presencialmente, quanto virtualmente, através do grupo do WhatsApp dos funcionários. Durante esse período de oito meses, tive a oportunidade de conhecer e trabalhar ativamente com cerca de 36 funcionários da unidade escolar, divididos entre gestores, professores e funcionários responsáveis pela limpeza e cozinha do colégio.

Resultados e Discussão

Durante esse período de pesquisa e de análise, foram produzidos dados com os indicativos dos impactos das operações policiais nos dias letivos escolar, onde constam respectivamente: (**1**) o quantitativo mensal e total de dias letivos que consta no planejamento pedagógico da unidade escolar durante esse período de oito meses; (**2**) o quantitativo mensal e total das aulas letivas suspensas devido a essas intervenções policiais; (**3**) o quantitativo mensal e total de aulas suspensas devido aos falsos rumores de operações policiais na região (**4**) e, por fim, o número total de dias letivos perdidos, em relação tanto às operações policiais, como também aos falsos rumores dessas ações.

De acordo com os registros feitos, entre os meses de fevereiro e início de setembro ocorreram cerca de 20 operações policiais, em 140 dias letivos na unidade escolar, como ilustra o quadro abaixo:

AULAS SUSPENSAS DEVIDO AS OPERAÇÕES POLICIAIS E OS FALSOS RUMORES – GEO PROFESSORA IVONE NUNES FERREIRA (2024)				
Meses	**1**. Dias letivos mensais que constam no planejamento pedagógico da unidade escolar	**2**. Dias letivos suspensos devido às operações policiais	**3**. Dias letivos suspensos devido aos falsos rumores de operações policiais	**4**. Total de dias letivos perdidos devido as operações policias junto aos rumores dessas ações
Fevereiro	18	2	-	2
Março	20	4	-	4

Abril	21	1	-	1
Maio	21	6	3	9
Junho	20	2	1	3
Julho	13	3	-	3
Agosto	22	1	-	1
Setembro	5	1	-	1
Total	**140**	**20**	**4**	**24**

Elaboração própria / ***Análise feita até o dia 06/09/2024.***

Como foi abordado anteriormente, há outros fatores além da localização/entorno e da própria ação policial inesperada que incide nas dinâmicas escolares da unidade. Além de Senador Camará ser composto por um conjunto de favelas, como por exemplo, a Favela da Coréia, do Sapo, do Rebu e Cavalo de Aço, o bairro faz limites também com outras duas favelas conhecidas - Vila Aliança e Vila Kennedy, fato este que explica o porquê muitas das vezes as operações feitas nesses bairros vizinhos, acabam afetando e influenciando significativamente o funcionamento das unidades escolares de Camará.

Além disso, é importante destacar também que durante esse período de pesquisa, identificamos que muitas aulas foram suspensas na unidade escolar por conta da instabilidade da região e dos falsos rumores de que haveria operação policial no território. Somente este ano, houveram quatro vezes falsos alarmes de supostas operações policiais, que acabou acarretando na suspensão das aulas. Quando somamos esse quantitativo de aulas suspensas, junto aos dias efetivos de operações policiais, os números atualizados de aulas perdidas são ainda mais alarmantes, contabilizando em 24 dias letivos, equivalendo a 17,1% do total de aulas perdidas.

No que se refere aos supostos rumores, assim como destacou Menezes (2020, p. 28), dentre as várias análises sobre o conceito, podemos compreender o *rumor* enquanto "um padrão comunicativo que se desenvolve quando um grupo de pessoas está envolvido em uma situação na qual acontece fora da rotina e todos reúnem, então, seus recursos intelectuais em um esforço para se orientarem."

Nesse sentindo, podemos afirmar que o rumor enquanto um processo de transmissão de notícias ambíguas e inverídicas, ocorridas e feitas em momentos emblemáticos, onde um grupo de pessoas podem ser afetadas, também é um fator importantíssimo na constituição da instabilidade na região, onde toda a rotina e dinâmica da unidade escolar poderá ser impactada, quando tais rumores forem as operações policiais nestes espaços.

Conclusões

Apesar de tais impactos não serem tão perceptíveis para quem é de fora, para gestores, professores e funcionários da unidade escolar os desafios têm se tornado cada vez maiores. No GEO, por exemplo, as turmas têm um planejamento que recorrentemente precisa ser adaptado. Diferentes atividades organizadas e planejadas para os alunos, nesses meses, não ocorreram porque justamente teve operação no dia. Toda a organização das atividades externas, como eventos, torneios e gincanas estão sendo programados com a perspectiva de cancelamentos por conta das possíveis operações policiais que podem ocorrer na região.

Diante do que foi exposto, podemos afirmar que Senador Camará vive um cenário atual de constante violência, de tensão e instabilidade. Atualmente, toda a dinâmica escolar está sendo afetada. Antes as aulas eram canceladas pelas operações policiais, hoje, além das operações, os boatos e a insegurança nesses espaços, o não aviso por parte da polícia, acaba pesando nas decisões do cancelamento das aulas. Logo, conclui-se que esse conjunto de fatores descritos, associados à ação policial, contribui significativamente com a suspensão das aulas letivas e com a dinâmica escolar de forma direta ou indireta.

Desse modo, cada vez mais o debate sobre esta temática torna-se urgente, e novas proposições devem ser consideradas, para que se repense em novas soluções e se promova cada vez mais um ambiente inclusivo, igualitário, para que esses alunos - que sofrem com a desigualdade educacional, ao serem afetados de diversas formas nesses espaços, por conta dessa rotina de extrema violência e conflitos - tenham dignidade e os seus direitos garantidos, como ter acesso, por exemplo, a um ensino de qualidade, que contribua com a sua formação enquanto alunos e cidadãos.

Referencias

MENEZES, Palloma. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. Dossiê Sociologia e Antropologia dos Rumores. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v. 4, n. 12, pp. 21-42, novembro de 2020. ISSN 2526-4702. DOSSIÊ: https://grem-grei.org/numero-atual-socurbs//

Sergio Nunes Pereira, «Sobre a *Situação Geográfica* de Ratzel: breve nota», *Terra Brasilis* [Online], 15 | 2021, posto online no dia 31 julho 2021, consultado o 11 junho 2024. URL: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/9284;

Agradecimentos

Ao Colégio Pedro II, ao Professor Eduardo de Oliveira Rodrigues, à Escola Municipal Ginásio Educacional Olímpico Professora Ivone Nunes Ferreira, ao Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ).

“Legitimidade do Matar”: Uma análise dos inquéritos de Letalidade e Vitimização Policial no Rio de Janeiro

Doriam Borges[1]
Eduardo Ramos[2]

Resumo: O presente trabalho investiga a letalidade e a vitimização policial no Rio de Janeiro, com foco na legitimidade do matar e do morrer nas políticas de segurança pública fluminense. A pesquisa analisa os inquéritos de homicídios envolvendo policiais arquivados ou denunciados em 2016, identificando problemas no fluxo investigativo e na prestação de socorro, bem como na investigação e no trabalho das perícias. A metodologia incluiu entrevistas com atores-chaves, apreciação de resoluções normativas e análise dos inquéritos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Os resultados apontam para uma série de falhas no sistema de justiça criminal, com uma alta taxa de arquivamentos e devoluções de inquéritos pela Polícia Civil e o Ministério Público. A discussão destaca a necessidade de um controle externo mais efetivo da atividade policial e a responsabilização por ações ilegais. Conclui-se que há uma urgência em reformar os procedimentos investigativos e fortalecer o papel do Ministério Público na investigação de homicídios decorrentes de intervenção policial.
Palavras-chave: Letalidade policial; Vitimização policial; Ministério Público; Inquéritos; Rio de Janeiro.

Abstract:
This paper examines police lethality and victimization in Rio de Janeiro, with a focus on the legitimacy of killing and dying within the state's public security policies. The study analyzes investigations into police-involved homicides that were either archived or reported in 2016, identifying issues in the investigative process, the provision of victim support, and the work of forensic experts. The methodology includes interviews with key stakeholders, an assessment of regulatory resolutions, and an analysis of investigations conducted by the Public Prosecutor's Office of the State of Rio de Janeiro. The findings reveal significant flaws in the criminal justice system, including a high rate of case dismissals and the frequent return of investigations by both the Civil Police and the Public Prosecutor's Office. The discussion underscores the need for more effective external oversight of police activities and accountability for unlawful actions. The paper concludes that there is an urgent need to reform investigative procedures and to

[1] Professor do PPCIS/UERJ e Pesquisador do LAV-UERJ.
[2] Doutorando do PPCIS/UERJ e Pesquisador do LAV-UERJ.

enhance the role of the Public Prosecutor's Office in investigating homicides resulting from police interventions.
Keywords: Police lethality; Police victimization; Public Prosecutor's Office; Investigations; Rio de Janeiro.

Resumen:
Este trabajo investiga la letalidad y victimización policial en Río de Janeiro, con un enfoque en la legitimidad de matar y morir dentro de las políticas de seguridad pública del estado. El estudio analiza las investigaciones de homicidios que involucran a agentes policiales archivadas o denunciadas en 2016, identificando problemas en el flujo investigativo, la prestación de asistencia a las víctimas, así como en la investigación y el trabajo de los peritos forenses. La metodología incluyó entrevistas con actores clave, evaluación de resoluciones normativas y análisis de investigaciones realizadas por el Ministerio Público del Estado de Río de Janeiro. Los resultados revelan una serie de fallas en el sistema de justicia penal, destacando un alto índice de archivo y devolución de investigaciones por parte de la Policía Civil y del Ministerio Público. El debate subraya la necesidad de un control externo más efectivo de la actividad policial y una mayor rendición de cuentas por las acciones ilegales. Se concluye que es urgente reformar los procedimientos de investigación y fortalecer el papel del Ministerio Público en la investigación de homicidios derivados de intervenciones policiales.
Palabras clave: Letalidad policial; Victimización policial; Ministerio Público; Investigaciones; Río de Janeiro.

Introdução

O tema letalidade policial levanta diversos questionamentos sobre as causas do fenômeno e as possibilidades de enfrentamento. No que tange a atuação da polícia do Rio de Janeiro, muito se fala sobre os problemas relacionados a elevada letalidade e a cultura autoritária herdada dos tempos da ditadura militar no país que permanecem mesmo após a promulgação da Constituição de 1988 (Santos, 2009).

Parte dos policiais, incorporam a armadura bélica e reproduzem a violência policial. Dessa forma, a falta de preparo para lidar com os conflitos resultar em atos de abuso de poder, que vão de agressões físicas a homicídios. Vale ressaltar que as mortes cometidas por policiais são camufladas por meio do argumento da resistência à atividade policial.

Considerando essas questões, há uma instituição muito relevante, responsável pelo controle externo da polícia: o Ministério Público. Com a Constituição de 1988, o Ministério

Público passou a ter como missão o controle externo da atividade policial – ainda que as Ouvidorias de Polícia também possam fazê-lo. Entretanto, na prática, nem sempre essa atividade é realizada adequadamente como foi definida (Lemgruber, Musumeci e Cano, 2003).

Todas essas carências no que toca ao controle externo e interno das polícias favorecem o desenvolvimento de um quadro no qual, além de haver muitos homicídios praticados por policiais, esses não sejam devidamente apurados pelos órgãos encarregados de fazê-lo, o que pode contribuir para que esses atos continuem sendo executados.

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o tratamento dado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) as mortes sofridas e provocadas pela polícia na capital fluminense. Para tanto, foram analisados os inquéritos criminais que tenham sido concluídos em 2016 para estes tipos de violência. Além disso, procuramos compreender as dinâmicas formais e práticas no fluxo de investigação dos homicídios decorrentes de intervenção policial no Rio de Janeiro.

Metodologia

O objetivo central deste estudo é a análise dos inquéritos relacionados à letalidade e à vitimização policial que foram arquivados ou denunciados em 2016 pelo MPRJ. A abrangência espacial da pesquisa foi delimitada aos homicídios envolvendo policiais ocorridos na cidade do Rio de Janeiro. No total, 38 inquéritos de homicídios sofridos ou cometidos por policiais denunciados pelo MPRJ foram analisados em profundidade, permitindo a construção de um banco de dados específico. Dentre os inquéritos arquivados, 180 estavam diretamente relacionados ao objeto deste estudo, e também foram incluídos no banco de dados. O número total de inquéritos referentes a mortes provocadas por policiais (letalidade policial) e de mortes de policiais (vitimização) na capital fluminense, cuja tramitação no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ocorreu em 2016, foi de 214.

Em uma segunda fase da pesquisa, foram realizadas visitas às instituições relevantes, o que cominou na realização de 12 entrevistas com atores-chave, incluindo promotores de justiça, assessores técnicos do MPRJ, policiais civis e especialistas no tema.

Para analisar as peças dos procedimentos policiais referentes aos homicídios decorrentes de intervenção policial, a equipe de pesquisa solicitou ao Serviço de Divisão de Transparência da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro informações sobre o status e o estágio das investigações até o ano de 2020, abrangendo o período de 2010 a 2019. De acordo com o banco de dados fornecido, foram criados 3.084 documentos/procedimentos relativos a homicídios

decorrentes de intervenção policial no período analisado. Cabe destacar que um único procedimento pode envolver uma ou mais vítimas de letalidade policial.

Resultados:

A análise das investigações de homicídios cometidos por policiais no período de 2010 a 2019, com base nas "peças dos procedimentos policiais" da Polícia Civil (como Registros de Ocorrência, Guias de Remessa, Autos de Prisão em Flagrante, Termos de Declarações, entre outros), revela que uma parte significativa dos procedimentos permanece nos estágios preliminares, como inquérito ou flagrante, com um número considerável de casos antigos ainda em tramitação.

Ao ampliar a análise para incluir o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, foram examinados 214 inquéritos de homicídios envolvendo policiais, denunciados ou arquivados em 2016. Desses, 173 tratavam de letalidade policial, 35 de vitimização de policiais, e 6 referiam-se a situações em que policiais eram simultaneamente autores e vítimas. A maior parte dessas mortes ocorreu entre 2015 e 2016, sendo a maioria dos homicídios registrada em áreas de favelas. A letalidade policial foi observada com maior frequência durante patrulhamentos de rotina e operações especiais, sendo o confronto armado a justificativa mais comum. Apesar de a prestação de socorro às vítimas ser frequentemente relatada, essa prática é muitas vezes questionada, pois pode ser utilizada para encobrir ações policiais ilegais. O estudo também identificou falhas graves no processo investigativo, como a remoção de corpos sem a realização de perícia adequada, a ausência de uma análise detalhada da cena do crime e a insuficiência de exames balísticos. Em termos de resultados, verificou-se que a maioria dos arquivamentos, tanto de casos de letalidade quanto de vitimização policial, ocorreu após mais de cinco anos de tramitação, comprometendo a eficácia das investigações e levantando preocupações sobre a responsabilização dos envolvidos.

O Ministério Público enfrenta críticas recorrentes pela condução inadequada de investigações sobre homicídios decorrentes de intervenção policial, com inquéritos frequentemente arquivados por insuficiência de provas ou pela aplicação de excludentes de ilicitude, como a legítima defesa. A narrativa padrão presente nos registros de ocorrência tende a legitimar as ações policiais, refletindo uma cultura de impunidade. Essa discussão revela falhas sistemáticas no fluxo investigativo, como a remoção de corpos sem perícia adequada e a ausência de preservação da cena do crime. O padrão de arquivamento por insuficiência de provas ou pela justificativa de legítima defesa reitera a necessidade de uma reforma nos

procedimentos investigativos e de um controle mais efetivo das ações policiais, a fim de garantir justiça e responsabilização.

Conclusões:

Um destaque do estudo diz respeito ao papel fundamental do Ministério Público nesta questão, uma vez que que tem como uma de suas funções a fiscalização externa das polícias. Diferentes procedimentos definem que o Ministério Público deve agir quando há suspeita de irregularidade ou morosidade nas investigações desenvolvidas pela Polícia Civil. Assim, o MP pode solicitar novos laudos periciais para a resolução dos casos em investigação. Entretanto, no decorrer da pesquisa, foi verificado, a partir do discurso dos entrevistados, que na prática grande parte dos casos são arquivados corroborando para a impunidade dos policiais que cometem homicídio. Vale destacar que existem casos de representantes do Ministério Público que fazem valer suas atribuições constitucionais, executam, de fato, o controle externo da polícia.

Um resultado importante encontrado durante o trabalho de campo foi a omissão do Ministério Público na investigação dos casos e no controle externo da polícia. O argumento de legítima defesa utilizado pelos policiais e os pedidos de arquivamento fundamentados em investigações precárias na verdade são exemplos de uma "legitimação do matar". O estudo conclui que há uma necessidade urgente de reformar os procedimentos investigativos e fortalecer o papel do Ministério Público na investigação de homicídios decorrentes de intervenção policial. É necessário um controle mais efetivo da atividade policial e uma investigação mais rigorosa dos casos de letalidade e vitimização para garantir justiça e responsabilização pelas ações policiais.

Referências

LEMGRUBER Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. Quem vigia os vigias?: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record; 2003.

MISSE, Michel; NERI, Natasha; GRILLO, Carolina Christoph. Letalidade policial e indiferença legal: A apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: Dilemas, 2014.

MISSE, Michel (org). O inquérito policial no Brasil. Uma pesquisa empírica. Booklink: Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências e conflitualidades. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

CHAGAS FREITAS E SUA INFLUÊNCIA NA FUSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1979-1983): A ÁREA SEGURANÇA PÚBLICA NO CASO DA PM/RJ CRIADA EM 1975

Danielle Santos[1]

Resumo

Este artigo preenche uma lacuna na literatura ao investigar o papel de Chagas Freitas na formação da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Através da análise de documentos históricos, o estudo busca compreender os processos de decisão e os conflitos políticos que levaram à fusão das forças policiais da Guanabara e do Rio de Janeiro. Ao analisar a criação da Polícia Militar como um estudo de caso, o artigo contribui para uma melhor compreensão da gênese da instituição e de seu papel na história política e social do estado, evidenciando a importância de Chagas Freitas como um ator-chave na configuração da segurança pública fluminense.
Palavras-chave: Fusão; Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; Segurança Pública; Chagas Freitas

Abstract

This article fills a gap in the literature by investigating the role of Chagas Freitas in the formation of the Military Police of the State of Rio de Janeiro. Through the analysis of historical documents, the study seeks to understand the decision-making processes and political conflicts that led to the merger of the police forces of Guanabara and Rio de Janeiro. By examining the creation of the Military Police as a case study, the article contributes to a better understanding of the institution's genesis and its role in the political and social history of the state, highlighting the importance of Chagas Freitas as a key actor in shaping public security in Rio de Janeiro.
Keywords: Merge; Military Police of the State of Rio de Janeiro; Public Security; Chagas Freitas

Resumen

Este artículo llena un vacío en la literatura al investigar el papel de Chagas Freitas en la formación de la Policía Militar del Estado de Río de Janeiro. A través del análisis de documentos históricos, el estudio busca comprender los procesos de toma de decisiones y los conflictos políticos que llevaron a la fusión de las fuerzas policiales de Guanabara y Río de Janeiro. Al examinar la creación de la Policía Militar como un estudio de caso, el artículo contribuye a una mejor comprensión de la génesis de la institución y su papel en la historia política y social del estado, destacando la importancia de Chagas Freitas como un actor clave en la configuración de la seguridad pública en Río de Janeiro.

Palabras clave: Fusión; Policía Militar del Estado de Río de Janeiro; Seguridad Pública; Chagas Freitas

Introdução

O impacto nas trajetórias dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro foi desencadeado pelo Artigo 8º da Lei Complementar nº 20/1974. Esse dispositivo legal,

[1] Danielle Damasceno dos Santos, Estudante de Graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – danielle_damasceno@live.com

sancionado por presidente Geisel, estabeleceu um projeto da fusão entre essas entidades territoriais, a ser efetivada em 15 de março de 1975. Sob a análise de cunho nacional, é notável o caráter autoritário intrínseco a esse projeto, que recorreu a estratégias políticas de intervenção elaboradas para a sua concretização.

Sob a égide do "interventor" Almirante Faria Lima, iniciou-se a fusão entre os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro, materializada sob um regime autoritário de retórica tecnocrática. O projeto penetrou nas esferas políticas locais dos Estados em questão. As objeções levantadas pelo segmento afetado pela fusão não foram acolhidas pelo presidente Ernesto Geisel, que permaneceu impermeável a tais considerações..

Chagas Freitas, inicialmente um dos proeminentes opositores em nível estadual, transmutou-se, entretanto, em um agente colaborador do processo de fusão. Suas intervenções resultaram na mediação de conflitos entre dois estados, mitigação de reivindicações de dissidentes e cooperação com o regime governante. Ele contribuiu, então, para minimizar as fricções inerentes à imposição do poder central (MORAES, 1999, p.194). Contudo, é essencial destacar que tal empreendimento não ocorreu sem desafios, conforme o depoimento do Coronel Jorge Silva, da antiga PM/RJ capital Niterói, em Sento Sé (2001:178):

> Na cabeça do pessoal do antigo Estado da Guanabara, nós éramos um apêndice. Para eles, não houve fusão, houve anexação. A cúpula da PM era toda da Guanabara. (...) Tinha essa coisa de apaga tudo e faz como era no antigo estado da Guanabara. Tudo o que era do antigo estado do Rio de Janeiro era ruim, não prestava. Com isso, muitas coisas boas se perderam. Além disso, o treme-terra não podia desempenhar em hipótese alguma o papel do intelectual, do sabido. Afinal, ele era o primitivo.

Nesse contexto, a fusão dos Estados trouxe elementos autoritários que impactaram a política e a segurança pública. A predominância da Polícia Militar da antiga Guanabara em detrimento daquela do antigo estado do Rio de Janeiro perpetuou uma narrativa de desiquilíbrio e tensões no âmbito interno da segurança pública (SENTO-SÉ, 2001, p.179). Nesse sentido, o processo de fusão revela um mosaico político, administrativo e social que moldou as problemáticas da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. Para além das complexidades subjacentes ao âmbito da segurança pública, a história policial se entrelaça com duas dimensões tensionais de relevância destacada na historiografia. A história da dominação, em que a polícia assume o papel de instrumento estatal, e outra que essa noção, envolvendo a vida cotidiana das forças policiais (BRETAS; ROSEMBERG, 2013, p. 166). Dessa maneira, a dificuldade em compreender a Polícia Militar como objeto de estudo cultural emerge como aspecto pouco presente na historiografia policial. Portanto, surge a necessidade de preencher essa lacuna analítica no estudo da Polícia Militar.

Material e Métodos

Para a análise empírica e quantitativa da estrutura administrativa das forças policiais militares, foram consultadas fontes primárias da Hemeroteca da Biblioteca Nacional e Boletins das antigas Polícias Militares da Guanabara e do antigo Estado do Rio de Janeiro, disponíveis no arquivo central da atual PMERJ. Periódicos como o *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *O Fluminense* e *Tribuna da Imprensa* forneceram informações valiosas sobre as polícias militares. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) ampliou o acesso a registros documentais, incluindo acervos textuais e iconográficos.

Os acervos do Arquivo Nacional, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) e do Arquivo da Polícia Militar foram fundamentais para elucidar as relações entre o governo estadual e as questões de administração pública no atual Estado do Rio de Janeiro, bem como as dinâmicas entre o poder local e o governo federal. Os Boletins Administrativos permitiram uma análise detalhada das transformações estruturais, do funcionamento interno e do processo de reestruturação decorrente da fusão entre os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.

Resultados e Discussão

Este estudo combina pesquisas em fontes primárias com análises bibliográficas. Devido à escassez de estudos consolidados, priorizou-se a investigação de fontes primárias. A historiografia especializada e as análises sociais contribuem significativamente para a pesquisa. A literatura sobre a fusão dos Estados mostra a influência do governo federal nas estruturas estaduais, gerando mudanças e tensões em diversos setores, especialmente na Polícia Militar.

As fontes primárias foram cruciais para compreender as tensões no contexto da Polícia Militar, revelando um panorama complexo. Elas elucidaram as tensões pós-fusão, com informações do Serviço Nacional de Informações (SNI), imprensa e boletins administrativos do Arquivo da Polícia Militar.

O acervo do SNI documentou a oposição de policiais às políticas pós-governo Faria Lima. Os conflitos abrangeram interações entre forças policiais da Guanabara e do antigo Estado do Rio, dinâmicas com o Exército e questões salariais. A invasão da Guanabara em 1980 uniu as forças policiais em busca de melhorias salariais. Este panorama oferece uma visão aprofundada das complexidades enfrentadas pela Polícia Militar durante e após a fusão.

Conclusões

As investigações sobre a administração de Chagas Freitas no período pós-fusão revelam impactos significativos na trajetória da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. O legado administrativo, incluindo as ações do "interventor" Faria Lima e do governo central, desencadeou profundas transformações e tensões internas na instituição. Essas mudanças resultaram em disparidades, favorecendo os policiais da Guanabara em detrimento daqueles do antigo Estado do Rio de Janeiro.

As tensões geradas ultrapassaram o âmbito administrativo, estendendo-se ao meio social e provocando descontentamento entre os membros militares quanto à direção adotada. A pesquisa evidencia que as decisões administrativas e políticas da época não apenas reestruturaram a Polícia Militar, mas também criaram desequilíbrios e insatisfações com efeitos duradouros.

REFERÊNCIAS

BRETAS, Luiz Marcos; PONCIONI, Paula. A Cultura Policial e o Policial Civil Carioca. *In*: Dulce Chaves Pandolfi; José Murilo de Carvalho; Leandro Piquet Carneiro; Mário Grynszpan. (Org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999, p. 149-163.

BRETAS, Luiz Marcos; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.14, nº26, jan./jul. 2013, p.162-173.

ESTADO DA GUANABARA. Secretaria de Planejamento e coordenação geral. **Diretrizes de Governo**: Governo Chagas Freitas. Rio de Janeiro, dez. 1971.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão: chaguismo X amaralismo. *In*: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). **Chagas Freitas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999, p.167-194.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão da Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. *In*: ABREU, Alzira Alves de (org.). **A democratização no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2006, p.163-203.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, nº 28, p.74-100, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O arquivo Geisel e os bastidores da fusão. *In*: CASTRO, Celso; D'ARAUJO', Maria Celina (org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2002, p. 159-168.

FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **O governo Chagas Freitas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

KNAUSS, Paulo; MOTTA, Marly; MAUAD, Ana Maria (org.). **Nos tempos de Guanabara**: 1960-1975 - Uma história visual. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo - Edições de Janeiro, 2015.

MOTTA, Marly Silva da; FREIRE, Américo (org.). **A política carioca em quatros tempos**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004, p. 101-116.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão da Guanabara com o Estado do Rio: desafios e desencantos. *In*: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). **UM ESTADO em questão**: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 19-56.

MOTTA, Marly Silva da. A fusão: entre a missão e a política. *In*: MOTTA, Marly; SARMENTO, Carlos Eduardo (org.) **A construção de um estado**: a fusão em debate. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001, p. 13-25.

MOTTA, Marly Silva da. O governador de Guanabara. *In*: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). **Chagas Freitas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999, p.135-166.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **"Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser"**: Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999

SARMENTO, Carlos Eduardo. A morte e a morte de Chagas Freitas: a desconstrução de uma imagem pública. *In*: SARMENTO, Carlos Eduardo. **O espelho partido da metrópole**: Chagas Freitas e o campo político (1950 - 1983): Liderança, voto e estruturas clientelistas. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2008.

SENTO-SÉ, João Trajano. Azulões e treme-terra: 25 políticas públicas de segurança e o novo estado do Rio de Janeiro. *In*: FREIRE, Américo; SARMENTO, Carlos Eduardo; MOTTA, Marly Silva da (coord.). **Um Estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2001. p. 157-183.

SOARES, Luiz Eduardo; SENTO-SÉ, João Trajano. **Estado e segurança pública no Rio de Janeiro**: dilemas de um aprendizado difícil. Rio de Janeiro, 2000.

Agradecimentos

Agradeço ao Arquivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pela colaboração, à UNIRIO pela oportunidade de realizar esta pesquisa na Bolsa IC, ao professor Marcelo Costa Ferreira, meu orientador, pelo suporte e orientação, e ao Subtenente Rhammurthi pela valiosa ajuda na compreensão das nuances do Boletim Administrativo da PM.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À (IN)SEGURANÇA PÚBLICA: O EXEMPLO DA FAPERJ

Marcelo de Souza Corenza[1]
Guilherme de Oliveira Santos[2]

Resumo

Há um aparente consenso sobre a importância das políticas de segurança em apoio ao desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos cidadãos de uma determinada região. Porém, trata-se de desafios que só poderão ser enfrentados com ousadia e amparados em ciência, tecnologia e inovação (C,T&I). Este artigo, portanto, tem como objetivo analisar a atuação da FAPERJ no fomento a projetos de tecnologia e inovação no campo da Segurança Pública e Ciência Forense a partir dos editais específicos para o tema e do contexto em que estão inseridos. Alguns achados preliminares apontaram para uma desarticulação entre as áreas de planejamento e segurança e a existência de ações isoladas por parte da agência de fomento, realizadas em um período de inexistência de planejamento de longo prazo, agora superado pela publicação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Segurança Pública, Ciência e Tecnologia, Inovação e Planejamento.

Abstract

There is a clear consensus on the importance of security policies in supporting economic development and the quality of life of citizens in a given region. However, these are challenges that can only be faced with boldness and supported by science, technology, and innovation (S,T&I). Therefore, this article aims to analyze the role of FAPERJ in promoting technology and innovation projects in the fields of Public Security and Forensic Science, based on specific calls for proposals and the context in which they are set. Some preliminary findings indicated a lack of coordination between the planning and security areas and the existence of isolated actions by the funding agency, carried out during a period of absence of long-term planning, which has now been addressed by the publication of the Strategic Economic and Social Development Plan of the State of Rio de Janeiro.

Keywords: Public Security, Science and Technology, Innovation, and Planning.

Resumen

Existe un consenso claro sobre la importancia de las políticas de seguridad en el apoyo al desarrollo económico y a la calidad de vida de los ciudadanos en una región determinada. Sin embargo, se trata de desafíos que solo pueden enfrentarse con audacia y respaldados por la ciencia, la tecnología y la innovación (C,T&I). Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo analizar el papel de FAPERJ en la promoción de proyectos de tecnología e innovación en los campos de la Seguridad Pública y la Ciencia Forense, a partir de las convocatorias específicas para el tema y del contexto en el que se insertan. Algunos hallazgos preliminares indicaron una falta de coordinación entre las áreas de planificación y seguridad, y la existencia de acciones aisladas por parte de la agencia de financiamiento, llevadas a cabo en un período de ausencia de planificación a largo plazo, ahora superado por la publicación del Plan Estratégico de Desarrollo Económico y Social del Estado de Río de Janeiro.

Palabras clave: Seguridad Pública, Ciencia y Tecnología, Innovación y Planificación.

Introdução

Historicamente, a questão da segurança pública é um problema crônico no Estado do Rio de Janeiro. Segundo o Atlas da Violência, publicado pelo Instituto de

[1] FAPERJ, marcelo.corenza@faperj.br
[2] FAPERJ, guilherme.santos@faperj.br

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre 2012 e 2022 o ERJ se manteve na segunda posição em número de homicídios, ficando atrás apenas da Bahia. O ápice foi o triênio 2016-2018 em que o Estado registrou mais de 6.000 homicídios anuais (IPEA, 2024).

No mesmo período, em junho de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.675, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública e deu um prazo de dois anos para que os estados implementassem seus planos estratégicos de segurança com base na legislação (BRASIL, 2018). Não obstante, entre 2019 e 2021 o ERJ, além de não formular sua política de segurança pública, não destinou recursos para as áreas de informação e inteligência, utilizando os recursos apenas para manter a máquina funcionando[3].

Uma das questões que se colocam é: como mudar esse quadro? Um dos caminhos é apontado pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (PEDES), sancionado em Diário Oficial no final de 2023 (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2023). Baseado na metodologia de Políticas Orientadas a Missões e elegendo a Ciência, Tecnologia e Inovação como eixo estratégico, o Plano tem como objetivo fomentar a utilização do conhecimento científico e tecnológico produzido no estado como instrumento para a resolução dos desafios societais, a exemplo da segurança pública.

Neste contexto, a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) se posiciona como um ator estratégico no fomento ao desenvolvimento tanto de pesquisa científica quanto de soluções inovadoras capazes de influenciar na discussão acerca da segurança pública e no enfrentamento direto aos problemas relacionados.

Este artigo, portanto, tem como objetivo analisar a atuação da FAPERJ no fomento a projetos de tecnologia e inovação no campo da Segurança Pública e Ciência Forense a partir dos editais específicos para o tema e do contexto em que estão inseridos.

Material e Métodos

Foi realizada a coleta de dados públicos disponíveis no sistema da Fundação relativos aos três editais lançados para a área da Segurança Pública no que tange o foco dos projetos, as instituições de origem, entre outros, para compreender, dentro do contexto mais amplo em que se insere, as possibilidades e limites da atuação da FAPERJ como alavanca para a utilização da C,T&I no enfrentamento à (in)segurança pública.

[3] Ver em: https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/rio-de-janeiro-gastou-r-0-com-informacao-e-inteligencia-na-seguranca-publica. Acesso em: 10/09/2024.

Resultados e Discussão

O primeiro edital específico para a área de segurança publicado na FAPERJ foi lançado no ano de 2008 e se intitulava "Prioridade Rio – Segurança Pública". O contexto da época de reformulação na área com a implantação do Programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) na esteira dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e na realização da Copa do Mundo em 2014, em que o Rio de Janeiro seria uma das principais sedes. Demorou uma década para ter um novo edital para a área. No âmbito da lei federal citada anteriormente, um grupo de peritos da Polícia Civil demandou à FAPERJ a criação de um edital com foco em Ciência Forense. No mesmo ano o certame foi lançado e houve uma nova edição três anos depois.

O primeiro edital, de 2008, se insere em um quadro de articulação entre o governo estadual e federal, que buscaram articular ações e investimentos com intuito de preparar o Estado para o ciclo de grandes eventos que se aproximavam. Nesse contexto, a pauta da segurança era uma das bandeiras prioritárias, tendo como principal símbolo a política de retomada de territórios, viabilizada pela instalação das Unidades de Polícia Pacificadora. Apesar de não haver um plano estratégico de segurança pública com metas e objetivos bem definidos, havia uma preocupação no investimento em tecnologias para aperfeiçoar o processo de investigação e inteligência, mas também melhorar a capacidade da polícia no enfrentamento direto a grupos criminosos.

Além da articulação entre governos havia uma tentativa de interação com o setor privado para garantir o fornecimento dessas soluções. Isto fica evidente quando se observa os projetos apoiados no edital de 2008 (Quadro 1). À exceção de dois projetos da própria polícia, os demais projetos são de empresas privadas que desenvolveram soluções no campo de blindagem, armas não letais, kits diagnósticos para investigação e sistemas remotos de monitoramento.

Uma década após a primeira experiência, o contexto tinha se alterado radicalmente. A degradação política e institucional se refletiu em altíssimos níveis de homicídios e no enfraquecimento da máquina pública. Cabe ressaltar que, no início de seu governo em 2015, o governador Luiz Fernando Pezão acabou com a Secretaria de Planejamento do Estado[4], somente recriada em 2020, no governo de Wilson Witzel, sob a denominação de Secretaria de Secretaria de Planejamento e Gestão[5].

[4] Ver em: https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/estado-deixa-de-lado-corte-de-secretarias-prometido-extingue-apenas-duas-pastas-20846451.html. Acesso em: 10/09/2024.
[5] Ver em: https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/apos-crises-no-governo-do-rj-witzel-faz-mudancas-no-secretariado-30062020/. Acesso em: 10/09/2024.

Ao observar os projetos apoiados (Quadro 1) fica evidente a forte presença da Polícia Civil, que foi a principal articuladora do certame, algumas universidades e apenas uma empresa privada. Em relação ao foco dos projetos se observa o grande investimento na elaboração de kits, metodologias, tecnologias e sistemas para auxiliar na investigação, além de alguns projetos focados na melhoria da infraestrutura.

Entre 2019 e 2021 o avanço do Estado na área de segurança foi inexistente. Nesse período o estado ainda assistiu ao *impeachment* do Governador Wilson Witzel e sua substituição pelo vice Cláudio Castro, que manteve a situação inalterada. A degradação do quadro institucional se acelerou e, mesmo com alinhamento ideológico entre os governos Estadual e Federal, não houve qualquer progresso em direção à construção de uma política de segurança integrada. Por outro lado, se observou uma desarticulação completa entre as áreas de planejamento e segurança.

Isso se refletiu no resultado do edital de 2021 (Quadro 1). Surpreendeu a ausência da Polícia Civil entre os aprovados. As empresas também não se envolveram, apesar da Fundação ter retomado fortemente o apoio a este público e estar com os pagamentos em dia. O edital, portanto, foi dominado por projetos propostos por Instituições Científicas e Tecnológicas, tendo como foco primordial a pesquisa aplicada, em detrimento do desenvolvimento de soluções tecnológicas capazes de serem absorvidas pela Polícia ou pelo mercado.

Quadro 1: Projetos apoiados nos editais de 2008, 2018 e 2021

Ano	Proponentes / Empresa	Proponente / ICT	Proponente / Órgãos de Segurança	Total
2008	5	0	2	7
2018	1	5	7	13
2021	0	10	0	10

Fonte: Elaboração própria com base em FAPERJ (2024)

Conclusões

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) é uma Fundação Pública de Direito Público Estadual. Cabe a ela, conforme redação dada no Artigo 2º de seu Estatuto, (DECRETO Nº 45.931/2017).

> "Art. 2º - São finalidades da FAPERJ, além de outras compatíveis com seu objeto, e que não sejam expressamente proibidas pela legislação em vigor: **I- promover, estimular e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico em Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs), parques tecnológicos, incubadoras de empresas e Empresas de Base Tecnológica (EBTs), Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), bem como o inventor independente,** sediados no Estado do Rio de Janeiro, de forma consorciada ou não, com ou sem retorno financeiro (...)".

Não obstante o necessário apoio às ICTs vinculadas aos órgãos de segurança pública, como Instituto de Criminalística Carlos Éboli e o Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto e aos centros de pesquisa e universidades sediadas no estado do Rio de Janeiro, a participação de empresas em editais da agência se mostra essencial para que a inovação e diversificação produtiva, sobretudo em áreas sofisticadas que atendam as demandas do setor de segurança pública.

Inferimos que a agência de fomento ao lançar editais sem ampla participação das secretarias, órgãos de estado que são responsáveis pela governança das políticas públicas sob sua gestão, como Políticas de Seguranças, investe em projetos individuais e não institucionais. Desta forma, ainda que meritório, perde-se a capacidade de direcionar esforços e recursos escassos para atender demandas específicas já definidas e que, não necessariamente, são de pleno conhecimento de outras esferas de poder.

Percebeu-se no levantamento feito a relação entre a instabilidade política e econômica do estado do Rio de Janeiro e a participação de empresas nos editais da FAPERJ, sobretudo no período estudado, sendo, portanto, um ponto de atenção futura em outros trabalhos.

A falta de institucionalização de políticas de longo prazo é comprovada pela extinção das Secretarias de Planejamento e de Segurança Pública, através do Decreto n° 46.544 de 2019, esta última somente recriada em 2023. A inexistência de planejamento e coordenação entre as diversas ações promovidas é evidente. Os projetos aprovados nos três editais, em sua maioria, notadamente os de 2018 e 2021, não foram concluídos. Esta é uma limitação desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031

BRASIL, Lei nº 13.675. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm. Acesso em: 10/09/2024.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Institui o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro - Pedes para o período 2024-2031. Disponível em: https://estrategia.planejamento.rj.gov.br/#/posts/461. Acesso em: 10/09/2024.

Violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande

Resumo expandido

Realizamos, desde 2021, o monitoramento de casos de violência política no Rio de Janeiro. Iniciamos nosso trabalho com a análise e a coleta de casos de execuções de políticos na Baixada Fluminense. Em seguida, expandimos nosso escopo para a Baía da Ilha Grande, considerando também outras formas de violência contra atores políticos para além das execuções. No ciclo atual de nosso estudo, passamos a considerar não apenas a Baixada Fluminense, mas toda a Região Metropolitana, mantendo a Baía da Ilha Grande, fortemente marcada conflitos de terra de longa duração, decorrentes da especulação imobiliária que remonta à abertura da rodovia Rio-Santos, no período da ditadura empresarial-militar. (Rodrigues et al., 2024). Nesse processo desenvolvemos uma compreensão aprofundada dos modos pelos quais a violência armada e outras formas de violência atravessam o cotidiano da política fluminense. Nossos dados mostram uma conjuntura de recrudescimento do assédio e da brutalidade contra atores políticos. No caso da Baía da Ilha Grande, elites políticas locais atuam, há décadas, exercendo a apropriação privada violenta de terras e águas que, historicamente, constituem os modos de vida de caiçaras, quilombolas e indígenas (Feitosa e Silva, 2015). Essa é a base das formas de constituição das instituições políticas nos municípios da Baía da Ilha Grande, controladas por especuladores, grileiros, fazendeiros e grupos empresariais. Já na Região Metropolitana identificamos uma forte a relação entre a atuação de grupos armados e os contextos políticos locais, sobretudo em função da forte presença de milícias nas regiões da Zona Oeste e Norte da Capital (Manso, 2020).

Consideramos casos de violência política quaisquer agressões ou hostilidades cometidas contra atores políticos - ou seja, políticos profissionais, ativistas, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, jornalistas que possuam trabalho investigativo e militante - por conta de suas atuações. Nossa pesquisa se baseia na coleta de notícias em veículos de grande circulação da mídia impressa. Utilizamos a ferramenta automatizada de busca *Central Clipping*, com uma série de descritores que identificam casos de violência política nos jornais O Globo, Extra, O Dia e Meia Hora. Depois de salvar as notícias encontradas pela ferramenta, é feita uma rodada manual de leitura das notícias e os casos são validados em reuniões semanais de equipe para, depois, serem lançados em nossa base de dados.

No ciclo atual, que abrange o período de 2022 a junho de 2024, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande, coletamos 189 casos de violência

política. O principal meio empregado nas agressões foram as armas de fogo, utilizadas em 27,5% dos casos. Execuções e atentados contra a vida apresentam tendência de elevação de casos a partir de 2023 e no primeiro semestre de 2024, indicando o impacto do ano de eleições municipais. Atentados contra a vida, execuções, ameaças de morte e desaparecimentos forçados somados constituem cerca de 35% dos casos que encontramos. Vinte e quatro atores políticos foram assassinados entre 2022 e junho de 2024, ou seja, ocorreu um assassinato político a cada 38 dias na RMRJ. Encontramos o mesmo número de casos por dia para os atentados contra a vida. Além disso, foram registradas 16 ameaças de morte no período, o que significa uma ameaça de assassinato político a cada 57 dias.

Identificamos, na análise dos casos que coletamos ao longo dos últimos quatro anos, alguns eixos que estruturam o modo pelo qual a violência atravessa o cotidiano da política nas regiões estudadas: i) o acesso aos meios de produção da violência - principalmente, o poder de matar - é determinante nos conflitos entre elites políticas locais, constituem carreiras políticas e constroem mandatos em constante disputa; ii) as relações locais de poder estabelecem um tripé formado pelo poder de matar, o poder econômico e o poder político; iii) o poder político é, assim, uma resultante da combinação entre poder econômico e poder de matar; iv) esses eixos articulam expressões contemporâneas do mandonismo e do clientelismo (Carvalho, 1997; Albarracín, 2017; Trudeau, 2022), tendo como centro dos modos violentos de domínio político dos territórios o que chamados de *clientelismo homicida*, ou seja, estabelece relações de mando e de clientela baseadas no emprego ou na demonstração expiatória do poder de matar (Rodrigues et at., 2018)[1]. A eliminação violenta de opositores políticos e de quaisquer atores não alinhados aos modos locais de governo (de corpos, terras, águas, relações econômicas, moralidades e outras dimensões da vida cotidiana), é um recurso central de poder político (Ayoub, 2021; Paz, 2023). Elites locais que operam através do recurso à violência não possuem apenas vantagens competitivas nos contextos eleitorais. Elas exercem uma forma de soberania local, tornando o Estado e suas instituições um instrumento de seus interesses e poderes arbitrários.

Duas circunstâncias da presença do poder armado nos contextos políticos locais que são centrais para esses arranjos de poder. Uma é a intensa presença de policiais na política local, inclusive como participantes das disputas violentas pelo poder. O outro é a relação entre grupos criminosos armados, políticos e policiais.

[1] Alguns autores utilizam a expressão "clientelismo armado" (Gallego 2018; Eaton 2006), mas optamos pelo uso do termo "homicida", porque acreditamos que o fenômeno não gira em torno apenas da presença armada intimidatória dos grupos armados, mas da necessidade de demonstração do poder de matar como instrumento do poder político.

Nos 245 casos de violência política que reunimos até o momento, que abrangem o período de janeiro de 2015 e junho de 2024, identificamos 26 policiais que possuíam atuação política e que foram alvos de agressões, 12 policiais identificados como autores de atos de violência contra outros políticos, e 36 casos nos quais agentes de segurança em serviço foram autores de violência política.

O uso arbitrário e ilegal do poder de matar pelo Estado é a principal fonte da formação de grupos de extermínio, milícias e mesmo da perenidade e ampliação do poder de facções do tráfico (Alves, 2003; Medeiros, 2015; Rodrigues e Marinho, 2023). O Estado é um vetor central para a ampliação da disponibilidade do poder de matar a ser contratado e cooptado por elites políticas e econômicas. Policiais com carreiras homicidas se tornam um ativo político, seja como contratados dessas elites, seja buscando eles mesmos construir à bala suas próprias carreiras políticas. Políticos e policiais na política, além disso, em vista da ampliação do alcance atual de ideias autoritárias no bojo da ampliação do poder de forças de extrema-direita, procuram fazer da brutalidade policial o centro de uma agenda ideológica para a segurança pública. A presença recorrente de policiais na política é, assim, uma dimensão estruturante da violência política nas regiões que estudamos e também se articula com a presença e interferência de grupos civis armados no cotidiano da política. (Rodrigues et. al, 2022; Trudeau, 2022). As milícias possuem um papel central nesses arranjos, porque elas também lançam seus candidatos ao poder, ou atuam como base de outros chefetes locais.

Resumo

Esta pesquisa se baseia na coleta e análise de casos de violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande no período de janeiro de 2022 a junho de 2024. A metodologia utilizada consiste na coleta de casos em jornais de grande circulação e na análise dos perfis das agressões e das vítimas, buscando compreender os vetores que estruturam a violência como aspecto inerente à política fluminense. Identificamos 189 casos de violência política, sendo 35% deles atentados contra a vida, ameaças de morte e execuções. Nosso estudo demonstra, assim, a grande contundência da violência na política estabelecendo um contexto no qual o poder de matar e o poder econômico estruturam poderes políticos locais, com grande participação de policiais e grupos armados nesses contextos.

Palavras-chave: violência política, poder de matar, milícias, política municipal.

Abstract

This research is based on the collection and analysis of political violence cases in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro and Baía da Ilha Grande from January 2022 to June 2024. The methodology employed consists of gathering cases from widely circulated

newspapers and analyzing the profiles of the attacks and victims, aiming to understand the drivers that structure violence as an inherent aspect of politics in the state of Rio de Janeiro. We identified 189 cases of political violence, 35% of which involved life-threatening attacks, death threats, and executions. Our study thus demonstrates the profound impact of violence in politics, establishing a context in which the power to kill and economic power structure local political authorities, with significant involvement of police officers and armed groups in these contexts.

Keywords: political violence, power to kill, militias, municipal politics.

Resumen

Esta investigación se basa en la recopilación y el análisis de casos de violencia política en la Región Metropolitana de Río de Janeiro y en la Bahía de Ilha Grande durante el período de enero de 2022 a junio de 2024. La metodología utilizada consiste en la recopilación de casos en periódicos de gran circulación y en el análisis de los perfiles de las agresiones y de las víctimas, con el objetivo de comprender los factores que estructuran la violencia como un aspecto inherente a la política en el estado de Río de Janeiro. Identificamos 189 casos de violencia política, el 35% de los cuales implicaron atentados contra la vida, amenazas de muerte y ejecuciones. Nuestro estudio demuestra así la gran contundencia de la violencia en la política, estableciendo un contexto en el cual el poder de matar y el poder económico estructuran autoridades políticas locales, con una considerable participación de policías y grupos armados en estos contextos.

Palabras clave: violencia política, poder de matar, milicias, política municipal.

Referências bibliográficas

ALBARRACÍN, Juan. Criminalized electoral politics in Brazilian urban peripheries. Crime, Law and Social Change, v. 69, p. 553–575, 2017.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio; uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, APPH; CLIO, 2003.

AYOUB, Dibe. Terra e Desaforo: Violência no campo, brigas e éticas de luta nos faxinais do Paraná. Mana, 27(1), p. 1-29, 2021

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados. vol. 40 n. 2 Rio de Janeiro, 1997.

EATON, Kent. The Downside of Decentralization: Armed Clientelism in Colombia. Security Studies 15.4, pp. 533–562, 2006.

FEITOSA, Annagesse; SILVA, Iby Montenegro. “Conflitos por terra e repressão no campo na região da Costa Verde, Litoral Sul Fluminense”. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) - Relatório Final. UFRRJ, 2015.

GALLEGO, Jorge. “A Theory of Armed Clientelism”. Rosario, Argentina: University of Rosario, 2018. (Tese de Doutorado).

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

MANSO, Bruno Paes. A república das milícias: Dos esquadrões da morte à era Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo. Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988) - Relatório Final. UFRRJ, 2015.

PAZ, Huri. Assassinatos políticos no Rio de Janeiro (1988-2022): Uma análise interseccional. SciELO Preprints, 2023.

RODRIGUES, André; ALBERNAZ, Elizabete; ÁGUIDA, Juliana; MARINHO, Leandro; GUILHERME, Raquel. *Homicídios na Baixada Fluminense: Estado, mercado, criminalidade e poder.* Rio de Janeiro: ISER, 2018.

RODRIGUES, André; MARINHO, Leandro. “Violência policial como plataforma ideológica no Rio de Janeiro”. In. FOGO CRUZADO. *Relatório anual - Região metropolitana do Rio de Janeiro 2022*. Rio de Janeiro: Fogo Cruzado, 2023.

RODRIGUES, André; SENTO-SÉ, João Trajano de Lima; OCTAVIANO, Daniel; MARINHO, Leandro; GIL, Kharine. Violência política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e na Baía da Ilha Grande (2022 a junho de 2024). Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2024.

SOARES, Rafael. Milicianos: Como agentes formados para combater o crime passaram a matar a serviço dele. São Paulo: Objetiva, 2023.

TRUDEAU, Jesse. How Criminal Governance Undermines Elections. APSA, 2022.

6 AMBIENTE, MUDANÇAS CLIMÁTICAS E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), (COP-27), revela que serão necessárias cerca de US$ 2 trilhões anuais, até 2030, para ajudar os países em desenvolvimento a reduzir suas emissões e prevenir perdas e danos sociais e econômicos provenientes da crise climática, visando objetivos de mitigação e adaptação. Em face dos riscos relacionados à segurança energética e dos desafios impostos pelas mudanças climáticas, a busca de novas alternativas energéticas e a promoção de uma transição energética são uma necessidade primordial. Nessa sessão temática busca-se promover debates sobre as necessidades, urgentes, de busca de soluções para o esgotamento das reservas físicas dos combustíveis fósseis, a necessidade de fontes mais limpas de energia e a redução das emissões de carbono (CO2), resultantes da queima de combustíveis fósseis que são responsáveis pelo aquecimento global e consequentemente pelas alterações climáticas. Foram discutidas as políticas e ações para a transição energética; modelagem de cenários; regulamentações do setor energético no Brasil; biomassa e o seu papel na transição energética; políticas de descarbonização; hidrogênio verde e o Complexo Portuário do Açu; sistemas de governança para promoção da sustentabilidade ambiental; produção agroecológica; gestão das águas; gestão dos resíduos sólidos; gestão das cidades; qualidade de vida e bem-estar e redução da pobreza e geração de emprego e renda, para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado do Rio de Janeiro, entre outros temas correlatos.

ADAPTAÇÃO COSTEIRA NO RIO DE JANEIRO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Ricardo da Cruz e Sousa[1]

RESUMO

A elevação do nível do mar impõe riscos significativos a cidades costeiras como o Rio de Janeiro, onde áreas vulneráveis enfrentam ameaças crescentes de inundações, ressacas e erosão costeira. Este estudo identifica as zonas mais expostas, como a Baía de Sepetiba, a Baía de Guanabara e o Complexo Lagunar da Barra da Tijuca, destacando suas vulnerabilidades relacionadas à expansão urbana desordenada e à infraestrutura inadequada. Ao analisar estratégias de adaptação locais e internacionais, a pesquisa avalia os planos atuais, como o Plano de Ação Climática do Rio de Janeiro, identificando as suas limitações. O estudo defende soluções mais integradas, combinando infraestrutura tradicional com abordagens baseadas na natureza e planejamento de longo prazo para mitigar futuros impactos. Sem ações ousadas, a resiliência dessas áreas costeiras permanece incerta diante da elevação acelerada do nível do mar.

Palavras-chave: adaptação costeira; elevação do nível do mar; Rio de Janeiro; vulnerabilidade climática

ABSTRACT

The rise in sea levels poses significant risks to coastal cities such as Rio de Janeiro, where vulnerable areas face increasing threats from flooding, storm surges, and coastal erosion. This study identifies the most exposed zones, such as Sepetiba Bay, Guanabara Bay, and the Barra da Tijuca Lagoon Complex, highlighting their vulnerabilities related to unplanned urban expansion and inadequate infrastructure. By analyzing local and international adaptation strategies, the research evaluates current plans, such as Rio de Janeiro's Climate Action Plan, identifying their limitations. The study advocates for more integrated solutions, combining traditional infrastructure with nature-based approaches and long-term planning to mitigate future impacts. Without bold actions, the resilience of these coastal areas remains uncertain in the face of accelerating sea level rise.

Keywords: coastal adaptation; sea level rise; Rio de Janeiro; climate vulnerability

RESUMEN

El aumento del nivel del mar impone riesgos significativos a ciudades costeras como Río de Janeiro, donde las áreas vulnerables enfrentan amenazas crecientes de inundaciones, marejadas y erosión costera. Este estudio identifica las zonas más expuestas, como la Bahía de Sepetiba, la Bahía de Guanabara y el Complejo Lagunar de Barra de Tijuca, destacando sus vulnerabilidades relacionadas con la expansión urbana desordenada y la infraestructura inadecuada. Al analizar estrategias de adaptación locales e internacionales, la investigación evalúa los planes actuales, como el Plan de Acción Climática de Río de Janeiro, identificando sus limitaciones. El estudio aboga por soluciones más integradas, combinando infraestructura tradicional con enfoques basados en la naturaleza y planificación a largo plazo para mitigar impactos futuros. Sin acciones audaces, la resiliencia de estas áreas costeras permanece incierta frente al rápido aumento del nivel del mar.

Palabras clave: adaptación costera; aumento del nivel del mar; Río de Janeiro; vulnerabilidad climática

[1] Ricardo Manuel Afonso Dias da Cruz e Sousa, PhD, PROURB/FAU/UFRJ, ricardosousa@fau.ufrj.br.

INTRODUÇÃO

À medida que as temperaturas globais aumentam, o derretimento acelerado das geleiras e das calotas polares tem contribuído significativamente para a elevação do nível do mar, ameaçando regiões costeiras em todo o mundo (OTOSAKA et al., 2023). Em várias partes do planeta, já se observa um aumento na frequência e intensidade de inundações, tanto provocadas por marés altas recorrentes quanto por tempestades extremas (IPCC, 2021; NICHOLLS et al., 2019). Nesse contexto, informações confiáveis e acessíveis são essenciais para apoiar o planejamento e a adaptação às mudanças no nível do mar e às inundações costeiras.

De acordo com o relatório técnico mais recente sobre a elevação do nível do mar (ONU, 2024), o Rio de Janeiro registrou um aumento de 13 cm no nível do mar entre 1990 e 2020. Projeções indicam uma elevação adicional de 22 cm até 2050 e de 70 cm até 2100, considerando cenários de emissões moderadas (SSP3-7.0), o que representa riscos graves para a infraestrutura, pessoas e ecossistemas. Mesmo pequenos aumentos no nível do mar podem agravar as inundações, colocando em risco as populações locais e as atividades econômicas. O Rio de Janeiro enfrenta vulnerabilidades similares a outras grandes cidades costeiras, como Nova York e Xangai, incluindo riscos de ressacas, intrusão salina e danos à infraestrutura. Exemplos como a cidade de Atafona, em São João da Barra, no norte do estado do Rio de Janeiro, mostram como a erosão costeira, acelerada pelas mudanças climáticas, já está transformando a paisagem.

Esta pesquisa tem como objetivo identificar as zonas mais vulneráveis à elevação do nível do mar na cidade do Rio de Janeiro e sua periferia, avaliar as estratégias de adaptação costeira propostas nos atuais planos de adaptação para a cidade e o estado e propor soluções que promovam a resiliência de pessoas e ecossistemas.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo baseia-se na revisão de planos e medidas de adaptação à elevação do nível do mar para a cidade do Rio de Janeiro (ex. CENTRO CLIMA/COPPE, 2018; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2021) e em outros relatórios sobre vulnerabilidades e dinâmicas costeiras (ex. CENTRO CLIMA/COPPE, 2016; MUEHE; NEVES, 2008). Os dados de projeção de elevação do nível do mar foram obtidos do sexto relatório do IPCC e da ferramenta *NASA Sea Level Projection Tool*.

O QGIS 3.38 foi utilizado para elaboração de mapas de inundação costeira, baixando o modelo digital de elevação (DEM) pelo complemento *OpenTopography* e usando o *Copernicus Global DSM 30m*. Em seguida, realizaram-se os cálculos *raster* para obter novos *rasters* com

elevações de 1, 2 e 3 metros, e adicionaram-se as camadas de áreas urbanizadas, usos do solo e limites administrativos do IBGE.

Analisou-se também as estratégias e medidas de adaptação frente à combinação de elevação do nível do mar e marés de tempestade, utilizando registros históricos do mareógrafo da Ilha Fiscal (KALIL, 1999). Por fim, foram considerados estudos de caso locais e internacionais, com ênfase em soluções baseadas na natureza e infraestrutura híbrida, como boas práticas e referências de adaptação costeira para o Rio de Janeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Além das praias e outras zonas baixas da orla do Rio de Janeiro, as zonas costeiras mais expostas à elevação do nível do mar incluem áreas com características geográficas e socioeconômicas que aumentam a exposição aos impactos das mudanças climáticas. As zonas mais críticas são a Baixada de Sepetiba, a Baía de Guanabara, e o Complexo Lagunar da Barra da Tijuca. Cada uma dessas regiões enfrenta ameaças específicas, associadas a fatores como baixa altitude, ocupação desordenada e proximidade de corpos hídricos e do oceano.

Zonas Expostas e Vulnerabilidades

Na Baixada de Sepetiba, os bairros de Santa Cruz, Sepetiba e o município de Itaguaí estão entre os mais afetados. A topografia e a proximidade com o oceano fazem com que esta zona seja altamente vulnerável a inundações costeiras, exacerbadas por tempestades e ressacas. O processo de expansão urbana desordenada e a intrusão salina agravam ainda mais a situação. A falta de planejamento urbano e de infraestrutura adequada de drenagem tornam a Baixada de Sepetiba uma das zonas mais vulneráveis, com a população local frequentemente exposta a inundações.

A Baía de Guanabara abrange cidades como Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Magé. Esta região enfrenta não apenas o impacto direto da elevação do nível do mar, mas também o agravamento da poluição, que intensifica a degradação dos ecossistemas e afeta a saúde pública. A infraestrutura portuária e industrial localizada ao redor da baía é vulnerável a inundações e intrusão salina, o que ameaça não só a economia local, mas também o abastecimento de água potável e a integridade de zonas industriais. A combinação de poluição, elevação do nível do mar e falta de saneamento básico coloca a Baía de Guanabara como uma das zonas mais complexas e difíceis de gerenciar em termos de adaptação climática.

O Complexo Lagunar da Barra da Tijuca, que inclui as zonas da Barra da Tijuca, Guaratiba e Jacarepaguá, também apresenta alta vulnerabilidade. As projeções indicam que,

até 2030, 27% da área de expansão urbana estará sujeita a inundações, com 94% exposta a ondas de calor. A ocupação crescente e o rápido desenvolvimento imobiliário têm pressionado ainda mais os recursos naturais e a infraestrutura da região, aumentando a vulnerabilidade de comunidades locais e ecossistemas delicados, como as lagoas costeiras. A interação entre o desenvolvimento desordenado e a mudança climática torna essas zonas particularmente vulneráveis aos impactos da elevação do nível do mar.

Medidas de adaptação propostas e suas limitações

As medidas de adaptação propostas para as zonas vulneráveis à elevação do nível do mar no Rio de Janeiro, presentes no Plano Estadual de Adaptação (2018) e no Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (2021), concentram-se principalmente em intervenções físicas como a construção de diques, o engordamento de praias, o reflorestamento de manguezais e a melhoria de sistemas de drenagem. Embora essas ações sejam necessárias, são limitadas na sua abrangência, especialmente em áreas densamente povoadas e com infraestrutura inadequada. A expansão urbana desordenada e a falta de planejamento de longo prazo agravam os riscos, tornando as soluções atuais insuficientes para enfrentar os impactos futuros.

Além disso, estas zonas mais vulneráveis necessitam de uma gestão mais integrada e políticas ambientais mais robustas. A falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo e a ausência de um controle rigoroso sobre o uso do solo comprometem a eficácia das medidas, deixando a vulnerabilidade das áreas costeiras ainda elevada.

CONCLUSÃO

As medidas de adaptação propostas para o Rio de Janeiro, embora importantes, são insuficientes para proteger muitas das zonas mais vulneráveis à elevação do nível do mar. A falta de visão e planejamento a médio e longo prazo compromete a capacidade de adaptação da cidade e coloca em risco a segurança de milhões de pessoas. As soluções baseadas em infraestrutura tradicional, como diques e sistemas de drenagem, precisam ser complementadas com estratégias mais ousadas e integradas.

O Rio de Janeiro deve considerar a adoção de infraestruturas de proteção híbridas de grande escala, que combinem natureza com tecnologias avançadas. Além disso, soluções mais radicais, como o avanço sobre o mar ou até mesmo a retirada de infraestrutura e reassentamento de populações em zonas de risco, precisam ser discutidas e implementadas para garantir a resiliência da cidade frente à progressiva elevação do nível do mar nos próximos séculos. Sem

uma abordagem mais ampla e ambiciosa, o futuro das zonas costeiras do estado do Rio de Janeiro continuará sob ameaça.

REFERÊNCIAS

CENTRO CLIMA/COPPE. **Estratégia de Adaptação às Mudanças Climáticas da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2016.

CENTRO CLIMA/COPPE. **Plano de adaptação às mudanças do clima para o Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2018.

IPCC. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge: Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021.

KALIL, A. **Contribuições ao estudo do nível médio do mar no estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado em Engenharia Oceânica—Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1999.

MUEHE, D.; NEVES, C. Vulnerabilidades físicas da orla. Em: **Seminário Rio Próximos 100 anos**. [s.l.] Instituto Pereira Passos, 2008.

NICHOLLS, R. et al. **Global Investment Costs for Coastal Defense through the 21st Century**. World Bank, 2019.

ONU. **Surging seas in a warming world: The latest science on present-day impacts and future projections of sea-level rise**. [s.l.] ONU, ago. 2024. Disponível em:

OTOSAKA, I. N. et al. Mass balance of the Greenland and Antarctic ice sheets from 1992 to 2020. **Earth System Science Data**, v. 15, n. 4, p. 1597–1616, 20 abr. 2023.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021.

Agradecimentos

Esta pesquisa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE UM MUNICÍPIO DO NORTE FLUMINENSE E SUA RELAÇÃO COM AS COOPERATIVAS DE RECICLAGEM

Autores[1]

RESUMO

Com o aumento da urbanização e aumento da industrialização, gerar resíduos se tornou um fator de preocupação para os centros urbanos. Campos dos Goytacazes é uma cidade localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, com maior extensão territorial e, apesar dos recursos de royalties recebidos, possui sérios problemas sociais e ambientais. Este município, que gera grandes quantidades de resíduos sólidos, possui um aterro sanitário e recentemente aprovou um plano municipal de gestão de resíduos. A inserção de cooperativas de reciclagem neste contexto é o tema deste trabalho. O que poderia ser uma solução tanto para a questão ambiental como para questão social, com geração de trabalho e renda, não se desenvolveu da forma esperada. Estas cooperativas, com grande participação de mulheres, enfrentam diversos problemas para manutenção de suas atividades, por falta de políticas públicas, não conseguindo ampliar a capacidade produtiva e aumento da renda entre os cooperados.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Cooperativas de Reciclagem.

ABSTRACT

With the increase in urbanization and industrialization, waste generation has become a concern for urban centers. Campos dos Goytacazes is a city located in the interior of the State of Rio de Janeiro, with a larger territorial extension, and despite the royalties received, it faces serious social and environmental problems. This municipality generates large quantities of solid waste, has a landfill, and recently approved a municipal waste management plan. The inclusion of recycling cooperatives in this context is the focus of this work. What could be a solution for both environmental and social issues, generating jobs and income, has not developed as expected. These cooperatives, with significant participation from women, face various challenges in maintaining their activities due to a lack of public policies, hindering their capacity to increase production and income among the members.

Keywords: Sustainable Development, Recycling Cooperatives.

RESUMO ESPANHOL

Con el aumento de la urbanización y la industrialización, la generación de residuos se ha convertido en un factor de preocupación para los centros urbanos. Campos dos Goytacazes es una ciudad ubicada en el interior del Estado de Río de Janeiro, con una mayor extensión territorial y, a pesar de los recursos por regalías recibidos, enfrenta serios problemas sociales y ambientales. Este municipio, que genera grandes cantidades de residuos sólidos, cuenta con un vertedero y recientemente aprobó un plan municipal de gestión de residuos. La inclusión de cooperativas de reciclaje en este contexto es el tema de este trabajo. Lo que podría ser una solución tanto para la cuestión ambiental como para la social, generando trabajo e ingresos, no se ha desarrollado como se esperaba. Estas cooperativas, con una gran participación de mujeres, enfrentan diversos problemas para mantener sus actividades, debido a la falta de políticas públicas, lo que dificulta aumentar la capacidad productiva y los ingresos entre los cooperados.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible, Cooperativas de Reciclaje.

[1] Rogério Almeida Ribeiro de Castro, UENF, rarc@uenf.br
Ana Julia Manhães Pessanha, IFF, anajuliapessanha475@gmail.com

INTRODUÇÃO

Um problema grave dos municípios brasileiros é a gestão correta de seus resíduos. Segundo o IPEA (2020), o Brasil é um dos países de maior geração de resíduos sólidos, ou seja, materiais, substâncias e objetos descartados. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE) em 2022 o Brasil gerou oitenta e dois milhões de toneladas de resíduos.

A mesma ABRELPE informa que em 2022 o Brasil reciclou somente 4% do montante de lixo gerado e que ainda estão em operação 2500 lixões, muitos deles na faixa litorânea e próximos de rios. Segundo a Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA) em seu Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil divulgado em 2023, no ano de 2022 o brasileiro gerou cerca de 1,04 kg de resíduo sólido urbano por dia, totalizando 77,1 milhões de toneladas geradas em todo país.

A Associação Internacional de Resíduos Sólidos, do inglês - *International Solid Waste Association* (ISWA) em recente publicação sobre as tendências, oportunidades e desafios para o setor de gestão de resíduos, lista uma série de desafios atuais que precisam ser superados: a baixa cobertura de coleta, a falta de destinação adequada para todos os resíduos gerados, a poluição causada por práticas inadequadas (descarte irregular, lixões, queima a céu aberto, etc.), a baixa demanda por matérias-primas secundárias, as substâncias nocivas/perigosas na composição dos materiais e a falta de financiamento/recursos mínimos necessários.

Localizado no Norte Fluminense, o município de Campos dos Goytacazes é o maior município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, com área de 4.032,5 km², contando com uma população estimada pelo IBGE (2024) de 519.011, sendo que a população do último censo (2010) foi de 483.540 habitantes.

Este município, apesar do grande aporte de royalties do petróleo que recebeu nos últimos trinta anos (somente no mês de agosto/2024, recebeu 47.289.238 milhões em royalties), não conseguiu utilizar estes recursos para estimular o desenvolvimento, fazendo que haja falta de empregos e empregos qualificados.

O Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020) permite que municípios se agrupem, visando uma gestão integrada de resíduos sólidos. Segundo o Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS (2013), o município de Campos dos Goytacazes, que faz parte do Arranjo Norte Fluminense II dispõe de uma central de tratamento de resíduos composta por um aterro sanitário autorizado.

No ano de 2024 a prefeitura apresentou o “Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campos dos Goytacazes”.

O município possui quatro cooperativas de reciclagem, que foram originadas pela desativação do antigo lixão. Estes trabalhadores informais se articularam, com auxílio de universidades e outras instituições públicas e por meio de ações judiciais, conseguiram que o município construísse as suas instalações.

O objetivo deste trabalho é analisar as ações relacionadas a gestão de resíduos municipal e suas relações com as cooperativas de reciclagem.

MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia deste trabalho é levantar dados e informações relacionadas à gestão municipal de resíduos sólidos, e analisar as interações das políticas públicas do setor com a situação das cooperativas de reciclagem localizadas no município. Das quatro cooperativas existentes, foi feita coleta de dados em três destas, em reuniões com as cooperativadas, audiências públicas e visitas técnicas, em que foi possível verificar as condições de trabalho e as dificuldades para manter funcionando suas atividades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao ser feita uma análise da situação social do município, comparando o percentual de pessoas cadastradas ou beneficiadas com programas assistenciais (Tabela 1), com o número de habitantes, tem-se um quadro mais que preocupante. Quase metade da população se cadastrou em algum programa social e 34% recebem algum benefício municipal, estadual ou federal.

TABELA 1 – RELAÇÃO DE PESSOAS CADASTRADAS E BENEFICIADAS EM PROGRAMAS SOCIAIS NO MUNICÍPIO NO ANO DE 2023

População (IBGE)	483.551 (100%)
Pessoas cadastradas no CadUnico	236.525 (49%)
Total de pessoas beneficiadas	164.687 (34%)

Tabela 1: Elaborada pelos autores. Fonte: GOV., IBGE, SuperaRJ, PMCG (2023).

Diante desse preocupante quadro social, era de se esperar que o poder público investisse em políticas públicas de desenvolvimento para diminuir a dependência dos repasses de royalties de petróleo, criando mecanismos para incentivar ações empreendedoras. As cooperativas de reciclagem seriam uma opção de geração de emprego, pelo grande número de trabalhadores que poderiam estar atuando nas instalações que já estão prontas. Porém, não é o que acontece.

Existem quatro cooperativas de reciclagem no município: Renascer, Nova Esperança, Reciclar e CATASOL. Uma das características comuns nas cooperativas é a grande participação de mulheres nas atividades laborais; atualmente as quatro são presididas por mulheres. As cooperativas Renascer e Nova Esperança dividem o mesmo espaço (um galpão no bairro de Guarus); as cooperativas Reciclar e CATASOL possuem espaços próprios (galpões).

Cooperativa Renascer: participam 18 cooperados atuando (o ideal, segundo a presidente, seria 25); possui um caminhão alugado (caminhão e motorista custam R$2.000,00/mês); recebe ajuda de custo para o combustível do caminhão; fazem a coleta de resíduo reciclável em pontos definidos (Centro, Parque Califórnia, Horto, condomínios); conseguem entregar entre 25 a 30 tn de material/mês (consideram 90 ton/mês um valor ideal). Está participando de alguns editais para coleta seletiva em municípios vizinhos.

Cooperativa Nova Esperança: possuem 04 homens e 02 mulheres cooperados; o valor recebido, aproximado, é de R$400,00/pessoa/mês; recebe de 2 a 3 entregas de material por semana; o material reciclável recebido possui resíduos comuns não recicláveis. Comercializa sua produção para pequenos compradores, uma das causas é que não possui prensa adequada para entrega de volumes maiores.

Cooperativa Reciclar: participam 09 mulheres e 02 homens atuando; não possuem esteira de separação, a prensa apresenta problemas técnicos que dificultam o enfardamento, as instalações precisam de reforma; apresentam desmotivação, devido baixo valor apurado com a venda de material para os atacadistas.

Cooperativa CATASOL: é a mais organizada das três cooperativas; possui caminhão próprio, reduzindo a dependência da entrega de material da prefeitura, fazendo coleta em vários pontos do município.

Alguns problemas comuns identificado nas cooperativas: Rotatividade de cooperados; Baixa qualidade do material recebido para reciclagem; Fazem a separação do material no chão; Falta de equipamentos adequados; Necessidade de adequações nas instalações; Falta de EPIs; Furto de materiais e equipamentos; Guerra de facções criminosas interferindo no funcionamento das cooperativas; Falta de licenciamento ambiental (estadual); Não possuem contador; O município não aderiu ao projeto federal Pró Catador.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Campos dos Goytacazes, não prevê pagamento de salário ou "bolsa" para os cooperados, benefício que foi solicitado nas audiências públicas em que o Plano foi apresentado. Também não abre possibilidade para linha de crédito para que as cooperativas possam reformar suas instalações e adquirir veículos e equipamentos.

Nas audiências públicas não foi informado se, depois de implantar o plano, haveria aumento do volume de material entregue para as cooperativas. Sem veículos próprios, e sem aumento de volume de material, as cooperativas não conseguem ter escala de produção e consequente, uma renda mínima que possa suprir suas necessidades.

CONCLUSÃO

O Plano Municipal de Gestão Integrada poderia ser uma importante política pública de geração de trabalho e renda, empregando pessoas em uma atividade econômica ligada à economia ambiental. Porém, as cooperativas, aparentemente, carecem de maior articulação política para mostrar à sociedade e ao poder público sua importância econômica, social e também ecológica. Por parte da sociedade, também há um "esquecimento" da importância social e ambiental que estas cooperativas desempenham.

REFERÊNCIAS:

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. 2023. https://abrelpe.org.br/

ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil em 2023. https://www.abrema.org.br/panorama/

IPEA – Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade, "Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômicos". 2020.

ISWA, International Solid Waste Association https://abrelpe.org.br/wp-content/uploads/2022/08/O-futuro-do-setor-de-gestao-de-residuos-ISWA-2022.pdf

IBGE, 2024. Acesso em 17/09/2023. https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama

Plano Estadual de Resíduos Sólidos – PERS. 2013. https://observatoriopnrs.files.wordpress.com/2014/11/rio-de-janeiro-plano-estadual-de-resc3adduos-sc3b3lidos.pdf

Lei nº 14.026/2020 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14026.htm

Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos De Campos Dos Goytacazes,2024. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. 222 páginas, Julho de 2024.

SDSN, Sustentable Development Solutions Network. Acelerando a educação para os ODS nas universidades um guia para universidades, faculdades e instituições de ensino superior e terciárias. 2020.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos as cooperativas Renascer, Reciclar e Nova Esperança.

MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO E MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM UMA METRÓPOLE SULAMERICANA

Eduardo Frederico Cabral de Oliveira[1]

RESUMO

A cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, possui uma história muito peculiar. Ela passou por várias categorias de administrativas. Isso trouxe alguns benefícios, mas foi acompanhado de vários problemas, os quais estão se agravando com as alterações climáticas. Este estudo teve por objetivo identificar os principais fatores de risco associados às alterações climáticas, bem como analisar as políticas públicas de mitigação e de adaptação desenvolvidas pelos administradores públicos da cidade. Ele se apoiou em uma pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se dos mais significantes achados do estudo que os principais impactos climáticos que a cidade está sujeita são as chuvas e ventos fortes, as ondas e ilhas de calor, o aumento do nível do mar e a seca prolongada, e que os seus administradores ainda não adotaram nenhuma medida efetiva a fim de abrandar os tais impactos, tampouco elas estão devidamente endereçadas, embora haja um planejamento estratégico que as contemple.

Palavras-chave: gases de efeito estufa; GEE; impactos ambientais; política ambiental; Brasil.

ABSTRACT

The city of Rio de Janeiro, brazil, has a very peculiar history. She went through several categories of administrative. This has brought some benefits, but has been accompanied by several problems, which are getting worse with climate change. This study aimed to identify the main risk factors associated with climate change, as well as to analyze the public mitigation and adaptation policies developed by the city's public administrators. It was based on a bibliographic and documentary research. We concluded from the more significant findings of the study that the main climatic impacts that the city is subject to are the rains and strong winds, the waves and heat islands, the increase in sea level and the prolonged drought, and that its administrators neither adopted any effective measure in order to reduce such impacts, nor they are properly addressed, although there is strategic planning that contemplates them.

Keywords: greenhouse gases; GHG; environmental impacts; environmental policy; Brazil.

RESUMEN

La ciudad de Río de Janeiro, en Brasil, tiene una historia muy peculiar. Pasó por varias categorías administrativas. Esto trajo algunos beneficios, pero estuvo acompañado de varios problemas, que están empeorando con el cambio climático. Este estudio tuvo como objetivo identificar los principales factores de riesgo asociados al cambio climático, así

[1] Eduardo Frederico Cabral de Oliveira
Universidade de Lisboa
ecoliveira.edu@gmail.com

como analizar las políticas públicas de mitigación y adaptación desarrolladas por los administradores públicos de la ciudad. Se basó en investigaciones bibliográficas y documentales. De los hallazgos más significativos del estudio se puede concluir que los principales impactos climáticos a los que está sometida la ciudad son las lluvias y fuertes vientos, el oleaje e islas de calor, el aumento del nivel del mar y la sequía prolongada, y que sus administradores aún no han adoptado no existen medidas efectivas para mitigar tales impactos, ni se abordan adecuadamente, aunque existe una planificación estratégica que los aborda.

Palabras-clave: gases de efecto invernadero; GEI; impactos ambientales; política ambiental; Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Os governos de diversos países, embora com raras exceções, demonstraram poucos sinais de esforço no sentido de alcançarem as metas de emissões de gases de efeito estufa (GEE) firmadas pelo Acordo de Paris (UNITED NATIONS, 2015). O Brasil, por sua vez, além de adotar políticas públicas insuficientes para alcançar os seus objetivos de longo prazo, as denominadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, do acrônimo inglês *Nationally Determined Contributions*), ainda enfrentou um retrocesso em suas políticas ambientais (CLIMATE ACTION TRACKER, 2019).

A região Sudeste é a área de estudo deste ensaio, especificamente na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Ela possui características históricas, geomorfológicas e urbanísticas, que a tornou conhecida mundialmente pelo epíteto de "Cidade Maravilhosa". Entretanto, essas mesmas peculiaridades também a fizeram padecer de vários problemas, os quais desafiaram os seus governantes a implantar políticas públicas que a tornesse resiliente às alterações climáticas. O objetivo deste estudo residiu principalmente em identificar os principais fatores de risco relacionados às alterações climáticas, bem como analisar as políticas públicas de mitigação e adaptação relacionadas e esse evento na cidade do Rio de Janeiro.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Neste artigo, discutiu-se os diversos desafios de adaptação e mitigação de uma metrópole sul-americana a partir de uma perspectiva exploratória, a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A pesquisa se apoiou principalmente na revisão da literatura. Ela foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, oriunda de fontes primárias e secundárias, tais como base de dados científicas (e.g. *Scopus* e *Web of Science*), sítios eletrônicos (*websites*) de instituições estatais, científicas e de pesquisa,

bem como foram pesquisadas literaturas cinzentas, como, por exemplo, relatórios governamentais da cidade do Rio de Janeiro.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O município do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro é uma das cidades mais *sui generis* do mundo por conta de sua evolução urbana. A fim de tornar a cidade mais adaptadas, entre outras coisas aos impactos climáticos, foi desenvolvida a "Estratégia de Resiliência da cidade do Rio de Janeiro" (RIO DE JANEIRO, 2015). Esse documento apontou como principais fatores riscos conectados diretamente às alterações climáticas os seguintes eventos: chuvas e ventos fortes, ondas e ilhas de calor, aumento do nível do mar seca prolongada, os quais serão mais bem explorados nas seções que se seguem.

3.2 As medidas de adaptação e de mitigação

3.2.1 Contexto nacional

O contexto estatal brasileiro referente às alterações climáticas teve início em 2009 com a criação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) (BRASIL, 2009a) e com a instituição da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) (BRASIL, 2009b). Apesar disso, o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) (BRASIL, 2016) exortava todos os entes federativos, a sociedade civil e o setor privado a colaborarem com as medidas propostas. Contudo, a adesão dos entes subnacionais ocorreu de forma muito tímida. Dentre os 5.570 municípios do Brasil, menos de um por cento deles (51) se comprometeram de alguma maneira em desenvolver alguma iniciativa climática, um deles foi o Rio de Janeiro (MARGULIS, 2017).

3.2.2 Contexto carioca

As emissões de GEE do Rio de Janeiro diferiram diametralmente das do Brasil, tanto no que se refere à categoria das emissões, quanto às suas tendências. O fim do aporte de investimentos para os Jogos Rio 2016 retardaram os impactos na economia carioca. Eles amenizaram a redução do PIB local em pelo menos dez por cento. Sem os Jogos Olímpicos, o patamar econômico do Rio de Janeiro teria retornado aos níveis de 2007. Eles mantiveram o PIB per capita nos níveis de 2012, quando se iniciaram os investimentos dos jogos (ROCHA; ARAÚJO; CODES, 2018).

Todavia, o problema da destinação dos resíduos são um grande problema dos centros urbanos e não tem sido encarado com a devida atenção pelos administradores

públicos brasileiros. Há descarte irregular de resíduos urbanos, os quais não somente servem de criadouros e fontes de alimentos para vetores de doenças, tais como roedores e insetos, mas também agravam a situação dos logradouros quando da ocorrência de chuvas, mesmo as mais moderadas, uma vez que esses resíduos são carreados com a precipitação para os bueiros que ficam entupidos, aumentando o nível das inundações. O Rio de Janeiro conta a seu favor possuir um equipamento operacional que monitora a toda cidade em tempo real: o Centro de Operações Rio (COR) (RIO DE JANEIRO, 2021).

4 CONCLUSÕES

Este ensaio teve por objetivo identificar os principais fatores de risco associados às alterações climáticas, bem como analisar as políticas públicas de mitigação e de adaptação desenvolvidas pelos decisores políticos da cidade do Rio de Janeiro. Para alcançar esses objetivos foi realizada uma busca exploratória por meio de uma ampla pesquisa bibliográfica e documental.

Conclui-se que a cidade possui vários fatores de riscos climáticos, tais como as chuvas e ventos fortes, as ondas e ilhas de calor, o aumento do nível do mar e a seca prolongada. Todavia, ela não adota atualmente nenhuma medida efetiva de mitigação e de adaptação, tampouco elas estão devidamente endereçadas, embora haja um planejamento estratégico para isso. Uma administração pública responsável deve ter horizonte voltado para futuro, e assim sendo, não pode desconsiderar as alterações climáticas nesse cenário, o que, infelizmente, não tem se constatado uma atenção dos gestores nesse sentido.

Assim, se faz necessários que, além dos objetivos traçados no planeamento, sejam consideradas e postas em prática outras soluções, tais como aquelas baseadas na natureza, como por exemplo, a renaturalização de rios, aumento da permeabilidade do solo e plantar mais árvores, a fim de tornar a cidade mais resiliente às alterações climáticas.

Do presente estudo emergem algumas questões, as quais podem servir de importantes pontos de pesquisa no futuro. Um deles certamente seria analisar o peso das fontes móveis de emissões GEE no balanço das emissões, em particular aquelas relacionadas aos transportes públicos, no sentido de verificar a viabilidade da substituição daqueles movidos por derivados de combustíveis fósseis por veículos elétricos. Um segundo ponto de interesse seria pesquisar a relação custo *versus* benefício das soluções baseadas na natureza (*nature based solutions*) como instrumentos de mitigação e de adaptação e, consequentemente, aumento da resiliência da cidade às alterações climáticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009. Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6º e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, 2009a.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, 2009b.

BRASIL. **Portaria nº 150, de 10 de maio de 2016. Institui o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dá outras providências**. 89. ed. Brasília, DF: Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, 2016.

CLIMATE ACTION TRACKER. **Warming Projections Global Update**. [s.l.] CAT, dez. 2019. Disponível em: https://climateactiontracker.org/documents/698/CAT_2019-12-10_BriefingCOP25_WarmingProjectionsGlobalUpdate_Dec2019.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

MARGULIS, S. **Guia de adaptação às mudanças do clima para entes federativos**. WWF-Brasil, , nov. 2017. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/guia_adaptacao_wwf_iclei_revfinal_01dez_2.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020

RIO DE JANEIRO. **Estratégia de Resiliência da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro (RJ): Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://resilientcitiesnetwork.org/downloadable_resources/Network/Rio-de-Janeiro-Resilience-Strategy-Portuguese.pdf. Acesso em: 8 jun. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Centro de Operações da Prefeitura Rio**. Disponível em: http://cor.rio/. Acesso em: 15 jun. 2021.

ROCHA, G.; ARAÚJO, H. E.; CODES, A. L. M. DE. Impactos econômicos dos Jogos Rio 2016 no município e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Texto para discussão**, n. IPEA, p. 28, 2018.

UNITED NATIONS. **The Paris Agreement | UNFCCC**. Disponível em: https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement. Acesso em: 1 jan. 2021.

PRÁTICAS SINTRÓPICAS PERMACULTURAIS: ESTRATÉGIAS REGENERATIVAS PARA CONSERVAÇÃO DAS ÁGUAS E DA NATUREZA NO NORTE FLUMENENSE À LUZ DA AGENDA 2030

Autor[1]

RESUMO

No presente trabalho objetiva-se apresentar estratégias ecossistêmicas regenerativas demonstrativas baseadas em práticas permaculturais, desenvolvidas na região da Cachoeira da Amorosa, no Norte Fluminense. Com os resultados do projeto, pretende-se inspirar proprietários rurais regionais para adoção de ações de agricultura sintrópica e turismo responsável, de forma a compatibilizar conservação da Natureza e prosperidade, à luz dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU. O estudo é coordenado pela equipe das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) Águas Claras I e II, em parceria com o Instituto Federal Fluminense, envolvendo ações integradas de pesquisa, ensino e extensão e está sendo executado com apoio FAPERJ e do CNPq.

Palavras-chave: Sintropia; Permacultura; Sustentabilidade; Norte Fluminense

ABSTRACT

This paper aims to present demonstrative regenerative ecosystem strategies based on permaculture practices, developed in the Cachoeira da Amorosa region, in the North of the state of Rio de Janeiro. The results of the project are intended to inspire regional rural landowners to adopt syntropic agriculture and responsible tourism actions, in order to reconcile nature conservation and prosperity, in light of the sustainable development goals of the UN 2030 Agenda. The study is coordinated by the team of the Private Natural Heritage Reserves (RPPN) Águas Claras I and II, in partnership with the Instituto Federal Fluminense, involving integrated research, teaching and extension actions and is being carried out with support from FAPERJ and CNPq..

Keywords: Syntropy; Permaculture; Sustainability; Northern Rio de Janeiro State

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar estrategias ecosistémicas regenerativas demostrativas basadas en prácticas permaculturales, desarrolladas en la región de Cachoeira da Amorosa, en el norte del estado de Río de Janeiro. Con los resultados del proyecto, se pretende inspirar a los propietarios rurales regionales a adoptar acciones de agricultura sintrópica y turismo responsable, con el fin de compatibilizar la conservación de la naturaleza y la prosperidad, a la luz de los objetivos de desarrollo sostenible de la Agenda 2030 de la ONU. El estudio es coordinado por el equipo de las Reservas Privadas del Patrimonio Natural (RPPN) Águas Claras I y II, en alianza con el Instituto Federal Fluminense, involucra acciones integradas de investigación, docencia y extensión y se realiza con el apoyo de la FAPERJ y el CNPq.

Palabras clave: Sintropía; Permacultura; Sostenibilidad; Norte Fluminense

[1] Maria Inês Paes Ferreira; Pesquisadora do AmbHidro (Doutorado em Modelagem e Tecnologia para Meio Ambiente Aplicadas em Recursos Hídricos), Instituto Federal Fluminense; ines_paes@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Em tempos de antropoceno, caracterizados por mudanças ambientais rápidas e provavelmente irreversíveis (Adler, 2016), somado a uma conjuntura de crise socioambiental, emergência climática, desequilíbrios e insegurança hídricos associados ao modelo de desenvolvimento vigente, garantir a contínua provisão dos bens e serviços ecossistêmicos necessários ao bem-estar das populações humanas e não humanas no planeta é fundamental para reverter a degradação ou mesmo a sobre-exploração dos recursos ambientais de uso comuns, os "commons", de forma a evitar a desestruturação dos sistema socioambientais e, para além de promover a sustentabilidade, adotar quando necessário práticas regenerativas em direção ao alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Com a proposta de contribuir para o desenvolvimento social e sustentável regional a partir da Região Hidrográfica IX (RH-IX) do estado do Rio de Janeiro (ERJ), gerando simultaneamente resultados que possam ser aplicados em outras regiões situadas no bioma da Mata Atlântica, no presente trabalho buscou-se integrar pesquisa, ensino e extensão para geração de alternativas tecnológicas relacionadas à permacultura e à gestão das águas em territórios rurais que necessitem de recuperação ambiental. Associadas às soluções baseadas à natureza (SbN), as práticas permaculturais ainda carecem de sistematização em termos acadêmicos e científicos para que possam ser difundidas, replicadas e ampliadas, colaborando para a gestão integrada e participativa das águas, a qual está diretamente associada ao Objetivo 6 dos ODS, que busca "assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos", mas com interações expressivas com os ODS 1, 2, 3, 12, 13, 14, 15 e 17.

O Diagnóstico e Prognóstico da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes (Profill, 2020) detalha a situação e os cenários de disponibilidade hídrica da RH-IX, apresentando um quadro preocupante, com comprometimento maior do que 50% da sua disponibilidade hídrica (avaliados como ottotrechos) e intensa perda de superfície de água (Mapbiomas Águas, 2024), apontado um futuro de insegurança hídrica regional. As atividades agropecuárias na região de baixada da RH-IX dependem não só das águas do rio Paraíba do Sul e de seu extenso sistema de canais, mas também da Lagoa Feia, que tem no rio Macabu um dos seus principais tributários. Afluente e manancial de abastecimento do município de Conceição de Macabu, a microbacia do rio Carukango é o lócus do desenvolvimento do presente trabalho, Em função desse contexto, o presente

trabalho consiste na integração entre manejo para conservação das águas e manejo permacultural, tendo as RPPN Águas Claras I e II e seu entorno como Unidades Demonstrativas (UD) associadas às SbN.

MATERIAL E MÉTODOS

Após extenso levantamento de literatura realizado sobre permacultura e experiências de SbN no mundo, no Brasil e no ERJ, por meio de buscas eletrônicas em periódicos e websites institucionais, foi realizado um o diagnóstico do local de estudo, com base na realização de pesquisa *in situ* de leitura da paisagem, em levantamento por droneamento e na identificação das condições ambientais dos corpos hídricos e do solo, de forma a compor as informações de dados primários necessários à elaboração do zoneamento da propriedade. Para o zoneamento das Unidades de Conservação (UC) foi utilizado o Roteiro Metodológico Estadual para Plano de Manejo de RPPN, para RPPN Tipo Azul (Pires e Albuquerque *et al.*, 2012). Já no *design* ou planejamento permacultural empregou-se a metodologia descrita por Lotufo (2018), à luz do conceito de sintropia, pressupondo-se que a energia gasta em cada zona é diretamente proporcional à frequência de idas previstas para a implementação e a manutenção das atividades e dos elementos nela localizados. As zonas de ambos os instrumentos de planejamento (Plano de Manejo da UC e *design* permacultural das propriedades foram compatibilizadas em função do diagnóstico socioambiental do Plano de Manejo (em fase de análise para aprovação pelo Setor de RPPN do Instituto Estadual do Ambiente) e espacializadas com emprego do programa Google Earth Pro. Os custos de implementação das práticas permaculturais inovadoras elencadas como prioritárias para a implantação da UD associados aos da recuperação florestal da RPPN Águas Claras I e seu entorno imediato vem sendo providos pela equipe da RPPN, com apoio da FAPERJ (Edital do Programa de Apoio a Projetos Temáticos no Estado do Rio de Janeiro - APQ1 da FAPERJ 2021) e bolsas do CNPq.

Em função do processo de implementação da UD, foram planejados os circuitos para a visitação ecopedagógica e a disseminação das práticas a nível regional, com o apoio do Laboratório de Permacultura (LP) do IFF, situado na Área de Proteção Ambiental (APA) Lagoa de Cima, zona rural de Campos dos Goytacazes/RJ, associado à Coordenação da Pós-graduação em Educação, Ambiente e Sustentabilidade do IFF. As visitas ecopedagógicas foram desenhadas de forma a vincular o processo pedagógico aos conceitos de desenvolvimento sustentável, aos ODS, bem como com conceitos mais amplos como o nexo água-energia e saúde, prosperidade planetária, promoção da vida, ética integral e cuidado com o planeta, entre outros (Gutiérrez; Prado, 2013), adaptados

ao nível de escolaridade dos estudantes, tendo em vista que a equipe do projeto tem recebido jovens do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e Técnico, de graduação e de pós-graduação (mestrado e doutorado), bem como visitantes e frequentadores locais da região da Cachoeira da Amorosa

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de sintropia foi associado às práticas permaculturais por meio de experiências de práticas agrícolas e formulações filosóficas empíricas atribuídas à Ernest Gotsch, em sua fazenda Olhos D´Água, na Bahia (posteriormente transformada em RPPN) (Andrade; Pasini; Scarano, 2020) e é por vezes confundido com a neguentropia. De certa forma, ambos os termos questionam o conceito termodinâmico de entropia. A entropia expressa irreversibilidade de processos e uma tendência geral do aumento do grau de desordem dos sistemas, resultando na degradação da matéria e na dissipação energética como estado final mais provável (que é o que temos vivenciado com a intensa onda de incêndios que vem assolando o Brasil, o ERJ e a RH-IX). Por outro lado, tanto a neguentropia como a sintropia estão ligadas ao modo especial pelo qual sistemas complexos se comportam em termos energéticos, gerando aumento de ordem e grau de complexidade, comportamento que estaria em aparente desacordo com a terceira lei da Termodinâmica, mas é característico dos ecossistemas. Contudo, enquanto a neguentropia seria antitético à entropia (ou seja, sua negação), a sintropia seria um conceito complementar, característico de condições de incerteza restrita, devido às influências externas, como é o caso dos processos naturais e dos sistemas vivos (Ludovico, 2008). Já a sintropia seria a tendência ao aumento da organização e da complexidade que se manifesta na forma de aumento de recursos e de energia disponível no ecossistema, uma vez que organismos comportam-se como sistemas abertos que superam a tendência ao aumento da entropia por meio da conversão dos recursos ambientais em crescimento e produção (Andrade; Pasini; Scarano, 2020). Enquanto as práticas agropecuárias convencionais são impactantes e entrópicas, a proposta da permacultura, por ser sintrópica, é também inovadora e capaz de aumentar a qualidade de vida das populações humanas, em consonância com o que preconizam os ODS. A implementação de sistemas agroflorestais (SAF) demonstrativos no entorno da RPPN Águas Claras I, cuja cobertura florestal foi totalmente dizimada por um incêndio de grandes proporções, em setembro de 2022, oriundo de propriedades vizinhas, que destruiu iniciativas anteriores de reflorestamento por metodologia convencional vem sendo realizada desde dezembro de 2022 pela equipe do projeto Após dois anos de execução, as

práticas permaculturais implementadas resultaram na rápida regeneração ecossistêmica da área em estudo.

CONCLUSÕES

Por permitirem a cobertura permanente do solo, a manutenção de uma vegetação estratificada constantemente podada, a otimização da fotossíntese geral e a produção de biomassa, projetos sintrópicos refletem-se na prevenção da erosão do solo, no aumento do sequestro de carbono, na redução da demanda de irrigação e na estimulação da microfauna do solo graças ao não uso de herbicidas. A combinação desses fatores aumenta a regeneração, a resiliência ecológica e econômica, beneficiando tanto os proprietários rurais quanto o meio ambiente. A integração entre manejo para conservação das águas e manejo permacultural que vem sendo desenvolvida nas RPPN Águas Claras I e II e no seu entorno pode incentivar experiências análogas no Norte Fluminense.

REFERÊNCIAS

ADLER, J. H. Dynamic Environmentalism and Adaptive Management: Legal Obstacles and Opportunities. Em: HUFFMAN et al. (orgs). **Environmental Policy in the Anthropocene**, 2016, p. 65-92.

ANDRADE, D.; PASINI, F.; SCARANO, F. R. Syntropy and innovation in agriculture. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 45, p. 20–24, ago. 2020.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez, 2013, 251p.

LOTUFO, T. Metodologia de Design e Princípios Éticos da Permacultura. Nova Friburgo: Instituto Pindorama, 2018, 18 p.

LUDOVICO, M. Syntropy: definition and use. **Syntropy**, v. 1, p. 139-201, 2008..

MAPBIOMAS ÁGUA. Transições entre água e não água na RH-IX. Disponível em: https://plataforma.agua.mapbiomas.org/water/brazil/-21.828110/-41.288114/6.8/stateBasinCommittee/182/stateBasinCommittee/transition/1985/2023. Acesso em: 20 set. 2024.

PIRES E ALBUQUERQUE, D.C.; BASTOS, R. G. P.; OLIVEIRA, A. C. M.; MARIEN, J. A. S. V.; MONSORES, J. L. JR.; BIANQUINI, L. A.; PAIVA, M. D. Roteiro metodológico estadual para plano de manejo de RPPN. Rio de Janeiro : INEA, 2012. 74 p.

PROFILL Engenharia e Ambiente S. A. Produto Final 02 – Diagnóstico e Prognóstico da Região Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. Revisão 3. 2020, 239 p.

Agradecimentos

À FAPERJ e ao CNPq pelo apoio à execução do presente projeto, e aos parceiros Adnet Florestal, BIO S.A. Matéria Orgânica, Monte Cristo Fazenda Agroflorestal, Articulação Estadual de Agroecologia – Regional Serrana Leste e Sucellus Agroambiental.

ALAVANCAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO URBANA PARA A TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA CIRCULAR NO CONLESTE

Marcos Paulo Marques Araújo[1]

RESUMO: A economia linear se fundamenta no modelo de produzir, consumir e gerar resíduos com crescimento econômico pautado na exploração de recursos finitos, e contribui para a formação das cidades em crise pressionadas pelo capital especulativo, e propagadora de contaminantes diversos. Em resposta, destaca-se a economia circular que propõe um crescimento econômico dissociado do uso de recursos finitos sem geração desses contaminantes. Em desdobramento da circularidade, emergem as alavancas de políticas públicas de gestão urbana para promoverem o redesenho do espaço territorial. O presente artigo busca avaliar se e como o CONLESTE poderá implementar estas alavancas de gestão urbana para introduzir e fomentar a economia circular no seu território regional a partir do disposto na ENEC. Espera-se que os resultados alcançados por este trabalho sejam profícuos para disseminar debates sobre a transição para a circularidade com resgate da dimensão humana para as cidades.

PALAVRAS CHAVES: ALAVANCA DE POLÍTICA PÚBLICA – ECONOMIA CIRCULAR - CONLESTE

ABSTRACT: The linear economy is based on the model of producing, consuming and generating waste with economic growth based on the exploitation of finite resources, and contributes to the formation of cities in crisis pressured by speculative capital and propagating various contaminants. In response, the circular economy stands out, which proposes economic growth dissociated from the use of finite resources without generating these contaminants. As a result of circularity, public policy instrument for urban management emerge to promote the redesign of territorial space. This article seeks to assess whether and how CONLESTE will be able to implement these urban management levers to introduce and promote the circular economy in its regional territory based on the provisions of ENEC. It is expected that the results achieved by this work will be useful in disseminating debates on the transition to circularity with the recovery of the human dimension for cities.

KEY WORDS: PUBLIC POLICY INSTRUMENT - CIRCULAR ECONOMY - CONLESTE

RESUMEN: La economía lineal se basa en el modelo de producir, consumir y generar residuos con un crecimiento económico basado en la explotación de recursos finitos, y contribuye a la formación de ciudades en crisis, presionadas por el capital especulativo y propagando diversos contaminantes. Como respuesta destaca la economía circular, que propone un crecimiento económico disociado del uso de recursos finitos sin generar estos contaminantes. A medida que se desarrolla la circularidad, surgen los instrumentos de las políticas públicas de gestión urbana para promover el rediseño del espacio territorial. Este artículo busca evaluar si CONLESTE podrá implementar y cómo implementar estes instrumentos de gestión urbana para introducir y promover la economía circular en su territorio regional con base en lo establecido por la ENEC. Se espera que los resultados

[1] Marcos Paulo Marques Araújo; Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); e-mail: mpmarquesaraujo@gmail.com

alcanzados por este trabajo sean de utilidad para difundir los debates sobre la transición a la circularidad con la recuperación de la dimensión humana de las ciudades.

PALABRAS CLAVE: INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA – ECONOMÍA CIRCULAR - CONLESTE

INTRODUÇÃO

O ciclo produtivo pautado na economia linear tem fundamento no modelo de produzir, consumir e gerar resíduos, e pauta-se na ideia de crescimento econômico com exploração sem limites de recursos naturais finitos. Alinhado a isso, emergem as cidades em crise, que além de serem objeto de expropriação pelo sistema financeiro e especulativo imobiliário para absorção do capital produtivo, atravessam o desafio da gestão inadequada de resíduos sólidos com impacto para todo o território; o que afasta a cidade da sua dimensão humana.

No intuito de superar esse modelo, apresenta-se, dentre outras soluções, a economia circular, que constitui modelo econômico em que o ciclo produtivo funciona de forma integrada com o sistema biótico do planeta. No desdobramento do processo de transição para a circularidade para as Cidades, propõe-se o estabelecimento de alavancas de políticas públicas de gestão urbana, que vão abarcar os eixos planejamento urbano, gerenciamento de ativos e compras públicas, que estão intimamente ligados ao ordenamento do território municipal, assim como a aquisição de bens e a prestação de serviços públicos.

Em 2018, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (CONLESTE) iniciou o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para 2018/2030, que tinha por objetivo promover, em síntese, a construção de um espaço de desenvolvimento de atividades produtivas para a região do consorciamento. Este planejamento, porém, não atingiu o seu termo. Além da retomada deste planejamento como alavanca de gestão urbana para introduzir a economia circular na região, o CONLESTE poderia adotar os demais eixos desta alavanca para fomentar negócios e/ou mercados circulares, e ensejar a geração de emprego e de renda para atender essa demanda.

O presente trabalho tem por objetivo examinar se e o como o CONLESTE pode implementar as alavancas de gestão urbana para promover a transição para a economia com implicações para o território regional a partir do disposto no Decreto Federal n.º12.082, de 27 de junho de 2024, Estratégia Nacional de Economia Circular (ENEC). Consequentemente, as perguntas-chaves que orientarão o presente resumo para possibilitar o alcance do seu objetivo são as seguintes: (i) o CONLESTE, com respaldo

na ENEC, poderá adotar alavancas de gestão urbana para promover a transição para a economia com implicações para o território regional?; e, em caso positivo, (ii) como poderá realizar esta transição?

MÉTODO

No intuito de responder as perguntas-chaves, e, por conseguinte, ensejar o alcance do objetivo deste artigo, adotar-se-á o método científico-dedutivo com a abordagem de pesquisa descritiva, a fim de orientar o exame do processo de transição para a economia circular a partir do emprego das alavancas de gestão urbanas com implicações para a região do CONLESTE, em conformidade com a ENEC.

No processo de consecução da pesquisa deste trabalho, empregou-se o procedimento técnico de revisão bibliográfica e documental, compreendendo o exame de legislação, artigos e de livros, assim como dos instrumentos de conformação do CONLESTE e do próprio Plano de Desenvolvimento Sustentável para 2018/2030.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O modelo de economia linear se pauta no processo de produção, consumo e geração de resíduos a partir de uma matriz energética fóssil, e impulsiona a sociedade de consumidores da Era da Modernidade Líquida com raízes históricas que remontam ao Imperialismo. Este modelo produtivo se alastra em razão do processo de globalização policêntrica, e não se mostra mais viável dado o sério comprometimento dos limites ambientais de resiliência do planeta (ARAÚJO, 2024).

Respaldada nesse modelo linear, as Cidades em crise representam um espelho do estilo de vida e dos valores estéticos dessa sociedade de consumo, cujo “cidadão mercadoria” restou condenado a viver no seu objeto de criação desenvolvimentista capitalista. Com efeito, as Cidades em crise deixaram de lado a sua dimensão humana de trazer felicidades para as pessoas, e formam um objeto ciborgue de expropriação do capital especulativo imobiliário para reinvestimento com absorção do capital produtivo (ARAÚJO, 2024).

As Cidades em crise seguem pautadas por planejamentos técnicos urbanos sem legitimidade democrática, que, por sua vez, obedecem à lógica do interesse do capital imobiliário com a aquiescência do Estado nacional e da elite transnacional. Logo, as áreas abastadas com melhores benesses de serviços e de bens públicos são reservadas às elites, enquanto a maioria da população pobre busca saída nas soluções habitacionais informais das cidades periféricas (ARAÚJO, 2024).

Consectário disso, as Cidades em crise são algozes e vítimas desse modelo desenvolvimentista linear. Isso porque, quanto mais promove-se pressão sobre os recursos naturais, mais intenso é o aprisionamento da sociedade consumista no seu desejo

de consumo e, portanto, na geração de resíduos sólidos. Trata-se da formação de uma cultura material decorrente da produção de resíduos a partir do consumo de artefatos, sendo, portanto, vestígio daquilo que somos como sociedade de consumo com gravame ao ambiente natural (ARAÚJO, 2024).

Em resposta a esse modelo linear, surgem, dentre outras soluções, a economia circular, que, salvo melhor juízo, pode ser compreendida como uma teoria guarda-chuva. Isso porque, pauta-se em diversas escolas de pensamento que propõem modelos produtivos voltados para o desenvolvimento sustentável alinhado com o sistema biótico do planeta.

Por isso, a economia circular pode ser compreendida como um ciclo produtivo que pretende promover um desenvolvimento econômico global dissociado do uso de recursos naturais finitos, e não contribui para a degradação do ambiente natural. Com efeito, a economia circular se propõe a funcionar com respeito aos limites de resiliência do planeta, e integrada com o seu sistema ecológico, sendo, assim, restaurativo e regenerativo, por princípio; o que se alinha ao conceito legal estabelecido no art. 2º, do ENEC (WEETMAN, 2019).

No desdobramento do processo de transição para a circularidade, emerge, dentre os níveis desta transição, o nível macro, que apregoa, dentre outras rupturas de paradigmas, uma transformação de infraestrutura da Cidade, que envolve a reorganização do espaço territorial, reequilíbrio das forças produtivas, planejamento técnico urbano centrado no controle social e outras estratégicas para a restauração do ecossistema com resgate da qualidade de vida. Para tanto, propõe-se o estabelecimento de alavancas de políticas públicas de gestão urbana, que vão abarcar os eixos planejamento urbano, gerenciamento de ativos e compras públicas, que estão intimamente ligados ao ordenamento do território municipal, assim como a aquisição de bens e a prestação de serviços públicos (WEETMAN, 2019).

O CONLESTE deu início ao processo de elaboração do seu Plano de Desenvolvimento Sustentável para 2018-2030, mas não o concluiu. Este planejamento, se vier a ser retomado, poderá constituir em uma alavanca de gestão urbana no eixo do planejamento urbano. Isso se explica porque, poderá representar uma oportunidade de construção de atividades produtivas na região do CONLESTE, e voltadas para a criação e o fomento de negócios e/ou de mercados circulares decorrentes da reintrodução de nutriente técnico no ciclo produtivo, assim como a capacitação técnica de mão-de-obra para atender essa demanda (ARAÚJO, 2024).

Além disso, o CONLESTE pode se valer dos demais eixos da alavanca de gestão urbana, isto é, compras públicas e gerenciamento de ativos, para possibilitar a introdução do processo de transição para a economia circular nessa região (ARAÚJO, 2024).

No eixo compras públicas, o CONLESTE deverá adquirir, mediante processo licitatório, ou, se for autorizado legalmente, contratação direta, de bens e de serviços circulares certificados, a fim de estimular mercados e /ou negócios circulares, segundo determina o disposto no art. 4º, inc. IV, alínea "*b*" do ENEC.

No eixo gerenciamento de ativos, que compreende tanto apoio financeiro quando medidas fiscais, aproxima-se da concepção da adoção de cláusulas de barreiras fiscais, nos termos do art. 4º, inc. IV, alínea "*a*" e "*c*" do ENEC. O CONLESTE pode erigir, de um lado, medidas fiscais que desestimulem a aquisição de bens e serviços lineares, e, de outro, incentivem a adoção de bens e serviços circulares, como, por exemplo, redução da alíquota do imposto predial e territorial urbano (IPTU) para imóveis que adotem reuso de água, empreguem energia limpa na modalidade solar, promovam a compostagem do material orgânico e/ou reutilizam os resíduos sólidos etc.

Como resultado deste trabalho, entende-se que o CONLESTE, amparado pela ENEC, por meio da adoção das alavancas de gestão urbana citadas, poderá fomentar e assegurar a transição para a economia circular no território regional, possibilitando, assim, a recuperação do ambiente urbano e natural.

CONCLUSÕES

Tendo em vista as perguntas-chaves que orientaram o alcance do objetivo geral desta obra, e à título de conclusão, pode-se afirmar o seguinte: (i) o CONLESTE, com respaldo no ENEC, poderá adotar as alavancas de gestão urbana para promover a transição para a economia circular sem seu território; e, (ii) adotar os eixos planejamento urbano, compras públicas e gerenciamento de ativos para tanto, isto é, retomar e concluir a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável para 2018-2030 com sua implementação; promover compras públicas, mediante processo licitatório, ou, se for autorizado legalmente, contratação direta, de bens e de serviços circulares certificados; e, adotar cláusulas de barreiras fiscais para desestimular a aquisição de bens e serviços lineares e incentivar a adoção de bens e serviços circulares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. P. M. Araújo. A transição para a economia circular de embalagens em geral nas cidades sustentáveis. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

WEETMAN, C. Economia circular: conceitos e estratégias para fazer negócios de formais inteligente, sustentável e lucrativa. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

INDICADORES DE GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES: CONTRIBUIÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DEFESA CIVIL PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Marco Antonio Basques Sobrinho[1]
Marcos Paulo Dias da Silva[2]
Leandro de Souza Camargo[3]
Marcelo Luciano Vieira[4]
Sérgio Ovídio Wermelinger Goulart[5]

RESUMO

O presente trabalho apresenta 04 (quatro) indicadores construídos pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Defesa Civil – CEPEDEC, analisando (a) a estrutura e a capacidade instalada dos órgãos locais de defesa civil, (b) a vulnerabilidade das comunidades associada às áreas com maior suscetibilidade a deslizamentos, no Estado do Rio de Janeiro, e (c) o comprometimento orçamentário e financeiro dos municípios, para um possível aporte de recursos em ações de Proteção e Defesa Civil. A análise integrada desses índices permitiu a construção de um indicador, em 03 (três) modelos distintos, que proporciona a análise de cenários, para apoiar a tomada de decisão, bem como a formulação de políticas públicas e o fortalecimento daquelas já existentes, voltadas à redução de riscos de desastres.

Palavras-chave: Indicadores de Gestão; Políticas Públicas; Gestão de Riscos; Gestão de Desastres; Proteção Civil.

ABSTRACT

This paper presents 04 (four) indicators constructed by the Center for Studies and Research in Civil Protection – CEPEDEC, analyzing (a) the structure and installed capacity of local civil protection agencies, (b) the vulnerability of communities associated with areas with greater susceptibility to landslides, in the State of Rio de Janeiro, and (c) the budgetary and financial commitment of municipalities, for a possible contribution of resources to Civil Protection and Defense actions. The integrated analysis of these indices allowed the construction of an indicator, in 03 (three) distinct models, which provides scenario analysis, to support decision-making, as well as the formulation of public policies and the strengthening of existing ones, aimed at disaster risk reduction.

Keywords: Management Indicators; Public Policy; Risks Management; Disaster Management; Civil Protection.

RESUMEN

Este trabajo presenta 04 (cuatro) indicadores construidos por el Centro de Estudios e Investigaciones en Protección Civil – CEPEDEC, analizando (a) la estructura y capacidad instalada de los órganos locales de protección civil, (b) la vulnerabilidad de las comunidades asociadas a zonas de mayor susceptibilidad a deslizamientos de tierra, en el Estado de Río de Janeiro, y (c) el compromiso presupuestario y financiero de los municipios, para una posible contribución de recursos a las acciones de Protección y Defensa Civil. El análisis integrado de estos índices permitió la construcción de un indicador, en 03 (tres) modelos distintos, que proporciona análisis de escenarios, para apoyar la toma de decisiones, así como la

1 Marco Antonio Basques Sobrinho, CEPEDEC, e mbasques@gmail.com.
2 Marcos Paulo Dias da Silva, CEPEDEC, mpdsdez@gmail.com.
3 Leandro de Souza Camargo, CEPEDEC, leoscamargof5@gmail.com.
4 Marcelo Luciano Vieira, ICTDEC, mlucianopuc@gmail.com.
5 Sérgio Ovídio Wermelinger Goulart, CEPEDEC, wgoulart@hotmail.com.

formulación de políticas públicas y el fortalecimiento de las existentes, orientadas a la atención de desastres. reducción de riesgos.
Palabras clave: Indicadores de Gestión; Políticas Públicas; Gestión de Riesgos; Gestión de Desastres; Protección Civil.

INTRODUÇÃO

No mundo, o número de ocorrências e, consequentemente, os gastos com desastres socioambientais aumentam, (ONU, 2015). Desastre, é o resultado de evento adverso, de origem natural ou induzido pela ação humana, sobre ecossistemas e populações vulneráveis que causa significativos danos humanos, materiais ou ambientais e prejuízos econômicos e sociais (Brasil, 2012; Brasil, 2023).

Atenta à gestão dos riscos de desastres no território fluminense, a Secretaria de Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro (SEDEC-RJ) empenha-se em apoiar os 92 municípios, divididos em 11 (onze) Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (REDECs). Para subsidiar a gestão de riscos de desastres no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), o Centro de Estudos e Pesquisas em Defesa Civil (CEPEDEC) construiu 04 (quatro) indicadores, para apoiar na formulação de políticas públicas, visando a proteção e o bem-estar da sociedade.

Desde a década 1970, nota-se a necessidade da construção de indicadores, qualitativos ou quantitativos, para tentar fornecer informações sobre uma determinada dimensão da sociedade, (Jannuzzi, 2006). Neste caminho, os indicadores construídos pelo CEPEDEC visam articular as ações de Proteção e Defesa Civil (PDEC) com as dimensões sociais, estruturais e financeiras, no conjunto de municípios que compõem as REDECs, o que contribui para a seguinte argumentação: como a construção de indicadores de Gestão de Riscos de Desastres (GRD), produzidos pelo CEPEDEC, contribui na formulação/fortalecimento de políticas públicas?

Acredita-se que os referidos indicadores construídos podem contribuir para formulações de políticas públicas voltadas às ações de PDEC, bem como a gestão dos riscos de desastres no ERJ, ao considerar fatores significativos da sociedade. Logo, o objetivo deste trabalho é destacar os indicadores produzidos pelo CEPEDEC e, como eles podem auxiliar na formulação/fortalecimento de tais políticas.

Os desastres, associados às mudanças climáticas, tem sido cada vez mais frequentes no Brasil e no mundo e, tem gerado significativos impactos econômicos na saúde e nas diversas áreas da sociedade (Freitas, *et al*, 2020). Logo, os indicadores de gestão de riscos de desastres construídos demonstram diferentes cenários de vulnerabilidades regionais e locais, quando analisadas diferentes variáveis.

MATERIAL E MÉTODO

Composição dos indicadores:

Índice Municipal de Gestão de Riscos de Desastres (IMGRiD) foi construído para avaliar a capacidade instalada das agências municipais de PDEC. Baseado em informações coletadas pela SEDEC, a partir de entrevistas aplicadas aos gestores municipais, o índice mensura a estruturação, eficácia e preparação dessas agências para lidar com desastres.

Índice de Condições de Vida (ICVida) avalia a vulnerabilidade socioambiental das populações, em termos de infraestrutura urbana e qualidade de vida, com base nos dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), associada às áreas mais suscetíveis a deslizamentos, com a perspectiva de aplicação às áreas suscetíveis a inundações e incêndio florestal. Para a sua composição, foram analisadas variáveis referentes a urbanização, saneamento e acesso a serviços públicos, dentre outras.

Índice de Comprometimento Orçamentário e Financeiro (ICOFin) analisa a capacidade de aporte de recursos financeiros, em ações relacionadas à gestão de riscos de desastres, baseado em dados fiscais dos municípios fornecidos ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ).

Índice de Avaliação do Risco de Desastres (IARD), desenvolvido em três modelos hierárquicos - M1, M2 e M3, priorizando diferentes aspectos dos índices previamente descritos: condições de vida das populações mais vulneráveis a riscos de desastres, capacidade instalada do órgão local e comprometimento financeiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil, conforme a tipologia do desastre ocorrido, a saúde é impactada de forma distinta, gerando maior custo respectivamente, o desastre hidrológico, meteorológico, geológico e climatológico (Freitas, *et al*, 2020). Entretanto, nas diversas políticas públicas, estes impactos podem ser distintos, a depender do desastre.

Após analisar 43 (quarenta e três) variáveis, divididas em 04 (quatro) grupos: Capacidade de resposta imediata; Recursos disponíveis (humanos e materiais); Planejamento e preparação para desastres, e; Comunicação e coordenação entre agências, o IMGRiD mensurou a estruturação, eficácia e preparação das agências municipais de DC para lidarem com desastres.

Com foco nos domicílios particulares, o ICVida que analisou a vulnerabilidade socioambiental das populações, considerando infraestrutura urbana e qualidade de vida, ao considerar variáveis que refletem as condições urbanas e de infraestrutura, dando maior

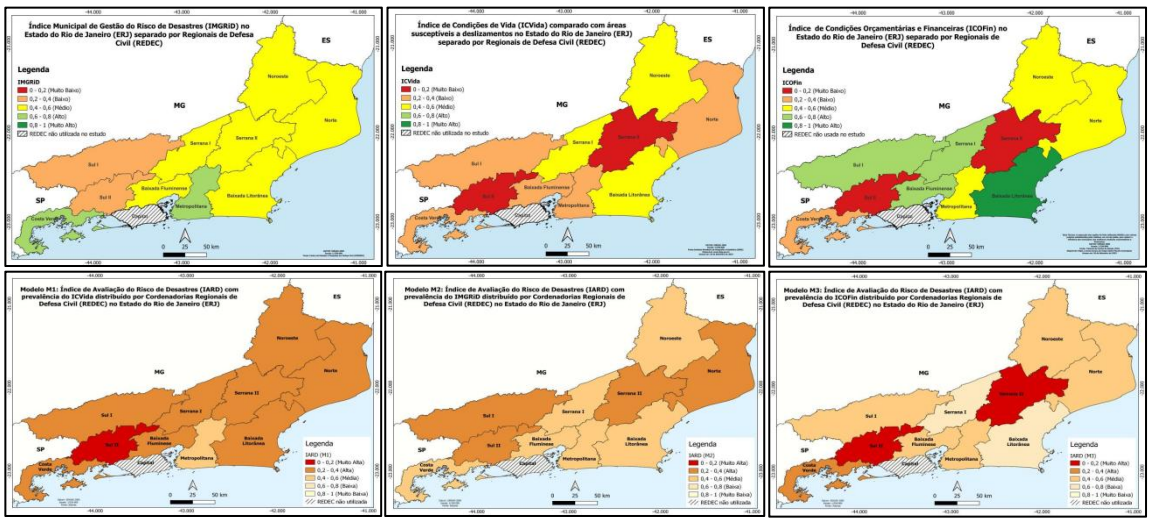
ênfase à dimensão humana, no desenvolvimento de políticas públicas que resguardem seus direitos fundamentais e a preservação da vida.

É característica intrínseca de política pública a inserção de inúmeros olhares com pertinência metodológica, para consequentemente se transformar em programas, sistemas de informação e grupos de pesquisa. (Souza, 2007.)

O ICOFin, a partir de dados públicos obtidos junto ao TCE-RJ, analisa o grau de comprometimento dos recursos orçamentários e financeiros disponíveis dos municípios.

O IARD, com os modelos de avaliação construídos: M1, dando maior peso ao ICVida; M2, priorizando o IMGRID e o M3, focando no ICOFin (Camargo *et al*, 2024), possibilitou integrar múltiplos fatores para fornecer uma avaliação detalhada dos riscos de desastres, indicando aos gestores estaduais os municípios que potencialmente necessitam de maior ou menor apoio, para a redução de riscos de desastres. A figura 1, ilustra os 03 (três) indicadores gerados e os modelos de avaliação.

Figura 1: Indicadores gerados e os modelos de avaliação



Fonte: (IBGE, 2010, 2022; TCE-RJ, 2016-2021; MDR, 2023). Elaborados pelos autores.

CONCLUSÕES

O trabalho se mostrou em condições de estimar as capacidades locais, no gerenciamento dos riscos de desastres e, sinaliza quanto à necessidade de fortalecimento da estrutura municipal.

Pode pautar decisões sobre o projeto de expansão do Sistema de Alerta e Alarme Sonoro por Sirenes, de acordo com os perfis identificados dos setores censitários mais vulneráveis.

Projetos para captação de recursos, aumento de receitas, incentivos fiscais, fundos de proteção e defesa civil, são alguns dos pontos relevantes neste estudo que resultam em

melhoria da qualidade de vida da população. Neste contexto, esta produção reforça que os indicadores elaborados pelo CEPEDEC, demonstram potenciais subsídios aos gestores na tomada de decisão, contribuindo na elaboração de políticas públicas voltadas a gestão de ricos de desastres, e fortalecendo as já existentes.

Entretanto, esta produção não esgota o tema abordado, mas, sinaliza que há muito ainda a ser discutido, produzido e implantado sobre indicadores de riscos de desastres.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Brasília. Lei 12.608. **Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.** Distrito Federal, 10 de abril, 2012.

BRASIL, Brasília. Lei 14.750. **Altera as Leis nº 12.608, de 10 de abril de 2012, 12.340, de 1º de dezembro de 2010.** Distrito Federal, 12 de dezembro, 2023.

CAMARGO, Leandro de Souza *et al*. **Medição Padronizada da Avaliação dos Riscos de Desastres Regionais: O Índice de Avaliação do Risco de Desastres (IARD).** CEPEDE, Fevereiro de 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - Perguntas frequentes: definição de domicílios particulares permanentes**. Disponível em:https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938. Acesso 04 de Abril de 2023.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores Sociais no Brasil – Conceito, Fonte de Dados e Aplicação**. 3. ed. Campinas/SP: Editora Alínea, 2006.

MDR. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Atlas digital de desastres no Brasil**. Disponível em:http://atlasdigital.mdr.gov.br. Fevereiro, 2023.

FREITAS, Carlos Machado de *et al*. **Desastres naturais e seus custos nos estabelecimentos de saúde no Brasil no período de 2000 a 2015**. Cadernos de saude publica, v. 36, n. 7, p. e00133419, 2020.

SOUZA, Celina. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. III Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres.** Sendai, Miyagi, Japão 14-18 março de 2015.

TCE-RJ, Tribunal de Contas do ERJ. **Balanço Orçamentário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.** 2023. Disponível em:https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/. Acesso 11 de Abril de 2023.

A DIVERSIDADE BIOCULTURAL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: PRAIA DE COPACABANA, COLÔNIA DE PESCADORES Z-13 E GESTÃO AMBIENTAL

Carla Medeiros Solidade dos Santos[1]
Guilherme Cruz de Mendonça[2]

Resumo
O presente trabalho explora o conceito de diversidade biocultural e sua aplicação no ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro, com foco na Praia de Copacabana e a Colônia de Pescadores Z-13. O estudo utilizou uma abordagem qualitativa inter e transdisciplinar, e os dados foram coletados por meio de visitas de campo, entrevistas e pesquisa bibliográfica. Os resultados mostram a existência de múltiplas relações sociais, culturais e ambientais, evidenciando a complexidade da gestão costeira em espaços urbanos. A colônia de pescadores, inserida nesse contexto, enfrenta pressões socioambientais que ameaçam sua permanência e as expressões bioculturais locais.

Palavras-chave: Diversidade biocultural; Gestão costeira; Rio de Janeiro; Colônia de Pescadores Z-13; Copacabana.

Abstract
This paper explores the concept of biocultural diversity and its application in the urban environment of Rio de Janeiro, focusing on Copacabana Beach and the Fishermen's Colony Z-13. The study used a qualitative interdisciplinary and transdisciplinary approach, with data collected through field visits, interviews, and bibliographic research. The results reveal multiple social, cultural, and environmental relationships, highlighting the complexity of coastal management in urban spaces. The fishermen's colony, embedded in this context, faces socio-environmental pressures that threaten its permanence and local biocultural expressions.

Keywords: Biocultural diversity; Coastal management; Rio de Janeiro; Fishermen's Colony Z-13; Copacabana.

Resumen
Este trabajo explora el concepto de diversidad biocultural y su aplicación en el entorno urbano de la ciudad de Río de Janeiro, centrándose en la Playa de Copacabana y la Colonia de Pescadores Z-13. El estudio utilizó un enfoque cualitativo inter y transdisciplinario, y los datos se recopilaron mediante visitas de campo, entrevistas e investigación bibliográfica. Los resultados muestran la existencia de múltiples relaciones sociales, culturales y ambientales, evidenciando la complejidad de la gestión costera en espacios urbanos. La colonia de pescadores, inmersa en este contexto, enfrenta presiones socioambientales que amenazan su permanencia y expresiones bioculturales locales.

Palabras clave: Diversidad biocultural; Gestión costera; Río de Janeiro; Colonia de Pescadores Z-13; Copacabana.

[1] Bióloga. Graduanda em Gestão Ambiental no CT GAM IFRJ.
[2] Professor de Direito Ambiental e Ciências Ambientais no CST Gestão Ambiental, IFRJ. Doutor em Meio Ambiente pela UERJ.

Introdução

O conceito de diversidade biocultural tem como um dos antecedentes principais a Declaração de Belém, de 1988, produzida pelo I Encontro da Sociedade Internacional de Etnobiologia (MAFFI, 2001). Desde então, tem sido ampliado e correlacionado a outras áreas de conhecimento, havendo cada vez mais pesquisadores propondo sua aplicação em contextos socioambientais urbanos (COCKS, 2006; MENDONÇA, 2014; ELANDS et al. 2015; BUIZER et al. 2016, CUVI, 2017).

A cidade do Rio de Janeiro foi formada por diversos movimentos de expansão urbana e migração, além de transformações sociais e políticas, constituindo espaço privilegiado para estudo de expressões bioculturais urbanas. O grupo de pesquisa DiverCidades busca investigar a natureza destas expressões e sua importância para a gestão ambiental em cidades, em especial no município do Rio de Janeiro.

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o conceito de diversidade biocultural e sua aplicação no ambiente urbano da cidade do Rio de Janeiro. Para alcançar este objetivo, adotou-se como estudo de caso a zona costeira no trecho situado no Bairro de Copacabana, que por sua diversidade de grupos sociais e diferentes modos de se relacionar com a zona costeira. Vale também mencionar a existência de relações prévias dos autores com a região e que acabaram por direcionar o interesse, uma vez que os autores são também sujeitos que expressam vínculos bioculturais com o local.

Metodologia

Este projeto de pesquisa utilizou metodologias inter e transdisciplinares e possui caráter qualitativo. Com a criação do grupo de pesquisa DiverCidades em 2018, ocorrem as primeiras articulações entre as reflexões sobre o conceito e a orla do Bairro de Copacabana, tendo como foco a Colônia de Pescadores Z-13 (núcleo Copacabana) e sua contextualização com a orla do entorno.

O processo de levantamento de dados ocorreu em momentos variados aos longos destes últimos 5 anos. Foram realizadas visitas de campo à orla para o reconhecimento e observação de outros atores sociais que interagem com a colônia, sendo as percepções dos autores registradas em diário de campo e complementadas com percepções fruto de suas vivências prévias. Por conta da pandemia de COVID-19, parte da execução do projeto se deu majoritariamente de forma remota, privilegiando a pesquisa bibliográfica e documental. No retorno das atividades presenciais, houve uma entrevista presencial com uma das lideranças da colônia de pescadores, momento no qual foram colhidas as principais contribuições. Ademais,

adotando a metodologia da observação participante, ocorreram também interações com diferentes atores sociais que vivenciam a orla de Copacabana, tais como Organizações da Sociedade Civil, banhistas, esportistas, vendedores, turistas, dentre outros.

Resultados e discussão

O Rio de Janeiro é uma cidade única, por suas características naturais e culturais. Durante as atividades de campo foram observados 16 grupamentos sociais: pescadores (artesanais e ocasionais), compradores do pescado, pesquisadores (os autores inclusos), representantes de ongs e voluntários, banhistas, esportistas, surfistas, vendedores ambulantes (comida e souvenires), guias de turismo, turistas (nacionais e estrangeiros), quiosqueiros, munícipes (locais e de outros bairros), hoteleiros, restaurantes, dentre outros (Mendonça, 2020). Todos os grupos se relacionam direta ou indiretamente com a orla da praia de Copacabana. São expressões da diversidade biocultural existente não apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas também especificamente na orla de Copacabana.

Partindo deste entrelaçamento, cada vez mais complexo à medida que se sobrepõem os diferentes modos de vida, entender os contextos socioambientais da região torna-se fundamental para compreensão de práticas e discursos. O Rio de Janeiro possui uma cultura de praia muito significativa (Mendonça, 2020). Como expressões das relações naturezas e culturas populares, as paisagens culturais cariocas praianas simbolizam e traduzem construções históricas e sociais a partir de meados do século XX. Ainda hoje o bairro possui uma centralidade, possuindo um contexto de prestígio internacional e intenso fluxo turístico.

Ao longo de seus 100 anos de existência, o núcleo Copacabana acompanhou os processos de urbanização e suas consequências em seu modo de vida. Durante a década de 1970, os pescadores residentes foram retirados para ampliação da Av. Atlântica e assim, hoje, seus membros residem espalhados pela cidade, muitos em regiões periféricas, como as favelas da Rocinha e Pavão-Pavãozinho (BERNARDO, 2020). Desta forma, atualmente o núcleo de Copacabana constitui uma área de convívio social e profissional, além de sede administrativa da colônia, local de organização institucional e política dos pescadores.

Pelas variadas concepções de uso, a região é alvo de intensa disputa territorial, envolvendo questionamentos sobre o direito de ocupação dos pescadores. Diante do cenário, os posicionamentos e práticas adotadas pela colônia ganham profundidade. As articulações entre Instituições de Ensino, ONGs, e a colônia podem ser frutíferas não apenas na produção de conhecimento sobre a diversidade biocultural local, mas igualmente ser um elemento importante nos processos sociais de defesa do território da colônia. Diferentes grupos de

pesquisa são frequentes e garantem produção de conhecimento sobre a colônia e suas atividades. Ademais, a ONG Mar Urbano atua na divulgação dos impactos da poluição marinha e contribui com a valorização da colônia, principalmente através de exposições fotográficas.

Em paralelo, vale contextualizar a malha de zoneamentos que interagem na região, dentre os principais: Área militar do Forte de Copacabana, situada ao lado da colônia; APA Orla Marítima, unidade de conservação que engloba o conjunto de praias do entorno; e parte do sítio "Rio Paisagem Cultural: entre o mar e a montanha", enquadrado como Patrimônio Mundial da UNESCO. Portanto, todas as interações locais ocorrem também sob um conjunto de normativas de proteção ambiental e paisagística.

Os processos de pesquisa resultaram em diferentes produtos, tais como artigo, capítulo de livro, uma cartilha de consentimento prévio a ser utilizada junto aos pescadores, textos de divulgação científica, 2 orientações de iniciação científica, e apresentação no evento Circuito Urbano, organizado no âmbito da ONU Habitat Brasil.

Por fim, destaca-se a presença de uma comunidade tradicional imersa na malha urbana, a Colônia de Pescadores Z-13 (núcleo Copacabana). O encontro entre o saber tradicional e as percepções urbanizadas de natureza produziu um ambiente singular, onde podem ser confrontadas diferentes expressões da diversidade biocultural. Contudo, diante de pressões socioambientais, parte destas expressões está sob risco de apagamento. Desta forma, o presente projeto se debruça sobre o esforço de reconhecimento e direito à permanência dos pescadores do núcleo Copacabana da Colônia Z-13 e da valorização de suas expressões bioculturais.

Considerações finais

A Diversidade biocultural encontra-se presente nos contextos urbanos do Rio de Janeiro. Os resultados evidenciam que há múltiplas relações sociedade-cultura-natureza nas praias da cidade, em especial na de Copacabana. Compreender tais relações importa para a construção de processos de gestão mais democráticos, inclusivos e apropriados. A orla também é espaço de disputas sobre diferentes formas de ser e estar no mundo. Através do estudo foi possível registrar a complexidade das relações presentes, sendo identificados múltiplos interesses que interagem diretamente com a colônia,. Portanto, torna-se imperativo aprofundar o entendimento sobre suas expressões bioculturais, visando a garantia de uma gestão costeira inclusiva e alinhada à preservação da diversidade biocultural.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, L. S. Nas ondas do mar carioca: o moderno e as tradições vistos a partir da história dos pescadores da Colônia Z-13 na praia de Copacabana. São Paulo: e-Manuscrito, 2020.

BUIZER, M., ELANDS, B., & VIERIKKO, K. Governing cities reflexively – The biocultural diversity concept as an alternative to ecosystem services. Environmental Science and Policy, 62: 7–13, 2016. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1462901116300521. Acesso em: 19 ago. 2023.

COCKS, M. Biocultural diversity: Moving beyond the realm of 'indigenous' and 'local' people. Human Ecology, 34 (2): 185–200, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/225471302_Biocultural_Diversity_Moving_Beyond_the_Realm_of_'Indigenous'_and_'Local'_People#fullTextFileContent. Acesso em: 17 ago. 2023.

CUVI, N. Las ciudades como mosaicos bioculturales: el caso del centro histórico de Quito. Revista Etnobiologia, 15 (1): 5-25, abr. 2017. Disponível em: https://revistaetnobiologia.mx/index.php/etno/article/view/138/137. Acesso em: 19 ago. 2023.

ELANDS, B. H. M., WIERSUM, K. F., BUIJS, A. E., & VIERIKKO, K. Policy interpretations and manifestation of biocultural diversity in urbanized Europe: conservation of lived biodiversity. Biodiversity and Conservation, 24(13): 3347–3366, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282423137_Policy_interpretations_and_manifestation_of_biocultural_diversity_in_urbanized_Europe_conservation_of_lived_biodiversity#fullTextFileContent. Acesso em: 18 ago. 2023.

MACHADO, J. B. Racismo Ambiental e seu impacto na Colônia de Pescadores Z13 RJ. 10º CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em sociaise humanidades. 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/xc22021/420527-racismo-ambiental-e-seu-impacto-na-colonia-de-pescadores-z13-rj/. Acesso em: 17 ago. 2023.

MAFFI, L. (org). On Biocultural Diversity: linking language, knowledge and the environment. Smithsonian Institute: Washington, 2001.

MENDONÇA. G. C. Diversidade Biocultural, Direito e Cidades: implementação do marco jurídico sobre diversidade biocultural na cidade do Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MENDONCA, G.C. Biocultural Diversity at Rio de Janeiro's urban beaches: wellbeing, belonging and conflict. In: Michelle L. Cocks; Charlie M. Shackleton. (Org.). Urban Nature: enriching belonging, wellbeing and bioculture. 1ed.Abingdon & Nova York: Routledge,1:270-283, 2020.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO NO TERRITÓRIO FLUMINENSE E O ENFRENTAMENTO DA CRISE ECOLÓGICA

Páulea Zaquini[1]
Fernanda Costa[2]

Resumo: Considerando os desafios da atualidade relacionados à crise ecológica, é imprescindível que na organização de todos os processos formativos, sejam eles vinculados à educação básica ou ao ensino superior, discussões relacionadas ao metabolismo social estejam presentes. Neste cenário, processos que visem a organização de cursos de educação profissional no estado do Rio de Janeiro, devem considerar, para além do atendimento das demandas imediatas dos setores produtivos, processos de transformação social que tenham como objetivo, sobretudo, o desenvolvimento dos territórios. Assim, baseados nessas premissas, este estudo tem como objetivo inventariar as habilitações profissionais técnicas oferecidas no estado do Rio de Janeiro em período recente, de forma que essa análise possa contribuir para organização e gestão da oferta de EPTNM no estado a luz das demandas relacionadas ao enfrentamento da crise ecológica.

Palavras-chave: formação humana; desenvolvimento social; crise ecológica; Educação Profissional; estado do Rio de Janeiro.

Abstract: Considering the current challenges related to the ecological crisis, it is essential that in the organization of all training processes, whether linked to basic education or higher education, discussions related to social metabolism are present. In this scenario, processes aimed at organizing professional education courses in the state of Rio de Janeiro must consider, in addition to meeting the immediate demands of the productive sectors, processes of social transformation that aim, above all, at the development of territories. In this context, this study aims to inventory the technical professional qualifications offered in the state of Rio de Janeiro in the recent period, so that this analysis can contribute to the organization and management of the provision of EPTNM in the state in light of the demands related to facing the ecological crisis.

Keywords: human formation; social development; ecological crisis; Professional Education; State of Rio de Janeiro.

Resumen: Considerando los desafíos de la actualidad relacionados con la crisis ecológica, es esencial que en la organización de todos los procesos formativos, ya sean vinculados a la educación básica o a la educación superior, estén presentes discusiones relacionadas con el metabolismo social. En este escenario, los procesos que apuntan a la organización de cursos de educación profesional en el estado de Río de Janeiro, deben considerar, además de atender las demandas inmediatas de los sectores productivos, procesos de transformación social que tengan como objetivo, sobre todo, el desarrollo de los territorios. En este contexto, este estudio tiene como objetivo inventariar las habilitaciones profesionales técnicas ofrecidas en el estado de Río de Janeiro en el período reciente, para que este análisis pueda contribuir a la organización y gestión de la oferta de EPTNM en el estado a la luz de las demandas relacionadas con el enfrentamiento de la crisis ecológica.

Palabras clave: formación humana; desarrollo social; crisis ecológica; Educación Profesional; estado de Río de Janeiro.

[1] Páulea Zaquini Monteiro Lima. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: paulea.zaquini@fiocruz.br
[2] Fernanda Cosme da Costa. Instituto Federal do Rio de Janeiro. fernandacosme@yahoo.com.br

Introdução

A oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), além de visar a formação integral do estudante em articulação com a formação desenvolvida no Ensino Médio (Brasil, 2021. Art. 6º. Inciso I), apresenta, entre seus princípios, a "articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem" (Brasil, 2021. Art. 6º. Inciso IX), e o "reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas" (Brasil, 2021. Art. 6º. Inciso XII). Nesse contexto, a oferta desses cursos deve estar atenta, para além do atendimento imediato dos setores produtivos já instituídos, a processos de transformação social imprescindíveis para o desenvolvimento dos territórios. Considerando, em especial, um dos grandes desafios humanitários da atualidade – a crise ecológica.

Sobre essa articulação entre a organização de cursos e o enfrentamento da crise ecológica Pavlova (2016) ressalta que é preciso prever demandas futuras. A autora destaca ainda que, apesar da importância da existência de sistemas de informação sobre o mercado de trabalho para a organização de processos formativos, torna-se imprescindível desenvolver meios adicionais para detectar novas necessidades associadas à implementação de estratégias de enfrentamento à crise ecológica, dando destaque à transição para uma economia hipocarbônica (Pavlova, 2016).

Ademais, documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) têm indicado que as medidas de enfretamento da crise ecológica gerariam novos postos de trabalho que estariam diretamente associados a processos relacionados à melhoria da eficiência energética e de uso de matérias primas, incluindo a redução significativa da emissão de gases geradores do efeito estufa e de outros poluentes; a proteção e a restauração de ecossistemas; e à mitigação dos danos causados pelos impactos ambientais já em curso (OIT, 2016). Esses empregos estariam em setores relacionados à regeneração de ambientes naturais entre eles os florestais, os de água doce, os costeiros e os marinhos; à concepção, desenvolvimento, implementação e manutenção de fontes de energias renováveis; à regeneração da estrutura urbana incluindo aspectos relacionados ao uso e ocupação dos solos, entre eles os vinculados à gestão das águas e dos resíduos, e à mobilidade urbana; ao transporte de passageiros e mercadorias em médias e longas distâncias; à construção de moradias e de obras de infraestrutura incluindo a adequação das construções já existentes considerando as novas concepções de ocupação e uso dessas estruturas; a gestão de resíduos fundamentada em processos de circularidade baseados no reaproveitamento ou recuperação dos produtos ou matérias, sejam eles sólidos ou líquidos;

à reorganização da indústria de transformação baseada em princípios rigorosos de proteção e recuperação ambiental; à produção alimentar; e à economia circular. Além disso as transformações estruturais necessárias ao enfrentamento da crise ecológica gerariam novas demandas aos setores da educação, ciência e tecnologia, jurídico, financeiro entre outros (Cedefop, 2023).

E é nesse contexto de necessária reorganização social, o que inclui a reorganização dos processos produtivos, e por consequência do mundo do trabalho, que este estudo tem por objetivo identificar o perfil das habilitações profissionais técnicas oferecidas no estado do Rio de Janeiro de forma que essa análise possa contribuir para organização e gestão da oferta de EPTNM no estado a luz das demandas relacionadas ao enfrentamento da crise ecológica.

Materiais e Método

O estudo, que tem como objetivo analisar a oferta de habilitações profissionais técnicas no estado do Rio de Janeiro a luz das demandas advindas de um processo de mudança estrutural vinculado diretamente ao enfrentamento da crise ecológica, está fundamentado em diversos autores que veem abordando a crise ecológica a partir de questões relacionadas ao metabolismo social entre eles Harbel, Fischer-Kowalski, Krausmann, Martinez-Alier e Winiwarter (2010), Fischer-Kowalski e Harbel (2015), e Charbonnier (2021); e à experiência de atores internacionais, entre eles a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) por meio do seu Centro Internacional para a Educação e Formação Técnica e Profissional (UNESCO-UNEVOC) e o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop).

Como parte da etapa empírica, foram analisadas, a partir de informações disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as habilitações profissionais que registraram matrículas no período 2019-2022 no estado, considerando o número de matrículas computadas por habilitação, a forma de oferta das habilitações, as redes ofertantes, e a distribuição das habilitações profissionais pelos eixos tecnológicos e pelas regiões imediatas (IBGE, 2017).

Resultados e Discussão

Circunscrevendo inicialmente os resultados deste estudo à análise das três habilitações técnicas relacionadas diretamente à causa ambiental que fazem parte do eixo tecnológico Ambiente e Saúde, do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) – o técnico em Controle Ambiental, o técnico em Meio Ambiente e o Técnico em Reciclagem – entre os anos de 2019

e 2022, nenhuma matrícula foi computada no curso técnico em Reciclagem, 1.619 matrículas foram computadas no curso técnico em Controle Ambiental e 7.113 matrículas foram computadas no curso técnico em Meio Ambiente. Registrando juntas, 8.732 matrículas no quadriênio, ou seja, 1,22% das matrículas computadas em habilitações profissionais técnicas no estado no quadriênio, num total de 711.303 matrículas (Inep, 2022; Inep, 2023).

Ampliando o escopo, a inclusão dos cursos técnicos do eixo tecnológico Recursos Naturais não resultou em melhor cenário. Observando o registro de matrículas no referido eixo, das 14 habilitações profissionais que compõem o eixo, apenas 4 computaram matrículas no estado no quadriênio 2019-2022: Agricultura, Agroecologia, Agropecuária e Mineração. Totalizando, as quatro, 4.697 matrículas no quadriênio. Aproximadamente, 0,66% do total de matrículas contabilizadas no quadriênio.

Ademais, destaca-se que, apesar do estado do Rio de Janeiro ter uma importante área litorânea, e da presença de importantes ecossistemas de água doce no estado, não foram contabilizadas matrículas no curso técnico em Recursos Pesqueiros ou no curso técnico em Pesca (Inep, 2022; Inep, 2023).

Por fim, concluindo essa breve apresentação de resultados, chama atenção o baixo número de matrículas no estado em dois outros cursos técnicos relacionados à área ambiental: o técnico em Saneamento e o técnico em Sistemas de Energia Renovável. O primeiro com cento e dez matrículas no quadriênio, e o segundo com quinhentas e noventa e cinco (Inep, 2022; Inep, 2023).

Conclusões

Considerando a complexidade da crise ecológica e a sua articulação com os diferentes setores da vida social, avaliar a oferta de cursos técnicos no estado do Rio de Janeiro a luz dessa articulação torna esse processo avaliativo algo bem mais complexo do que se possa imaginar, principalmente porque questões relacionadas à saúde ambiental ou à crise ecológica deveriam fazer parte do currículo de todos os processos formativos, independentemente da área ou do nível acadêmico. Na atualidade, da automação de um elevador, passando pela gestão de um sistema viário, ou pela indústria da construção naval, todos os processos produtivos devem ter como princípio a mitigação dos impactos da vida humana sobre os ecossistemas naturais. Assim, independentemente da habilitação profissional, o uso racional dos materiais e a ocupação de ecossistemas naturais devem ser tratadas como fundantes dos processos formativos. É preciso que em todos os processos formativos sejam considerados aspectos

relacionados ao esgotamento dos recursos naturais, tanto pela extinção destes, quanto pela impossibilidade de utilização dos mesmos devido a processos de contaminação. Nunca esquecendo que a saúde ambiental do planeta é condição necessária para o bem viver da espécie humana.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. 4a edição. ed. Brasília: Brasil, 2021. Disponivel em: <http://cnct.mec.gov.br/apresentacao>.

BRASIL. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Diário Oficial da União. Publicado em: 06/01/2021 | Edição: 3 | Seção: 1 | Página: 19. [S.l.]: [s.n.].

CEDEFOP (2023). Skills in transition: the way to 2035 Luxembourg: Publications Office. Disponível em: http://data.europa.eu/doi/10.2801/438491 - Skills in transition: the way to 2035 (europa.eu). Acesso em 23 de setembro de 2024.

CHARBONNIER, P. Abundância e liberdade: uma história ambiental das ideias políticas. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FISCHER-KOWALSKI, M.; HABERL, H. In: R.MURADIAN, J. M.-A. E. Manual de Economia Ecológica. [S.l.]: [s.n.], 2015. p. 100-138.

HABERL, H. et al. A sociometabolic transition towards sustainability? Challenges for another Great Transformation. Sustainable Development, 2010. Disponivel em: <http://www3.interscience.wiley.com/journal/122272391/abstract>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; OIT. ¿Qué es um empleo verde? Disponível em ¿Qué es un empleo verde? | International Labour Organization (ilo.org). Acesso em 23 de setembro de 2024.

PAVLOVA, M. Regional overview: What is the government's role in greening TVET? TVET@Asia, 30 jan. 2016. 1-18. Disponivel em: <https://www.tvet-online.asia/issue6/pavlova_tvet6.pdf>.

PROBLEMATIZANDO A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NO RIO DE JANEIRO: O PAPEL DO ESTADO E DAS CORPORAÇÕES

Vanuza da Silva Pereira Ney[1]
Maria do Socorro Bezerra de Lima[2]

Resumo
A transição para a geração energia de baixo carbono tem dominado os debates científicos, acadêmicos e políticos atuais transformando-se num enorme desafio tanto em relação ao aquecimento global como aos limites impostos ao crescimento econômico face a escassez dos recursos. O percurso metodológico consiste na revisão de literatura, pesquisa documental em sites oficiais e portais de notícias das empresas do setor energético. Além disso, o levantamento de dados secundários sobre a produção da geração de energia solar. Pode-se concluir que o sistema energético brasileiro enfrenta desafios de natureza diversa em sua transição energética em termos institucionais, regulatórios e tecnológicos. Se por um lado, o país dispõe de fontes abundantes de energias renováveis se mantém refém de IED de grandes corporações e se apresenta com baixa representatividade nas decisões globais.

Palavras-chave: transição energética; energia solar; corporações; projetos greenfield.

Abstract
The transition to low-carbon energy generation has dominated current scientific, academic and political debates, becoming a huge challenge both in relation to global warming and to the limits imposed on economic growth due to resource scarcity. The methodological approach consists of a literature review, documentary research on official websites and news portals of companies in the energy sector, and the collection of secondary data on the production of solar energy generation. It can be concluded that the Brazilian energy system faces challenges of a diverse nature in its energy transition in institutional, regulatory and technological terms. While the country has abundant sources of renewable energy, it remains hostage to FDI from large corporations and has little representation in global decision-making.

Keywords: energy transition; solar energy; corporations; greenfield projects.

Resumen
La transición hacia una generación de energía baja en carbono ha dominado los debates científicos, académicos y políticos actuales, convirtiéndose en un enorme desafío tanto en relación con el calentamiento global como con los límites impuestos al crecimiento económico ante la escasez de recursos. El camino metodológico consta de una revisión de la literatura, investigación documental en sitios web oficiales y portales de noticias de empresas del sector energético. Además, la recopilación de datos secundarios sobre la producción de generación de energía solar. Se puede concluir que el sistema energético brasileño enfrenta desafíos de diversa

[1] Vanuza da Silva Pereira Ney, UFF/PPGDAP - vanuzasilva@id.uff.br
[2] Maria do Socorro Bezerra de Lima UFF/PPGDAP – msblima@id.uff.br

naturaleza en su transición energética en términos institucionales, regulatorios y tecnológicos. Si, por un lado, el país tiene abundantes fuentes de energía renovable, sigue siendo rehén de la IED de grandes corporaciones y tiene poca representación en las decisiones globales.

Palabras clave: transición energética; energía solar; corporaciones; proyectos totalmente nuevos.

INTRODUÇÃO

A transição para a geração energia de baixo carbono tem dominado os debates científicos, acadêmicos e políticos atuais transformando-se num enorme desafio tanto em relação ao aquecimento global como aos limites impostos ao crescimento econômico face a escassez dos recursos, incluindo o fornecimento de geração de energia para sustentação do modelo econômico tendo como marco o primeiro choque do petróleo, em 1973.

Embora, a transição energética esteja usualmente associada às mudanças significativas na estrutura da matriz energética primária mundial uma visão crítica aponta na direção de que o termo é utilizado para obscurecer uma crise estrutural do capitalismo, incluindo a crise energética, o que abre caminho para a busca por novas fontes de explorações minerais e/ou fontes de energias renováveis como o sol e o vento e os projetos greenfield de energia que buscam tanto o desenvolvimento de novas tecnologias como novas fontes de financiamento por parte dos Estados nacionais e das empresas. De uma forma ou de outra, a transição energética aponta para formas de apropriação e uso dos recursos e do território no contexto neoliberal navegando nas mesmas "águas hegemônicos da competividade", ou seja,

> um novo imperativo da globalização neoliberal seja para sujeitos, empresas ou mesmo cidades, lugares, regiões e territórios. Uma condição sine qua non para que estes participem das relações políticas e econômicas globais, principalmente no estabelecimento de acordos internacionais, na realização de novos investimentos ou mesmo de trocas comerciais (CATAI; DUARTE, 2022, 378).

Tendências particulares de transição energética e implicações geopolíticas acompanham o processo de transformação da matriz energética, bem como do território e das fontes de energia alternativas de energias renováveis em todo o mundo. São vetores de desorganização e reorganização dos territórios.

A transição energética prescinde do emprego dos recursos e da difusão de tecnologias presentes em diferentes espaços articulados ao sistema global que tendem a privilegiar espaços dotados de capital, maior flexibilidade nas estruturas produtivas e aos padrões de consumo relacionados aos setores econômicos e às condições de vida da população (Pires do Rio, 2011). Importante destacar o papel dos Estados na criação de arranjos institucionais que incluem marcos regulatórios nacionais, políticas e programa de incentivos à diversificação da matriz energética, bem como a organização espacial da infraestrutura existente e em implantação e sua influência na organização territorial, no acesso e controle dos recursos e no desenvolvimento de tecnologias (investimentos em P&D&I) e a sua difusão. Insere-se ainda ao debate a participação ativa dos setores privados na cogeração de energia elétrica e a questão da insegurança energética e o papel geopolítico dos países no controle da geração energia de fontes alternativas renováveis (Vitto, 2022).

Trata-se, de considerar na análise a importância dos elementos geopolíticos contidos nos discursos e nas metas da descarbonização, mudanças climáticas e sustentabilidade. Os investimentos chineses, por exemplo, em manufatura, tecnologia e geração de energia a partir

de fontes renováveis, principalmente em energia eólica e solar aumentaram exponencialmente, entre 2016 e 2020, a China investiu US$ 800 bilhões em energias renováveis ficando à frente dos investimentos norte-americanos que foram de 540 bilhões (WEF, 2021). Além disso, os chineses lideraram a capacidade de geração de energia elétrica renovável mundial, respondendo por 31% do acréscimo na capacidade global de geração de energia fotovoltaica no ano de 2021. Este acelerado processo de desenvolvimento dos setores de energia solar e eólica associados aos incentivos governamentais proporcionaram as empresas chinesas posições globalmente competitivas na manufatura de equipamentos por estes setores.

Em 2021, as firmas chinesas detinham 75% da capacidade produtiva global de módulos solares e a participação excedia 80% em outros estágios de fabricação de painéis fotovoltaicos. Deste modo, a China possuía 10 dos principais fornecedores globais de equipamentos para a geração de energia solar em 2012 e seis dos 10 maiores fabricantes globais de turbinas eólicas, por capacidade encomendada estavam localizados na China (NUNES et al, 2023). Os investimentos chineses para geração de energia renovável na América Latina e Caribe, também cresceram substancialmente desde 2018, Brasil, Chile, México, Colômbia e Argentina foram os que mais receberam projetos de empresas chinesas. No caso brasileiro, a estatal chinesa Energy China International anunciou em 2023 investimentos de US$ 10 bilhões nas áreas de geração de energia renovável e produção de hidrogênio verde no Brasil. Em abril de 2023, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil firmou um memorando de entendimento sobre cooperação em pesquisa e inovação com o governo da China, o termo de cooperação prevê parcerias entre os dois países “no desenvolvimento científico, tecnológico e industrial de 16 áreas, incluindo energia limpa e mudanças climáticas, além de biotecnologia, cidades inteligentes, economia digital, tecnologia da informação” (Portal Solar, 2023, s/p).

Este breve panorama aponta a importância deste tema para os estudos geográficos e de desenvolvimento regional considerando a complexidade e incertezas que caracterizam as dinâmicas e processos de geração de energia a partir de fontes renováveis, assim como as tensões e conflitos em relação ao uso da terra, a natureza geopolítica e a reestruturação dos territórios e das relações de interdependência entre os agentes e atores envolvidos. Em face a esta importância, este trabalho busca analisar as mudanças no cenário evolução de diversificação da matriz energética brasileira visando a geração de energia de baixo carbono, em particular àquelas que vem ocorrendo na região Norte do Rio de Janeiro no contexto do neoliberalismo.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa, em fase de desenvolvimento, tem caráter qualitativo e busca compreender de que maneira a transição energética acarreta alterações na organização dos espaços, nos modos de como os sistemas energéticos se materializam em sua estrutura, forma, função e escalas na organização territorial em diferentes momentos históricos (Santos, 2014; Pires do Rio, 2013). O percurso metodológico consiste na revisão de literatura, pesquisa documental em sites oficiais e portais de notícias das empresas do setor energético. Além disso, o levantamento de dados secundários sobre a produção da geração de energia solar e eólica foi realizado em sites especializados e sua análise revela a trajetória ascendente e rápida de crescimento dos fluxos investimentos estrangeiros direto (IED) em energias renováveis provenientes de atores globais e nacionais que revelam um sistema de objetos e ações na qual as interações e interdependências produzem transformações no espaço. A questão da escala e seu alcance é fundamental para a construção do conhecimento, por isso, a observação da escala e suas implicações na dinâmica territorial é essencial para compreender a complexidade do fenômeno

da transição energética superando a dicotomia local-global e captando as contradições, conflitos e interesses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em 2023, mais 625 mil sistemas de GD (geração distribuída) foram conectados à rede de distribuição. Ainda de acordo com a ANEEL, mostram que a modalidade acumulou mais de 7,4 GW de potência instalada com mais de 837 mil unidades consumidoras passassem a contar com excedentes e com os créditos de energia gerada.

Segundo a ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica), desde 2012 a energia solar distribuída atraio mais de R$ 128,4 bilhões em investimentos e mais de 768,1 mil empregos acumulados no país.

Em relação a energia solar o Estado já ocupa a 7ª. posição o ranking da energia solar brasileira e o 4º. em sistemas fotovoltaicos instalados. Grupos estrangeiros são os que mais tem investido no setor (EQUINOR e 3E ENERGY) e as regiões Norte, Litorânea e Sul do estado do Rio de Janeiro são as que mais receberam investimentos.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que o sistema energético brasileiro enfrenta desafios de natureza diversa em sua transição energética em termos institucionais, regulatórios e tecnológicos. Se por um lado, o país dispõe de fontes abundantes de energias renováveis se mantém refém de IED de grandes corporações e se apresenta com baixa representatividade nas decisões globais.

REFERÊNCIAS

COSTA, Bruno Barzellay Ferreira da; MALAGUETA, Diego Cunha; MANHÃES, Alfredo Luiz Pessanha; DA COSTA, Suellen Carvalho Barzellay; THOMPSON, Samir Jorge Guedes Sias. Análise da Expansão da Energia Solar Fotovoltaica nas Cidades da Região dos Lagos e Norte Fluminense. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 52–76, 2021. DOI: 10.12957/cdf.2021.61419. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/61419. Acesso em: 15 abril 2023.

NUNES, Ticiana Gabrielle Amaral; UNGARETTI , Carlos Renato. DI MARCO , Giulia Mariana Rodrigues; MENDONÇA, Marco Aurélio Alves de. Os Financiamentos chineses em energias renováveis na América Latina e os desafios das mudanças climáticas, Brasília, DF: IPEA, 2023.

PIRES DO RIO, G A. Escalas de política energética: o programa nacional de biodiesel In: BERNARDES, J A e ARACRI, L A S (org) Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2011.

SOVACOOL, Benjamin K. The history and politics of energy transitions: Comparing contested views and finding common ground. WIDER working paper, 2016. Disponível em: https://academic.oup.com/book/16547/chapter/172497834 Acesso em: 15 abril de 2022.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. Fostering effective energy transition: 2021 edition. Cologny: WEF, 2021. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Fostering_Effective_Energy_Transition_2021.pdf. Acesso em: 2 maio. 2024.

Agradecimentos

Agradecimentos ao apoio do Programa Mais Ciência de Iniciação Científica da prefeitura de Campos dos Goytacazes e a Faperj.

ENTRE LUCROS E IMPACTOS: A LÓGICA DO POLUIDOR-PAGADOR NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE PETRÓLEO E GÁS E A PETRODEPENDÊNCIA DO NORTE FLUMINENSE

Sibele Souza Rodrigues[1]

RESUMO: Este trabalho é uma pesquisa teórica com abordagem qualitativa, que analisa como a ênfase no princípio do poluidor-pagador no Licenciamento Ambiental Federal de empreendimentos marítimos de petróleo e gás (2010-2018) se relaciona com a manutenção da petrodependência no Norte Fluminense, em face das pressões do sistema econômico em desenvolvimento. A investigação destaca as contradições no processo de licenciamento, que busca mediar o desenvolvimento econômico e os interesses das comunidades afetadas.

Palavras-chave: Princípio do Poluidor-pagador; Petrodependência; Licenciamento Ambiental Federal.

ABSTRACT: This work is a theoretical research with a qualitative approach, which analyzes how the emphasis on the polluter pays principle in the Federal Environmental Licensing of maritime oil and gas projects (2010-2018) relates to the maintenance of petrodependence in the North of Fluminense, in the face of the pressures of the developing economic system. The investigation highlights contradictions in the licensing process, which seeks to mediate economic development and the interests of affected communities.

Keywords: Polluter pays principle; Petrodependence; Federal Environmental Licensing.

RESUMEN: Este trabajo es una investigación teórica con enfoque cualitativo, que analiza cómo el énfasis en el principio de quien contamina paga en el Licenciamiento Ambiental Federal de proyectos marítimos de petróleo y gas (2010-2018) se relaciona con el mantenimiento de la petrodependencia en el Norte Fluminense, en frente a las presiones del sistema económico en desarrollo. La investigación resalta contradicciones en el proceso de concesión de licencias, que busca mediar en el desarrollo económico y los intereses de las comunidades afectadas.

Palabras clave: Principio de quien contamina paga; Petrodependencia; Licencia Ambiental Federal.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa como a ênfase no princípio do poluidor-pagador no licenciamento ambiental revela tensões no contexto da lógica capitalista, destacando a petrodependência no Norte Fluminense como um fenômeno complexo, interligado a questões históricas, culturais e políticas. Esses fatores, inter-relacionados aos impactos dos empreendimentos, contribuem para consolidar a dependência econômica e reproduzir desigualdades socioambientais.

[1] Sibele Souza Rodrigues é mestranda em Sociologia Política -PPGSP na Universidades Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Email: r.souza.sibele@gmail.com

Serrão (2012) aponta que o licenciamento é responsabilidade do Estado e busca mediar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade, sendo um instrumento sociopolítico permeado por contradições, interesses e conflitos. Em países periféricos como o Brasil, esse processo se torna ainda mais desafiador devido à subordinação histórica aos países centrais, refletindo a posição do país na divisão internacional do trabalho. A superexploração do trabalho e a dependência de commodities agravam essa vulnerabilidade econômica (Marini, 2000).

Essas dinâmicas globais se manifestam de forma clara no processo de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, como os de petróleo e gás, que se destacam na economia de exportação brasileira. O licenciamento dessas atividades, conduzido pelo IBAMA, é baseado na avaliação de impacto ambiental (AIA), que utiliza o estudo de impacto ambiental (EIA) e seu relatório, o RIMA. Nesse contexto, o princípio do poluidor-pagador frequentemente se sobrepõe ao princípio da precaução, reforçando os desafios na gestão ambiental pública (Serrão, 2012).

Esses desafios são ainda mais evidentes no Norte Fluminense, uma das regiões mais dependentes da indústria de petróleo e gás no Brasil. Essa área, que integra a Bacia de Campos, inclui municípios como Campos dos Goytacazes e Macaé, que desempenham um papel central na produção nacional.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo de abordagem qualitativa baseia-se em levantamento bibliográfico e análise documental, abrangendo o período de 2010 a 2018. Além de artigos e livros sobre o tema, foram analisados a Nota Técnica 01/2010 do IBAMA, o RIMA da Petrobras sobre o Campo de Roncador e a auditoria do TCU de 2018. Essa metodologia permite compreender as relações entre o princípio do poluidor-pagador, o licenciamento ambiental e a petrodependência no Norte Fluminense, levando em conta principalmente as múltiplas dinâmicas envolvidas no processo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diálogo técnico entre empresas e o IBAMA é decisivo para a concessão de licenças, sendo fortemente influenciado por pressões políticas e econômicas. Nesse contexto, o IBAMA como autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, pode ter o licenciamento influenciado por pressões governamentais que refletem planos de governo.

Isso pode ser exemplificado pela pressão do presidente Lula sobre o IBAMA para liberar a licença para a produção de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas. Embora o princípio do poluidor-pagador prevaleça na maioria dos casos, o IBAMA vem resistindo à conceder a licença devido aos altos riscos ambientais na região. Diante disso, Lula reforçou seu posicionamento ao afirmar: "queremos fazer tudo legal, respeitando o meio ambiente, respeitando tudo. Mas nós não vamos jogar fora nenhuma oportunidade de fazer esse país crescer [...]" (Brasil, 2024).

Destacamos que o crescimento da indústria petrolífera no Brasil se baseia em uma estratégia que prioriza a exportação de matérias-primas. Essa abordagem, comum a outros países da América Latina, sacrifica o consumo interno em benefício do mercado externo (Furtado, 1973). Com grande parte dos consumidores localizada no exterior, as comunidades locais são marginalizadas, enquanto os lucros se concentram nos mercados internacionais. Além disso, países centrais pressionam por políticas ambientais mais flexíveis em nações periféricas. Essa pressão influencia diretamente a definição de risco associada ao princípio do poluidor-pagador.

O princípio do poluidor-pagador integra estruturas econômicas voltadas à exportação de commodities, que perpetuam a subordinação das nações periféricas na divisão internacional do trabalho e dificultam o desenvolvimento de alternativas sustentáveis ou indústrias de maior valor agregado. Embora apresente contrapartidas ambientais, questionamos até que ponto, o poluidor-pagador, reflete as intenções dos sistemas em que se insere. Esses sistemas são globais e complexos, envolvendo pressões econômicas, culturais, políticas e históricas que mantêm essa dependência. A subordinação da elite local e a transição de uma economia baseada na cana-de-açúcar para outra dependente do petróleo fazem parte desse processo.

Desenvolvida em um contexto de competição global e interesses econômicos, essa dependência agrava os impactos socioambientais, que são frequentemente ignorados em prol da maximização dos lucros. A instalação de plataformas de petróleo limita o acesso das comunidades pesqueiras aos seus territórios tradicionais e provoca poluição da água, além de causar o deslocamento de famílias para áreas periféricas devido à especulação imobiliária. Esse cenário evidencia como a concentração de riqueza do setor petrolífero aprofunda desigualdades sociais e territoriais, transformando regiões como o Norte Fluminense em "postos de gasolina" para as economias do Norte global (Serrão, 2012).

A crise do petróleo de 2014 revelou a vulnerabilidade econômica do Norte Fluminense, cuja dependência dos royalties do petróleo tornou os municípios como Macaé e

Campos dos Goytacazes altamente suscetíveis às oscilações do mercado internacional. Durante esse período, essas cidades enfrentaram uma significativa redução em suas receitas, com o preço do barril caindo até 50%. Iniciativas com o objetivo de diversificar a economia de Campos dos Goytacazes foram criadas, como o Fundo de Desenvolvimento de Campos (Fundecam). Apesar de várias iniciativas, o fundo não conseguiu atingir seu objetivo, principalmente pela ausência de uma política industrial clara e uma estratégia de longo prazo. A "força gravitacional" exercida pela indústria do petróleo e gás na região fez com que muitos dos recursos do Fundecam fossem direcionados para projetos pouco comprometidos com a diversificação econômica, mantendo a dependência da extração de petróleo.

Além disso, a análise do RIMA das plataformas P-55 e P-62 no Campo do Roncador (Petrobras, Ecologos, 2010) revela a necessidade de uma abordagem mais preventiva e participativa no licenciamento ambiental. Diante das críticas ao processo de licenciamento, a auditoria do TCU de 2018 destacou a necessidade de aprimorar os procedimentos do IBAMA, propondo o uso de guias técnicos para melhorar a avaliação de impactos. O relatório também destacou a importância de divulgar amplamente a relevância do licenciamento e os mecanismos de aprimoramento adotados, para protegê-lo de mudanças propostas pelo Congresso Nacional, que poderiam enfraquecer o processo.

No contexto do licenciamento ambiental como mediador de interesses e conflitos, destaca-se a exigência de projetos de educação ambiental, instituída pela Nota Técnica 01/2010 CGPG/DILIC/IBAMA (Quintas, 2019). Esses projetos têm o potencial de auxiliar no fortalecimento da organização comunitária dos grupos afetados, como iniciativas para construção de incidência política local. Exemplos incluem os Projetos de Educação Ambiental Pescarte e o Territórios do Petróleo. Esse último disponibiliza informações sobre royalties e participações especiais, buscando auxiliar a população no processo de controle social no âmbito da gestão ambiental pública. Entendimentos recentes colocam a participação social como medida de mitigação dos impactos negativos causados pelos empreendimentos licenciados (Parmis, 2023).

3. CONCLUSÕES

A avaliação dos impactos dos empreendimentos licenciados revela que a priorização da lógica financeira expõe contradições nas dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais. Isso indica que muitos instrumentos de política pública têm um caráter simbólico. A ênfase no princípio do poluidor-pagador, em detrimento da precaução, colabora para a manutenção de economias petrodependentes, como a do Norte Fluminense. Diversos elementos, incluindo

questões institucionais, históricas e a aquiescência das elites locais, consolidam essa realidade, refletindo as contradições que permeiam o país. Nesse contexto, a petrodependência deve ser compreendida como parte de um conjunto mais amplo de impactos difusos associados ao setor de petróleo e gás.

Portanto, este estudo ressalta aspectos significativos da Região Norte Fluminense, ao mesmo tempo em que reconhece outras complexidades. A falta de reinvestimento dos recursos do petróleo perpetua a dependência econômica e impede o desenvolvimento sustentável na região, reforçando um ciclo contínuo de dependência e vulnerabilidade econômica. Nesse sentido, mantém-se uma lógica em que a riqueza resulta em empobrecimento e expõe as comunidades locais a riscos e danos muitas vezes irreversíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010.** Brasília: Coordenação Geral de Petróleo, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Pronunciamento do presidente Lula no Fórum de Investimentos Prioridade 2024, no Rio de Janeiro Brasília**: Palácio do Planalto, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/06/Pronunciamento-do-presidente-lula-no-forum-de-investimentos-prioridade-2024-no-rio-de-janeiro. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União.**Auditoria operacional no licenciamento ambiental federal.** Brasília : TCU, Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente, 2018.

Furtado, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1973.

QUINTAS, JS. O Pescarte e as Concepções Estruturantes da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública. In: TIMÓTEO, G. M. **Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente.** 2ª Edição rev. e ampl. - Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019. p. 12-92.

PARMIS. **Resultados e Fragilidades da implementação da nota técnica 01/2010 – Relatório de pesquisa**. 2023. Disponível em: https://maress.furg.br/images/Doc_1_e_apendices_10082023.pdf. Acessado em: 22 set. 2024

PETROBRAS; ECOLOGOS. **Relatório de Impacto Ambiental: sistema de produção e escoamento de óleo e gás natural nos módulos 3 (P – 55) e 4 (P – 62) do Campo de Roncador, Bacia de Campos.** Rio de Janeiro: Petrobras, 2010.

SERRÃO, M.A. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via** (Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESCA ARTESANAL MARÍTIMA NO NORTE FLUMINENSE

Lídia Arantes[1]
Carlos Alberto[2]
Marianna Falcão[3]

RESUMO

O objetivo central do trabalho é contribuir, a partir da realização de um estudo de caso sobre a Pesca Marítima no Norte Fluminense, com o debate acerca da relevância de políticas públicas para essa atividade. Ademais, discorre a respeito da relevância de se inserir a noção de sustentabilidade em estudos de Arranjos Produtivos Locais. Com a aplicação do estudo de caso, foi possível traçar um diagnóstico acerca da sustentabilidade no território que revelou que, apesar da trajetória de desenvolvimento pouco virtuosa do APL em foco, a comunidade pesqueira mantém sua tradição milenar, gerando emprego e renda para muitas famílias. Por outro lado, o APL enfrenta desafios como pobreza multidimensional e conflitos socioambientais, especialmente no tocante à relação com a indústria de Petróleo & Gás. Em linhas gerais, conclui-se que a busca por um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e ambientalmente responsável deve atuar como um propósito que orienta a construção de diretrizes para a elaboração de políticas públicas.

Abstract:

The main goal of this paper is to contribute to the debate on the relevance of public policies for sea fishing, by conducting a case study regarding this activity in the north region of Rio de Janeiro. It also discusses the importance of including the notion of Sustainability when studying Local Productive Arrangements (LPA). Through our case study, we were able to make a diagnosis about sustainability in the territory, which revealed that, despite the unvirtuous development trajectory of the LPA in question, the fishing community maintains its millenary tradition, generating employment and income for many families. At the other hand, the APL faces challenges such as multidimensional poverty and socio-environmental conflicts, especially when it comes to the Oil&Gas industry. In general terms, it can be concluded that aiming for sustainable, socially just and environmentally responsible development should act as a guiding principle for the construction of public policy guidelines.

Resumen

El objetivo principal de este trabajo es contribuir para el debate sobre la pertinencia de las políticas públicas para la pesca marítima, mediante la realización de un estudio de caso sobre esta actividad en el norte de Río de Janeiro. También se discute la importancia de incluir la noción de sostenibilidad en los estudios de los Arreglos Productivos Locales

[1] Lídia Silveira Arantes, doutoranda em Economia da Indústria e Tecnologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: lidiaarantes@gmail.com
[2] Carlos Alberto Vieira de Carvalho Junior, geógrafo pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: carlosgeografo@gmail.com
[3] Marianna Salles Falcão, formada em Comunicação Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: mariannasallesfalcao@hotmail.com

(APL). La aplicación del estudio de caso permitió elaborar un diagnóstico sobre la sostenibilidad en el territorio, que reveló que, a pesar de la trayectoria de desarrollo poco virtuosa del APL en cuestión, la comunidad pesquera mantiene su tradición milenaria, generando empleo e ingresos para muchas familias. Sin embargo, el APL enfrenta desafíos como la pobreza multidimensional y conflictos socioambientales, especialmente en relación a la industria de Petróleo y Gas. En términos generales, se puede concluir que la búsqueda de un desarrollo sostenible, socialmente justo y ambientalmente responsable debe actuar como principio rector para la construcción de directrices de políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O trabalho em tela propõe a aplicação de um estudo de caso sobre o APL de Pesca do Norte Fluminense[4], buscando-se examinar suas dinâmicas inovativas sob uma perspectiva de sustentabilidade sistêmica. O objetivo é contribuir para o debate sobre desenvolvimento local, inovação e sustentabilidade, a fim de se extrair lições aplicáveis a outros contextos.

Para tanto, baseamo-nos no contexto de que o sistema capitalista é, por sua natureza, suscetível a crises, com a necessidade de constante valorização do capital intensificando a exploração dos recursos naturais e humanos. Isso gera impactos negativos como desigualdade social, degradação ambiental e destruição de culturas locais[5], realidade a partir da qual pode-se questionar a importância dada à sustentabilidade no modelo econômico atual, onde o aumento do uso de combustíveis fósseis, tendo como um dos marcos a Revolução Industrial, vem agravando os problemas climáticos e sociais. Nesse cenário, o desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa que considera não apenas o crescimento econômico, mas também aspectos sociais, ambientais e culturais (HARVEY, 2004).

No tocante à *inovação*, este trabalho defende que a capacidade inovativa de uma nação ou região é impulsionada pelas relações entre atores econômicos, políticos e sociais. Nesse sentido, a inovação deve atender às necessidades sociais e ambientais, propondo mudanças estruturais em setores como transporte e energia.

Por fim, o conceito de Arranjos Produtivos Locais (APL) adotado no trabalho é destacado como uma ferramenta importante para promover trajetórias sustentáveis de desenvolvimento.

MATERIAL E MÉTODOS

[4] Foram considerados os seguintes municípios: Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Franscisco de Itabapoana.

[5] Fatores cujo crescimento pode ser verificado a partir de dados da evolução da concentração de riqueza e da degradação ambiental (SOARES; CASSIOLATO, 2015; MAZZUCATO, 2018; LUNDVALL, 2019).

A pergunta central que norteou o trabalho foi: “como a aplicação do estudo de caso do APL da pesca do Norte Fluminense pode trazer lições acerca da importância da sustentabilidade sistêmica para o desenvolvimento econômico no território?”.

Quanto à metodologia, fez-se uma pesquisa descritiva, pois objetivava descrever a realidade, os fatos e os fenômenos em análise dentro de um APL específico. Sua ênfase foi qualitativa, integrada e contextualizada, para compreender e explicar as relações da sustentabilidade, observando suas dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais e territoriais — sempre com respeito e destaque ao caráter interativo dessas.

Ao mesmo tempo, configurou-se uma pesquisa exploratória, na medida em que pretendeu compreender as problemáticas locais existentes, tornando-as explícitas por meio do levantamento bibliográfico e da análise de exemplos empíricos para entendimento do todo, graças à leitura de estudos de caso selecionados da RedeSist. Com isso, fez-se uma listagem estruturada de elementos da sustentabilidade encontrados nos estudos revisitados, de literatura nacional e internacional, a partir da qual se construiu os roteiros de entrevistas para pesquisa de campo realizada com atores que possuem experiência prática e tácita relacionada à realidade local da Pesca Artesanal do Norte Fluminense. Foram entrevistados um total de 45 pessoas[6]. Como principal intenção, resumidamente, esta pesquisa visou buscar agregar ao arcabouço teórico e analítico dos APLs a perspectiva da sustentabilidade sistêmica (LUSTOSA; PODCAMENI; LASTRES, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de caso no Arranjo Produtivo Local (APL) de Pesca Artesanal Marítima do Norte Fluminense permitiu identificar características importantes sobre o desenvolvimento local e a sustentabilidade do território. A investigação revelou que, apesar de um histórico de desenvolvimento limitado, a comunidade pesqueira resiste com sua tradição milenar. Fatores como a localização costeira, a continuidade da cultura

[6] Sendo eles: 1 representante da Federação de Pescadores do Estado do Rio de Janeiro (FEPERJ); 6 representantes de Colônias de Pesca; 3 técnicos extensionistas da Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ); 2 representantes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio); 1 coordenador do Projeto Pescarte e professor (ligado à UENF); 1 representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento – SEAPPA (ex-funcionária) e também participante do projeto Pescarte; 1 representante do Centro Estadual de Abastecimento CEASA; 1 representante do Porto do Açu (atuante na área de relação com a comunidade); 1 representante da Marinha Mercante; 1 representante do Instituto Estadual de Pesca – INEA; 1 representante da Subsecretaria Federal de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SFA/ RJ); 1 representante do Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e 25 pescadores (todos do gênero masculino), de todos os municípios do APL englobados na pesquisa.

familiar e o acesso a recursos necessários têm garantido a geração de emprego e renda para muitas famílias da região.

Entretanto, a pesca artesanal enfrenta desafios significativos, como a pobreza multidimensional e conflitos socioambientais, especialmente com o setor de Petróleo & Gás. As inovações implementadas no APL, resultado de políticas ambientais pós-1990, foram incrementais, a exemplo da aquisição de equipamentos e graças à participação em projetos e à obrigatoriedade de compensações ambientais por parte de empresas exploradoras de petróleo. Contudo, essas inovações não foram suficientes para promover mudanças estruturais que assegurassem o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para a comunidade pesqueira.

O estudo de caso também destacou a necessidade de introdução de inovações que possam resolver problemas cruciais, como a falta de infraestrutura adequada para o beneficiamento do pescado e as dificuldades de atracagem das embarcações, que geram riscos físicos e sanitários. Além disso, há barreiras relacionadas ao acesso a financiamento, sendo o PRONAF a única linha existente, e à burocracia envolvida nesse processo. A falta de cursos de formação especializados para a pesca e o conhecimento técnico limitado também foram observados como entraves para um desenvolvimento mais pleno, perene e igualitário no território.

Dois desafios normativos foram apontados: a desatualização da legislação pesqueira, não havendo estudos adequados sobre os métodos e apetrechos permitidos, e as frequentes mudanças legislativas, que dificultam o entendimento técnico por parte da comunidade pesqueira. De maneira geral, percebeu-se, ainda, que a falta de cooperação entre instituições e atores do APL enfraquece as estratégias de desenvolvimento local.

CONCLUSÃO

Políticas públicas poderiam apoiar de forma efetiva o desenvolvimento e o adensamento produtivo e inovativo do APL de pesca, a partir de um planejamento estratégico de curto, médio e longo prazo e da cooperação entre as diversas instâncias, municipal, estadual e federal.

Quanto às prioridades identificadas para cada dimensão da sustentabilidade estudada, destacaram-se as necessidades: (1) na dimensão econômica: investimentos robustos em infraestrutura física, construção de cooperativas de beneficiamento, maior acesso ao crédito e financiamento, inserção do pescado em mercados públicos por meio de políticas de compras como o PNAE e de novos canais como restaurantes comunitários; (2) na social: formalização dos profissionais, especialmente das mulheres, promoção do

acesso ao ensino formal para pescadores, desde o básico até o universitário, visando a valorização profissional, criação de mecanismos informais de troca de conhecimentos entre os pescadores para fortalecer o saber tácito associado à pesca e o combate ao cenário de pobreza multidimensional; (3) ambiental: maior clareza nas legislações sobre preservação da biodiversidade, práticas sustentáveis de manejo da pesca e programas de tratamento de resíduos, com alterações para adaptar a legislação pesqueira à realidade local e facilitar o entendimento por parte dos pescadores, melhor controle e avaliação dos projetos de compensação ambiental para promover inovações sustentáveis no APL e (4) em termos de todas as dimensões principalmente a territorial e cultural: enfrentamento do conflito socioambiental relacionado ao uso do território, e construção de uma memória histórica do APL, valorizando o conhecimento tradicional.

Com influência sobre todas as dimensões, sugeriu-se a criação de um observatório de pesca artesanal no Estado do Rio de Janeiro, que conectaria instituições de ensino para fornecer dados contínuos para subsídio de políticas que, criadas com base em diagnósticos precisos, devem ter como base a busca da sustentabilidade por meio da inovação e da cooperação entre atores para fortalecimento do APL em estudo de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LUNDVALL, B. A. **Transformational Innovation Policy – reflections from an Innovation system perspective**. Aalborg: Aalborg University, 2019.

SOARES, M. C.; CASSIOLATO, J. E. Crise, sustentabilidade e mudança tecnológica. **Sustentabilidade socioambiental em um contexto de crise**, p. 173- 191, 2015.

MAZZUCATO, M. **Mission-Oriented Research & Innovation in the European Union - a problem-solving approach to fuel innovation-led growth**. Luxemburgo: Publications Office of European Comission, 2018.

LUSTOSA, M. C.; PODCAMENI, M. G.; LASTRES, H. M. M. **Desafios para o Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto nacional e global de transformações sociais, econômicas e tecnológicas - CEIS 4.0 – Saúde, sustentabilidade e território.** Rio de Janeiro: Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho / Fundação Oswaldo Cruz, 2022 [Relatório]. 101 p. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/5%20Relato%CC%81rio%20Final%20-%20Lustosa%20et%20al%20%282022%29.pdf. Acesso em: 05 jan. 2023.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as pessoas que apoiaram direta e indiretamente este trabalho, especialmente a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e todos os que dedicaram seu tempo para a realização das entrevistas.

HÁ ESPAÇO PARA A PESCA ARTESANAL NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS?

Natália Ribeiro Barbosa[1] e Maria Eugênia Totti[2]

Resumo
No Brasil, a Lei das Águas cria uma estrutura de governança pautada na descentralização e participação, proporcionando potenciais espaços para engajamento nos processos decisórios. Esta pesquisa busca analisar questões relativas à inserção de comunidades tradicionais, particularmente, os pescadores artesanais, na governança de recursos hídricos em regiões hidrográficas costeiras. A investigação é realizada a partir do estudo de caso de três Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro. Constatou-se, entre outros, um ambiente político-institucional favorável à integração das pautas dessas comunidades, sobretudo em âmbito federal e significativas diferenças na inserção desses atores entre os Colegiados.
Palavras-chave: Comunidades pesqueiras; Governança de recursos hídricos; Regiões hidrográficas costeiras.

Abstract
In Brazil, the Water Law creates a governance structure based on decentralization and participation, providing potential spaces for engagement in decision-making processes. This research seeks to analyze issues related to the insertion of traditional communities, particularly artisanal fishermen, in the governance of water resources in coastal basins. The investigation is carried out from the case study of three River Basin Committees located in the State of Rio de Janeiro. Among others, a political-institutional environment favorable to the integration of these communities' agendas was found, especially at the federal level, and also significant differences in the insertion of these actors among the River Basin Committees.
Keywords: Fishing communities; Water resources governance; Coastal hydrographic regions.

Resumen
En Brasil, la Ley de Aguas crea una estructura de gobernanza basada en la descentralización y la participación, proporcionando espacios potenciales para la participación en los procesos de toma de decisiones. Esta investigación busca analizar cuestiones relacionadas con la inserción de las comunidades tradicionales, particularmente de pescadores artesanales, en la gobernanza de los recursos hídricos en las regiones hidrográficas costeras. La investigación se realiza a partir del estudio de caso de tres Comités de Cuenca del Estado de Río de Janeiro. Se constató, entre otros, un ambiente político-institucional favorable a la integración de las agendas de estas comunidades, especialmente a nivel federal, y diferencias significativas en la inserción de estos actores entre las Juntas Colegiadas.
Palabras clave: Comunidades pesqueras; Gobernanza de los recursos hídricos; Regiones hidrográficas costeras.

[1] Natália Ribeiro Barbosa – UENF – nataliabribeiro84@gmail.com
[2] Maria Eugênia Totti – UENF – totti@uenf.br

NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS HÁ ESPAÇO PARA A PESCA ARTESANAL?

RESUMO

No Brasil, a Lei das Águas cria uma estrutura de governança pautada na descentralização e participação, proporcionando potenciais espaços para engajamento nos processos decisórios. Esta pesquisa busca analisar questões relativas à inserção de comunidades tradicionais, particularmente, os pescadores artesanais, na governança de recursos hídricos em regiões hidrográficas costeiras. A investigação é realizada a partir do estudo de caso de três Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro. Constatou-se, entre outros, um ambiente político-institucional favorável à integração das pautas dessas comunidades, sobretudo em âmbito federal e significativas diferenças na inserção desses atores entre os Colegiados.

INTRODUÇÃO

O presente estudo realiza uma investigação acerca da inserção dos pescadores artesanais na gestão dos recursos hídricos, a partir da perspectiva dos Comitês de Bacias Hidrográficas, colegiados deliberativos criados a partir da Lei Federal N° 9.433/97, como "espaços convidados". Foram tomadas como área de estudo de caso, três bacias hidrográficas inseridas na Bacia Petrolífera de Campos (BC). A degradação ambiental dos ecossistemas aquáticos é um dos maiores fatores de pressão e conflito para a pesca artesanal (TIMÓTEO e CAMPOS, 2018), sobretudo em bacias hidrográficas costeiras, onde há uma sobreposição de impactos, incluindo-se aqueles decorrentes das atividades petrolíferas. Reconhece-se que, por sua estreita relação com os ecossistemas aquáticos, os pescadores artesanais têm grande potencial de contribuir para uma melhor gestão das águas, sobretudo nas bacias hidrográficas costeiras. Esse tema, contudo, é pouco explorado na literatura.

Propõe-se, então, como primeiro passo para estudos de dinâmica de participação, um olhar para as oportunidades de inserção e engajamento de partes interessadas, por meio da análise do ambiente político-institucional, da criação dos espaços participativos, e o termos de engajamento (normativas). Ao enxergar e evidenciar oportunidades e desafios, nesse sentido, espera-se contribuir para o direcionamento de esforços de pesquisa e ação que venham a promover a inclusão de grupos tradicionalmente excluídos ou marginalizados nas políticas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para fins da análise do ambiente político-institucional, foram levantadas e analisadas as legislações nacional e estadual (Rio de Janeiro) relativas à gestão das águas, bem como

os documentos dos Planos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. A coleta dos dados se deu, também, a partir da análise documental dos CBHs Lagos São João, Macaé e das Ostras, e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana, sendo realizadas visitas aos sítios eletrônicos dos três Comitês, nos quais foram acessadas as versões dos respectivos Regimentos Internos e suas alterações; o edital eleitoral e a composição atual dos Colegiados; e as Resoluções relativas às ações e investimentos deliberados desde sua criação. Para complementar o levantamento de dados e informações, foram realizadas pesquisas em periódicos buscando estudos que auxiliassem na caracterização e na identificação dos principais fatores contextuais. Foram também realizadas entrevistas não estruturadas com membros dos Comitês e de suas secretarias executivas (Entidades Delegatárias).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Federal n° 9.433/97, dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, têm dentre suas diretrizes gerais (Art. 3°), a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País; e a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras. Tais previsões são fundamentais, pois possibilitam que o delineamento do processo participativo seja adequado à realidade de cada bacia hidrográfica, podendo ser pensado e construído na perspectiva dos sistemas socioecológicos.

A Lei n° 3.239/99, que de forma similar instituiu a Política de Recurso Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, traz algumas previsões mais específicas como a consideração, como continuidade da unidade territorial de gestão, do respectivo sistema estuarino e a zona costeira próxima, bem como, a faixa de areia entre as lagoas e o mar; e a formação da consciência da necessidade de preservação dos recursos hídricos, por meio de ações de educação ambiental, com monitoramento nas bacias hidrográficas. No entanto, da mesma forma que a Polícia Nacional de Recursos Hídricos, a Lei Estadual não traz previsão legal específica para comunidades tradicionais de maneira geral, logo nem para a atividade de pesca artesanal. Importante destacar que, em 2005, foi criada a CTCOST (Câmara Técnica de Integração dos Recursos Hídricos com os Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras), no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que teve sua atuação limitada e questionada devido a conflitos de domínio e competência; isto é, o que compete à gestão de recursos hídricos e o que compete ao gerenciamento costeiro (LOITZENBAUER e MENDES, 2014).

Para fins dessa integração, foi criado o Subprograma 4.1 – Interface do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com as Políticas e Planos Setoriais, que considera os setores usuários relevantes, sendo a pesca um deles. No âmbito do Plano Nacional, a pesca é definida de maneira geral e inclui suas diversas modalidades (pesca profissional artesanal, pesca profissional industrial, pesca difusa e turismo de pesca). A atividade de pesca é considerada como um uso não consuntivo da água. O Plano destaca que esse uso da água é pouco sensível aos parâmetros tradicionais de avaliação dos usos múltiplos, sendo que indicadores de massa salarial, número de pescadores e de colônias de pesca, número de empregados e renda direta e indireta são importantes para caracterizar a relevância local e regional desse setor usuário.

No planejamento do desenvolvimento dessas atividades, o Plano também destaca a necessidade de identificação de áreas importantes para a manutenção dos estoques pesqueiros (desova e berçário). O Programa 4 prevê, dentro de suas macrodiretrizes, apoiar a elaboração de estudos para identificação de áreas estratégicas para a manutenção dos estoques pesqueiros, com foco nas espécies migradoras e com importância para a pesca, e definir, com base nos resultados, áreas sujeitas a restrição de usos. Especificamente, o Subprograma 4.6 - Gestão de Recursos Hídricos nas Zonas Costeiras e Estuarinas -, tem como objetivo principal promover a integração da gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas com a gestão dos sistemas estuarinos e das zonas costeiras.

Identificou-se que o Comitê Lagos São João é o que possui maior número de instâncias de participação. Além da Plenária, composta por 57 membros - maior número de representações dentre os Comitês analisados -, o colegiado conta com uma Diretoria Colegiada, 4 (quatro) Subcomitês e 8 (oito) Câmaras Técnicas. O regimento prevê na representação do segmento usuários de recursos hídricos e vagas específicas para o setor de pesca (cinco). Esse setor possui o mesmo número de vagas que o setor de saneamento e/ou abastecimento público, enquanto os demais setores possuem um número menor de vagas, o que ressalta a relevância da atividade para este Comitê. Importante observar, ainda, que o representante da Colônia de Pescadores de Iguaba Grande - Z29, ocupa o cargo de Secretário Executivo na Diretoria Colegiada. Outro ponto que merece destaque é a existência da Câmara Técnica Permanente da Pesca Artesanal e da Aquicultura da Bacia Hidrográfica do São João, criada no ano de 2009, em funcionamento até os dias atuais.

O CBH Macaé e das Ostras prevê em seu regimento 27 (vinte e sete) vagas, divididas de forma paritária entre os três segmentos, tendo instâncias internas similares ao CBH

Lagos São João, exceto quanto à existência de Subcomitês. Observou-se que o regimento não prevê a distribuição das vagas entre as entidades e setores de cada segmento, estando a representação em aberto. Ao analisar a composição do Comitê (Biênio 2021-2022), não foi possível constatar a representação do setor da pesca. Destaca-se ainda a existência da Câmara Técnica de Lagoas e Zona Costeira, criada para a gestão dos usos da água nas lagoas e zona costeira, que na composição atual, destaca-se apenas a representação da FIPERJ.

O CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana prevê em regimento uma Plenária composta por 30 (trinta) membros, sendo 10 (dez) de cada segmento. As vagas previstas para os segmentos são distribuídas entre entidades e setores. Quanto a composição (Triênio 2021-2024), destaca-se a participação da FIPERJ, no segmento Poder Público, que neste Comitê ocupa a vaga de suplente. No segmento usuários, é destinada uma vaga que pode ser ocupada tanto pelo setor pesqueiro (artesanal/industrial), ou de transporte hidroviário, ou de turismo e lazer. No entanto, nenhuma organização relacionada à pesca artesanal ou industrial possui representação nesse segmento.

CONCLUSÕES

Há um ambiente político-institucional favorável à participação dos pescadores artesanais no âmbito federal, mas não necessariamente no engajamento na escala local, entretanto, há diferenças significativas entre os três Comitês de Bacia Hidrográfica analisados (CBH) (CBH-Lagos e São João/CBH-Macaé e das Ostras/CBH-Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9433, de 8 de janeiro de 1997.

Rio de Janeiro. Lei n° 3.239, de 2 de agosto de 1999.

TIMÓTEO, G. M.; CAMPOS, M. M. Degradação de águas continentais: percepção dos pescadores artesanais da Bacia de Campos (Brasil). In: **Gerenciamento e governança de recursos naturais na América Latina**: conflitos e atores sociais / organização Maria Eugênia Totti e Casimiro Balsa – Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 256 p., 2018.

LOITZENBAUER, Ester; MENDES, Carlos André Bulhões. A faixa terrestre da Zona Costeira e os recursos hídricos na região hidrográfica do Atlântico Sul, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, v. 14, n. 1, p. 81-94, 2014.

7 CULTURA E CONHECIMENTO COMO PRÁTICAS DE LIBERDADE

As manifestações culturais do Rio de Janeiro estão nos modos de viver, na arte, nos museus, arquivos, bibliotecas, saberes em movimento vivo pelas ruas, comunidades, terreiros, rincões diversos. Como sujeitos que fazem a história e a reescrevem a cada dia. Cultura como cultivo da terra, das almas, dos corpos, do imaginário. Natureza-cultura que preserva e revitaliza a fauna e a flora, que interliga entidades, encantados, ervas, ritmos, melodias. Culturas populares, de massa, cultas, étnicas. Comunidades indígenas e quilombolas, folguedos, academias, galeras. Samba de caboclo, Folia de Reis, Jongo da Serrinha, Escolas de samba, baile funk, baile charme do viaduto, batalhas dos *slams*, shows na praia, esquinas, salas de teatro, cinema, tendas, barracões. Um Rio artivista que pulsa e se revigora, poroso às ancestralidades, à vida presente, construindo solidariedades resistentes, enfrentando os círculos viciosos dos poderes e corrupções, que não abrem mão do dirigismo cultural e científico. O repertório fluminense está na pluralidade das expressões culturais e das formas de produção de conhecimento. Dignificar as suas vivências libertadoras requer, não só respeitá-las, mas garantir condições concretas de sua fruição e sustentabilidade.

REFLEXÕES ENTRE AS FORMAÇÕES ARTÍSTICAS NOS CURSOS DE PEDAGOGIA E AS ARTES DA BAIXADA FLUMINENSE

Massuel Bernardi[1]

Resumo

Este trabalho apresenta reflexões e relações entre as produções artísticas da Baixada Fluminense e as formações em arte dos pedagogos em formação. Busca-se apresentar como elementos culturais da região adentram o ensino de arte nos cursos de Pedagogia. Nesse sentido, discorre-se sobre questões específicas da Baixada como periferia, incluindo autores e artistas que criticam estigmas relacionados às disparidades geográficas, sociais e educacionais. Por fim, conclui-se que as artes produzidas na Baixada Fluminense pouco chegam ou dialogam com as formações em Pedagogia da região. Apesar de haver muitos artistas e coletivos artísticos, não há diálogo ou iniciativa entre eles, suas produções e as formações artísticas nos cursos de Pedagogia da região.
Palavras-chave: Ensino de Arte; Baixada Fluminense; Arte na Pedagogia.

Abstract

This paper presents reflections and relationships between the artistic productions of Baixada Fluminense and the art training of pedagogues in training. It seeks to show how cultural elements of the region enter the teaching of art in Pedagogy courses. In this sense, it discusses specific issues of Baixada as a periphery, including authors and artists who criticize stigmas related to geographic, social and educational disparities. Finally, it concludes that the arts produced in Baixada Fluminense barely reach or dialogue with the Pedagogy training courses of the region. Despite there being many artists and artistic collectives, there is no dialogue or initiative between them, their productions and the artistic training in Pedagogy courses in the region.
Keywords: Art Education; Baixada Fluminense; Art in Pedagogy.

Resumen

Este trabajo presenta reflexiones y relaciones entre las producciones artísticas de la Baixada Fluminense y la formación artística de pedagogos en formación. El objetivo es presentar cómo elementos culturales de la región ingresan a la enseñanza del arte en los cursos de Pedagogía. En este sentido, se discuten cuestiones específicas de la Baixada como periferia, incluidos autores y artistas que critican estigmas relacionados con las disparidades geográficas, sociales y educativas. Finalmente, se concluye que las artes producidas en la Baixada Fluminense apenas alcanzan o dialogan con la formación de Pedagogía en la región. A pesar de existir muchos artistas y colectivos artísticos, no existe diálogo ni iniciativa entre ellos, sus producciones y formación artística en los cursos de Pedagogía de la región.
Palabras clave: Enseñanza del Arte; Baixada Fluminense; Arte en Pedagogía.

[1] Autor: Massuel dos Reis Bernardi - IFF - massuel@gmail.com

O presente trabalho contempla parte da pesquisa de doutorado do autor. Busca-se apresentar relações de como ações culturais locais da Baixada Fluminense (BF) interferem no ensino de Arte dentro das formações em Pedagogia da região. O problema de pesquisa partiu das seguintes indagações: como e por quem as artes são produzidas na Baixada Fluminense? São consumidas? De que forma? Há incentivos públicos e privados de fomento à Cultura[2] e subsistência de produções artísticas locais? Professores e estudantes de Pedagogia têm consciência da importância dessa articulação entre esse local e as artes?

Ao tratar da produção artística na Baixada Fluminense como uma região periférica, Medeiros (2017) nos ajuda a considerar a periferia, "descrita como o próprio futuro". O autor continua enfatizando que, "em índices de pobreza, é apontada como futuro por ser vista como potência, como repertório criativo atravessado por vivências múltiplas que extrapolam muitas vezes limites territoriais" (Medeiros, 2017, p. 93). Nesse sentido, é possível identificar que muito do que é produzido artisticamente na BF não se encerra no campo artístico. As relações estabelecidas pelas artes produzidas na região se circunscrevem em vários contextos, inclusive os educacionais. Em se tratando dos cursos de Pedagogia investigados na região, como espaços educacionais e espaços periféricos, pressupõe uma demarcação de potência artística e educacional que chegue aos estudantes. Nesse sentido, é preciso que haja

> [...] aceitação natural da diferença, para articular suas experiências culturais e, principalmente, socioeconômicas, denunciando, problematizando e indignando-se com as desigualdades que constituem nossa cotidianidade. Esses estudantes, que vivem na Baixada Fluminense, região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, convivem com estas desigualdades, tanto quanto os moradores de comunidades ou favelas que cercam a capital fluminense nos bairros da zona sul, tais como Copacabana, Ipanema e Leblon. Muitos moradores da Baixada trabalham na capital, tendo que enfrentar transporte público lotado para chegar ao local de trabalho, muitas vezes, atuando em serviços mais simples, como empregados domésticos, faxineiros, porteiros, etc. A cidade natal funciona como cidade-dormitório[3] [2]. Muitos estudantes de escolas públicas, como os da pesquisa, vivenciam essa realidade com seus pais e parentes e consigo próprios. Muitos moradores da Baixada Fluminense ou de bairros mais afastados do eixo zona Sul-zona Oeste, sofrem muito esse tipo de preconceito (Medeiros, 2017, p. 126-127).

O que o autor nos ajuda a pensar é que há um modo de existir e se relacionar com as artes na BF. Ela contrasta com regiões abastadas da capital. Nesse sentido, é importante que se aborde o quanto os professores de Arte dos cursos de Pedagogia presenciais vêm fazendo

---

[2] O termo cultura e seus derivados usados nesta tese correspondem às práticas da área da Cultura, a qual, no Brasil, é responsável pelas letras, artes, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional e pelo patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural brasileiro. Os "Programas de Fomento à Cultura e Economia Criativa" majoritariamente possuem o objetivo de apoiar a realização de projetos culturais, por meio da concessão de incentivos financeiros para artistas, grupos, instituições e coletivos artísticos.

[3] O termo cidade-dormitório – também mencionada por Melo (2021), Hoffman (2021), Galindo e Souza (2021) – designa cidades em que as pessoas residem, mas só vão para dormir. Isso porque trabalham, estudam e exercem a maior parte de seu tempo fora delas.

em nome da superação ou minimização da problemática das artes na região. Segundo Melo (2021), um marco nesse processo aparece no início dos anos 2000, quando surgem diversos grupos vinculados a atividades artísticas na região. A autora usa o "Mapeamento dos Grupos Criativos da Baixada Fluminense" feito em 2015, no qual se identificou 21 coletivos de cinema distribuídos pelos 13 municípios. Não só relacionado ao cinema, mas a outras linguagens artísticas. Além disso, Melo (2021) acrescenta que a ampliação do acesso ao ensino superior por parte dessa mesma população periférica "foram processos que colaboraram para a construção de outras relações com o futuro por parte de grupos historicamente estigmatizados" (Melo, 2021, p. 88). Afinal, mais pessoas vindas de camadas sociais mais baixas passaram a conquistar planos "antes mais raros, como a entrada na universidade, a atuação em projetos artísticos, maior circulação por diversos espaços, a aquisição de determinados bens" (Melo, 2021, p. 88). A ótica do quanto o setor cultural necessita de incentivos e vem se articulando para tal também nos ajuda a refletir que "os trabalhadores, fazedores, operários da cultura", a partir do mapeamento de 2015, reivindicaram por "ações imediatas de enfrentamento e prevenção de um colapso no setor cultural [...] que agravam a situação no contexto da Baixada Fluminense" (Melo, 2021, p. 95).

Percebemos, portanto, que o processo de estigmatização da BF como periferia e as pessoas que ali residem e estudam surge da submissão da área artística e cultural. Seja pela maneira a que são associadas, seja pelos incentivos e apoios governamentais (in)existentes na região. Como se viver de Arte na Baixada Fluminense – e mesmo no Brasil – estivesse associado a uma banalização do trabalho e de seus profissionais. Isso se comprova pelo menosprezo historicamente atribuído e construído.

> O uso enfático de categorias que demarcam o fazer artístico parece estar diretamente relacionado à percepção de que a arte é geralmente mais associada a um tipo de *hobbie*, passatempo ou mera diversão e não como uma forma de sustento, um trabalho, de fato. Trata-se de algo significativo na mudança que assistimos nas últimas décadas no Brasil sobre quem pode ou não fazer e viver de arte. Se antes predominava o "*playboy*", hoje têm lugar os filhos dos pedreiros, operários, entre outras profissões pouco valorizadas e remuneradas no Brasil (Melo, 2021, p. 95).

Esse pensamento emerge no aspecto nacional, mas se acentua em determinadas regiões. Principalmente se essas regiões historicamente apresentarem marcos tardios ou de pensamentos que se originam e ganham força nas capitais e epicentros de regiões metropolitanas. É o caso da Baixada Fluminense.

De acordo com os autores (Hoffman, 2021; Melo, 2021; Medeiros, 2017; Siqueira, 2021) é possível identificar alguns poucos espaços de formação artística na região. O que,

consequentemente, gera menos artistas e profissionais da área cultural. Alguns dados mencionados pelos autores acima evidenciam a luta em favor do reconhecimento das artes que, muitas vezes, estão associados aos processos formativos nas universidades. O que se identifica é que os próprios projetos de extensão e egressos possuem uma preocupação para que os espaços culturais e educacionais da BF e passem a tomar um lugar de protagonismo. Deixar de ser um reflexo do que é produzido ou alavancado pela capital como centro; atribuído como o mais legítimo, valorizado, importante. Sintetizado por Siqueira, "A Baixada Fluminense é pouco conhecida do carioca. Na verdade, ela é 'bem conhecida', mas através de um olhar míope que não enxerga o que se encontra para além de sua proximidade amistosa" (2021, p. 5).

Dentre os autores moradores e atuantes na Baixada Fluminense, isso aparece fortemente em suas produções acadêmicas, assim como na luta por visibilidade artística nos municípios. O que identificamos, paradoxalmente, é a falta de divulgação e reconhecimento por parte das culturas hegemônicas, no sentido de caracterizá-las como Arte. Acessíveis, protagonistas, de qualidade e, sobretudo, produzidas por artistas locais. Ao circular pela Baixada Fluminense, é possível perceber que as produções artísticas acontecem, mas não há incentivos governamentais para que se sustentem e possam perdurar. Assim como a divulgação, no sentido de estimular que as populações locais se habituem a consumir, fruir e valorizar o que é produzido.

Quando comparamos à capital fluminense, há uma disparidade enorme de cursos universitários e produções artísticas produzidas nas cidades consideradas centro. Enquanto, em seu entorno, a periferia, torna-se refém (Medeiros, 2017). O quantitativo de espaços que oferecem formações artísticas (de nível médio e superior) nesses contextos, embora importantes, ainda se apresente como um fator tímido. Com poucos espaços formativos, o que se percebe são iniciativas de artistas irem em busca de formação na capital ou em outras cidades. Quando isso acontece, quase nunca é uma abordagem dos conteúdos voltados para as produções e artistas da Baixada Fluminense, como menciona Medeiros (2017).

> Não me lembro de nenhuma aula na qual assisti algum produto audiovisual que, assim como eu, fosse belforroxense [natural de Belford Roxo] ou, pelo menos, baixadense. Poucas foram as vezes em que me senti representado nas telas em sala de aula. [...] vasculho uma série de sites e é assim que sou apresentado a um gigantesco universo de produções audiovisuais realizadas tão próximas da minha casa e sobre as quais eu ainda não tinha ouvido falar. (p. 10)

O pouco contato com as artes nas formações leva-nos a refletir: como queremos que as formações em Pedagogia carreguem características artísticas da Baixada Fluminense, se nem entre os artistas isso vem acontecendo?

Na pesquisa de doutorado do autor, surpreendentemente, 5 de 9 professores de Arte dos cursos de Pedagogia investigados, mencionam a temática em relação a uma preocupação de valorização artística local. Porém, o motivo desse fator não aparecer nos dados dos estudantes, atribui-se a questões voltadas ao currículo, pois, há apenas uma disciplina artística com cada um desses professores no decorrer de todo o processo formativo dos pedagogos.

Portanto, a escassez de espaços formativos na Baixada Fluminense providos de conteúdos, práticas e atravessamentos atentos às produções artísticas locais precisam ganhar atenção para que esse quadro possa ser alterado. Dessa forma, em alguma medida e, assim como Hoffman (2021) temos a esperança de que possa chegar às crianças nas escolas através dos pedagogos formados por cursos com essas abordagens.

Referências

HOFFMAN, Matheus da Silva. **Ausências e comichões**: o cinema periférico de bordas enquanto proposta de educação descolonizadora. Trabalho de Conclusão de Curso. Niterói: UFF, 2021. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/22193/Matheus%20Hoffman%20%282020.2%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 10 maio 2024.

MEDEIROS, Cristiano Sant'Anna. **#DIFERENÇA**: pensando com imagens compartilhadas dentrofora da escola. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2017. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2007_1-266-DO.pdf Acesso em: 10 maio 2024.

MELO, Renata da Silva. A periferia como futuro: O cinema em tempos de pandemia visto a partir da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. In: **CROLAR -** Latin American Futures. Berlin - Alemanha: v. 9, n 1, pp. 86-97, 2021 Disponível em: https://www.crolar.org/index.php/crolar/article/view/370 Acesso em: 10 maio 2024.

SIQUEIRA, Euler David de. Para além da Cidade Maravilhosa: Nova Iguaçu e o patrimônio cultural nos postais da Baixada. In: ANGELO, Elis (org). **Textos completos do III Congresso Internacional e Interdisciplinar em Patrimônio Cultural**. Porto – Portugal: 2021. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1623676413_ARQUIVO_bade73b46ea795090ee3526be58f79f4.pdf Acesso em: 10 maio 2024.

ECONOMIA DO CARNAVAL DO RIO

Rafaela Bastos e Marcel Grillo Balassiano[1]

Resumo
O Carnaval é um dos principais vetores da economia do Rio. Neste sentido, o objetivo principal deste estudo é analisar, de maneira sistêmica, os aspectos relacionados ao evento, a partir de uma visão única da transversalidade entre órgãos, dados operacionais, infraestrutura, serviços e impacto econômico, com destaque para a movimentação econômica de R$ 5 bilhões e os dados de mercado de trabalho, com aproximadamente 50 mil trabalhadores. O presente documento tem como base as informações das três últimas edições da publicação "Carnaval em Dados", elaborada pela Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE) e Instituto Fundação João Goulart (FJG), em parceria com a RIOTUR, que reúne os principais dados relacionados ao Carnaval. Assim, ressalta-se que o Carnaval não é exclusivamente um evento cultural, mas também um ativo cultural, valioso para o desenvolvimento humano, social e econômico da cidade, especialmente em áreas de vulnerabilidade.
Palavras-chave: economia criativa; impacto econômico; Carnaval; Rio de Janeiro.
Abstract
Carnival is one of the main drivers of Rio de Janeiro's creative economy. The main objective of this study, based on information from the three editions of the publication "Carnival in Data", prepared by the City of Rio, through the Municipal Secretariat for Urban and Economic Development (SMDUE) and the João Goulart Foundation Institute (FJG), in partnership with RIOTUR, was to gather the main data related to Carnival, seeking to analyze in a systemic manner the information related to the event, with a unique view of the connections between agencies, operational data, infrastructure, services and economic impact, highlighting the economic movement of R$5 billion and labor market data, with approximately 50 thousand workers at the Carnival event. In this sense, Carnival is not only a cultural event, but also a valuable asset for the human, social and economic development of the city, especially in vulnerable areas.
Keywords: creative economy; economic impact; Carnival; Rio de Janeiro.
Resumen
El carnaval es uno de los principales motores de la economía creativa de Río. El principal objetivo de este estudio, basado en informaciones de las tres ediciones de la publicación "Carnaval em dados", elaborada por la Ciudad, a través de la Secretaría Municipal de Desarrollo Urbano y Económico (SMDUE) y el Instituto Fundação João Goulart (FJG), en alianza con RIOTUR, debía recopilar los principales datos relacionados con el Carnaval, buscando analizar sistemáticamente la información relacionada con el evento, con una visión única de las conexiones entre entidades, datos operativos, infraestructura, servicios e impacto económico, con énfasis en el movimiento económico de R$ 5 mil millones y datos del mercado laboral, con aproximadamente 50 mil trabajadores en el evento del Carnaval. En este sentido, el Carnaval no es sólo un evento cultural, sino también un activo valioso para el desarrollo humano, social y económico de la ciudad, especialmente en zonas vulnerables.
Palabras clave: economía creativa; impacto económico; Carnaval; Río de Janeiro.

[1] Instituto Fundação João Goulart (FJG) e LIESA – rafaelabastos@fundacaojoaogoulart.com ; SMDUE (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Rio de Janeiro) e FGV IBRE – marcel.balassiano@fgv.br.

1. Introdução

O Carnaval, sendo o maior evento turístico do Rio, além é claro, de sua importância cultural e histórica, tem um papel relevante e muito grande para a economia da cidade e, assim, também é desenvolvimento econômico! Neste sentido, o objetivo principal deste estudo, com base em informações nas três últimas edições da publicação "Carnaval em Dados", elaborada pela Prefeitura do Rio, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE) e Instituto Fundação João Goulart (FJG), em parceria com a RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro, foi reunir os principais dados relacionados ao Carnaval, com destaque para os dados econômicos.

2. Material e Métodos

A maior parte dos dados tem como fonte a Prefeitura do Rio de Janeiro, através dos seus órgãos, a exemplo da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SMFP) com as informações sobre arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS), em especial do imposto de turismo e a RIOTUR - Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro, com dados operacionais especificamente do evento. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE) e o Instituto Fundação João Goulart (FJG) são os organizadores deste conjunto de dados, realizando tratamento, compilação de diversos dados, de várias fontes e apresentando um *storyteller* para cada edição. Assim, a metodologia do presente estudo é principalmente a análise de conteúdo, que segundo Vergara (2008, p. 15), "é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema". Bardin (1977, p. 42), citada por Vergara (2008, p. 10), define a análise de conteúdo como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / recepção (variáveis inferidas) destas mensagens."

3. Resultados e Discussão

A economia do Carnaval – um dos principais vetores da economia da cidade do Rio de Janeiro - é bastante transversal, uma vez que envolve tanto as Escolas de Samba como os blocos carnavalescos, a partir de uma cadeia produtiva, e, ao longo do ano inteiro, ainda repercute uma forte movimentação na economia, gerando emprego e renda para milhares de

pessoas. Mas, sem sombra de dúvidas, o ápice do Carnaval é em fevereiro (ou março, dependendo do ano), quando ocorrem os desfiles e os blocos.

Segundo levantamento com dados de notas fiscais de serviços emitidas pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SMFP) do Rio de Janeiro, há uma movimentação econômica de R$ 5 bilhões durante fevereiro, mês do Carnaval, de serviços ligados, direta ou indiretamente, ao Carnaval. Serviços de turismo, eventos, transportes, artistas, imprensa, publicidade, entre outros, que têm relação com a maior manifestação cultural do Rio, representam 25,8% do total de serviços que contêm notas fiscais emitidas pela SMFP, representando 41,5% do valor total movimentado na cidade naquele período. Sobre a arrecadação de impostos (ISS), no mês do Carnaval, em fevereiro, o Rio arrecada, no total, quase R$ 500 milhões, com todos os serviços prestados, ligados ou não ao Carnaval. Considerando que 41,5% do valor total movimentado dos serviços que contêm notas fiscais emitidas pela SMFP tem alguma relação, direta ou indireta, com o Carnaval, estima-se que a cidade arrecade quase R$ 200 milhões de impostos (ISS) desses serviços. Somente dos serviços de turismo e eventos, o Rio arrecadou, no mês do Carnaval de 2024, R$ 39 milhões. Entre 2011 e 2022, excluindo os anos de 2020 e 2021, em função da pandemia, fevereiro, o mês do Carnaval, apresentou o maior peso (10,2%) entre os 12 meses do ano na arrecadação do ISS de serviços ligados ao turismo, 2 pontos percentuais (p.p.) acima da média dos meses do ano, excluindo fevereiro, em mais uma perspectiva de análise que demonstra a força do Carnaval carioca. Um equívoco que geralmente ocorre é quando se comenta que a arrecadação municipal de imposto não aumenta durante o mês do Carnaval, logo o evento não teria grande impacto na economia. É importante frisar que este raciocínio não está correto. O erro deste tipo de pensamento está no fato de que não devemos olhar para a arrecadação total de ISS, mas sim para a arrecadação de setores específicos ligados ao Carnaval - como os dados relacionados ao turismo, por exemplo. Sob esse olhar, é incontestável a importância do Carnaval para a arrecadação de impostos municipais.

Os trabalhadores do Carnaval são milhares, e trabalham o ano inteiro. Somente no "evento Carnaval", há aproximadamente 50 mil trabalhadores, sendo 20 mil no Sambódromo, em um dia de desfile do Grupo Especial, entre prestadores de serviços, funcionários de órgãos públicos e imprensa. Além disso, há mais de 18 mil servidores da Prefeitura do Rio, com os funcionários da COMLURB com o maior contingente (7,7 mil), além dos 15 mil ambulantes licenciados pela Prefeitura do Rio. Para os trabalhadores do Sambódromo, os dados foram

obtidos por meio das credenciais dos trabalhadores, fornecidos pela Riotur. Os dados dos servidores públicos municipais foram fornecidos pelos órgãos da Administração Pública Municipal. E o número de ambulantes licenciados, os dados são da Riotur.

Nos desfiles das Escolas de Samba no Sambódromo, no Grupo Especial, as 12 Escolas levam, no total, aproximadamente, 36 mil componentes. Na Série Ouro, 24 mil componentes (16 Escolas). Então, no total, são 60 mil componentes em todos os desfiles no Sambódromo.

A Riotur realizou uma pesquisa no Sambódromo em 2022, com os espectadores dos desfiles das Escolas de Samba entre os dias 21 e 23 de abril, compreendendo a segunda noite dos desfiles da Série Ouro e os dois dias do Grupo Especial, totalizando 890 entrevistas na amostra. O perfil do público foi majoritariamente de brasileiros, sendo 68,8% de moradores da região metropolitana do Rio de Janeiro, 25,4% de turistas nacionais e 5,8% de turistas estrangeiros. São Paulo foi a localidade de origem da maior parte dos turistas nacionais (31,0%), seguido de Minas Gerais (11,5%) e Espírito Santo (8,9%). Já os 5,8% de turistas estrangeiros vieram principalmente da França (18,8%), Argentina (14,6%) e Holanda (10,4%). O público foi composto de 46,9% de homens e 53,1% de mulheres, com a maior parte das pessoas entre 25 e 38 anos (39,5%) e entre 39 e 52 anos (29,1%). O principal meio de transporte para chegar ao Sambódromo foi o metrô (38,1%), seguido de carro de aplicativo (24,9%) e táxi (10,5%). Os turistas nacionais ficaram, em média, 5,9 dias no Rio, com um gasto médio de R$ 2.197,15. Já os turistas estrangeiros ficaram 14,3 dias em média na cidade, gastando, em média, R$ 4.494,08.

Segundo dados do *Brandbook* Mangueira, 91,8% dos cariocas se consideram amantes do carnaval ou são simpatizantes à manifestação cultural. Destes, 86,4% gostam de assistir ou desfilar em Escolas de Samba, 39% gostam de também ir aos Blocos de Rua, 3,1% preferem a Folia de Reis e 18,5% optam por viajar para outras cidades.

Os números gerais da Prefeitura a partir dos dados de planejamento e operação do carnaval carioca demonstram a grande mobilização que resulta em uma dinâmica de cidade que atende aos cariocas que gostam e os que não gostam de Carnaval. Atuam no Carnaval 4 em cada 10 órgãos da Prefeitura, sendo que 95% destes atuam em três fases: pré, durante e pós-Carnaval. Para suportar todos os fluxos e eventos, há mais de 30 mil posições de banheiro público (34 mil) entre cabines químicas, containers e módulos de mictório; mais de mil toneladas de resíduos (1067,4) recolhidos em toda a cidade; 400 viaturas e equipamentos da COMLURB. Na CET-Rio, há 3.250 operadores de trânsito. Na área da saúde, são 7 postos na Marquês de

Sapucaí que contaram com leitos e cadeiras de hidratação. Para os casos mais graves ou que necessitem de procedimentos que só possam ser realizados na estrutura hospitalar, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) disponibiliza 96 ambulâncias avançadas distribuídas pelos dias de evento. Além disso, para os blocos, há ainda 8 postos da SMS e 220 ambulâncias. E algumas curiosidades. Em média, são 200 garrafas por Carnaval de 1 litro de Cravo Escarlate, tradicional bebida afrodisíaca, servida há décadas nos bastidores da Avenida, o que equivale a 8 mil doses por Carnaval.

É inegável que, hoje em dia, o hábito de pesquisa via internet tornou-se um comportamento bastante comum. Utilizando a plataforma *Google Trends*, para pesquisar quais são os termos mais buscados relacionados ao carnaval, se observa cinco termos de busca comuns para quem passa o carnaval no Rio de Janeiro: sambódromo, escola de samba, desfile, bloco e fantasia. Filtrando apenas para buscas feitas no estado do Rio de Janeiro e durante o mês de fevereiro de 2023, apresentaram-se alguns *insights* a partir do que as pessoas buscam no Google: a pesquisa por blocos já acontece nos finais de semana anteriores ao carnaval, o famoso pré-carnaval; a busca pelos desfiles supera a dos blocos nos dias dos desfiles do Grupo Especial e nos dias seguintes, até mesmo no fim de semana pós-carnaval; o folião busca por fantasias alguns dias antes do carnaval, já se preparando para as festas, mas é verdade que deixa ali pra cima da hora, com o pico de buscas logo antes de começar efetivamente os dias carnavalescos; o termo Escolas de Samba é o mais buscado na quarta-feira de cinzas, o dia da apuração e resultado da grande vencedora; durante todo o mês de fevereiro, o principal termo buscado foi “bloco”, seguido por “desfile” e “fantasia”.

4. Conclusão

Em resumo, o Carnaval, um dos maiores espetáculos do mundo, também possui lições valiosas a oferecer à Gestão Pública. E o presente estudo busca analisar de maneira sistêmica as informações relacionadas ao Carnaval, com uma visão única das conexões entre órgãos, dados operacionais, infraestrutura, serviços e impacto econômico do Carnaval. O Carnaval não é apenas um evento cultural, mas também um ativo valioso para o desenvolvimento humano, social e econômico da cidade, especialmente em áreas de vulnerabilidade.

5. Referências

Brandbook Mangueira - Istituto Europeo di Design

Bastos, R.; Balassiano, M.; Arias, P. (2022, 2023 e 2024). “Carnaval de Dados”

Vergara, S. (2008). “Métodos de Pesquisa em Administração”

OS PENTECOSTAIS E AS SOCIABILIDADES REFORMULADAS: VÍNCULOS, COMUNIDADES E TERRITÓRIOS TRANSFORMADOS PELO CRESCIMENTO DOS FIÉIS EVANGÉLICOS.

Bruna Tavares da Costa[1]

Resumo: O presente trabalho buscar avaliar os impactos do crescimento de fiéis e templos pentecostais em territórios periféricos. Neste sentido, pretende investigar, com ênfase em territórios reconhecidos por suas escolas de samba, como é o caso do Morro da Mangueira, as novas formas de sociabilização e organização que surgem a partir da chegada dessas igrejas, que passam a ocupar um espaço importante na vida de parcela significativa de seus moradores. Os últimos Censos apontam que este crescimento se dá, principalmente, entre a parcela da população negra, pobre, majoritariamente feminina e jovem, moradora de regiões periféricas. Desta forma, apontam para uma possível reformulação organizacional nestes espaços, com estas igrejas e suas lideranças disputando espaços de representação e construindo novas formas de socialização. Analisa-se aqui a territorialidade (relação do sujeito com o espaço em que vive) experimentada por esses indivíduos, assim como as disputas e conciliações que surgem a partir desta vivência.

Palavras-chave: Pentecostalismo; territórios, sociabilidade, organização, disputas.

Abstract: This study seeks to assess the impact of the growth of Pentecostal churches and temples in peripheral areas. In this sense, it intends to investigate, with an emphasis on territories known for their samba schools, such as Morro da Mangueira, the new forms of socialization and organization that arise from the arrival of these churches, which come to occupy an important space in the lives of a significant portion of their residents. The latest censuses show that this growth is mainly among the black, poor, mostly female and young population living in peripheral regions. In this way, they point to a possible organizational reformulation in these spaces, with these churches and their leaders disputing spaces of representation and building new forms of socialization. What is analyzed here is the territoriality (the subject's relationship with the space in which they live) experienced by these individuals, as well as the disputes and reconciliations that arise from this experience.

Key-words: Pentecostal, territories, socialization, organization, disputes.

Resumen: Este estudio pretende evaluar el impacto del crecimiento de las iglesias y templos pentecostales en las zonas periféricas. En este sentido, pretende investigar, con énfasis en territorios conocidos por sus escuelas de samba, como Morro da Mangueira, las nuevas formas de socialización y organización que surgen con la llegada de estas iglesias, que pasan a ocupar un espacio importante en la vida de una parte significativa de sus residentes. Los últimos censos muestran que este crecimiento se da principalmente entre la población negra, pobre, mayoritariamente femenina y joven que vive en las regiones periféricas. De esta forma, apuntan a una posible reformulación organizativa en estos

[1] Bruna Tavares da Costa, doutoranda no PPGSP- UENF. Contato: bruni.tavares@hotmail.com

espacios, con estas iglesias y sus líderes disputando espacios de representación y construyendo nuevas formas de socialización. Se analiza aquí la territorialidad (relación del sujeto con el espacio en que vive) vivida por esos individuos, así como las disputas y reconciliaciones que surgen de esa experiencia.

Palabras clave: Pentecostalismo; territorios, sociabilidad, organización, disputas.

Introdução:

A religião é um dos mais importantes pilares da formação da sociedade. Seja como um sistema de crenças (formas de ver o mundo) ou como instituição social (estrutura e organização), elabora um tipo de socialização que, baseada em determinadas práticas, em contextos sociais e culturais distintos, influencia a maneira com a qual indivíduos e grupos agem, vivenciam e transformam os territórios que ocupam. Autores como Durkheim (2003) e Weber (2001), ainda que divergissem em alguns pontos, a compreendiam como uma forma de coesão social. Em estudo em que analisa a relação entre escolas de samba, territórios e a religiosidade brasileira, Massenz (2020) aponta que a religião é parte importante da cultura e das relações sociais no mundo pós-moderno. Neste sentido, demonstra que nos espaços e bairros proletários, percebe-se uma maior exposição de objetos e símbolos de diferentes cultos, o que torna possível que exista uma maior flexibilidade da prática religiosa nestes territórios.

A religião também foi um importante elemento para o processo de territorialização (relação do indivíduo com o espaço em que vive) desses espaços (Fuini,2014), como os que surgiram pela ocupação dos morros periféricos à área central da cidade. Alguns se desenvolveram em torno de um pátio central, onde surgiram os terreiros. Nestes espaços tidos como sagrados, os rituais e serviços cerimoniais aconteciam, o que acabou fortalecendo os vínculos de identidade desta população com o lugar que habitavam. Neste sentido, as práticas religiosas e festivas que se sucederam nestes espaços impulsionaram a criação das escolas de samba que, por sua vez, fortaleceram laços e relações estremecidas com os constantes deslocamentos provocados pelas precárias condições de vida desta população (Agostinho, 2014). Na cidade do Rio de Janeiro, os morros se tornam, então, não apenas a moradia possível, mas também um lugar de pertencimento, estabelecendo uma ritualidade cotidiana e trabalhos e projetos comunitários que vão além dos desfiles e competição oficial.

Essas escolas de samba são instituições ativas em suas comunidades, cuja função social e cultural que transcende a festa e o espetáculo. Funcionam como uma agência mediadora, que reproduz as relações sociais e por vezes opera intermediando relações entre a comunidade e o Estado, o território e entre os próprios moradores e componentes (da escola). Desde o início, quase um século atrás, tornaram-se referência da vida social e cultural dessas comunidades, sendo um importante elo de identificação destas com o território em que viviam.

Um processo muito próximo ao que originou as escolas de samba ocorre com relação as igrejas pentecostais que se estabelecem nestes territórios. A independência e a falta de centralidade facilitam o aparecimento de várias igrejas, como mostra o trabalho de Alexander (2018). A autora aponta ainda que a teatralidade, emotividade e performance são outros elementos em comum entre uma escola de samba e uma igreja pentecostal. Essas, segundo a autora, acabam por restabelecer e reconstruir uma forma mística de solidariedade em grupo, reproduzindo inclusive alguns aspectos da ritualidade afro-brasileira, como rituais de descarrego, cura divina, possessões espirituais, crenças em entidades sobrenaturais e afins.

O conceito de território relacional, ao levar em consideração as relações sociais presentes nos territórios analisados, mostra a importância das mesmas na constituição destes espaços. Neste sentido, Simmel (1983) e Elias (1994) apontam que as relações sociais não são fixas, pétreas, ao contrário, estão sempre em um processo de transformação, ora se fortalecendo, ora se enfraquecendo. Sabendo que as escolas de samba, nestes territórios, atuam como mediadoras de uma rede de sociabilidade que se formou ao longo de décadas, importa aqui entender se e como uma possível alteração nestas redes, com novas mediações e novas formas de sociabilidade criadas dentro desta comunidade- inclusive pelo crescimento dos evangélicos e do número de igrejas neopentecostais neste território- pode levar a uma reconfiguração de sua territorialidade, que é a forma com a qual o indivíduo se relaciona com o espaço em que vive. Neste sentido, o Morro da Mangueira será objeto de análise, dada as suas características, história, formação e localização, que tornam essa área um importante exemplo das relações e construções que se pretende investigar.

Material e métodos:

O trabalho terá uma abordagem qualitativa. Para a investigação sobre a formação do território do morro da Mangueira e da própria escola de samba será feita uma extensa pesquisa bibliográfica. A intenção é, através da consulta e revisão da historiografia produzida sobre o morro e a escola, reconstituir essa história de forma a esclarecer a importância da escola de samba para a constituição física, social, política e cultural deste território. Autores que produziram importantes obras sobre o carnaval e as escolas de samba, como Queiroz (1992), Lins (2012), Siqueira (2012) e Valença (2017) ajudarão a compor esse quadro. Os trabalhos de Rosendahl (2013), que investiga a relação entre território e religião e detalham as relações entre espaço, território, cultura, religião e territorialidade são uma importante referência.

A segunda etapa do trabalho, tendo a finalidade de entender as possíveis mudanças nas redes de sociabilidade deste espaço pelo aumento significativo de igrejas pentecostais que ali se instalam, requer uma outra abordagem. Neste ponto, para além da pesquisa de bibliografia sobre religião, com ênfase especial em autores que pesquisam o avanço do pentecostalismo no país, como Mesquita (2007), Fernandes (2011) e outros, é necessário explorar o território do morro da Mangueira, a fim de perceber a organização espacial dessas instituições , a localização, as estratégias que adotam ao ocuparem determinado espaço e a relação com seu entorno. Adota-se aqui a chamada pesquisa exploratória, um método de pesquisa qualitativo delineado por estudos de caso, observação, pesquisa-ação e pesquisa documental e bibliográfica. Tem como objetivo principal, segundo Malhotra (2001), fornecer critérios para o pesquisador enfrentar a situação-problema. Neste sentido, serão feitas visitas ao território.

Para entender a forma com a qual as possíveis disputas entre essas instituições afetam os moradores e como esses lidam com as questões que surgem desta vivência, serão feitas entrevistas com membros da escola Mangueira, diretores e componente pentecostais, em especial da Ala da Bateria (historicamente a ala que mais “perde” integrantes após a conversão dos mesmos). A escolha por essa técnica de pesquisa qualitativa se dá pela possibilidade de, através desta, captar os dados subjetivos que passariam despercebidos sem o contato direto com tais indivíduos. Para tanto, pretende-se seguir o modelo de entrevistas semi -estruturadas, pois também serão entrevistados membros de igrejas pentecostais da comunidade, em especial as que se encontram mais próximas ao Palácio do Samba, por disputarem simbolicamente esse espaço.

Resultados e Discussão:

A Teoria Funcionalista de Durkheim (2003) entende que as ações são fruto de práticas e experiências, ou seja, tanto as ações coletivas quanto as individuais podem ser explicadas a partir de funções. Para o autor, por ter o poder e condições de influenciar crenças coletivas, a religião atua como uma força integrativa, ou seja, capaz de unir grupos em torno de interesses e crenças comuns. Essa capacidade de criar representações coletivas compartilhadas funciona como uma poderosa ferramenta, capaz de promover a solidariedade dentro da sociedade. Weber (2001) se debruçou sobre as estruturas culturais que surgiram a partir do sistema de crenças, que terminam por influenciar e desenvolver outros setores da vida social, como cultura, política, economia e afins, gerando relações de afinidade, mas também de tensão e conflito entre a religião e essas outras esferas sociais. Tendo como base teórica o trabalho desses dois autores clássicos, torna-se importante compreender não apenas o papel da religião na sociedade, mas também o processo pelo qual os indivíduos se tornam religiosos.

Desta forma, a experiência e reconhecimento do sagrado não depende apenas da crença, mas também do contexto em que ela se forma. O encontro das vivências e experiências individuais influencia a forma com a qual o mundo será interpretado, assim como vai variar o modo com que determinado sistema de crenças será absorvido e compreendido. A chamada Teoria da Interação Simbólica (Blumer, 1982) ajuda a compreender , entre outras coisas, a variação de sentido e significado de certas práticas , o que o Sagrado representa para o indivíduo e, por fim, ao valorizar e ressaltar a importância da interpretação humana, entender a origem da grande variedade de grupos capazes de interpretar as escrituras sagradas de diferentes formas (Pierrucci, 2005, 2006, 2008 e Mariano, 2005).

Essa capacidade de se adaptar à realidade das comunidades onde se localizam, contextualizando a mensagem de fé, é explicado por Blumer (1982) como uma das premissas da Teoria da Interação Simbólica. Se o ser humano age de acordo com o sentido que atribui às coisas, entender esses sentidos é primordial para estabelecer uma ligação de confiança para com este indivíduo. Desta forma, os evangélicos se diferenciam ao criar uma "religião vivida", ou seja, ao valorizar a subjetividade e a autonomia do indivíduo, que forma sua identidade religiosa num espaço onde a mensagem de fé é contextualizada e adaptada às condições culturais e econômicas de determinada comunidade. O que se pretende é entender quais são as adaptações necessárias quando essas igrejas se estabelecem em um território que tem uma escola de samba como referência – e de que forma esses indivíduos lidam com a dualidade carnaval x religião quando essa dicotomia é parte integrante de suas experiências pessoais e sociais dentro desse espaço.

Conclusão:

Estando a pesquisa ainda em andamento, como parte do projeto de doutorado, algumas observações são importantes. Percebe-se que pode surgir, nesses espaços onde as escolas de samba predominam, certa concorrência entre a escola e as igrejas pentecostais, implicando numa disputa por representatividade e por adesões individuais. Há, porém, relações que combinam esses dois elementos, ora pela igreja, que se adapta com mais facilidade que a escola, ora pelo indivíduo, que também desenvolve formas novas de socialização entre estes espaços.Tendo as igrejas pentecostais uma estrutura descentralizada, essas instituições tem uma maior capacidade de adaptação às características sociais e culturais do território em que se localizam. Nem toda igreja pentecostal atua de acordo com critérios morais fixos e imutáveis, estabelecendo determinado tipo de comportamento e conduta aos seus membros, o que torna possível a existência de indivíduos que transitam entre os dois espaços. Por fim, nota-se que os indivíduos que são, ao mesmo tempo, fiéis

destas igrejas e componentes destas escolas, criam formas próprias de lidar com essa aparente dicotomia. À identidade cultural de sua comunidade, ligada à existência da escola de samba e sua influência nesse território, se combina a sua forma pessoal de lidar com o sagrado e o religioso. Esse processo, inicialmente muito pessoal, pode vir a influenciar outros indivíduos nestas comunidades.

REFERÊNCIAS:

AGOSTINHO, Zilmar Luiz dos Reis. O surgimento das escolas de samba do Rio de Janeiro sob uma perspectiva territorial. Revista Continentes (UFRRJ), ano 3, n.5, 2014, p. 93-112

ALEXANDRE, Claudia Regina. Práticas religiosas e festivas nas escolas de samba de São Paulo: um estudo sobre o candomblé na VAI-VAI. Revista Último Andar (ISSN 1980-8305), n. 32, dezembro de 2018

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. V.1 -2.ed. -Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 1994

FERNANDES, Silvia Regina Alves. Marcos definidores da condição juvenil para católicos e pentecostais na Baixada Fluminense- algumas propostas a partir de um Survey. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 31(1): 96-125, 2011

FUINI, Lucas Labigalini. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.8, n.1, p.225-249, jan/jun. 2014

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MASSENZ, Giulia. Escolas de samba: mitos, ritos e ameaças. Uma jornada na religiosidade brasileira. 2020. Disponível www.repositorio.usp.br>2020_giuliamassenz Acesso em 15/10/2022.

MESQUITA, Wania Amelia Belchior. Um pé no reino, outro no mundo: consumo e lazer entre os pentecostais. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 13, n. 28, - 117-144, jul/dez.2007

ROSENDAHL, Z &Corrêa, R.L. (Eds). Gepgrafia Cultural: uma antologia. VOL 2, SCIELO EDUERJ. https://doi.org/10.7476/9788575114391- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. LusoSofiaPress, 2009.

VALENÇA, R.; VALENÇA, S. Serra, Serrinha, Serrano: O Império do Samba. Rio de Janeiro: Record, 2017

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. 2ª ed. rev. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

DIÁLOGOS COM MACHADO DE ASSIS: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA O ALIENISTA

Rafaelli Barros Avila[1]

Resumo: A pesquisa pretendeu apresentar "O Alienista", de Machado de Assis, para alunos do Ensino Fundamental, em diálogo com textos relacionados à formação administrativa da região do Rio de Janeiro. O trabalho, desenvolvido a partir de um mestrado profissional em Letras e condicionado, portanto, à aplicação didática dos elementos abordados, propôs a leitura e a escrita de diferentes gêneros textuais. Paralelamente à proposição didática, propôe-se a refletir que embora não tenha intenção histórico-documental, a literatura dialoga com este campo. Só que a apresentação de elementos históricos em um texto literário fica condicionada a um estilo pessoal do escritor que, no caso, traduz-se pelo uso da sátira menipeia. Por fim, foi construído um jogo de tabuleiro para prolongar o diálogo dos estudantes com o texto machadiano e, sobretudo, pensar elementos do texto que ainda são caros e pertinentes à reflexão contemporânea.

Palavras-chave: Machado de Assis; Leitura literária; Ludicidade.

Abstract: The research intended to present "O Alienista", by Machado de Assis, to elementary school students, in dialogue with texts related to administrative training in the Rio de Janeiro region. The work, developed from a professional master's degree in Literature and therefore conditioned on the didactic application of the elements covered, proposed the reading and writing of different textual genres. Parallel to the didactic proposition, it was proposed to reflect that although it does not have a historical-documentary intention, literature dialogues with this field. However, the presentation of historical elements in a literary text is conditioned by the writer's personal style, which, in this case, translates into the use of Menippean satire. Finally, a board game was constructed to prolong the students' dialogue with Machado's text and, above all, to think about elements of the text that are still important and pertinent to contemporary reflection.

Keywords: Machado de Assis; Literary reading; Playfulness.

Resumén: La investigación tuvo como objetivo presentar "O alienista", de Machado de Assis, a estudiantes de escuela primaria, en diálogo con textos relacionados a la formación administrativa en la región de Río de Janeiro. El trabajo, desarrollado a partir de una maestría profesional en Literatura y por tanto condicionado a la aplicación didáctica de los elementos abordados, propuso la lectura y escritura de diferentes géneros textuales. Paralelamente a la propuesta didáctica, se propuso reflexionar que si bien no tiene una intención histórico-documental, la literatura dialoga con este campo. Sin embargo, la presentación de elementos históricos en un texto literario está condicionada por el estilo personal del escritor, que, en este caso, se traduce en el uso de la sátira menipea. Finalmente, se construyó un juego de mesa para prolongar el diálogo de los estudiantes con el texto de Machado y, sobre todo, pensar en elementos del texto que aún son importantes y pertinentes para la reflexión contemporánea.

Palabras-clave: Machado de Assis; Lectura literaria; Alegría.

[1] Rafaelli Barros Avila, professora da Secretaria de Estado de Educação e metre em Letras pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e-mail rafaelli.43862195@prof.educa.rj.gov.br

INTRODUÇÃO

Garantir o acesso à obra literária e desenvolver atividades que se mostrassem, ao mesmo tempo, lúdicas e pedagógicas, foi o primeiro norteador na elaboração das atividades que comporiam esta dissertação. Uma leitura cuidadosa do texto de Machado, entretanto, acabou direcionando algumas dessas atividades para a exploração de textos da esfera jurídico-administrativa. A percepção de que são textos pouco explorados no ambiente escolar, embora sejam essenciais ao exercício de cidadania, instigou a tentativa de que esses textos pudessem ser observados em seu funcionamento e suporte e articulados à obra de Machado, que é literária, divertida, crítica e clássica.

Dentro do imaginário elaborado pelo escritor, os elementos históricos são reorganizados e apresentados por um viés de estilo. Para Enylton de Sá Rego (1989), o estilo maduro de Machado se dá através da sátira menipeia, a partir da "mistura de gêneros, uso da paródia, extrema liberdade de imaginação, caráter não moralizante e ponto de vista distanciado" (Sá Rego, 1889). É por isso que não é tão claro que tempo-espaço é retratado pelo escritor sob o recorte “tempos remotos” e elementos históricos são misturados, parodiados e propositalmente apresentados de forma aparentemente distanciada. Publicado de modo seriado de outubro de 1881 a março de 1882, ‘O Alienista’ foi escolhido por Machado de Assis para iniciar *Papéis Avulsos*[2], em 1882.

A insistência em aliar a apresentação de textos que permeiam a sociedade e servem (ou não) ao seu funcionamento democrático ao prazer estético da apreciação de um texto literário se apoia em Edgar Morin (2003), que defende a presença da literatura na escola não somente porque ela traz para a sala de aula a possibilidade de análises gramaticais, sintáticas ou semióticas, mas porque ela funciona como “escola de vida”. A literatura funciona como “escola da língua” quando revela as possibilidades da língua através das obras de escritores e permite ao adolescente se apropriar dessas riquezas para usá-las em suas relações com o outro, mas sua qualidade mais sensível, para o sociólogo, está em seu funcionamento como “escola da qualidade poética da vida” (Morin, 2003, p. 48).

MATERIAL E MÉTODOS

A abordagem didática proposta para o texto literário se pauta na retextualização de Regina Lucia Peret Dell’Isola (2007). A educadora esclarece que retextualizar é “um processo de transformação de uma modalidade textual em outra, envolvendo operações específicas de acordo com o funcionamento da língua” (DELL’ISOLA, 2007, p. 36) e faz

[2] Título do livro de textos organizados pelo escritor em 1882. Papéis Avulsos é uma forma de categorização e organização documental. Segundo Ivan Douglas de Souza (2021), em estudo filológico de documentação do arquivo da Câmara de Santana de Parnaíba, as câmaras das vilas eram grande produtora de papéis avulsos, por terem atuação administrativa, política e judiciária.

algumas sugestões para estudá-la em um projeto didático, dentre elas a proposição escolhida neste projeto, a de “escolher um único texto e orientar os alunos a produzir várias retextualizações diferentes com base nesse texto” (DELL’ISOLA, 2007, p. 42).

Como apresentado anteriormente, a presente pesquisa foi produzida em um mestrado profissional em Letras, cursado especificamente por professores atuantes na educação básica pública. Comumente condicionado à aplicação prática, por causa do período pandêmico, o Programa permitiu a apresentação de uma proposição didática, ou seja, não aplicada, questão regulamentada pela Resolução Profletras 03/2021.

O objetivo de pensar uma formação pela qual estudantes se tornem leitores e escritores socialmente proficientes, assegurando ludicidade e acesso ao patrimônio cultural da humanidade no percurso levou à sugestão de três momentos correlacionados: a proposta didática inicia-se com a proposição da leitura de um escritor genuinamente carioca, propondo que os estudantes vivenciem certo diálogo com o texto de Machado e com textos da formação administrativa da região e se encerra com um jogo de tabuleiro que pensa as relações socialmente estabelecidas por representações de Poder social.

Para o primeiro momento, de leitura literária, sugeriu-se uma experiência coletiva e em espaços que não sejam os da sala de aula, como pátios e gramados. Por exigir leitura em voz alta e ter sido planejado durante o período pandêmico, levou em conta o contexto de uso de máscaras. A dificuldade de propagação sonora provocada pelo seu uso obrigatório afetou o cotidiano escolar em dois sentidos: além de exigir esforço vocal maior do professor, profissão dentre as mais adoecidas por distúrbios de voz, afetou a comunicação, elemento essencial no meio educativo. Para driblar essa dificuldade, a estratégia foi a de fazer uso de audiolivros para serem ouvidos pelo grupo enquanto acompanham a leitura.

O momento seguinte, de retextualização, exige uma segunda leitura mais atenta, que deve ser feita no espaço físico da sala de aula. Essa segunda leitura, já motivada pela proposição de uma atividade, trata o texto literário como uma fonte de pesquisa. A ideia é a de não haver perguntas sobre as informações disponíveis no texto como os questionários comumente aplicados nessas situações, mas garantir que os alunos saibam essas respostas porque precisam usar essas informações para produzir novos textos. Os textos propostos aos estudantes nesse momento permitem pensar os textos relacionados à formação administrativa da região de 1824, 1830, 1831, 1834, entre outros.

O terceiro momento, que deve acontecer após a finalização dos dois anteriores, propôs extrapolar o texto e consiste na apresentação de espaços simbólicos, personagens e relações entre personagens presentes no texto em um jogo de tabuleiro que possa

ampliar a compreensão de alguns aspectos da obra, trazendo reflexões ainda importantes à contemporaneidade, sobretudo em relação ao estabelecimento de poderes que se pretendam absolutos e ditatoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de ócio criativo vem sendo defendido na sociedade pós-industrial como uma saída para o mal-estar que se tem estabelecido em uma sociedade marcada pela disputa e, como se não bastasse o ambiente pouco educativo já estabelecido por uma ideia de disputa, por disputas que são profundamente marcadas pela desigualdade. Junto a uma proposição de produção textual que reivindica um trabalho mais elaborado, vem um trabalho artístico: o desenho da Casa Verde, a criação de logotipo e brasão, um brincar-de-ser jornalista, médico, advogado, escritor e escrevente, nos termos de Barthes (2013).

O conjunto de textos e jogo trabalhados são, em alguma medida, relacionados à tríade ensino-língua-poder que correspondem, de acordo com Dirce Cortes Riedel (2009), à imposição de um modelo de língua dos primórdios do desenvolvimento de um sistema escolar que (ainda hoje, é preciso reconhecer) é a senha de acesso a posições mais confortáveis na sociedade.

> Ao desenvolvimento do sistema escolar corresponde a imposição de uma hierarquia de usos linguísticos, com o reconhecimento da legitimidade de um modelo de língua, senha para o acesso a postos administrativos oficiais. A língua não é apenas instrumento de comunicação, mas também signo exterior da riqueza e um instrumento de poder" (RIEDEL, 2009, p. 242).

Por isso, pensar o ensino-aprendizagem de língua materna e poder remete ao conceito de *entrelugar* proposto do Silviano Santiago: o escritor latino-americano, cerne do processo complexo da colonização, "fala a língua da metrópole para melhor combatê-la", tirando excelente partido "de um texto ou de uma técnica literária que pertence ao domínio público" (SANTIAGO, 2019, p. 17). Um ponto positivo deste talvez seja o de produzir, no meio acadêmico, com o suporte de especialistas e em meio a intensos diálogos sobre educação, um "esqueleto" de projeto que possa ser adaptável a outros contextos, escolares ou não, a partir de modificações direcionadas às novas realidades. Seu ponto negativo esteve relacionado a seu tempo histórico: a pandemia e seus desdobramentos dificultaram a aplicação da pesquisa, o alcance de elementos mais tangíveis da eficácia da proposição e a ampliação das vozes que na pesquisa se expressam.

Os mestrados profissionais, principalmente os de professores, propiciam o debate de um tema sob dois ângulos, o da teoria e da prática e os campos melhor se articulam quando a teorização das discussões acadêmicas encontra os anseios da atuação *in loco*. Ao longo do período desta pesquisa muitos foram os detalhes que inviabilizaram sua

aplicação prática. As ideias tendem a ganhar mais força e potência quando se transformam em ação e, postas à prova, possibilitam o registro de erros/acertos e agregam as contribuições dos sujeitos envolvidos. Então, embora se tenha pretendido dialógica, faltou aqui uma voz. As atividades que puderam ser colocadas à prova dessa voz contribuíram muito para reafirmar o quanto esse diálogo com os discentes é importante.

CONCLUSÃO

Devido à não-aplicação prática, ou aplicação de somente parte das atividades, as reflexões aqui levantadas acabam sendo o pensar de uma educadora com pelo menos uma década de atuação. Domenico de Masi (2000), ao defender a presença do ócio criativo nas salas de aula, afirma que se quisermos educar um jovem a lutar por dinheiro e poder deve-se educar a partir de uma pedagogia que premie "o egoísmo, a hierarquia e a agressividade". O filósofo diz que se, por outro lado, quisermos educar para os valores mais humanitários, "os métodos a serem usados deverão valorizar mais o diálogo, o estudo, a solidariedade e a criatividade" (DE MASI, 2000, p. 194). Para ele, o exercício do ócio criativo é a proposição de que em cada ação, uma aula, uma entrevista ou um bate-papo, esteja presente a criação de um valor para os participantes, tanto de divertimento, quanto de formação.

Em ensaio que descortina a dinâmica do poder nessa narrativa machadiana, Ivan Teixeira (2010) aborda relações ainda presentes em nossa sociedade. Enquanto a modernidade, berço do texto, estabelece a burocracia, as atividades propostas buscaram articular as atividades produzidas em sala com o conceito de ócio criativo, que se desdobra na ideia de que trabalho e estudo podem ser prazerosos. Não deliberadamente planejado, foi interessante perceber que "O Alienista" escancara alguns aspectos da burocracia característica da sociedade ocidental, da modernidade e das sociedades recortadas por relações que esta proposição buscou, paradoxalmente, reinventar.

REFERÊNCIAS

BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 2013. BRASIL, **Legislações**. 1824, 1830, 1831. DELL'ISOLA, R L P. **Retextualização de gêneros escritos**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. DE MASI, D. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000 RIEDEL, D C. **Viver Literatura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009 MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma reformar o pensamento**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003. REGO, E.S. **O calundu e a panaceia: Machado de Assis, a sátira menipeia e a tradição luciânica**, 1989 SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos**. Recife: CEPE, 2019. SOUZA, I.D. **Livros, cadernos e papéis avulsos: estudo filológico de um inventário do cartório e do arquivo da Câmara de Santana de Parnaíba (1764)**, 2021. TEIXEIRA, I. **O Altar e o Trono: Dinâmica do Poder em O Alienista**. Campinas, SP:Unicamp, 2010.

Agradecimentos

Aos estudantes, professores e diretores companheiros de jornadas e à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo apoio e suporte permanentemente recebidos.

CONVIVÊNCIA INTER-RELIGIOSA: INTOLERÂNCIA, ATENTADO, RACISMO RELIGIOSO E RESISTÊNCIA NAS VOZES DOS PARTICIPANTES DA XVII CAMINHADA PELA LIBERDADE RELIGIOSA NO RIO DE JANEIRO

Paulo Henrique Prado da Silva[1]
Natália Rodrigues Codeço Ribeiro[2]

RESUMO
Este trabalho focaliza a XVII Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, ocorrida em 2024, no bairro de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro destacando as motivações e percepções dos participantes de diversas tradições religiosas em relação à convivência inter-religiosa e à violência religiosa. Utilizando entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo, a pesquisa identifica um padrão de escalonamento da violência religiosa, influenciado por fatores raciais e sociais, e explora as divergências quanto à terminologia usada para descrever as agressões, como "intolerância religiosa", "racismo religioso" e "atentado".

ABSTRACT
This paper focuses on the 17th Walk in Defense of Religious Freedom, which took place in 2024 in the Copacabana neighborhood of Rio de Janeiro, highlighting the motivations and perceptions of participants from different religious traditions in relation to interfaith coexistence and religious violence. Using semi-structured interviews and content analysis, the research identifies a pattern of escalating religious violence, influenced by racial and social factors, and explores the differences in terminology used to describe the aggressions, such as "religious intolerance", "religious racism" and "attack".

RESUMEN
Este trabajo se centra en la 17ª Marcha en Defensa de la Libertad Religiosa, que tuvo lugar en 2024 en el barrio de Copacabana de la ciudad de Río de Janeiro, destacando las motivaciones y percepciones de los participantes de diferentes tradiciones religiosas en relación con la convivencia interreligiosa y la violencia religiosa. Mediante entrevistas semiestructuradas y análisis de contenido, la investigación identifica un patrón de escalada de violencia religiosa, influida por factores raciales y sociales, y explora las diferencias en la terminología utilizada para describir las agresiones, como intolerancia religiosa, racismo religioso y "ataque".

INTRODUÇÃO

A diversidade religiosa no território que mais tarde seria chamado Brasil sempre foi uma característica marcante de sua história, com várias etnias indígenas praticando espiritualidades distintas. Com o início da colonização, esse cenário se transformou, à medida que novas religiosidades chegaram ao território, trazidas pela invasão e escravização promovidas por Portugal. Assim, com o objetivo de se blindar das perseguições e violências

[1] Paulo Henrique Prado da Silva é doutorando em Sociologia Política -PPGSP na Universidades Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Email: 1pradopaulo@gmail.com
[2] Natália Rodrigues Codeço Ribeiro é mestranda em Sociologia Política -PPGSP na Universidades Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Email: nataliarcodecor@gmail.com

praticadas pela Igreja Católica, diferentes religiosidades acabaram por se encontrar e se entrelaçar, como no processo de sincretismo das religiões afro-diaspóricas e indígenas (Iberê, 2015).

Desta forma, quando olhamos para a história brasileira, notamos que sempre houve relações inter-religiosas, sejam elas pacíficas, de mistura, disputa ou opressão. A colonização, por sua vez, entendida como uma estrutura de exploração e dominação, fomentou esses modos de se relacionar com religiosidades que divergiam da católica. Por meio dela que se configuraram as religiões que poderiam ser perseguidas, aniquiladas e silenciadas. Agora, olhando para o atual momento, é possível notar a continuação de algumas ideologias formuladas e propagadas durante esse período, assim como, a renovação e reformulação dos modos de violência religiosa (Silva, 2024).

Tal contexto se desenha com a mudança no protagonismo de quem comete as violências religiosas, sendo alguns atores neopentecostais os novos principais sujeitos ativos dessas condutas. Tendo em vista que com a ascensão do fundamentalismo no Brasil, principalmente nas comunidades periféricas, há empecilhos no diálogo inter-religioso, gerando conflitos ao promover um discurso de exclusividade religiosa. Assim, utilizam um discurso que demonizam outras religiões para discriminá-las (Vital da Cunha, 2008).

Nesse sentido, em 2008 foi criado a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), que desdobrou no surgimento da I Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, com fulcro em promover a nacionalização do diálogo inter-religioso. Essa estratégia política ocorreu em virtude da culminância da intolerância religiosa na cidade do Rio de Janeiro, especificamente no Morro do Dendê, onde aconteceu uma série de expulsões de CTTs promovidas pelo narcotráfico em entrelaçamento com a doutrina fundamentalista neopentecostal (Santos, 2020; Vital da Cunha, 2008).

Agora, no ano de 2024 a Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa se encontra na sua décima sétima edição e reuniu milhares de pessoas de diversas crenças e tradições em Copacabana no Rio de Janeiro, contando com caravanas de diversas regiões do estado. Por tudo isso, essa pesquisa se norteia em compreender quais as principais motivações dos participantes de diferentes credos e lugares nesse evento, bem como suas percepções acerca da convivência inter-religiosa.

MATERIAL E MÉTODOS

Para atingir os objetivos, adotamos uma metodologia qualitativa, focada nas percepções, crenças e práticas dos indivíduos. O estudo, de caráter exploratório, baseia-se em

levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas realizadas com 8 participantes de diversas tradições religiosas e localidades durante a XVII Caminhada em Defesa da Liberdade Religiosa, em Copacabana, Rio de Janeiro, em 15 de setembro de 2024. A análise dos dados será feita por meio da Análise de Conteúdo (Mayring, 2002), com categorização das respostas para identificar os principais aspectos emergentes. Isso permitirá conectar os relatos às teorias discutidas e compreender as motivações, percepções sobre a violência religiosa e o significado simbólico da caminhada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados levantados é possível identificar motivações semelhantes entre pessoas de diversas religiões em participar do evento. Vários participantes, como Mãe Cris de Oxum (umbandista), Babalowô Rodrigo (candomblicista) e Pantaleão (muçulmano), mencionaram a intolerância religiosa como um "mal" a ser combatido. A intolerância é vista como a causa de confusões, brigas e violência, chegando a provocar até mesmo mortes, como destacou Mãe Cris.

Mariana, que se identifica como universalista e se aproxima de várias religiões, incluindo a Umbanda, o Budismo, o Hinduísmo e o Xamanismo, também concorda com o caráter violento da convivência inter-religiosa atual. Para ela, o evento é uma forma de fortalecer a união entre as diferentes religiões. Sua motivação pessoal está ligada ao seu trabalho com educação e diversidade, uma vez que, como professora, aborda o respeito à diversidade religiosa com seus alunos.

Entre os cristãos entrevistados, Maria e Filliph (católicos), e Luciana e Eliã (Batista e Assembleiana, respectivamente), adotaram uma postura reflexiva sobre a importância da participação e da promoção ao respeito inter-religioso. Apontando para os desafios internos em suas comunidades, principalmente as evangélicas.

Ao relacionar as motivações dos participantes com suas experiências e percepções sobre violências religiosas, destacamos Pantaleão que diz nunca ter sofrido qualquer tipo de violência por proferir suas crenças. Por outro lado, Eliã e Luciana afirmam ter sofrido discriminação dos próprios evangélicos, por discordarem da forma que percebem as suas cosmovisões.

Outros participantes, especialmente os de religiões afro-brasileiras, mencionam preconceitos. Eles relatam que, em muitos casos, suas práticas são vistas como "do mal" ou "demoníacas", como observado por Mariana, que trabalha em uma escola e enfrenta resistência de pais evangélicos em relação a músicas de tradições afro-brasileiras e indígenas. Também

como no caso de Rodrigo, que viveu uma depredação do seu terreiro candomblé, e por isso visualiza a sua participação, como um ato de resistência e solidariedade com outros que enfrentam situações semelhantes.

Já o Filliph, casado com uma mulher evangélica, afirma ter sofrido violência por parte da comunidade religiosa de sua esposa. Ele descreve a experiência como a pior de sua vida, uma vez que o pastor o tratou de maneira rude e fez comentários injustos sobre sua fé, afirmando que ele era um “adorador de demônios” e “prostituto”.

Outro aspecto observado nas entrevistas, é a divergência quanto à nomenclatura mais adequada para definir a violência sofrida por pertencimento religioso. Questionamos os participantes sobre como nomeariam as discriminações e ataques que já sofreram ou poderiam sofrer, apresentando os conceitos de Intolerância Religiosa, Racismo Religioso e Atentado Religioso.

As duas lideranças de terreiro entrevistadas optaram pelo termo "Atentado Religioso", embora não tenham elaborado uma justificativa mais aprofundada para essa escolha. Já Pantaleão destacou que a violência religiosa ocorre em todo o mundo, mas, no contexto brasileiro, ele a enxerga como eventos isolados, sem um caráter estrutural. Ele reservou o termo "Intolerância Religiosa" para descrever situações na Europa, onde acredita que exista uma política sionista declarada.

Mariana e Elliã preferiram o termo "Intolerância Religiosa" por acreditarem que ele resume de forma clara a dinâmica das violências contra religiões não-hegemônicas. Maria, por outro lado, escolheu "Racismo Religioso", pois, em sua opinião, existe uma hierarquização entre as religiosidades, que reflete uma especificidade das manifestações religiosas com base racial.

Luciana foi a única a trazer uma alternativa não apresentada previamente, optando por "Violência Religiosa" como a melhor forma de descrever todas essas agressões. Por fim, Filliph acredita que um único termo não é suficiente para abranger todas as nuances das discriminações religiosas. Para ele, o "Racismo Religioso" seria adequado para religiosidades de matriz afrodiaspóricas e indígenas, considerando a cor de pele preta da vítima, enquanto "Intolerância Religiosa" deveria ser utilizado para os demais casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das entrevistas realizadas, identificou-se que o evento constitui um espaço simbólico de resistência contra a violência religiosa, já que é um momento de fortalecimento

do diálogo entre diferentes tradições, em meio a um contexto de crescente fundamentalismo e intolerância.

Observa-se, também, que há um padrão de escalonamento da violência de acordo com o credo. Quanto mais marginalizada e racializada a religião, mais intensa e física parece ser a violência sofrida. No extremo dessa escala, estão as religiões de matriz afro-brasileira e indígenas, cujas práticas religiosas são frequentemente atacadas tanto fisicamente quanto simbolicamente, resultando em expulsão, destruição de terreiros e até mortes. Em um nível intermediário, estão grupos religiosos que sofrem discriminações mais simbólicas, como preconceitos no ambiente de trabalho, ofensas verbais ou deslegitimação social, como visto com os universalistas e católicos.

Quanto à nomenclatura da violência sofrida são expressas por significados que refletem suas vivências. Para as lideranças de terreiro, que enfrentam violências físicas, o termo "atentado" captura a seriedade dos ataques que sofrem. Já aqueles que experimentam formas de violência mais simbólicas ou psicológicas, preferem "intolerância", que evoca a ideia de desrespeito e rejeição sem necessariamente implicar violência física. E quando há uma intersecção entre raça e religião, o termo "racismo religioso" é utilizado para capturar essa dimensão adicional de opressão.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS, Ivanir. **Marchar não é caminhar: interfaces políticas e sociais das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro**. Pallas Editora, 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

IBERÊ, D. IIRSA. **A Serpente do Capital:** pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antônio e Jirau). Rio Branco: Edufac, 2015. 360 p.

MAYRING, Philipp. Introdução à pesquisa social qualitativa: Uma orientação ao pensamento qualitativo. Ed. 5. Beltz, Weinheim, 2002.

SILVA, Paulo Henrique Prado da. **Umbandas:** o racismo religioso nos espaços públicos de Campos dos Goytacazes. 2024. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, Campos dos Goytacazes - RJ, 2024.

VITAL DA CUNHA, Christina. Traficantes evangélicos: novas formas de experimentação do sagrado em favelas cariocas. **Plural - revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP**: São Paulo, v. 15, 2008. Disponível em: http://www.journals.usp.br/plural/article/view/75226 . Acesso em: 19 set.2024.

CULTURA E CONHECIMENTO: ESTRUTURANDO CAMINHOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR

Marcelle Cordeiro[1], Andreza Souza[2], Luan Santos[3], Lino Marujo[4], Vinícius Rodrigues[5],

ABSTRACT
Our study aimed to expand the policy agenda for healthy food consumption considering the Brazilian context and the lessons learned from eating behavior and social norms during the COVID-19 pandemic. The authors used an electronic survey to identify food consumption patterns before and during the pandemic. We observed that women have higher self-perception of healthier eating habits than men since they believe they have a more balanced diet, especially in the poorest classes. This factor can be explained by a possible sexist behavior that associated a diet rich in fruits and vegetables with women's eating habits. In addition, during the pandemic, the poorest have more difficulty in buying fruits and vegetables than the richest had. We also found that the wealthier classes usually waste more food than the poorest. Besides, more than 50% of our respondents declared that they had gained weight during the pandemic.

KEYWORDS: eating behavior; food waste; lockdown; COVID-19; Brazil

RESUMO
Este estudo visa expandir a agenda política para o consumo de alimentos saudáveis considerando a realidade brasileira e as lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19. Os autores usaram uma pesquisa eletrônica para identificar padrões de consumo alimentar antes e durante a pandemia. Observamos que as mulheres declaram ter hábitos alimentares mais saudáveis do que os homens, principalmente nas classes mais pobres. Esse fator pode ser explicado por um comportamento machista que costuma associar uma dieta rica em frutas e hortaliças a hábitos alimentares femininos. Ademais, durante a pandemia os mais pobres tiveram mais dificuldade em comprar frutas e verduras do que os mais ricos. Também observamos que as classes mais ricas costumam desperdiçar mais comida do que as mais pobres. Além disso, mais de 50% dos nossos entrevistados declararam ter ganhado de peso durante a pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: hábitos alimentares, desperdício alimentar, isolamento, COVID-19, Brasil.

RESUMEN
Nuestro estudio tuvo como objetivo ampliar la agenda para el consumo de alimentos saludables considerando la realidad brasileña y las lecciones aprendidas de la pandemia de COVID-19. Los autores utilizaron una encuesta electrónica para identificar patrones de consumo de alimentos antes y durante la pandemia. Observamos que las mujeres reportan tener hábitos alimenticios más saludables que los hombres, especialmente en las clases más pobres. Este factor puede explicarse por un comportamiento sexista que suele asociar una

[1] Marcelle Candido Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), marcelle.cordeiro@eng.uerj.br.
[2] Andreza de Lima Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), andreza.lima@poli.ufrj.br.
[3] Luan Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), luan.santos@pep.ufrj.br.
[4] Lino Guimarães Marujo, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lino@pep.ufrj.br.
[5] Vinícius Picanço Rodrigues, Instituto de Ensino Pesquisa (Insper) , vinicius.picanco@insper.edu.br.

dieta rica en frutas y verduras con hábitos alimentarios femeninos. Además, durante la pandemia, los más pobres tuvieron más dificultades para comprar frutas y verduras que los más ricos. También observamos que las clases más ricas tienden a desperdiciar más alimentos que las más pobres. Además, más del 50% de nuestros encuestados informaron haber aumentado de peso durante la pandemia.

PALABRAS CLAVE: hábitos alimentarios, despilfarro de alimentos, lockdown, COVID-19, Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 2019, aproximadamente 47 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe viviam em situação de fome, enquanto mais de 190 milhões enfrentavam insegurança alimentar moderada ou severa (FAO, 2020). Durante a pandemia a situação se agravou ainda mais, uma vez que muitas famílias tiveram sua renda reduzida durante esse período (CANO, ALBACETE, *et al.*, 2021). Nesse contexto, considerando a insegurança alimentar intensificada pela pandemia de COVID-19 e dado que a literatura sobre o ambiente alimentar e os padrões de aquisição de alimentos na América Latina ainda é escassa (CEQUEA, NEYRA, *et al.*, 2021, FAO, ECLAC, 2020, VEDOVATO, TRUDE, *et al.*, 2015), este estudo tem como objetivo ampliar a agenda de consumo de alimentos saudáveis como meio de assegurar a saúde e a qualidade de vida considerando as lições aprendidas com a pandemia de COVID-19 no Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Os autores utilizaram uma pesquisa eletrônica para identificar padrões de consumo de alimentos antes e durante a pandemia. A pesquisa foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Instituto de Neurologia Deolindo Couto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (INDC – UFRJ). Além da pesquisa eletrônica, os autores também realizaram uma revisão da literatura para apoiar o desenvolvimento de uma agenda que promova o consumo de alimentos saudáveis em cenários de incerteza. A população do estudo incluiu 431 residentes do estado do Rio de Janeiro, uma das maiores áreas metropolitanas do Brasil (Lucena et al., 2021). Em 2020, esse estado contava com aproximadamente 17 milhões de habitantes (IBGE, 2021)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados da pesquisa sobre hábitos alimentares no Rio de Janeiro em decorrência da pandemia de COVID-19, propomos seis eixos direcionadores para futuras políticas públicas voltadas à segurança alimentar:

1. A Figura 1 sugere que a restrição orçamentária não é o único fator que impacta o consumo de alimentos saudáveis. Para a mesma faixa de renda, as mulheres costumam consumir mais frutas e verduras do que os homens no Rio de Janeiro, especialmente em níveis de renda mais baixos. Esses resultados indicam a necessidade de abordar um possível fator cultural, por meio de campanhas de conscientização que desmistifiquem resistências culturais a uma alimentação mais saudável.
2. Considerando que a infância é um período crítico para a formação de hábitos alimentares ao longo da vida, é necessário incentivar políticas que limitem a publicidade de alimentos não saudáveis direcionados a crianças (Fleming-Milici & Harris, 2018), além do desenvolvimento de merendas escolares com base em padrões dietéticos de alta qualidade (Micha et al., 2018).
3. Durante o lockdown da COVID-19, a prática de exercícios físicos diminuiu em todas as faixas de renda. Além disso, a maioria dos respondentes da pesquisa relatou ganho de peso. A inatividade física e a obesidade são fatores cientificamente associados a um maior risco de doenças. Segundo Rezende et al. (2019), no Brasil, 26,5% (114.497 casos) de todos os casos de câncer e 33,6% (63.371 mortes) de todas as mortes por câncer poderiam ser evitados com a mudança de hábitos sociais, incluindo uma dieta mais saudável. Por exemplo, o excesso de peso tem uma forte associação positiva com câncer endometrial, adenocarcinoma esofágico e câncer renal (Fang et al., 2018). Portanto, são necessárias mais campanhas para divulgar a relação entre hábitos alimentares inadequados e o aumento do risco de desenvolvimento de câncer, doenças cardiovasculares e diabetes. Também destacamos os efeitos positivos de uma dieta equilibrada no fortalecimento do sistema imunológico (Wallace et al., 2020).
4. Garantir que as populações mais pobres tenham acesso a alimentos de qualidade e a preços acessíveis. Em nossa pesquisa, 70% das pessoas mais pobres relataram aumento nos preços de frutas e verduras. Nesse sentido, uma política de subsídios para melhorar o acesso de pessoas de baixa renda a frutas e verduras pode minimizar o

efeito da restrição orçamentária no consumo de alimentos saudáveis (Claro et al., 2007).

5. Embora o preço dos alimentos seja uma importante restrição na escolha alimentar (Darmon & Drewnowski, 2008). Verly-Jr et al. (2019) argumentam que é possível melhorar a qualidade da dieta de brasileiros de baixa renda sem aumentar os custos atuais dos alimentos. Por exemplo, campanhas de culinária nas redes sociais e aplicativos móveis podem ajudar as famílias a preparar refeições saudáveis e acessíveis em casa (Garvin et al., 2019).

6. Além disso, são necessárias campanhas que ensinem as pessoas a armazenar alimentos e aproveitar todas as partes dos mesmos. Segundo Campaigns teaching people how to store and get the most of all parts of food are needed. No Brasil, o desperdício de alimentos em domicílios ultrapassa 12 milhões de toneladas por ano (PNUMA, 2021).

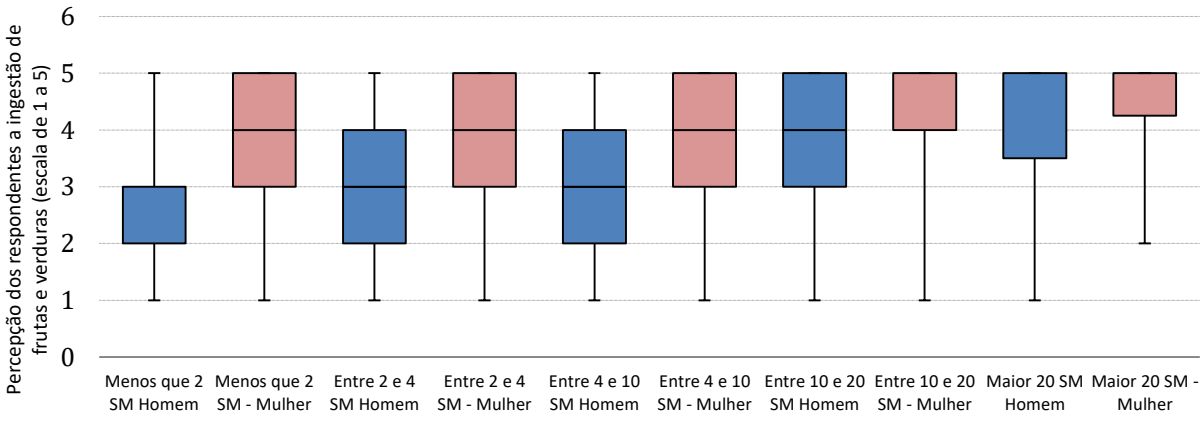


Figura 1. Autopercepção dos respondentes sobre o consumo diário de frutas e verduras agrupada por classe de renda e gênero. Escala de 1 (“Discordo totalmente”) a 5 (“Concordo totalmente”).

CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo ampliar a agenda de políticas para o consumo de alimentos saudáveis, considerando as lições aprendidas durante a pandemia de COVID-19 no Rio de Janeiro. Os resultados indicaram que as pessoas mais pobres no Brasil enfrentam dificuldades para comprar frutas e verduras devido ao aumento dos preços. Além disso, elas desperdiçam muito menos alimentos em comparação aos mais ricos, sugerindo que o

desperdício está mais relacionado à percepção de desperdício como uma "perda de dinheiro" do que à consciência socioambiental.

Os alimentos frescos geralmente são mais baratos quando adquiridos diretamente do produtor do que em supermercados, o que pode explicar as reclamações sobre o aumento de preços. Observou-se também que as mulheres consomem mais frutas e verduras do que os homens, especialmente nas classes mais pobres. Esse fator pode ser explicado por um possível comportamento sexista nas classes de baixa renda, que associa uma dieta rica em frutas e verduras aos hábitos alimentares das mulheres. Além disso, o aumento do tempo em casa estimulou a adesão a aplicativos de entrega de alimentos, nos quais predominam opções não saudáveis. Além disso, constatamos um aumento no consumo de doces, biscoitos e lanches não saudáveis, acompanhado pela diminuição da prática de atividades físicas e pelo ganho de peso durante a pandemia. Por fim, é importante ressaltar o papel fundamental da conscientização popular sobre a importância de hábitos alimentares saudáveis e o combate à cultura do desperdício alimentar.

REFERÊNCIAS

BONI, R. B. de. "Web surveys in the time of COVID-19", **Cadernos de Saude Publica**, v. 36, n. 7, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00155820. .

CANO, A., ALBACETE, M., QUESADA, C. "Inseguridad alimentaria en tiempos de COVID-19: Evidencia de ocho territorios latinoamericanos.", **Análisis de Coyuntura COVID-19 en América Latina**, v. 2, n. 16, p. 1–15, 2021. .

CEQUEA, M. M., NEYRA, J. M. V., SCHMITT, V. G. H., *et al.* "Household food consumption and wastage during the covid-19 pandemic outbreak: A comparison between peru and brazil", **Sustainability (Switzerland)**, v. 13, n. 14, 2021. DOI: 10.3390/su13147583. .

FAO. **Panorama de la Seguridad Alienntaria y Nutricion en America Latina Y el Caribe**. [S.l: s.n.], 2020.

FAO, ECLAC. "Food systems and COVID-19 in Latin America and the Caribbean: Food consumption patterns and malnutrition", **IDS Bulletin**, v. 52, n. 1, p. 73–94, 2020. .

HAYS, R. D., LIU, H., KAPTEYN, A. "Use of Internet panels to conduct surveys", **Behavior Research Methods**, v. 47, n. 3, p. 685–690, 2015. DOI: 10.3758/s13428-015-0617-9. .

VEDOVATO, G. M., TRUDE, A. C. B., KHARMATS, A. Y., *et al.* "Degree of food processing of household acquisition patterns in a Brazilian urban area is related to food buying preferences and perceived food environment", **Appetite**, v. 87, p. 296–302, 2015. DOI: 10.1016/j.appet.2014.12.229. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1016/j.appet.2014.12.229.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

LEI ESTADUAL DE INCENTIVO À CULTURA: ANALISANDO O FOMENTO À ECONOMIA CRIATIVA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Bruno Jeronymo Macêdo da Silva

Resumo: Este trabalho analisa a implementação e os impactos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro no fomento à cultura e economia criativa. Através de uma análise de dados quantitativos e qualitativos, incluindo entrevistas com participantes do processo de formação de políticas culturais, o estudo examina a distribuição de recursos, os desafios enfrentados pelos proponentes e as percepções sobre a eficácia da lei. Os resultados indicam um crescimento substancial no financiamento cultural entre 2020 e 2024, mas também revelam disparidades na distribuição geográfica dos projetos e dificuldades no processo de captação de recursos. O trabalho conclui destacando a importância da lei para o setor cultural fluminense, ao mesmo tempo em que aponta para necessidades de aprimoramento na sua implementação e na capacitação dos agentes culturais.

Abstract: This paper analyzes the implementation and impacts of the Rio de Janeiro State Cultural Incentive Law on the promotion of culture and the creative economy. Through a quantitative and qualitative data analysis, including interviews with participants in the cultural policy-making process, the study examines resource distribution, the challenges faced by applicants, and perceptions of the law's effectiveness. The findings indicate substantial growth in cultural funding between 2020 and 2024, but also reveal disparities in the geographic distribution of projects and difficulties in the fundraising process. The paper concludes by highlighting the law's importance for Rio de Janeiro's cultural sector while pointing out the need for improvements in its implementation and in the training of cultural agents.

Resumen: Este trabajo analiza la implementación y los impactos de la Ley Estatal de Incentivo a la Cultura de Río de Janeiro en la promoción de la cultura y la economía creativa. A través de un análisis de datos cuantitativos y cualitativos, incluyendo entrevistas con participantes en el proceso de formulación de políticas culturales, el estudio examina la distribución de recursos, los desafíos enfrentados por los proponentes y las percepciones sobre la eficacia de la ley. Los resultados indican un crecimiento sustancial en la financiación cultural entre 2020 y 2024, pero también revelan disparidades en la distribución geográfica de los proyectos y dificultades en el proceso de captación de recursos. El trabajo concluye destacando la importancia de la ley para el sector cultural fluminense, al tiempo que señala la necesidad de mejorar su implementación y la capacitación de los agentes culturales.

INTRODUÇÃO

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, instituída pela Lei nº 7.035 de 2015 e regulamentada pela Lei nº 8.266 de 2018, representa um importante mecanismo de fomento à produção cultural no estado. Este estudo se propõe a analisar sua implementação e impactos no período de 2020 a 2024, com foco na distribuição de recursos, desafios enfrentados pelos produtores culturais e percepções dos agentes envolvidos.

O Rio de Janeiro, reconhecido internacionalmente por sua efervescência cultural, enfrenta o desafio de equilibrar a preservação de suas tradições com o incentivo à inovação no

[1] Bruno Jeronymo Macêdo da Silva, Mestrando em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo PPHPBC do FGV CPDOC, bruno.macedo@fgv.br.

campo das artes e da economia criativa. Neste contexto, a lei de incentivo desempenha um papel crucial, permitindo que empresas contribuintes de ICMS direcionem parte de seus impostos para o financiamento de projetos culturais.

Este trabalho se justifica pela necessidade de compreender a eficácia desse mecanismo de financiamento, identificar possíveis gargalos em sua implementação e propor melhorias que possam beneficiar o ecossistema cultural fluminense como um todo.

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia empregada neste estudo combinou análise documental, levantamento de dados quantitativos e pesquisa qualitativa. Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica sobre políticas culturais e leis de incentivo no Brasil. Em seguida, foram coletados e analisados dados disponibilizados pela Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC RJ) referentes aos projetos aprovados e financiados entre 2020 e o primeiro semestre de 2024.

Para complementar a análise quantitativa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito agentes do setor cultural, incluindo produtores culturais e especialistas em políticas culturais. As entrevistas foram conduzidas remotamente, gravadas com consentimento dos participantes e posteriormente transcritas para análise.

Os dados quantitativos foram processados e analisados utilizando ferramentas de planilha eletrônica e visualização de dados, resultando na criação de um banco de dados estruturado disponibilizado através da plataforma Looker Studio, que pode ser livremente acessada em: https://lookerstudio.google.com/reporting/dc1700a7-eeb4-4743-97cd-e8ac13d1dc14

RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise dos dados revelou um crescimento significativo no volume de recursos destinados a projetos culturais através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura. O valor total da renúncia fiscal passou de R$ 81,5 milhões em 2020 para R$ 140,6 milhões em 2023, com uma projeção de aumento substancial para 2024 baseada nos dados do primeiro semestre.

ANO	VALOR INCENTIVADO	DESTINAÇÃO AO FEC	TOTAL DA RENÚNCIA FISCAL
2020	67.982.602,57	13.596.520,51	81.579.123,09
2021	114.136.029,55	22.827.205,91	136.963.235,46
2022	116.009.472,37	23.201.894,47	139.211.366,84
2023	117.170.246,90	23.433.765,39	140.604.296,25
2024	81.283.287,97	16.856.657,59	101.139.945,56
TOTAL	496.581.639,36	99.916.043,88	599.497.967,20

Figura 1: Representação histórica de totais obtidos pelo setor cultural através de renúncia fiscal
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados apresentados pela Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC RJ)

[1] Bruno Jeronymo Macêdo da Silva, Mestrando em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo PPHPBC do FGV CPDOC, bruno.macedo@fgv.br.

Observou-se uma concentração de projetos na região metropolitana do Rio de Janeiro, especialmente na capital, que foi mencionada em 250 projetos no período analisado. Esta distribuição geográfica desigual foi corroborada pelas entrevistas, nas quais produtores culturais e especialistas apontaram a necessidade de maior descentralização dos recursos.

As entrevistas também revelaram desafios significativos enfrentados pelos produtores culturais, principalmente no que diz respeito à burocracia no processo de submissão de projetos e dificuldades na captação de recursos junto às empresas. Alguns dos entrevistados mencionaram a falta de transparência no processo de avaliação e a necessidade de maior apoio da SECEC RJ na fase de captação de recursos.

Um ponto de consenso entre os entrevistados foi a importância da lei para o fomento da cultura no estado, apesar das críticas à sua implementação. A pesquisadora Lia Calabre, em particular, destacou o papel da lei na promoção da diversidade cultural e na sustentabilidade do setor, ao mesmo tempo em que apontou a necessidade de políticas complementares de financiamento direto.

A análise dos dados por segmento cultural mostrou uma predominância de projetos nas áreas de Música e Dança, seguidos por Teatro e Circo, conforme apresentado nas figuras 2 e 3, que apresentam dados dos anos de 2020 e 2024.1, que representa o primeiro semestre, respectivamente. Esta distribuição levanta questões sobre a necessidade de políticas específicas para fomentar segmentos menos representados.

SEGMENTO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DA RENÚNCIA
Acervo e Patrimônio Histórico-Cultural	3	5.323.764,00
Artes integradas	1	33.600,00
Artes Plásticas e Artesanais	9	5.631.240,00
Cinema, Vídeo e Fotografia	13	13.625.843,40
Folclore e Ecologia	2	1.432.213,91
Gastronomia	1	840.000,00
Informação e Documentação	2	1.968.000,00
Literatura, com prioridade à Língua Portuguesa	3	2.236.497,60
Música e Dança	24	30.266.230,17
Teatro e Circo	28	20.221.734,00
TOTAL	86	81.579.123,09

Figura 2: Projetos por seguimento no ano de 2020

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados apresentados pela Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC RJ)

SEGMENTO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL DA RENÚNCIA
Acervo e Patrimônio Histórico-Cultural	5	8.966.683,20
Artes Plásticas e Artesanais	6	6.695.689,20
Cinema, Vídeo e Fotografia	2	4.500.000,00
Folclore e Ecologia	6	3.200.400,00
Gastronomia	2	2.399.280,00
Informação e Documentação	1	2.760.000,00
Literatura, com prioridade à Língua Portuguesa	3	7.080.000,00
Música e Dança	25	52.617.233,12
Teatro e Circo	9	12.920.660,04
TOTAL	59	101.139.945,56

[1] Bruno Jeronymo Macêdo da Silva, Mestrando em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo PPHPBC do FGV CPDOC, bruno.macedo@fgv.br.

Figura 8: Projetos por seguimento no ano de 2024.1
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados apresentados pela Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SECEC RJ)

CONCLUSÃO

A Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro tem desempenhado um papel fundamental no fomento à cultura e economia criativa do estado, com um aumento significativo no volume de recursos disponibilizados entre 2020 e 2024. No entanto, os resultados deste estudo apontam para desafios importantes que precisam ser endereçados para maximizar o impacto da lei.

A concentração geográfica dos projetos na região metropolitana indica a necessidade de políticas mais efetivas de interiorização e democratização do acesso aos recursos. Além disso, a burocracia e as dificuldades no processo de captação surgem como obstáculos significativos, especialmente para produtores culturais de menor porte.

É sugerido, portanto, que a SECEC RJ considere medidas para simplificar o processo de submissão de projetos, ofereça maior suporte na fase de captação e a implementação de mecanismos mais transparentes de avaliação dos projetos. Adicionalmente, sugere-se a criação e aperfeiçoamento de programas de capacitação para produtores culturais, visando ampliar o acesso à lei e melhorar a qualidade dos projetos submetidos.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem a análise do impacto econômico e social dos projetos financiados, bem como investiguem estratégias para uma distribuição mais equitativa dos recursos entre diferentes segmentos culturais e regiões do estado.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, I. et al. Dimensões da cultura: Políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Sesc, 2016.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015. Dispõe sobre a Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 08 jul. 2015.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 8.266, de 26 de dezembro de 2018. Altera a Lei nº 7.035, de 07 de julho de 2015. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 27 dez. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO RIO DE JANEIRO. Dados sobre projetos culturais incentivados. Disponível em: http://cultura.rj.gov.br/lei-de-incentivo-a-cultura/. Acesso em: 17 set. 2023.

AGRADECIMENTOS

[1] Bruno Jeronymo Macêdo da Silva, Mestrando em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo PPHPBC do FGV CPDOC, bruno.macedo@fgv.br.

Agradeço imensamente!

À minha família, pelo carinho, amor, paciência e compreensão; aos verdadeiros amigos, que nunca abandonam e compreendem a importância das batalhas; à comunidade do FGV CPDOC (Escola de Ciências Sociais e Escola de Relações Internacionais), por proporcionar uma jornada de aprendizado contínuo.

E a todos:

O caminho se constrói caminhando, então, comece antes de estar totalmente pronto!

[1] Bruno Jeronymo Macêdo da Silva, Mestrando em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo PPHPBC do FGV CPDOC, bruno.macedo@fgv.br.

POLÍTICAS CULTURAIS E DE MEMÓRIA PARA A CAPOEIRA NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS - RJ

Gabriel da Silva Vidal Cid[1]
Alexandre dos Santos Marques[2]
Antônio Augusto Braz[3]
Luís Carlos Terras Maciel[4]
Marcelo Cardoso da Costa[5]

Resumo:

A comunicação apresenta um balanço das políticas culturais e de memória recentes para a capoeira, no município de Duque de Caxias - RJ. Atentando para desdobramentos das políticas nacionais, somadas às políticas locais, é possível perceber o protagonismo de personalidades, instituições e grupos ligados à capoeira, bem como intercâmbios no território fluminense. Com o passar dos anos, já é possível avaliarmos a gestão, continuidades, descontinuidades, limites e avanços na realidade da capoeira local, na organização de uma rede que envolve capoeiristas, gestores e pesquisadores. Na encruzilhada entre a história, a memória e a narrativa, o levantamento de informações foi produzido a partir de relatos de técnicos, gestores, pesquisadores e capoeiristas participantes das políticas em questão.

Palavras-chave: Capoeira; Política Cultural; Baixada Fluminense; Duque de Caxias; Território.

Abstract:

The paper presents an overview of recent cultural and memory policies for capoeira in the municipality of Duque de Caxias - RJ. By looking at the developments of national policies, in addition to local policies, it is possible to perceive the leading role of personalities, institutions and groups linked to capoeira, as well as exchanges in the state of Rio de Janeiro. Over the years, it is now possible to evaluate the management,

[1] Gabriel da Silva Vidal Cid, bolsista FAPERJ na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: gabrielsvcid@gmail.com.
[2] Alexandre dos Santos Marques, Associação de Professores Pesquisadores de História da Baixada Fluminense. E-mail: alxmarquess@gmail.com
[3] Antônio Augusto Braz, Museu Vivo do São Bento. E-mail: augusto.museuvivo@gmail.com
[4] Luís Carlos Terras Maciel, Museu Vivo da Capoeira. E-mail: lulacapoeira.rio@gmail.com
[5] Marcelo Cardoso da Costa. Instituto Federal do Rio de Janeiro - Campus Duque de Caxias (IFRJ-CDuC). E-mail: marcelo.costa@ifrj.edu.br

continuities, discontinuities, limits and advances in the reality of local capoeira, in the organization of a network that involves capoeiristas, managers and researchers. At the crossroads between history, memory and narrative, the information survey was produced based on reports from technicians, managers, researchers and capoeiristas participating in the policies in question.

Keyword: Capoeira; Cultural Policy; Baixada Fluminense; Duque de Caxias; Territory

Resumen:
La comunicación presenta un panorama de las políticas culturales y de memoria recientes para la capoeira, en el municipio de Duque de Caxias - RJ. Atendiendo a la evolución de las políticas nacionales, además de las políticas locales, es posible percibir el papel protagónico de personalidades, instituciones y grupos vinculados a la capoeira, así como los intercambios en el territorio de Río de Janeiro. A lo largo de los años, hoy es posible evaluar la gestión, las continuidades, las discontinuidades, los límites y los avances de la realidad de la capoeira local, en la organización de una red que involucra a capoeiristas, gestores e investigadores. En el cruce entre historia, memoria y narrativa, la recolección de información se produjo a partir de informes de técnicos, gestores, investigadores y capoeiristas participantes de las políticas en cuestión.

Palabras Clave: Capoeira; Política Cultural; Baixada Fluminense; Duque de Caxias; Territorio

Resumo expandido:

A comunicação apresenta desdobramentos no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, de políticas que têm início no Ministério da Cultura, no período pós-2003, destinadas à capoeira, com atenção ao protagonismo de atores do universo da capoeira, gestores e pesquisadores. Buscamos um mapeamento das políticas e uma reflexão sobre este passado recente. Os autores fizeram parte de algumas dessas ações, atuando como como pesquisadores, gestores e praticantes. As informações utilizadas para a comunicação vêm desta experiência do contato entre instituições locais.

A capoeira é uma prática afrodiaspórica, criada por africanos e seus descendentes no Brasil. Foi perseguida durante o Império, duramente reprimida nos

primeiros anos do período republicano. Associada ao esporte e ao folclore nacional, foi descriminalizada, criando estilos e organizações próprias ao longo do século XX. A despeito da perseguição ou desatenção, a capoeira cresceu vertiginosamente, em muitas cidades, com expansão internacional.

No período pós-2003, no âmbito do governo federal, a capoeira é valorizada no fortalecimento do Ministério da Cultura (MinC), na gestão Gilberto Gil. Gil, em 2004, anunciou o lançamento do *Programa Brasileiro e Internacional para a Capoeira*. A partir desse momento é possível ler uma agenda do MinC: *Programa Capoeira Viva*, em 2006 e 2007; o *Inventário para o Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Imaterial do Brasi*l, em 2006; o *Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira, em 2010*; e as ações subsequentes ao registro da capoeira como patrimônio cultural, em 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Após o Registro, efetivamente as ações de salvaguarda iniciam com o *Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Programa Pró-Capoeira*, na criação em diferentes estados de coletivos chamados de Conselho de Mestres da Capoeira, e a candidatura como patrimônio cultural da humanidade encaminhada à UNESCO. Essas ações são resultados do edital de *Apoio à Formulação e implantação do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira – Pró-Capoeira*, lançado em 2010. Ocorreram encontros nas cidades de Recife e Rio de Janeiro, a realização do Cadastro Nacional da Capoeira, e o *Edital Viva Meu Mestre* .

No esteio dos desdobramentos dessas ações, no município de Duque de Caxias, houve uma articulação entre a Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho Municipal de Cultura, o Ponto de Cultura Lira de Ouro e a Ação Griô Nacional, tendo como principal resultado a identificação e registro dos Mestres e dos grupos que atuam na cidade. Houve uma tentativa de mapeamento da presença dos capoeiristas na cidade e facilitação de sua inserção nas políticas em curso no MinC, além de atividades em escolas, espaços culturais e espaços públicos. Um dos resultados desse primeiro esforço, foi o apoio ao Mestre Barbosa, um dos vencedores do prêmio *Viva Meu Mestre* .

Em 2005, foi realizado um inventário da capoeira, visando produzir subsídios para situar a capoeira local no cenário nacional. O inventário identificou 120 mestres de Duque de Caxias. Muitos oriundos da tradicional Roda de Capoeira de Caxias. Identificou-se 27 mestres de capoeira atuando na cidade e cerca de 7 mil praticantes. A organização destas informações trouxe força política para discutir em diferentes

situações sobre a valorização dos mestres. Cinco mestres receberam recursos para atuar junto às estudantes normalistas em projeto denominado *Menina quem foi teu mestre*. Outro resultado foi a criação da *Liga Municipal de Capoeira*.

Essas ações foram fundamentais para aproximar a tradição da capoeira de gestores e instituições como o Museu Vivo do São Bento (MVSB) e a Associação de Professores Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPH-Clio), com a realização de uma série de eventos ao longo dos anos de 2009 e 2011. A partir das ações da APPH-Clio foi criado um grupo de pesquisa sobre a capoeira na Baixada Fluminense, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - Campus Duque de Caxias (CDuC). Os objetivos caminhavam em duas frentes: dar continuidade ao inventário; e um trabalho de história oral com os praticantes da capoeira. O projeto buscava produzir conhecimento, divulgando informações e eventos, colaborando com os capoeiristas na participação em editais de fomento, no contexto de execução da Lei Aldir Blanc. Esse esforço coincidiu com o surgimento do Museu Vivo da Capoeira (MVC). Criado em setembro de 2021, em Nova Campinas, terceiro distrito de Duque de Caxias, sendo um centro de referência, composto por capoeiristas e colaboradores. O MVC ampliou as parcerias e fortaleceu políticas que trouxeram visibilidade e protagonismo, de modo que foi organizado o *II Seminário Caxias tem ginga: memória e história da capoeira em Duque de Caxias*, realizado no MVSB e no MVC, em junho de 2022. A rede criada em torno do MVC tornou-se uma estratégia para a participação nos editais da Lei Aldir Blanc, de 2019.

Na continuidade do projeto no IFRJ foram desenvolvidas atividades de pesquisa e extensão. Em um desses projetos, realizou-se o *III Seminário Caxias tem ginga: memória e história da capoeira em Duque de Caxias*. Este, em parceria também com o Museu Afrodigital Rio de Janeiro, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, se constituiu no formato de caminhadas e depoimentos na área central de Duque de Caxias. Havia o objetivo de mapear os lugares de referência da memória capoeira na cidade.

É possível percebermos impactos positivos nos desdobramentos das políticas de fomento nacionais no município de Duque de Caxias que, em seu processo de desenvolvimento da capoeira, deixa transparecer intercâmbios, sociabilidades e "trânsito" territorial das suas práticas. Pretendemos com essa comunicação sistematizar e relatar algumas das políticas implementadas e resultados, no sentido de colaborar com a memória e fortalecimento das mesmas. Visamos mapear a participação de diferentes

atores e instituições no fazer dessas políticas, trazendo visibilidade, recursos e espaços para atuação. Como um segundo objetivo, vimos a necessidade de reflexão sobre a aproximação entre capoeiristas, estudiosos e gestores do campo da cultura. Entendemos que a criação de redes envolvendo esses atores, como observada em Duque de Caxias, pode ser lida como um exemplo de sucesso, onde mestres participaram de projetos, atuaram em espaços culturais e escolares, sendo (re)conhecidos seus saberes e práticas.

Referências Bibliográficas

APPH-CLIO. **Os capoeiras e a capoeiragem em Duque de Caxias**: história e memória. Facebook, 01 jul. 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/100009691270129/videos/1229604750705889. Acesso em: 10 dez. 2022;

BRAZ, A. A.. Depoimento [06 fev. 2023]. Entrevistador: Marcelo Cardoso Costa. Duque de Caxias: IFRJ / CDuC. 2023. Gravação MP3 sonoro. Entrevista concedida ao projeto "A capoeira na Baixada Fluminense: memória e narrativas dos seus mestres" do IFRJ / CduC, [s. p.].;

CID, G S. V.. **A memória como projeto**: avanços e limites do processo de patrimonialização da capoeira. Tese. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

CID, G.. S. V.; COSTA, M. C. Capoeira e o direito à memória nas políticas culturais recentes no Brasil. In: **III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural**: Patrimônio, Resistência e Direitos, 2021, Fortaleza. Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural. Fortaleza: ANPUH/UFC, 2022. p.568-581.

MARQUES, A. S.; FILHO, G. C. **A trajetória da capoeira em Duque de Caxias**. Revista Pilares da História, Duque de Caxias, ano 10, edição especial, p.79- 90, nov. 2011.

MACIEL, L. C. T.. Depoimento [06 fev. 2023]. Entrevistador: Marcelo Cardoso Costa. Duque de Caxias: IFRJ / CDuC. 2023. Gravação MP3 sonoro. Entrevista concedida ao projeto "A capoeira na Baixada Fluminense: memória e narrativas dos seus mestres" do IFRJ / CDuC, [s. p.].

RIO DE JANEIRO: PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E REPARAÇÃO

Ana Paula Alves Fernandes[1]
Gabriel da Silva Vidal Cid[2]

Resumo: No Brasil e no mundo, uma série de questionamentos sobre a escrita de uma história oficial coloca à prova os monumentos da cultura. Através da identificação de alguns lugares de "memória difíceis" – entendidas como as memórias traumáticas e controversas, relacionadas a grupos marginalizados –, nossa comunicação busca chamar a atenção para o apagamento na esfera pública, de uma importante parcela da história cultural do estado do Rio de janeiro. Reparação; Memória coletiva; Memórias difíceis; Rio de janeiro; Cultura.

Abstract: In Brazil and around the world, a series of questions about the writing of official history is putting the monuments of culture to the test. By identifying some places of "difficult memory" - understood as traumatic and controversial memories related to marginalized groups - our communication seeks to draw attention to the erasure in the public sphere of an important part of the cultural history of the state of Rio de Janeiro. Reparation; Collective memory; Difficult memories; Rio de Janeiro; Culture.

Resumen: En Brasil y en todo el mundo, una serie de interrogantes sobre la escritura de la historia oficial está poniendo a prueba los monumentos de la cultura. Al identificar algunos lugares de «memoria difícil» -entendida como memoria traumática y controvertida relacionada con grupos marginados-, nuestra comunicación pretende llamar la atención sobre el borrado en la esfera pública de una parte importante de la historia cultural del estado de Río de Janeiro. Reparación; Memoria colectiva; Memorias difíciles; Río de Janeiro; Cultura.

Resumo expandido:

O sociólogo Maurice Halbwachs (1994; 2006), procurando seguir os passos de Émile Durkheim, notabilizou-se, ainda nas primeiras décadas do século XX, por mostrar que as memórias de fatos passados não eram meramente individuais e se fortaleciam e adquiriam narrativas mais estáveis a partir de sua formação por grupos sociais . O autor, responsável pelo termo memória coletiva, flexibilizou o positivismo de Durkheim, e defendeu a distinção entre memória coletiva e história, separação que foi acompanhada pelos historiadores da época. Para o autor, a memória, embora percebida como atributo individual, seria sempre resultado das interações sociais a partir

[1]Ana Paula Alves Fernandes, bolsista FAPERJ e pós-doutoranda do grupo de pesquisa Arte, cultura e poder (PPCIS/UERJ) lanalobel@gmail.com

[2]Gabriel da Silva Vidal Cid, bolsista FAPERJ na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro gabrielsvcid@gmail.com.

da adesão afetiva do grupo. Além de seu aspecto individual, a instabilidade da memória, que se reproduz em grupos tradicionais, tem sido a tônica de diversos estudos contemporâneos.

Há, de fato, uma explosão da temática da memória coletiva nas últimas décadas do século XX, relacionadas à pluralidade e à aceleração do tempo, características das sociedades dinâmicas e individualistas dos tempos atuais (Santos, 2014). Concomitantemente à dissolução de círculos tradicionais, observa-se o recrudescimento do sentimento de insegurança sobre a possibilidade de preservação do passado (Santos, 1993). Esta tem sido a tônica das preocupações da UNESCO na formulação das políticas de patrimônio material e imaterial. Os alemães Jan Assmann (2008) e Aleida Assmann (2011) trabalham com a diferença entre memória de curto prazo, reproduzida entre gerações, e memória cultural, com duração bem mais longa (Assmann, A., 2011). Segundo a professora de estudos literários, a memória associada a locais e suportes culturais adquire permanência ao longo do tempo e ultrapassa a memória restrita a algumas gerações. Seja ela individual ou coletiva, a memória necessita, então, de suportes materiais e imateriais para que as lembranças de um grupo ou nação não caiam no esquecimento.

Com a entrada na modernidade, a "História", com letra maiúscula, passou a ser definida como ciência objetiva e neutra, enquanto a memória permaneceu associada à capacidade de resgatar eventos do passado a partir de critérios pessoais e de interesses coletivos. Contudo, estudos mais recentes desconstruíram essa dicotomia. A construção da história não é única, mas feita a partir de critérios de investigação, ainda que não absolutos, oriundos das relações de poder, que estão presentes nos diversos campos do saber, como também de sua encenação no espaço público. Há um processo contínuo de escrita e reescrita da história que segue os caminhos das disputas e das memórias coletivas constituídas dentro e fora dos círculos acadêmicos. Diversas contribuições teóricas nos ajudam a compreender os limites e entrelaçamentos de conceitos como história e memória, bem como a noção de tempo histórico. A elaboração da história, assim como a reconstrução do passado pela memória são processos contínuos que não implicam necessariamente em apagamento de eventos passados.

Em *Teses sobre o Conceito de História*, de 1940, Walter Benjamin acusou os documentos da cultura de serem resultado da barbárie. Para o autor, o que encontramos

no tempo presente são as marcas dos vencedores deixadas para as gerações subseqüentes. Os que foram vencidos não tiveram voz, foram silenciados, e seus registros, apagados da história. Podemos, contudo, ampliar a dinâmica entre vencedores e vencidos para diversas formas de dominação e conflito, entre elas, racismo e misoginia, que ocorrem em enorme gama de formas de governo presente na contemporaneidade.Para o sociólogo Michael Pollak (1989), criador do termo "memórias subterrâneas", as memórias dos excluídos, dos marginalizados e das minorias podem sobreviver e se manter em constante tensão com a memória oficial da nação. Sob repressão direta do Estado, pode acontecer o silêncio sobre o passado, o que não implica o apagamento da história ou na existência de uma sociedade civil impotente. Nessa leitura, lembranças dissidentes podem continuar a ser reproduzidas em redes familiares e de amizades.

Nos dias atuais, a separação entre memória coletiva e história dificilmente encontra sua pertinência. A história pode ser escrita a partir das memórias e dos lugares de memória, como apresentada na coleção reunida pelo historiador Pierre Nora (1984; 1986; 1992). O historiador Benedict Anderson (2008), em livro que hoje é uma referência, questionando a escrita científica da História, procurou mostrar como a formação das histórias oficiais depende de relações de poder e de processos culturais que envolvem a reiteração das narrativas por comunidades ampliadas . Assim, a celebração de fatos e personagens da história como sendo a "História" reitera o apagamento do que não foi celebrado. A criação de um monumento é a tentativa de formar uma história única em torno de um mito, silenciando com ele os conflitos do passado.

Quando caminhamos pela cidade, raramente prestamos atenção aos monumentos, memoriais, nomes de prédios públicos, bem como de avenidas, viadutos e pontes. Estátuas e monumentos se confundem com a natureza e se tornam invisíveis; No entanto, os lugares por que passamos em nossas trajetórias diárias não são neutros como parecem; eles nos ajudam a lembrar e atualizar o passado. Além disso, desempenham um papel importante na construção de quem somos e em nossa compreensão do mundo; promovem valores, noções de justiça e de cidadania. Todo esse conjunto de símbolos e significados fará parte de nossa infância, de emoções que nos constitui. Podemos ressignificar o sentido desses nomes mais tarde, mas há um fator memorial e afetivo que

permanece. Memórias são pessoais e coletivas, e, nesse imbricamento, situa-se nosso processo de inserção no mundo.

Em diversos países, a profusão de monumentos homenageando ditadores, colonizadores e figuras históricas controversas nas cidades têm sido pichados, derrubados e negados contemporaneamente por movimentos sociais e políticos. Parte da população começa a rejeitar homenagens feitas no passado a heróis que foram consagrados por histórias oficiais, ignorando a violência perpetrada por eles no passado. A mudança de signos no espaço público é um processo contínuo, ela ocorre quando percepções políticas em relação ao passado se modificam. Também no Brasil, a história oficial tem sido objeto de contestação. No dia 24 de julho de 2021, em São Paulo, ativistas queimaram pneus ao redor da estátua do bandeirante Borba Gato, criando intenso debate no espaço público. O aprisionamento, escravização e extermínio de povos indígenas e quilombolas são práticas que deixam de ser naturalizadas como o mal necessário (Monteiro, 1994).

Os exemplos de violência e opressão no Rio de Janeiro são vários, e, embora estejam presentes desde as guerras coloniais de conquista, nem sempre estão aparentes. O cânone atua no ocultamento das diferentes marcas de poder e opressão que atingiram os grupos mais vulneráveis, apresentando uma ordem pacificada, a qual, no entanto, subjuga populações inteiras e suas mais variadas formas de expressão. Vencedores registram sua versão dos fatos em suportes da memória, que podem ser hábitos, costumes, tradições, documentos, filmes e livros, mas também na história oficializada, que está presente em monumentos, memoriais e nomes de prédios e ruas.

O censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indica que no estado do Rio de Janeiro a população de pessoas pretas e pardas soma a maioria da população, com 49% (respectivamente 12,1% e 36,9%), enquanto os brancos 47,4%. No entanto, a história narrada em equipamentos e suportes de memória não condiz minimamente com a proporcionalidade da população africana e de seus descendentes. A valorização do patrimônio colonial é ainda preponderante. O objetivo da nossa comunicação é apresentar algumas iniciativas de trato de memórias das populações negras que estiveram à margem de direitos e dos discursos institucionais. Buscaremos destacar bens que podem ser lidos como suportes de memória dos africanos em diáspora. Em cenário extremamente desfavorável, estas pessoas foram capazes de

transmitir memórias, saberes e, com imensa criatividade reinventaram formas de viver em meio a violências e injustiças. Essas memórias inscritas em suportes materiais e imateriais precisam estar presentes nos imaginários coletivos da história do Brasil. Afinal, a lembrança, quando acompanhada de reflexão e debate, pode evitar a repetição dos erros do passado e contribuir para a construção de um estado menos desigual, violento e injusto.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict**. Comunidades Imaginadas:** Reflexões sobre a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação:** Formas e Transformações da Memória Cultural. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar. (eds.). **Cultural memory studies:**an international and interdisciplinary handbook, pp. 109-118, Berlin; New York: De Gruyter, 2008.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História.** Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, p. 74, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.**São Paulo: Centauro, 2006 (1950).

HALBWACHS, Maurice. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire.** Paris: Albin Michel, 1994 (1925).

NORA, P. (ed.) **Les Lieux de Mémoire.** La République.1; La Nation.2; Les France.3. Paris: Éd. Gallimard, 1984; 1986; 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3): 3-15, 1989.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **O pesadelo da amnésia coletiva.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23: 16-32, 1993.

Agradecimentos

Agradecemos imensamente à nossa querida amiga e orientadora, Myrian Sepulveda dos Santos (*in memoriam*), pela parceria nos trabalhos e imersão no tema de pesquisa da memória como um objeto sociológico. Este trabalho se inscreve no prolongamento da temática do livro *Lugares de Memórias Difíceis no Rio de Janeiro*, lançado em agosto de 2024 pela editora Mórula.

TRADIÇÃO DE VIOLÊNCIA NO TERRITÓRIO FICCIONAL DE "PARADA DE DEUS"

Rogério Ribeiro Fernandes [1]
Ângelo Agostini Vincis [2]
Luiza Ribeiro das Graças Müller [3]

RESUMO

Análise da incidência de elementos de narrativas memorialísticas do Noroeste Fluminense e da Zona da Mata Mineira na obra ficcional da autora Maria Alice Barroso, em especial nos cinco livros que compõem o Ciclo de "Parada de Deus": Um Nome para Matar (1967), Quem matou Pacífico? (1969), O Globo da Morte: Divino das Flores (1981), A Saga do Cavalo Indomado (1988) e A morte do Presidente (1994). Essa proposta de análise, a ser concebida num território – aqui entendido conceitualmente como lugar das narrativas em conflito – notadamente marcado pelo apagamento da memória dos conflitos, tende não apenas a evidenciar uma suposta tradição de violência que subsiste na narrativa memorialística e ficcional da região, mas também a reiterar como as disputas narrativas, com seus diferentes lugares de fala, são essenciais para a construção da memória coletiva e da identidade local da fronteira entre o Noroeste Fluminense e a Zona da Mata Mineira.
Palavras-Chave: Maria Alice Barroso; Ciclo de Parada de Deus; Tradição de Violência; Noroeste Fluminense.

ABSTRACT

Analysis of the incidence of elements of memorial narratives from Noroeste Fluminense and Zona da Mata Mineira in the fictional work of author Maria Alice Barroso, especially in the five books that make up the "Parada de Deus" Cycle: Um Nome para Matar (1967), Who killed Pacifico? (1969), The Globe of Death: Divine of Flowers (1981), The Saga of the Untamed Horse (1988) and The Death of the President (1994). This proposed analysis, to be conceived in a territory – here conceptually understood as a place of conflicting narratives – notably marked by the erasure of the memory of conflicts, tends not only to highlight a supposed tradition of violence that subsists in the memorialistic and fictional narrative of the region, but also to reiterate how narrative disputes, with their different places of speech, are essential for the construction of collective memory and local identity on the border between the Northwest of Fluminense and the Zona da Mata Mineira.
Keywords: Maria Alice Barroso; God Stop Cycle; Tradition of Violence; Northwest Fluminense.

1 Rogério Ribeiro Fernandes, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Itaperuna, ribeiro@iff.edu.br.
2 Ângelo Agostini Vincis, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Itaperuna, angeloagostinivincis@gmail.com
3 Luiza Ribeiro das Graças Müller, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Itaperuna, luiz4.ribeir000@gmail.com

RESUMEN

Análisis de la incidencia de elementos de narrativas conmemorativas del Noroeste Fluminense y de la Zona da Mata Mineira en la obra de ficción de la autora Maria Alice Barroso, especialmente en los cinco libros que componen el Ciclo "Parada de Deus": Um Nome para Matar (1967) , ¿Quién mató a Pacífico? (1969), El globo de la muerte: divina de las flores (1981), La saga del caballo indomable (1988) y La muerte del presidente (1994). Este análisis propuesto, al ser concebido en un territorio – aquí conceptualmente entendido como un lugar de narrativas conflictivas – notablemente marcado por el borrado de la memoria de los conflictos, tiende no sólo a resaltar una supuesta tradición de violencia que subsiste en la narrativa memorialística y ficcional de la región, pero también para reiterar cómo las disputas narrativas, con sus diferentes lugares de discurso, son esenciales para la construcción de la memoria colectiva y la identidad local en la frontera entre el Noroeste Fluminense y la Zona da Mata Mineira.
Palabras clave: Maria Alicia Barroso; Dios detiene el ciclo; Tradición de Violencia; Noroeste Fluminense.

INTRODUÇÃO

Durante décadas, a narrativa tradicional das histórias locais do Noroeste Fluminense, materializada em relatos já consagrados de memorialistas como HENRIQUES (1956) e BUSTAMANTE (s/d), padeceu de alguns vícios de origem da historiografia brasileira, contaminada desde sua gênese por uma abordagem eurocêntrica. Trata-se de uma narrativa que atribui um protagonismo superestimado ao homem branco que conquista o território e o coloniza, que explora as riquezas naturais, que "civiliza" a paisagem e o gentio, que estabelece regras de convívio e pune os desviantes, que acumula riqueza e poder, que faz com se acredite que são eles os vitoriosos por conta de sua determinação, de sua competência ou por providência divina. Mas, enquanto a historiografia brasileira já se libertou desses vícios e, com teoria e método científico, amadureceu e passou a ser uma crítica implacável de sua própria gênese, a narrativa das histórias locais do Noroeste Fluminense ainda ensaia uma postura autocrítica que aponte para um outro olhar sobre as histórias locais que, entre outras coisas, possa contemplar a trajetória de trabalhadores escravizados ou mesmo dos povos tradicionais. Esse tipo de situação não exclui que, pelo menos no plano da produção ficcional, com a obra da autora miracemense Maria Alice Barroso, as histórias locais possam ser narradas com o que a própria Maria Alice chama de tradição de violência, uma abertura em potencial para se pensar os conflitos, as disputas de narrativas sobre o território. E, por mais contraditório que possa parecer, essas narrativas são fundamentadas muito provavelmente nos mesmos memorialistas da história tradicional, ou mais especificamente em relatos quase residuais de suas obras que se notabilizam por deixarem interrogações e lacunas quando são lidos com um olhar mais crítico e atencioso. O projeto que aqui se apresenta é uma proposta de analisar todo esse conjunto de narrativas, com especial atenção para a memória da tradição de violência no ciclo de "Parada de Deus", de Maria Alice Barroso, relacionando-a com as trajetórias convergentes e profundamente violentas do Grupo da Morte – milícia de "justiceiros" que dizia fazer justiça com as próprias mãos, perseguindo e matando o que, aos seus olhos, pareciam ser "malfeitores" – e do Coronel Firmo de Araújo – ele próprio uma das inúmeras

vítimas do Grupo da Morte, que carregava consigo um passado de violências que não deixavam nada a desejar às cometidas pelos seus algoze. O cruzamento dessas narrativas potencializa a possibilidade de se pensar o território do Noroeste Fluminense, aqui acrescido da fronteira com a Zona da Mata Mineira, como lugar das narrativas em disputa que vão muito além de uma história tradicional monolítica, providencial, divinizada, sem conflitos.

MATERIAL E MÉTODOS

A etapa de revisão de literatura vem sendo feita. Os textos têm sido e continuarão sendo levantados em plataformas virtuais ou bibliotecas e, depois desse levantamento, serão selecionados os mais relevantes e adequados para a temática para serem lidos de modo sistemático. O levantamento de fontes também já foi iniciado e vai ser aprofundado com o desenvolvimento da pesquisa, em arquivos virtuais ou não. Os livros impressos de autoria de Maria Alice Barroso que compõem o Ciclo de "Parada de Deus" se encontram disponíveis na biblioteca privada do proponente do projeto e na biblioteca do IFFluminense *Campus* Itaperuna, o que possibilita a leitura por parte dos membros da equipe do projeto; os livros dos memorialistas também constam da biblioteca particular do proponente, que se predispõe a copiar e disponibilizar para a equipe os trechos que se fizerem necessários. O mesmo se pode dizer sobre livros de fundamentação teórica e/ou metodológica. Já os artigos se acham disponíveis no formato PDF em plataformas virtuais e devem ser impressos para facilitar consulta e manuseio por parte da equipe. As ações de orientação e de troca de experiências entre os membros da equipe serão realizadas quinzenalmente, de modo presencial ou utilizando ferramentas de trabalho remoto; quando se fizer necessários, essas mesmas ações podem ser efetivadas num prazo menor ou maior de tempo, de um modo que haja sempre o contato entre as pessoas e que o trabalho possa fluir como resultado de interações coletivas. A etapa propriamente de compilação e análise do material pesquisado seguirá os mesmos procedimentos e o artigo científico será redigido de modo colaborativo através de arquivo compartilhado de editor de texto. Cabe ressaltar que todo o material pesquisado, analisado e produzido deverá ser arquivado para que, num futuro próximo, possa servir de base para a produção de um etnodocumentário cuja narrativa seja, ao mesmo tempo, um relato de experiência dos trabalhos realizados pela equipe de pesquisa e também um mergulho territorializado na temática da tradição de violência na obra de Maria Alice e da região de fronteira entre o Noroeste Fluminense e a Zona da Mata Mineira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obra de Maria Alice Barroso, mesmo reconhecida num passado recente por seu valor literário, tem sido negligenciada nos últimos anos, a ponto de nenhum de seus livros constar do catálogo atualizado de editoras brasileiras e de seu nome ter caído no esquecimento por parte da crítica especializada e da mídia. Essa mesma obra, particularmente os cinco livros que compõem o chamado Ciclo de "Parada de Deus", é profundamente enraizada na região Noroeste Fluminense e traz na sua narrativa inúmeros elementos constitutivos da cultura e da história de uma região que, por sua vez, também tem sido negligenciada em sua especificidade. Considerando-se essas variáveis, não é difícil

entender que o presente projeto tem potencial para preencher lacunas que podem parecer circunstanciais, mas que na verdade não o são. O apagamento da memória da obra de Maria Alice parece ser mais um capítulo da longa trajetória de uma região do estado do Rio que é tradicionalmente relegada ao esquecimento.

Ainda no terreno das memórias apagadas, a história do Noroeste Fluminense parece a projeção em pequena escala de um dos vícios da história tradicional do Brasil ou mesmo da história do Ocidente: o eurocentrismo que superdimensiona a trajetória do colonizador e praticamente ignora a dos colonizados. Quando se lê os memorialistas locais, tende-se a acreditar, entre outras coisas, que neste território não houve escravidão e nunca habitaram povos originários, ou então que a colonização se deu por providência divina e sem conflitos. O protagonismo dessa história é sempre dos vencedores, nunca dos vencidos. Diante dessas outras variáveis, um projeto que se propõe a evidenciar os conflitos sob o viés daquilo que a própria Maria Alice chama de tradição de violência, ele vai na contramão dessa história tradicional e ajuda a resgatar a memória dos soterrados pelos memorialistas, nem que seja por identificá-los como parte integrante das relações conflituosas que, mesmo eclipsadas nos relatos tradicionais, são essenciais para que os mesmos tenham sentido.

A pesquisa em se destacado então por contribuir para o resgate da obra de Maria Alice Barroso e, por extensão, da tradição de violência e conflito que marca a história do Noroeste Fluminense, sendo que Maria Alice e essa tradição tem sido solenemente relegadas ao esquecimento, mas também se justifica por trazer para o debate historiográfico um território – o próprio Noroeste Fluminense –, um conjunto de obras literárias – o Ciclo de "Parada de Deus" – e uma narrativa memorialística regional – a tradição de violência – que estão longe de frequentar a academia de um modo conjugado. Outra justificativa passa pelo potencial do projeto em analisar como os conflitos – sintetizados na expressão tradição de violência na obra de Maria Alice – que se materializam em disputas narrativas desta obra, com seus diferentes lugares de fala, são essenciais para a construção da memória coletiva e da identidade local do Noroeste Fluminense, particularmente do território de fronteira entre esta região e a Zona da Mata Mineira

REFERÊNCIAS

BARROSO, Maria Alice. **A Morte do Presidente ou Amiga de Mamãe**. Rio de Janeiro: Record, 1994.

_____. **A Saga do Cavalo Indomado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

_____. **O Globo da Morte: Divino das Flores**. Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. **Quem Matou Pacífico?** Rio de Janeiro: Record, 1978.

_____. **Um Nome para Matar**. Rio de Janeiro: Bloch, 1967.

BUSTAMANTE, Heitor. **Sertões dos Puris**. Niterói: Casa do Homem de Amanhã, s/d.FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

HALBWACS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUES, Major Porphirio. **A Terra da Promissão: História de Itaperuna**. Rio de Janeiro: Aurora, 1956.
MASSA, Françoise. **Um Francês no Vale do Carangola**. Belo Horizonte: Crisálida, 2016.
MONTEIRO, Maurício Duarte. **O Assassinato do Coronel Firmo de Araújo**. Rio de Janeiro, Imprimia, 1996.
MUYLAERTH Jr., Dr. Leopoldo; PIROZZI, Anízio (org.). **Álbum do Município de Itaperuna de 1910**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.
NORA, Pierre. Trad. AUN KHOURY, T. Y. (2012). **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados de História, 10. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em 29 dez. 2023.
PICCININI, Rita Amélia Serrão. **O Coronel: o Poder Falível de um Semideus**. Rio de Janeiro: Litteris, 2001.
POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
_____. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15
RICHARDSON, Roberto Jarry (et. al). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.
SCHMIDT, Ana Lúcia Lima da Costa (et. al.). **Maria Alice Barroso, um nome para lembrar: a identidade regional de uma autora nacional**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

8 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Para o desenvolvimento econômico e social nesse início do século XXI, a circulação do capital e as implicações territoriais daí decorrentes dependem de uma complexa reestruturação e ampliação das redes técnicas e bases logísticas. Em todo o mundo, ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, redes elétricas e de comunicação, gasodutos, oleodutos, mineriodutos etc., se renovam ou são ampliados para permitir maior velocidade na circulação de insumos, pessoas e mercadorias. No Rio de Janeiro, diversos planos sobre as infraestruturas e propostas de modernização das redes foram elaborados, com pouca ou nenhuma eficácia, como o PELC 40 (sobre transportes de diferentes modais); Plano Estratégico Ferroviário, de 2021; PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado), de 2016. Retomar o debate e promover discussões sobre a necessidade de potencializar o uso das infraestruturas já existentes, e identificar novas possibilidades de integração e ampliação das redes técnicas no estado, são um desafio que se propõe nessa sessão temática do seminário.

PORTO DO AÇU EM SUA PRIMEIRA DÉCADA DE OPERAÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRANSFORMAÇÕES EM SÃO JOÃO DA BARRA-RJ

Guilherme Vasconcelos Pereira[1]
Ricardo André Avelar da Nóbrega[2]

Resumo

Em 2024, o Porto do Açu, localizado em São João da Barra-RJ, completa dez anos do início de suas operações portuárias. O contexto de operação portuária desse período é marcado pela exportação de produtos primários, pressionando a demanda por estruturas capazes de dinamizar a produção e a circulação dessas mercadorias. O objetivo do trabalho é caracterizar o Porto do Açu nessa dinâmica de exportação de recursos naturais. Para isso, o trabalho visa resgatar a relação entre a dinâmica portuária e as atividades de extração de recursos naturais, realizando revisão bibliográfica em torno do histórico das atividades portuárias e função dos portos na dinâmica atual de circulação de mercadorias, resgatando os dados pertinentes as movimentações portuárias, identificando o objetivo da movimentação e as mercadorias transportadas. Os resultados indicam que o porto é uma ferramenta para estratégia de desenvolvimento econômico consolidada na América Latina, baseada nas atividades de extração de recursos naturais.

Palavras-chave: Porto do Açu, desenvolvimento econômico, extrativismo

Abstract

In 2024, the Port of Açu, located in São João da Barra, RJ, will celebrate ten years since the beginning of its port operations. The context of port operations during this period is characterized by the export of primary products, increasing the demand for infrastructure capable of boosting the production and circulation of these goods. The objective of this work is to characterize the Port of Açu within this dynamic of natural resource exportation. To achieve this, the study aims to examine the relationship between port dynamics and natural resource extraction activities. The study will also retrieve relevant data on port movements, identify the purpose of these movements, and determine the goods being transported. The results indicate that the port serves as a tool for an economic development strategy established in Latin America, based on natural resource extraction activities.

Keywords:Port of Açu, economic development, extractivism

Resumen

[1] Guilherme Vasconcelos Pereira, doutorando em Sociologia Política (PPGSP-UENF), g_vasconcelospereira@pq.uenf.br

[2] Ricardo André Avelar da Nóbrega, Professor Associado - UENF, ricardonobrega@pq.uenf.br

En 2024, el Puerto de Açu, ubicado en São João da Barra-RJ, cumple diez años desde el inicio de sus operaciones portuarias. El contexto de operación portuaria de este período está marcado por la exportación de productos primarios, lo que ha presionado la demanda de infraestructuras capaces de dinamizar la producción y la circulación de estas mercancías. El objetivo del trabajo es caracterizar el Puerto de Açu en esta dinámica de exportación de recursos naturales. Para ello, el trabajo busca rescatar la relación entre la dinámica portuaria y las actividades de extracción de recursos naturales, en la actual dinámica de circulación de mercancías, rescatando los datos pertinentes a las operaciones portuarias, identificando el objetivo de las operaciones y las mercancías transportadas. Los resultados indican que el puerto es una herramienta para una estrategia de desarrollo económico consolidada en América Latina, basada en las actividades de extracción de recursos naturales.

Palavras clave: Puerto de Açu, desarollo economico, extrativismo

Introdução – Apresentação

A região localizada ao norte do estado do Rio de Janeiro, Norte Fluminense, conta desde a década de 1970 com a influência das atividades de extração mineral. Nesse sentido, a inserção da região na dinâmica de produção e exportação de commodities impulsiona a realização de Grandes Investimentos nela, que atendam as demandas dessas atividades. Assim, compreender a dinâmica social, econômica e política da região exige o estudo das atividades de extração de recursos naturais e as transformações impostas ao território em virtude dessas.

A exploração, produção e exportação do petróleo da Bacia de Campos, produz uma série de desafios para a estrutura social local. Desde a década de 1980 até meados da década de 2010 a produção local de petróleo concentrou a maioria de toda a produção nacional, tornando-a referência em termos dessas atividades. Com esse cenário, produz-se na região o aprofundamento do debate sobre o desenvolvimento econômico a partir das atividades de extração. A lógica de inserção da produção local à dinâmica global a partir das atividades portuárias se associa a ideia de progresso e modernização das estruturas urbanas locais, assim ganha força o discurso do aumento da produtividade, melhora na dinâmica de circulação e capacitação da mão de obra local para inserção no mercado de trabalho. Em contrapartida, o progresso proposto reacende disputas locais e produz diversos questionamentos à continuidade da existência de comunidades tradicionais.

Nesse aspecto é preciso compreender também as mudanças ao longo da história na relação entre porto e cidade. A exigência logística modifica a complexidade dessa relação, uma série de fatores variam consoante as condições tecnológicas, sociais e urbanas, se modificam em

acordo com as demandas produtivas. As mudanças nas atividades portuárias exigem transformações na infraestrutura e consequentemente implicam em novos posicionamentos portuários, nova dinâmica urbana e modificam a postura da cidade em relação aos portos (MONIÉ, 2021).

Objetivos, materiais e métodos/técnicas

O objetivo do presente trabalho é compreender a dinâmica porto e petróleo na Região Norte Fluminense. Pretende-se identificar os empreendimentos portuários propostos na região em virtude das atividades de extração. Para empreender tal tarefa, o trabalho realiza resgate bibliográfico em torno do histórico das atividades de extração e produção de petróleo na Bacia de Campos, a pesquisa também recorrerá a páginas de mídia regional e prefeitura dos municípios da região buscando compreender os empreendimentos e discutir a relação com a estrutura social. Além disso, busca-se a literatura pertinente ao desenvolvimento econômico e neoextrativismo.

Resultados

A demanda petrolífera impulsiona os empreendimentos logísticos na Região NF. Segundo Pessanha (2017) a proximidade das duas atividades produziu ao longo do tempo redução dos custos de transporte facilitando o processamento do insumo e a produção das mercadorias derivadas dele. A reboque da instalação das estruturas de armazenagem e processamento a hinterlândia dos portos passa a abrigar também grandes estruturas de geração de energia elétrica a partir dos reservatórios portuários.

A relação entre o GI's instaurado na região tem características peculiares. A começar pelo que Pessanha (2017) indica entre porto e petróleo possuir relação biunívoca, a necessidade de transporte e armazenamento de petróleo e gás em larga escala exige uma estrutura portuária capaz de garantir a sua fluidez. Desde a produção até o refino e posteriormente a sua distribuição, o petróleo e os seus derivados exigiram o aumento da quantidade de terminais especializados.

Os portos por sua vez tem na movimentação dessas cargas suas principais fontes de receita, entretanto para que isso ocorra é necessário a concentração dessas movimentações em poucas instalações e assim reduzir o custo logístico. Na atual fase de dinâmica portuária os MIDAS apresentam uma interação específica com o território. Monié (2021) destaca dois grandes espaços que são necessários para os portos atualmente: a hinterlândia e a *foreland.* A hinterlândia corresponde ao espaço terrestre do porto, onde se encontram a sua estrutura de

serviços e o abrigo de seus clientes, nesse espaço o porto se conecta a outras estruturas de transporte como viário, ferroviário e assim distribui ou recebe parte das mercadorias que transitam no mar. Esse espaço, portanto, é determinante para compreender a hierarquia dos portos, a dinâmica portuária atual está focada sobretudo na hinterlândia seja pela facilidade de acesso ou disponibilidade de terras para abrigar mais clientes.

Ainda segundo o autor, a *foreland* corresponde a "noção oceânica" dos portos. Nesse sentido, as rotas comerciais, a organização dos serviços marítimos, tanto quanto os recursos humanos mobilizados na figura dos armadores, atracadores, negociantes, funcionários alfandegários e mais importante a capacidade de abrigar navios maiores. Esses dois aspectos acirram a disputa de mercados entre os portos. Os trunfos decisivos para as estruturas portuárias são sua hinterlândia e foreland, esses aspectos promovem a aliança e uma estrutura de hierarquia entre os portos.

Discussão

Nesse sentido, as atividades petrolíferas e portuárias reafirmam as suas conexões. As duas atividades, petrolífera e portuária, se apresentam articuladas em cadeias e redes de circulação que são complementares e que essa interligação serve de base para outras cadeias produtivas, sejam do setor industrial, comercial ou de serviços. Entretanto, Pessanha pondera:

> A análise desse imbricamento não é simples, exige a apreciação de seus percursos, a montante e a vazante, em três escalas (global, nacional e mesorregional),assim como a observação de seus fluxos nas atividades de transformação na economia.(PESSANHA, p.242, 2017)

Assim os portos assumem uma importância diferenciada na circulação das mercadorias. Os sistemas portuários na atual dinâmica da reprodução ampliada do capital são portas que permitem a realização e circulação das mercadorias e assim dão forma ao sistema-mundial. O petróleo, por sua vez, é uma mercadoria especial do ponto de vista da sua necessidade para a realização das atividades econômicas, seja na produção de energia ou na circulação das mercadorias.

Do ponto de vista regional essas características abastecem a lógica dos enclaves. O porto se conecta a sítios extrativistas por minerodutos e/ou navios com fluxos desterritorializados , as cadeias produtivas e logísticas relacionadas às atividades de extração são agravadas pelos investimentos portuários destinados a exigências dessas atividades e portanto se distanciam da

possibilidade de estabelecimento de uma zona industrial diversificada e conectada ao espaço portuário.

Conclusão

É nesse prisma que vale compreender a estruturação e a construção de instalações que levam à ampliação da exploração de petróleo e ao uso dos portos como instrumentos dessa acumulação que, em síntese, também remete à lógica do individualismo econômico racional e ao discurso econômico da modernidade que busca a produtividade, que naturaliza as relações humanas e passa por cima das comunidades nativas (pescadores e pequenos produtores rurais) em nome de interesses exclusivamente utilitários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.; CRUZ, J.L. Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ **,Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, p. 11-36, 2021

MONIÉ, F. A inserção do Porto do Açu (São João da Barra) no sistema marítimo portuário mundial: atores, escalas e funções. IN: PIQUET, R. **Norte Fluminense: uma região petrodependente**. Rio de Janeiro, Telha, 2021

PEREIRA, G. V. **O Porto do Açu e o município de São João da Barra – RJ**: impactos na dinâmica socioeconômica – 2007 a 2017. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

PESSANHA, R.M. **A relação transescalar e multidimensional "Petróleo-Porto" como produtora de novas territorialidades.** 543 f. Tese (Doutorado) no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **As metrópoles e o capitalismo financeirizado** / Luiz César de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital : Observatório das Metrópoles, 2020.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019

NOVAS OPORTUNIDADES DE CONEXÕES LOGÍSTICAS PARA O ERJ

EDUARDO DUPRAT

ERICK BUONOCORE

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento local/regional; Economia Fluminense; Infraestrutura e Logística; Intermodalidade; Estruturas de governança; Planejamento estratégico.

Abstract

The resumption of large structural projects, following the critical years of the pandemic, requires the improvement of the infrastructure that supports the resulting operations and the essential connection among the assets that make up the logistics platform in the state of Rio de Janeiro. Alongside physical, public, and private interventions, it is important that these are tied to governance models capable of facilitating operations in the production chains. And that, in sustainable ways, drive to the reduction of critical regional imbalances. This article focuses on Rio de Janeiro, a relatively small state, geographically rugged and economically unequal, but with broad opportunities for positively reversing its recent trajectory. In it, we will analyze the investment prospects related to the conditions for local/regional development.

Resumo

A retomada de grandes projetos estruturantes, após os anos críticos da pandemia, impõe o aprimoramento da infraestrutura de suporte às operações decorrentes, e a imprescindível conexão entre os ativos que compõem a plataforma logística no território fluminense. Para além das intervenções físicas, públicas e privadas, importa que essas estejam atreladas a modelos de governança capazes de facilitar as operações nas cadeias produtivas. E que, de forma sustentável, impulsionem a redução dos graves desequilíbrios regionais. Esse artigo tem como foco o Rio de Janeiro, um estado relativamente pequeno, geograficamente acidentado e economicamente desigual, mas com amplas oportunidades de reversão positiva de sua trajetória recente. Nele analisaremos as perspectivas de investimentos relacionadas às condicionantes para o desenvolvimento local/regional.

Resumen

La reanudación de grandes proyectos estructurales, después de los años críticos de la pandemia, impone la mejora de la infraestructura de apoyo a las operaciones resultantes y la imprescindible conexión entre los activos que componen la plataforma logística en el territorio fluminense. Más allá de las intervenciones físicas, públicas y privadas, es importante que estas estén vinculadas a modelos de gobernanza capaces de facilitar las operaciones en las cadenas productivas. Y que, de manera sostenible, impulsen la reducción de los marcados desequilibrios regionales. Este artículo se enfoca en Río de Janeiro, un estado relativamente pequeño, geográficamente accidentado y económicamente desigual, pero con amplias oportunidades para revertir positivamente su trayectoria reciente. En él analizaremos las perspectivas de inversión vis-à-vis las condiciones para el desarrollo local/regional.

INTRODUÇÃO

Na medida em que se observa o anúncio de importantes projetos no ERJ, e o crescimento de setores da atividade econômica deprimidos nos anos da pandemia, cresce igualmente a preocupação por não se verificar a necessária correspondência nos investimentos de infraestrutura e logística.

A expansão do Porto do Açu, a reativação do Complexo de Energias Boaventura (Comperj) em Itaboraí, a modernização do Porto do Rio, a implantação do Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS) em Santa Cruz, além das obras constantes do novo PAC e de mega empreendimentos na Construção Civil em geral, são exemplos que permitem visualizar perspectivas para além do constrangimento da Recuperação Fiscal. Sinalizam para uma reação positiva após os períodos mais críticos, mas também para a oportunidade e a necessidade de consolidação da plataforma logística no território fluminense.

O risco presente é que, mais uma vez, a deficiência de um planejamento integrado e de estruturas de governança sólidas deixe estagnadas - ou sem viabilidade de implantação – intervenções em infraestrutura essenciais para a sustentação desses ativos, e de suas conexões. Com efeito, não são poucos os casos no estado do Rio de Janeiro onde temos instalados polos ou distritos industriais carentes em infraestrutura de comunicação, água e energia, sem espraiamento em seu entorno, ou, ainda, isolados logisticamente de ligações estratégicas para o recebimento de fornecedores ou escoamento da produção.

Eis que persistem os “vazios produtivos” no interior de um estado de pequena extensão territorial, que, em contrapartida, possui instalados ativos logísticos de grande relevância. São vantagens competitivas que deveriam constituir elementos decisivos para a irrigação do

desenvolvimento regional, desde que conectados em funções de intermodalidade. Mesmo na Região Metropolitana do RJ, como destaca Osorio (2015), as especializações econômicas não são fruto de algum transbordamento e acessibilidade a um polo de desenvolvimento, e permanecem, basicamente, insuladas.

Sem planejamento integrado, não há geração de poder de arrasto produtivo significativo, nem a requalificação necessária do tecido econômico regional. Nesse sentido, por exemplo, investir em uma dragagem de acesso marítimo a um porto, que possibilite a atracação de maiores navios de carga, requer a necessária previsão de ampliação de retroáreas e/ou acessos viários, sem os quais podem decorrer gargalos e deseconomias nas operações logísticas decorrentes. Também se verificam custos de oportunidades quando deixam de ser implementadas prioridades já identificadas em ligações rodoferroviárias, neutralizando potenciais alcances de novos mercados.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Importa também considerar que as conexões logísticas, em grande parte, extrapolam os limites geográficos de uma região, e que um estado não é uma ilha na federação, ou seja, seu sistema logístico não pode ser analisado isoladamente. As proximidades e vias de acesso a outros estados e regiões são fundamentais para se precisar as reais necessidades, ofertas e investimentos logísticos. Como sistemas logísticos concorrentes, temos fluxos que tangenciam o estado do Rio de Janeiro, “evitando” a utilização dos sistemas logísticos em território fluminense em favor de outros estados. Por outro lado, como sistemas complementares, temos fluxos radiais de - e para - o Rio de Janeiro, “alimentando” os sistemas logísticos dentro do território fluminense, ou “fornecendo” para os sistemas logísticos da Área de Influência.

Dallabrida (2015, p.325) salienta as complementaridades do desenvolvimento regional ao entendê-lo como *“um processo de mudança continuada, situado histórica e territorialmente, mas integrado em dinâmicas intraterritoriais, supraterritoriais e globais, sustentado na potenciação dos recursos e ativos (materiais e imateriais, genéricos e específicos) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população*”.

Nesse aspecto, a deficiência de investimentos e inovação na infraestrutura logística não é particularidade do Rio de Janeiro, tanto que o Brasil ocupa a atualmente a 62º posição no Ranking Mundial de Competitividade (WCR, 2024), ainda dependente de uma matriz com

cerca de 58% de modal rodoviário, e apenas 25 % de ferrovias e 13 % de hidrovias. Mas é no território fluminense que persistem os mais evidentes desequilíbrios regionais, com crescente polarização de oportunidades e restrita dispersão do centro para a periferia (Richardson, 1980).

Diversos instrumentos legais de Planejamento, em fase de atualização, identificam intervenções estruturantes para a logística e o ordenamento territorial das regiões no âmbito do estado do Rio de Janeiro, dentre os quais o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC RJ, 2016), o Plano Estratégico Ferroviário (PEF, 2021), o Plano Aeroviário (PAERJ, 2017) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI, 2018). Neles se relacionam e se justificam tecnicamente as melhorias nas malhas rodoviária e ferroviária, ampliação de aeroportos e de acessos portuários, a implantação de dutovias e centros logísticos e, não menos importante, os critérios de priorização e de possíveis modelagens de financiamento e implantação.

A convergência econômica entre o setor logístico e as localidades, por intermédio dos importantes ativos de infraestrutura e da parceria entre instituições, favorece a capacitação de fornecedores e a presença de massa crítica para projetos inovadores na logística de cargas, alinhados com a política pública de desenvolvimento regional.

METODOLOGIA

Assim é que o presente artigo pretende discorrer sobre 4 (quatro) aspectos, relacionados entre si:

a) O **desenvolvimento local/regional,** compreendendo as rodovias e ferrovias, portos, aeroportos, dutovias e centros logísticos como potenciais ativos indutores, capazes de adensar cadeias produtivas em seu entorno, favorecendo a implantação de empresas e serviços correlatos, com múltiplos benefícios para as populações nas proximidades. Essa infraestrutura de transportes se conecta diretamente com a própria infraestrutura física (disponibilidade de água, energia, telecomunicações e saneamento), devendo constituir um conjunto necessário e suficiente para o assentamento e desenvolvimento das atividades produtivas.
b) Os **grandes investimentos produtivos** em perspectiva no território fluminense, relacionados ao dinamismo econômico nas localidades, à infraestrutura de suporte existente e aos aspectos estruturantes das centralidades no território.

c) As **principais condicionantes** para o desenvolvimento harmônico e sustentável em cada uma das infraestruturas, vis-à-vis as oportunidades e tendências conjunturais do atual cenário macro econômico.

d) A aplicação do **Indicador de Relevância Territorial** (IRT) como critério identificador de prioridades para o desenvolvimento regional. Trata-se de metodologia utilizada no **PEDES**[i] com o objetivo de mapear concentrações econômicas relevantes para políticas públicas e/ou investimentos privados com potencial de impacto positivo no desenvolvimento socioeconômico do Rio de Janeiro. Analisa padrões de especialização produtiva, cadeias regionais de valor, clusters e potencialidades regionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo possibilitará a atualização sobre o acervo de estudos já produzidos até então, enfatizando as oportunidades de intervenções estruturantes que o estado do Rio de Janeiro, e sua população, não podem mais se dar ao luxo de negligenciar. "Sem conexão, não há solução" deve ser a máxima adotada, desde já, para que os ativos logísticos no território fluminense funcionem como âncoras e impulsionem, de fato, as perspectivas de desenvolvimento local e regional.

[i] PEDES é o Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento legal de Planejamento (Lei 10.266/23), tendo como premissas o desenvolvimento socioeconômico regional de longo prazo, inovativo, ambientalmente sustentável e baseado em evidências. Para o IRT, ver Nota Técnica nº 001/2022/SUBPLE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dallabrida, V. R. (2015). Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. Análise Social, L(2°), 215, 304-328. Disponível em http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_215_a04.pdf

IMD World Competitiviness Ranking 2024. Disponível em https://static.poder360.com.br/2024/06/Versao-Final_-Relatorio-Competitividade-IMD-em-parceria-com-a-FDC.pdf

OSORIO, Mauro/ Melo, Luiz; Versiani, Maria; Werneck, Maria. Uma Agenda para o Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

RICHARDSON, H. W. Polarization Reversal in Developing Countries. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

FERROVIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: POSSÍVEL REARRANJO E O PAPEL DOS INTERESSES PRIVADOS

André Luiz do Nascimento Germano[1]

RESUMO: este trabalho analisa o possível rearranjo ferroviário no estado do Rio de Janeiro, destacando como as redes técnicas priorizam a circulação de mercadorias e a geração de mais-valia em detrimento de questões sociais. A implementação do Novo Marco Legal das Ferrovias reflete essa tendência, favorecendo investimentos privados e acelerando a circulação de capital. O estudo investiga o papel dessas redes na economia globalizada e suas implicações socioespaciais, considerando a pressão sobre de empresários para modernizar a infraestrutura ferroviária fluminense e atender às demandas crescentes de circulação.
Palavras-chave: Rio de Janeiro; Ferrovias; Circulação; Novo Marco Legal das Ferrovias.
ABSTRACT: this paper analyzes the potential rearrangement of the railway system in the state of Rio de Janeiro, highlighting how technical networks prioritize the circulation of goods and the generation of surplus value over social concerns. The implementation of the New Railway Legal Framework reflects this trend, promoting private investments and accelerating the circulation of capital. The study explores the role of these networks in the globalized economy and their socio-spatial implications, considering the pressure on entrepreneurs to modernize the state's railway infrastructure to meet growing circulation demands.
Keywords: Rio de Janeiro; Railways; Circulation; New Railway Legal Framework.
RESUMEN: este trabajo analiza el posible reajuste ferroviario en el estado de Río de Janeiro, destacando cómo las redes técnicas priorizan la circulación de mercancías y la generación de plusvalía en detrimento de las cuestiones sociales. La implementación del Nuevo Marco Legal Ferroviario refleja esta tendencia, favoreciendo las inversiones privadas y acelerando la circulación de capital. El estudio investiga el papel de estas redes en la economía globalizada y sus implicaciones socioespaciales, considerando la presión sobre los empresarios para modernizar la infraestructura ferroviaria del estado y atender a las crecientes demandas de circulación.
Palabras clave: Río de Janeiro; Ferrocarriles; Circulación; Nuevo Marco Legal Ferroviario.

INTRODUÇÃO, MATERIAL E MÉTODOS

As redes técnicas desempenham um papel central na circulação global de pessoas, mercadorias e informações, conectando infraestruturas complexas, como cabos de fibra ótica, satélites, portos, rodovias e ferrovias. Essas redes, conforme descrito por Marx (2014), são fundamentais para a "indústria dos transportes", facilitando o ciclo do capital e garantindo a fluidez necessária para a realização das mercadorias. No contexto global, essa fluidez espacial, promovida pelas redes técnicas, é essencial para integrar mercados e acelerar a circulação do capital.

A globalização, impulsionada por essas redes, tem ampliado os fluxos econômicos, gerando uma interdependência crescente entre as economias. Autores como

[1]Doutorando no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: andreabcgermano@gmail.com

Milton Santos (2014) e David Harvey (2016) apontam que essas transformações resultaram na compressão do espaço-tempo e na intensificação das conexões globais, expandindo o circuito do capital. Compreender o papel dessas redes técnicas é fundamental para entender as dinâmicas do capitalismo contemporâneo, que têm sido reconfiguradas por novos projetos de infraestrutura, inclusive nos países periféricos, que buscam acompanhar o ritmo desses fluxos.

No estado do Rio de Janeiro, localizado na chamada "Região Concentrada" por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2014), essa integração de redes logísticas revela uma contradição. Enquanto a região enfrenta problemas de mobilidade urbana, suas ferrovias são altamente eficientes para o transporte de *commodities* voltadas à exportação, especialmente de minério de ferro. Essa lógica econômica, historicamente favorecida no Brasil, prioriza o rodoviarismo e a exportação de produtos de baixo valor agregado, resultando em investimentos limitados na infraestrutura ferroviária voltada ao transporte interno de passageiros e bens.

As empresas que operam na malha ferroviária do Rio de Janeiro, como a MRS Logística e a VLI, concentram suas atividades no transporte de *commodities* agrícolas e minerais, conectando o interior do país aos principais portos. Essa configuração reflete escolhas políticas e econômicas que impactam significativamente as dinâmicas nacionais, afetando tanto a circulação de capital quanto a qualidade de vida da população local. A concentração do controle dessas redes, frequentemente nas mãos de grandes corporações privadas, como a mineradora Vale S.A., revela a profunda influência do poder econômico nas decisões sobre infraestrutura e mobilidade.

Ao longo da história, as decisões sobre as redes de transporte no Rio de Janeiro e no Brasil seguiram uma lógica de acumulação por espoliação, favorecendo interesses econômicos específicos. O controle privado dessas redes continua a influenciar políticas públicas e a direcionar os fluxos comerciais, evidenciando a necessidade de repensar as estruturas de poder que regem essas infraestruturas. Este trabalho, com base em uma análise crítica assentada na economia política e na geografia econômica, dando atenção às movimentações públicas recentes, examina o possível rearranjo ferroviário no Estado do Rio de Janeiro, além de abordar as implicações socioespaciais e a pressão sobre governos de empresários para modernizar a infraestrutura ferroviária e atender às crescentes demandas de circulação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há preocupações recentes, a partir das diversas instancias do Estado brasileiro, com as questões ferroviárias, especialmente para o Rio de Janeiro. Por exemplo, a

Secretaria de Estado de Transportes do Rio de Janeiro apresentou recentemente o que chamou de Plano Estratégico Ferroviário do Estado do Rio de Janeiro[2]. Foi exposto em evento que contou com nossa presença e participação, quando tivemos a oportunidade de elaborar perguntas ao então Secretário de Transportes do Rio de Janeiro, Delmo Pinho; e reuniu representantes do Estado, empresários, técnicos, pesquisadores e outros interessados nas questões ferroviárias fluminenses e nacionais.

O "1º Workshop - Plano Estratégico Ferroviário (PEF) do Rio de Janeiro" apresentou diversos projetos logísticos-ferroviários do estado, elogiados por governo e empresários como uma iniciativa que há muito não ocorria. O evento gerou um documento com projetos importantes para a circulação de capital no Rio, como melhorias no Corredor Ferroviário Rio-São Paulo da MRS Logística, nas ferrovias que chegam ao porto de Itaguaí, a implantação do Tramo Atlântico da EF-354 (Ferrovia Transoceânica, ligando o Pacífico ao Atlântico) e da EF-118 (Vitória-Rio), que conectaria o oeste fluminense a Vitória, com impacto relevante para a economia do Sudeste e da América do Sul.

Pouco após o evento, o governo do Rio de Janeiro aprovou a Medida Provisória do Novo Marco Legal das Ferrovias, posteriormente consolidada. Este marco focou no setor ferroviário para atender às demandas de fluxos intensificados e grandes investimentos, especialmente chineses, no contexto da economia global. Segundo o governo brasileiro[3], a medida simplifica a autorização para novas ferrovias e atrai investimentos privados, impulsionando projetos que visam melhorar a circulação de mercadorias e fortalecer o setor ferroviário.

Com a crescente atenção ao setor ferroviário no Brasil, impulsionada pelo Novo Marco Legal das Ferrovias, diversas iniciativas foram lançadas, incluindo um projeto para conectar Rio de Janeiro e São Paulo. A TAV Brasil[4] submeteu e obteve autorização da ANTT para construir e operar por 99 anos o trecho entre as duas metrópoles[5]. Em fevereiro de 2023, no início do terceiro mandato de Lula, a ANTT aprovou o projeto, com previsão de operação para 2032. A rota inclui cidades como Guarulhos, São José dos Campos, Resende e terminaria no bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, próximo ao

[2] Conforme: < https://encurtador.com.br/c3IwR>. Acesso em 24/11/2021.
[3] Conforme:< https://encurtador.com.br/nGyHn>. Acesso em 25/11/2021.
[4] A TAV Brasil foi fundada em fevereiro de 2021 e tem capital social de R$ 100 mil. Seus sócios são: Marcos Joaquim Gonçalves Alves, João Henrique Sigaud Cordeiro Guerra e as empresas Global Ace e Infra S.A Investimentos e Serviços. Apesar do nome, essa última empresa não é a estatal vinculada ao Ministério dos Transportes.
[5] Conforme: < https://encurtador.com.br/zOhlG>. Acesso em: 21/05/2023.

complexo portuário de Itaguaí[6], mas há movimentações para que seja na antiga Estação Leopoldina.

Numa outra demonstração de atenção para questões ferroviárias, recentemente, a União e a Prefeitura do Rio de Janeiro celebraram um acordo para restaurar a Estação Leopoldina[7], prevista para ser esse novo ponto de chegada do Trem de Alta Velocidade (TAV) na capital fluminense, conforme novas informações[8] divulgadas na imprensa[9]. No entanto, a empresa TAV Brasil esclareceu ao site Melhores Destinos que o acordo da Prefeitura com a União contempla exclusivamente a parte histórica da estação, e a utilização desse espaço pelo TAV ainda não foi definida. "Atuaremos na área não utilizada da Leopoldina, incluindo o pátio e as oficinas abandonadas, que não possuem valor histórico, bem como nas áreas adjacentes."

A escolha da Estação Leopoldina, se confirmada, é mais adequada que Santa Cruz, mas a integração eficiente com outros modais de transporte, como metrô, trens, ônibus e BRT, é essencial. Hoje, a estação só é acessível por ônibus ou táxi, e uma conexão com o Aeroporto Galeão será necessária para atender aos usuários do TAV, garantindo uma mobilidade urbana e inter-regional eficaz. Fato é que a TAV Brasil está finalizando os estudos de viabilidade, que serão submetidos à ANTT até dezembro de 2024. O traçado oficial, ainda sujeito a ajustes, deve ser reto ou com curvas suaves, exigindo grandes obras, como viadutos e túneis para superar a Serra do Mar. Apesar das novas tecnologias ajudarem a enfrentar os desafios, os obstáculos ambientais, sociais e financeiros permanecem elevados.

Até o momento, as informações divulgadas e os procedimentos adotados indicam que delegar essa tarefa de reestruturação ferroviária ao mercado resulta na marginalização do interesse social. Os responsáveis pelo Trem de Alta Velocidade estão focados na viabilização de negócios, quando o transporte inter-regional por trilhos deveria ser uma questão estratégica a ser planejada e gerida pelo Estado brasileiro. Essa contradição nos remete ao debate sobre as condições gerais de produção, conforme discutido por Sandra Lencioni (2007). A autora argumenta que a gestão e a produção dos equipamentos

[6] Embora voltado à circulação de pessoas, o trajeto reflete as demandas econômicas da região, conectando áreas industriais importantes em ambos os estados, com paradas em trechos de adensamento industrial.
[7] G1. Obra na Estação Leopoldina inclui 'museu' com trens quase centenários; gare e vagões serão recuperados. Disponível em: < https://encurtador.com.br/BAM9g >. Acesso em 02/09/2024.
[8] A possível mudança da estação terminal de Santa Cruz para a Leopoldina é um ponto central nas recentes ações da TAV Brasil. Embora Santa Cruz tenha importância industrial e empresarial, está a cerca de 60 km do Centro do Rio, e a conexão ferroviária suburbana fornecida pela Supervia é lenta, levando cerca de 1h30, o que inviabilizaria o Trem de Alta Velocidade. O trajeto inclui 34 estações até o Centro.
[9] Disponível em: < https://encurtador.com.br/NXjAO >. Acesso em: 02/09/2024.

técnicos que facilitam a fluidez do capital, seja por meio do Estado ou de empresas privadas, trazem diversas consequências para as dinâmicas socioespaciais.

CONCLUSÃO

As prioridades no contexto atual estão voltadas para garantir a fluidez da circulação de mercadorias e a geração de mais-valia, muitas vezes em detrimento de questões sociais. No Brasil, a nova onda neoliberal do século XXI tem intensificado essa tendência, favorecendo a aceleração da circulação sob controle da iniciativa privada, enquanto se observa a redução de gastos públicos essenciais e a renúncia ao planejamento coletivo de longo prazo. Esse imediatismo orientado pelo lucro empresarial compromete a busca por soluções que considerem os impactos sociais, como evidenciado pela indefinição sobre a localização da estação terminal no Rio de Janeiro.

A implementação do Novo Marco Legal das Ferrovias reforça essa lógica, promovendo investimentos privados e acelerando o fluxo de capital. Assim, os projetos e eventos discutidos, que refletem o foco de governos e empresas nas redes técnicas, especialmente as ferrovias, evidenciam a incessante busca pela aceleração do capital. Essa pressão exige que autoridades e empresários não apenas realizem investimentos genéricos em infraestrutura, mas também reativem e fortaleçam o sistema ferroviário como elemento central. A modernização das ferrovias é crucial para enfrentar as crescentes demandas de circulação em níveis local, regional e global; no entanto, é necessário ser pautada com ênfase no planejamento coletivo e na democratização dos trilhos, além de atenção aos impactos ambientais e sociais causados pela presença das redes.

REFERÊNCIAS

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LENCIONI, Sandra. **Condições Gerais de Produção**: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. Barcelona: Revista Electrônica de Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro II: o processo de circulação do capital. Edição Friedrich Engels; tradução e seleção de textos extras Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e tempo. Razão e Emoção. 4ª ed. 8. reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: Território e sociedade no início do século XXI. 18ª ed. São Paulo: Record, 2014 [2001].

PORTO DE ITAGUAÍ COMO "HUB" DA REGIÃO SUDESTE

Eduardo David[1]

RESUMO

O porto de Itaguaí, situado na Baía de Sepetiba de mais de 300 km², foi concebido para ser concentrador na movimentação de contêineres. O que não aconteceu, tem nova chance diante do projeto da EF-188, a ferrovia Rio-Vitória em bitola larga e da renovação antecipada da concessão da FCA/VLI em discussão no governo. Os maiores portos da Região Sudeste (Santos, Itaguaí, Rio e Vitória) podem ser interligados pela MRS Logística em menos de 24 horas a partir de Itaguaí, diminuindo sua ociosidade, postergando a necessidade de investimentos em Santos e reduzindo o custo total logístico para o importador ou exportador brasileiro.

ABSTRACT

The port of Itaguaí, located in the Sepetiba Bay of more than 300 km², was designed to be a Hub for container transportation. What didn't happen has a new chance given, because the EF-118 project, a 1.60m gauge Rio-Vitória railroad and the early renewal concession of FCA/VLI was under discussion in the government. The largest ports in Southeast Region (Santos, Itaguaí, Rio and Vitória) can be interconnected by MRS Logistica in less than 24 hours from Itaguaí, reducing your idleness, postponing the need for investments in Santos and reducing the total logistics cost for the Brazilian importer or exporter.

RESUMEN

El puerto de Itaguaí, ubicado en la Bahía de Sepetiba, de más de 300 km², fue diseñado para ser un "Hub" para el transporte de contenedores. Lo que no sucedió tiene una nueva oportunidad, porque el proyecto EF-118, el ferrocarril Rio-Vitória en ancho 1,60m y renovación anticipada de la concesión de FCA/VLI están en discusión en el gobierno. Los puertos de la Región Sudeste (Santos, Itaguaí, Rio y Vitoria) podrán ser interconectados por MRS Logística en menos de 24 horas desde Itaguaí, reduciendo su ociosidade, posponiendo la necesidad de inversiones en Santos e reduciendo el costo logístico total para el importador o exportador brasileño.

LOGÍSTICA; ITAGUAÍ; MRS; EF-118; SANTOS

1. Introdução

Para a movimentação de contêineres o porto de Itaguaí foi concebido como "Hub", ou seja, concentrador, pelo fato de mais de 95% da movimentação de carga ser realizada por ferrovia, através da MRS Logística. No entanto, tal não aconteceu e estimativas de demanda recentes continuam desconsiderando esta possibilidade.

[1] Eduardo Gonçalves David, DSc, Kling David Consultores, Espanha. eduardogdavid@gmail.com

2. Material e Métodos

Adotando uma metodologia mista, baseada em informações disponíveis na Internet e a experiência profissional de várias décadas na área de logística, no Brasil e na Europa, é possível perceber uma subutilização do porto de Itaguaí e uma excessiva concentração na movimentação de contêineres no porto de Santos. Como a diretriz governamental é transferir para a iniciativa privada a ampliação dos portos públicos, todo investimento desnecessário acaba tendo seus custos repassados aos usuários. Assim, toda ociosidade compromete a competitividade industrial brasileira.

Um bom e atual exemplo é o desempenho dos três maiores portos da Região Sudeste que exportam café verde (em grãos) em contêiner, referido à carga que deixou de ser transportada por ineficiência portuária, comparativamente à movimentação de cada porto (CECAFÉ, 2024):

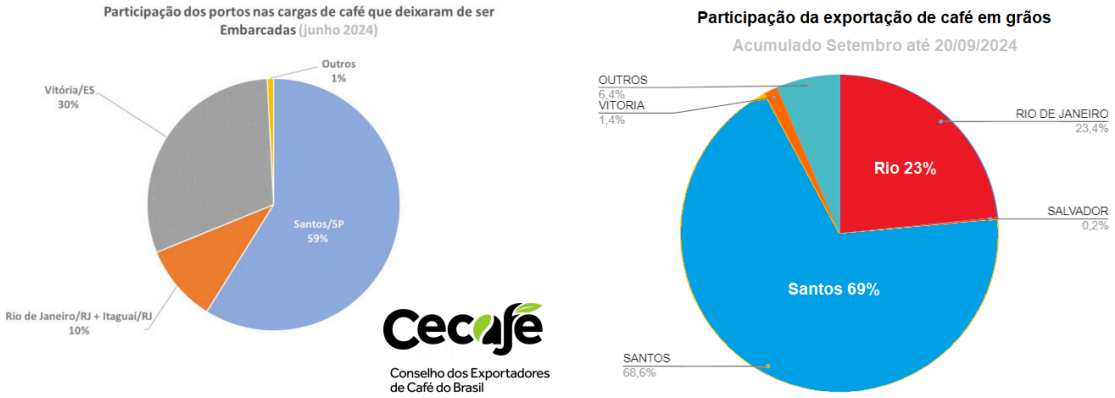


Fig. 1 - Qualidade portuária anual na exportação de café até setembro até 2024

Outra constatação imediata é o aumento das dimensões dos navios porta-contêiner, que passaram de no máximo 5 mil TEU (Twenty-feet Equivalent Unit) e comprimento inferior a 300m, dos chamados “Panamax”, para os atuais vasos capazes de transportar 25 mil TEU.

O porto de Itaguaí, inserido na grande baía abrigada de Sepetiba, com mais de 300 km² de área, é o único porto capaz de receber e movimentar com facilidade tais navios, cuja operação é diferente da tradicional, sendo inviável irem atracando em vários portos ao longo de sua rota. Devem deixar e receber a maior quantidade possível de contêiner de portos próximos, bem aparelhados, que funcione como concentrador.

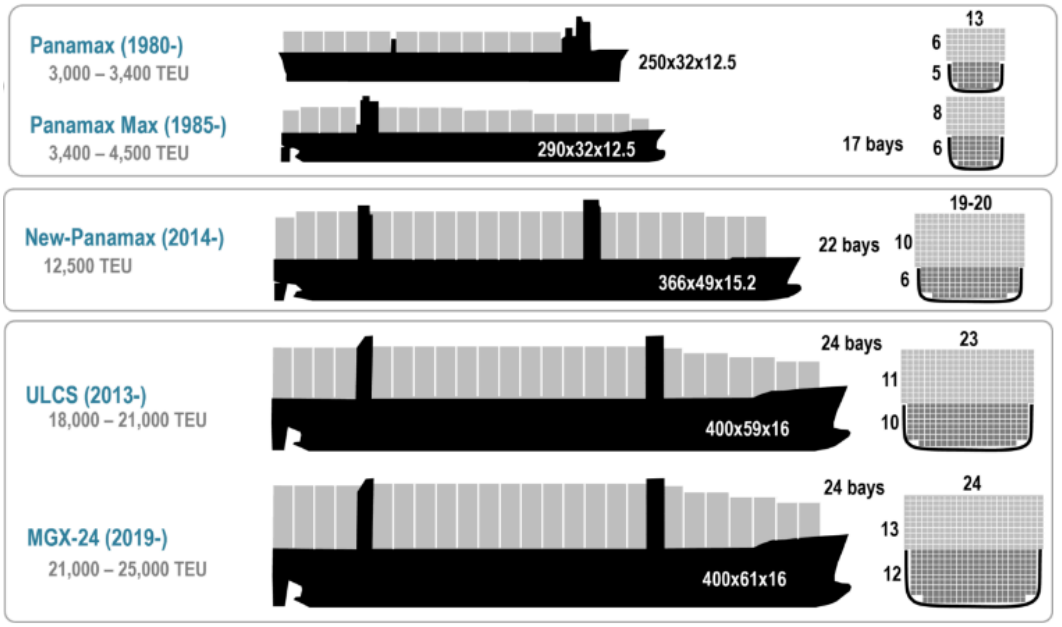


Fig. 2 - Ilustração do aumento do tamanho dos navios porta-contêiner

3. Resultados e Discussão

Contratada pelo antigo Ministério da Infraestrutura, a Universidade de Santa Catarina (UFSC) analisou todos os principais portos brasileiros, prevendo para o porto de Santos uma movimentação de contêiner de 6,5 milhões de TEU em 2033

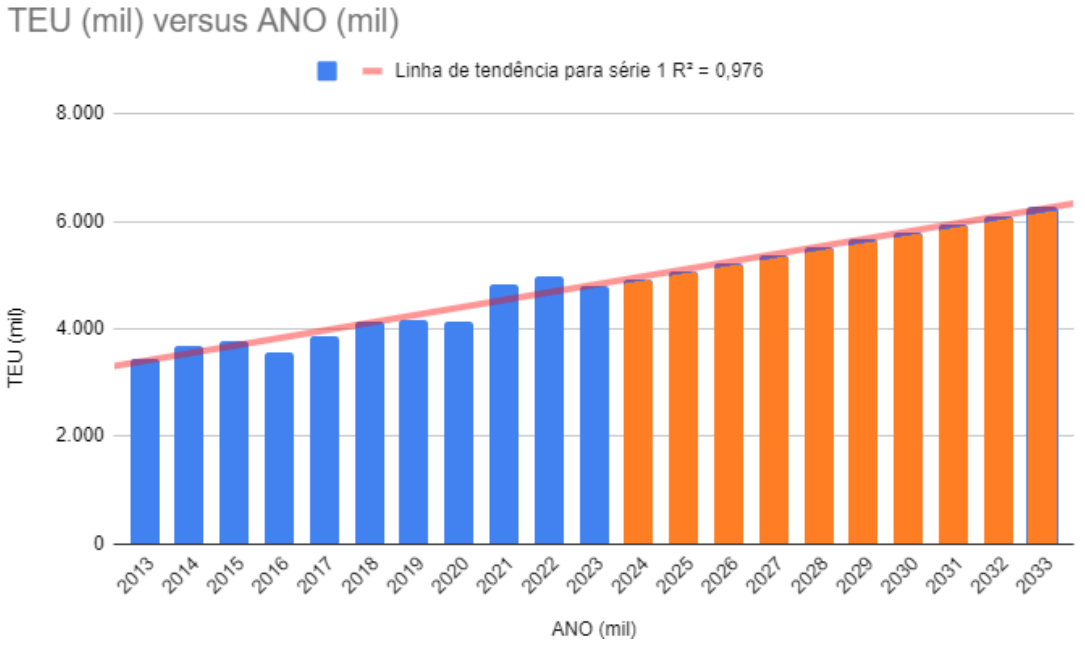


Fig. 3 - Realizado e previsto de TEU movimentada em Santos (UFSC, 2023)

Para o porto de Itaguaí a UFSC previu um crescimento modesto, atingindo em 2033 apenas 432 mil TEU, um aumento de 22% em relação à quantidade de contêineres movimentados em 2013, que foi 358 mil TEU. O estudo desconhece a possibilidade de interligação portuária pela MRS, adotando a médio prazo, o sistema de contêiner empilhados, conhecido como “double stack”. Tecnologia, que a MRS vem testando desde 2013, ao interligar as duas margens do porto de Santos com este sistema.

Fig. 4 - Vagão double-stack fabricado pela MAXION para MRS em 2013

Fig. 5 - Eventual necessidade de aumentar a altura ou rebaixar a linha nos túneis

4. Conclusões

Adotando esta tecnologia intermodal entre Itaguaí e Santos, seria possível interligar em bitola larga todos os portos da Região Sudeste (Santos, Itaguaí, Rio de Janeiro, Açu e Vitória). No caso do porto de Santos, a necessidade de ampliação e a implantação de novos terminais poderia ser postergada, passando Itaguaí a absorver o crescimento previsto da demanda, mais do que duplicando a projeção da UFSC.

Da mesma forma, o porto de Vitória, que tem reduzida movimentação de carga geral e o novo porto de Açu, seriam beneficiados pela mais importante ferrovia brasileira. Sendo Itaguaí o porto concentrador, os modernos navios porta-contêiner poderiam incluir o Brasil em sua rota, reduzindo o tempo de atracação. Para o cliente final, importador ou exportador, não interessa em qual porto o navio atracou e se houve um trecho ferroviário, mas sim o menor custo total logístico do seu contêiner.

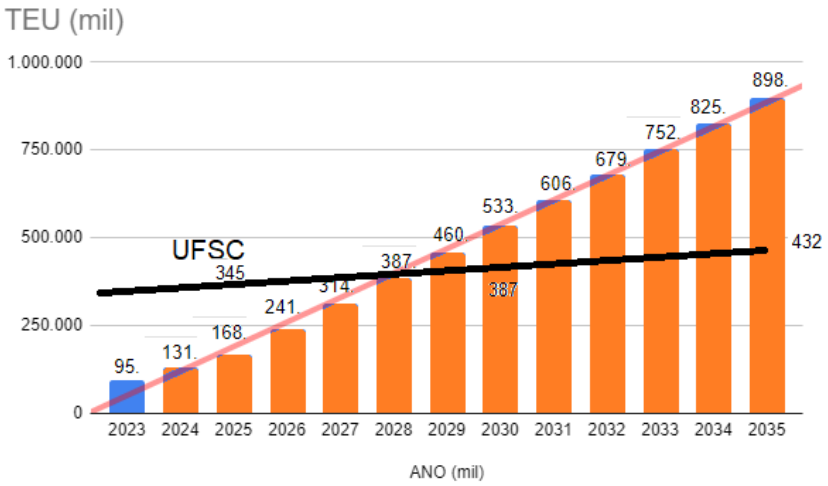
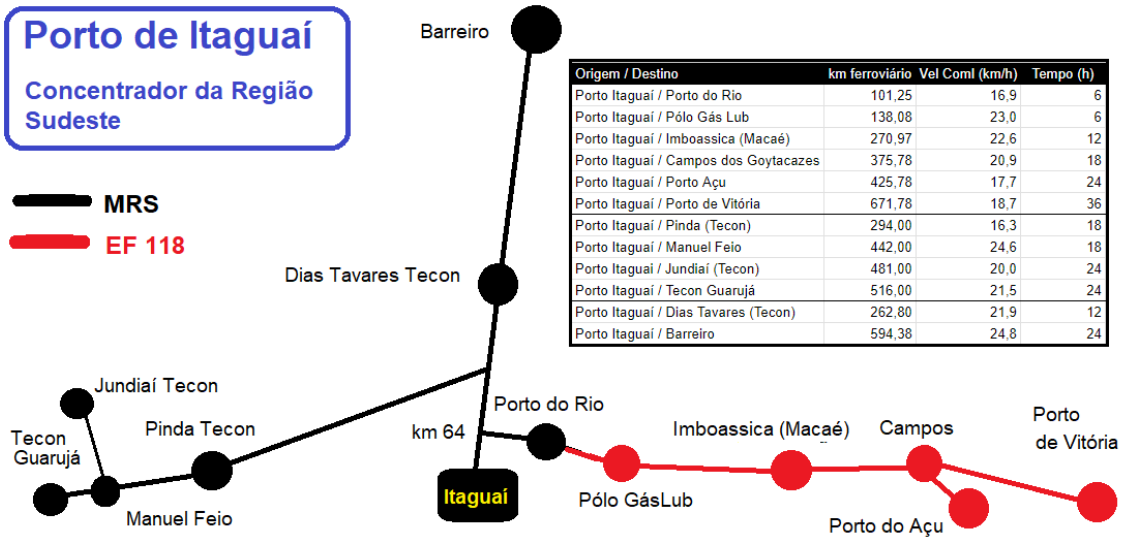


Fig. 6 - Nova demanda para o porto de Itaguaí na movimentação de contêineres



Origem / Destino	km ferroviário	Vel Coml (km/h)	Tempo (h)
Porto Itaguaí / Porto do Rio	101,25	16,9	6
Porto Itaguaí / Pólo Gás Lub	138,08	23,0	6
Porto Itaguaí / Imboassica (Macaé)	270,97	22,6	12
Porto Itaguaí / Campos dos Goytacazes	375,78	20,9	18
Porto Itaguaí / Porto Açu	425,78	17,7	24
Porto Itaguaí / Porto de Vitória	671,78	18,7	36
Porto Itaguaí / Pinda (Tecon)	294,00	16,3	18
Porto Itaguaí / Manuel Feio	442,00	24,6	18
Porto Itaguaí / Jundiaí (Tecon)	481,00	20,0	24
Porto Itaguaí / Tecon Guarujá	516,00	21,5	24
Porto Itaguaí / Dias Tavares (Tecon)	262,80	21,9	12
Porto Itaguaí / Barreiro	594,38	24,8	24

Fig. 7 - Novo layout da MRS sendo operadora da EF-118

5. Referências

CECAFE, Conselho dos Exportadores de Café, https://www.cecafe.com.br/ Acesso em 21 Set 2024

UFSC, Ministério da Infraestrutura, Plano Mestre do Complexo Portuário de Itaguaí

INTEGRAÇÃO REGIONAL ENTRE O NORTE FLUMINENSE E A REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO: A IMPORTÂNCIA DAS REDES TÉCNICAS NA CIRCULAÇÃO PRODUTIVA

D'Jeanine Candido[1]

Resumo: Este artigo discute a importância das redes técnicas na integração da região metropolitana do Rio de Janeiro com o Norte Fluminense, em função do dinamismo econômico do setor de petróleo e gás. Avalia também como as políticas territoriais do Estado são essenciais para uma circulação produtiva eficaz. Parte da hipótese de que a falta de iniciativas estatais para privatizar as redes técnicas pode comprometer o crescimento econômico do estado. Embora o Rio de Janeiro seja o maior arrecadador de royalties do pré-sal e tenha recebido investimentos significativos, ainda carece de ações políticas que melhorem suas redes técnicas.
Palavras-chaves: Integração regional; Redes técnicas; estado do Rio de Janeiro; Infraestrutura.
REGIONAL INTEGRATION BETWEEN NORTH FLUMINENSE AND THE METROPOLITAN REGION OF RIO DE JANEIRO: THE IMPORTANCE OF TECHNICAL NETWORKS IN PRODUCTION CIRCULATION
Abstract: This article discusses the importance of technical networks in the integration of the metropolitan region of Rio de Janeiro with the North of Rio de Janeiro, due to the economic dynamism of the oil and gas sector. It also assesses how the State's territorial policies are essential for effective productive circulation. It starts from the hypothesis that the lack of state initiatives to privatize technical networks could compromise the state's economic growth. Although Rio de Janeiro is the largest collector of 'pre-salt' royalties and has received significant investments, it still lacks political actions to improve its technical networks.
Keywords: Regional integration; Technical networks; state of Rio de Janeiro; Infrastructure.
INTEGRACIÓN REGIONAL ENTRE EL NORTE FLUMINENSE Y LA REGIÓN METROPOLITANA DE RÍO DE JANEIRO: LA IMPORTANCIA DE LAS REDES TÉCNICAS EN LA CIRCULACIÓN PRODUCTIVA
Resumen: Este artículo analiza la importancia de las redes técnicas en la integración de la región metropolitana de Río de Janeiro con el Norte de Río de Janeiro, debido al dinamismo económico del sector de petróleo y gas. También evalúa cómo las políticas territoriales del Estado son esenciales para una efectiva circulación productiva. Se parte de la hipótesis de que la falta de iniciativas estatales para privatizar las redes técnicas podría comprometer el crecimiento económico del estado. Si bien Rio de Janeiro es el mayor recaudador de regalías del 'presal' y ha recibido importantes inversiones, aún carece de acciones políticas para mejorar sus redes técnicas.
Palabras clave: Integración regional; Redes técnicas; estado de Rio de Janeiro; Infraestructura.

INTRODUÇÃO, MATERIAL E MÉTODOS

O estado do Rio de Janeiro ganhou bastante destaque após o anúncio do pré-sal que resultou em fortes investimentos a partir de projetos nacionais e da iniciativa privada.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. E-mail: djeaninecandido@gmail.com

Com isso, foram criados os GPI (Grandes Projetos de Investimento) como meio de estabelecer novas bases operacionais, proporcionando ao Rio de Janeiro a formação de um *hub* de petróleo e gás integrado através das redes técnicas. Para isso, foi necessário um ajuste espacial em âmbito regional para atender não somente a construção desses empreendimentos, como também todo fluxo industrial que seria estimulado em cadeia.

É nesse contexto que a política de investimento em bases produtivas pelo governo federal, como o projeto Comperj[2], criou elementos de integração com o Norte Fluminense dando 'estímulo' na construção de redes técnicas como rodovias, dutos e linhas de transmissão elétrica para dá suporte logístico no estado. Desse modo, para compreender essa dinâmica, recorremos a dialética dos fixos e fluxos (SANTOS, 2006) na formação de espaços com forte densidade de interligação em um espaço que se organiza de forma dispersa. De acordo com Silveira (2011), explica que as bases logísticas possuem forte poder na dinamização de diferentes fluxos para atender necessidade de circulação de mercadorias, pessoas, capitais etc.

Logo, essa intensidade das redes ampliou um processo de metropolização do espaço na megarregião Rio de Janeiro-São Paulo (Lencioni,2014). Isso ocorre com intensidade em razão da formação do circuito produtivo do petróleo e gás no Rio de Janeiro que se estendeu para o Norte Fluminense e para o interior do estado de São Paulo (Pessanha, 2017), fruto do grande poder de transformação e intensificação das redes por diferentes fixos e fluxos, como portos, polos e bases operacionais, centros administrativos, dutos, plataformas.

No entanto, conforme as mudanças no espectro político e queda da valorização dos *commodities*, essa fase de expectativas foi interrompida resultando em projetos paralisados, modificados e alguns retomados ou modificados. Isso suscitou em sérios problemas sociais e econômicos em todo o estado, influenciando na desvalorização dos ativos públicos e favorecimento do discurso de privatização.

Vale destacar que um grande empreendimento como uma refinaria ou porto, que aqui compreendemos como os fixos, não funcionam isoladamente, pois a sua função depende dos fluxos que serão gerados, ou seja, é desse entrosamento que se criam as redes técnicas. Sendo mais específico, as redes técnicas são compreendidas como diferentes infraestruturas que funcionam como tramas interligado por linhas e pontos no espaço,

[2] O Comperj era um projeto desenvolvido com o objetivo de beneficiar a produção de petróleo extraído em solo brasileiro, para ser destinado à produção de insumo químico para a petroquímica brasileira. Posteriormente, ele foi reduzido para uma Unidade de Processamento de Gás Natural e renomeado para Polo Gáslub. Atualmente, com perspectivas no setor energético, novamente o empreendimento é renomeado, agora em 2024, para Complexo de Energias Boaventura.

tendo como grande função criar meios para a circulação, exercendo uma função logística para a produção, criando meios de manutenção e expansão na produção do espaço. Logo, esse tipo de rede constitui parte de uma modernização, pois há constante necessidade de evolução para abordagens mais eficientes de transporte e armazenamento. Em outras palavras, as infraestruturas para circulação são importantes investimentos, pois são tanto induzidas como indutoras de centralidades urbano-industriais.

Logo, a construção de GPI teve um efeito regional e contribuiu para que redes técnicas fossem fortalecidas e outras criadas, formando novos arranjos espaciais (Harvey, 2005) integrando regiões que antes pouco dialogavam. Nesse caso, os GPI induziram na realização do Arco Metropolitano, bem como na duplicação da BR101Norte, em melhorias na rede de transmissão de energia elétrica, instigou a retomada no debate em torno da criação de uma nova linha ferroviária (EF-118), na criação de um emissário, na criação e ampliação de gasodutos (como o GASERJ, GASOG, GASIG, GASINF, GASCAV e a Rota 2 e 3 vindos do mar), em píer etc. Essas mudanças trouxeram novas perspectivas a um estado que amargava durante anos uma estagnação político-econômica e com sérios problemas de integração regional por todo o seu território. No entanto, a integração passou a ser debatida somente no âmbito empresarial, na circulação de cargas e capital, que resulta fortemente em impactos na vida cotidiana das populações locais que é constantemente levada a criar expectativas de melhorias de vida.

Obviamente que toda essa dinamização passou a dar maior importância as redes técnicas, por firmarem a integração regional no estado entre duas regiões que há décadas possuíam economias regionais distintas. De um lado, a região metropolitana que concentrava a maior parte dos investimentos e políticas territoriais na capital e que possui uma periferia com pouco dinamismo econômico industrial. Por outro lado, o Norte fluminense que por longos anos se concentrava na agroindústria sucroalcooleira que desde a década de 1980 gradualmente entrava em declínio. Com a atividade de petróleo e gás, essas duas regiões tiveram forte aumento da atividade industrial e de serviços e crescimento urbano com forte investimento do capital imobiliário. Essa concentração de infraestruturas e empreendimentos culminaram na formação de espaços atrativos para uma mão de obra que se concentrava na informalidade. Entretanto, todas essas modificações ficaram fortemente dependentes do setor de petróleo e gás por falta de políticas de diversidade produtiva no estado, o que causou o retorno dos níveis de desemprego, violência e aumento das desigualdades socioeconômicas.

Logo, este artigo tem como objetivo trazer ao debate a relevância das redes técnicas na integração da região metropolitana do Rio de Janeiro com o Norte

Fluminense, em decorrência do dinamismo econômico do circuito produtivo do petróleo e gás. Além disso, analisar em que nível a importância as políticas territoriais protagonizadas pelo Estado tornam-se cruciais para que a integração promova uma circulação efetiva e democrática. O marco temporal desse estudo percorre entre os anos de 2006 e 2023, desde o *boom* do ciclo petroquímico, decorrente de um cenário favorável do país com a valorização do barril de petróleo e demais *commodities* até o colapso do setor a partir de 2016. Desse modo, busca-se trazer ao debate em que medida a mudança de perspectiva de atuação do Estado pode mudar nos avanços e retrocessos de um ordenamento territorial efetivo que estimule o crescimento econômico aliado com o desenvolvimento social.

Esta investigação parte da hipótese de que a 'ausência' deliberada do Estado em promover políticas territoriais para o incentivo em criar um mercado de privatizações das redes técnicas, pode comprometer o crescimento e desenvolvimento econômico do estado fluminense. Como tem se observado, apesar de ser o estado com a maior arrecadação de royalties da exploração do pré-sal, de ter protagonizado forte investimento com megaeventos e o PAC, o Rio de Janeiro ainda necessita de ações políticas efetivas de melhorias das suas redes técnicas. No decorrer desses 18 anos, desde o anúncio do pré-sal que culminou em fortes investimentos no estado com os GPI (Grandes Projetos de Investimento) e aumento da importância das redes, novos interesses surgiram para a aquisição desses ativos públicos pela iniciativa privada.

Com as concessões de rodovias, principalmente as federais (os principais eixos do estado) e demais projetos, as redes técnicas passaram a priorizar mais o escoamento da produção do que o ordenamento territorial. Além disso, por se tratar de um elemento na realização das mercadorias, pela racionalização do tempo e vantagem competitiva, as redes expõem a organização do poder e por isso a disputa por seu controle (Raffestin, 1993). Em face disso, a mesma rede que integra também pode se tornar a que segrega. Portanto, o Estado é base fundamental para a regulação, determinação na condução, controle dos impactos desses fluxos.

RESULTADO, DISCUSSÕES E CONCLUSÕES

Conforme os elementos apresentados neste trabalho, é possível identificarmos uma integração regional entre a região metropolitana do Rio de Janeiro e o Norte fluminense, em decorrência do poder de influência dos GPI em torno do circuito produtivo do petróleo e gás. Diante disso, as redes técnicas tem sido cruciais para manter a proximidade das regiões, porém com a priorização dos interesses privados a integração acaba ocorrendo sob influência de uma exclusividade e rentismo na circulação. Como

pode ser observado, a 'retirada' do Governo Federal no planejamento territorial fluminense e em investimentos comprometeu a modernização resultando em espaços de lentidão pela sobrecarga do setor rodoviário, abandono das linhas férreas, e dificuldade de conexão de dutos e linhas de energia elétrica e porto. Mesmo dentro dessas dificuldades, a intensificação dos fluxos tem direcionado a uma expansão do processo de metropolização que tende a uma reestruturação espacial no eixo Região metropolitana do Rio de Janeiro e Norte Fluminense. Isso significa que o Estado além de possuir papel importante na promoção de GPI que induzem outros projetos secundário com a dinamização das redes, também é fundamental por ser base para uma produção do espaço que não só atenda interesses particulares e internacionais. Até o momento, as transformações induzidas pelos GPI pouco têm atendido as demandas das populações locais, pois se isolaram dos espaços ao entorno. Além disso, é importante destacar que por se tratar de uma economia com forte influência em um *comodities,* que se caracteriza por um movimento de expansão e contração dos investimentos, suscita uma importante gestão dos recursos do estado. Portanto, no estado do Rio de Janeiro é urgente o uso de políticas estratégicas de melhorias da circulação para sua conservação e expansão para o uso comum das redes técnicas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. *Redes e circulação no uso e controle do território.* In: ARROYO, M; CRUZ, R. de C. A. da. Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização. São Paulo: Annablume, 2015. p.37-50.

OLIVEIRA, Floriano. OLIVEIRA, Leandro. *Circuitos espaciais da produção e a economia do petróleo no estado do Rio de Janeiro:* as transformações territoriais por ação dos níveis superiores da economia. Revista GeoUECE, Fortaleza/CE, v.9, n.16, 2020.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2005

OLIVEIRA, Floriano. PESSANHA, Roberto. *Os circuitos espaciais de produção do petróleo no Rio de Janeiro e em São Paulo:* formação e integração da megarregião Rio-SP. GEOgraphia, Vol 21, N.46, 2019

PESSANHA, R.M. *A relação transescalar e multidimensional "Petróleo-Porto" como produtora de novas territorialidades*. 560 f. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de 0050olíticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RAFFESTIN, Claude. *As redes e o poder*. In: _. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. (p.200-220)

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço:* Técnica e Tempo, Razão e Emoção 4. ed. 2. reimpr. *[edição digital]* - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, [1994] 2006a.

SILVEIRA, Márcio Rogério (org). *Circulação, transporte e logística:* diferentes perspectivas. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

9 MOBILIDADE URBANA

A mobilidade urbana no estado do Rio de Janeiro é um desafio de ordem complexa, que tem suas raízes na história e na evolução territorial do estado. A expansão desordenada das áreas urbanas e a falta de estruturação do transporte público contribuíram para a criação de um sistema deficiente, que se agrava com a falta de planejamento integrado. A população, especialmente aqueles com menor poder aquisitivo, que dependem do transporte coletivo, são os mais afetados pelas limitações do sistema. Congestionamentos são uma constante, comprometendo a qualidade de vida, a eficiência dos serviços urbanos e impactando a produtividade fluminense. A integração de modais de transporte e a busca por um desenvolvimento urbano mais equilibrado são imperativos para a solução desses problemas. Nesse contexto, algumas questões são levantadas. Como a integração de modais pode otimizar o sistema de transporte e reduzir os congestionamentos? De que forma o planejamento conjunto dos serviços públicos de regiões distintas pode contribuir para uma melhora mais equitativa da mobilidade? Quais políticas podem incentivar o uso de transportes não motorizados ou coletivos em detrimento de veículos particulares? Como melhorar a operação e o monitoramento da mobilidade urbana nas cidades fluminenses? Como a inteligência artificial e a análise de dados podem ser utilizadas para melhorar a gestão da mobilidade urbana?

PASSE LIVRE ESTUDANTIL: ESTUDO DE CASO DOS ESTUDANTES ENSINO MÉDIO INTEGRADO DO IFFLUMINENSE

Juliana Rocha Tavares[1]
Héllen dos Anjos Silva[2]
Dyovania Barreto Crespo[3]
Alexia Victoria Ruas do Amaral[4]

Resumo

Neste trabalho, fizemos uma avaliação sobre a mobilidade estudantil dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFFluminense *campus* Campos Centro, buscando compreender a origem dos estudantes, o meio de transporte que utilizam, bem como se acessam a gratuidade. A legislação municipal e estadual garantem o direito à gratuidade de transporte público para os estudantes, mas é necessário compreender se esse direito está sendo de fato cumprido. Transporte e educação são direitos constitucionais e é fundamental zelar para que os estudantes acessem suas instituições de ensino através de um transporte público gratuito, eficiente e de qualidade.

Palavras-chave: Passe Livre; Transporte Público; Educação.

Abstract

In this study, we performed an evaluation of the student mobility of Integrated High School students at the IFFluminense *campus* Campos Centro, seeking to understand the origin of these students, the means of transport they use and they access the free transport. Municipal and state legislation guarantee the right to free public transport for students, but it is necessary to understand whether this right is actually being fulfilled. Transport and education are constitutional rights and it is essential to ensure that students access their educational institutions through free, efficient and quality public transport.

keywords: Free Pass; Public Transport; Education.

Resumen

En este trabajo realizamos una evaluación de la movilidad estudiantil de los estudiantes dela escuela secundaria integrada del IFFluminense *campus* Campos Centro, buscando comprender el origen de los estudiantes, el medio de transporte que utilizan, así como cómo acceden al transporte gratuito. La legislación municipal y estatal garantiza el derecho al transporte público gratuito de los estudiantes, pero es necesario entender si este derecho realmente se está cumpliendo. El transporte y la educación son derechos constitucionales y es fundamental garantizar que los estudiantes accedan a sus instituciones educativas a través de un transporte público gratuito, eficiente y de calidad.

Palabras clave: Pase Libre; Transporte público; Educación.

[1] Juliana Rocha Tavares, IFFluminense, jutavares@iff.edu.br
[2] Héllen dos Santos Silva, IFFluminense, h.anjos@gsuite.iff.edu.br.
[3] Dyovania Barreto Crespo, IFFluminense, d.crespo@gsuite.iff.edu.br.
[4] Alexia Victoria Ruas do Amaral, UFF, alexiaruas@id.uff.br.

Introdução

Desde 2015, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 90 (2015), o transporte passou a ser considerado um direito social constitucional. A Lei Orgânica do município de Campos (Campos dos Goytacazes (RJ), 2019) garante que estudantes da rede municipal, estadual e federal de ensino tenham gratuidade nos transportes públicos coletivos nos dias de aula, estando uniformizados e com carteira estudantil.

Santini (2019) ressalta a importância de se pautar o transporte como um direito social fundamental, que tem o poder de garantir o acesso a outras políticas sociais, como educação, saúde, trabalho e assistência social.

Alguns estudos retratam que o processo de mobilidade estudantil tem produzido impactos para a vida do estudante, como o esgarçamento do espaço de vida dos estudantes, os prejuízos no rendimento escolar estudantil e também a exclusão social, uma vez que o elevado gasto com transporte constitui um obstáculo a mais para o acesso às escolas. (Marandola, 2006; Pereira e Herrero, 2011)

Neste trabalho, avaliamos como os estudantes do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Fluminense (IFFluminense) *campus* Campos Centro acessam a instituição e se é garantido a eles o direito à gratuidade previsto na legislação.

O IFFluminense *campus* Campos Centro localiza-se na região central de Campos dos Goytacazes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2024), o município de Campos dos Goytacazes possui uma área territorial de 4.032.487 km^2, sendo o maior município do Estado do Rio. Com uma população estimada de 483.540 pessoas, Campos é também o município mais populoso do interior do Rio de Janeiro.

Material e Métodos

Com objetivo de compreender as dificuldades que os estudantes do IFFluminense *campus* Campos Centro enfrentam para acessar a instituição através do transporte público municipal ou intermunicipal, realizamos uma pesquisa *survey*, contendo perguntas quantitativas e qualitativas. A pesquisa foi direcionada para uma parcela dos estudantes do campus: os que estavam matriculados no ano letivo de 2022 no Ensino Médio Integrado.

Responderam ao questionário 288 estudantes, num total de 1026 estudantes matriculados no Ensino Médio Integrado, garantindo uma margem de erro de 5% em um intervalo de confiança de 95%.

A partir dos dados do formulário, identificamos as diferentes origens dos estudantes: distrito sede, demais distritos do município de Campos dos Goytacazes e municípios vizinhos. Em relação aos estudantes com origem no distrito sede, a partir do mapa elaborado por Godoy (2021), organizamos os estudantes em quatro regiões: Centro, Região Norte, Região Sudeste e Região Oeste. Em relação aos distritos, sentimos necessidade de analisar separadamente os distritos da chamada Baixada Campista, que possuem características geográficas similares e os demais distritos.

Resultados e Discussão

A partir das respostas das respostas do formulário, percebemos uma maior concentração estudantil nos distritos da Baixada Campista (59 estudantes), na região central do Distrito sede (56 estudantes) e na Região Sudeste do Distrito Sede (51 estudantes).

Passamos, a partir de então, a avaliar qual tipo de transporte predominava em cada região. Na região central do Distrito Sede, observamos que cerca de 75% dos estudantes acessavam o campus sem depender do serviço público de transporte. Muitos estudantes conseguiam acessar o *campus* a pé ou de bicicleta devido à proximidade.

Na Região Norte, no entanto, de um total de 32 estudantes, observamos uma inversão em relação à região central, posto que cerca de 72% acessam o campus através do ônibus. A maior distância em relação ao campus justifica uma menor utilização de bicicletas.

Situação similar é observada na Região Sudeste. Nessa região, cerca de 67% dos estudantes utilizam transporte público para acessar o campus, sendo que, dois estudantes relataram que dependem de vans para chegar na instituição.

A Região Oeste também segue o mesmo padrão observado nas Regiões Norte e Sudeste. Ou seja, cerca de 68% utilizam o transporte público e a van, mais uma vez, é citada como meio de transporte principal por dois estudantes.

Partimos, então, para a análise dos transportes utilizados por estudantes na região distrital, começando pela região da Baixada Campista. Cerca de 88% dos estudantes da Baixada acessam o campus através de vans, o que é uma situação bastante delicada, em relação à questão da gratuidade, conforme iremos explicitar posteriormente.

Em relação aos demais distritos, cerca de 64% dos estudantes utilizam vans para acessar o campus. Já dentre os estudantes que vêm de outros municípios, 71% chegam ao campus através de ônibus e quase 18% chegam através de vans.

Considerando a Lei do Passe Livre e a importância do acesso gratuito à educação básica, perguntamos também com que frequência o estudante tem acesso à gratuidade no transporte público de Campos dos Goytacazes, utilizando ônibus ou vans.

Em relação ao ônibus, de um total de 162 estudantes que utilizam esse meio de transporte, apenas 60% dos estudantes relataram que sempre conseguem acessar a gratuidade, o que significa que as empresas estão descumprindo a Lei do Passe Livre municipal. Alguns estudantes relatam também situações em que os motoristas passam direto do ponto de ônibus, não parando para o estudante subir, o que gera atraso e prejuízos acadêmicos aos estudantes.

A situação se torna mais grave, no entanto, quando analisamos as respostas dos estudantes que utilizam vans como principal meio de transporte. Dos 108 estudantes, quase 99% dos estudantes relataram que não conseguem acessar gratuitamente as vans. Alguns estudantes explicaram que as vans só oferecem 2 ou 3 lugares destinados à gratuidade e estes lugares sempre estão preenchidos por idosos ou Pessoas com Deficiência que, assim como os estudantes, também possuem o direito à gratuidade.

Se considerarmos que a região da Baixada Campista atualmente é atendida basicamente por vans, temos uma quantidade de estudantes significativa sendo impedida de acessar o direito à educação básica de forma gratuita.

Por fim, questionamos a respeito do impacto da não gratuidade na renda familiar do estudante que paga passagem no ônibus ou na van. Dos 162 estudantes respondentes, 94 consideram que o impacto é grande e 26 consideram que o impacto na renda familiar é insustentável. O elevado índice de estudantes que consideram que o impacto financeiro do custeio de passagens é grande e insustentável (cerca de 74%) é preocupante, pois pode ser um fator que provoca a evasão estudantil.

Conclusão

Diante da avaliação dos dados obtidos a partir dos formulários respondidos pelos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFFluminense *campus* Campos Centro, consideramos que o estudo sobre a origem dos estudantes, os meios de transporte que eles utilizam e se conseguem ou não acessar a gratuidade é fundamental para entender geograficamente as dificuldades e desafios para garantia do transporte público adequado a esses estudantes, bem como para estudantes outras instituições de ensino. É fundamental que o Poder Público fiscalize e garanta transporte público adequado para todas as regiões e faça valer a Lei do Passe Livre.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional no 90, de 15 de setembro de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso: 05/05/2024;

CAMPOS DOS GOYTACAZES (2019). Lei Orgânica Municipal. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/lei-organica-campos-dos-goytacazes-rj. Acesso: 10/06/2024;

GODOY, A. L. C. **O Resultado da aplicação dos royalties do petróleo na intensificação da segregação espacial e nas transformações urbanas de Campos dos Goytacazes/RJ.** 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pós Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades e Estados. Campos dos Goytacazes, 2024. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/campos-dos-goytacazes.html. Acesso: 07/05/2024;

MARANDOLA, E., Jr. (2006). Mobilidade e Vulnerabilidade nos Espaços de Vida de Campinas. In XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (18-22 de setembro). Caxambú: ABEP

PEREIRA, R. H. M.; HERRERO, V. (2011). Mobilidade pendular: uma proposta teórico-metodológica. In: T. Aidar, & E. Pelaez. (Orgs.), Estudos demográficos na Argentina e Brasil: resultados de cooperação entre estudantes e docentes da Unicamp e UNC (pp. 106-127). Campinas: SPU/AR, CAPES/BR.

SANTINI, D. Passe livre e as possibilidades da tarifa zero contra a distopia da uberização. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

Agradecimentos

Agradecemos ao IFFluminense campus Campos Centro pelo financiamento da pesquisa, ao saudoso professor Antônio Godoy, por todo suporte que deu à pesquisa e por todos os estudantes que responderam ao questionário.

MOBILIDADE PENDULAR E TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Clarice Antoun Martinho[1]

RESUMO

Este texto apresenta dados e análises extraídos da tese de doutorado da autora Martinho (2023) realizada no IPPUR/UFRJ. O objetivo é demonstrar como se manifestou a mobilidade pendular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) nos dois momentos históricos, retratados nos Censos Demográficos de 1980 e de 2010, do ponto de vista da estrutura produtiva, refletindo as transformações econômicas nesse território.

Palavras-chave: mobilidade pendular; região metropolitana; estrutura produtiva

ABSTRACT

This text presents data and analyses extracted from the doctoral dissertation Martinho (2023) carried out at IPPUR/UFRJ. The objective is to demonstrate how commuting manifested itself in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ) in two historical moments, portrayed in the 1980 and 2010 Censuses. It takes a productive structure perspective, reflecting on the economic transformations in this territory.

Kew Words: commuting; metropolitan region; productive structure

RESUMEN

Este texto presenta datos y análisis extraídos de la tesis doctoral de la autora Martinho (2023) realizada en el IPPUR/UFRJ. El objetivo es demostrar cómo el movimiento pendular se manifestó en la Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ) en los dos momentos históricos, retratados en los Censos de población en 1980 y 2010, desde el punto de vista de la estructura productiva, reflejando las transformaciones económicas en ese territorio.

Palabras-clave: movimiento pendular; región metropolitana; estructura productiva

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas constata-se o aumento do total de pessoas que exercem seu trabalho em municípios distintos dos seus municípios de residência, o que implica em deslocamentos regulares. Trata-se da mobilidade pendular, um fenômeno socioespacial, que, no processo histórico brasileiro se associa à metropolização. Os centros urbanos se expandem por municípios periféricos, que se constituíram como opção

[1] Economista, Doutora em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ): clariceantoun@gmail.com

de moradia, devido ao encarecimento do preço do solo nas áreas centrais, de modo que se tornou necessário cada vez um maior deslocamento para alcançar o mercado de trabalho. O preço mais barato da moradia, assegurou o baixo custo da mão de obra, reduzindo o custo de vida, porém de forma precária, e nos termos do Kowarick (1979) por meio da espoliação urbana, assim mantendo baixos salários. Ao passo que, o próprio espaço urbano torna-se objeto de valorização.

A RMRJ contém cerca de 12 milhões de habitantes, frente aos quase 16 milhões de todo o Estado, o que demonstra o seu peso demográfico[2], sendo que 6 milhões vivem na capital, com alto grau de centralidade. Os municípios da RM são interligados do ponto de vista do funcionamento das atividades e da movimentação dos seus habitantes[3].

Na segunda metade do século XX o Brasil se industrializou e sofreu um intenso processo de metropolização. No decorrer das últimas décadas a indústria perdeu peso na atividade econômica e o setor terciário se expandiu, por diversos tipos de serviços. No Rio de Janeiro destacam-se o setor público e o circuito de acumulação urbana, incluindo grande parcela em atividades de sobrevivência e precárias.

Assim, busca-se demonstrar de que maneira tais mudanças econômicas se relacionam com a mobilidade pendular para trabalho na RM, como se manifestou a menor participação do setor industrial nas ocupações, e a consolidação dos diferentes segmentos dos serviços como atividades econômicas dos trabalhadores pendulares.

MATERIAL E MÉTODOS

No Brasil, os principais dados, referentes a mobilidade pendular, encontram-se realizados na pesquisa do Censo demográfico do IBGE, onde se considera, como unidade espacial, o município como local de residência e de trabalho. No Censo é possível selecionar dados de ocupação no mercado de trabalho, segundo setores de atividade econômica. Considerando que a mobilidade pendular evoluiu positivamente, para que municípios da RMRJ os fluxos pendulares estariam se direcionando (para a capital ou para outras regiões)? Para trabalhar em quais atividades econômicas? Como esses resultados demonstram processos econômicos e socioespaciais na RMRJ?

A dinâmica socioeconômica se reflete nas ocupações geradas, o que foi verificado a partir dos dados sobre ocupação no mercado de trabalho, segundo setores de atividade

[2] Na tese considerou-se como recorte metropolitano, os municípios da RMRJ no Censo de 2010: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Itaguaí, Seropédica, São J. Meriti, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, Mesquita, Magé, Belford Roxo, Japeri, Paracambi, Queimados, Guapimirim e Tanguá. Para comparação entre 1980 e 2010 **adotou-se a divisão do Censo de 1980**. Ver em Martinho (2023).

[3] Um aspecto adicional é a face da imobilidade de populações periféricas, por restrições no acesso ao transporte (LAGO, 2007), contudo essa não será diretamente abordada neste texto.

coletados no censo demográfico, e, reagrupados nas seguintes categorias: Indústria extrativa, de transformação, construção, SIUP, Serviços distributivos, pessoais, sociais e produtivos, e, setor primário[4].

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Houve aumento de 45,4% do volume de pessoas que realizam mobilidade pendular no conjunto dos municípios selecionados da RMRJ, entre 1980 e 2010. Apesar do aumento absoluto, diminuiu a participação da mobilidade pendular no total de ocupados municipais, especialmente na Baixada Fluminense e no Leste Metropolitano. Isto é, em 1980, 19,8% dos ocupados, faziam mobilidade pendular para trabalhar. Em 2010 este indicador caiu para 18,3%, já que a variação da ocupação foi maior do que a da pendularidade, ao crescer 59,2%.

Para o município do Rio de Janeiro, ocorreu o inverso. A participação da mobilidade pendular nas pessoas ocupadas aumentou. Ela passou de apenas 1,0% para 2,5%, sendo que o montante dos residentes na capital, corresponde a 7,2% do total de deslocamentos da RMRJ. Para o conjunto dos municípios da periferia – Baixada e Leste metropolitanos –, o percentual de mobilidade pendular reduziu de 50,1% para 38,6%.

Portanto, não obstante o aumento absoluto da mobilidade pendular dos municípios da RMRJ, houve maior geração de ocupações na periferia metropolitana – Baixada e Leste – que pode decorrer tanto da maior dinamização das atividades econômicas da periferia; quanto do efeito demográfico, tendo em vista que o aumento populacional por si só exerce pressão pelo aumento daquelas atividades econômicas essenciais.

Tabela 1: Total de ocupados que trabalham em outro município da RMRJ – 1980 e 2010

Mun. residência	Total de Ocupados		Outro Mun.		%Outro/Total	
RMRJ	**1980**	**2010**	**1980**	**2010**	**1980**	**2010**
Rio de Janeiro	2.052.487	2.922.823	20.732	71.960	1,0%	2,5%
SEM Rio de Janeiro	1.264.728	2.357.663	635.152	881.843	50,2%	38,6%
TOTAL RMRJ	**3.317.215**	**5.280.486**	**655.884**	**953.803**	**19,8%**	**18,3%**

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Censo demográfico.

Os municípios que aparecem como os maiores emissores de fluxo pendular são Nova Iguaçu, São Gonçalo, Duque de Caxias e São João de Meriti, que representam o

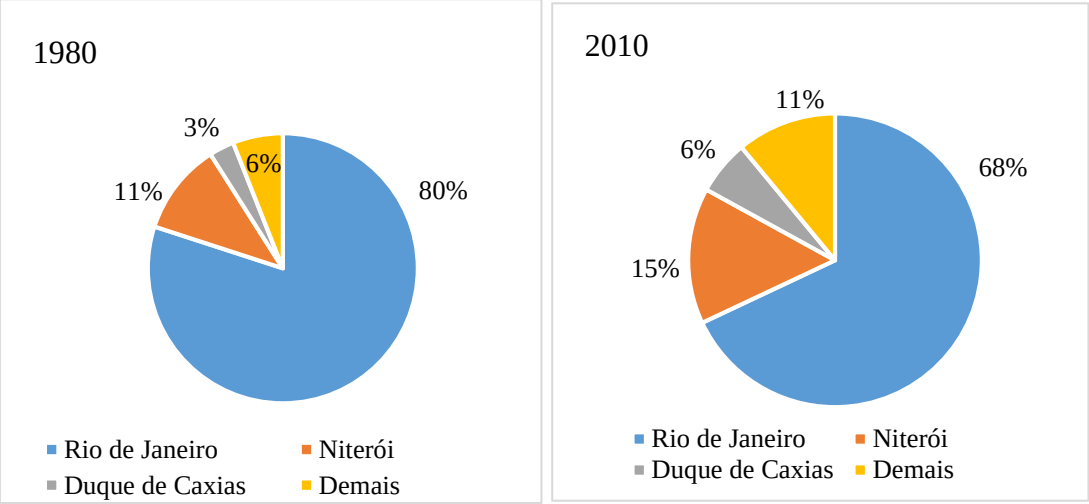
[4] Agrupamento construído na pesquisa de tese, sob orientação do Prof. Marcelo Gomes Ribeiro Observatório das Metrópoles/IPPUR.

contraste entre o fluxo de origem da periferia metropolitana, que reúnem os municípios da Baixada e do Leste metropolitano, em relação ao fluxo oriundo da capital.

Em termos de municípios receptores, o Rio de Janeiro exerce papel primordial na dinâmica dos fluxos pendulares. Houve aumento de 42,4% do número absoluto de pessoas ocupadas no município do Rio de Janeiro, entre 1980 e 2010, o que permitiu que esse município tivesse participação de 55,4% do total de ocupações da RMRJ em 2010. Assim, o crescimento da população que ocorreu na periferia não aconteceu em detrimento do município do Rio de Janeiro, que mantém sua centralidade no mercado de trabalho.

Os fluxos pendulares mais volumosos (acima de 10 mil) por setor/município, além do Rio de Janeiro, também foram direcionados para os seguintes municípios: a) Niterói, na indústria de transformação e nos serviços (produtivos, distributivos, pessoais e sociais); b) Duque de Caxias, nos serviços distributivos e serviços sociais. Niterói e Duque de Caxias se afirmam como centralidades econômicas regionais.

Gráfico 1: Principais destinos dos fluxos pendulares na RMRJ



Fonte: Elaboração própria a partir do Censo Demográfico 1980; 2010.

Ao observar a mobilidade pendular segundo as ocupações nos setores de atividades, confirma-se a perda de importância industrial na região, configurando um processo de desindustrialização. Em contrapartida, os setores de serviços tornaram-se, em conjunto, responsáveis por três quartos dos fluxos pendulares. Todos os segmentos dos serviços ampliaram seu volume absoluto.

Tabela 2: Variação da mobilidade pendular – absoluta e relativa – por setor

Setores	**Var absoluta**	**%MOB/OCUP1980**	**%MOB/OCUP2010**
Ind transformação	- 57 mil	**22,1%**	**8,9%**

Construção + SIUP	+ 2 mil	13,6%	9,6%
Saldo Industria	**- 50 mil**	**36%**	**17%**
Serviços produtivos	+ 92 mil	8,2%	15,6%
Serviços sociais	+ 90 mil	15%	20%
Serviços distributivos	+ 70 mil	21%	22%
Serviços pessoais	+ 35 mil	19%	17%
Saldo Serviços	**285 mil**	**63%**	**75%**

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do Censo demográfico/IBGE.

CONCLUSÕES

A expansão populacional da região metropolitana em direção aos municípios da periferia, mantida a centralidade econômica na capital, elevou o quantitativo de pessoas a fazer movimento pendular, ao passo que caiu a taxa de mobilidade proporcionalmente ao total de ocupados municipais. Isso ocorreu de forma segmentada, tanto conforme a segmentação econômica do mercado de trabalho, quanto na iniquidade no acesso aos serviços de consumo coletivo, destacando-se entre eles o transporte, o que produz restrições no acesso ao trabalho, à educação e ao lazer. A mobilidade pendular é elemento da estruturação do espaço urbano, em que a reprodução da força de trabalho é assegurada por meio da moradia distante e do deslocamento necessário para os trabalhadores acessarem o mercado de trabalho. Torna-se, portanto, um dos elementos viabilizadores do modelo de desenvolvimento brasileiro calcado na concentração de renda com intensa exploração do trabalho.

Sugere-se a possibilidade de mais investigações, acerca da relação entre mobilidade pendular e transformações econômicas no território, para contribuir no planejamento de políticas que melhorem o bem-estar da população.

REFERÊNCIAS

FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. Tendências e Perspectivas. Revista Novos Estudos/ Cebrap, São Paulo, n. 29, p. 98-119, mar/1991.

IBGE, Censo 1980; 2010.

KOWARICK, Lúcio. A Espoliação Urbana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1979.

LAGO, Luciana Corrêa do. Trabalho, moradia e (i)mobilidade espacial na metrópole do Rio de Janeiro. Cadernos Metrópole, n. 18, p. 275-293, 2º. semestre, 2007b.

MARTINHO, Clarice Antoun. Mobilidade Pendular dos Trabalhadores na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2023. 272 fls.

IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE SITUAÇÃO EM RESPOSTA ÀS CHUVAS INTENSAS NO RIO DE JANEIRO

Marco Antonio Basques Sobrinho[1]
Márglory Fraga de Carvalho[2]
Nilda Carla Simões Franklin Guastini Grilo[3]
Marcos Paulo Dias da Silva[4]
Leandro de Souza Camargo[5]

RESUMO

A importância de uma célula dedicada à comunicação dos dados com assertividade às agências envolvidas no desastre vem sendo amplamente discutida. A pesquisa descritiva relata a experiência de implementação da Unidade de Situação (USIT) durante as chuvas intensas, de novembro de 2023 a março de 2024, no estado do Rio de Janeiro. Foram totalizados 96 eventos, com prevalência de Inundação/Alagamento, em fevereiro, destacando Nova Iguaçu como o município mais afetado. A média de desabrigados e desalojados foi de 109 e 2.037, respectivamente. Após tratamento, validação e consolidação dos dados, as agências puderam rever seus planos de ação e suprimentos para as áreas mais afetadas, num tempo menor. Conclui-se que a USIT se mostrou eficaz através de abordagem integrada, tecnologias e monitoramento em tempo real dos recursos socioeconômicos, aprimorando assim a gestão em desastres.

Palavras-chave: Gestão de Desastres; Resposta em Desastres; Proteção Civil; Consciência Situacional.

ABSTRACT

The importance of a dedicated unit for assertive data communication to disaster response agencies has been widely discussed. This descriptive study reports the experience of implementing the Situation Unit (USIT) during the intense rains from November 2023 to March 2024 in Rio de Janeiro. A total of 96 events were recorded, with Flooding being the most prevalent, particularly in February, with Nova Iguaçu being the most affected municipality. The average number of displaced and homeless individuals was 109 and 2,037, respectively. After data processing, validation, and consolidation, agencies were able to revise their action plans and supply strategies for the most affected areas more efficiently. The USIT proved effective by integrating technology and real-time monitoring of socioeconomic resources, enhancing disaster management.

Keywords: Disaster Management; Disaster Response; Civil Protection; Situational Awareness.

RESUMEN

La importancia de una unidad dedicada a la comunicación de datos de manera asertiva a las agencias de respuesta ante desastres ha sido ampliamente discutida. Este estudio descriptivo informa sobre la experiencia de la implementación de la Unidad de Situación (USIT) durante las intensas lluvias de noviembre de 2023 a marzo de 2024 en Río de Janeiro. Se registraron un total de 96 eventos, con una prevalencia de Inundaciones, especialmente en febrero, destacando a Nova Iguaçu como el municipio más afectado. El promedio de personas desplazadas y sin hogar fue de 109 y 2.037, respectivamente. Tras el procesamiento,

[1] Marco Antônio Basques Sobrinho - CEPEDEC. e-mail: mbasques@gmail.com
[2] Márglory Fraga de Carvalho - CEPEDEC. e-mail: mag311080@gmail.com
[3] Nilda Carla Simões Franklin Guastini Grilo - CEPEDEC. e-mail:nildacsg@gmail.com
[4] Marcos Paulo Dias da Silva - CEPEDEC. e-mail: mpdsdez@gmail.com
[5] Leandro de Souza Camargo - CEPEDEC. e-mail: leoscamargof5@gmail.com

validación y consolidación de los datos, las agencias pudieron revisar sus planes de acción y estrategias de suministros para las áreas más afectadas de manera más eficiente. La USIT demostró ser eficaz mediante la integración de tecnología y el monitoreo en tiempo real de los recursos socioeconómicos, mejorando la gestión ante desastres.
Palabras-clave: Gestión de Desastres. Respuesta a los Desastres; Protección Civil; Conciencia Situacional.

INTRODUÇÃO

Em todo o mundo, equipes especializadas como a Unidade de Situação (USIT) são essenciais para auxiliarem nas tomadas de decisões em crises complexas e desastres. No Rio de Janeiro, a alta frequência de eventos climáticos severos, como enchentes e deslizamentos, evidencia a importância dessas equipes na captação e tratamento de dados na gestão de desastres (Bezerra, 2023). Neste contexto, como a implementação de uma Unidade de coleta, validação, registro e disseminação de informações, pode contribuir para a manutenção da consciência situacional em desastres? Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo relatar a experiência durante a implementação da USIT, para o monitoramento e a gestão integrada de eventos adversos no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). Esta Unidade é mobilizada sob demanda, e composta por especialistas do Instituto Científico e Tecnológico de Defesa Civil (ICTDEC) e do Centro de Estudos e Pesquisas em Defesa Civil (CEPEDEC). A justificativa se baseia na crescente frequência de desastres, que exigem decisões rápidas e eficazes para otimizar a alocação de recursos, sendo relevante por promover previsibilidade e aprendizado para futuras crises, sendo essencial para a gestão de desastres, principalmente para autoridades governamentais, gestores de emergências, redes de ajuda humanitária, entre outras agências. Além disso, contribui com pesquisadores na busca de soluções inovadoras, apontando novos estudos capazes de impactar positivamente a sociedade ao garantir maior proteção à vida e redução de danos.

MATERIAL E MÉTODOS

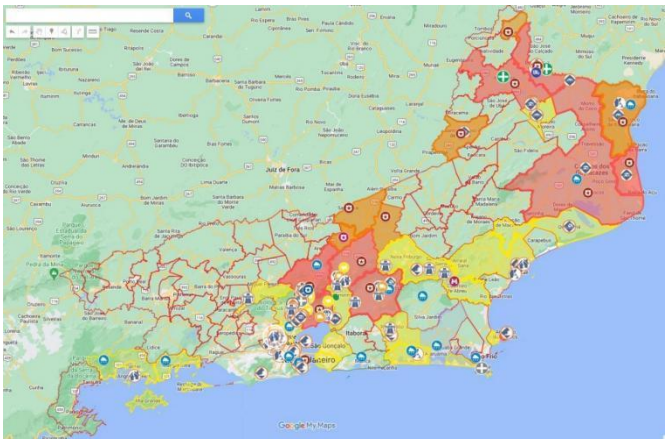
Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva, caracterizada como um relato de experiência, que descreve a vivência de uma equipe multiprofissional de especialistas do ICTDEC e do CEPEDEC, na implementação da USIT, durante as chuvas intensas de novembro de 2023 a março de 2024. O relato de experiência como abordagem metodológica possibilitou uma análise prática da implementação da USIT, destacando sua eficácia e desafios em emergências reais. Segundo Ludke e Cruz (2010), essa metodologia foca na descrição da intervenção e contribui significativamente para a construção do conhecimento. As principais fontes de dados do estudo incluíram relatórios operacionais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), da Defesa Civil e das prefeituras,

além de outros documentos oficiais, como decretos de Situação de Emergência (SE) ou Estado de Calamidade Pública (ECP). A amostra foi composta por 835 registros, resultando em um banco com 22 atributos, dentre eles: Localização dos municípios, das REDEC, Tipologia, Desabrigados, Desalojados, Afetados, Óbitos, Vítimas e Material de Ajuda Humanitária. A análise dos dados incluiu o georreferenciamento dos municípios afetados que foram classificados em cores, de acordo com a intensidade do impacto e a resposta dada. Este estudo foi realizado conforme a Resolução Nº 510 de 2016 do CONEP, relatando uma experiência prática e extraindo conhecimento de vivências individuais, sem precisar de aprovação ética, já que o consentimento informado foi aceito pelas instâncias superiores (Brasil, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do período, foram totalizados 96 eventos, com predominância de Inundação/Alagamento, especialmente em fevereiro. O município de Nova Iguaçu destacou-se como o mais afetado no período. A média de desabrigados e desalojados em todo o ERJ foi de 109 e 2.037, respectivamente. A rapidez e confiança no tratamento e validação dos dados *in loco* permitiu que os municípios revissem seus respectivos planos de ações e suprimentos para as áreas mais afetadas num tempo significativamente menor, o que contribuiu diretamente para a eficácia da resposta. Em janeiro, foram registrados 22 eventos, com a tipologia Inundação/Alagamento predominando em 13 casos, correspondendo a 59% da amostra. O município do Rio de Janeiro concentrou 9 desses registros, representando 69% da amostra. Em fevereiro, o total de eventos aumentou para 46, com a tipologia Inundação/Alagamento aparecendo em 31 casos, o que equivale a 67% da amostra. Nova Iguaçu destacou-se com 15 registros de Inundação/Alagamento, representando 48% da amostra. Em março, houve 28 registros de eventos, com 13 casos de Inundação/Alagamento, o que representa 46% da amostra. Duque de Caxias teve 5 registros, correspondendo a 38% da amostra. Quanto aos municípios, em janeiro, observou-se uma predominância de decretos de Situação de Emergência (SE) nos municípios da Baixada Fluminense, além de impactos de eventos adversos de origem climatológica em Niterói, Rio de Janeiro e Vassouras. Em fevereiro, os municípios de Barra do Piraí, Mendes, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu e Bom Jesus do Itabapoana decretaram SE devido às chuvas intensas. O município de Japeri declarou Estado de Calamidade Pública (ECP) por chuvas intensas, enquanto o município de Paulo de Frontin enfrentou eventos adversos, mas sua tentativa de decretação não foi reconhecida pelo ente federal. Em março, os mesmos municípios de fevereiro (Barra do Piraí,

Mendes, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu e Bom Jesus do Itabapoana) repetiram os decretos de SE por chuvas intensas. Japeri novamente decretou ECP, enquanto os municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Niterói, São Gonçalo, Saquarema, Rio Bonito, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Macaé, Italva, Conceição de Macabu, Quissamã, Nova Friburgo e Miguel Pereira foram impactados por eventos adversos de origem climatológica, mas sem decretação. A baixada fluminense, principalmente os municípios de Mesquita, Nilópolis e São João de Meriti, enfrentaram chuvas extremas entre 260 mm e 275 mm em um período de apenas 6 horas nos dias 13 e 14 de janeiro de 2024. Esses valores excedem as médias mensais de precipitação para janeiro, que variam entre 220 mm e 260 mm (INMET, 2024). São João de Meriti, o município mais populoso da região, sofreu os impactos mais graves, com o maior número de desalojados e desabrigados, devido à sua alta densidade demográfica e vulnerabilidade estrutural. Por fim, uma das lições mais importantes foi perceber como a USIT atuava de forma complementar às estruturas governamentais já existentes, facilitando a compreensão rápida e intuitiva da gravidade da situação, mesmo para indivíduos sem conhecimento técnico, algo que se mostrou crucial em áreas críticas (Doyle et al., 2019). A organização visual e georreferenciada das informações sobre desastres facilita a compreensão do cenário e a tomada de decisões, otimizando a resposta do Estado aos municípios afetados. A Figura 1 foi compartilhada em tempo real com as agências do Gabinete Integrado de Gestão de Desastres, garantindo consciência situacional de novembro de 2023 a março de 2024.



Legenda:
Municípios impactados (com registros de ocorrência).
Municípios que ativaram o Gabinete de Crise Municipal (GCM) devido a chuvas intensas.
Municípios que decretaram Situação de Emergência (SE) com ou sem GCM.
Municípios que decretaram Estado de Calamidade Pública (ECP) com ou sem GCM

Figura 1. Distribuição espaço temporal dos eventos adversos provocados pelo período de chuvas intensas de 2024. CEPEDEC, RJ, 2024.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a implementação da USIT trouxe experiências relevantes na gestão de desastres em áreas propensas a chuvas intensas e com destaque para uma abordagem integrada que considere tanto aspectos tecnológicos quanto socioeconômicos. Contudo, para fortalecer a capacidade de resposta em desastres, é imperativo que as políticas públicas sejam adaptativas e inclusivas, abordando não apenas as necessidades imediatas em emergências, mas também as dinâmicas demográficas e a infraestrutura a longo prazo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59.

BEZERRA, B. P. de S. Impactos dos eventos de El Niño e La Niña fortes no regime de precipitação no Nordeste brasileiro: uma revisão. 2023. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Meteorologia) – Departamento de Ciências Atmosféricas e Climáticas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/53528/4/ImpactosEventosFortes_Bezerra_2023.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

DOYLE, E. E.; JOHNSTON, D. M.; SMITH, R.; PATON, D. Communicating model uncertainty for natural hazards: a qualitative systematic thematic review. International Journal of Disaster Risk Reduction, v. 33, p. 449-476, 2019. DOI: 10.1016/j.ijdrr.2018.10.023. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2212420918306630. Acesso em: 21 abr. 2024.

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia. Normais climatológicas. 2024. Acesso em: 1 jul. 2024. Disponível em: https://portal.inmet.gov.br/normais.

LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. da. Contribuições ao debate sobre a pesquisa do professor da educação básica. Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 2, n. 3, p. 86-107, 18 dez. 2010. Disponível em: https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view/20/18. Acesso em: 21 abr. 2024.

TARIFA ZERO NO TRANSPORTE PÚBLICO: ANÁLISE DOS IMPACTOS E VIABILIDADE PARA O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Glaydston Mattos Ribeiro[1]
Cintia Machado de Oliveira[2]
Joyce Azevedo Caetano[3]
Larissa Rodrigues Turini[4]

Resumo:
O transporte público enfrenta desafios relacionados ao alto custo das tarifas, que afeta tanto a demanda quanto a qualidade do serviço, criando um ciclo de insatisfação e queda de receitas. A proposta da tarifa zero, onde o governo subsidia integralmente o transporte, surge como uma alternativa para aumentar o acesso e reduzir desigualdades. Experiências em cidades como Maricá e Caucaia, no Brasil, e Luxemburgo, no exterior, indicam benefícios como inclusão social e redução de congestionamentos. No entanto, também existem riscos, como o impacto financeiro sobre outros setores e a possível deterioração dos serviços devido à alta demanda. No contexto do Rio de Janeiro, a implementação da tarifa zero enfrenta desafios adicionais, como a dependência do transporte rodoviário e a necessidade de um sistema integrado. A pesquisa conclui que, antes de adotar a tarifa zero, é necessário modernizar a infraestrutura e promover um planejamento urbano mais eficaz.

Palavras-chave: Tarifa zero, transporte público, subsídios, mobilidade urbana.

Abstract:
Public transportation faces challenges related to high fares, which impact both demand and service quality, creating a cycle of dissatisfaction and revenue decline. The zero-fare proposal, where the government fully subsidizes transportation, is an alternative to increase access and reduce inequalities. Experiences in cities like Maricá and Caucaia, in Brazil, and Luxembourg internationally, show benefits such as social inclusion and reduced traffic congestion. However, there are also risks, such as financial strain on other sectors and possible service deterioration due to increased demand. In Rio de Janeiro, the implementation of zero-fare transportation faces additional challenges, including a reliance on road transport and the need for an integrated system. The research concludes that, before adopting the zero-fare model, it is necessary to modernize infrastructure and promote more effective urban planning.

Keywords: Zero fare, public transport, subsidies, urban mobility.

Resumen:
El transporte público enfrenta desafíos relacionados con las tarifas altas, que afectan tanto la demanda como la calidad del servicio, creando un ciclo de insatisfacción y disminución de ingresos. La propuesta de tarifa cero, en la que el gobierno subvenciona completamente el transporte, surge como una alternativa para aumentar el acceso y reducir las desigualdades. Experiencias en ciudades como Maricá y Caucaia, en Brasil, y Luxemburgo a nivel internacional, muestran beneficios como la inclusión social y la

[1]Glaydston Mattos Ribeiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); glaydston@pet.coppe.ufrj.br
[2]Cintia Machado de Oliveira; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ); cintia.oliveira@cefet-rj.br
[3]Joyce Azevedo Caetano; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); joyceazevedo@pet.coppe.ufrj.br
[4]Larissa Rodrigues Turini; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); larissa.turini@gmail.com

reducción de la congestión del tráfico. Sin embargo, también existen riesgos, como la presión financiera sobre otros sectores y la posible deterioración de los servicios debido al aumento de la demanda. En el contexto de Río de Janeiro, la implementación de la tarifa cero enfrenta desafíos adicionales, como la dependencia del transporte por carretera y la necesidad de un sistema integrado. La investigación concluye que, antes de adoptar el modelo de tarifa cero, es necesario modernizar la infraestructura y promover una planificación urbana más efectiva.

Palabras clave: Tarifa cero, transporte público, subsidios, movilidad urbana.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP (2024), as tarifas altas estão entre os principais problemas do transporte público coletivo, uma vez que provocam a queda da demanda e, por consequência, das receitas. Esta questão acarreta um desequilíbrio em termos financeiros e de qualidade do serviço – quando o passageiro não fica satisfeito com o serviço prestado, a tendência é que ele não o utilize mais, afetando os lucros da empresa e formando um ciclo vicioso de fragilidade no transporte público (HERBON, HADAS, 2015; ORTÚZAR, WILLUMSEN, 2011). Cabe destacar, porém, que a migração dos passageiros para outro modo de transporte se dá, principalmente, quando este possui alternativas para o fazê-lo, principalmente por motivos relacionados à sua renda bruta mensal (RODRIGUES *et al.*, 2024). Como então tornar o custo um atrativo à medida que este permita uma maior qualidade ao transporte?

Com o intuito de mitigar o impacto dos custos no transporte, em especial na qualidade percebida pelos passageiros, subsídios têm sido empregados por governantes municipais e estaduais. Este tipo de financiamento impede, ou reduz, os aumentos nas tarifas a partir de um equilíbrio entre os passageiros e o governo, em que cada um é responsável por pagar uma parcela do custo da viagem (ANTP, 2024). Embora comumente adotada em diferentes países, a prática do subsídio é recente no Brasil, incluindo o de 100% do custo da passagem. No entanto, tarifas a custo zero são, em sua maioria, implementadas em cidades de pequeno e médio porte, que não têm (em proporção) os mesmos desafios experienciados por cidades de grande porte. Neste sentido, emergem as seguintes questões de pesquisa: quais as vantagens e desafios da tarifa zero no município do Rio de Janeiro? Seria viável a adoção deste tipo de subsídio?

Esta pesquisa busca discutir os impactos e a viabilidade da implementação da tarifa zero no município do Rio de Janeiro. Para tanto, explora-se, a partir de uma breve revisão da literatura, as vantagens e desafios deste modelo de subsídio, discutindo-os sob a ótica do contexto da cidade carioca.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Como procedimento metodológico, consideraram-se as seguintes etapas: i) conhecimento do problema de pesquisa, a partir da revisão da literatura; e ii) discussão teórica, com o debate dos efeitos das tarifas zero no município do Rio de Janeiro, à luz dos estudos identificados. Para a identificação dos estudos acerca do tema de subsídios, em particular da tarifa zero, o processo de busca foi realizado nas bases *Web of Science*, *Scopus* e *Google Scholar*, que são amplamente reconhecidas e multidisciplinares. As palavras-chave utilizadas incluíram a combinação dos seguintes termos, associados aos operadores booleanos e caracteres especiais: *("zero tariff" OR "subsid*") AND ("public transport*")*. Para além da pesquisa em bases de dados, realizou-se uma consulta a documentos e demais registros governamentais, obtidos por meio de uma busca simplificada na plataforma *Google*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme aponta Dellheim (2023), a tarifa zero se tornou uma medida de longo prazo, onde: i) antes de sua introdução, a oferta de transporte público de passageiros havia crescido; ii) o transporte público foi ampliado progressivamente, tanto em termos de veículos e frequência, quanto em rotas percorridas; e iii) outras medidas foram implementadas para enriquecer a vida pública no município. O caso de Maricá, localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, corrobora, em parte, essa afirmativa.

De acordo com a Prefeitura de Maricá (2024), o sistema de transporte totalmente gratuito (tarifa zero) começou com uma frota de apenas dez ônibus, que aumentou para 135 veículos em 2024. Em 2021, o município implementou um projeto de bicicletas compartilhadas para moradores, também de forma gratuita, com estações de bicicletas em locais próximos às ciclovias e estações de ônibus (LOURENÇO, 2021). Isso reforça que, para a implementação desse tipo de subsídio, é necessário não apenas considerar a redução do custo como uma medida imediata, mas também pensar em outras ações, como a expansão e modernização do transporte público, o planejamento e investimento em mobilidade sustentável, e a integração entre os modos. Outro município brasileiro a ser citado como exemplo é Caucaia, no Ceará. Um mês antes da implantação da tarifa zero, o sistema transportou cerca de 510 mil passageiros e em maio de 2023, 2,3 milhões de passageiros. Por consequência, o número de quilômetros rodados também foi ampliado, permitindo ainda um incremento à economia e desenvolvimento municipal por conta do maior fluxo de pessoas e melhor acesso aos pontos da cidade (GARCIA, 2023).

No contexto internacional, cita-se aqui o caso de Luxemburgo, primeiro país a implementar o transporte público e gratuito para todos, residentes e turistas, exceto para bilhetes e assinaturas de primeira classe e em fronteiras, que ainda requerem pagamento. Esta medida foi implementada com o intuito de reduzir congestionamentos e emissões de poluentes – seus habitantes possuem mais carros per capita do que qualquer outro indivíduo na União Europeia (THE LUXEMBOURG GOVERNMENT, 2024; SERGEY, DARIA, 2024).

Considerando as experiências nacionais e internacionais, destacam-se os prós e contras da implementação da tarifa zero no município:

- **Prós:**
    - inclusão social: pode-se aumentar, de forma significativa, o acesso ao transporte público, principalmente para a população de baixa renda, promovendo a redução de desigualdades e acesso a oportunidades;
    - incentivo ao uso do transporte público: torna-se possível reduzir o número de veículos particulares nas ruas e, consequentemente, mitigar o congestionamento e poluição; e
    - simplificação do sistema de cobrança: elimina-se a necessidade de complexos processos de cobranças de tarifas, bilhetagem eletrônica e fiscalização.
- **Contras:**
    - risco orçamentário: com a tarifa zero, cria-se uma frente de despesa que irá disputar os mesmos recursos de outras áreas, como saúde e educação, o que requer um modelo de financiamento sustentável ao longo do tempo;
    - risco de descontinuidade: caso a estrutura não seja financiável e sólida, há a possibilidade de ruptura do sistema, de tal maneira que ele se torne insustentável, levando à deterioração dos serviços ao longo do tempo; e
    - risco de perda de qualidade: a gratuidade pode levar a esse aumento excessivo da demanda, com o risco de uma deterioração da qualidade de serviço e de um maior desgaste da frota; e
    - concorrência desleal com outros modos de transporte: a implantação da tarifa zero, se isolada, repercute diretamente sobre os demais sistemas.

No contexto do Rio de Janeiro, há uma dependência excessiva do transporte rodoviário devido à falta de uma rede de metrô e trem ampliada e integrada, o que limita a eficiência dos deslocamentos e intensifica os impactos na qualidade da mobilidade urbana, especialmente em relação ao tempo de viagem. O município também requer integração regional, considerando as viagens entre diferentes municípios, e integração entre modos de transporte, que devem formar um sistema interligado. Para além da integração, há uma carência de planejamento urbano, uma vez que a centralização das atividades econômicas no centro da cidade gera longos deslocamentos, contribuindo para o excessivo número de viagens pendulares entre os municípios da região metropolitana.

Diante do panorama atual do município carioca, acredita-se que os desafios são mais intensos do que os benefícios que a tarifa zero pode proporcionar. Para a implementação deste subsídio, deve-se considerar a criação de uma agenda para promover um transporte integrado, estabelecendo um diálogo entre as esferas municipais e o Estado. Também é relevante a modernização da infraestrutura, a melhoria na qualidade do serviço e a promoção de um transporte mais sustentável. Por fim, destaca-se a importância da confiabilidade, segurança e transparência, para que o passageiro possa compreender os benefícios do transporte público, sendo fundamental a participação da sociedade no processo de planejamento e discussão das políticas públicas. É imperativo considerar todos esses aspectos para uma tomada de decisão assertiva e positiva em relação à tarifa zero na cidade do Rio de Janeiro.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou apresentar as vantagens e desafios da tarifa zero e a viabilidade de sua implantação no município do Rio de Janeiro. Contatou-se que, embora este modelo de subsídio possa trazer benefícios no âmbito da mobilidade sustentável, é necessário que a cidade providencie algumas mudanças antes de sua adoção, a fim de que os prejuízos não se sobreponham aos impactos positivos. Uma vez que a tarifa zero abrange diversos aspectos sociais, para estudos futuros sugere-se investigar a percepção da população sobre a tarifa zero e como essa opinião pode influenciar a aceitação do modelo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS – ANTP. **Como ganhar eleições: transporte público de qualidade para o cidadão.** São Paulo: ANTP, 2024.

DELLHEIM, J. Por um debate mais transformador sobre a Tarifa Zero: reflexões para o estudo com base na discussão do tema, principalmente em inglês e alemão, durante os últimos dois anos. **Journal of Sustainable Urban Mobility**, v. 3, n. 1, p. 67–86, 2023.

GARCIA, P.M. **Experiência da tarifa zero de Caucaia é debatida na Comissão do Transporte.** Câmara de Curitiba. Disponível em: https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/experiencia-da-tarifa-zero-de-caucaia-e-debatida-na-comissao-do-transporte. Acesso em: 22 set. 2024.

HERBON, A.; HADAS, Y. Determining optimal frequency and vehicle capacity for public transit routes: A generalized newsvendor model. **Transportation Research Part B: Methodological**, v. 71, p. 85-99, 2015.

LOURENÇO, A.B. **Maricá, RJ, passa a oferecer transporte público gratuito de ônibus e bicicletas compartilhadas para moradores.** G1, Globo Comunicação e Participações, 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2021/03/10/marica-rj-passa-a-oferecer-transporte-publico-gratuito-de-onibus-e-bicicletas-compartilhadas-para-moradores.ghtml. Acesso em: 22 set. 2024.

ORTÚZAR, J.D.; WILLUMSEN, L.G. **Modelling transport**. 4. ed. Chichester, United Kingdom: John Wiley & Sons, Ltd, 2011. ISBN 9780470760390.

PREFEITURA DE MARICÁ. **Evento reuniu especialistas do setor para discutir os desafios e oportunidades da implementação da política no Brasil e na América**

Latina. 2024. Disponível em: https://www.marica.rj.gov.br/noticia/tarifa-zero-de-marica-e-tema-de-simposio-internacional-no-abc-paulista/#:~:text=O%20programa%20Tarifa%20Zero%20de,ve%C3%ADculos%20no%20total%20da%20frota. Acesso em: 22 set. 2024.

RODRIGUES, E. H. de S. de B. T.; TURINI, L. R.; CAETANO, J. A.; BALTAR, M. L. de B.; OLIVEIRA, C. M. de; RIBEIRO, G. M.; ORRICO FILHO, R. D. Study into the impact of the pandemic on travel patterns within the metropolitan area of Rio de Janeiro. **Urban Sci.**, v. 8, n. 3, p. 103, 2024.

VES, S.; SALTYKOVA, D. Why public transport is free in Luxembourg. Luxtoday. 2024. Disponível em: https://luxtoday.lu/en/knowledge/why-public-transport-is-free-in-luxembourg. Acesso em: 22 set. 2024.

THE LUXEMBOURG GOVERNMENT. **Public transport: Fast and free, the best way to explore the country.** Grand Duchy of Luxembourg. 2024. Disponível em: https://luxembourg.public.lu/en/living/mobility/public-transport.html#:~:text=Since%2029%20February%202020%2C%20public,to%20buy%20a%20ticket%20anymore. Acesso em: 22 set. 2024.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada, em parte, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001, e parcialmente apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo processo \#315694/2021-1, e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo processo E-26/201.225/2021.

A BAIXA CAPACIDADE ESTATAL DE RENEGOCIAÇÃO E SEUS EFEITOS NO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Valmir Rodrigues[1]

Resumo:

A política pública de mobilidade urbana representa a consagração do direito à cidade, sendo compreendida atualmente como uma questão social. Em um cenário de crise acentuada na prestação dos serviços públicos de transporte urbano pelo setor privado, a efetivação deste direito vem sendo fortemente afetada, demandando a busca por diagnósticos e soluções que passam pela retomada do protagonismo estatal através do florescimento e da recuperação de habilidades e capacidades próprias dentro de sua estrutura interna. Tomando por base a análise da revisão tarifária do Sistema de Transporte Público por Ônibus (SPPO) do Município do Rio de Janeiro, o presente trabalho busca identificar como um cenário de reduzida capacidade estatal proporciona efeitos indesejáveis na propagação da política pública de mobilidade urbana.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Políticas Públicas; Serviço Público; Capacidade Estatal; Contratos de Concessão.

Abstract:

The public policy of urban mobility represents the affirmation of the right to the city, currently understood as a social issue. In a context of acute crisis in the provision of urban transportation services by the private sector, the realization of this right has been significantly affected, necessitating the search for diagnoses and solutions that involve the resurgence of state leadership through the cultivation and recovery of inherent skills and capacities within its internal structure. Based on an analysis of the fare review of the Public Bus Transport System (SPPO) in the Municipality of Rio de Janeiro, this paper aims to identify how a scenario of diminished state capacity generates undesirable effects on the propagation of public urban mobility policy.

Keywords: Urban Mobility; Public Policies; Public Service; State Capacity; Concession Agreements.

Resumen:

La política pública de movilidad urbana representa la consagración del derecho a la ciudad, siendo actualmente entendida como una cuestión social. En un escenario de crisis acentuada en la prestación de servicios públicos de transporte urbano por parte del sector privado, la efectivación de este derecho se ha visto fuertemente afectada, lo que exige la búsqueda de

[1] Valmir de Oliveira Rodrigues Junior. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGD/UFRJ). E-mail: vrodriguess@gmail.com.

diagnósticos y soluciones que implican la recuperación del protagonismo estatal a través del florecimiento y la recuperación de habilidades y capacidades propias dentro de su estructura interna. Tomando como base el análisis de la revisión tarifaria del Sistema de Transporte Público por Autobús (SPPO) del Municipio de Río de Janeiro, el presente trabajo busca identificar cómo un escenario de reducida capacidad estatal genera efectos indeseables en la propagación de la política pública de movilidad urbana.

Palabras clave: Movilidad Urbana; Políticas Públicas; Servicio Público; Capacidad Estatal; Contratos de Concesión.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, a mobilidade urbana é representada como "a facilidade de deslocamento das pessoas e bens na cidade, tendo em vista a complexidade das atividades econômicas e sociais nela desenvolvidas" (GOMIDE, 2006). Esse conceito vem sendo objeto de uma transformação associado à sua compreensão como uma política pública necessária ao pleno exercício do direito à cidade, relacionando-se não apenas ao desenvolvimento econômico, como, também, ao efetivo usufruto da infraestrutura social pela população.

Assim, também em decorrência da assimilação de elementos ligados à acessibilidade e à sustentabilidade, a mobilidade urbana deixa de ser vista por uma abordagem puramente técnica de engenharia de tráfego, sendo identificada como uma questão social (PERO; MIHESSEN, 2013). Essa percepção intensifica a necessidade de buscar diagnósticos e soluções para o cenário de crise vivenciado pela mobilidade urbana (ROLNIK; KLINTOWITZ, 2010; RODRIGUES, 2016).

Uma das principais celeumas verificadas dentro deste cenário diz respeito aos serviços públicos de transporte. Alvo de severas críticas de usuários, os transportes urbanos enfrentam intempéries das mais variadas formas, incluindo (i) degradação do material rodante ou da frota de veículos, a depender do serviço, (ii) aumento do tempo médio de deslocamento, (iii) condições precárias da viagem, notadamente em função da superlotação dos modais. Embora não possam ser identificados como a causa única, esses elementos representam o alto grau de incerteza do transporte coletivo, ocasionando uma crescente migração para o transporte individual ou, ainda, a absorção da demanda de usuários para os serviços de transporte por aplicativo, no fenômeno conhecido como "uberização" (PEREIRA, *et al.* 2021)[2].

Por estar inserida em uma agenda em que há o predomínio da delegação da prestação dos serviços públicos à iniciativa privada (GOMIDE, 2006, p. 244-245), o debate sobre o tema é muitas vezes atraído por uma visão míope que contrapõe público e privado, resumindo a questão à polarização "mais Estado/menos Estado". Usualmente atribuindo carga negativa à busca de retorno financeiro almejada pelo particular, esta concepção limita o diagnóstico do problema na medida em que simplifica o papel do Estado a um mero espectador das atividades desempenhadas pelos agentes econômicos.

Esta concepção, entretanto, desconsidera que os contratos de concessão (Lei Federal nº 8.987/1995) ou de parceria público-privada (Lei Federal nº 11.079/2004) que delegam a prestação de serviços públicos de transporte coletivo ao setor privado representam arranjos institucionais, isto é, a exteriorização de políticas públicas concebidas pelo aparato estatal (BUCCI, 2013).

Logo, tem-se que o Estado representa um ator social imprescindível na consecução dos serviços públicos de mobilidade urbana, ainda que delegadas à iniciativa privada, sendo

[2] Segundo dados de recente pesquisa elaborada pela Confederação Nacional de Transportes – CNT, parte expressiva da demanda de serviço público (18,2%) foi absorvida por aplicativos de transporte. Dentro deste contingente de pessoas, 56,6% pertencem à classe C e 20,1% às classes D e E (CNT, 2024).

necessário retomar seu protagonismo dentro desta relação (SKOCPOL, 1985). Afinal, a eficiência na prestação de serviços públicos por agentes econômicos depende da existência de um aparato administrativo competente (LAZZARINI, 2023), detentor de capacidades estatais específicas e capazes de influenciar na implementação das políticas públicas almejadas (GOMIDE; PIRES, 2014).

Partindo-se deste arcabouço teórico, busca-se examinar a capacidade estatal de natureza técnico-administrativa[3] desenvolvida pelo Município do Rio de Janeiro para a renegociação dos contratos de concessão do Sistema de Transporte Público por Ônibus (SPPO). A adoção deste recorte metodológico considera os seguintes elementos: (i) o atual estágio da delegação dos principais serviços públicos de transporte urbano executados dentro da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (metrô, trens, barcas, ônibus municipais e intermunicipais), sendo verificada que a quase totalidade se encontra delegada à iniciativa privada, em ampla operação, sendo escusável a análise de etapas anteriores (estruturação, fiscalização) neste trabalho; (ii) o elevado número de usuários do sistema de ônibus municipais para deslocamento urbano, refletindo, inclusive, a escolha histórica do modal rodoviário dentro do país (RODRIGUES, 2016); e (iii) as recentes modificações no escopo do contratos, não apenas a partir da exclusão do serviço *Bus Rapid Transit* (BRT) e da bilhetagem eletrônica, mas, também, com a inclusão de subsídio municipal para execução do serviço.

MATERIAL E MÉTODOS

Para examinar a capacidade estatal delimitada (renegociação dos contratos), o material utilizado consistiu em documentos públicos, notadamente, (i) os contratos de concessão do SPPO, (ii) o processo administrativo nº 03/001.421/2017, cujo objeto consistiu na implementação do procedimento de revisão tarifária previsto na Cláusula Décima Segunda dos contratos[4], (iii) os autos do processo judicial nº 0045547-94.2019.8.19.0001, em trâmite perante a 8ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro e (iv) atos administrativos publicados pelo Município do Rio de Janeiro, especialmente o Decreto Municipal nº 38.279/2014, o Decreto Municipal nº 40.877/2015, o Decreto Rio nº 51.889, de 26 de dezembro de 2022, o Decreto Rio nº 51.915, de 02 de janeiro de 2023, a Resolução SMTR nº 3.591, de 01 de fevereiro de 2023, o Decreto Rio nº 52.820, 03 de julho de 2023. O conjunto destes documentos permitiu a compreensão analítica do procedimento que culminou em alterações substanciais nos contratos de concessão, incluindo a alteração da forma de remuneração das concessionárias de serviço público.

Como forma de alcançar as finalidades propostas, adotou-se a Análise Documental (CRESWELL, 2007) como percurso metodológico. Para apurar o grau de maturidade da denominada "capacidade estatal de renegociação", mostrou-se necessário adotar a metodologia proposta por Gomide e Pires (2016) com a decomposição deste conceito visando o estabelecimento de indicadores observáveis e mensuráveis no material coletado. Assim, para avaliar as capacidades técnico-administrativas relativas à renegociação de contratos, analisaram-se os seguintes aspectos: (i) presença de burocracia governamental

[3] Embora os estudos nacionais voltados ao exame da capacidade estatal adotem usualmente a divisão do conceito entre capacidade político-relacional e técnico-administrativa (GOMIDE; PIRES, 2016), o recorte adotado é restrito ao segundo elemento, visando aprofundar o estudo no plano mesoinstitucional de políticas públicas (BUCCI, 2013).

[4] "CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (Revisão da Tarifa)

12.01 – Uma vez decorrido o prazo de 12 (doze) meses a contar do vencimento do prazo fixado para início da operação dos serviços previsto no item 4.1, o PODER CONCEDENTE realizará processo de revisão da tarifa com o objetivo de rever seu valor em função da verificação da produtividade e eficiência na prestação dos SERVIÇOS pela CONCESSIONÁRIA.

12.2 – Novos processos de revisão de tarifa de que trata o item 12.01 serão instaurados a cada 4 (quatro) anos, a contar da data em que entrar em vigor a tarifa resultante do processo de revisão imediatamente anterior".

profissionalizada, (ii) avaliação da produtividade e eficiência das concessionárias na prestação dos serviços e (iii) produção de estudos ou relatórios técnicos conclusivos aptos a embasar a decisão do gestor público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados preliminares apontam pela existência de baixa capacidade estatal relativa à renegociação dos contratos de concessão do SPPO no aparato estatal do Município do Rio de Janeiro. Embora a análise documental do processo administrativo nº 03/001.421/2017 tenha constatado a existência de corpo de servidores independente, o procedimento alcançou sua conclusão apenas em 05 de maio de 2022 ante a alegada "impossibilidade de conclusão da revisão tarifária com base nas demonstrações financeiras de 2012 e 2015". Logo, não houve a produção de material técnico apto a embasar a decisão do gestor público e, tampouco, da avaliação da produtividade e eficiência na prestação dos serviços.

É importante assinalar que, em 11 de abril de 2019, foi deferida decisão liminar nos autos do processo judicial nº 0045547-94.2019.8.19.0001 proibindo a aplicação de novo reajuste tarifário enquanto não concluído o procedimento de revisão tarifária (processo administrativo nº 03/001.421/2017). Esta decisão consolida a contraposição das narrativas apresentadas pelo Município do Rio de Janeiro e pelas concessionárias acerca dos fatos impeditivos para a conclusão da revisão tarifária, na ausência/ilegalidade da documentação exigida pelos Decretos Municipais nº 38.279/2014 e 40.877/2015.

Independente desta discussão, a questão apenas foi superada mediante a participação de terceiros (Poder Judiciário e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro) para a celebração de dois acordos judiciais nos quais, a partir de concessões recíprocas, estabeleceu-se o novo valor da tarifa base dos contratos de concessão (R$ 4,30), bem como a inserção de mecanismo de subsídio tarifário. Desta forma, apenas com o deslocamento do centro decisório para instância distinta da esfera administrativa, foi possível alcançar um ponto de consenso para a renegociação contratual. Entretanto, a transferência do polo decisório também representou a redução da discricionariedade administrativa, o que pode ser representado pela proibição judicial de estabelecer redutor do subsídio tarifário para veículos em desacordo com as regras de climatização da frota.

CONCLUSÕES

Embora não se possa ignorar a possível incidência de fatores externos à capacidade técnico-administrativa, os resultados preliminares apontam que a baixa capacidade constatada para aspecto relevante da relação contratual (revisão tarifária) é capaz de gerar impacto considerável na efetivação da política pública de mobilidade urbana propagada por meio dos contratos de concessão assinados.

Mesmo sem promover juízo de valor no que diz respeito às narrativas apresentadas por agentes governamentais e não governamentais no âmbito da discussão judicial, observa-se que a paralisia do processo administrativo de revisão tarifária iniciou um ciclo nocivo no cumprimento das obrigações contratuais de parte a parte: ao passo em que o parceiro privado defendia que o acúmulo de prejuízos financeiros impedia a concretização das obrigações anteriormente assumidas, o setor público demandava o cumprimento destas para concluir a etapa estabelecida contratualmente.

A perda da interface técnico-relacional entre as partes além de demandar o deslocamento da questão para a esfera judicial, representa óbice para o restabelecimento do intuito da parceria entre público e privado, na qual, mesmo com interesses distintos, há uma comunhão de esforços visando alcançar uma finalidade comum. Logo, os efeitos decorrentes da baixa capacidade estatal geram prejuízo à efetivação da política pública de mobilidade urbana e à efetivação do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2013.

CNT. Pesquisa CNT de mobilidade da população urbana. Brasília: CNT, 2024. Disponível em: https://cnt.org.br/pesquisas. Acesso em 19 de set de 2024.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa*: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

GOMIDE, A. A. Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais. *Boletim de políticas sociais*: acompanhamento e análise. Fevereiro de 2006 – IPEA. Brasília, 2006.

GOMIDE, A. A., PIRES, R. R. C.. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Capacidades estatais e democracia*: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014.

LAZZARINI, Sérgio G. *A privatização certa*: Por que as empresas privadas em iniciativas públicas precisam de governos capazes. São Paulo: Portfolio-Penguim, 2023.

PEREIRA, Rafael H. M. *et al*. Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: O uso do transporte coletivo e individual, Texto para Discussão, No. 2673, *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, Brasília, 2021 https://doi.org/10.38116/td2673

PERO, V.; MIHESSEN, V. Mobilidade urbana e pobreza no Rio de Janeiro. *Revista Econômica*, *15*(2), 23-50. 2013.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. A. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

RODRIGUES, J. M. Mobilidade urbana no Brasil: crises e desafios para as políticas públicas. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, v. 34, p. 80-93, 2016.

ROLNIK, R; KLINTOWITZ, D. Mobilidade na cidade de São Paulo. *Estudos Avançados.* São Paulo, v 25 n 71. 2001.

SKOCPOL, Theda. Bringing the state back in: strategies of analysis in current research. *In*: EVANS, Peter; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Técnicas estruturais de análise da mobilidade urbana na Cidade do Rio de Janeiro

Rafael Barbastefano[1], Eduardo Ogasawara[1] e Diego Carvalho[1]

[1]Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Resumo: A implementação do conceito de "cidade de 15 minutos", que foca na proximidade dos serviços urbanos com as residências, enfrenta desafios significativos em diversas cidades, incluindo o Rio de Janeiro, onde há uma notável heterogeneidade de acessibilidade. Esta desigualdade é agravada por uma assimetria na oferta de empregos e no transporte público, indicando a necessidade de estratégias integradas para adaptar o modelo às condições locais. O presente estudo objetiva avaliar as mudanças na estrutura do transporte público via ônibus no Rio de Janeiro em três períodos distintos: 2014 (antes da Copa do Mundo), 2016 (após alterações para os Jogos Olímpicos) e 2024 (com as implementações do BRT). Para isso, utilizou-se dados GTFS fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro e métodos como a criação de B-Spaces, P-Spaces e C-Spaces, além da aplicação do Algoritmo de Louvain para clusterização das paradas, visando entender as alterações ocorridas na última década. Os resultados indicam que a inclusão do BRT (com 133 estações e 374 pontos de parada) ocasionou uma desconexão no P-Space, porque suas estações atendem exclusivamente ao sistema BRT. Houve aumento na distância média e no diâmetro desse espaço em 2024, evidenciando o impacto na estrutura da rede. Este conjunto de ferramentas analíticas permite identificar modificações no sistema de transporte, preservando as propriedades essenciais de conexão e transferência.

Abstract: Implementing the "15-minute city" concept, which focuses on the proximity of urban services to residences, faces significant challenges in various cities, including Rio de Janeiro, where there is notable heterogeneity in accessibility. This inequality is exacerbated by an asymmetry in job availability and public transportation, indicating the need for integrated strategies to adapt the model to local conditions. This study aims to assess changes in the bus public transportation structure in Rio de Janeiro across three distinct periods: 2014 (before the World Cup), 2016 (after alterations for the Olympic Games), and 2024 (with the implementation of the BRT). To achieve this, GTFS data provided by the Rio de Janeiro City Hall and methods such as the creation of B-Spaces, P-Spaces, and C-Spaces were used, alongside the application of the Louvain Algorithm for stop clustering, to understand the alterations that occurred over the last decade. The results indicate that including the BRT (with 133 stations and 374 stops) caused a disconnection in the P-Space because its stations exclusively serve the BRT system. There was an increase in this space's average distance and diameter in 2024, highlighting the impact on the network's overall structure. This set of analytical tools allows for identifying modifications in the transport system while preserving the essential properties of connection and transfer.

Resumen: La implementación del concepto de "ciudad de 15 minutos", que se enfoca en la proximidad de los servicios urbanos a las residencias, enfrenta desafíos significativos en varias ciudades, incluyendo Rio de Janeiro, donde hay una notable heterogeneidad en la accesibilidad. Esta desigualdad se agrava por una asimetría en la oferta de empleos y en el transporte público, lo que indica la necesidad de estrategias integradas para adaptar el modelo a las condiciones locales. El presente estudio tiene como objetivo evaluar los cambios en la estructura del transporte público en autobús en Rio de Janeiro en tres períodos distintos: 2014 (antes de la Copa del Mundo), 2016 (alteraciones para los Juegos Olímpicos) y 2024 (BRT). Para ello, se utilizaron datos GTFS proporcionados por la Alcaldía de Río de Janeiro y métodos como la creación de B-Spaces, P-Spaces y C-Spaces, además de la aplicación del Algoritmo de Louvain para la agrupación de paradas, con el fin de entender las alteraciones ocurridas en la última década. Los resultados indican que la inclusión del BRT (con 133 estaciones y 374 paradas) provocó una desconexión en el P-Space, debido al hecho de que sus estaciones atienden exclusivamente al sistema BRT. Hubo un aumento en la distancia media y en el diámetro de este espacio en 2024, evidenciando el impacto en la estructura de la red. Este conjunto de herramientas analíticas permite identificar cambios en el sistema de transporte, preservando las propiedades esenciales de conexión y transferencia.

1 Introdução

Entre 2000 e 2017, houve um aumento sistemático no interesse acadêmico por mobilidade urbana inteligente e sistemas de transporte inteligente, campos essenciais para as cidades do futuro, com contribuições significativas principalmente de pesquisadores de Ciência da Computação e Tecnologia de Ciência do Transporte (Tomaszewska and Florea, 2018), que refletiu num aumento nos artigos científicos sobre mobilidade inteligente, com fortes tendências de pesquisa focando em cidades inteligentes, sistemas de transporte inteligentes, big data, sustentabilidade e transporte público.

Nos últimos anos, as ferramentas ligadas à mobilidade tem focado na proximidade dos serviços nas cidades com as habitações e moradias. A cidade de 15 minutos, em particular, anunciou uma nova visão para cidades onde os serviços essenciais devem ser facilmente acessíveis. Apesar de seu mérito indiscutível em estimular discussões sobre novas organizações urbanas, a cidade de 15 minutos não pode ser aplicável em todos os lugares, e sua própria definição levanta algumas preocupações (Bruno et al., 2024; Olivari et al., 2023; Burke et al., 2022; Liu et al., 2024). Nesse contexto, Bruno et al. (2024) aborda o modelo de "cidade de 15 minutos" em muitas cidades ao redor do mundo e as cidades fluminenses não apresentam um bom desempenho. Em particular, no Rio de Janeiro, os tempos de acessibilidade a recursos e serviços revelam uma forte heterogeneidade de acessibilidade que caracteriza uma significativa fonte de desigualdade.

Além dos tempos de acessibilidade, é observado uma significativa assimetria na oferta de empregos na cidade e transporte público (Carneiro et al., 2019), que impacta de forma singular na acessibilidade da cidade do Rio de Janeiro, que mostra a necessidade de se utilizar técnicas conjugadas para se ampliar o uso do modelo de "cidade de 15 minutos" nessa metrópole.

Nesse contexto, o presente trabalho visa avaliar a estrutura de transportes via ônibus no município do Rio de Janeiro, apresentando indicadores estruturais do sistema de transporte público que devem ser conjugados com técnicas que avaliem a proximidade temporal na cidade. A avaliação da estrutura é efetuada em três momentos distintos: em 2014, antes da realização da Copa do Mundo; em 2016, após as mudanças nas linhas de ônibus implementadas em preparação para os Jogos Olímpicos; e no ano atual de 2024. Para o ano de 2016, as linhas que ligavam a Zona Oeste à Zona Sul foram modificadas, dividindo-se as linhas, preparando a cidade para a instalação das linhas do BRT.

2 Metodologia

A metodologia adotada para este estudo envolveu várias etapas distintas. Inicialmente, foram criados os B-Spaces (von Ferber et al., 2009) a partir dos dados GTFS disponibilizados pela Prefeitura do Rio de Janeiro através da plataforma dataRio. Em seguida, foram elaborados os P-Spaces e C-Spaces com base nas redes originais, sendo que os C-Spaces foram construídos considerando intervalos de 10 pontos de parada em comum (Pumar et al., 2017).

Para realizar uma análise comparativa ao longo de uma década, foram utilizados os dados GTFS dos anos de 2014, 2016 e 2024. Por fim, aplicou-se o Algoritmo de Louvain (Blondel et al., 2008) para a clusterização do P-Space, permitindo a visualização dos agrupamentos de maior densidade.

3 Resultados

Os resultados apresentados na Tabela 1 indicam que a inclusão do BRT, com suas 133 estações e 374 pontos de parada, resultou na desconexão do P-Space. Isso ocorre porque as estações do BRT atendem exclusivamente ao próprio sistema BRT. É importante notar que o número de estações não corresponde ao número de pontos de parada, uma vez que uma única estação pode conter vários pontos de parada, conforme ilustrado nas Figuras 1a e 1b.

Além disso, foi identificada outra componente conexa composta por 13 pontos de parada, representada pela Linha 859-Covanca - Largo do Tanque. Esses 13 pontos de parada atendem exclusivamente a esta linha, resultando na desconexão dessa componente no P-Space.

Observa-se também um aumento na distância média em 2024 (Figura 2), bem como no diâmetro do P-Space, como efeito da inclusão do BRT, conforme demonstrado na Tabela 2.

Os agrupamentos identificados podem ser classificados em três tipos principais:

1. Agrupamentos que parecem seguir rotas de transporte de alta capacidade, como Trens, Metrô ou BRT, conforme ilustrado nas Figuras 3e, 3f, 3h e 3i.

Tabela 1: Propriedades de B-Space, C-Space e P-Space

	B-Space			C-Space			P-Space		
Propriedade	**2014**	**2016**	**2024**	**2014**	**2016**	**2024**	**2014**	**2016**	**2024**
Vértices	8003	7033	7508	507	377	488	7020	6656	7496
Arestas	53264	40210	53861	25526	17626	28006	1.925E6	1.538E6	1.568E6
Densidade	0.0140	0.0160	0.0157	0.1990	0.2487	0.2357	0.0782	0.0694	0.0558
Grau Médio	13.3	11.4	14.3	100.7	93.5	114.8	548.6	462.0	418.3
Distância Média	4.6192	4.3910	4.2970	1.8919	1.8283	1.8270	2.1708	2.2168	2.3380
Diâmetro	12	8	8	5	3	3	4	4	6

(a) Quatro pontos de parada

(b) Dois pontos de parada

Figura 1: Estações do BRT podem corresponder a dois ou quatro pontos de parada

2. Agrupamentos que representam uma grande densidade de pontos de parada, conforme mostrado nas Figuras 3a, 3b, 3d e 3g.
3. Outros agrupamentos, incluindo o BRT, a Linha 859 e Campo Grande, conforme ilustrado na Figura 3c.

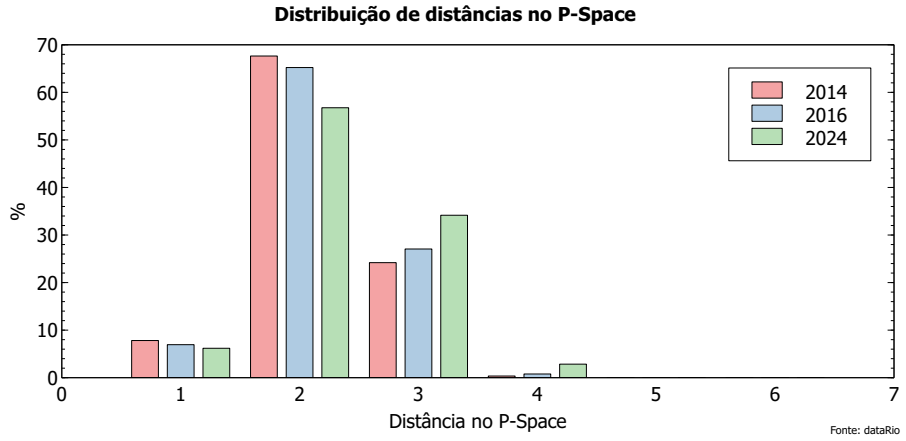


Figura 2: Distribuição de distâncias no P-Space

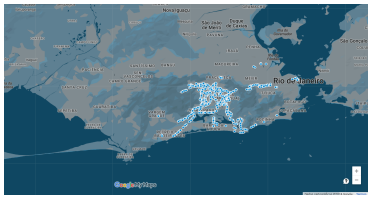
4 Conclusão

A análise da estrutura do transporte público por ônibus no Rio de Janeiro, entre 2014 e 2024, revela impactos significativos com a inclusão do sistema BRT. Observa-se que, embora o BRT tenha introduzido 133 estações e 374 pontos de parada, estas novas adições geraram uma desconexão no P-Space. A desconexão é atribuída ao fato de que as estações do BRT atendem exclusivamente ao sistema BRT, não correspondendo ao número total de pontos de parada.

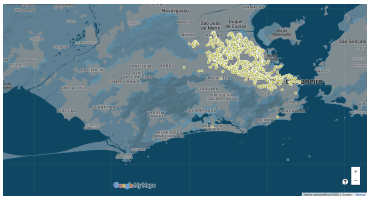
Essa análise estrutural utiliza um conjunto de técnicas que modelam o sistema de transporte por meio de "espaços" representados por grafos, permitindo verificar a conectividade das linhas, a cobertura dos pontos e a integração entre elas. Esse processo destaca diversas oportunidades e áreas para melhoria. Além disso, esses espaços devem ser avaliados em conjunto com outros modelos orientados pelo tempo para efetuar a implementação do conceito de "cidade de 15 minutos", visando aprimorar a mobilidade urbana.

Tabela 2: Propriedades dos clusters do P-Space - (V-Vértices, E-Arestas, d_{med} - Distância Média, D - Diâmetro, $\bar{\delta}$ - Grau Médio, d_e - Densidade

Rede	**Região**	**V**	**E**	d_{med}	D	$\bar{\delta}$	d_e
P-Space	Rio de Janeiro	7496	1567653	2.34	6	418.26	0.056
Cluster 1	Jacarepaguá	724	72756	1.85	4	200.98	0.278
Cluster 2	Subúrbio 1	1613	270505	1.86	4	335.41	0.208
Cluster 3	BRT	374	11962	2.74	6	63.97	0.171
Cluster 4	Ilha do Governador	294	24236	1.44	3	164.87	0.563
Cluster 5	Zona Oeste	981	128874	1.82	4	262.74	0.268
Cluster 6	Subúrbio 2	778	90361	1.81	4	232.29	0.299
Cluster 7	Centro-Zona Sul	906	89306	1.94	4	197.14	0.218
Cluster 8	Subúrbio 3	814	115019	1.71	3	282.60	0.348
Cluster 9	Litoral	939	160702	1.71	3	342.28	0.365
Cluster 10	Linha 859	13	78	1.00	1	12.00	1.000
Cluster 11	Campo Grande	60	1370	1.23	2	45.67	0.774

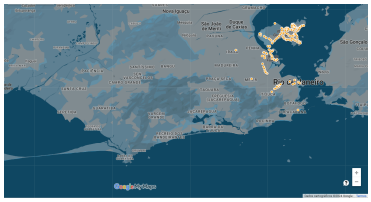


(a) Cluster 1 - Jacarepaguá

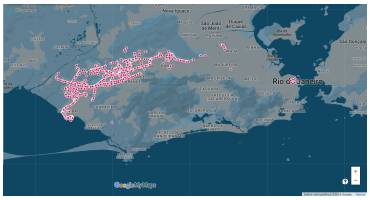


(b) Cluster 2 - Subúrbio 1

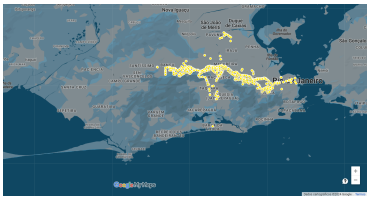
(c) Clusters 3,10 e 11 - BRT, 859, CG



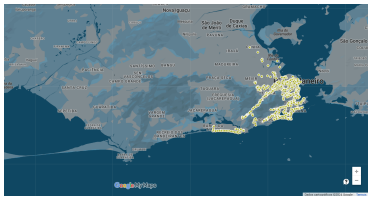
(d) Cluster 4 - Ilha do Governador



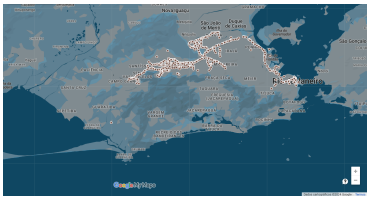
(e) Cluster 5 - Zona Oeste



(f) Cluster 6 - Subúrbio 2



(g) Cluster 7 - Zona Sul



(h) Cluster 8 - Subúrbio 3

(i) Cluster 9 - Litoral

Figura 3: Clusters do P-Space

Nesse contexto, os resultados também mostraram que houve um aumento na distância média e no diâmetro do P-Space em 2024, refletindo os efeitos estruturais da implementação do BRT. Além disso, a clusterização dos dados revelou diversos agrupamentos de paradas, incluindo tanto componentes mais densamente conectadas quanto zonas de alta capacidade de rotas como Trens, Metrô e o próprio BRT.

Por fim, a identificação específica de componentes desconectadas, como a linha 859-Covanca - Largo do Tanque, destaca desafios pontuais que precisam ser abordados para melhorar a coesão do transporte público na cidade. Essas desconexões refletem negativamente nos modelos temporais. Agrupamentos localizados em diferentes regiões geográficas, como Jacarepaguá e a Ilha do Governador, foram categorizados por suas características intrínsecas de densidade e conectividade, oferecendo uma visão sobre as áreas e indicam oportunidade de melhorias.

Referências

Blondel, V. D., Guillaume, J.-L., Lambiotte, R. and Lefebvre, E.: 2008, Fast unfolding of communities in large networks, *Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment* **2008**(10), P10008.
URL: *https://doi.org/10.1088/1742-5468/2008/10/p10008*

Bruno, M., Monteiro Melo, H. P., Campanelli, B. and Loreto, V.: 2024, A universal framework for inclusive 15-minute cities, *Nature Cities* **1**(10), 633–641.
URL: *http://dx.doi.org/10.1038/s44284-024-00119-4*

Burke, J., Gras Alomà, R., Yu, F. and Kruguer, J.: 2022, Geospatial analysis framework for evaluating urban design typologies in relation with the 15-minute city standards, *Journal of Business Research* **151**, 651–667.
URL: *http://dx.doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.06.024*

Carneiro, M., Toledo, J., Aurélio, M. and Orrico, R.: 2019, Espraiamento urbano e exclusão social. uma análise da acessibilidade dos moradores da cidade do rio de janeiro ao mercado de trabalho, *EURE (Santiago)* **45**(136), 51–70.
URL: *http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612019000300051*

Liu, D., Kwan, M.-P. and Wang, J.: 2024, Developing the 15-minute city: A comprehensive assessment of the status in hong kong, *Travel Behaviour and Society* **34**, 100666.
URL: *http://dx.doi.org/10.1016/j.tbs.2023.100666*

Olivari, B., Cipriano, P., Napolitano, M. and Giovannini, L.: 2023, Are italian cities already 15-minute? presenting the next proximity index: A novel and scalable way to measure it, based on open data, *Journal of Urban Mobility* **4**, 100057.
URL: *http://dx.doi.org/10.1016/j.urbmob.2023.100057*

Pumar, L., Barkett, M., Dagosto, M., Carvalho, D. and Barbastefano, R.: 2017, Análise da rede de transporte de Ônibus do rio de janeiro com base em modelos topológicos utilizando redes sociais, *Anais do Encontro Nacional de Engenharia de Produção*, ENEGEP 2017, ENEGEP 2017 - Encontro Nacional de Engenharia de Produção.
URL: *https://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_SD_249_435_34899.pdf*

Tomaszewska, E. J. and Florea, A.: 2018, Urban smart mobility in the scientific literature — bibliometric analysis, *Engineering Management in Production and Services* **10**(2), 41–56.
URL: *http://dx.doi.org/10.2478/emj-2018-0010*

von Ferber, C., Holovatch, T., Holovatch, Y. and Palchykov, V.: 2009, Public transport networks: empirical analysis and modeling, *The European Physical Journal B* **68**(2), 261–275.
URL: *http://dx.doi.org/10.1140/epjb/e2009-00090-x*

10 CRISE INSTITUCIONAL FLUMINENSE

O estado do Rio de Janeiro, entre 1970 e 2021, foi a unidade federativa que mais perdeu participação no PIB nacional, de acordo com dados do IBGE. Os dados da Pnad/IBGE mostram que o estado apresentava, no primeiro trimestre de 2014, uma taxa de desemprego de 10,3%, contra uma taxa no país de 7,9%. Para jovens entre 18 e 24 anos de idade, essa taxa era de 16,8% no país e de 24,7% no estado, taxa inclusive superior à encontrada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os indicadores relacionados à Educação e à Saúde também são bastante ruins no estado fluminense, principalmente quando comparados com os demais estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Temos também uma crise fiscal. E temos uma grave situação do ponto de vista do controle territorial por tráfico ou milícia, principalmente na Região Metropolitana do Rio. Quais as razões dessa crise e como sair dela?

METODOLOGIA DA RETROPOLAÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO DO RIO (2002-2023)

Marcel Grillo Balassiano, Marcus Gerardus Lavagnole Nascimento, Maíra Albuquerque Penna Franca e Leonardo Vianna Moog Barreto[1]

Resumo

A análise do mercado de trabalho no Brasil de longo prazo esbarra em problemas metodológicos, como a interrupção de séries históricas de dados. Para contornar esse desafio, a prática habitual envolve uma metodologia para reconstrução retrospectiva dessas séries, compatibilizando as bases de dados disponíveis em cada período O objetivo desse estudo é retropolar (construir a série histórica em dados trimestrais para antes de 2012, desde 2002) da taxa de desemprego da cidade do Rio, utilizando metodologia similar a Bacciotti e Marçal (2020). Com isso, será possível, de forma inédita, ter os dados numa série histórica única, comparável, da taxa de desemprego do Rio dos últimos 22 anos (2002-2023). Também será feita a retropolação da taxa de desemprego fluminense e do Brasil. Na média, nesses 22 anos, a taxa de desemprego do Município do Rio de Janeiro foi de 9,3%, abaixo da taxa média do Brasil (9,7%) e do Estado do Rio de Janeiro (11,5%).

Palavras-chave: mercado de trabalho; taxa de desemprego; retropolação; Rio de Janeiro.

Abstract

Analyzing Brazil's labor market presents methodological difficulties, such as the discontinuation of time series. To overcome this, standard practice requires a methodology to construct the series backwards in a way that available data is compatibilized. The goal of this study is to retropolate (construct the historical series in quarterly data for before 2012, since 2002) of the unemployment rate of the city of Rio, using a methodology similar to Bacciotti and Marçal (2020). With this, it will be possible to have data in a single, comparable historical series of the unemployment rate of Rio over the last 22 years (2002-2023). The retropolation of the unemployment rate of Rio de Janeiro and Brazil will also be done. On average, in these 22 years, the unemployment rate of the city of Rio de Janeiro was 9.3%, below the average rate of Brazil (9.7%) and the state of Rio de Janeiro (11.5%).

Keywords: labor market; unemployment rate; retropolation; Rio de Janeiro.

Resumen

Analizar el mercado laboral brasileño presenta dificultades metodológicas como la interrupción de series históricas. Para superar esto la práctica habitual requiere una metodología de reconstrucción retrospectiva de estas series haciendo compatibles los datos disponibles. El objetivo de este estudio es reconstruir la serie histórica en datos trimestrales para antes de 2012, desde 2002, de la tasa de desempleo de Río de Janeiro utilizando una metodología similar a la de Bacciotti y Marçal (2020). Será posible contar con los datos de la tasa de desempleo de Río en los últimos 22 años (2002-2023). También se llevará a cabo la reconstrucción de la tasa de desempleo del estado de Río de Janeiro y de Brasil. En promedio, en estos 22 años, la tasa de desempleo del Municipio de Río de Janeiro fue del 9,3%, por debajo de la tasa media de Brasil (9,7%) y del Estado de Río de Janeiro (11,5%).

Palabras clave: mercado laboral; tasa de desempleo; retropolación; Río de Janeiro.

[1] SMDUE (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico do Rio de Janeiro) e FGV IBRE – marcel.balassiano@fgv.br; SMDUE – marcuslavagnole@gmail.com; SMDUE e UCAM – maira.apfranca@gmail.com; SMDUE e FGV EPGE – Leonardo.moog@hotmail.com.

1. Introdução

Sobre os dados de mercado de trabalho no Brasil, há diversos dados que foram tendo as suas séries interrompidas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já divulgou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que foi encerrada em 2016. O mesmo instituto divulgou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD[2]) até 2015. E, desde 2012, há a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) trimestral, também divulgada pelo IBGE, para o Brasil, Estados e Municípios.[3] Então, o que se costuma fazer é "construir" a série para trás, utilizando dados e metodologias existentes, compatibilizando todas as informações em uma metodologia única. Para o Brasil, por exemplo, o FGV IBRE e a MCM Consultores Associados, entre outras instituições financeiras e de pesquisa, têm séries retropoladas da taxa de desemprego do Brasil. Como comparação, o *U.S. Bureau of Labor Statistics* – BLS, escritório de estatísticas de mercado de trabalho dos EUA, tem dados disponíveis da taxa mensal de desemprego norte-americana desde 1948.[4] Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é retropolar (construir a série histórica para antes de 2012) da taxa de desemprego da cidade do Rio, utilizando metodologia similar a Bacciotti e Marçal (2020). A retropolação vai ser em dados trimestrais, entre o primeiro trimestre de 2002, e o quarto trimestre de 2011. A partir de 2012, há os dados efetivos da PNADC trimestral do IBGE. Com isso, será possível, de forma inédita, ter os dados numa série histórica única, comparável, da taxa de desemprego do Rio dos últimos 22 anos (2002-2023). Para uma comparação entre a capital do RJ, responsável por praticamente metade da economia fluminense, com o Estado do Rio de Janeiro, também será feita, segundo essa mesma metodologia, a retropolação da taxa de desemprego fluminense e da taxa de desemprego do Brasil.

2. Material e Métodos

2.1 Bases de dados

O objetivo desse estudo é retropolar a série da PNADC, que começou a ser divulgada pelo IBGE no 1º trimestre de 2012. A PNADC representa uma evolução em relação à outras pesquisas domiciliares do IBGE, pois apresenta uma cobertura amostral mais ampla, e coleta

[2] A PNAD foi iniciada em 1967. Passou por diversas modificações metodológicas, até seu encerramento em 2015.
[3] Mais informações sobre esses dados ver as seções 3, "Revisão da Literatura", e 4, "Metodologia", com a subseção 4.1 sobre a base de dados,
[4] Disponível em: https://fred.stlouisfed.org/series/UNRATE/

uma vasta gama de informações socioeconômicas. A PNADC produz informações mensais sobre o mercado de trabalho no nível nacional. A amostra da pesquisa também é representativa nos níveis de grandes regiões, unidades da federação, regiões metropolitanas e municípios da capital, porém para esses níveis a informação coletada possui periodicidade trimestral.

A PNADC foi elaborada para substituir a PME como fonte de dados de trabalho com periodicidade mais recorrente, sendo mensal para o país e trimestral para os demais recortes regionais, e para substituir a antiga PNAD, de divulgação anual, no tocante à coleta anual dos principais indicadores socioeconômicos da população. No entanto, a descontinuidade da PNAD em 2015, e da PME em fevereiro de 2016 trouxe novos desafios para os pesquisadores e formuladores de políticas públicas, uma vez que representa uma descontinuidade na principal fonte de dados socioeconômicos do país.

Para retropolar a série da PNADC para o período de 2002 a 2011 nesse estudo, utiliza-se as informações da PNAD no período de 2002 a 2015, com exceção do ano de 2010, quando não houve a pesquisa. A PNAD possuía periodicidade anual, e sua amostra era representativa para o país, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas. Portanto pela amostra da PNAD não era possível computar a taxa de desemprego no nível da capital. Além disso há algumas diferenças metodológicas entre as duas pesquisas (PNAD e PNADC).

A segunda fonte de dados utilizada é a PME, no período de março de 2002 até fevereiro de 2016. A PME possuía periodicidade mensal, e tinha como amostra seis regiões metropolitanas: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife. Numa parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP), o IBGE passou a divulgar as principais informações do mercado de trabalho para o município do Rio de Janeiro.

Para a retropolação da taxa de desemprego do Município do Rio, foram utilizados os seguintes dados: PME da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; PME do Município do Rio; PNADC do Município do Rio; Pnad Anual da Região Metropolitana Rio. Para a retropolação da taxa de desemprego do Estado do Rio de Janeiro, foram utilizados os seguintes dados: PME da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; PNADC do Estado do Rio de Janeiro; Pnad Anual do Estado do Rio de Janeiro. E, para a retropolação da taxa de desemprego do Brasil, foram utilizados os seguintes dados: PNADC do Brasil e Pnad Anual do Brasil. Os dados da PME foram trimestralizados.

2.2 Modelo Econométrico

Seguindo Bacciotti e Marçal (2020), para retropolar a série do nível de emprego da PNAD, é necessário escrever o modelo em uma representação de espaço-estado e então aplicar um filtro de Kalman. Faz-se uso dessa metodologia devido às suas propriedades de eficiência, decorrente do fato de que os parâmetros do modelo podem ser estimados por máxima verossimilhança, e devido à sua versatilidade, que permite, através de um algoritmo recursivo simples, lidar simultaneamente com duas dificuldades relativas ao exercício que será realizado no presente estudo: utilização de séries de diferentes frequências e presença de observações faltantes.

Primeiramente, é escrito o modelo na forma de espaço-estado. Para isso, deve-se descrevê-lo por meio de duas equações: a *equação de estado* e a *equação de observação*. A primeira descreve a dinâmica do vetor de estado, α, que é o vetor de variáveis que não somos capazes de observar no tempo:

$$\alpha_{t+1} = T_t\alpha_t + \vartheta_t\,, \vartheta_t N\,(0, Q_t) \quad (1)$$

Já a segunda define a relação entre as variáveis observáveis, y, e o vetor de estado:

$$y_t = Z_t\alpha_t + \varepsilon_t, \varepsilon_t N\,(0, H_t) \quad (2)$$

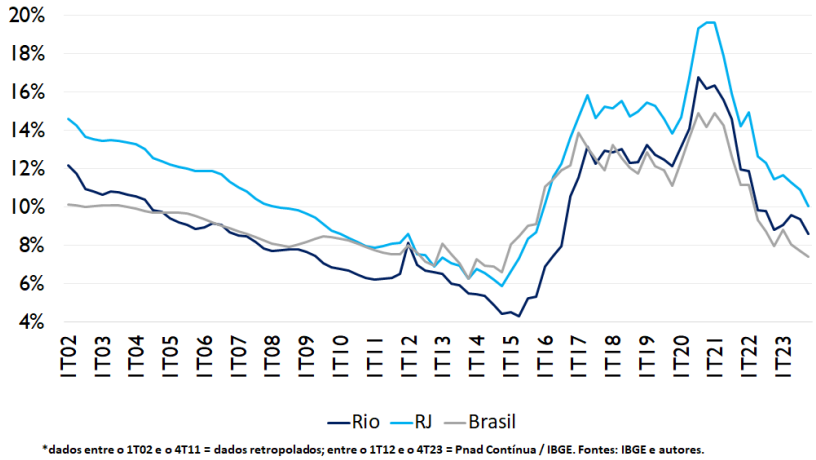
Uma vez estimados os parâmetros relevantes das matrizes do sistema acima via otimização numérica da função de máxima verossimilhança, o filtro de Kalman oferece uma formulação recursiva que permite estimar o vetor de estado, α_t, para qualquer período de tempo t, de maneira que se pode usar o algoritmo tanto para exercícios de interpolação, de previsão ou como, no caso deste estudo, para retropolação de séries temporais.

Neste estudo, em particular, é aplicado um modelo no qual os componentes utilizados são nível e tendência e a estimação do modelo foi realizada através do pacote MARSS (Holmes, E.E., Ward, E.J. e Wills, K. 2012) do *software* R (*R Core team* 2020).

3. Resultados e Discussão

O Gráfico 1 mostra, em dados trimestrais, a taxa de desemprego do Município do Rio, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, entre o primeiro trimestre de 2002 e o quarto trimestre de 2023.. Na média, nesses 22 anos, a taxa de desemprego do Município do Rio de Janeiro foi de 9,3%, abaixo da taxa média do Brasil (9,7%) e do Estado do Rio de Janeiro (11,5%).

Gráf. 1: **Taxas Trimestrais de Desemprego (%)***



*dados entre o 1T02 e o 4T11 = dados retropolados; entre o 1T12 e o 4T23 = Pnad Contínua / IBGE. Fontes: IBGE e autores.

4. Conclusão

Em resumo, o objetivo desse estudo foi retropolar (construir a série histórica para antes de 2012) da taxa de desemprego da cidade do Rio, utilizando metodologia similar a Bacciotti e Marçal (2020). A retropolação foi ser em dados trimestrais, entre o primeiro trimestre de 2002, e o quarto trimestre de 2011. A partir de 2012, há os dados efetivos da PNADC Trimestral do IBGE. Com isso, foi possível, de forma inédita, ter os dados numa série histórica única, comparável, da taxa de desemprego do Rio dos últimos 22 anos (2002-2023). E também foi feita essa retropolação para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil, para poder comparar os dados. Na média, nesses 22 anos, a taxa de desemprego do Município do Rio de Janeiro foi de 9,3%, abaixo da taxa média do Brasil (9,7%) e do Estado do Rio de Janeiro (11,5%).

5. Referências

Bacciotti, R. e Marçal, E.F. (2020). *Taxa de desemprego no Brasil em quatro décadas: retropolação da PNADC de 1976 a 2016*, Estudos Econômicos, vol. 50 (3), 513 - 534.

Durbin, J. e Koopman, S.J. (2012). *Time series analysis by state space methods*. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press.

Hamilton, J.D. (1994). *State-Space Models*. Handbook of Econometrics Vol. 4.

O PIB DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: TRAJETÓRIA ABSOLUTA E RELATIVA AO BRASIL, 1960-2020

André Arruda Villela[1]

Resumo

Tendo por base as melhores estimativas do Produto Interno Bruto da cidade do Rio de Janeiro disponíveis na literatura, o artigo tem como objetivo apresentar série contínua da evolução da economia do município entre 1960 e 2020. Comparação com a trajetória seguida pela economia brasileira em igual período permite datar o início da divergência entre as tendências de crescimento de ambas as séries. Ao final, apresenta-se exercício simples em que se busca identificar os determinantes "próximos" do crescimento da economia carioca nas seis últimas décadas.

Palavras-chave: Cidade do Rio de Janeiro; crescimento econômico; séries estatísticas; período 1960-2020

Abstract

Based on the best available estimates of the Gross Domestic Product of the city of Rio de Janeiro, the article presents a continuous time series describing the evolution of the city's economy between 1960 and 2020. A comparison with the trajectory followed by the Brazilian economy over the same time period allows for the dating of the growth divergence between both time series. In the end, a simple growth accounting exercise seeks to identify the "proximate" determinants of the growth of the *carioca* economy in the last six decades.

Keywords: City of Rio de Janeiro; economic growth; statistical series; 1960-2020 period

Resumen

Con base en las mejores estimaciones del Producto Interno Bruto de la ciudad de Río de Janeiro disponibles en la literatura, el artículo tiene como objetivo presentar una serie continua de la evolución de la economía del municipio entre 1960 y 2020. La comparación con la trayectoria seguida por la economía brasileña en el mismo período permite datar el inicio de la divergencia entre las tendencias de crecimiento de ambas series. Al final, se presenta un ejercicio simple en el que se busca identificar los determinantes "cercanos" del crecimiento de la economía *carioca* en las seis últimas décadas.

Palabras clave: ciudad de Río de Janeiro, crecimiento económico; series estadísticas; período 1960-2020

Introdução

Desde, ao menos, o início dos anos 1960 o tema do chamado "esvaziamento" econômico da cidade do Rio de Janeiro tem ocupado acadêmicos, políticos, *policymakers* e especialistas de diversas áreas interessados nas raízes históricas do fenômeno e na proposição de possíveis soluções para seu enfrentamento e eventual superação.

[1] Professor assistente, EPGE Escola Brasileira de Economia e Finanças – FGV EPGE. Contato: andre.villela@fgv.br

O objetivo do presente artigo é contribuir para este debate por meio da compilação – ao que sabe, em caráter pioneiro – de uma série histórica de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) por habitante do município do Rio de Janeiro entre 1960 a 2020.

A comparação da trajetória experimentada pela economia carioca nestas seis décadas com o desempenho, mais bem documentado, do PIB do Brasil permite identificar com maior precisão o momento exato em que as duas tendências passaram a divergir mais claramente. Com isso, é proposta uma datação para o início de tal "esvaziamento" distinta daquela usualmente adotada pela literatura especializada.

O artigo se encerra com um exercício aproximado de contabilidade do crescimento em que se busca identificar os determinantes "próximos" do crescimento da economia da cidade do Rio de Janeiro desde 1960.

Material e Métodos

As fontes de dados utilizadas na construção das series históricas foram produzidas por diversas instituições.

A base de dados do Ipeadata traz série de crescimento anual do PIB do Brasil que, combinada com série de crescimento da população brasileira entre 1960 e 2020, permite calcular taxas de crescimento do PIB *per capita*. O resultado foi, em seguida, "corrigido" com base em revisão proposta em Bacha *et al*. (2023).

No caso do PIB do município do Rio de Janeiro, foi necessário recorrer a um conjunto maior de fontes primárias. A taxa de crescimento do PIB do município para o período 1960-1968 foi calculada com base em dados de "Contas Nacionais do Brasil – atualização" (1971). Esta foi, na sequência, encadeada à série construída a partir de estimativa do PIB do município calculada pelo Ipea a partir de metodologia desenvolvida em Reis *et al*. (2015). Com isso, foram incorporadas observações até 1985.[2]

Para o período 1985-2000, fez-se uso de estimativas apresentadas em trabalho realizado pelo Instituto Pereira Passos e o IBGE referentes ao período 1985-2000. Para o período 2000-2020, recorreu-se a estimativas do PIB a preços de mercado divulgadas pelo IBGE e constantes da base do Ipeadata, posteriormente ajustadas pelo crescimento da população da cidade no período.

O passo seguinte consistiu em estabelecer os determinantes "próximos" do crescimento do PIB. Partindo-se da definição deste último como sendo decorrente de uma combinação de acumulação de fatores de produção (capital físico e capital humano),

[2] Para os anos de 1969 e 1970, adotou-se taxas de crescimento do PIB *per capita* do Rio de Janeiro idênticas às do Brasil.

taxa de participação na força de trabalho e ganhos de produtividade, procedeu-se ao cálculo de uma medida sabidamente imperfeita do capital humano, qual seja, a proporção de indivíduos na população com oito anos ou mais de estudo.

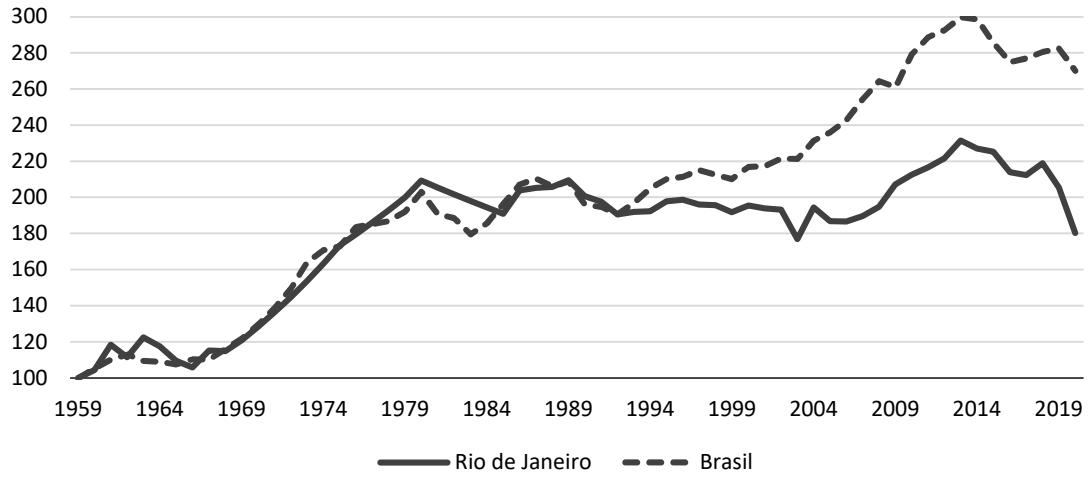
Como *proxy* para a taxa de participação na força de trabalho, tomou-se a participação dos indivíduos com idade entre 15 e 64 anos na população.

Por fim, foi calculada a produtividade/homem nos setores secundário e terciário das economias do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro. A produtividade do trabalho a preços correntes assim estimada foi, em seguida, convertida para R$ de 2010 com base no deflator implícito do PIB do Brasil.

Resultados e Discussão

A fim de facilitar a interpretação dos movimentos da renda por habitante no Rio de Janeiro e Brasil ao longo das seis décadas, adotou-se como base 100 o ano de 1959.

Gráfico 1 – Índice do PIB Real *Per Capita* do Município do Rio de Janeiro e do Brasil, 1960-2020 (base: 1959=100)



Como se nota, a taxa de crescimento da renda por habitante do Rio de Janeiro apresentou comportamento semelhante à da renda *per capita* do Brasil até meados dos anos 1970 e aumentou marginalmente mais no restante daquela década.[3] Nos anos 1980, verificou-se ligeiro recuo do indicador no Rio e no Brasil.

A partir da primeira metade da década de 1990, observa-se uma divergência entre as duas séries, com a renda por habitante no Rio apresentando estagnação/leve declínio até meados dos anos 2000, seguida de crescimento durante os anos em que a cidade se

[3] Tal resultado é provavelmente ilusório e produto das diferenças entre as metodologias de cálculo do PIB do Rio de Janeiro usadas pelo Ipea e pelo IBGE. Com efeito, a economia brasileira apresentou desempenho superior à carioca entre 1975 e 1980 em termos de variáveis como receita real do setor de serviços, vendas do comércio e valor da transformação industrial.

preparou para receber os Jogos Olímpicos. De 2014 em diante, a renda *per capita* do Rio tornou a cair em termos reais, chegando em 2017-9 a um nível cerca de 45% superior à do país (em 1959, era três vezes maior).

Ao longo de todo este período de seis décadas a população em idade laboral (de 15 a 64 anos de idade) da cidade era proporcionalmente maior do que no Brasil. A diferença em 1960 era da ordem de 10 p.p., caindo para 4 p.p. em 2000 até chegar à igualdade (compreendendo pouco menos de 69% da população em ambos os casos) em 2020. Dito de outra forma, durante muito tempo a cidade experimentou um "bônus demográfico" que – potencialmente, ao menos – favoreceria o crescimento de sua economia comparativamente à do Brasil.

Em relação à "qualidade" da força de trabalho, foi calculada a proporção de determinados grupos da população (a depender da fonte de dados) com oito anos ou mais de instrução. Os resultados revelaram diferença significativa (variando de 15 a 20 p.p.) a favor da cidade do Rio até 2000. Desde então e até 2015, a proporção maior no Rio em relação à média brasileira reduziu-se pela metade e chegou a 10 p.p.

Tabela 1 – Produtividade do Trabalho nos Setores Secundário e Terciário da Economia: Cidade do Rio de Janeiro e Brasil, 1960/2020 (em R$ de 2010)

	Rio de Janeiro		**Brasil**		**Rio de Janeiro / Brasil**	
	Indústria	Serviços	Indústria	Serviços	Indústria	Serviços
1960	26.741	31.493	22.651	25.178	1,18	1,25
1968	29.173	36.228	20.401	26.497	1,43	1,37
1980	n.d.	n.d.	66.258	53.882	-	-
1985	n.d.	n.d.	69.681	50.225	-	-
1990	n.d.	n.d.	49.401	39.427	-	-
1996	n.d.	n.d.	43.879	40.961	-	-
2000	96.842	76.263	45.352	37.977	2,14	2,01
2005	91.810	67.932	43.432	35.877	2,11	1,89
2010	77.425	66.518	45.217	39.929	1,71	1,67
2015	68.325	67.797	38.282	41.266	1,78	1,64
2020	75.475	68.202	44.672	40.342	1,69	1,69

Finalmente, foi estimada a produtividade do trabalho nas duas unidades (Rio de Janeiro e Brasil) para anos selecionados – mais uma vez, ditados pela disponibilidade de dados nas fontes primárias – segundo os dois setores principais da economia carioca, o secundário e o terciário. Foi constatado que, no início da década de 1960, as diferenças a favor do Rio eram da ordem de 20% a 40% no indicador de valor adicionado/trabalhador, mas que chegaram a cerca de 100% em ambos os setores em 2000. Em 2015, um trabalhador da cidade do Rio era menos produtivo do que em 2000

– tanto no setor industrial como no de serviços – mas, ainda assim, cerca de 70% mais produtivo que o trabalhador médio do Brasil naqueles dois setores.

Conclusões

Combinando-se os resultados acima – e à guisa de síntese –, a coexistência de maior proporção da população em idade ativa e melhor "qualidade" dos trabalhadores (tal como capturada pelo seu nível de escolaridade) resultou nas últimas décadas em maior produtividade do trabalho no Rio de Janeiro relativamente à média nacional e, com isso, maior *nível* de renda por habitante.

Contudo, a diferença em favor do Rio de Janeiro em todos estes indicadores vem se estreitando nas últimas décadas, revelando dinamismo inferior até ao de uma economia nacional que há tempos demonstra dificuldade de crescer e, com isso, escapar da chamada "armadilha da renda média". Tal como no caso do país como um todo, as razões para este decepcionante desempenho da economia do Rio de Janeiro devem ser buscadas nos chamados determinantes "últimos" do crescimento, situados no campo das instituições, cultura, qualidade da governança etc.

Referências

BACHA, Edmar L., TOMBOLO, Guilherme A. e VERSIANI, Flávio R. "Reestimating Brazil's GDP Growth from 1900 to 1980". *Revista Brasileira de Economia*, vol. 77, 2023: e132023.

"Contas Nacionais do Brasil – atualização". *Conjuntura Econômica*, vol. 25, n. 9, setembro de 1971, p. 91-114.

IBGE. "Produto Interno Bruto dos Municípios – ano de referência 2010". 3ª Edição. Série Relatórios Metodológicos, vol. 29, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: http://www.ipeadata. gov.br

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS e IBGE. "O Produto Interno Bruto da Cidade do Rio de Janeiro: metodologia e séries de dados". Rio de Janeiro: IPP, 2001.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro* – 1998. Rio de Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2000.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro* – 1992/93. Rio de Janeiro: Instituto de Planejamento Municipal, 1993.

REIS, Eustáquio, TAFNER, Paulo, PIMENTEL, Márcia, SERRA, Rodrigo V., REIFF, Luis Otávio, MAGALHÃES, Kepler e MEDINA, Mérida. "O PIB dos Municípios Brasileiros: metodologia e estimativas, 1970-96". *Texto para Discussão Ipea*, n. 1064, janeiro de 2015.

Reforma trabalhista e as novas formas de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Maíra Penna Franca[1]

Resumo

A Reforma Trabalhista de 2017 desempenhou um papel crucial na flexibilização das relações de trabalho, regulamentando modalidades como contratos intermitentes, temporários e parciais, além de ampliar a terceirização. Este estudo examina a evolução dessas novas formas de trabalho na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) entre 2020 e 2024, com foco nos contratos não típicos e nos trabalhadores formalizados como Microempreendedores Individuais (MEIs). Utilizando dados do Novo CAGED e do Portal do Empreendedor, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, a pesquisa analisa os setores econômicos que mais empregam sob esses regimes alternativos e o perfil socioeconômico dos trabalhadores inseridos nesses modelos.

Palavras-chave: reforma trabalhista; mercado de trabalho; Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Abstract

This study examines the new forms of work regulated by the Brazilian labor reform sanctioned in 2017, with a particular emphasis on the Metropolitan Region of Rio de Janeiro between 2020 and 2024. It explores the evolution of non-typical contracts, including intermittent, temporary, and part-time arrangements, as well as the formalization of self-employed workers as Individual Microentrepreneurs (MEIs). Utilizing data from Novo CAGED and the Entrepreneur Portal, provided by the Ministry of Labor and Employment, the research investigates the economic sectors that most employ under these alternative regimes and the socioeconomic profiles of the workers involved.

Keywords: labor reform; labor market; Metropolitan Region of Rio de Janeiro

Resumen

Este estudio examina las nuevas formas de trabajo reguladas por la reforma laboral brasileña sancionada en 2017, con un énfasis particular en la Región Metropolitana de Río de Janeiro entre 2020 y 2024. Explora la evolución de los contratos atípicos, incluidos los contratos intermitentes, temporales y a tiempo parcial, así como la formalización de trabajadores autónomos como Microempresarios Individuales (MEIs). Utilizando datos de Novo CAGED y del Portal del Emprendedor, proporcionados por el Ministerio de Trabajo y Empleo, la investigación analiza los sectores económicos que más emplean bajo estos regímenes alternativos y los perfiles socioeconómicos de los trabajadores implicados.

Palabras clave: reforma laboral; mercado laboral; Región Metropolitana de Río de Janeiro

[1] Professora do mestrado em Economia e Gestão Empresarial da Universidade Cândido Mendes. maira.franca@professor.ucam.edu.br

1. Introdução

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016) define a relação tradicional de trabalho predominante na maioria dos países como caracterizada por emprego contínuo, em tempo integral, dentro de uma relação direta e subordinada entre empregador e trabalhador. Esse vínculo tradicional de emprego oferece significativa proteção aos trabalhadores. Já o conceito de emprego não típico formulado pela OIT (2016) agrupa diferentes modalidades de emprego que não se ajustam ao emprego tradicional como os empregos temporários, a tempo parcial, terceirizados e relações de trabalho dissimuladas e por conta própria economicamente dependente[2].

Nesse contexto, a aprovação da Lei 13.467, de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, desempenhou um papel crucial ao regulamentar os contratos de trabalho não típicos. Segundo Campos (2017) a reforma trouxe diversas alterações nas relações individuais de trabalho, regulamentando os contratos de trabalho não típicos, como os contratos com jornada parcial (até 30 horas), os contratos temporários, os contratos de trabalho intermitente, os contratos de trabalho remoto (teletrabalho), e a ampliação da terceirização do trabalho. Nesse último ponto, a Reforma trabalhista junto com a Lei 13.429/2017 que ficou conhecida como Lei das Terceirizações permitiu às empresas que terceirizassem o trabalho inclusive para as suas principais atividades, chamadas de "atividades-fim".

A terceirização irrestrita das atividades permitiu que as empresas substituíssem uma relação de trabalho assalariada por uma de prestação de serviços através de contratos com trabalhadores com CNPJ, registrados como Microempreendedores Individuais (MEIs). Alvarez (2023) estima que 53% dos MEIs atuam como trabalhadores assalariados de outras empresas, corroborando a tese de que as empresas recorrem a *pejotização*[3] para reduzir obrigações trabalhistas e fiscais.

Essas novas modalidades tendem a apresentar maior flexibilidade, e redução de custos trabalhistas por um lado, mas, por outro lado, representam menor estabilidade e proteção do emprego se comparadas com as formas tradicionais de contratação. Com a expansão das novas formas de trabalho é necessária uma análise aprofundada das implicações desse tipo de relação trabalhista para os trabalhadores, que deverão ser

[2] Segundo a OIT, o emprego dissimulado tem "uma aparência diferente da realidade subjacente, com a intenção de anular ou atenuar a proteção prevista por lei".

[3] O termo pejotização é utilizado para caracterizar a relação trabalhista em que há a substituição do vínculo de emprego formal por relação entre empresas e agentes econômicos autônomos, que passam a ser prestadores de serviços como pessoas jurídicas.

afetados tanto no curto prazo, quanto numa dimensão temporal mais longa, tendo em vista que o tipo de contratação terá efeitos na previdência e no acesso aos benefícios previdenciários.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) enfrenta uma crise estrutural no mercado de trabalho. Segundo Osório e Versiani (2019), o estado do Rio de Janeiro passou por um expressivo declínio na participação da economia nacional nas últimas décadas. Os autores também destacam o processo de desindustrialização no estado, observando que, entre 1996 e 2013, a produção física da indústria de transformação fluminense registrou uma queda de 0,34%, enquanto, no mesmo período, o Brasil experimentou um crescimento de 34,6%.

A crise no mercado de trabalho foi ainda mais acentuada pela pandemia de Covid-19 e pelas medidas restritivas adotadas para conter a disseminação do vírus. No quarto trimestre de 2020, a taxa de desemprego na RMRJ alcançou 20%, o maior valor da série histórica iniciada em 2012, e muito acima da taxa de desemprego brasileiro (14,2%) observada no mesmo trimestre. A partir de 2021 ocorreu um processo gradual de recuperação do emprego. Uma questão central é como se deu o processo de retomada do emprego formal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no período pós-pandemia e de que maneira a reforma trabalhista influenciou essa recuperação.

Diante dessas questões, o presente estudo tem como objetivo analisar a evolução das novas formas de trabalho na RMRJ, com foco nos contratos não típicos (parciais, intermitentes e temporários) e nos trabalhadores por conta própria formalizados como MEIs, num contexto de recuperação da atividade econômica e geração de empregos formais. O trabalho investiga quais setores econômicos são os principais empregadores sob esses regimes alternativos e as características socioeconômicas dos trabalhadores que atuam nesses modelos. Para isso, serão utilizados dados do Novo CAGED e do Portal do Empreendedor, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego para o período de 2020 a 2024.

2. Material e Métodos

A metodologia adotada consiste na análise descritiva de dados quantitativos do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e do Portal do Empreendedor, ambos divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O Novo CAGED cobre dados de empregados contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seja por prazo indeterminado, determinado, para contrato de experiência ou para trabalho intermitente. Essa abrangência de dados

oferece uma visão completa do mercado de trabalho formal no Brasil, que pode ser desagregada no nível de municípios.

O CAGED passou por importantes modificações desde janeiro de 2020. Com essa mudança, parte das empresas passou a utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para o envio das informações relativas à admissão e demissão de empregados. Devido à mudança metodológica os dados anteriores a janeiro de 2020 não são compatíveis. Portanto nesse trabalho serão utilizados dados entre janeiro de 2020 e julho de 2024.

A variável de interesse é o saldo de contratação de vínculos não típicos. Segundo nota técnica do Ministério do Trabalho os vínculos não típicos são os intermitentes, temporários, com jornada semanal até 30 horas, contratados por empregador pessoa física e contrato de jovem aprendiz.

O contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, direcionado para o emprego de adolescentes e jovens com idade entre 14 e 24 anos. Portanto para análise de novas formas de trabalho não serão considerados os aprendizes. A análise se restringe aos vínculos intermitentes, temporários, com jornada até 30 horas e contratados por pessoas físicas.

O Portal do Empreendedor apresenta o número de microempreendedores registrados como MEI. Essa informação está no nível do município, e pode ser detalhada por algumas características, como a atividade principal, sexo, faixa etária e forma de atuação do microempreendedor.

O recorte regional são os 22 municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro[4]. A análise será comparativa, considerando município da capital, região metropolitana e o total do Estado do Rio de Janeiro.

3. Resultados e Discussão

No período de janeiro de 2020 até julho de 2024 a admissão de trabalhadores por meio de contratos não típicos foi de 466 mil, o equivalente a 9,6% do total de admissões da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Desse total, 52% foram contratos com jornada parcial, 21,4% intermitentes, 24,1% temporários e 3% contratos com empregadores pessoa física. As admissões foram concentradas em atividades de serviços (87,4%), dentre

[4] A lei complementar Nº 184 de 2018 estabeleceu que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro é composta por 22 municípios: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

as quais se destacam atividades administrativas e serviços complementares (36,7%), educação (13,4%) e saúde humana e serviços sociais (9,9%).

O saldo do emprego é medido pela diferença entre admissões e desligamentos, é uma medida de criação líquida de empregos. No mesmo período o saldo acumulado dos empregos não típicos foi de 50,3 mil, o equivalente a 15,5% do total de 324 mil empregos formais gerados na região.

Os dados do portal do Microempreendedor Individual mostram que entre 2020 e julho de 2024 houve um incremento de 330 mil novos registros como MEI na RMRJ. Apesar das fontes de informação serem diferentes, e levando em consideração que os dados do Portal do Empreendedor podem superestimar o número de empreendedores que de fato estão exercendo uma ocupação, é notável a diferença de magnitude entre número de MEIs e vínculos não típicos.

4. Conclusões

Os vínculos não tradicionais representam uma fração pequena do saldo total de contratação do Novo CAGED entre janeiro de 2020 e julho de 2024. A terceirização irrestrita das atividades e a criação da figura jurídica do MEI levaram a chamada "pejotização" das relações trabalhistas. Essa parece ser uma consequência importante da flexibilização das relações trabalhistas ocasionada pela reforma de 2017.

5. Referências

Abílio, L. C. (2020). Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. Novos estudos CEBRAP, 39(3), 579-597.

Alvarez, B. M. S. (2023). Essays on informality. Tese de doutorado, FGV – EESP.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Estatísticas mensais do Emprego Formal. Brasília: MTE, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged/novo-caged-2024/julho/apresentacao-julho-de-2024.pdf.

Campos, A. G. (2017). A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições (No. 2350). Texto para Discussão, IPEA No. 2350.

Osório, M; Versiani, M.H (2019). Rio de Janeiro: como sair da crise. Jornal dos Economistas, N 354, p 3 -5.Corecon- RJ. Disponível em: https://www.corecon-rj.org.br/anexos/47AC8FEE49C55ABBD707FFFA6C0ECC77.pdf

OIT (2016). O emprego atípico no mundo: desafios e perspectivas. Genebra, Bureau Internacional do Trabalho. Disponível em: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_626383.pdf. Acesso em: 09 abr. 2024.

CRISE FINANCEIRA E FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E CONTRIBUIÇÕES A SUA SOLUÇÃO

José Alves de Azevedo Neto[1]

Resumo: A presente análise neste artigo contraria as justificativas de cunho histórico e mudanças constitucionais consideradas como eventos motivadores da crise estrutural do estado do Rio de Janeiro. A mesma avaliação acredita que a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília e as decisões de ordem tributária são insuficientes para a responsabilização da crise fluminense. Outros elementos foram identificados na literatura, assim como resultados de pesquisas empíricas que se constituíram na base da análise críticas do debate atual.
Palavras-chave: Rio de Janeiro; desenvolvimento econômico; organização produtiva coletiva; grandes investimentos.

Abstract: The present analysis requires article contrary to the justifications of how historical and constitutional changes considered as motivating events of the structural crisis of the state of Rio de Janeiro. The same assessment proves that the transfer of capital from Rio de Janeiro to Brasília and the tax order decisions are insufficient to take responsibility for the flu crisis. Other elements were identified in the literature, as well as results of empirical research that constituted the basis of critical analysis of current debate.
Keywords: Rio de Janeiro; economic development; collective productive organization; large investments.

Resumen: El presente análisis en este artículo contradice las justificaciones de índole histórica y los cambios constitucionales considerados como eventos motivadores de la crisis estructural del estado de Río de Janeiro. Esta misma evaluación sostiene que la transferencia de la capital de Río de Janeiro a Brasilia y las decisiones de orden tributario son insuficientes para responsabilizar la crisis fluminense. Se identificaron otros elementos en la literatura, así como resultados de investigaciones empíricas que constituyeron la base del análisis crítico del debate actual.
Palabras clave: Río de Janeiro; desarrollo económico; organización productiva colectiva; grandes inversiones.

INTRODUÇÃO

A crise estrutural do estado do Rio de Janeiro que se aprofunda no tempo, tem sido justificada por questões históricas e por mudanças institucionais que, segundo um conjunto de autores, suprimiram receitas orçamentárias importantes lhe tirando a capacidade de investimento, especialmente, em sua função social. A discussão tem sido concentrada na esfera fiscal já que, segundo os mesmos analistas, não existe margem para controle das despesas. O presente trabalho tem como objetivo ampliar a discussão e

[1] José Alves de Azevedo Neto, economista na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) e membro do Núcleo de Pesquisa Econômica do Rio de Janeiro (Nuperj), jalvesdeazevedo@yahoo.com.br

mostrar outros elementos fundamentais para verificação, além de indicar possibilidades para concertação que podem refletir na ampliação da riqueza estadual e redução da desigualdade social.

REVISANDO A LITERATURA

Segundo os autores Osório e Versiani (2019), a crise estrutural enfrentada pelo estado do Rio de Janeiro tem sua causa na transferência da capital da República, que antes era no antigo estado da Guanabara e, a partir de 1960, passou a ser em Brasília. Essa mudança acarretou transtornos econômicos e financeiros ao estado do Rio de Janeiro, pois foram levados para a nova capital todos os servidores públicos da União que tinham bons salários quando comparados à média salarial do país.

Os autores sublinham ainda que o Rio de Janeiro perdeu todo o aparato burocrático pertencente à Administração Pública Federal, como os ministérios, as embaixadas, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Enfim, foi perdida uma significativa massa salarial que se fixava no estado e era responsável por dinamizar a economia local através do fomento à demanda agregada por bens e serviços.

Para Osório e Versiani (2020, p. 4), a transferência da capital para Brasília impactou uma perda de participação do Rio de Janeiro no PIB nacional de 38,8%, a maior perda entre as unidades federativas, segundo dados do IBGE. Acrescentam ainda:

> (...) do ponto de vista do emprego formal, entre 1985 e 2018, o crescimento no ERJ foi de 50,3%, contra 127,6% no total do Brasil, o menor crescimento entre todas as unidades federativas (dados da série mais longa da RAIS/Ministério da Economia). Ou seja, o ERJ virou o estado "lanterna" do Brasil em termos de dinamismo econômico.

Ainda sob a ótica do emprego formal, os autores pontuam que a indústria de transformação, que ocupava a 2ª posição, passou para a 6ª posição entre as demais unidades da federação, sendo ultrapassada por Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outro aspecto relevante destacado por Osório e Versiani (2019) é a carência de estudos científicos a respeito da economia do estado do Rio de Janeiro que possam facilitar um diagnóstico mais preciso sobre a crise do estado.

Os economistas também ressaltam o problema da isenção fiscal concedida pela Lei Kandir, que impede a tributação pelo Estado, fundamentalmente do ICMS, sobre a exportação de produtos primários e semi-elaborados ou serviços, provocando impactos negativos na receita orçamentária. Com isso, o estado, que é um grande exportador de petróleo bruto, amarga significativos prejuízos como decorrência dessa renúncia fiscal.

Acrescenta-se a esse contexto o impacto negativo sobre as contas públicas do Estado em função do REPETRO, regime aduaneiro especial que permite a importação de equipamentos específicos para atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural, sem a incidência dos tributos federais (II, IPI, PIS e Cofins) e do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Além disso, outro fator de agravamento da crise fiscal do Estado encontra-se na tributação do ICMS do petróleo no destino e não na origem, o que resulta na transferência de recursos para outros estados, arrematam os pesquisadores.

Já Natal e Cruz (2020) afirmam que, em função da atividade industrial da economia fluminense apresentar viés de fragilidade e de baixo encadeamento produtivo, tanto para frente como para trás, tal idiossincrasia tem levado o estado a perder renda para outras regiões. Ou seja, perde-se a oportunidade de se criar emprego, renda e tributo no âmbito interno do estado.

Os condicionantes tratados anteriormente induzem ao seguinte questionamento: o problema fiscal do Rio de Janeiro realmente é consequência da intervenção externa?

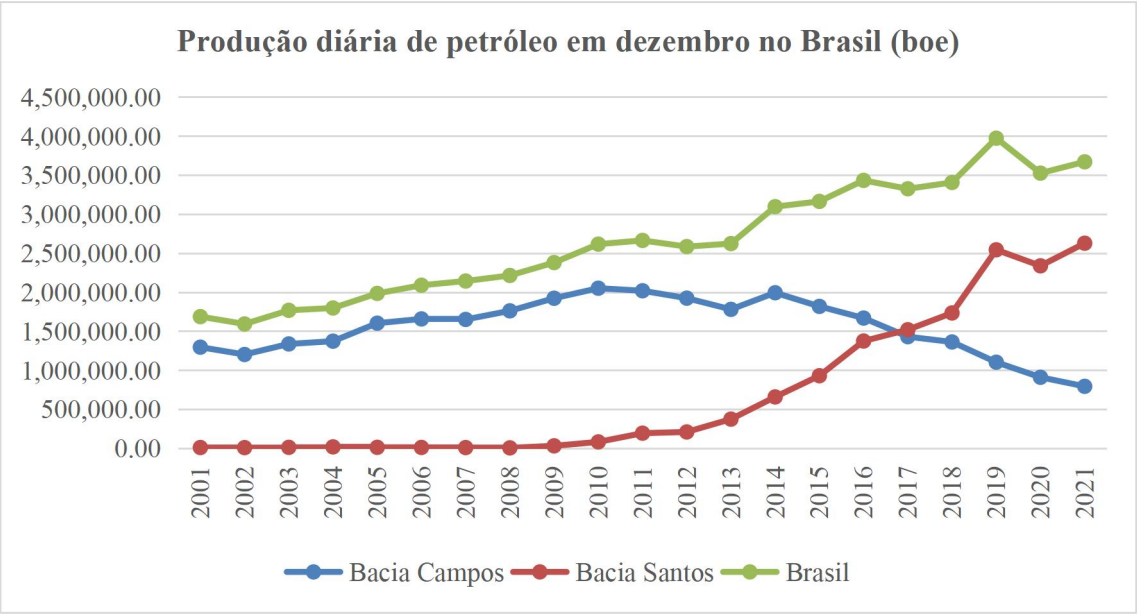
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE A CRISE ECONÔMICA FLUMINENSE

O debate sobre a crise econômica do estado do Rio de Janeiro não pode se restringir apenas ao aspecto da transferência da capital da República para Brasília e a queda de receita pública decorrente da Lei Kandir. Afinal, o estado do Rio de Janeiro teve a seu favor as receitas petrolíferas decorrentes da extração de petróleo, que irrigaram de forma significativa os cofres do Estado. Moraes (2013) explica que as receitas de royalties e participações especiais transferidas para os municípios produtores e outros entes públicos, possibilitaram uma importante ampliação orçamentária.

Oliveira (2021) acrescenta que as receitas petrolíferas deveriam ter sido utilizadas para alavancar os investimentos produtivos, os quais poderiam ter retirado à economia fluminense da letargia em que foi mergulhada após a mudança da capital da República para Brasília.

Assim, a título de ilustração, o gráfico abaixo demonstra que a produção da Bacia Petrolífera de Campos atingiu o patamar de 78,43% da produção nacional no ano de 2010, evidenciando que havia recursos para a reversão da crise fiscal do Estado, que persiste até hoje.

Figura 1: Produção diária de petróleo no país.



Fonte: Ribeiro (2022).

Por fim, os dois argumentos utilizados acima são frágeis para justificar a conjuntura de crise, pois foi criado um ambiente de riqueza no estado, e tudo indica que ele não foi aproveitado pelos governantes da época.

UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A CONCERTAÇÃO

O que se observou ao longo dos estudos é que, diante da abundância de recursos orçamentários, os gestores deixaram de utilizar a ferramenta do planejamento de forma eficaz e apostaram na tese de que o estado, no que tange aos gastos públicos, “pode tudo”.

A expectativa de salvação por meio dos grandes projetos, especialmente com base em recursos naturais, levou a certa acomodação fiscal no ambiente bilionário dos royalties e participações especiais de petróleo, e, consequentemente, ao abandono do planejamento da oferta. As atividades tradicionais desenvolvidas pelas mesorregiões, devido ao seu abandono, se atrasaram competitivamente, pressionando o desemprego e a pobreza no contexto do estado.

O que se entende diante desse contexto é que, se o estado houvesse priorizado as atividades econômicas tradicionais, como, por exemplo, a agricultura, talvez o desenvolvimento econômico tivesse ocorrido e os resultados sobre o produto interno seriam bem mais satisfatórios quando comparados aos atuais.

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Dessa forma, conclui-se que a crise fiscal do estado do Rio de Janeiro não tem como única causa à transferência da capital federal para Brasília. Houve também uma acomodação financeira por parte das autoridades governamentais no que diz respeito à arrecadação tributária, em virtude dos significativos orçamentos fiscais alimentados pelo ciclo de prosperidade das rendas petrolíferas. Esses recursos não foram aproveitados adequadamente por meio de investimentos em atividades produtivas que pudessem diversificar a produção local. Além disso, destaca-se a falta de planejamento das ações em políticas públicas.

Por fim, constatou-se, em função da pesquisa, que o estado incorreu no fenômeno denominado pela literatura como a maldição dos recursos naturais, o que acarretou numa perda histórica de oportunidade para reverter o cenário de crise fiscal.

REFERÊNCIAS

MORAES, José Mauro. Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção offshore. Repositório Econômico do IPEA, 2013.

NATAL, Jorge Luiz Alves; DA CRUZ, José Luis Vianna. Ensaio sobre a economia fluminense: da crise histórico-estrutural alheada à crise manifesta. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 18, p. 12-41, jan./jun. 2020. https://doi.org/10.12957/cdf.2020.48386

OLIVEIRA, A. Petróleo no Rio de Janeiro: trocar a maldição pelo desenvolvimento. **Jornal dos Economistas**, n. 379, p. 5-6, mar. 2021.

OSORIO, M.; VERSIANI, M. H. O círculo vicioso do Rio de Janeiro: o que fazer. **Jornal dos Economistas**, n. 371, p. 3-5, jul. 2020.

OSORIO, M.; VERSIANI, M. H. Rio de Janeiro: como sair da crise. **Jornal dos Economistas**, n. 354, p. 3-5, fev. 2019.

RIBEIRO, Alcimar. Investigação sobre o papel das rendas petrolíferas na rota de petróleo da bacia de Campos. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 22, p. 107-122, 2022. https://doi.org/10.12957/cdf.2022.68421.

Agradecimentos

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo financiamento do projeto do Núcleo de Pesquisa Econômica do Rio de Janeiro (NUPERJ), através do processo: 211.840/2021.

ANÁLISE DO IMPACTO DOS FUNDOS SOBERANOS DE RIQUEZA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO

Rachel Alves da Silva[I]
Joyce Assis de Oliveira[II]
Everlam Elias Montibeler[III]
Eduardo Bassin[IV]

Resumo

O presente estudo investiga o impacto dos Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) sobre o Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios do estado do Rio de Janeiro que recebem royalties de petróleo. Utilizando uma metodologia de dados em painel para o período de 2015 a 2023, o estudo examina se a presença de FSR contribui para um crescimento econômico mais robusto e sustentável. Os resultados indicam que municípios com FSR apresentam um PIB per capita significativamente maior, sugerindo que tais fundos são eficazes na promoção do desenvolvimento econômico local. Assim, este estudo destaca a importância dos FSR como instrumentos estratégicos de gestão financeira e desenvolvimento econômico, recomendando sua adoção e gestão eficaz para promover a estabilidade econômica e o crescimento sustentável em contextos regionais.
Palavras-chave: Fundos Soberanos de Riqueza; desenvolvimento socioeconômico; Rio de Janeiro

Abstract

The present study investigates the impact of Sovereign Wealth Funds (SWFs) on the Gross Domestic Product (GDP) of municipalities in the state of Rio de Janeiro that receive oil royalties. Utilizing a panel data methodology for the period from 2015 to 2023, the study examines whether the presence of SWFs contributes to more robust and sustainable economic growth. The results indicate that municipalities with SWFs have a significantly higher GDP per capita, suggesting that such funds are effective in promoting local economic development. Thus, this study highlights the importance of SWFs as strategic instruments of financial management and economic development, recommending their adoption and effective management to promote economic stability and sustainable growth in regional contexts.
Keywords: Sovereign Wealth Funds; socioeconomic development; Rio de Janeiro.

Resumen

El presente estudio investiga el impacto de los Fondos Soberanos de Riqueza (FSR) sobre el Producto Interno Bruto (PIB) de los municipios del estado de Río de Janeiro que reciben regalías del petróleo. Utilizando una metodología de datos en panel para el período de 2015 a 2023, el estudio examina si la presencia de FSR contribuye a un crecimiento económico más robusto y sostenible. Los resultados indican que los municipios con FSR presentan un PIB per cápita significativamente mayor, lo que sugiere que tales fondos son eficaces en la promoción del desarrollo económico local. Así, este estudio destaca la importancia de los FSR como instrumentos estratégicos de gestión financiera y desarrollo económico, recomendando su adopción y gestión eficaz para promover la estabilidad económica y el crecimiento sostenible en contextos regionales.
Palabras clave: Fondos Soberanos de Riqueza; desarrollo socioeconómico; Río de Janeiro.

[I] Mestranda em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ). E-mail: rachelalves3021@gmail.com

[II] Mestranda em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ). E-mail: joycerbd6@gmail.com

[III] Doutor em Economia Aplicada (UCM). Professor Associado (PPGER/UFRRJ). Pesquisador do Instituto de Estudos de Fundos Soberanos (IEFS). E-mail: everlamelias@gmail.com

[IV] Economista, Mestre em Economia, Pesquisador do Instituto de Estudos de Fundos Soberanos (IEFS)

Introdução

Os Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) surgem como importantes instrumentos financeiros na gestão de recursos públicos, sendo uma resposta estratégica de diversos países para administrar superávits e receitas provenientes de exportações, especialmente de commodities como petróleo e gás. A origem desses fundos remonta ao século XIX, com o *Caisse des Dépôts et Consignations* (CDC) na França, e se consolidou globalmente no início do século XXI, impulsionada pelo aumento dos preços do petróleo e superávits comerciais de várias nações[12]. No Brasil, a implementação de fundos soberanos ocorreu em diferentes níveis, com destaque para a criação do Fundo Soberano Brasileiro (FSB) em 2008, que visava apoiar projetos estratégicos e mitigar flutuações econômicas, diferenciando-se de outros FSR globais por não depender predominantemente de receitas de commodities[3]. No contexto do estado do Rio de Janeiro, a criação do Fundo Soberano (FSERJ) foi uma resposta à dependência econômica do estado em relação às receitas de petróleo, buscando promover a sustentabilidade fiscal e o desenvolvimento econômico de longo prazo [4].

A literatura destaca o papel variado dos FSR, abrangendo desde a estabilização econômica e poupança intergeracional até o fomento ao desenvolvimento econômico e social[567]. No entanto, a volatilidade dos preços do petróleo e a consequente instabilidade das receitas de *royalties* impõem desafios significativos para os estados que dependem desses recursos, como é o caso do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a criação do FSERJ não apenas busca mitigar esses riscos, mas também visa diversificar a economia e financiar projetos estratégicos em áreas cruciais como educação, saúde, ciência, tecnologia e infraestrutura[8]. A proposta de Fundos de Riqueza Regional (FRR), focados no desenvolvimento local ou regional, amplia as possibilidades de aplicação desses fundos, direcionando recursos para iniciativas que beneficiem diretamente as comunidades locais[9].

Este estudo objetiva analisar o impacto dos Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) sobre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita dos municípios do estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* de petróleo. A pesquisa explora a hipótese de que a presença de um FSR contribui para o crescimento econômico mais robusto e sustentável desses municípios.

Metodologia

Utilizou-se uma metodologia de dados em painel, abrangendo o período de 2015 a 2023, que permite uma análise mais robusta das heterogeneidades entre os municípios ao longo do tempo. As variáveis consideradas incluem o PIB per capita, uma *dummy* que indica a presença de FSR nos municípios, além de variáveis de controle como o percentual da população com acesso à água encanada e esgoto sanitário, número de médicos atuantes no Sistema Único de

Saúde – SUS por 100 mil habitantes, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e os *royalties* recebidos pelo município. A análise busca evidenciar a eficácia dos FSR como instrumentos de política pública na promoção do desenvolvimento econômico local, destacando a importância de uma gestão eficiente e de um quadro regulatório sólido para maximizar os benefícios desses fundos.

A análise econométrica foi realizada por meio de modelos de regressão em painel, incluindo modelos de efeitos fixos e aleatórios, para avaliar a relação entre as variáveis explicativas e o PIB per capita dos municípios. O teste de Hausman foi utilizado para determinar a adequação entre os modelos, resultando na escolha do modelo de efeitos fixos como o mais apropriado para a análise, devido à sua capacidade de captar a heterogeneidade específica dos municípios que possuem FSR.

Resultados e discussão

Os resultados indicaram que a presença de Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) nos municípios do estado do Rio de Janeiro está positivamente correlacionada com o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Especificamente, o coeficiente da *dummy* que identifica os municípios com FSR foi positivo e estatisticamente significativo a um nível de 0,05% ($p < 0.001$), sugerindo que, em média, os municípios com FSR apresentam um PIB per capita consideravelmente maior do que aqueles que não possuem tais fundos.

Entretanto, algumas das variáveis de controle, como o percentual da população com acesso à água encanada e esgoto sanitário, o número de médicos atuando no Sistema Único de Saúde, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, não mostraram significância estatística no modelo. Esses achados sugerem que, apesar de serem importantes para o bem-estar social, esses fatores específicos não foram determinantes para o crescimento econômico, conforme medido pelo PIB per capita, nos municípios fluminenses durante o período analisado. Isso pode indicar que os efeitos dos FSR e dos *royalties* têm um impacto econômico mais direto e imediato, enquanto os benefícios de infraestrutura e serviços públicos podem se manifestar em outras formas ou ao longo de prazos mais extensos.

Os resultados são corroborados por diversos estudos que sugerem que a adoção e a gestão eficaz dos FSR são cruciais para maximizar os benefícios econômicos dos Estados que os implementam[10][11][12]. No entanto, ressalta-se que para sustentar este impacto positivo a longo prazo, é essencial construir um quadro institucional robusto que evite a utilização ineficiente dos recursos[10], bem como promover políticas complementares que garantam que os benefícios do crescimento econômico se reflitam em melhorias nas condições de vida da população. Assim, enquanto os FSR se mostram eficazes na promoção do crescimento econômico, sua

implementação deve ser parte de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento regional, que também aborde as necessidades sociais e de infraestrutura básica dos municípios.

Conclusão

O estudo conclui que os Fundos Soberanos de Riqueza (FSR) têm um impacto positivo e significativo no crescimento econômico dos municípios do estado do Rio de Janeiro que recebem *royalties* de petróleo, evidenciado pelo aumento do PIB per capita nessas regiões. Assim, a principal contribuição do estudo reside na demonstração empírica de que a presença e a gestão eficaz desses fundos podem promover um desenvolvimento econômico mais robusto e sustentável, especialmente em contextos de alta dependência de receitas voláteis.

No entanto, se reconhecem algumas limitações, como o período de análise relativamente curto de 2015 a 2023, que pode não capturar completamente os efeitos de longo prazo dos FSR, além de possíveis influências externas não controladas, como a pandemia da COVID-19. A análise focada apenas no estado do Rio de Janeiro também pode não ser generalizável para outras regiões.

Como implicações práticas, o estudo recomenda que os municípios que recebem *royalties* considerem a criação e o fortalecimento de FSR como uma estratégia central para garantir a sustentabilidade econômica a longo prazo, mas destaca a importância de complementar esses fundos com políticas públicas que garantam a distribuição equitativa dos benefícios econômicos e melhorias nas condições de vida da população.

Referências

1 HILDEBRAND, P. The challenge of Sovereign Wealth Funds. 2007.
2 DEWENTER K. L; HAN X.; MALATESTA P. H. Firm values and sovereign wealth fund Investments. Journal of Financial Economics. 2010
3 MACHADO E SILVA I. M.; MEDEIROS COSTA, H. K. Brazilian Social Funds: The lessons learned from the Norway fund experience. 2019
4 BASSIN, E.; PRATES, T. M.; MONTIBELER, E. E. Fundo soberano de riqueza do Estado do Rio de Janeiro como instrumento para alavancar o desenvolvimento econômico. Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 13, p. 1-19. 2022
5 BERNSTEIN S.; LERNER J.; SCHOAR A. The Investment Strategies of Sovereign Wealth Funds. Journal of Economic Perspectives. vol. 27, no. 2, Spring 2013. (pp. 219–38)
6 KOTTER J.; LEL U. Friends or foes? Target selection decisions of sovereign wealth funds and their consequences Econpapers. 2011
7 BORTOLOTTI B.; FOTAK V.; MEGGINSON W. L. The Sovereign Wealth Fund Discount: Evidence from Public Equity Investments. Baffi Center, 2015.
8 BASSIN, E.; PRATES, T. M.; MONTIBELER, E. E. Fundo soberano de riqueza do Estado do Rio de Janeiro como instrumento para alavancar o desenvolvimento econômico. Revista Economia Política do Desenvolvimento, v. 13, p. 1-19. 2022

9 BASSIN, E. Fundo Soberano de Riqueza: Uma Avaliação do Modelo Fluminense. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFRRJ. Rio de Janeiro, p.113. 2023.

10 GHECHAM, M. A. Further attempt to explain the oil curse mechanism using a debt overhang concept. Journal of Economic Studies, 2020; 48(4), 852-868.

11 SHARMA J.; CHANDANI A. Sovereign Wealth Fund and Economic Indicators: An Exploratory Study. Issue 24; November 2022; p.825-834; DOI: 10.18137/cardiometry.2022.24.825834

12 AFUSO E.; ISTIAK, K. M..; SHARLAND, A. Sovereign wealth funds and economic growth. Journal of Economic Studies. 2022

AS FORÇAS CONSERVADORAS PARA A RESTAURAÇÃO FLUMINENSE: HISTÓRIA, POLÍTICA, ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIEDADE NA ERA AMARAL PEIXOTO (1937-1945 / 1951-1955)

José Luís Honorato Lessa[1]

RESUMO

O personagem em tela administrou o estado do Rio Janeiro nos dois períodos em destaques. Apesar dos distintos cenários políticos, nas ocasiões sobressaíram medidas político-econômicas com vistas à restauração e à industrialização fluminense. Esta empreitada objetiva perpassar as principais diretrizes estruturantes do governo estadual para o setor. A literatura toma a economia fluminense do pós-1930 como em estágio de irreversível crise. Não obstante, o grupo político liderado por Amaral Peixoto canalizou um conjunto de ações direcionadas à indústria fluminense. No conjunto, o texto destacará que a política industrial fluminense esteve atravessada por múltiplas ações e com participação de distintos agentes e agências ao longo dos cortes estabelecidos.

Palavras-chave: Estado do Rio de Janeiro; política industrial; restauração; Amaral Peixoto.

THE CONSERVATIVE FORCES FOR THE RESTORATION OF FLUMINENSE: HISTORY, POLITICS, ECONOMIC ACTIVITIES AND SOCIETY IN THE AMARAL PEIXOTO ERA (1937-1945 / 1951-1955)

ABSTRACT

The character in question administered the state of Rio de Janeiro during the two periods in question. Despite the different political scenarios, on both occasions political and economic measures aimed at the restoration and industrialisation of Rio de Janeiro stood out. This endeavour aims to examine the state government's main structuring guidelines for the sector. The literature considers the post-1930s economy in Rio de Janeiro to be in a stage of irreversible crisis. Nevertheless, the political group led by Amaral Peixoto channelled a set of actions aimed at Rio's industry. Overall, the text will emphasise that Rio de Janeiro's industrial policy was crossed by multiple actions and with the participation of different agents and agencies throughout the established cuts.

Keywords: State of Rio de Janeiro; industrial policy; restoration; Amaral Peixoto.

LAS FUERZAS CONSERVADORAS PARA LA RESTAURACIÓN DEL FLUMINENSE: HISTORIA, POLÍTICA, ACTIVIDADES ECONÓMICAS Y SOCIEDAD EN LA ÉPOCA DE AMARAL PEIXOTO (1937-1945 / 1951-1955)

RESUMEN

[1] José Luís Honorato Lessa. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira e da Graduação em História nesta mesma instituição — modalidade EAD. Professor da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. E-mail: honorato.lessa@gmail.com

El personaje en cuestión administró el estado de Río de Janeiro durante los dos periodos en cuestión. A pesar de los diferentes escenarios políticos, en ambas ocasiones destacaron las medidas políticas y económicas destinadas a la restauración e industrialización de Río de Janeiro. Este trabajo tiene como objetivo examinar las principales directrices estructurantes del gobierno estatal para el sector. La literatura considera que la economía fluminense posterior a la década de 1930 se encontraba en una fase de crisis irreversible. Sin embargo, el grupo político liderado por Amaral Peixoto canalizó un conjunto de acciones dirigidas a la industria fluminense. En general, el texto destacará que la política industrial de Río de Janeiro estuvo atravesada por múltiples acciones y con la participación de diferentes agentes y agencias a lo largo de los cortes establecidos.

Palabras clave: Estado de Río de Janeiro; política industrial; restauración; Amaral Peixoto.

Introdução

A participação da província/estado do Rio de Janeiro na economia nacional no oitocentos foi digna de nota, particularmente em sua segunda metade. Com a chegada do novecentos perde liderança econômica já nas duas décadas iniciais. Mesmo a despeito de alguns estudos de casos, no conjunto, há uma lacuna na historiografia fluminense em relação à indústria do estado do Rio a partir dos anos 1930. Nos períodos acima identificados, o grupo liderado por Amaral Peixoto formulou políticas industriais para o estado em questão, que, a despeito da derrocada industrial na passagem dos séculos XIX para o XX, ocupou a segunda posição na participação federal (PEDREIRA; BRANDÃO; FILHO, 2024, p. 20) com crescimento acima da média nacional conforme Osorio (2005) e cuja meta daquela administração era o soerguimento fluminense.

A administração Amaral Peixoto elegeu como principais metas: investimentos em obras públicas como rodovias, eletrificação, serviços de abastecimento de água, incentivos agrícolas, industriais, captação de empréstimos e estreitamento da relação com agentes privados do setor produtivo. Medidas tomadas com vistas a chamada restauração do estado. Assim, o reequipamento do setor produtivo fluminense sofreu influência do processo de modernização industrial, capitalista e conservadora em curso no país desde os anos 1930, momento em que o governo brasileiro dá origem a um diversificado conjunto de organismos técnicos, consultivos, normativos ou ainda deliberativos com vistas à política de planejamento econômico. Questões já fartamente revisitadas pela literatura que aponta, inclusive, os delineamentos centralizadores característicos daquela conjuntura: Draibe (1985), Diniz (1978 e 1991), Ianni (2009), Bielschowsky (2004) e Fonseca (1989).

Destinada a discutir as medidas estruturantes para a indústria fluminense como síntese do novo conservadorismo fluminense distribuídos em diferentes seguimentos, a comunicação desenrolará em três seções: a primeira refaz o perfil econômico-industrial

do estado do Rio de Janeiro até a curva 1950/1960; na sequência, versa sobre o *modus operandi* das administrações amaralistas. No terceiro momento, percorre uma agência específica do governo de 1951-1955, a Comissão Estadual de Desenvolvimento Industrial e as falas do próprio personagem Amaral Peixoto sobre a mesma. Nas considerações finais arrolaremos a nova composição de forças geradas pelo conjunto de investimentos daquela Era.

Material e Métodos

Para esta empreitada, as fontes basilares são: o Arquivo Ernani do Amaral Peixoto depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC); o depoimento do próprio personagem (PEIXOTO, 1986) e os periódicos: O Fluminense, O Observador Econômico e Financeiro e o Diário Carioca. A metodologia adotada tem por princípio o cruzamento de dados coletados nas referidas fontes. E, considerando o chamado antigo estado do Rio de Janeiro, tomará como espaço de análise a região fluminense, em que pese a centralidade da industrialização carioca que contribuiu com passos decisivos para a industrialização brasileira, conforme atesta a vasta literatura sobre o caso.

Resultados e Discussão

O conservadorismo fluminense decorre de longa data e assume diferentes roupagens. Originário do passado colonial e imperial, adentra na Era republicana atravessado por um discurso modernizante, reforçado pelas metamorfoses dos anos 1930. A partir daquela ocasião o projeto de reformas e organização da produção fluminense insere dentro de uma lógica bem mais ampliada: restauração conservadora, centralização, burocratização e atendimento as prioridades do capital. À frente do executivo fluminense, o Comandante (como era apelidado) Amaral Peixoto buscou promover o desenvolvimento econômico do estado através de amplas medidas que incluíam: reforma administrativa; funcional arrecadação tributária; padronização orçamentária; investimentos em infraestrutura rodoviária, elétrica, canalização de água e urbanização dos principais centros fluminenses; educação; ensino técnico (industrial, agrícola e pesqueiro); serviços de saúde; implementação de uma rede assistencialista; concessão de incentivos fiscais: por fim, apoio ao setor agrícola, à agroindústria, ao cooperativismo, à industrialização e ao turismo.

Como homem do seu tempo, a ideia central do grupo político conduzido e liderado por Amaral Peixoto era o de promover a modernização capitalista do estado do Rio e de suas distintas regiões, isto é, um desenvolvimento mais integrado das zonas fluminenses. Tal perspectiva não estava desvencilhada daquela contemporaneidade. Desde o início da

década de 1930 o Estado brasileiro vivenciava importantes transformações políticas, econômicas e sociais, marcado, por exemplo, com crescente industrialização e diversificação da economia. Contudo, a industrialização fluminense já ganhava impulso desde a virada do século XIX para o XX. Porém, é partir de 1930 que se verifica maiores mudanças estruturais na economia estadual. De modo mais amplo, nas administrações Amaral Peixoto estiveram em voga os discursos da refundação, modernização e soerguimento do estado do Rio de Janeiro.

Aquelas administrações enfatizaram múltiplas políticas com vistas a dotar o estado do Rio de Janeiro de uma paisagem industrial, promover sua modernização produtiva e desenvolvimento. Para tal empreitada, Amaral Peixoto articulou distintas forças político-econômicas de modo a agregar agentes de diferentes setores: empresários, fazendeiros, empreiteiros e banqueiros. Na condição de chefe do executivo fluminense, o personagem aqui em evidência desempenhou destacada atuação em várias frentes. Paralelo a isso, dialogou com o empresariado de distintos segmentos. Conclui-se que tenha sido um agente catalisador e/ou aglutinador ao repactuar as chamadas forças conservadoras do estado: sejam políticas — ainda que com algumas fissuras —, sejam econômicas.

Vemos em Amaral Peixoto um entusiasta da indústria, ancorado na modernização produtiva e no desenvolvimento regional. Isso, menos pelos discursos e mais pelos direcionamentos de políticas para o setor. Pode-se dizer que aquele homem público arregimentou interesses privados, muito embora, em nome da coletividade fluminense. Este é um artifício elementar no mundo capitalista. O Comandante esteve muito próximo de agentes alinhados ao capital de maneira a tecer nova correlação de forças político-econômicas, permitindo-lhe agregar interesses de distintas parcelas detentoras de propriedades e do próprio capital.

Conclusões

Decerto, o conjunto de ações executadas pelos governos do Comandante Amaral Peixoto contribuíram para pavimentar os caminhos da industrialização fluminense. Somado a isso, a organização político-administrativa e corporativa, levada a cabo, reordenou as relações econômico-sociais, e, ao que parece, deu ao estado do Rio ajustada máquina pública no período balizado.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil**: 1930/1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FONSECA, Pedro C. D. **Vargas**: o capitalismo em construção (1906-1954). São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

OSORIO, Mauro. **Rio nacional, Rio local**: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: SENAC. 2005.

PEDREIRA, Pedro Henrique Campos; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; FILHO, Almir Pita Freitas. A historiografia da industrialização fluminense: a renovação recente dos estudos sobre o desenvolvimento fabril no estado do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 1-24, 2024.

PEIXOTO, Ernani do A. **Artes da política***:* diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araujo, Dora Rocha Flaksman (Orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PROPOSTAS GOVERNAMENTAIS EM ÂMBITO MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DOS *MANIFESTOS* DE PREFEITOS DA BAIXADA FLUMINENSE (RJ)

Isabel Uchôa Cavalcanti de Souza[1]

RESUMO

O trabalho propôs-se a compreender estratégias eleitorais e dimensão programática em âmbito municipal. Para tal, esta pesquisa analisou os programas de governo dos prefeitos eleitos nos cinco maiores municípios em número de eleitores na Baixada Fluminense (RJ) em 2016 e 2020, utilizando a metodologia Comparative Manifesto Project (Jorge et al., 2018). Além disso, também foi feita uma localização no espectro político-ideológico desses prefeitos eleitos enquanto candidatos, categorizando os *manifestos* desses atores a partir do índice RILE. Foram categorizados dez programas de governo de seis prefeitos eleitos. A pesquisa observou como resultado que todos os seis atores analisados se localizavam à esquerda do espectro ideológico em seus aspectos programáticos, o que não era uma apuração esperada, visto que os prefeitos analisados não construíram trajetórias políticas aliadas à esquerda. Tais resultados possibilitam uma discussão sobre a independência do âmbito municipal de associações ideológicas desse caráter.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Política local; Eleições municipais; Programas de governo

ABSTRACT

This work aimed to understand electoral strategies and the programmatic dimension at the municipal level. This research analyzed the elected mayors' manifestos in the five largest municipalities in terms of number of voters in Baixada Fluminense (RJ) in 2016 and 2020, using the Comparative Manifesto Project methodology (Jorge et al., 2018). Furthermore, a location was also marked on the political-ideological spectrum of these elected mayors as candidates, categorizing the manifestos of these actors at the left or right of the spectrum, based on the RILE index. Ten government programs of the six mayors were categorized. The research observed that all six actors analyzed were located on the left of the ideological spectrum in their programmatic aspects, which was not an expected finding, since the mayors analyzed did not build left-wing political trajectories. Such results enable a discussion about the independence of the municipal scope from ideological associations of this nature.

Keywords: Baixada Fluminense; Local politics; Municipal elections; Government programs

RESUMEN

El trabajo tuvo como objetivo comprender las estrategias electorales y la dimensión programática a nivel municipal. Esta investigación analizó los programas de gobierno de los alcaldes electos en los cinco municipios más grandes en términos de número de

[1] Isabel Uchôa Cavalcanti de Souza, doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pelo PPED-UFRJ; contato de e-mail: isabeluchoacavalcanti@gmail.com

votantes en la Baixada Fluminense (RJ) en 2016 y 2020, utilizando la metodología Comparative Manifesto Project (Jorge et al., 2018). Además, también se realizó una posicionamiento en el espectro político-ideológico de estos alcaldes electos como candidatos, categorizando los *manifestos* de estos actores en la izquierda o derecha del espectro, con base en el índice RILE. La investigación observó como resultado que los actores analizados se ubicaban en la izquierda del espectro ideológico en sus aspectos programáticos, lo que no fue un hallazgo esperado, ya que los alcaldes analizados no construyeron trayectorias políticas alineadas con la izquierda. Tales resultados permiten discutir sobre la independencia del ámbito municipal de asociaciones ideológicas de esta naturaleza.

Palabras clave: Baixada Fluminense; Política local; Elecciones municipales; Programas de gobierno

1. INTRODUÇÃO

1.1 A importância dos aspectos programáticos nas eleições

A cada candidato ao Executivo municipal é exigido um programa de governo pelo Tribunal Superior Eleitoral desde o ano de 2009, quando foi sancionada a Lei nº 12.034. Apesar da literatura sobre o tema dos programas de governo afirmarem que o sistema eleitoral brasileiro, um sistema proporcional e de lista aberta, proporciona e estimula um maior personalismo nas campanhas, criando uma lacuna de um elemento programático, Salles e Guarnieri (2019) argumentam que há uma diferenciação programática nas propostas do Executivo municipal. Os autores afirmam que, por vezes, essa distinção é observada também de maneira partidária. Não podemos mais compreender a competição eleitoral a partir do modelo downsiano, visto que as democracias contemporâneas apresentam divergências entre os partidos, fazendo-se necessária uma atenção aos aspectos programáticos nas disputas (Salles, 2020).

1.2 A Baixada Fluminense enquanto um campo de estudo

A Baixada Fluminense (RJ) tem particularidades que perpassam a política local e as eleições municipais. Simultaneamente, ela é uma região importante para a decisão das eleições estaduais e nacionais, visto que possui dois grandes colégios eleitorais do estado do Rio de Janeiro: Duque de Caxias e Nova Iguaçu, de acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Devido à relevância da política local nas dinâmicas da política nacional, os atravessamentos particulares das questões ideológicas, a autonomia na política municipal e a importância dos componentes programáticos nas eleições municipais, essa pesquisa tem como objetivo analisar os programas de governo dos prefeitos eleitos dos cinco maiores municípios da Baixada Fluminense (RJ) em número de eleitores aptos. A pesquisa visa compreender

as principais temáticas propostas pelos prefeitos enquanto candidatos e a localização desses personagens no espectro político-ideológico. A hipótese seria de que os *manifestos* estariam à direita do espectro, dado o histórico dos atores investigados. Essa investigação é relevante à Ciência Política dado que analisa um campo pouco observado por pesquisadores da área, a Baixada Fluminense, e estuda as diferenciações político-ideológicas dos atores desse território.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia utilizada foi uma categorização dos programas de governo por meio do Comparative Manifesto Project (CMP). O CMP trata-se de uma metodologia de codificação e categorização de programas de governo a partir de quase-sentenças[2] e prevê a categorização dos programas de governo de candidatos ao Executivo nacional que possuam ao menos 5% de votos. Nesta pesquisa, tal orientação foi adaptada em seu recorte, que abrangeu apenas os candidatos de maior votação, isto é, os que foram eleitos. Essa metodologia define 56 categorias de códigos a serem aplicados a todas as quase-sentenças presentes nos programas de governo dos prefeitos eleitos nos cinco maiores municípios da Baixada Fluminense em números de eleitores em 2016 e 2020. Ademais, a metodologia CMP também contempla a proposta de uma fase posterior à categorização e codificação de quase-sentenças: a aplicação do índice RILE e o posicionamento dos programas e candidatos no espectro ideológico. O índice possui como objetivo classificar partidos ou programas nesse espectro, sendo eles caracterizados como mais à esquerda ou mais à direita (Jorge et. al, 2018). O índice compõe 13 categorias do CMP identificadas como à direita e 13 categorias identificadas como à esquerda do espectro político-ideológico. Quanto às outras categorias do CMP que não estão determinadas em nenhuma dessas duas identificações ideológicas, devem compor um terceiro bloco, chamado de "Outros". Esse terceiro bloco, portanto, é composto pelas categorias que não se encaixam nem nos blocos "à direita" ou "à esquerda". O índice RILE, por sua vez, é calculado por meio da seguinte fórmula (Jorge et al., 2018 apud Budge e Meyer, 2013, p. 5).

$$Ir = \frac{R - L}{R + L + O}$$

A partir dessa fórmula, o índice RILE foi calculado com base na categorização prévia realizada a partir do CMP. Na fórmula apresentada acima, "R" indica o

[2] "Quase-sentenças" são as unidades de codificação do CMP, contendo uma mensagem que pode ser classificada por meio dos códigos propostos pela metodologia. "Quase-sentenças" são consideradas a menor unidade de sentença possível a ser categorizada pela metodologia.

percentual somado das categorias classificadas como “à direita” (*right*), enquanto “L” indica o percentual somado das categorias classificadas como “à esquerda” (*left*) (Jorge et al., 2018). “O” indica o percentual somado das categorias do bloco classificado como “Outros”. Assim, “Ir” compreende o cálculo final. O resultado varia entre +1 e -1, sendo +1 um programa de extrema-direita, visto que apenas possuiria categorias à direita do espectro ideológico, e -1 um programa de extrema-esquerda, dado que tal programa seria composto apenas de categorias à esquerda. Caso o resultado seja 0, isso significa que o programa em questão estaria localizado no centro do espectro político. Dessa forma, caso o resultado seja próximo ao valor 0 e seja positivo, ele será considerado de centro-direita, ao passo que, caso o resultado aproxime-se de 0 e seja negativo, ele será entendido como de centro-esquerda. Desse modo, a partir da categorização dos programas de governo, foi possível indicar os códigos em maior e menor quantidade desses programas, além de qual o posicionamento no espectro ideológico esquerda-direita se situa aquele programa.

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

A partir dos resultados encontrados pela pesquisa, é possível fazer uma reflexão sobre o aspecto programático, ou seja , as propostas de políticas públicas, dos prefeitos eleitos na Baixada Fluminense nos cinco maiores municípios em número de eleitores aptos: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo e Magé nos anos de 2016 e 2020. A partir da codificação com base no CMP e o cálculo do índice RILE de cada um dos dez programas de governo dos prefeitos eleitos, foi possível observar que todos os programas possuem um índice negativo, portanto, situam-se à esquerda do espectro ideológico. Tal resultado não era esperado pela pesquisa, visto que os candidatos analisados não são considerados, em suas trajetórias políticas, como políticos à esquerda. O menor índice calculado, aquele mais à esquerda do espectro político, foi de -0,57, no programa de governo de Waguinho à Prefeitura de Belford Roxo, em 2020. O maior índice foi o de Renato Cozzolino à Prefeitura de Magé, em 2020, com -0,13. Por um lado, podemos analisar que, apesar da ascensão de um discurso retrógrado e reacionário na política brasileira ao longo dos anos 2000 e 2010, culminando na eleição do ex-Presidente Jair Bolsonaro, tais prefeitos enquanto candidatos estiveram à esquerda em seus aspectos programáticos. Isso pode sinalizar uma tendência de uma independência da esfera política local ao âmbito nacional e global, reforçando a literatura sobre o tema (Campbell et. al., 2019). Apesar do alinhamento de alguns desses candidatos ao então presidente Bolsonaro em 2020, nas

propostas de programas de governo foi possível observar que eles posicionaram-se à esquerda.

4. CONCLUSÕES

O trabalho propôs-se a compreender estratégias eleitorais e dimensão programática em âmbito municipal. Para tal, foram categorizados os programas de governo dos prefeitos eleitos nos cinco maiores municípios da Baixada Fluminense nos anos de 2016 e 2020, com o objetivo de compreender quais são as principais temáticas das propostas dos *manifestos* nesta região. Assim, a partir do Comparative Manifesto Project, foram estudados dez programas de governo. Foi possível, além de observar e categorizar os discursos de cada programa de governo, definir o posicionamento de cada um desses documentos, a partir do cálculo do índice RILE. O trabalho apresenta o resultado de que todos os programas de governo estudados estão posicionados à esquerda do espectro político-ideológico.

REFERÊNCIAS

BUDGE, I.; MEYER, T. Understanding and Validating the Left-Right Scale (RILE). In BARA, J.; I. Budge; McDONALD, M.; KLINGEMANN, H.; VOLKENS A., eds. **Mapping Policy Preferences From Texts: Statistical Solutions for Manifesto Analysts.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

CAMPBELL, R. et al.Why friends and neighbors? Explaining the electoral appeal of local roots. **The Journal of Politics**, v. 81, n. 3, 2019.

JORGE, V. L. et al. Análise dos programas eleitorais dos candidatos a presidente em 2014: o posicionamento ideológico do PT e do PSDB. **Revista de Sociologia Política**, v. 26, n. 67, p. 1-20, set. 2018.

SALLES, N.; GUARNIERI, F. Estratégia eleitoral nos municípios brasileiros: componente programático e alinhamento partidário. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, 2019.

SALLES, N. Do paradoxo à competição: o lugar da dimensão programática nas disputas eleitorais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 32., pp. 93-134, 2020.

Agradecimentos

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento durante o Mestrado, possibilitando a realização desta pesquisa.

CONSTRUINDO A DEMOCRACIA FLUMINENSE: ELEIÇÕES, PARTIDOS, POLÍTICOS E ELEITORES NO RIO DE JANEIRO DURANTE A EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA (1945-1964)

Felipe Barbosa[1]

Resumo: A partir de 1930, o Brasil e o Rio de Janeiro atravessaram transformações que conformaram novos padrões de organização social, econômica e política. Considerado pela historiografia como anos de modernização, este período viu a implementação de um modelo urbano-industrial de desenvolvimento que alterou radicalmente as feições do país e do estado. A democracia inaugurada após o Estado Novo herdou as transformações já mencionadas, incorporando ao jogo eleitoral os trabalhadores urbanos e alterando consideravelmente as disputas políticas no estado. Neste cenário, esta apresentação almeja discutir os impactos das mudanças sociais, econômicas e demográficas na política fluminense. Ao avaliar dados censitários e eleitorais, é possível reconhecer elementos que caracterizaram as disputas políticas e consolidaram uma dinâmica que se articulava a partir de discursos e práticas variadas. A partir disto, a análise de fontes diversas permite reconhecer a expressão deste novo tempo político na relação entre candidatos e eleitores, partido, políticos e cidadãos.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; experiência democrática; eleitores; cidadania.

Abstract: From 1930 onward, Brazil and Rio de Janeiro underwent transformations that gave rise to novel patterns of social, economic, and political organization. This period is regarded by historians as one of modernization, during which an urban-industrial development model was implemented that had a profound impact. The democracy that followed the Estado Novo inherited the transformations and incorporated urban workers into the electoral process, thereby significantly altering the political disputes in Rio. Considering these developments, this presentation seeks to examine the influence of social, economic, and demographic shifts on the political of the state. By analyzing census and electoral data, it is possible to identify the characteristics that defined political disputes and shaped a dynamic that was articulated through diverse discourses and practices. The examination allows us to discern the expression of this new political era in the relationship between candidates and voters, parties, politicians, and citizens.

Keywords: Rio de Janeiro; democratic experience; voters; citizenship.

Resumen: Desde 1930, Brasil y Río de Janeiro experimentaron transformaciones que configuraron una nueva organización social, económica y política. Considerado por los historiadores como años de modernización, en este periodo se implantó un modelo de desarrollo urbano-industrial que alteró radicalmente el país y el Estado. La democracia inaugurada tras el Estado Novo heredó las transformaciones mencionadas, incorporando a los trabajadores urbanos al juego electoral y alterando considerablemente las disputas políticas. Con este telón de fondo, esta presentación pretende discutir el impacto de los cambios sociales, económicos y demográficos en la política de Río. Mediante la evaluación de datos censales y electorales, es posible reconocer elementos que caracterizaron las disputas políticas y consolidaron una dinámica que se articuló a partir

[1] Felipe da Silva Barbosa. Mestre e doutorando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ). Tutor de História do Pré-Vestibular Social da Fundação CECIERJ. Contato de e-mail: felipe.barbosa@ufrj.br.

de discursos y prácticas variadas. El análisis de diversas fuentes permite reconocer la expresión de esta nueva era política en la relación entre candidatos y electores, partidos, políticos y ciudadanos.

Palabras clave: Río de Janeiro; experiencia democrática; electores; ciudadanía.

INTRODUÇÃO

Durante o século XX a história do Rio de Janeiro esteve repleta de figuras de notável destaque político, considerando mesmo o âmbito da política nacional. De Nilo Peçanha a Leonel Brizola, a política e os políticos fluminenses ocuparam nesse tempo um espaço significativo nos embates da República e participaram de forma significativa de importantes decisões realizadas. Neste universo com diversos sujeitos de destaque, notabiliza-se o nome de Amaral Peixoto, interventor fluminense durante o Estado Novo e governador entre 1951 e 1955 (Ferreira, 2010).[2]

O espaço político ocupado por Amaral no estado do Rio durante mais de 50 anos garantiu grande número de análises historiográficas que enfatizaram sua figura e os feitos de seus governos. Em consequência foram também numerosas as análises sobre o impacto de suas atividades na constituição do grupo *amaralista* que teria, de acordo com estas interpretações, dominado a política fluminense durante os anos de democracia.[3] Nas últimas décadas, no entanto, o esforço dos historiadores deu-se em grande medida na busca de outros percursos de análise e pesquisa. Nestas, enfatizaram-se não somente o político e seu governo, mas em especial as transformações sociais ocorridas no estado, a construção de múltiplos projetos políticos, as condições de vida da população, a formação do eleitorado e as relações entre a população e a política.[4]

Assim, valendo-se das contribuições recentes da historiografia, este trabalho intenta avaliar a política fluminense para além da figura de Amaral Peixoto. Em diálogo estabelecido com estas produções, a proposta é estabelecer uma síntese das interpretações acerca dos processos políticos no estado e de sua relação com as transformações socioeconômicas. Desse modo, pretende-se apresentar como a demografia, associada a mudanças do padrão da política brasileira naquele período contribuíram para a conformação de determinadas marcas da política fluminense.

---

[2] Ernani do Amaral Peixoto, Rio de Janeiro, 1904-1989. Além destes postos, Amaral foi Senador, Ministro, embaixador e líder partidário.

[3] A pesquisa realizada por Silvia Pantoja (1992) é um exemplo dos esforços realizados e dos interesses sobre o Amaralismo.

[4] Destacam-se neste aspecto as teses realizadas por Luciana do Amaral (2016) e Rafael Costa (2019).

MATERIAL E MÉTODOS

Uma ampla gama de documentos compõe o empreendimento de investigação realizado na presente pesquisa. Interessada na formação do campo político no estado do Rio e na relação entre partidos, políticos e eleitores entre 1945 e 1964, buscou-se articular diferentes documentações a fim de possibilitar não apenas o reconhecimento de agência de determinados sujeitos, mas em especial de reconhecer a conformação da sociedade fluminense e suas interações políticas. Desse modo, o trabalho tem por base a utilização de fontes quantitativas e qualitativas que, entrecruzadas, fornecem importantes detalhes sobre a realidade histórica da constituição de uma experiência democrática no estado.

Do ponto de vista de análise quantitativa destaca-se o trabalho os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 1940 e 1960 que permitiram reconhecer com detalhes a trajetória do território e das características sociais da região. Em paralelo a isto foram analisados os dados eleitorais disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que atestam a evolução dos números de cadastro eleitoral no estado.

Buscando a aproximação com o cotidiano da política estadual, a investigação pode se dedicar à documentação que demonstra as práticas e as ações que marcavam a relação entre políticos e cidadãos, candidatos e eleitores. Jornais, diários parlamentares, entrevistas de história oral, entre outros, compõe as fontes analisadas que possibilitam compreender os rumos da política fluminense nos anos de democracia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

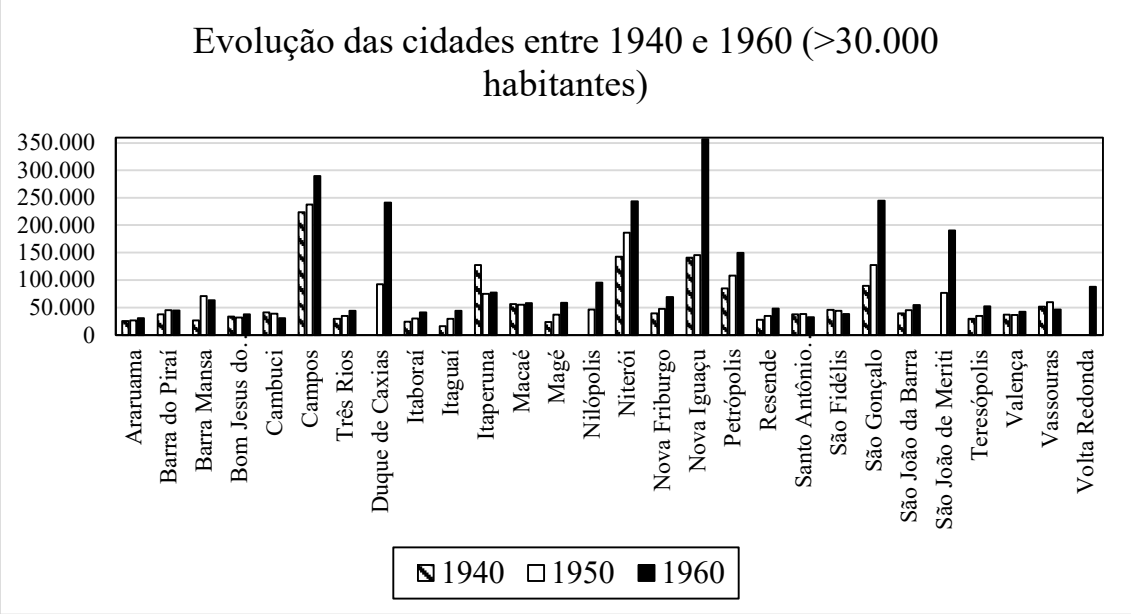
A investigação sistemática da evolução apresentada nos Censos Demográficos apresentou como resultado o mapeamento de importantes alterações em índices sociais que impactavam diretamente a realidade política, considerando os limites e as definições da legislação que implementou aquele regime. Nesse sentido, destacam-se aspectos como os níveis de alfabetização e escolaridade, as atividades desempenhadas no mundo do trabalho, a distribuição regional da população, entre outros.

Considerando que o voto à época sofria com a restrição aos analfabetos, a evolução destes índices representa uma importante alteração nas possibilidades de participação de uma população excluída até aquele momento. Estes números coadunam ainda com outra informação relevante: a população alfabetizada encontrava-se em especial em cidades com maior índice de urbanização. Junto a isto os dados demonstram

que determinadas atividades econômicas tendiam a se relacionar com a ampliação dos níveis de alfabetização. [5]

Quanto as transformações nos números de atividades econômicas do estado, elas confirmam a interpretação do período pós-1930 como momento de grande transformação. Neste período gradualmente as atividades de agricultura, pecuária e silvicultura perderam espaço, ao mesmo tempo em que as atividades industriais, comerciárias, de serviços, transportes e administração pública cresceram intensamente. Conforme demonstrado no gráfico abaixo, as mudanças ocorridas ao longo destes 20 tenderam a concentrar a população apta ao voto em determinadas localidades, em especial àquelas ao redor da Baia de Guanabara e na fronteira com a atual cidade do Rio de Janeiro (Limonad, 1996).

Gráfico 1. População das cidades fluminenses (1940-1960)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

Nesse sentido, cidades como Duque de Caxias, Niterói, Nova Iguaçu e São Gonçalo passaram a possuir maior relevância na organização da política estadual. Este diagnóstico, além de expresso nos números censitários, pode ser demonstrado na fala do ex-governador fluminense Badger da Silveira que, comentando sobre as consequências políticas destas mudanças, denominou a Baixada Fluminense como "o grande celeiro de votos do estado do Rio" (Silveira, 2018).

CONCLUSÕES

Esta realidade social conformou, conforme enunciado pelo ex-governador, um novo quadro para a política fluminense que, ao fim e ao cabo, determinou a emergência de novas práticas políticas, com a surgimento de lideranças e de um novo conjunto de

[5] Possuíam os melhores índices de alfabetização as cidades de Niterói, Nilópolis e São Gonçalo. Os piores índices concentravam-se em Sumidouro, Silva Jardim, Casimiro de Abreu.

temas de atenção para os políticos no estado. A análise dos diários da Assembleia Legislativa fluminense e da imprensa estadual permitem a compreensão da construção da democracia no Rio de Janeiro naquele período, possibilitando ainda a reflexão acerca dos legados e atualidade destes para a compreensão da contemporaneidade fluminense.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Luciana Pucu Wollmann do. **Niterói Operário**: trabalhadores, política e lutas sociais na antiga capital fluminense (1942-1964). Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla. (org.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

COSTA, Rafael Navarro. **Eleições se vencem em campanhas?** Uma análise da organização político-partidária do Rio de Janeiro através das disputas eleitorais, da propaganda política e da trajetória do PSD-RJ (1945-1958). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de formação de professores - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A velha província fluminense: crises e alternativas. *In*: Côrte, Andréa (org.). **Nilo Peçanha e o Rio de Janeiro no cenário da federação**. Niterói: FUNARJ/Imprensa Oficial, 2010.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018.

LIMONAD, Ester. **Os lugares da urbanização**: O caso do interior fluminense. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PANTOJA, Silvia. **As Raízes do pessedismo fluminense**; (a política do interventor: 1937-1945). Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

SILVA, Robson Dias. **Rio de Janeiro**: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVEIRA, Badger Teixeira da. **Badger da Silveira** (depoimento, 1981/1982). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas, 2018.

Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual desenvolvo a presente pesquisa, e a minha orientadora pelos encaminhamentos e definições importantes para a realização deste trabalho.

RAÍZES DA CRISE FISCAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Karine Vargas Pontes[1]

Fabio Souza Pontes[2]

RESUMO

O Estado do Rio de Janeiro vivenciou uma crise fiscal sem precedentes entre os anos de 2016 e 2017. Condições desfavoráveis no mercado exterior, crise da economia brasileira e fatores endógenos do orçamento fluminense deram origem à deterioração das contas públicas estaduais. O objetivo deste artigo é detalhar a deflagração da crise fiscal sob a ótica das contas públicas, detalhando a evolução das despesas e receitas públicas e do endividamento no Estado do Rio de Janeiro nos anos que antecedem o início deste conturbado período. Para cumprir o objetivo deste trabalho foi realizada extensa pesquisa nos documentos oficiais e demonstrativos contábeis publicados pelo Estado do Rio de Janeiro, bem como aos portais de transparência disponibilizados.

Palavras-chave: crise fiscal; orçamento; dívida pública

ABSTRACT

The State of Rio de Janeiro experienced an unprecedented fiscal crisis between 2016 and 2017. Unfavorable conditions in the foreign market, the crisis in the Brazilian economy and endogenous factors in the Rio de Janeiro budget gave rise to the deterioration of state public accounts. The objective of this article is to detail the outbreak of the fiscal crisis from the perspective of public accounts, detailing the evolution of public expenses and revenues and debt in the State of Rio de Janeiro in the years preceding the beginning of this troubled period. To fulfill the objective of this work, extensive research was carried out on official documents and accounting statements published by the State of Rio de Janeiro, as well as the transparency portals made available.

Keywords: fiscal crisis; budget; public debt

RESUMEN

El Estado de Río de Janeiro vivió una crisis fiscal sin precedentes entre 2016 y 2017. Las condiciones desfavorables del mercado externo, la crisis de la economía brasileña y factores endógenos en el presupuesto de Río de Janeiro dieron lugar al deterioro de las cuentas públicas estatales. El objetivo de este artículo es detallar el estallido de la crisis fiscal desde la perspectiva de las cuentas públicas, detallando la evolución de los gastos e ingresos públicos y la deuda en el Estado de Río de Janeiro en los años anteriores al inicio de este período convulso. Para cumplir con el objetivo de este trabajo, se realizó una extensa investigación sobre los documentos oficiales y estados contables publicados

[1] Karine Vargas Pontes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, email: vargas.karine@yahoo.com.br

[2] Fabio Souza Pontes, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, email: pontes.fabio@posgraduacao.uerj.br

por el Estado de Río de Janeiro, así como los portales de transparencia puestos a disposición.

Palabras clave: crisis fiscal; presupuesto; deuda pública

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) vivenciou uma crise fiscal sem precedentes entre os anos de 2016 e 2017. Este período é demarcado pela publicação do Decreto nº 45.692, de 17 de junho de 2016, que reconhece o estado de calamidade pública da administração financeira, e de outro lado, pela assinatura do Regime de Recuperação Fiscal formalizado em setembro de 2017.

Condições desfavoráveis no mercado exterior, crise da economia brasileira e fatores endógenos do orçamento fluminense deram origem à deterioração das contas públicas estaduais. No cenário externo, a queda do preço do barril do petróleo impactou negativamente as receitas de *royalties* e participação especial, rubrica deveras importante para o orçamento fluminense, principalmente para o pagamento de inativos e pensionistas, uma vez que é vinculada por decreto a esta despesa. A retração da economia brasileira no período contribuiu para o enfraquecimento das atividades produtivas, o que impactou diretamente as receitas tributárias do estado, sobretudo o ICMS. Quanto aos fatores endógenos ao próprio orçamento estadual, é possível destacar o aumento significativo das despesas públicas e do endividamento, impulsionados pelo período de bonança verificados nos anos anteriores à crise e pelos investimentos necessários à realização dos megaeventos.

O objetivo deste artigo é detalhar a deflagração da crise fiscal sob a ótica das contas públicas, do Estado do Rio de Janeiro nos anos que antecedem o início deste conturbado período. Os objetivos específicos serão: analisar a evolução das despesas públicas; investigar a deterioração das receitas públicas; analisar o crescimento do endividamento.

MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste trabalho foi realizada ampla pesquisa nos demonstrativos contábeis, relatórios oficiais e seus anexos que devem ser publicados obrigatoriamente pelos entes subnacionais: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

Além destes documentos, foram realizadas consultas no Portal de Transparência do Estado do Rio de Janeiro para coleta de informações quantitativas da receita e da despesa pública.

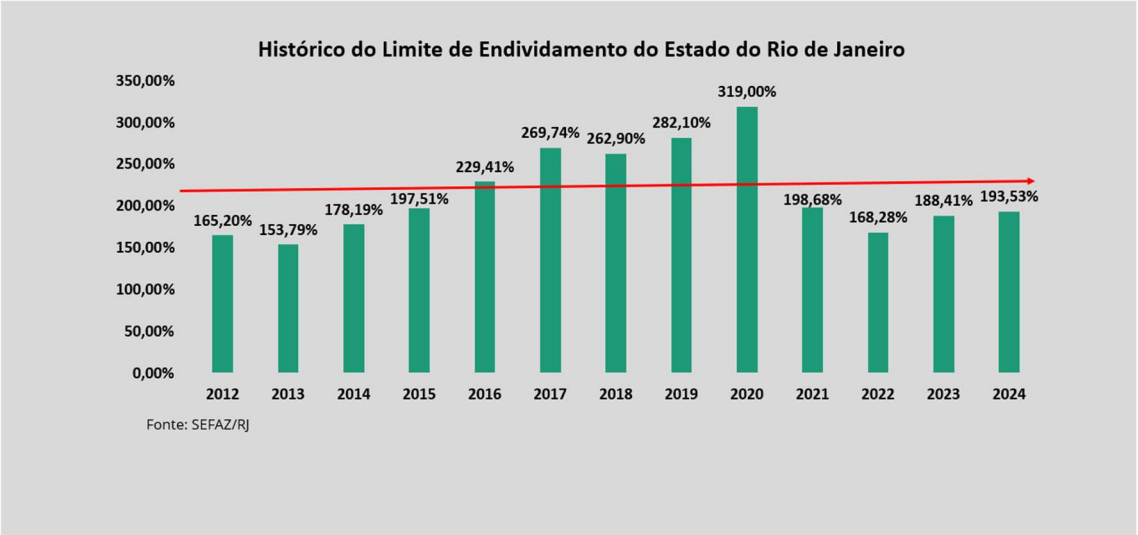
RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Estado do Rio de Janeiro, caraterizado como a segunda maior economia do Brasil, cuja representação no PIB é considerada significativa na composição nacional, com grande potencial de geração de riqueza, passou por diversos ciclos de expansão e estagnação econômica ao longo do tempo. A partir de 2007, passou por bonanças das suas finanças pública com crescimento da arrecadação do ICMS e dos Royalties de Petróleo que propiciou aumento nos investimentos e em infraestrutura além da reestruturação do quadro de pessoal concursado e do reajuste dos salários defasados. No entanto esse ciclo se encerrou a partir do segundo semestre de 2014, quando passou a vivenciar desequilíbrio das suas contas públicas, com queda da receita não suportando o aumento contínuo da despesa.

As receitas de royalties e participações especiais alcançaram, em 2016, R$ 3,5 bilhões, apresentando redução de 34%, em relação a 2015. Tal desempenho é justificado pela queda no preço do Brent. O barril que, em 2015, apresentou cotação média de US$ 52,37 dólares, em 2016 encerrou o ano com cotação média de US$ 42,23 dólares, queda de 19% no período. No que tange à taxa de câmbio, embora sua trajetória de crescimento pareça acompanhar em proporção inversa a queda do preço do Brent, seu resultado positivo (+ 14% em relação a 2015) não foi suficiente para suavizar o efeito da redução do valor do Brent sobre a arrecadação de royalties e participações especiais. Adiciona-se ao cenário o pífio crescimento da produção de óleo no ERJ, apenas 3% em relação a 2015.

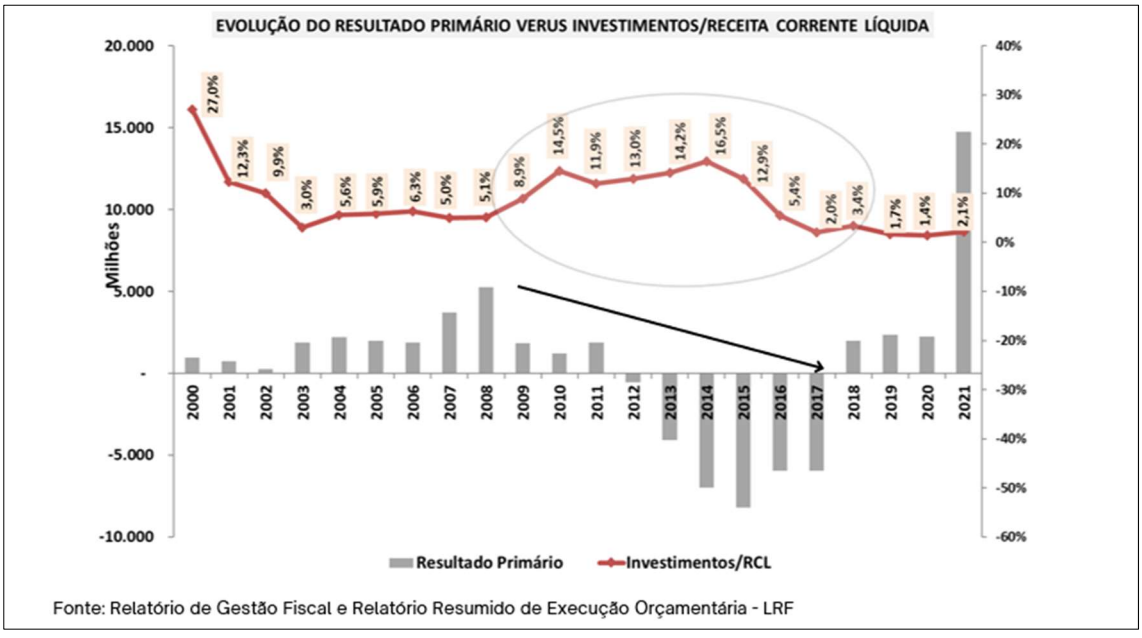
No histórico da arrecadação total do estado do Rio de Janeiro, o ano de 2010 foi o ápice da elevação da receita estadual, chegando a 19,8% comparado ao ano anterior, em valores nominais. Os anos de 2012 e 2013 ocorreram grande descompasso no crescimento da despesa em relação à receita. Em 2012, enquanto o crescimento da receita do de 9,4% a despesa aumentou em 12,6% quando comparado a 2011.

Em um olhar mais detalhado, o estado do Rio de Janeiro utilizou-se de uma estratégia de “ilusão fiscal” na medida em que, ao longo do tempo, captou recursos com agências financeiras nacionais e internacionais para financiar investimentos voltados principalmente para a área da infraestrutura, visando, principalmente, aos megaeventos esportivos.



Fonte: SEFAZ-RJ

No gráfico 1 é possível observar que, no ano da publicação da LRF, a razão era de 235%. Para se adequar ao limite estabelecido de 200%, o ERJ reduziu bruscamente suas dívidas em apenas um exercício, chegando a 190% em 2005. Observe-se que, apesar do crescimento da dívida consolidada líquida do estado do Rio de Janeiro, sua relação com a receita corrente líquida apresentou trajetória decrescente a partir de 2005 até 2011, período que inclui a fase de grande aumento de arrecadação, com a RCL crescendo mais que proporcionalmente à DCL, chegando ao patamar de 146%. Pode-se verificar que em 2012 ocorreu rompimento na trajetória da queda, período em que o ERJ se configurou com crescimento contínuo do endividamento. No período de 2016 a 2020, o estado do Rio de Janeiro ultrapassou o limite de 200% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, chegando em 2020 a 319% (R$ 189 bilhões) da Receita Corrente Líquida.



Conforme pode ser observado no gráfico 2, uma análise detalhada do resultado primário das duas últimas décadas possibilita constatar que o ERJ vem apresentando crescimento da dependência de recursos de terceiros para a cobertura de suas despesas.

CONCLUSÕES

A deflagração da crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro é algo complexo e de grande relevância de estudo, uma vez que a efetivação da política pública só é realizada quando se tem recursos. Diante da falta de recursos, o Estado deixa de ofertar um ensino de qualidade em suas universidades, um salário digno e em dia aos seus servidores, um atendimento hospitalar aceitável e um serviço de segurança efetivo. Este foi o cenário vivido pelo Estado do Rio de Janeiro.

O desfecho dessa crise fiscal foi a adoção do Regime de Recuperação Fiscal elaborada pelo Governo Federal, a fim de reestabelecer a normalidade do funcionamento da gestão pública fluminense. No entanto, vale o questionamento se esse esforço trouxe equilíbrio sustentável para as contas estaduais ou alívio momentâneo para as contas públicas fluminense.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Congresso Nacional. Brasília, 2000.

BRASIL; Lei n.º 4.230, 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos**. Brasília, 1964.

BRASIL. Resolução do Senado Federal n.º 43, de 2001. **Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências.** Brasília, 2000.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 15ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2010.

GIAMBIAGI, Fabio & ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas – Teoria e Prática.** 4ª edição. São Paulo. Editora Campus.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Prestação **de Contas do Governador nos exercícios de 2000 a 2015**. Disponível em: <http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/contas-de-governo-do-estado-do-rio-de-janeiro;jsessionid=283B1D66740E18FF14A3543CA047FAE1.tcerj90>. Acesso em: 13 de maio de 2024.

TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Leandro Damaceno[1]

RESUMO
Este trabalho procura discutir a trajetória institucional que trouxe o estado do Rio de Janeiro ao atual estágio de desenvolvimento socioeconômico, marcado por uma profunda desigualdade intrarregional e por um processo de estagnação econômica que perdura desde a década de 1970 com pequenos espasmos de "bonança" ao longo do período. Pressupondo que há uma trajetória em curso desde a mudança da capital para Brasília, tem como problema identificar se a trajetória histórica-institucional do Estado do Rio de Janeiro dificulta a adoção de políticas públicas de desenvolvimento regional. Em decorrência do problema, tem como objetivo identificar mecanismos que explicam uma dependência de trajetória a que o Estado estaria sujeito. Aliada a uma "questão regional", pode-se concluir que as especificidades da trajetória fluminense dificultaram o florescimento de novas institucionalidades.
Palavras-chave: Institucionalismo histórico; dependência da trajetória; retornos crescentes; desenvolvimento regional; Rio de Janeiro
ABSTRACT
This paper seeks to discuss the institutional trajectory that brought the state of Rio de Janeiro to the current stage of socioeconomic development, marked by profound intra-regional inequality and a process of economic stagnation that has lasted since the 1970s with small spasms of "bonanza" throughout this period. Assuming that there is an ongoing trajectory since the capital's move to Brasília, the problem is to identify whether the historical-institutional trajectory of the State makes it difficult to adopt public policies for regional development. As a result of the problem, the objective is to identify the mechanisms that explain a dependency on the trajectory to which the State would be subject. Combined with a "regional issue", it can be concluded that the specificities of the Rio de Janeiro trajectory made it difficult for new institutionalities to flourish.
Keywords: Historical institutionalism; trajectory dependence; increasing returns; regional development; Rio de Janeiro
RESUMEN
Este trabajo busca discutir la trayectoria institucional que llevó al estado de Río de Janeiro a la actual etapa de desarrollo socioeconómico, marcada por una profunda desigualdad intrarregional y un proceso de estancamiento económico que se prolonga desde la década de 1970 con pequeños espasmos de "bonanza". a lo largo de todo este período. Suponiendo que existe una trayectoria continua desde el traslado de la capital a Brasilia, el problema es identificar si la trayectoria histórico-institucional del Estado de Río de Janeiro dificulta la adopción de políticas públicas para el desarrollo regional. A raíz del problema, su objetivo es identificar los mecanismos que explican una dependencia de la trayectoria a la que estaría sujeto el Estado. Combinado con una "cuestión regional", se puede concluir que las especificidades de la trayectoria de Río de Janeiro dificultaron el florecimiento de nuevas institucionalidades.
Palabras clave: Institucionalismo histórico; dependencia de la trayectoria; rendimientos crecientes; desarrollo regional; Río de Janeiro

[1] Leandro Galheigo Damaceno é Mestre em Ciências, Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: damacenolg@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Rio de Janeiro, desde a sua fundação, mas principalmente após 1808, consolidou-se como um espaço de articulação nacional. Foi, enquanto cidade, capital da colônia, do império português, do império brasileiro, da Velha e Nova República brasileira até a década de 1960, quando houve a transferência da Capital Federal. É a partir desse contexto nacional que vai se procurar discutir os aspectos da existência de uma trajetória institucional marcada por profundas desigualdades regionais.

O ponto de partida que marca a ruptura institucional pelo qual passa a cidade e, consequentemente, o Estado do Rio de Janeiro - ERJ, está na consolidação da mudança da Capital ao longo da década de 1970, especialmente a partir do golpe civil-militar de 1964 e das consequentes cassações políticas que atingiram de maneira peculiar a classe política fluminense. A trajetória econômica pós 1960 do ERJ foi decisivamente influenciada pela transferência da Capital para Brasília, pela história da *capitalidade*[2] da cidade do Rio de Janeiro - CRJ e pela constituição de seu desenho político-institucional local. O processo histórico de degradação em sua lógica política, a partir do golpe de 1964, atingiram com particular gravidade a CRJ. Tanto na cidade como posteriormente no Estado, coexistiram uma lógica nacional cada vez mais inorgânica e uma lógica local clientelista e fragmentada que foi se tornando hegemônica a nível estadual. Essa realidade gera um marco institucional que desestrutura com particularidade o poder público na região e dificulta a organização consistente de estratégias e políticas regionais (Osorio, 2005; Osorio e Versiani, 2013).

MÉTODOS E MATERIAIS UTILIZADOS

Para o presente trabalho, foi usado o método qualitativo de pesquisa com um desenho de estudo retrospectivo. Uma das características dessa modalidade são as pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema, que serão usadas de forma comparativa ou contrastante para o objetivo que se quer atingir. Nesse tipo de pesquisa, eventos e processos são analisados em relação ao seu significado histórico, sendo que visões atuais sobre a percepção e avaliação de experiências anteriores devem ser consideradas (Creswell, 2009; Flick, 2009).

Foi feita revisão da literatura a partir de dois grandes tópicos, para fins de sistematização: temas relacionados ao aspecto historicista da pesquisa e temas

[2] Conceito proposto por Marly Silva da Motta (Motta et al., 2004, p. 54) em que, partindo da formulação teórica de Giulio Argan, ex-prefeito de Roma (1976-1979), define as cidades-capitais como o "lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma a sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória".

relacionados aos campos de conhecimento que embasam o referencial teórico. A escolha das fontes secundárias foi feita a partir destes tópicos, de acordo com obras identificadas pelas seguintes palavras-chaves: Rio de Janeiro + Região Metropolitana; História Política do Rio de Janeiro; Guanabara; Fusão; Marcos Institucionais; Neoinstitucionalismo; Institucionalismo Histórico; Dependência da Trajetória e; Mudança Institucional.

DISCUSSÃO TEÓRICA

A discussão teve como pressupostos conceitos que operam uma dinâmica institucional. Tendo como base North (1990), Putnam (1996) e Hodgson (1997), procurou-se demonstrar como o processo de conformação institucional só é possível com a transformação das normas em costumes ou hábitos compartilhados pelos agentes, cuja ação, por sua vez, determina e é determinada pela interação com as instituições.

De forma mais restrita, o artigo se utiliza do conceito de dependência da trajetória utilizado em trabalhos de autores da corrente neoinstitucionalista (Arthur, 1994; David, 1994; Pierson, 2000; Deeg, 2005). A noção de dependência da trajetória significaria um alto custo de reversão ao caminho escolhido. Ainda que haja outras opções, os obstáculos obstruem a mudança a partir de uma escolha inicial. Essa abordagem na qual as etapas anteriores em dada direção induzem ainda mais um movimento na mesma direção, é compatível com a ideia de autorreforço ou retornos crescentes. Em processos desse tipo, a chance de novos movimentos na mesma trajetória aumenta à medida que cada passo é dado nela (Pierson, 2000; Deeg, 2005).

No caso, este trabalho procura demonstrar de que forma os argumentos sobre retornos crescentes utilizados na Economia podem ser aplicáveis na Ciência Política a partir do trabalho de Pierson (2000). A relevância consiste no fato de que esse estudo se baseia nas relações de poder que ajudam a explicar os caminhos percorridos pelo ERJ. Tendências de retornos crescentes caracterizam quatro processos centrais em ambientes políticos: ação coletiva; desenvolvimento institucional; exercício da autoridade e; interpretação social. Em cada caso, há razões para afirmar que passos dados em uma direção podem desencadear dinâmicas de autorreforço. Para esse trabalho, será ressaltado processos relacionados à interpretação social do ambiente político. Interpretações sociais de ambientes como a política estão sujeitos a retornos crescentes, já que a criação de códigos envolve altos custos de instalação; estão sujeitos a efeitos de aprendizagem e; são compartilhados com outros atores de forma a criar redes e adaptar expectativas. Uma vez estabelecida, as perspectivas básicas sobre a política são geralmente persistentes.

CONCLUSÕES

A ruptura institucional ocasionada com a mudança da capital teve mais a ver com a descrença do seu sucesso e a convicção do papel central que desempenhava a CRJ – e, portanto, com regras institucionais informais (North, 1990) – do que com a concretização da previsão constitucional de uma nova Capital. Foi nesse hiato que novas elites chegaram ao poder e orquestraram uma mudança endógena do marco institucional. Nesse sentido, a compreensão da trajetória fluminense passa pela ascensão e hegemonia do político Chagas Freitas e seu grupo e a institucionalização desse *modus* denominado "chaguismo" a partir da década de 1970 (Diniz, 1982; Sarmento, 2008).

O exercício político-administrativo da antiga condição de capital evidenciava que a atividade política não prescindia do localismo, do clientelismo e do patrimonialismo. Com a presença dos principais órgãos do poder público na cidade, construíram-se relações de interdependências pessoais, manipulação de recursos públicos e constituição de redes clientelistas de bases locais. O chaguismo, como expressão e como máquina política, se explica a partir desses condicionantes que se articularam na construção de uma nova estrutura, ocasionada por um "vazio institucional". O chaguismo só foi possível porque, com a mudança da capital; as cassações políticas; e a dubiedade de estratégias para a Guanabara; houve espaço para o seu crescimento. O clientelismo, com o seu grupo político, é elevado a um protagonismo até então não aparente (Diniz, 1982).

Chagas Freitas interpretou com muita eficiência o campo e o jogo político a nível local. A partir de um confuso e indefinido desenho institucional com a mudança da capital, ocupa o vazio institucional proporcionado por esse novo arranjo, principalmente depois que as principais lideranças políticas do ERJ saíram de cena com o regime militar. Percebe que, atuando nos limites impostos pela ditadura, pode consolidar seu poder político operando a partir das já existentes redes de clientela dos tempos de Distrito Federal. Promove uma mudança incremental, dentro da trajetória preestabelecida, aproveitando recursos institucionais existentes. Não se preocupa em criar códigos interpretativos da cena política, apenas adapta as suas expectativas às perspectivas já consolidadas. Uma vez estabelecido, o exercício de sua autoridade reforça ainda mais os mecanismos que garantem que suas ações políticas levem aos resultados políticos por ele esperado.

O fato é que seu *modus operandi* político bem definido, ramificado e consolidado, garantiu sua hegemonia e reforçou uma trajetória a partir da década de 1960, cujas características podem ser observadas ainda hoje, demonstrando que os efeitos de aprisionamento (*locked-in*) a um conjunto de rotinas, objetivos e trajetórias passadas têm persistido ao longo do tempo. A arraigada prática clientelista caracterizada por esse

período e a inércia institucional decorrente contribuíram para que aqui não se desenvolvesse práticas mais adequadas com o interesse público, inclusive aquelas que dizem respeito a um desenvolvimento regional mais equânime.

REFERÊNCIAS

ARTHUR, W. B. **Increasing returns and path dependence in the economy.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1994.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007

DAVID, P. Why are institutions the 'carriers of history'? Path dependence and the evolution of conventions, organizations, and institutions. **Structural change and economic dynamics**. V. 5, n. 2, p. 205-220, 1994.

DEEG, R. Change from Within: German and Italian Finance in the 1990s. In: STREECK, W.; THELEN, K. (orgs.). **Beyond continuity: explorations in the dynamics of advanced political economies**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

DINIZ, E. **Voto e Máquina Política: Patronagem e Clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

HODGSON, G. M. **Economia e evolução: o regresso da vida à teoria econômica.** Oeiras. Celta, 1997.

MOTTA, M.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. E. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

NORTH, D. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OSORIO, M.; VERSIANI, M.H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**. Nº. 2, p. 188-210. 2013

OSORIO, M. **Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense**. Rio de Janeiro: SENAC, 2005

PIERSON, P. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. **The American Political Science Review.** Vol. 94, Nº 2, jun., 2000, p. 251-257.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia. A experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SARMENTO, C. E. **O espelho partido da metrópole.** Rio de Janeiro: Folha Seca. FAPERJ, 2008.

DOIS FATORES DAS GÊNESES DAS CRISES ESTRUTURAIS DO ATUAL ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O IMPERATIVO DA AGENDA ORÇAMENTÁRIA: UMA NOTA DE PESQUISA

Marcelo Costa Ferreira[1]

Dois Fatores das Gêneses das Crises Estruturais do atual Estado do Rio de Janeiro e o imperativo da agenda orçamentária: uma nota de pesquisa

Resumo
Analisa-se de forma objetiva dois aspectos da história econômica, política e administrativa da atual crise estrutural do atual Estado do Rio de janeiro, cujas raízes seriam: 1) contexto da Industrialização e rede de Eletricidade; e 2) Intervenção e Fusão que ainda impactam a administração pública carioca/fluminense: o caso da PGE/RJ. Conclui-se pelo imperativo de estudos sobre a dimensão orçamentária, tributária e fazendária dos atuais Estado e Município do Rio de Janeiro.
Palavras chaves: Rio de janeiro, industrialização e energia elétrica; Light ; PGE/RJ

Two Factor in the Genesis of the Structural Crises of the current State of Rio de Janeiro and the imperative of the budget agenda: a research note

This Research note analyze two aspects of the economic, political and administrative history of the current structural crisis in the current State of Rio de Janeiro, whose roots would be: 1) context of Industrialization and Electricity network; and 2) Intervention and Merger that still impact the Rio de Janeiro/Fluminense public administration. It concludes by the imperative of studies on the budgetary, tax and finance dimension of the current State and Municipality of Rio de Janeiro.

KeyWords: : Rio de janeiro, Industrialization and Electricity network; Light ; PGE/RJ

Dos Factores Em La Génesis de las Crisis Estructurales del actual Estado de Río de Janeiro y el imperativo de la agenda presupuestaria: una nota de investigación

Analizar objetivamente dos aspectos de la historia económica, política y administrativa de la actual crisis estructural en el actual Estado de Río de Janeiro, cuyas raíces serían: 1) contexto de Industrialización y Red Eléctrica; y 2) Intervención y Fusión que aún impactan la administración pública Rio de Janeiro/Fluminense. Concluye por el imperativo de estudios sobre la dimensión presupuestaria, tributaria y financiera del actual Estado y Municipio de Río de Janeiro.

Palavras Chaves: : Rio de janeiro, Industrialización y Red Eléctrica; Light ; PGE/RJ

[1] Professor e pesquisador da UniRio. E-mail: mcfpolitica@gmail.com

Introdução

Esta nota de pesquisa discute alguns fatos políticos e econômicos que explicam a atual crise do Estado do Rio de Janeiro. As questões com a expansão das milícias, o recorde na taxa de energia consumida e não paga – conhecido coloquialmente como "Gatos"; os recentes colapsos na Uerj com atraso de pagamentos de servidores e as baixas remunerações do Serviço Público Estadual no Poder Executivo não sugerem que a crise, em suas múltiplas dimensões, seja algo que está próximo de terminar.

Nos objetivos de uma concisa nota de pesquisa, existem dois aspectos cruciais na atual crise carioca/fluminense a serem destacados na gênese do momento muito complicado do atual Rio de Janeiro: 1) os desafios da industrialização em face do elevado custo de geração e transmissão de energia elétrica no Rio de Janeiro em comparação com São Paulo; 2) Os impactos que ainda persistem da intervenção e fusão ocorridos em 1974/1975 no caso específico da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, PGE/RJ.

Material e Métodos

Esta nota de pesquisa[2] tem como base temas laterais que emergem em duas pesquisas realizadas pelo autor "História do Departamento Jurídico da Light canadense (1899-1996)"; e "História da PGE/RJ e suas antecessoras (1899 - 1983)". No caso em tela, os antigos Boletins das Federações de Indústrias do Distrito Federal (Rio de Janeiro) e do Estado da Guanabara; do processo judicial Light x Eletropaulo na Justiça Estadual de São Paulo; do Fundo Arquivístico Tulio Romano no acervo da Memória da Eletricidade, além dos depoimentos extraídos em entrevistas já realizadas por outros pesquisadores que contenham informações de interesse para esta reflexão depositados no Programa de História Oral do Museu de Justiça do Rio de Janeiro e do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro

Resultados e Discussão

Uma primeira dimensão da crise atual carioca/fluminense seria Industrialização e rede de Eletricidade[3]. O antigo Distrito Federal no Rio de Janeiro (1933-1960) tinha uma economia fortemente baseada na presença da administração pública federal. Neste contexto, as

[2] Esta nota de pesquisa não representa nenhum posicionamento das instituições as quais o autor é membro – UniRio e a OAB/RJ; e muito menos de nenhuma das pessoas de Direito Público e privado aqui mencionadas, principalmente a atual Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e o atual Grupo Light S/A .
Esta pesquisa foi inicialmente realizada quando o autor era integrante dos quadros da Universidade Federal de São Paulo.

[3] Esta análise é baseada na pesquisa (Ferreira, 2024b)

dificuldades de crescimento da indústria também no antigo Estado do Rio de Janeiro, capital Niterói tinham no elevado custo de geração e transmissão de energia elétrica no Rio de Janeiro – ao contrário de São Paulo, situação essa prejudicial a industrialização conforme diversas reportagens nos Boletim da FIFDF e FIEGA.

Neste período, eram então as duas unidades da federação atendidas pelas subsidiárias da *Brazilian Traction Light and Power*, que em 1967 passou a ser denominada como Brascan: The Rio de Light and power – posteriormente Rio Light serviço de eletricidade e carris; e The São Paulo Light and Power – posteriormente São Paulo Light serviços de eletricidade S/A. Havia um problema de diferenças de padrões de energia elétrica que só foram padronizados no final da década de 1960.

As duas "Lights" foram fusionadas em uma única empresa em 1967, fazendo então 2 sistemas interligados: o Sistema Rio e o Sistema São Paulo, sendo a sede formal da empresa em São Paulo, mas na prática a mesma funcionava no Rio de Janeiro. Os investimentos na expansão da energia elétrica passavam por momentos complicados em face da instabilidade política e do elevado risco jurídico no Brasil: de um cenário ultra liberal até 1932 – época da edição do código de águas; até a forte liderança das empresas públicas e estatais na geração, transmissão e distribuição de energia no qual as duas Lights até fizeram algumas expansões nas redes com empréstimos da Usaid na década de 1930 que foram descontinuados em face da expectativa que era uma questão de tempo a estatização da Light pelo governo federal (Boa nova, 2002) .

A transferência da Light da iniciativa privada para a Eletrobrás aconteceu no final de 1978. E numa situação manifestamente prejudicial aos interesses do então Estado do Rio de Janeiro, o Sistema São Paulo foi na prática "doado" ao Estado de São Paulo em 1981, sendo separado do Rio de Janeiro. Formalmente, houve uma alienação na qual a Light Rio, então Light serviços de eletricidade S/A teria metade do controle acionário da Eletropaulo com mais o pagamento da venda, forçada por um ato individual do presidente Figueiredo. Todavia, a Eletropaulo fez como política dar calote na Light, tendo a última ajuizado ação judicial no TJ/SP pois tal situação retirava da Light no Rio de janeiro recursos para a própria empresa. E quando finalmente a dívida foi paga pela Eletropaulo, o recebimento dos valores ficou com a Eletrobrás – e não com a Light.

Uma segunda dimensão da crise atual carioca/fluminense é a estruturação da administração pública[4]. Por mais que em depoimentos informais, nos casos do TJ/RJ ou da PM/RJ já tenha sido relatado "Que ninguém mais fala em fusão!" até que ponto existe ou não uma desestruturação da atual administração pública Estadual no Rio de Janeiro com raízes ou não do caráter autoritário da intervenção/fusão?

O destino do então distrito federal no Rio de janeiro já causava polêmicas, mas a tese da fusão era controversa até mesmo na então Federação das Indústrias do Distrito Federal. O fato é a construção do Estado da Guanabara era feita com base nas negativas do Serviço Público Federal de ir para Brasília de fato, como pela gestão de objetivo modernizante do então Governador da Guanabara Carlos Lacerda. De fato, houveram diversas restruturações, como por exemplo na Procuradoria do Estado PG/DF(RJ).

O órgão era fortemente dominado pelo clientelismo e pela desorganização – e houve uma decisão política patrocinada pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda de tornar a PGE/GB um exemplo de Procuradoria profissionalizada e moderna. Ao contrário da sua antecessora, a Procuradoria Geral do Estado da Guanabara teve uma rígida preocupação com a seleção via concurso público. Todavia, houve a intervenção com fusão da então Guanabara com o então Estado do Rio de Janeiro, capital Niterói. Eram dois órgãos totalmente diferentes, e a intervenção com fusão criou o transtorno de forçar duas instituições totalmente diferentes numa única Procuradoria Geral do Estado com impactos até a década de 1990 na atual PGE/RJ.

Conclusão

Com muito pouca ambição, esta nota de pesquisa propõe a sugerir pontos relevantes na agenda de pesquisa sobre a região do atual Estado do Rio de Janeiro. Um deles seria como o autoritarismo e instabilidade política dificultaram a gestão não somente do atual Estado do Rio de Janeiro, assim dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, capital Niterói. Da mesma forma, existem muito poucos estudos sobre a dimensão orçamentária, tributária e fazendária dos atuais Estado e Município do Rio de Janeiro, como a pesquisa sobre a falência do município do Rio de Janeiro (Burgos, 1992).

Existe o significativo mérito da criação da assessoria fiscal na Alerj, mas mesmo assim toda a crise do Estado do Rio de Janeiro no quesito financeiro ainda carece de estudos mais aprofundados, como o sucessivo contencioso no STF sobre o regime de recuperação fiscal.

[4] Esta análise é baseada na pesquisa (Ferreira, 2024a)

Conforme relevante trecho de entrevista de Mauro Osório (2021), é urgente o aumento de pesquisas sobre o ICMS e temas correlatos:

> "[...] A crise no estado do Rio de Janeiro é principalmente de receita. De acordo com dados do Governo Federal, o estado do Rio de Janeiro, apesar de ter o segundo PIB do país e o terceiro PIB per capita, está apenas na 17ª posição em termos de receita estadual per capita em um ranking das unidades federativas."

Conclui-se pela difícil situação do Estado do Rio de Janeiro nos próximos anos. Ao mesmo tempo, o Estado do Rio de Janeiro atual foi um dos que mais efetuaram a privatização de autarquias e empresas públicas ou de economia mista – (SOUZA, 2019), o que retirou a estrutura da administração pública estadual para fomentar políticas públicas de desenvolvimento de forma robusta e ainda carregando o ônus da intervenção e fusão ocorridas em 1974 e 1975 e ainda há o fato do Estado estar em Regime de recuperação fiscal, dependendo de muita liberalidade do governo federal para não entrar em colapso e atrasar pagamentos a servidores públicos estaduais.

REFERÊNCIAS

BÔA NOVA, A. C. Da Light à Eletropaulo: Permanência e Mudança na Cultura de uma Empresa. 1. ed. São Paulo: Escrituras, 2002.

BURGOS, M. T. B. A Falência da Prefeitura do Rio de Janeiro: 1988. Dissertação de Mestrado em Planejamento Econômico e Políticas Pública no IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

FERREIRA, M. C. História da PGE/RJ e suas antecessoras (1899-1983). Rio de Janeiro. Pesquisa em andamento em 2024.

_____. História do Departamento Jurídico da Light (1899-2000): (re)configuração nas identidades de advogados corporativos. Pesquisa em andamento em 2024.

SOUZA; Júlio Cézar Oliveira de. Rio de Janeiro: O Farol do Neoliberalismo Brasileiro (1982-2002). Tese de Doutorado em História Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019

OSORIO, Mauro. As raízes da decadência do estado do Rio de Janeiro: entrevista a Sidney Rezende . Jornal O Dia. 14 de Setembro de 2021. Disponível em: https://odia.ig.com.br/colunas/sidney-rezende/2021/02/6084594-as-raizes-da-decadencia-do-estado-do-rio-de-janeiro.html . Acesso em: 22 Set. 2024.

Agradecimentos

Agradecemos a uma extensa rede de Arquivos e Bibliotecas no Rio de Janeiro e São Paulo: biblioteca da Faculdade de Direito da Usp; Setor de Documentação e Biblioteca da PGE/RJ; Arquivo Histórico Empresarial da Light; Fundação Energia e Saneamento/São Paulo; Memória da Eletricidade/Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; Arquivos judiciais do TJ/SP e TJ/RJ; Museu de Justiça do TJ/RJ e os arquivos históricos dos TRF2 e TRF3.

O QUE EXPLICA A DÍVIDA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO? UMA ANÁLISE DE 1975 A 2022

André Martins Costa Aranha
PPGE/IE/UFRJ
amc.aranha@gmail.com

Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos
IE/UFRJ
pinkusfeld@gmail.com

Resumo: A evolução do endividamento público depende não só do esforço fiscal decidido pela administração pública, mas também de determinantes institucionais e macroeconômicos. Este artigo analisa esses três tipos de determinantes em relação à trajetória da dívida do RJ de 1975 a 2022. O trabalho dimensiona a origem dos passivos consolidados até 1999, apontando a importância dos choques de juros e do embate político que cercava os canais de crédito utilizados. Em seguida, é realizado um esforço de padronização de dados para o período 2000-2022, identificando que o (pequeno) crescimento das receitas é o principal fator explicativo sobre a trajetória da dívida, sendo importante, mas secundário, o efetivo esforço fiscal na geração de superávits primários/contração de novos empréstimos. Os resultados apontam que a dívida atual se origina sobretudo de condições exógenas à decisão da administração fluminense.
Palavras-chave: Dívida pública, Regime de Recuperação Fiscal, Estado do Rio de Janeiro, Federalismo Fiscal, Risco Moral

Resumen: La evolución del endeudamento público depende no solamente del nível de esfuerzo fiscal, decisión de la administración pública, sino también de determinantes institucionales y macroeconómicos. Este trabajo analisa los trés tipos de determinantes en relación a la evolución de la deuda de la província de Rio de Janeiro, Brasil, de 1975 a 2022. Dimensionamos el origen de los pasivos consolidados hasta 1999, identificando la importancia de las alzas de interés bien como de las confrontaciones políticas al rededor de los canales de crédito utilizados. En seguida, realizamos um esfuerzo de padronización de datos para el período 2000-2022, identificando que el (pequeño) crecimiento de los ingresos es el principal factor explicativo sobre la evolución de la deuda, siendo importante, pero secundário, el esfuerzo fiscal de generación de superávits primários. Los resultados indentificam que la actual deuda tiene origen sobretodo en condiciones exógenas a las decisiones de la administración del estado.

Palabras clave: Deuda pública, Reglas fiscales, Estados Brasileños, Federalismo Fiscal, Riesgo Moral

Abstract: The evolution of public debt depends not only on the fiscal effort decided by tue policymakers, but also on institutional and macroeconomic determinants. This paper analyses these three types of determinants in relation to Rio de Janeiro state's public debt evolution between 1975 and 2022. We assess the origins of the liabilities consolidated until 1999, pointing out the importance of the interest rate shocks and of the political disputes pertaining to the credit channels in question. Following that, we develop a compatibilization of subnational fiscal data for the period 2000-2022, identifying that the (small) growth of revenues is the main explanatory factor upon the public debt evolution, being important, but secondary, the effective fiscal effort developed by the public administration. These results point to the conclusion that the current Rio de Janeiro State's public debt is due mainly to conditions which were exogenous to the policymakers' decision.
Keywords: Public debt, Subnational bailout, Public finance in Brazil, Fiscal Federalism, Moral Hazard

Resumo expandido

Introdução

A trajetória do endividamento público é correntemente tratada como uma derivação direta do *esforço fiscal* da administração pública na geração de superávits primários. Com base nesse diagnóstico, são embasadas decisões de mudança institucional, com reforço do regramento fiscal (Rigolon e Giambiagi, 1999). Entretanto, para além das decisões dos gestores, esta trajetória também obedece a determinantes *institucionais*, relativos aos canais de acesso a crédito disponíveis (Lopreato, 2002), e *macroeconômicos*, relativos às condições fiscais e financeiras que a administração enfrenta (Blanchard, 2022). Uma análise integral sobre a evolução do endividamento público requer então o dimensionamento do papel de cada um desses determinantes, como meio de embasar decisões de mudança de arcabouço institucional.

Nesse contexto, a questão dos determinantes da dívida pública do estado do RJ coloca importante desafio para a análise de longo prazo. O caso do RJ é extremo, sendo o único estado que teve receitas arrestadas por inadimplência com a União em 2016, e que por isso foi forçado a ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (LC 159/17), impondo rígidas amarras legais à atuação pública, e que seguiu judicializando sua relação com a União para ingressar no Novo Regime de Recuperação Fiscal criado e para se manter no mesmo.

A questão da dívida pública fluminense, contudo, carece de estudos empíricos analisando seus determinantes institucionais e macroeconômicos de maneira comparada com os demais estados da federação. É este o objeto do presente artigo.

Material e Métodos

O arcabouço para análise dos determinantes da dívida parte da contabilidade da trajetória do endividamento, como em Blanchard (2022), para enfatizar os determinantes do juro e do crescimento econômico. A análise dos determinantes do endividamento estadual no Brasil divide-se em dois períodos: 1975-2000 e 2000-hoje.

Em relação ao primeiro período, segue-se a linha interpretativa desenvolvida em Aranha (2022). A análise dos credores originais dos passivos refinanciados pelos estados em 1997-1999 permite inferir os canais de crédito originais que ocasionaram a acumulação dos passivos. A partir daí, utilizamos as principais referências bibliográficas sobre o assunto (Lopreato, 2002 e 2013; Mora, 2002; Rigolon e Giambiagi, 1999; Franco, 2017), além do recurso a fontes primárias como o estudo dos contratos de renegociação de dívidas de RJ, SP e RS, e a séries históricas do BCB sobre estoques de dívidas e seus indexadores, e do IBGE sobre crescimento do PIB nacional e estadual, para situar o contexto macroeconômico e institucional em que tais canais de crédito foram utilizados.

Para o segundo período (2000-hoje), fazemos recurso às duas bases de dados fiscais estaduais padronizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN (bases do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF), realizando uma compatibilização entre elas e criando variáveis com menor risco de quebra metodológica, de forma a construir uma série de dados longa, consistente, e de metodologia uniforme entre estados. Além da análise dos dados, nos baseamos na leitura de Mora (2016), Mora e Giambiagi (2005) e das edições do Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais da STN (2016, 2017, 2019, 2022 e 2023).

Resultados e Discussão

Na análise do período 1975-2000, pela análise dos passivos existentes em 1999 percebe-se que, ao contrário do restante da federação, nos estados do Sul e do Sudeste respectivamente 67% e 81% dos passivos só foram refinanciados em fins dos 1990. Ocorreu assim uma assimetria nos refinanciamentos de dívidas estaduais: enquanto as que provinham de canais regulados pela União, como dívida externa e crédito federal, foram refinanciadas no início dos 1990, os canais que fugiam ao controle federal, como bancos estaduais e dívida mobiliária que a partir de 1994 tiveram um crescimento exclusivamente financeiro, só foram refinanciados no final do período de aperto monetário. Esta assimetria foi instrumental na economia política de disputa federativa para imposição dos controles federais, com a

insustentabilidade dos passivos obrigando governadores a cederem seus canais próprios de financiamento. Assim, parte substancial do alto endividamento dos maiores estados deveu-se a um custo político de imposição de controles financeiros na federação.

Posteriormente, analisamos as condições do refinanciamento realizado pela União. O subsídio da União nos refinanciamentos, ao cobrar juros bem menores do que os vigentes nos anos 1990, só compreende o período entre a data-base dos contratos de mar/1996 até o fim da âncora cambial em jan/1999, a partir de quando, com a queda da Selic, não há mais subsídio. O mesmo segue ocorrendo após a redução do indexador pela LC 148/14. O propalado subsídio da União aos estados foi unicamente a contrapartida pela âncora cambial desenvolvida pelo Banco Central no contexto de estabilização.

Em relação ao novo ciclo de endividamento estadual dos anos 2010, que foi importante para o Rio de Janeiro, Mora (2016) caracteriza-o como uma política deliberada do governo federal. No Sul e no Sudeste, apesar de seu volume significativo, não modificam a centralidade dos refinanciamentos passados que seguem compondo quase 80% dos passivos (STN, 2023).

A análise do período de 2000 a 2012 evidencia a importância da taxa de crescimento na trajetória do endividamento. Em comparação com os demais estados, RJ tem uma situação intermediária de crescimento das receitas por conta do desempenho dos Royalties do petróleo compensar o baixo crescimento da atividade econômica no território; e apresenta uma média significativa de serviço de dívida pago líquido da contração de novos empréstimos, sem destoar dos demais. Por isso, assim como MG, RS e SP, o RJ mantém alto nível de endividamento, ao contrário dos estados ainda mais endividados do Centro-Oeste que observaram crescimento acelerado das receitas. Já no período 2013-2022, a situação generalizada é de baixíssimo crescimento das receitas e pouco pagamento de dívida, o que no RJ é mais extremo por conta da alta volatilidade das receitas de petróleo. Sua situação, contudo, ainda não destoa dos demais estados de sua região macroeconômica: SP, RS e MG. O estado de SP, único a se manter gerando altos superávits mesmo com baixo crescimento, é a prova de que não basta a austeridade, pois mesmo assim pouco reduz sua dívida.

Conclusões

Este artigo procurou analisar os determinantes da evolução do endividamento público no caso dos estados brasileiros ao longo das últimas décadas. A partir dos dados disponíveis, foi dimensionada a origem dos passivos consolidados no final dos anos 1990, e debatidos os seus determinantes. A influência dos fatores macroeconômicos como recessões e choques de juros foi premente, assim como dos fatores institucionais relativos

aos canais de crédito envolvidos e dos enfrentamentos políticos em torno do seu controle na federação. Os canais com mais autonomia em relação à União, mais importantes nos estados de maior peso econômico, demoraram mais, em relação aos outros canais de crédito, a ser refinanciados pelo governo central. Essa opção política do governo central resultou em que essas dívidas fugissem ao controle dos governos estaduais, criando as condições políticas para a extinção desses canais, mas legando enormes passivos.

Em seguida, fizemos um esforço de padronização de dados para uma análise do período 2000-2022. Identificamos que os diferenciais de crescimento de receitas são o principal fator explicativo sobre a trajetória das dívidas, sendo importante, mas secundário, o efetivo esforço fiscal para controle da dívida.

As conclusões têm grande relevância na discussão sobre o risco moral de um relaxamento nas condições de financiamento dos estados atualmente mais endividados. O tamanho de suas dívidas se origina de condições exógenas à decisão da administração pública, de forma que a preocupação central de um programa de refinanciamento deve ser a recuperação econômica desses estados, dentro de uma estratégia de desenvolvimento nacional.

Referências

Aranha, A. (2022) Uma federação contra si mesma: a repressão fiscal aos estados brasileiros. Dissertação de mestrado. PPGE/IE/UFRJ.

Blanchard, O. (2022) Fiscal Policy under Low Interest Rates. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.

Franco, G. (2017) A moeda e a lei: uma história monetária brasileira, 1933-2013. Rio de Janeiro, Zahar.

Lopreato, F. (2002) O colapso das finanças estaduais e a crise da federação. São Paulo, editora UNESP.

_____. (2013) Caminhos da política fiscal do Brasil, São Paulo, editora UNESP.

Mora, M. (2002) Federalismo e dívida estadual no Brasil. TD IPEA 866.

_____. (2016) Evolução recente da dívida estadual. TD IPEA 2185.

_____; Giambiagi, F. (2005) Federalismo e endividamento subnacional: uma discussão sobre a sustentabilidade da dívida estadual e municipal. TD IPEA 1142.

Rigolon F., Giambiagi, F. (1999) A renegociação das dívidas e o regime fiscal dos estados. Em Giambiagi, F.; Moreira, M. (orgs.). A economia brasileira nos anos 90. BNDES.

Secretaria do Tesouro Nacional – STN. (2016, 2017, 2019, 2022 e 2023) Boletim das Finanças dos Entes Subnacionais.

RIO DE JANEIRO: CRISE INSTITUCIONAL E ALTERNATIVAS

Henrique Rabelo[1]

Maria Helena Versiani[2]

Mauro Osorio[3]

RESUMO

O estado do Rio de Janeiro atravessa uma crise institucional de longo curso, desde os anos 1960, em processo de reversão do seu dinamismo econômico-social. O estado é campeão, entre todas as unidades federativas, em quesitos como a perda de participação no PIB nacional e a apresentação de péssimos indicadores nas áreas de Saúde e Educação, entre outras vulnerabilidades econômico-sociais. Esta crise ganha dimensões ainda mais preocupantes com a desestruturação da máquina pública fluminense, sedimentada ao longo do ciclo repressivo do golpe de 1964, que, no Rio de Janeiro, consagrou uma atuação político-parlamentar marcadamente clientelista e descomprometida com a formulação de políticas públicas de interesse social. Assim e tendo em vista a tradição carioca e fluminense de pensar mais o Brasil e menos o próprio estado, urge qualificar o debate regional e agregar densidade às reflexões que possam subsidiar estratégias consistentes para o desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Estado do Rio de Janeiro; Crise institucional; Reflexão regional.

ABSTRACT

The state of Rio de Janeiro has been undergoing a long-standing institutional crisis since the 1960s, leading to a reversal of its economic and social dynamism. The state ranks highest among all federative units in terms of loss of participation in the national GDP and presents extremely poor indicators in the areas of health and education, among other socio-economic vulnerabilities. This crisis takes on even more concerning dimensions with the disintegration of the public administration in Rio, which was solidified during the repressive cycle of the 1964 coup. This period established a notably clientelist and uncommitted political-parliamentary approach, lacking in the formulation of public policies for social interest. Therefore, considering the Carioca and Fluminense tradition of thinking more about Brazil than about the state itself, it is crucial to qualify the regional debate and add depth to the reflections that could support consistent strategies for the development of the state of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: State of Rio de Janeiro; Institutional crisis; Regional reflection.

RESUMEN

El estado de Río de Janeiro atraviesa una crisis institucional de larga duración, desde los años 1960, en un proceso de reversión de su dinamismo económico-social. El estado es el campeón, entre todas las unidades federativas, en aspectos como la pérdida de participación en el PIB nacional y la presentación de pésimos indicadores en las áreas

[1] Henrique Rabelo, Instituto de Estudos sobre o Rio de Janeiro, henriquersr@hotmail.com
[2] Maria Helena Versiani, Museu da República e UFRRJ, mversiani3@gmail.com
[3] Mauro Osorio, Faculdade Nacional de Direito-FND/UFRJ e Friperj, mauroosorio@uol.com.br

de Salud y Educación, entre otras vulnerabilidades socioeconómicas. Esta crisis adquiere dimensiones aún más preocupantes con la desestructuración de la máquina pública fluminense, cimentada a lo largo del ciclo represivo del golpe de 1964, que, en Río de Janeiro, consagró una actuación político-parlamentaria marcadamente clientelista y descomprometida con la formulación de políticas públicas de interés social. Así, y teniendo en cuenta la tradición carioca y fluminense de pensar más en Brasil y menos en el propio estado, es urgente cualificar el debate regional y agregar densidad a las reflexiones que puedan respaldar estrategias consistentes para el desarrollo del estado de Río de Janeiro.

PALABRAS CLAVE: Estado de Río de Janeiro; Crisis institucional; Reflexión regional.

RESUMO EXPANDIDO

O Rio de Janeiro foi construído hegemonicamente como um espaço de articulação nacional, inicialmente derivando o seu dinamismo econômico-social do fato de ser o principal porto brasileiro e centro militar e, posteriormente, de ser a Capital da República e centro cultural, político e econômico do país – como sede do poder, centro financeiro e sede de empresas públicas e privadas que atuam no território brasileiro.

Nessa trajetória, a cidade do Rio de Janeiro, apresentava até o início do século XX o maior parque industrial do país. A partir de dados do Censo Industrial de 1907, a participação do PIB industrial carioca no total do país era de 30,20%, contra uma participação do total do estado de São Paulo de 15,92% (Cano, 1998). Se somarmos o PIB industrial da cidade do Rio com o do antigo estado do Rio de Janeiro, de 7,55%, a região correspondente ao atual território fluminense[4] concentrava 37,75% do PIB industrial nacional.

Já o Censo Industrial de 1919 indica que o estado de São Paulo, tendo em vista a consolidação do *complexo cafeeiro paulista*[5], passou a concentrar 31,5% do PIB industrial brasileiro, contra uma participação na cidade do Rio e do antigo estado do Rio de Janeiro de, respectivamente, 20,8% e 7,4%, totalizando um PIB industrial na região correspondente ao atual território fluminense de 28,2% (CANO, 1998). Ou seja, o estado de São Paulo, a partir de 1919 já lidera o processo de crescimento econômico brasileiro.

[4] Até 1975, a região que hoje chamamos de estado do Rio de Janeiro era dividida em duas unidades federativas: a cidade do Rio de Janeiro – que foi Distrito Federal (1763-1960) e o estado da Guanabara (1960-1975) – e o antigo estado do Rio de Janeiro. Em 1975, ocorreu a fusão dessas duas unidades federativas, formando-se o atual estado do Rio de Janeiro. Por esse motivo, ao analisarmos o território que abrange a atual região fluminense em períodos anteriores a 1975, utilizamos o somatório de dados relativos ao antigo estado do Rio de Janeiro e à cidade do Rio de Janeiro.

[5] Sobre o assunto, ver Mello, 1982.

No entanto, apesar do conjunto da economia carioca e fluminense apresentar uma contínua perda de posição relativa comparativamente a São Paulo, entre 1920 e 1960 o dinamismo carioca e fluminense se mantém próximo ao da média nacional.

Por outro lado, com a transferência da Capital Federal para Brasília e a consolidação dessa transferência nos anos 1970, o conjunto dos territórios carioca e fluminense passa a ser lanterna em termos de dinamismo econômico, no cenário das demais unidades federativas. Isto pode ser visto, por exemplo, a partir do fato de que o conjunto da economia carioca e fluminense apresentou uma perda de participação no PIB nacional, entre 1970 e 2021, de 36,8%, de acordo com dados do IBGE.

A partir dos anos 1960 e principalmente a partir da década de 1970, o conjunto do território fluminense passou a viver uma crise institucional, observada, não apenas através dos dados econômicos, mas também através de indicadores sociais e de sua estrutura pública.

Do ponto de vista dos indicadores da saúde, por exemplo, o estado do Rio de Janeiro apresentou uma taxa de mortalidade materna de 69,3 para cada dez mil nascidos vivos, contra uma taxa total no país de 53,5, de acordo com dados do Datasus para o ano de 2022. Essa taxa é a mais alta entre os estados das regiões sul e sudeste e é superior à do conjunto dos estados do nordeste do Brasil.

Na área de educação, dados divulgados recentemente pelo Ideb para o ensino médio público relativo ao ano de 2023 mostraram que o resultado no estado do Rio de Janeiro é o segundo pior entre todas as unidades federativas.

No que diz respeito à estrutura pública do governo do estado, diversos indicadores e informações mostram uma desestruturação na grande maioria dos setores e falta de servidores públicos de carreira. Alguns exemplos: a Fundação Ceperj, que deveria ser uma espécie de IBGE estadual, não tem um único estatístico ou economista em seu quadro de carreira. A Secretaria de Assistência Social não possui um único assistente social de carreira. Na área de segurança pública, o governo do estado possui três secretarias com o mesmo *status* hierárquico: Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Polícia Civil e Secretaria de Estado de Polícia Militar, sem, portanto, ter uma estrutura de comando. Além disso, se, por um lado, o crime organizado torna-se cada vez mais um problema nacional, nenhuma capital de estado do país apresenta tantos territórios sob controle da milícia ou do tráfico como o existente na cidade do Rio de Janeiro.

Essa trajetória e crise institucional pós-1960 passa necessariamente por três fatores: a transferência da Capital sem compensações, a carência de reflexão regional sobre o

estado do Rio de Janeiro e um marco político particularmente clientelista e desestruturante, em que podemos delimitar o início de sua consolidação a partir do golpe militar de 1964 e das cassações que ocorreram, atingindo, no caso do Rio de Janeiro, setores à esquerda e à direita.[6]

Assim, visando a superar a crise institucional que afeta o estado do Rio de Janeiro há décadas, é necessário, entre outros aspectos, ter em conta que a tradição em nosso território é, historicamente, a de privilegiar temáticas nacionais e internacionais em detrimento das temáticas regionais.

A existência de poucos grupos de pesquisa com estudos sistemáticos sobre o estado do Rio de Janeiro contribui para que haja diversos sensos comuns equivocados e polui o debate social sobre as razões da crise específica no estado do Rio e suas possíveis saídas.

Nesse sentido, a criação de um programa permanente de pesquisa sobre o estado do Rio de Janeiro, através do Fórum de Reitores das Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro-Friperj, pode dar uma contribuição fundamental para a ampliação da reflexão regional e para o desenho de uma agenda que indique caminhos para a superação dessa crise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*: 1930-1995. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

OSORIO, Mauro. *Rio local, Rio Nacional:* mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

OSORIO, Mauro; REGO, Henrique Rabelo; VERSIANI, Maria Helena. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. *In:* MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (Orgs.). *Revisitando o território fluminense VI*, Rio de Janeiro: Eduerj, 2016, p. 3-24.

[6] Sobre o assunto, ver: Osorio; Rabelo; Versiani, 2016 e Osorio, 2005.

11 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DE GÊNERO

O objetivo desta sessão temática consiste em desenvolver estudos e pesquisas sobre as relações étnico-raciais e de gênero, em perspectiva interseccional, no âmbito do estado do Rio de Janeiro e de suas regiões, localidades, comunidades, povos tradicionais e grupos sociais. Serão bem-vindas as diversas perspectivas teórico-metodológicas, bases empíricas e recortes espaço-temporais, para a constituição de um campo de discussões amplo e profícuo em torno das possibilidades de combater as diferentes formas de discriminações e desigualdades de direitos.

COTAS PARA NEGRO(A)S NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS SEGUNDO JUÍZO DO IBGE: HIPÓTESE DE DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL?

Fábio Feliciano Barbosa[1]

Resumo: O trabalho aborda as nossas investigações sobre a Lei das Costas nas Universidades Federais para negro(a)s segundo juízo do IBGE, concebidas a partir de análises do pronunciamentos oficiais da referida lei constantes no site do Senado Feral. O objetivo é ampliar o conhecimento sobre os aspectos sociais relacionados das dinâmicas de efetivação dos marcos do Direito da Antidiscriminação, da promoção da igualdade~~,~~ da justiça social, igualdade e equilíbrio no contexto das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras chaves: Racismo; desenvolvimento; justiça; justiça social.

Abstract: The work addresses our investigations into the Back Law at Federal Universities for black people according to the judgment of the IBGE, designed based on analyzes of the official pronouncements of the aforementioned law contained on the Senado Feral website. The objective is to expand knowledge about the social aspects related to the dynamics of implementing the frameworks of Anti-Discrimination Law, the promotion of equality, social justice, equality and balance in the context of the Federal Universities of the State of Rio de Janeiro

Keywords: Racism; development; justice; social justice.

Resumen: El trabajo aborda nuestras investigaciones sobre la Ley de Espalda en las Universidades Federales para personas negras según la sentencia del IBGE, diseñada a partir de análisis de los pronunciamientos oficiales de la citada ley contenidos en el sitio web del Senado Feral. El objetivo es ampliar el conocimiento sobre los aspectos sociales relacionados con la dinámica de implementación de los marcos de la Ley Antidiscriminación, la promoción de la igualdad, la justicia social, la igualdad y el equilibrio en el contexto de las Universidades Federales del Estado de Río de Janeiro.

Palabras clave: Racismo; desenvolvimento; justiça; justiça social.

Introdução Trataremos sobre à porção da Lei das Cotas para quem é negra ou negro segundo juízo do IBGE para ingresso nas universidades federais. Nossas considerações originaram-se do que consta no site do Senado acerca dessa lei. Tivemos

[1] Catedra Internacional Esperança Garcia; proffafebarka@hotmail.com.

como perspectiva teórica e analítica a pesquisa do termo cota(s) sem ele constar na referida legislação que trada de reserva de vagas, mas conhecida como Lei das Cotas. Procuramos pelo vocábulo cota(s) nos pronunciamentos oficiais da referida instituição referentes às pessoas cuja cor e raça apontamos.

Ponto 1. O que encontramos sobre nosso objeto junto à *Fonte* especificada**?** Expressivo número de pronunciamentos de pessoas ligadas à criação de reserva de vagas para o combate do racismo como F. David (RJ), A. Portela (PE) e P. Paim (RGS).

Com a criação da Lei das Cotas (nº 12.711, de 29/08/2012) atualizada pela de n. 14.723, de 13/11/23, percebemos mais negros nas graduações das universidades federais, como na UFRJ, sem que essa singularidade tenha precipitado mais estudos sobre mudanças do percentual deles no grupo dos socialmente vulneráveis no que diz respeito a direitos, à oportunidades mais restáveis e de maior prestígio.

Fulcrados em Henry Louis Gates Jr (2014) destacamos que a maior população negra de fora d'África é a do Brasil. Adjetivação apontada pelo IBGE (2019), ONU e OEA para os quais quem faz parte desse contingente humano a regra é ter acesso desigual à educação e às posições mais rentáveis e de maior prestígio no setor privado e público. Por essa razão, consideramos que cor e raça não podem ser ignoradas pelas políticas públicas focadas igualdade mais real – central para justiça social com de direitos e oportunidades iguais.

Ponto 2. Que estratégia de investigação aplicamos? Mergulhamos remotamente na Fonte já apontada, de 29.08.12 até 29.10.22, para analisarmos os pronunciamentos oficiais sobre cotas para pessoas negras nas Universidades Federais. Essa tipologia de cota só virou lei em 2012, mais de duas décadas depois da Carta de 1998.

Ponto 3. Quais foram nossos propósitos,? Aferirmos o que os registros do Senado abrigavam sobre cotas para pessoas negras, instituídas pela lei acima. Sabermos se neles constavam pistas sobre o que aprender, ensinar e pesquisar acerca dessa legislação visando a identificação do que pode aumentar a efetivação do referido comando legal. Examinarmos se entre os dados lapidados constavam indícios sobre se as cotas, por si só, fomentam desenvolvimento econômico e mais igualdade para os socialmente vulneráveis por conta de cor e raça, posto que, conforme aponta Heringer (2022), só nas últimas décadas, por imposição da Lei das Cotas, as universidades públicas federais – caso do UFRJ - começaram assegurar, não sem críticas contrárias, acesso ao ensino superior para

a população negra. Mesmo sem muitas respostas acerca do que examinamos, acreditamos que as cotas associadas à outras políticas públicas sejam capazes de precipitar mais desenvolvimento com justiça social para segmentos vulneráveis do Brasil entre os quais a(o)s negra(o)s são numericamente expressivos e democratizar o acesso a espaços originariamente elitistas – o caso da UFRJ, conforme indicou Heringer (idem).

Ponto 4. O que constamos? Do ponto de vista histórico e legal, a Lei das Cotas na Educação Superior Pública favorece mais o desenvolvimento do grupo vulnerável ao qual se destina do que as tradicionalmente empregados no tratamento da falta de igualdade e de oportunidades iguais cujos exemplos são a Lei Caó (1989) e a porção do Código Penal positivadora da injuria racial – todos de natureza penal e vigentes.

Os pronunciamentos analisados, independentemente das ideológicas professadas e das agremiações políticas dos seus autores, se limitavam a saudar as cotas na educação superior pública, como medidas capazes de promover mais igualdade e oportunidades iguais para o público alvo delas sem a necessidade de outras medidas. Salvo raras exceções, criar leis com cotas para negros é a solução para o racismo no Brasil, a falta de desenvolvimento igual e de justiça social para aqueles que, mesmo sem a Lei ditar, são excluídos dos espaços de poder e de conhecimento signatários do ser branco ou do combater racismo assunto não prioritário do Brasil onde as medidas socioeconômicas - as cotas sociais – são mais apropriadas.

Ponto 5 O que objetivávamos? Fazermos ver que para cada tipo de racismo, como é o caso do educacional, existe recurso mais adequado para combatê-lo. Mesmo se tratando de enfrentamento do racismo na educação superior pública via cotas, ele não deve ser combatido só com cotas, mas com elas aliadas a outras medidas que pesquisas sistematizadas revelar-nos-ão quais são.

No Brasil, cotas, ações afirmativas, políticas públicas para segmentos vulneráveis, por qualquer razão e pesquisas sobre elas devem considerar que se destinam a elevados volumes de pessoas, desde sempre plurais e diversas.

Assim, não é errado considerarmos a falta de políticas públicas, o acanhamento ou obliteração delas como potencializadores do que A. Mbembe (2018) apelida de necropolítica, mas denominamos de “necropolítica para negra(o)s no campo do saber: deixar essas pessoas fora ou muito longe desse campo e do seu topo faz parte das potentes engrenagens do racismo que buscam não alterar a ordem estabelecida na qual negros,

alunos de escolas públicas e os mais pobres raramente têm as mesmas oportunidades que os brancos.

Com base em Heringer (2020), copiosa estudiosa das cotas, podemos atestar considerável sucesso na implementação da Lei das cotas na UFRJ – uma das mais importantes universidades do Brasil. Ainda segundo Heringer esse sucesso é atestado pelo aumento de estudantes pretos, pardos, de menor renda e da escola pública muitos deles os primeiros das suas famílias na vida universitária. Heringer (idem) ainda aponta singularidades sobre a Lei das Cotas, merecedoras de investigações, como o fato de docentes, discentes, funcionários e gestores – da UFRJ - conhecerem poucos detalhes sobre a referida lei; para muitos deles, vigora a percepção de que as cotas sociais – sem referência à cor e raça negra – são suficientes para provocar mudanças mais democratizantes no acesso às graduações da UFRJ que desde a sua fundação até 2012, foram mais ocupadas por mais brancos vindos de escolas não públicas.

A Lei das Cotas por conta do que apontamos, nas linhas acima, merece mais investigações para a satisfação das seguintes indagações. Primeiro, até que ponto a vigência diagnosticada corresponde às razões da desigualdade educacional no Brasil? Segundo, mesmo a Lei das Cotas, na concepção de Heringer (Idem), praticamente superando vozes contrárias à existência delas, precisa de mais pesquisas para que seja concebida e ensinada como novo recurso de combate ao racismo?

Conclusão**.** O deixar de fora os negros das universidades públicas, solapará à igualdade estudada por Moreira (2020) e central para desenvolvimentos não tributários do que sugerimos com base em Mbembe (idem). Nossa afirmativa tem fulcro nas considerações de Mestre (2020), Prudente (1989) e Bertúlio (2020) acerca das repercussões econômicas, políticas, sociais e jurídicas do racismo sobre a vida dos seus alvos: pessoas que, mesmo quando têm formação superior, vivem em posições subalternas, longe de desfrutarem o que é destinado a quem obtém as formações oferecidas pelas graduações da UFRJ.

Referências:

BERTÚLIO, Dora Lucia de L. *Direito e Relações Raciais*: uma introdução crítica ao racismo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

HERINGER, Rosana et al. Avaliação das Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior no Brasil: resultados e desafios futuros - O caso da UFRJ. pdf Disponível em:

https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/22264/1/Lei%20de%20cotas. Acessado em: 23 de setembro de 2024.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução: Renata Santini. São Paulo, N-1 Edições, 2018..

MESTRE, Bruno. *Direito Antidiscriminação:* uma perspectiva europeia e comparada. Porto: 2020.

GATES JR. Henry Louis. *Os negros na América Latina. Tradução:* Donaldson M. Garschegen. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MOREIRA, Adilson José. *Tratado de Direito Antidiscriminatório*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

PRUDENTE, Eunice Aparecida, *Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil:* a cidadania negra em questão. Campinas: Julex, 1989.

SODRÉ, Muniz. *O fascismo da cor:* uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

DEMANDAS SOCIORRACIAIS E DESAFIOS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA TRATADA NO LESTE METROPOLITANO FLUMINENSE

Andreza Garcia de Gouveia[1]
Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto[2]
Rosa Maria Formiga-Johnsson[3]

RESUMO: A Organização das Nações Unidas reconheceu o acesso à água tratada e ao saneamento como um direito humano fundamental inalienável. No Brasil, a Lei do Saneamento e sua atualização estabelecem a universalização do saneamento básico como princípio e meta para o ano de 2033. Contudo, milhões de brasileiros ainda encontram-se excluídos desse direito, principalmente indivíduos negros. O presente estudo buscou investigar uma possível relação entre as áreas com ausência da cobertura do serviço de água tratada e a proporção de indivíduos autodeclarados como pretos ou pardos pelo Censo do IBGE. Utilizou-se como recorte de estudo os municípios do Leste Metropolitano Fluminense ainda não universalizados pelo serviço. Os resultados demonstraram que áreas com a maior proporção de indivíduos brancos são as mesmas com os melhores índices de cobertura, o que indica um racismo ambiental e estrutural ainda a ser superado no território fluminense na busca pela igualdade e equidade do saneamento.
Palavras-Chave: Direito humano à água e ao saneamento; Desigualdades sociorraciais; Universalização do saneamento básico; Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: The United Nations has recognized access to treated water and sanitation as an inalienable fundamental human right. In Brazil, the Sanitation Law and its updates establish the universalization of basic sanitation as a principle and goal for the year 2033. However, millions of Brazilians are still excluded from this right, particularly Black individuals. This study sought to investigate a possible relationship between areas lacking treated water service coverage and the proportion of individuals self-identified as Black or mixed-race according to the IBGE Census. The study focused on municipalities in the Eastern Metropolitan Region of Rio de Janeiro that have not yet achieved universal service coverage. The results showed that areas with the highest proportion of white individuals are the same with the best coverage rates, indicating environmental and structural racism that must still be overcome in the Rio de Janeiro region in the pursuit of equality and equity in sanitation.
Keywords: Human right to water and sanitation; Socio-racial inequalities; Universalization of basic sanitation; Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

RESUMEN: La Organización de las Naciones Unidas ha reconocido el acceso al agua tratada y al saneamiento como un derecho humano fundamental e inalienable. En Brasil, la Ley de Saneamiento y su actualización establecen la universalización del saneamiento básico como principio y meta para el año 2033. Sin embargo, millones de

[1] Andreza Garcia de Gouveia, pesquisadora Pós-doc do Laboratório de Estudos de Águas Urbanas – LEAU/PROUB/UFRJ. E-mail: andrezagarciadegouveia@gmail.com.
[2] Ana Lucia de Paiva Britto, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Urbanismo – PROUB/UFRJ. E-mail: anabrittoster@gmail.com
[3] Rosa Maria Formiga-Johnsson, Professora do Departamento de Meio Ambiente – DESMA/UERJ. E-mail: formiga.uerj@gmail.com

brasileños aún se encuentran excluidos de este derecho, principalmente individuos negros. El presente estudio buscó investigar una posible relación entre las áreas sin cobertura del servicio de agua tratada y la proporción de individuos que se autodeclaran como negros o mulatos según el Censo del IBGE. Se utilizó como área de estudio los municipios del Este Metropolitano de Río de Janeiro que aún no han alcanzado la universalización del servicio. Los resultados demostraron que las áreas con mayor proporción de individuos blancos son las mismas con los mejores índices de cobertura, lo que indica un racismo ambiental y estructural que aún debe superarse en el territorio de Río de Janeiro en la búsqueda de igualdad y equidad en el saneamiento.
Palabras clave: Derecho humano al agua y al saneamiento; Desigualdades socio-raciales; Universalización del saneamiento básico; Región Metropolitana de Río de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Os Direitos Humanos (DH) tratam-se de um ideal comum a ser alcançado por todos os povos e nações, obedecendo aos princípios da igualdade e da não discriminação: deve-se buscar progressivamente a igualdade de direitos e a erradicação de qualquer tipo de discriminação “em” ou “entre” indivíduos e populações. No ano de 2010, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu o Direito Humano à Água e ao Saneamento como um direito fundamental. Por ele, deve ser garantido o acesso à água tratada de qualidade, aceitável e financeiramente acessível a todos independente de fatores sociais, econômicos, étnicos, de gênero, ou outros (ONU, 2010; 2014).

Em 2007, no Brasil, anterior ao reconhecimento do DHAES, a Lei Federal n° 11.445 estabeleceu o princípio da universalização aos quatro serviços públicos que compõem o saneamento básico, dentre eles, o abastecimento de água tratada. Sua atualização, a Lei Federal n° 14.026/20, estabeleceu o ano de 2033 como meta para a universalização do acesso à água tratada em todo território nacional.

Entretanto, segundo o Censo Demográfico de 2022, em nosso país quase 33 milhões de pessoas ainda permanecem sem acesso à água tratada. Apenas no estado do Rio de Janeiro, 15,88% da população fluminense (mais de dois milhões e meio de habitantes) necessitam utilizar formas alternativas para o acesso domiciliar à água, muitas delas consideradas inadequadas ou até insalubres (IBGE, 2022a). Estudos demonstram que a falta de acesso à água tratada, ou seja, o descumprimento ao direito humano fundamental, não acomete de forma homogênea a todos os brasileiros: domicílios ocupados por indivíduos pretos e pardos têm menos acesso ao saneamento básico (IBGE, 2022b). No ano de 2019, 88,3% dos brasileiros brancos possuíam acesso à rede de abastecimento de água, enquanto esse percentual caía para 81,9% entre os pretos e pardos. Na metrópole fluminense, Gouveia *et al* (2024) demonstraram no

município de São Gonçalo, segundo mais populoso do estado, que as áreas do município com menor cobertura e maior deficiência no serviço de água tratada são as mesmas com a maior proporção de indivíduos negros segundo o IBGE.

Diante desse contexto, o presente trabalho sob a luz do Direito Humano à Água e ao Saneamento e dos princípios da igualdade e não discriminação; e, sob a luz do princípio da universalização do acesso à água tratada e da sua meta de cumprimento para o ano de 2033 (Leis Federais 11.445/07 e 14.026/20), vem abordar uma discussão ainda pouco explorada no contexto brasileiro e fluminense: a relação entre o acesso ao serviço de água tratada e as características de raça/etnia de indivíduos e grupos sociais às margens desse direito fundamental. Possui o objetivo de contribuir com as pesquisas que investigam as desigualdades no acesso ao serviço de água tratada na Metrópole do Rio de Janeiro (BRITTO *et al*, 2015; 2016; QUINTSLR, 2018; GOUVEIA, 2017; 2022), especialmente às populações vulneráveis. Nesse sentido, busca ampliar e somar-se à investigação de Gouveia *et al* (2024) no município de São Gonçalo, a fim de produzir um retrato sociorracial das áreas desassistidas pelas infraestruturas do serviço de água tratada no Leste Metropolitano Fluminense.

Com os resultados produzidos, busca-se corroborar com estudos que subsidiam o desenvolvimento social e econômico, ambientalmente sustentável do estado do Rio de Janeiro. Para isso, é imprescindível que abismos sociais, como de raça e gênero, sejam superados no território fluminense. Na macroescala, contribuir com *insights* para a promoção de políticas públicas mais inclusivas que visem à universalização do saneamento; ao cumprimento dos direitos humanos fundamentais de forma igualitária e não discriminatória; e, à redução do racismo estrutural ainda existente em nosso país.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho investiga uma possível correlação entre a ausência do acesso à água tratada e a disposição espacial de indivíduos autodeclarados de cor preta ou parda pelo IBGE. Para tal, foi tomado como recorte de estudo os municípios que compõem o Leste Metropolitano Fluminense não universalizados pelo serviço: Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Maricá e Tanguá. Foram excluídos somente os municípios de São Gonçalo - já investigado por Gouveia *et al* (2024); e, Niterói - por possuir 100% de cobertura do serviço (SNIS, 2022).

Devido à falta de divulgação dos dados demográficos do Censo do IBGE de 2022 até o momento deste estudo, os resultados obtidos basearam-se nos dados do Censo de 2010. Para o processo metodológico, foram utilizados programas

computacionais de análise estatística (Microsoft Excel) e de análise espacial por geoprocessamento (QGis 3.28). Para realizar a distribuição georreferenciada dos dados de acesso domiciliar à água e características de raça/cor dos indivíduos nos territórios municipais, foram utilizados os dados do Censo no nível dos setores censitários. Os dados dos setores foram tratados no Excel e distribuídos espacialmente na malha georreferenciada de cada município por meio do QGis.

Os produtos cartográficos produzidos por meio dos resultados obtidos foram divididos em dois grupos, que foram comparados e serviram para este trabalho como objeto de análise e discussões: mapas sobre a distribuição territorial da cobertura do serviço de água tratada e cartogramas sobre a distribuição das características de raça/cor dos indivíduos nos territórios dos distritos administrativos municipais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos demonstraram que em todos os municípios investigados os distritos administrativos com maior proporção de indivíduos autodeclarados como pretos e pardos pelo IBGE 2010 eram os mesmos com a menor cobertura do serviço de água tratada e de menor renda domiciliar. Também, que Maricá foi o único onde havia mais brancos do que negros, o que pode ser explicado por seu processo de uso e ocupação do solo se diferenciar da maior parte da periferia do leste metropolitano, que passou por um processo de rápida urbanização por loteamentos destinados às classes trabalhadoras, assumindo a função de municípios dormitórios às centralidades do Rio de Janeiro e Niterói após a construção da Ponte Rio-Niterói e da Rodovia BR-101.

A correlação entre as áreas com a maior proporção de negros e menores índices de acesso à água tratada além de corroborarem com os resultados de Gouveia *et al* (2024) em São Gonçalo, retratando fielmente o todo nacional, levantam uma questão muitas vezes desapercebida: não estão apenas em assentamentos precários e favelas os piores índices de saneamento e maior proporção de negros, como apontam estudos como Heller (2006) e Britto *et al*. (2012). Também podem estar nas periferias e bairros pobres, por vezes invisibilizados por números agregados oficiais e políticas públicas.

Portanto, no Leste Metropolitano Fluminense observa-se uma linha muito tênue entre exclusões sociais e características de raça como apontam diversos autores que se debruçam a investigar a existência de um racismo ambiental e estrutural no Brasil. Esta correlação ecoa diretamente nas desigualdades de acesso a oportunidades, benefícios ambientais e serviços urbanísticos (como, o de abastecimento de água tratada), impactando negativamente principalmente a indivíduos negros. Como resultado, este

grupo social está mais sujeito a riscos de saúde pública ao serem obrigados a recorrer a formas alternativas de acesso à água, muitas vezes insalubres, aprofundando ainda mais vulnerabilidades sociais, ambientais e econômicas já existentes.

CONCLUSÕES

Este trabalho buscou investigar a relação entre a falta de acesso ao serviço de água tratada no Leste Metropolitano Fluminense e as características raciais dos indivíduos desassistidos por esse direito humano fundamental. Constatou-se que para além da busca pelo cumprimento da meta de universalização do saneamento baseado em números totais, deve-se lançar um olhar cuidadoso para as populações vulneráveis, neste caso, indivíduos negros que não residem em assentamentos precários ou favelas, mas em bairros e municípios periféricos. Apenas assim, esse direito humano fundamental avançará no território fluminense com equidade, ultrapassando as desigualdades de raça estruturais em nosso país, na busca pela universalização e desenvolvimento sustentável a todos, não deixando ninguém para trás.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Lei de Saneamento Básico.

_____. Lei n° 14.026 de 15 de julho de 2020. Novo Marco do Saneamento Básico.

GOUVEIA, A. G.; BRITTO, A. L. N. P.; FORMIGA-JOHNSSON, R. M. Escassez hidrorracial: o acesso à água pela lente do racismo ambiental em São Gonçalo, *RJ*. *Revista Política e Planejamento Regional*, v.11, p.37-57, 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010: resultados. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>.

_____. Censo 2022: principais resultados (2022a). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 28 jun. 2024.

_____. *Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento*. Agência IBGE notícias (2022b). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a empregoeducacao-seguranca-e saneamento#:~:text=Destaques,pardos%20(38%2C4%25)>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Manual prático para a realização dos direitos humanos à água e ao saneamento pela relatora especial da ONU*: *Princípios.* Portugal: ONU, 2014.

_____. *O Direito Humano à Água e ao Saneamento* (2010). Disponível em: <https://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_milestones_por.pdf>. Acesso em: 01 mar 2024.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) - Processo 150907/2023-0.

MERCADO DE TRABALHO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ NA PERSPECTIVA DA RAÇA E GÊNERO: O CASO DAS TRABALHADORAS DO MERCADO MUNICIPAL

Eliã Lopes Pimenta Machado[1]

RESUMO: Este trabalho tratará os desafios e disparidades de gênero e raça vivenciados pelas mulheres trabalhadoras em um ambiente majoritariamente masculino no Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes, desafios que somam também à raça, que também é um elemento conflitante presente no cotidiano dessas mulheres trabalhadoras, ao passo que identificamos que algumas dessas mulheres sofrem também pela cor. Como objetivo pretende-se explicitar e entender as funções exercidas pelas mulheres e os tipos de relação interpessoal em relação a diferenças de raça e gênero. Essas relações revelam a forma de ser da sociedade, que oprime e agride grupos e classes, no trabalho em questão, as mulheres. Ademais, buscamos também dar ênfase nas discussões sobre o empreendedorismo feminino, trazendo dados. Para tanto, tivemos por metodologia o uso de etnografia, observação do lócus do objeto de estudo, além de entrevistas abertas com algumas mulheres trabalhadoras do objeto, além de contar com um breve referencial teórico.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Raça; Trabalho feminino.

ABSTRACT: This work will address the challenges and disparities of gender and race experienced by women workers in a mostly male environment in the Municipal Market of Campos dos Goytacazes, challenges that also add to race, which is also a conflicting element present in the daily lives of these women workers, while that we identified that some of these women also suffer because of their color. The objective is to explain and understand the functions performed by women and the types of interpersonal relationships in relation to race and gender differences. These relationships reveal the way society is, which oppresses and attacks groups and classes, in the work in question, women. Furthermore, we also seek to emphasize discussions about female entrepreneurship, providing data. To this end, our methodology was the use of ethnography, observation of the locus of the object of study, in addition to open interviews with some women workers at the object, in addition to a brief theoretical framework.

Keywords: Gender inequality; Race; Women's work.

RESUMEN: Este trabajo abordará los desafíos y disparidades de género y raza que viven las trabajadoras en un ambiente mayoritariamente masculino en el Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes, desafíos que también se suman a la raza, que también es un elemento conflictivo presente en la vida cotidiana de estas. trabajadoras, mientras que identificamos que

[1] Eliã Lopes Pimenta Machado / Mestranda em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP - UFF) / eliapimenta2016@gmail.com

algunas de estas mujeres también sufren por su color. El objetivo es explicar y comprender las funciones que desempeñan las mujeres y los tipos de relaciones interpersonales en relación a las diferencias de raza y género. Estas relaciones revelan cómo es la sociedad, que oprime y ataca a grupos y clases, en el trabajo en cuestión, a las mujeres. Además, también buscamos enfatizar las discusiones sobre el emprendimiento femenino, aportando datos. Para ello nuestra metodología fue el uso de la etnografía, la observación del locus del objeto de estudio, además de entrevistas abiertas a algunas trabajadoras del objeto, además de un breve marco teórico.

Palabras clave: Desigualdad de género; Carrera; Trabajo de mujeres.

INTRODUÇÃO

A inserção e expansão das mulheres no mercado de trabalho tem ganhado relevância nos estudos acadêmicos como resultado dos movimentos de resistência. Nas últimas décadas a porcentagem de mulheres economicamente ativas têm aumentado graças ao impulsionamento dos movimentos políticos e sociais ocorridos a partir da década de 1960, a estagnação econômica, as mudanças na estrutura de emprego estabelecidas pelo Brasil na década de 1980 e outros, contribuíram para a participação da mulher no mercado de trabalho.

Esses movimentos mudaram os padrões culturais e econômicos da época, dando acesso mais ampliado da escolarização às mulheres e a participação direta no mercado de trabalho. Contribuindo também para queda da taxa de fecundidade devido à adoção de diferentes métodos contraceptivos, além de outras mudanças sociais e políticas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1996 apud MAIA, 2020).

Ainda que as mulheres estejam ocupando mais espaços nos setores em que homens predominam, a desigualdade de gênero nas relações de trabalho é bastante visível. O relatório "When Women Thrive" relata que 40% da força do mercado de trabalho no mundo é do sexo feminino, todavia apenas 29% dessas mulheres ocupam as vagas sênior e 23% são executivas. A liderança feminina com voz ativa no setor empresarial brasileiro possui um número reduzido (Freitas, 2018).

As mulheres brasileiras, apesar de alcançarem o maior índice de grau de escolaridade, encontram-se na base da pirâmide no que tange aos recursos financeiros que são destinados por sua atuação profissional. Dessa forma, numa escala local, essa realidade se encontra nas relações de trabalho vivenciadas pelas mulheres no Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes.

MATERIAL E MÉTODOS

O objetivo deste trabalho é entender e averiguar como as mulheres e mulheres pretas trabalhadoras do Mercado Municipal se relacionam mesmo tendo evidências do racismo em nossa sociedade constantes e a predominância do gênero masculino no local de trabalho.

Este trabalho consiste em uma etnografia que caracteriza-se como um estudo descritivo, como apontam diversos autores: Goldman (2003); Silva (2009); Montoya (2012). Com isso, visitas foram feitas de forma constante no objeto de estudo com muita cautela, que é a chave para um trabalho etnográfico. Além da averiguação em campo, foram feitas entrevistas com as mulheres trabalhadoras com muita cautela, que é a chave para um trabalho etnográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa de campo, nos possibilitou a averiguar como as mulheres que trabalham no local estudado, se sentem trabalhando no local, uma vez que é evidência que a predominância é do gênero masculino e racismo que é constante em nossa sociedade. Diante da pesquisa, averiguamos também uma maior parcela de mulheres pretas neste local de trabalho, principalmente em trabalhos ligados à alimentação, servidão, cozinha e limpeza.

A maioria das mulheres pretas não conseguiram ao mínimo conceder um minuto de conversa por conta do trabalho pesado em cozinhas, nas bancas de servidão e por serem constantemente vigiadas por possíveis patrões. Com a etnografia, pode-se constatar, de acordo com depoimentos colhidos de, respectivamente, oito mulheres um embaraço e desconforto de terem sua sexualidade afetada em local de trabalho e por vezes colocadas como empecilhos. Ademais, a pesquisa nos levou a constatar que mesmo as mulheres ganhando seus devidos espaços no mercado de trabalho, existe uma barreira que a sociedade patriarcal insiste em fomentar. A não ser que a mulher esteja trabalhando em seu "devido" local, isto é, na cozinha de uma lanchonete, servindo um refrigerante, limpando a sujeira que clientes fizeram em balcão, ela está apta ao trabalho, mas a mesma que é dona de uma peixaria, *hortifruti* e outros que não seja para servir, deve deixar para que o "marido" tome rédeas.

De acordo com Franco (2014), quando falamos em empreendedorismo feminino devemos entender que o mesmo obtém relação íntima com a independência e sustentabilidade financeira. O autor ainda aborda que a desigualdade de gênero é limitadora e a mesma exclui as mulheres no mercado de trabalho e por conta disso a preferência executável será, o trabalho autônomo com desejos de derrubar as barreiras de gênero e ter enfim a autonomia. (FRANCO, 2014).

Em relação à questão da independência, o Sebrae (2017) relatou que o empreendedorismo é o lugar que muitas delas encontram a tal e também a inserção no mercado. Mas de acordo com dados deles, a desigualdade também se aqui se encontra uma vez que [...]

as donas de negócio ganham 22% a menos que os homens, além delas liderarem os negócios de pequeno porte, enquanto os homens predominam nos empreendimentos maiores. (SEBRAE, 2017). Foi em 2014 que obteve-se uma alta nos empreendimentos por necessidade no Brasil, e em 2017 aumentou para 40%, concomitantemente com o aumento da taxa de desemprego no Brasil. (SEBRAE, 2019). Uma vez citado o empreendedorismo por necessidade. Nassif (2009) relata que o mesmo identifica-se como novos negócios (NASSIF, 2009).

Neste ponto, podemos afirmar que a desigualdade, seja de gênero ou raça precisa-se sempre está em discussão para que enfim consigamos que todas as mulheres e também as mulheres pretas ocupem que a sociedade patriarcal insiste que não são que as mesmas devem conquistar.

Outro fator que deve ser apontado é que a maior incorporação das mulheres negras está no setor dos serviços domésticos, este é mais um traço da desvantajosa situação em que se encontram as negras neste país. Pinto (2006) aponta a realidade socioeconômica desfavorável, (devido ao estado de pobreza das famílias), em que vive a população negra no Brasil; ou seja, as meninas negras deixam de estudar, para ajudar na renda familiar, atuando em trabalhos domésticos ou desvalorizados.

CONCLUSÕES

Diante da nossa pesquisa de campo enfrentamos muitos desafios para executarmos nosso trabalho. Barreiras como o receio das mulheres abordarem o assunto e até mesmo o próprio machismo como empecilho à realização do trabalho visto que no grupo de trabalho é composto por uma mulher.

Conseguimos que o trabalho nos possibilitasse ampliar nossa compreensão sobre problemas tão atuais e inerentes à sociedade. Portanto, almejamos que o presente trabalho possa servir como base concreta tendo em vista o relato do cotidiano das mulheres e mulheres presente no mercado municipal de Campos dos Goytacazes para ações que buscam mais equidade e respeito numa sociedade extremamente misógina, machista e racista.

REFERÊNCIAS

FRANCO, M. M. S. **Empreendedorismo Feminino: Características Empreendedoras das Mulheres na Gestão das Micro e Pequenas Empresas**. **VIII EGEPE,** 2014.

FREITAS, Tainá. **Mulheres empreendedoras ascendem mas falta confiança(dos outros).** Start se. 2018 <https://www.startse.com/noticia/empreendedores/mulheres- emprenndedoras-empreendorismo-feminino> Acesso em: 06 mar 2020.

GOLDMAN, Márcio. **"Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos."** Etnografia, antropologia e política e, Ilheús, Bahia". **Revista de Antropologia**, v.46, N.2, São Paulo 2003.

MAIA, Katy; LIRA, Sachiko Araki. **A mulher no mercado de trabalho.** IPEA. Disponível em:<www.ipea.gov.br/seminários/artigo11>. Acesso em 11 jul 2020.

MONTOYA, U. U. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Abril 2012.

NASSIF, V. M. J. GHOBRIL, A. N. AMARAL. D. J. de. **Empreendedorismo por necessidade: o desemprego como impulsionador da criação de novos negócios no Brasil. Pensamento e Realidade, São Paulo**, Ano XII, v. 24, n. 1, 2009.

PINTO, Giselle. **Situação das mulheres negras no mercado de trabalho: uma análise dos indicadores sociais.** ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, v. 14, 2006.

SEBRAE. Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional. Relatório Executivo 2017-**Empreendedorismo no Brasil.** Global Entrepreneurship Monitor, 2017.

SEBRAE. Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae Nacional. Relatório Especial-**Empreendedorismo feminino no Brasil.** 2019.

SILVA, H. R. S. **A situação etnográfica: Andar e ver.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n.32, p. 171-188, jul./dez. 2009.

Agradecimentos

Agradeço a educação pública por me acompanhar desde minha educação básica e hoje continuar comigo na conquista do mestrado que estou cursando. A CAPES pelo fomento à pesquisa e ao meu programa de mestrado PPGDAP - UFF por todo apoio.

A POLÍTICA DO CUIDADO E O DESAFIO PARA AS MULHERES: CONCILIAR A CARREIRA E FAMÍLIA

Renata Bastos da Silva[1]
Ricardo José de Azevedo Marinho[2]
Sandra Maria Becker Tavares[3]
Dhana Bhawan Otto[4]
Yasmin De Oliveira Luiz De Barros[5]

Resumo

A Política Nacional de Cuidados está em pauta e as mulheres são as protagonistas dos postos de trabalho dessa área. No contexto da pandemia de covid-19, a importância do cuidado ficou ainda mais evidente: de um dia para o outro, famílias que antes podiam contar com a terceirização de alguma parte do trabalho de cuidado viram-se obrigadas a prestar cuidados em tempo integral a seus membros dependentes. Conciliar a carreira com os cuidados é um desafio para as mulheres e esse é o objeto do livro de Claudia Goldin, recentemente lançado no Brasil, *Carreira e Família* (2024) no qual a autora afirma que não têm porque as mulheres serem as primeiras que abrem mão de suas carreiras para que a família se estabeleça. Vamos refletir sobre esse tema da carreira da mulher e os cuidados familiares no contexto de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Política Nacional de Cuidados (PNC); Carreira das mulheres; cuidados familiares.

Abstract

The National Care Policy is on the agenda and women are the protagonists of jobs in this area. In the context of the Covid-19 pandemic, the importance of care became even more evident: from one day to the next, families who could previously count on outsourcing some part of the care work found themselves forced to provide full-time care. to its dependent members. Reconciling career with care is a challenge for women and this is the object of Claudia Goldin's book, recently released in Brazil, Career and Family (2024) in which the author states that there is no reason for women to be the first to open give up their careers so that the family can settle down. Let's reflect on this topic of women's careers and family care in the context of development in the state of Rio de Janeiro.

Keywords: National Care Policy (PNC); Women's careers; family care.

---

[1] Renata Bastos da Silva, docente do Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, renatabastos@ippur.ufrj.br

[2] Ricardo José de Azevedo Marinho, Presidente da CEDAE Saúde e docente do Instituto Devecchi, da Unyleya Educacional e da UniverCEDAE. ricardo.marinho@cedae.com.br

[3] Sandra Maria Becker Tavares, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, smbtav@gmail.com

[4] Dhana Bhawan Otto, discente do curso de Gestão Pública para o desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dhanabhawan@gmail.com

[5] Yasmin De Oliveira Luiz De Barros, discente do curso de Gestão Pública para o desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, yasminp.oliveira2014@gmail.com.

Resumen
La Política Nacional de Cuidados está en agenda y las mujeres son las protagonistas de los empleos en este ámbito. En el contexto de la pandemia de Covid-19, la importancia de los cuidados se hizo aún más evidente: de un día para otro, las familias que antes podían contar con la subcontratación de parte del trabajo de cuidados se vieron obligadas a prestar cuidados a tiempo completo. sus miembros dependientes. Conciliar la carrera con los cuidados es un desafío para las mujeres y ese es el objetivo del libro de Claudia Goldin, recientemente publicado en Brasil, Carrera y Familia (2024), en el que la autora afirma que no hay razón para que las mujeres sean las primeras en renunciar sus carreras para que la familia pueda establecerse. Reflexionemos sobre este tema de la carrera de las mujeres y el cuidado familiar en el contexto del desarrollo en el estado de Río de Janeiro.

Palabras clave: Política Nacional de Cuidados (PNC); Carreras de mujeres; cuidado familiar.

Introdução

Em 2020 nossa a mais influente economista do Brasil e da América Latina, Maria da Conceição Tavares estava seletiva com entrevistas. No entanto, ela brindou a revista Versus, do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFRJ , aceitando o convite para uma proposta diferente: questões só de mulheres — mais ainda, uma troca de ideias com pesquisadoras da nova geração universitária. A relação entre os intelectuais e a política, o lugar do desenvolvimento em um novo contexto de crise econômica e a importância da liderança feminina em espaços de poder, as entrevistadoras foram: as professoras da UFRJ, Esther Dweck do Instituto de Economia (IE), hoje nossa ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos ; Renata Bastos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR); Eliane Pereira da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC); além de Laura Carvalho, docente da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA--USP). Das questões apresentadas destacamos as da professora do IPPUR (uma das autoras deste resumo expandido). A pergunta foi de:

> Renata Bastos (IPPUR): Elionor Ostrom e recentemente Esther Duflo são as únicas mulheres a ganharem o prêmio Nobel em economia. Tendo em perspectiva os seus trabalhos, pergunto: as mulheres estudam mais as políticas públicas de enfrentamento da desigualdade social? Conceição Sim. As mulheres são marcadas pela sua socialização e responsáveis pelo cuidado da humanidade. Bastos (IPPUR) Os trabalhos de economia vinculados com a Seguridade Social, ou seja, com a Saúde, Previdência Social e Assistência Social, são mais realizados pelas mulheres? Conceição Sim. Elas são socializadas como responsáveis pela vida. São mães de família ou escolhem profissões que são extensões destas tarefas: educação, saúde, serviços sociais, trabalhadoras domésticas e cuidadoras de idosos, doentes e pessoas com deficiência. (TAVARES, 2020)

Por conseguinte, a Política Nacional de Cuidados (PNC) é uma novidade no país. Na perspectiva dessa discussão as mulheres são as protagonistas dos postos de trabalho que conformam essa área de atuação. No contexto da pandemia de covid-19, a importância do cuidado ficou ainda mais evidente: de um dia para o outro, famílias que antes podiam contar com a terceirização de alguma parte do trabalho de cuidado a instituições públicas ou privadas, a profissionais remuneradas(os) ou a familiares e vizinhas(os) viram-se obrigadas a prestar cuidados em tempo integral a seus membros dependentes. Conciliar a carreira com os cuidados é um desafio para as mulheres e esse é o objeto de pesquisa de Claudia Goldin, laureada com o prêmio Nobel de economia em 2023; sendo a terceira mulher em 54 anos do estabelecimento do Nobel de economia. Goldin sublinha em seu livro, recentemente lançado no Brasil, Carreira e Família (2024) que não têm porque as mulheres serem as primeiras que abrem mão de suas carreiras para que a família se estabeleça.

Goldin salienta que o trabalho ganancioso no qual quanto mais horas você trabalha, quanto mais disponível está, maior é o pagamento implícito por hora. Assim, o casal poderia procurar, em comum acordo, empregos equivalentes (os dois mais flexíveis), que permitam que os dois obtenham mais tempo em casa. Isso seria bom para ambos, porque muitos homens que não conseguem ver seus filhos darem o primeiro passo, jogarem futebol, se arrependem mais tarde. Então, a questão é: quanto isso vai custar a eles? Eles poderiam assumir ambos os empregos mais flexíveis?

Nessa perspectiva, pretendemos iniciar uma pesquisa sobre esse tema da carreira da mulher e os cuidados familiares no contexto de desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Isso é o desdobramento de nossa ação de extensão e disciplina Políticas Públicas do Cuidado, oferecida no curso de graduação de Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social.

Material e Métodos

Em nossa ação extensão e disciplina Políticas Públicas do Cuidado, na qual firmamos a parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Município do Rio de Janeiro, SPM- Rio, com o objetivo de democratizar para a sociedade o tema republicano da Seguridade Social, em especial o tema das Políticas Públicas do Cuidado, temos a oportunidade de conhecer os equipamentos públicos que são oferecidos às mulheres.

O curso Políticas Públicas do Cuidado está vinculado ao projeto de extensão Vida Pública: os temas republicanos nos espaços escolares e de ensino. Nesse curso discutimos a elaboração de políticas públicas em nosso país, e marco da política dos cuidados, teórico e

conceitual, - só muito recentemente foi vinculado ao campo das políticas públicas no Brasil. cuidados para quem deles necessita. O tema do cuidado abrange os serviços educacionais - como creches, pré-escolas e escolas de ensino básico; das instituições que atendem pessoas idosas ou com deficiência - como os centros-dias, os centros de convivência, as instituições de longa permanência, as habitações inclusivas e os serviços de acolhimento da assistência social; e, ainda, dos hospitais e as Unidades Básicas de Saúde.

Em nossa hipótese, se firmado o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados no Brasil contribuirá com o tema que Claudia Goldin coloca em tela, qual seja, como a mulher deve conciliar carreira e a família.

Resultados e Discussão

Nossas questões são resultado de nossas pesquisas iniciais sobre a Economia do cuidado, que está vinculada à nossas ações de extensão: Atualização Profissional de Servidores Públicos na Área da Seguridade Social e Vida Pública - os temas republicanos nos espaços escolares e de ensino. Nessas, tratamos com profissionais, a maioria mulheres que atuam na área da seguridade social e na área da educação. Portanto, nossa proposta é revelar os pressupostos de nossa pesquisa e nossas ações de extensão na área da Política Pública do Cuidado, em especial da Economia do Cuidado. E criamos, e foi registrada na UFRJ, a disciplina Teórica e de extensão intitulada Políticas do Cuidado, de acordo com a resolução CEG 03/2014 da UFRJ. Assim, o ensino, pesquisa e extensão estão vinculados em nossa ação de extensão.

Por outro lado, conhecemos através dos equipamentos da SPM e dos serviços oferecidos no mesmo, o dia a dia das mulheres do Rio de Janeiro na busca pela conciliação, apontada por Goldin, entre carreira e cuidados com a família.

Ainda não temos resultados definitivos, mas a discussão está posta: definido o marco das políticas do cuidado, em nossa hipótese poderia se configurar como uma política republicana e democrática para auxiliar as mulheres no desafio de conciliar a carreira com os cuidados com a família.

Conclusões

A Casa da Mulher Carioca, um dos equipamentos da SPM oferece uma variedade de serviços e atividades destinados a apoiar as mulheres. Entre as ações realizadas, destacam-se palestras e oficinas que proporcionam capacitação profissional e pessoal. Além disso, a equipe

de profissionais da SPM- RIO oferece suporte jurídico, social e psicológico para mulheres vítimas de violência, assegurando um apoio abrangente.

Realizamos já duas visitas à Casa da Mulher Carioca Tia Doca, localizada no bairro de Madureira, como uma das atividades de nossa ação de extensão e disciplina Políticas Públicas do Cuidado. Conhecemos a estruturação das atividades desenvolvidas na localidade, mas também, um panorama geral acerca do perfil das mulheres que frequentam a unidade e dos cursos mais procurados. Nesse sentido, cursos de capacitação que objetivam a formação e apoio para engajamento profissional das mulheres cariocas, foram apresentados como um dos grandes enfoques promovidos pela unidade, uma que visa construir ideais de carreira profissional. Um exemplo disso, é a oficina de camareira, que inclui oportunidades de experiência prática em uma rede de Hotéis e, inclusive possibilita a realização de entrevistas para vagas de emprego. Outrossim, também foram estabelecidas parcerias com instituições como SENAC, SENAI, FIRJAN, e com Clínicas da Família, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), ampliando ainda mais a rede de suporte às participantes.

Por outro lado, a grande questão, colocada por Goldin se tudo avançou tanto, no que tange ao acesso da mulher ao mercado de trabalho, por que o desenvolvimento da carreira de um homem e de uma mulher ainda não está equilibrado? Os culpados não são apenas os indivíduos, mas o mercado de trabalho e a interação.

REFERÊNCIAS

CAMARO, Ana Amélia; PINHEIRO, Luana (ORG)**. Cuidar, verbo transitivo : caminhos para a provisão de cuidados no Brasil**. – Rio de Janeiro : Ipea, 2023.

GOLDIN, Claudia. **Carreira e Família: a jornada de gerações de mulheres rumo à equidade.** São Paulo: Portfolio-Penguin, 2024.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

TAVARES, M. C. **INTELIGÊNCIA E INDIGNAÇÃO: Entrevista** In: VERSUS – Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ. Rio de Janeiro: Dezembro de 2020 nº 7, p. 10 - 16.

A DESIGUALDADE DO MERCADO DE TRABALHO FLUMINENSE: UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS DE 2015 ATRAVÉS DA REGRESSÃO QUANTÍLICA

Alex dos Santos Valle[1]

RESUMO

O trabalho analisa as desigualdades de rendimentos no mercado de trabalho do Rio de Janeiro em 2015, utilizando a metodologia de regressão quantílica. O estudo considera fatores como idade, anos de estudo, raça, gênero, formalidade do emprego, filiação sindical, status de chefe da família, migração e área de residência. A amostra foi retirada da PNAD de 2015 e inclui pessoas entre 25 e 65 anos, economicamente ativas e ocupadas. O objetivo é estimar como essas variáveis influenciam a renda em diferentes quantis, identificando comportamentos diferenciados entre os grupos de menor e maior renda. Os resultados mostram que variáveis como escolaridade, filiação sindical e ser chefe de família têm impactos positivos nos rendimentos. No entanto, fatores como raça e gênero indicam discriminação, com homens brancos ganhando mais, especialmente nos quantis superiores. A análise também revela que a formalidade no emprego e a migração têm efeitos variados conforme o nível de renda

PALAVRAS-CHAVE: Desigualdade, Regressão Quantílica, Marcado de Trabalho, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The study analyzes income inequalities in the labor market of Rio de Janeiro in 2015, using the quantile regression methodology. The study considers factors such as age, years of education, race, gender, employment formality, union membership, family head status, migration, and area of residence. The sample was taken from the 2015 PNAD and includes people between the ages of 25 and 65, who are economically active and employed. The objective is to estimate how these variables influence income at different quantiles, identifying differentiated behaviors between lower and higher-income groups. The results show that variables such as education, union membership, and being the head of the family have positive impacts on income. However, factors like race and gender indicate discrimination, with white men earning more, especially in the upper quantiles. The analysis also reveals that employment formality and

[1] Alex dos Santos Valle, PPGER/UFRRJ e alexdsvalle@gmail.com.

migration have varied effects depending on income level.
KEYWORDS: Inequality, Quantile Regression, Labor Market, Rio de Janeiro.

RESUMEN

El estudio analiza las desigualdades de ingresos en el mercado laboral de Río de Janeiro en 2015, utilizando la metodología de regresión cuantílica. El estudio considera factores como edad, años de estudio, raza, género, formalidad del empleo, afiliación sindical, estatus de jefe de familia, migración y área de residencia. La muestra se extrajo de la PNAD de 2015 e incluye personas entre 25 y 65 años, económicamente activas y ocupadas. El objetivo es estimar cómo estas variables influyen en los ingresos en diferentes cuantiles, identificando comportamientos diferenciados entre los grupos de menores y mayores ingresos. Los resultados muestran que variables como la escolaridad, la afiliación sindical y ser el jefe de familia tienen impactos positivos en los ingresos. Sin embargo, factores como raza y género indican discriminación, con los hombres blancos ganando más, especialmente en los cuantiles superiores. El análisis también revela que la formalidad del empleo y la migración tienen efectos variados según el nivel de ingresos.

PALABRAS CLAVE: Desigualdad, Regresión Cuantílica, Mercado Laboral, Río de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O interesse desse estudo é avaliar essa desigualdade o ano anterior, o de 2015, onde se inicia o processo de impeachment, porém com o recorte do Rio de Janeiro. Nesse sentido, utilizando a teoria do capital humano é possível observar como variáveis como educação afeta os rendimentos. Rocha, Bittercourt e Campos (2010) complementam afirmando que o emprego formal afeta de forma diferente dependendo da faixa de rendimento que o indivíduo possui. Para isso, o estudo irá se concentrar em estimar o impacto dos rendimentos dos residentes do Rio de Janeiro, analisando variáveis como idade, anos de estudo, raça, gênero, formalidade do emprego, filiação sindical, status de chefe da família, migração e área urbana, a partir dos quantis 10º, 25º, 50º, 75º e 90º para o ano de 2015.

METODOLOGIA

A amostra utilizada para esta pesquisa é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o ano de 2015, que é composta pela população economicamente ativa e ocupada do Rio de Janeiro, e foram considerados os indivíduos com idade entre 25 anos e 65 anos de idade, que tenham trabalhado por pelo menos 15 horas semanais no trabalho principal e tenham remuneração positiva.

Para a análise, foram retiradas da amostra as variáveis: pessoas com menos de 25 anos, por considerar que até a faixa selecionada o indivíduo ainda estará estudando; pessoas com mais de 65 anos, pois nessa faixa o indivíduo estará saindo do mercado de trabalho; pessoas que se autodeclaram amarelas e indígenas, por apresentar pouca representatividade na amostra; pessoas que trabalharam menos que 15 horas na semana de referência; pessoas desocupadas na semana de referência; pessoas que trabalham para consumo e/ou uso próprio, pois sua remuneração é difícil de mensurar em termos monetários. Se tratando de empregado formal, foram considerados aqueles que possuem uma legislação e/ou previdência, como os empregados de carteira assinada (incluso o trabalho doméstico com carteira assinada), militares, funcionários públicos e empregador que contribui para a previdência social. Por último, foram excluídos os valores acima de renda acima R$10.000.000,00, por serem poucos, porém discrepantes o suficiente para denotar erro na amostragem, resultando em uma amostra de 4.033 observações.

Regressão Quantílica

O método introduzido por Koenker e Bassett (1978), permite verificar desigualdades da distribuição da renda e a discriminação de salário, através das variações inter e intra quantis que é onde o método popularmente usado, o mínimos quadrados ordinários (MQO), não consegue captar essas características das variáveis a serem analisadas.

A regressão representada da seguinte forma, considerando como seus desvios, $y_i = x_i\beta + u_{qi}$, em quem y_i é vetor dos valores de Y para diferentes quantis, x_i é vetor das variáveis independentes, β os coeficientes a serem estimados e u_{qi} são os desvios condicionados q-ésimo quantil.

Logo, o mínimo da soma dos desvios pode ser obtido:

$$\text{Min}_{\beta} \sum_{i\in(i:yi\geq x\,i)}^{n} |yi - xi\beta|$$

Considerando os quantis, regressão quantílica pode ser obtida:

$$\text{Min}_{\beta} \frac{1}{n}\{ \sum_{i\in(i:yi\geq x\,i)}^{n} q\,|yi - xi\beta| + \sum_{i\in(i:yi\geq x\,i)}^{n} (1-q)|\,yi - xi\beta|\,\}, \qquad q \in [0,1]$$

Seguindo o modelo adotado por Koenker e Bassett (1978), a equação foi adaptada de acordo com a realidade do mercado de trabalho brasileiro e ao objetivo do estudo, para o Estado do Rio de Janeiro estimando seus rendimentos.

$$\text{lnrenda_h} = \alpha + \beta_1\text{idade} + \beta_2\text{idade}^2 + \beta_3\text{idadetrab} + \beta_4\text{anosest} + \beta_5\text{branco} + \beta_6\text{homem} + \beta_7\text{formal} + \beta_8\text{sindicato} + \beta_9\text{chefe} + \beta_{10}\text{migrante} + \beta_{11}\text{urbano} + \gamma$$

Em que:

lnrenda_h é o logaritmo do rendimento mensal por hora do trabalho principal;

idade é a idade, em anos, que o indivíduo tinha na semana de referência;

idade² é idade ao quadrado, em anos, que o indivíduo tinha na semana de referência;

idadetrab é a idade do indivíduo, em anos, que começou a trabalhar;

anosest representa a quantidade de anos de estudos que o indivíduo possui na semana de referência;

branco é uma variável binária que será 1 se o indivíduo se autodeclara ser de cor branca e 0 se o indivíduo se autodeclara ser de cor preta ou parda;

homem é uma variável binária que será 1 se o indivíduo for do sexo masculino e 0 se o indivíduo for do sexo feminino;

formal é uma variável binária que será 1 se o emprego da semana de referência é caracterizado como emprego formal e 0 se o emprego da semana de referência é caracterizado como emprego informal;

sindicato é uma variável binária que será 1 se o indivíduo é vinculado ao sindicato e 0 caso não seja;

chefe é uma variável binária que será 1 se o indivíduo é a pessoa é caracterizada como pessoa de referência da família e 0 caso não seja;

migrante é uma variável binária que será 1 se o indivíduo nasceu no município de residência e 0 caso não tenha nascido no município de residência;

urbano é uma variável binária que será 1 se o indivíduo reside em região urbana e 0 caso contrário;

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os resultados da regressão estimada. Foi atribuído para a regressão quantílica os quartis 10, 25, 50, 75 e 90. Para facilitar a compreensão iremos separar em: quantis inferiores, os de percentil de 10% e 25%; o quantil mediano, o de percentil de 50%; e quantis superiores, os de percentil de 75% e 90%.

Tabela 1: Coeficientes da Regressão Quantílica, Rio de Janeiro - 2015

	Percentil 10º		Percentil 25º		Percentil 50º		Percentil 75º		Percentil 90º	
	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor	coeficiente	p-valor
idade	.0218327	0.056	.0249607	0.021	.0332329	0.005	.0405692	0.000	.0620868	0.000
idade2	-.0002354	0.092	-.0002578	0.047	-.0003063	0.028	-.0003584	0.003	-.0005789	0.002
idadetrab	.0025128	0.525	.0027734	0.476	.0055932	0.032	.004165	0.464	.0153928	0.029
anosest	.0548435	0.000	.0644752	0.000	.0797716	0.000	.0883924	0.000	.0935397	0.000
branco	.0871316	0.001	.1448164	0.000	.1569849	0.000	.1729957	0.000	.2951693	0.000

homem	.3545272	0.000	.29662	0.000	.3360872	0.000	.3602829	0.000	.3725056	0.000
formal	.2675167	0.000	.2133232	0.000	.154618	0.000	.1029627	0.002	.0364081	0.379
sindicato	.0827061	0.054	.1435207	0.002	.1127369	0.003	.2107994	0.000	.2627827	0.000
chefe	.0607444	0.105	.036947	0.120	.1092963	0.000	.1433539	0.001	.0853766	0.054
migrante	-.0087263	0.825	-.0703608	0.025	-.1209612	0.000	-.1408716	0.000	-.1652638	0.000
urbano	.1392405	0.098	.0691526	0.350	.0728377	0.475	.1266016	0.106	.1824879	0.218
Pseudo R^2	0.1395		0.1298		0.1271		0.1570		0.1897	
Observações	4019									

Fonte: Elaboração própria, gerados da regressão quantílica a partir dos dados da PNAD de 2015.

Ao avaliar como os anos de estudo afetam a renda, na tabela 1 pode se observar que conforme maior a renda maior será o impacto dos anos da pessoa em relação sua renda.

A variável formal irá demostrar que apesar de ser positiva a relação com a renda, esse comportamento vai mudando quanto maior o quantil. Nesse trabalho os valores ficam próximos de zero, porém ainda são positivos, exceto para o percentil 90 que não geraram resultados estatisticamente significativos.

As demais variáveis, idade, idade², o indivíduo ser branco e homem se mostram significativos e de forma crescente entre os quantis de forma positiva, exceto idade² que o efeito é negativo. Esses valores indicam maior discriminação quanto maior a renda. A idade apresenta uma grande diferença entre os percentis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A análise dos rendimentos e desigualdades no mercado de trabalho no Estado do Rio de Janeiro em 2015 gerou conclusões significativas de como ocorre a dinâmica da renda. Utilizando a metodologia de Regressão Quantílica, pudemos avaliar como a renda é afetada por fatores como idade, anos de estudo, raça, gênero, formalidade do emprego, filiação sindical, status de chefe da família, migração e área de residência urbana. No geral, pode se notar que quanto maior a renda maior será as diferenças entre as rendas entre os indivíduos residentes do Rio de Janeiro.

O comportamento nos quantis de menores renda indica que o emprego formal, residir no município que nasceu e o sindicato irá sinalizar melhores rendas nessa faixa. Enquanto que fatores como ser branco, homem e idade são fatores que influenciam fortemente as rendas dos maiores quantis.

REFERÊNCIAS

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2015**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2023.

KOENKER, R; BASSET, G. **Regression Quantiles.** Econometrica. n. 46, 1978.

A DISTRIBUIÇÃO DE AMBULATÓRIOS LGBT+ NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Bernardo Bronzi Rocha[1]

Resumo: Este estudo analisa a distribuição dos ambulatórios de atenção à saúde LGBTI+ no estado do Rio de Janeiro e a relação entre a presença desses equipamentos e a mobilização de atores sociais. Utilizando técnicas de geoprocessamento, identificamos uma desigualdade na distribuição desses ambulatórios, concentrados em poucas regiões do estado. Argumentamos que essa distribuição reflete a capacidade de articulação de grupos e coletivos LGBTI+, que pressionam o Estado pela implementação de políticas públicas. A pesquisa conclui que a efetivação dessas políticas de saúde depende do engajamento social e das negociações políticas, sendo influenciada tanto pela organização local quanto por fatores econômicos e culturais.
Palavras-chave: Políticas públicas; Direitos LGBTI+; Distribuição territorial.

Abstract: This study analyses the distribution of LGBTI+ health care clinics in the state of Rio de Janeiro and the relationship between the presence of these facilities and the mobilization of social actors. Using geoprocessing techniques, we identified an unequal distribution of these clinics, concentrated in a few regions of the state. We argue that this distribution reflects the articulation capacity of LGBTI+ groups and collectives, which put pressure on the state to implement public policies. The research concludes that the implementation of these health policies depends on social engagement and political negotiations and is influenced both by local organization and by economic and cultural factors.
Key words: Public policies; LGBTI+ rights; Territorial distribution.

Resumen: Este estudio analiza la distribución de las clínicas de salud LGBTI+ en el estado de Río de Janeiro y la relación entre la presencia de estas instalaciones y la movilización de los actores sociales. Utilizando técnicas de geoprocesamiento, identificamos una distribución desigual de estas clínicas, concentradas en unas pocas regiones del estado. Argumentamos que esta distribución refleja la capacidad de articulación de los grupos y colectivos LGBTI+, que presionan al Estado para la implementación de políticas públicas. La investigación concluye que la implementación de estas políticas de salud depende del compromiso social y de las negociaciones políticas, y está influenciada tanto por la organización local como por factores económicos y culturales.
Palavras-clave: Políticas públicas; Derechos LGBTI+; Distribución territorial.

Introdução

Uma pesquisa realizada em 2023, no âmbito do "Programa Atena - Advocacy e monitoramento de Políticas Públicas para LGBTI+", apontou que o Rio de Janeiro lidera entre as unidades da federação com o maior índice de políticas públicas voltadas à promoção dos direitos e cidadania LGBT+ no Brasil (CNN, 2023).

[1] Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Endereço eletrônico: bronzirocha@gmail.com

Políticas públicas podem ser entendidas como ações que garantem direitos. Conforme Chrispino (2020, p.19), uma política pública, enquanto metaconceito, é "a ação intencional de governo que vise atender à necessidade da coletividade". Nesse sentido, as cidades desempenham um papel privilegiado para o debate geográfico sobre o exercício da cidadania, pois é nelas que se manifestam, de forma mais evidente, os atributos espaciais dos direitos civis, políticos e sociais, materializados em instalações, infraestruturas, redes, equipamentos e serviços (Oliveira, 2023, p. 178).

Com base na teorização de Milton Santos (1996/2014), que entende o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e considerando sua caracterização dos cinco elementos constitutivos do espaço — os homens, as firmas, o meio ecológico, as infraestruturas e as instituições (1985/2020) —, o objetivo deste trabalho é apresentar a distribuição dos ambulatórios de saúde LGBTI+ no estado do Rio de Janeiro, discutindo sua relação com os atores sociais comprometidos com os direitos LGBTI+.

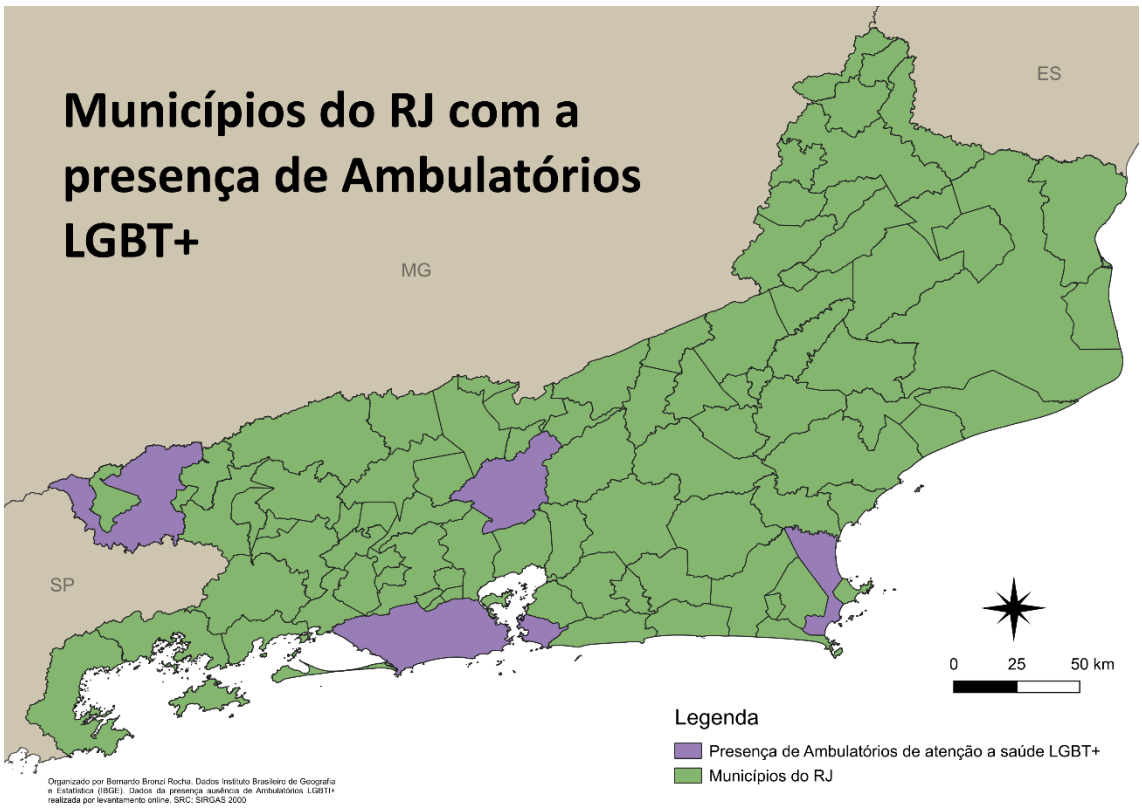
Material e Métodos

Neste estudo, aliamos a teoria da produção do espaço (Carlos; Souza; Sposito, 2023) com técnicas de geoprocessamento para apresentar e discutir a distribuição dos ambulatórios de atenção à saúde LGBTI+ no estado do Rio de Janeiro. Os dados utilizados para a elaboração dos mapas são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de informações levantadas em páginas de notícias e coletivos que divulgam o funcionamento desses ambulatórios.

A análise foi realizada integrando a Geoinformação, popularmente conhecida como Geoprocessamento — definida como “a tecnociência que trata das representações do espaço geográfico” (Almeida et al., 2023) — com a Geografia Urbana e a produção do espaço. Almeida et al. (2023) sistematizam três elementos ontológicos da geoinformação: i) componente espacial (características como posição, forma/extensão e relações), ii) componente descritivo (informações que retratam o espaço) e iii) componente temporal (características como ocorrência, dinâmica e duração). A produção dos mapas apresentados na próxima seção foi realizada no software QGis, utilizando o Sistema de Referência de Coordenadas (SRC) Sirgas 2000.

Resultados e Discussão

Figura 1 *– Mapa de municípios do RJ com a presença de Ambulatório LGBT+*



Na Figura 1, observamos a distribuição desigual dos ambulatórios de saúde LGBT+ pelo estado do Rio de Janeiro, destacando a presença desses equipamentos em apenas cinco municípios, enquanto regiões como o Noroeste, Norte e Centro Fluminense permanecem desprovidas de tais serviços.

A partir da teorização de Milton Santos, que concebe o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, podemos entender que essa distribuição desigual reflete as ações e mobilizações dos diferentes atores sociais que animam o espaço. Para Santos, os cinco elementos constitutivos do espaço geográfico são: os homens (ou a sociedade), as firmas, o meio ecológico, as infraestruturas e as instituições. Neste contexto, podemos destacar a importância das infraestruturas, que se manifestam através de serviços como os ambulatórios, e das instituições, que geram as normativas que regulam esses serviços, como as Portarias GM/MS nº 1.707/2008 e nº 2.836/2011.

Conforme Santos, "os homens ou a sociedade são os sujeitos das ações que animam o espaço", e essas ações se materializam na implementação de políticas públicas que visam garantir direitos. Nesse sentido, nossa hipótese sugere que a presença ou ausência dos ambulatórios está diretamente relacionada à atuação de atores sociais e políticos comprometidos com as causas LGBTI+. Esses atores, atuando como grupos de interesse, negociam no âmbito da política a efetivação de direitos para essa população, o que explica, em parte, a desigualdade na distribuição desses equipamentos.

Esse processo de organização espacial também se conecta à análise de Oliveira (2023, p.197), que afirma que "a conquista da cidadania é uma questão de poder", e sua efetivação depende do empenho de agentes sociais que negociam interesses políticos. O movimento LGBTI+ tem, em escala nacional, alcançado avanços significativos no campo dos direitos, especialmente ao adentrar o ciclo de institucionalização, conforme aponta Quinalha (2022). No entanto, a materialização desses direitos no espaço – representada pelos ambulatórios – está vinculada a essa articulação entre os agentes sociais, instituições, e o próprio território em que eles atuam.

Portanto, as instituições e os atores sociais funcionam como forças invisíveis que estruturam o espaço geográfico, ao passo que as infraestruturas, como os ambulatórios, tornam-se visíveis nas áreas onde essas forças se fazem presentes. A análise da distribuição espacial dos ambulatórios nos revela que a sua implementação, além de seguir diretrizes legais, é uma manifestação das lutas e mobilizações locais, que variam conforme o grau de organização e poder de articulação dos grupos LGBTI+ em cada região.

Conclusões

Este estudo evidencia que a distribuição dos ambulatórios de atenção à saúde LGBTI+ no estado do Rio de Janeiro apresenta uma significativa desigualdade territorial, com a maioria dos equipamentos concentrada. A análise, fundamentada na teoria da produção do espaço propõe que essa distribuição desigual reflete a ação de atores sociais engajados e a capacidade de articulação política e institucional em diferentes localidades.

Um exemplo concreto dessa dinâmica pode ser observado em Niterói, onde há uma mobilização crescente por parte de agentes sociais interessados na abertura de um ambulatório de atenção à saúde LGBTI+ no Hospital Universitário Antônio Pedro, da UFF. Esse movimento ilustra como as normas e portarias nacionais (âmbito legislativo) ganham uma dimensão material (execução) quando há grupos organizados com força política para pressionar o Estado e negociar a implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, o papel dos coletivos LGBTI+, como a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Grupo Gay da Bahia (GGB), entre outros, é fundamental. Eles atuam como protagonistas na luta pela inclusão e garantia de direitos, especialmente em um contexto de contradição, pois o Brasil lidera *rankings* de

mortes de pessoas trans e travestis (TGEU, 2023)[2] e apresenta números alarmantes de violência contra a população LGBTI+, conforme indicam dossiês anuais de movimentos sociais.

Assim, embora os gestores públicos sejam essenciais para a execução dessas políticas, a pressão dos movimentos sociais e coletivos é decisiva para sua efetivação. A ampliação da presença de ambulatórios em regiões desassistidas depende não apenas de políticas nacionais, mas da capacidade de mobilização e articulação de agentes em múltiplas escalas.

Futuramente pretendemos aprofundar nos desafios enfrentados pelos municípios que não possuem esses equipamentos e explorar com maior detalhamento a implementação e o papel das políticas públicas no enfrentamento dessas desigualdades territoriais. Além disso, seria importante investigar como outros fatores, como questões econômicas e culturais, influenciam a implementação de políticas de saúde para a população LGBTI+.

Referências

ALMEIDA, Paula Maria Moura; AMARAL, Felipe Gonçalves; CRUZ, Carla Bernadete Madureira. Geoinformação: relações e reflexões sobre elementos ontológicos. In: Souza, Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de. Geoinformação e análise espacial métodos aplicados a áreas antropizadas. Curitiba : Appris, 1. ed. 2023.

CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L. de; SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto. 1 ed. 9a reimpr. 2023[2011].

CNN BRASIL: RJ é estado mais bem avaliado por ranking de políticas LGBTI+; Rondônia é o pior. Online, 16 mar. 2023. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rj-e-estado-mais-bem-avaliado-por-ranking-de-politicas-lgbti-rondonia-e-o-pior/. Acesso em: 23 set. 2024.

OLIVEIRA, M. P. Para compreender o "Leviatã Urbano" - a cidadania como nexo político-territorial. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L. de; SPOSITO, M.E.B. A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto. 1 ed. 9a reimpr. 2023[2011]. p. 177-206.

QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. São Paulo: Grupo Autêntica. 2022.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp. 4ed. 2014.

SANTOS, M. Espaço e Método. São Paulo: Edusp. 5ed. 2020.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), e também aos colegas e professores/as do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (POSGEO/UFF) pelas trocas e contribuições.

[2] Mapa da ONG Transgender Europe. Disponível em: https://transrespect.org/en/map/trans-murder-monitoring/ ?submap=tmm_2023 Acesso em 23/9/2024

AS CAMPANHAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Clara Araújo[1]
Maira Covre-Sussai[2]
Isadora Vianna Sento-Sé[3]
Eduardo Ramos[4]
Ana Beatriz Dutra[5]

RESUMO
Nas últimas décadas diversos esforços foram realizados de forma a combater a violência de gênero e convertê-la de uma questão privada para uma questão pública, de modo que a sociedade e organizações assumam sua responsabilidade em preveni-la. Ao fornecer informações sobre ações que os indivíduos poderiam tomar para intervir em nome das vítimas, as campanhas públicas de prevenção à violência de gênero pretendem modificar os comportamentos das testemunhas, desde o silêncio e a tolerância a intervenção e condenação. O trabalho apresenta resultados inéditos de pesquisa sobre iniciativas públicas voltadas para o combate à violência de gênero, lançadas no Rio de Janeiro, entre os anos de 2000 e 2023, de forma a compreender como o fenômeno da violência de gênero é tratado quando se torna objeto de atenção pública e de atenção de setores diversos.

Palavras-chave: campanhas de prevenção; violência de gênero; políticas públicas; lei Maria da Penha; prevenção.

ABSTRACT
In recent decades, various efforts have been made to combat gender-based violence and turn it from a private issue into a public one so that society and organizations assume their responsibility to prevent it. By providing information on actions that individuals could take to intervene on behalf of victims, public campaigns to prevent gender-based violence aim to change the behavior of witnesses from silence and tolerance to intervention and condemnation. The paper presents unpublished research results on public initiatives aimed at combating gender-based violence, launched in Rio de Janeiro between 2000 and 2023, to understand how gender-based violence is dealt with when it becomes the object of public attention and the attention of different sectors.

Keywords: prevention campaigns; gender violence; public policies; Maria da Penha law, prevention.

RESUMEN
En las últimas décadas se han realizado diversos esfuerzos para combatir la violencia de género y convertirla de un asunto privado en uno público, de modo que la sociedad y las organizaciones asuman la responsabilidad de prevenirla. Al proporcionar información sobre las acciones que los individuos podrían emprender para intervenir en favor de las víctimas, las campañas públicas de prevención de la violencia de género pretenden cambiar el comportamiento de los testigos,

[1] Clara Maria de Oliveira Araújo, ICS/PPCIS/UERJ, claramaria.araujo@gmail.com.
[2] Maira Covre-Sussai, ICS/PPCIS/UERJ, mairacovre@gmail.com.
[3] Isadora Vianna Sento-Sé, PPCIS/UERJ, isadorasentose@gmail.com.
[4] Eduardo Ramo Junior, PPCIS/UERJ, 88ramosjr@gmail.com.
[5] Ana Beatriz Dutra Cid Coutinho, ICS/UERJ, anabeatrizdutracidcoutinho@gmail.com.

pasando del silencio y la tolerancia a la intervención y la condena. El documento presenta resultados de investigación inéditos sobre iniciativas públicas de lucha contra la violencia de género puestas en marcha en Río de Janeiro entre 2000 y 2023, con el fin de comprender cómo se aborda el fenómeno de la violencia de género cuando se convierte en objeto de atención pública y de distintos sectores.

Palabras clave: campañas de prevención; violencia de género; políticas públicas; ley Maria da Penha; prevención.

Introdução

A violência de gênero é tema de crescente importância em todo o mundo. Nas últimas décadas novas legislações foram introduzidas de forma a combater esse tipo de violência, como a Lei Maria da Penha, a lei nº 12.015 que alterou o Código Penal de 1940 (dispõe sobre os crimes contra a dignidade sexual), ampliando a definição do crime de estupro para além da "conjunção carnal", e a Lei do Feminicídio. Ao mesmo tempo, vários programas de prevenção foram criados e numerosas campanhas de conscientização pública foram lançadas. O objetivo fundamental desse processo foi converter a violência de gênero de uma questão privada para uma questão pública, de modo que toda a sociedade e grandes órgãos assumam sua responsabilidade em preveni-la. Apesar disso, os níveis de violência de gênero permanecem altos em todo o mundo (UNW, 2017). Nos últimos 20 anos, o campo de pesquisa sobre a violência contra a mulher enfocou a dinâmica dessa violência, suas causas subjacentes, fatores de risco e intervenções em diversos contextos. Ampliou-se consideravelmente a pesquisa sobre a prevenção da violência por parceiro íntimo (VPI). Com efeito, isso também ampliou o foco: das vítimas e perpetradores para a comunidade, como um mecanismo de responsabilizar a todos os seus membros (Banyard, Plante e Moynihan, 2004).

Campanhas de mídia de educação e sensibilização pública são usadas para aumentar a conscientização sobre a violência como um problema social e como um crime público, com vistas a mudar as atitudes e normas públicas, a fim de contribuir para a sua prevenção. Ao fornecer informações aquilo que é considerado violência, valores incompatíveis com relações igualitárias e ações que os indivíduos poderiam tomar para intervir em nome das vítimas, essas campanhas também pretendem modificar os comportamentos das testemunhas, desde o silêncio e a tolerância à intervenção e condenação (Cismaru, Jensen e Lavack, 2014). Portanto, a prevenção através de campanhas públicas inclui (i) certas intervenções direcionadas à população em geral , outras voltadas para (ii) aqueles que podem estar em risco de VPI, e outras para as mulheres que

atualmente sofrem VPI e precisam de ajuda e, ainda, (iii) informar e educar agressores ou possíveis agressores.

Nesse sentido, apesar da importância de se considerar os diferentes tipos de prevenção e de públicos-alvo; como populações que não vivem em uma situação de violência; aquelas que as vivenciam, mas não sabem disso; e as que vivem em uma situação contínua de maus-tratos - há ainda poucas informações sobre quais os tipos de campanhas e prevenção que mais se destacaram nos últimos anos.

Material e métodos

O artigo apresenta resultados inéditos de pesquisa sobre iniciativas públicas voltadas para o combate e a prevenção à violência de gênero, definidas como "campanhas" e envolvendo também outros tipos de ações, no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2000 e 2023. Buscamos compreender como o fenômeno da violência de gênero é tratado quando se torna objeto de atenção pública e de atenção de setores diversos. A pesquisa procurou identificar personagens mobilizados para as mensagens, assim como os seus conteúdos, sobretudo quando se destinam a populações tradicionalmente vítimas de violência de gênero, com destaque para as mulheres. A fonte principal de coleta foi a internet, envolvendo materiais disponíveis, através de algumas palavras-chave e identificação de tipos de instituição. Ao longo de quatro anos foram mapeados 2.250 materiais entre cartazes, vídeos, folders e cartilhas. O presente trabalho apresenta os resultados da análise de um tipo de material, os cartazes, coletados e codificados através de um protocolo especialmente criado para tanto.

Resultados e Discussão

A maior parte das mensagens presentes nas campanhas, apresenta um caráter genérico, sem interlocutores claros ou mensagens explícitas sobre o que se denomina violência. Isso indica que o esforço em tornar a violência de gênero um problema social, se materializou em mensagens pouco específicas. Entre as campanhas que possuem um interlocutor claro, este, geralmente, é personificado na mulher vítima (18%), sendo apenas 7% dos materiais destinados a homens (agressores ou não). A maior parte dos materiais coletados foram produzidos pelo Poder Executivo, seguido do Sistema de Justiça Criminal.

Quanto ao objetivo de prevenção, também identificamos que a maior parte das campanhas analisadas não possui um objetivo claro. Esse aspecto tende a ser reforçado, por sua vez, por outro achado da pesquisa: entre os níveis de prevenção específicos, o mais frequente é o "terciário" que

dá conta da violência depois que ela ocorreu. Esse é um dado que reforça a ideia de que muitas das ações de enfrentamento à violência no Brasil se dá na esfera penal de resolução de conflitos. Ainda assim, é pequena a parcela de materiais que estimulam denúncias ou mesmo fazem alguma referência aos caminhos de denúncia, sobretudo aos números de telefones de serviços públicos.[6] Pode-se argumentar que parte desses cartazes tratam de temas variados, que não diretamente o tema das denúncias. A baixa divulgação dos serviços de denúncia pode indicar erros de propaganda, mas também a baixa oferta/amplitude dessa divulgação pode se constituir em obstáculo concreto para as formas de prevenção.

Outros dois aspectos destacados foram as representações de raça/cor dos indivíduos que aparecem nos cartazes, sobretudo, das vítimas, com mais recorrência do uso de imagem de mulheres brancas, contrariando abordagens da literatura e estatísticas compiladas; e os ambientes mais comuns onde a violência ocorre, o espaço doméstico e o ambiente familiar, que, neste caso, observando-se o material como um todo, são pouco destacados. A representação das personagens vítimas segundo raça/cor sugere desencaixe com os dados de vitimização: há prevalência de mulheres brancas, ao mesmo tempo que os personagens agressores ou perpetradores também surgem como brancos em sua maioria.

Conclusão

O aumento da visibilidade da violência no Brasil, especialmente nos últimos anos, está ligado a fatores como o uso crescente da internet para divulgação e mobilização, a cultura institucional que frequentemente apaga dados de gestões anteriores, e a precariedade de infraestrutura em algumas organizações, dificultando a digitalização de arquivos. Além disso, questões políticas e a recente mobilização em torno do tema, com campanhas focadas em problemas específicos como violência política e feminicídio, intensificaram o debate. A ação de movimentos sociais e o aumento da percepção da violência também contribuem para a visibilidade do problema. Iniciativas preventivas e campanhas de conscientização foram encontradas em diversas instituições, destacando o envolvimento de diferentes setores na sensibilização e mudança de atitudes.

REFERÊNCIAS

[6] Não desconsiderando aqui os dois aspectos mencionados no início do texto: escassez de material mais antigo na internet e o fato de incluirmos materiais que se dirigem às ações de reflexão e /ou mobilização.

Bandeira, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, pp. 449-469, 2014. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Banyard, Victoria; Plante, Elizabethe; Moynihan, Mary. Bystander education: Bringing a broader community perspective to sexual violence prevention. In: *Journal of Community Psychology*, n. 32, p. 61-79, 2004. Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jcop.10078>. Acesso em: 17 jun. 2022.

Campbell, Jacquelyn.; Manganello, Jennifer. Changing Public Attitudes as a Prevention Strategy to Reduce Intimate Partner Violence, In: *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma,* Volume 13, Issue 3-4, 2006. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J146v13n03_02>. Acesso. 18 jun. 2022.

CISMARU, Magdalena; JENSEN, Gitte E LAVACK, Anne M. Using mass media domestic violence campaigns to encourage bystander intervention. In: RIFON, N. J.; ROYNE, M. B. & CARLSON, L. (Eds.), *Advertising and violence: Concepts and perspectives*. New York: M E Sharpe, p. 197-214, 2014.

Martin, Florentino Moreno; Carmona, Jaime Alberto; Ocampo, Diego; Vargas, Ancizar; Alvarado. Sara Victoria (ed.). *Campañas de prevención de violencia de género en Colombia y España: un análisis desde la psicología social y la publicidad social*, Manizales: Fondo Editorial Universidad de Manizales, Facultad de Ciencias Sociales y Humanas, 2019.

Noar, Seth. A 10-year retrospective research in health mass media campaigns: Where do we go from here? In: *Journal of Health Communication*, n. 11, p. 21-42, 2006.

Organização Dos Estados Americanos (OEA). *Convenção de Belém do*

Pará, 1994. Disponível em:

<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>. Acesso em: 18 maio. 2022.

Women, U. N. *Progress of the World's Women 2019–2020: Families in a Changing World*, 2019, Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2019/Progress-of-the-worlds-women-2019-2020-en.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2022.

Wray, Ricardo. Public health communication theory and strategies for interpersonal violence prevention. In: *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, n. 13(3-4), p. 41-60, 2006.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO RIO DE JANEIRO: DEMANDAS À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ana Paula Tatagiba[1]

Resumo: O presente artigo apresenta elementos do Projeto de Extensão "Universidade no jogo: gênero, esportes e masculinidade", em desenvolvimento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O ponto de partida é a compreensão de como vem se estruturando o Governo do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere à inserção do esporte e do lazer em sua estrutura organizacional, destacando-se o futebol do conjunto das práticas esportivas oferecidas pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. A partir desse cenário, pretende-se introduzir reflexões sobre a atuação de distintos profissionais vinculados às Ciências Humanas e Sociais nas categorias de base dos times masculino e feminino, dos principais clubes fluminenses. Essa participação tem espaço importante para a reflexão sobre a amplitude das possibilidades de trabalho junto às categorias de base do futebol, conferindo relevância aos estudos de gênero, em consonância com os direitos sociais da infância e da juventude.

Palavras-chave: políticas públicas; esporte; futebol; gênero

Abstract: This article presents elements of the Extension Project "University in the game: gender, sports and masculinity", under development at the State University of Rio de Janeiro. The starting point is the understanding of how the Government of the State of Rio de Janeiro has been structured, with regard to the insertion of sport and leisure in its organizational structure, highlighting soccer from the set of sports practices offered by the State Secretariat of Sport and Leisure. From this scenario, it is intended to introduce reflections on the professional performance of different professionals linked to the Human and Social Sciences in the basic categories of the men's and women's teams, of the main clubs in Rio de Janeiro. This participation has an important space for reflection on the breadth of the possibilities of working with the basic categories of soccer, giving relevance to gender studies, in line with the social rights of children and youth.

Key-words: public policies; sport; football; gender

Resumen: Este artículo presenta elementos del Proyecto de Extensión "Universidad en el juego: género, deporte y masculinidad", en desarrollo en la Universidad del Estado de Río de Janeiro. El punto de partida es la comprensión de cómo se ha estructurado el Gobierno del Estado de Río de Janeiro, en lo que se refiere a la inserción del deporte y el ocio en su estructura organizativa, destacando el fútbol del conjunto de prácticas deportivas ofrecidas por la Secretaría de Estado de Deporte y Recreación. A partir de este panorama, se pretende introducir reflexiones sobre el desempeño de diferentes profesionales vinculados a las Ciencias Humanas y Sociales en las categorías básicas de los equipos masculino y femenino, de los principales clubes de Río de Janeiro. Esta

[1] Ana Paula Tatagiba Barbosa. Professora Associada do Departamento de Política Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: atatagibab@gmail.com

participación tiene un importante espacio de reflexión sobre la amplitud de las posibilidades de trabajar con las categorías básicas del fútbol, dando relevancia a los estudios de género, en línea con los derechos sociales de la niñez y la juventud.

Palabras clave: políticas públicas; deporte; fútbol; género

Introdução

Composto por 92 municípios e com uma população de 16.055.174 pessoas, de acordo com o Censo de 2022, o Estado do Rio de Janeiro tem IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,762, que equivale à 8ª posição no ranking nacional[1]. Na atualidade, a estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro é composta por 33 Secretarias das quais se destaca, para os objetivos do presente estudo, a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (doravante SEEL). Em que pese a não localização de trabalhos acadêmicos que versem sobre o histórico dessa Secretaria, a partir do próprio site institucional, há aspectos dessa trajetória que merecem registro.

A Administração dos Estádios da Guanabara (ADEG), em 1975, logo após a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, originou a estruturação da SUDERJ (Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro) cuja função precípua era "administrar complexos esportivos do Estado" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024). Observa-se que, até então, o registro sobre o trabalho dessa autarquia não conferia visibilidade a uma política, propriamente dita, para os esportes. Isso só veio a ocorrer em 2003, quando foi instituída a SESPORT (Secretaria de Estado de Esportes). Além da SUDERJ, fez parte de sua estrutura organizacional a Fundação da Garantia do Atleta Profissional (FUGAP) e o Conselho Estadual de Desportos (CED).

Em 2011, tendo ocorrido a inclusão de ações na área de Turismo, aquela pioneira Secretaria de Esportes já se chamava SETE (Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer) e, posteriormente, teve seu nome alterado para SEEL (Secretaria de Estado de Esportes e Lazer). Já em 2015, a essa Pasta foram agregadas as políticas destinadas à juventude. Nascia a SEELJE (Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude), trazendo para a esfera dos Esportes e Lazer, também, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos; a Superintendência de Políticas para a

[1] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é oriundo do trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), sendo utilizado desde 1990, quando esse Programa divulgou o "Relatório de Desenvovimento Humano". O seu cálculo envolve a média aritmética simples de três indicadores: esperança de vida ao nascer, nível de escolarização e o PIB *per capita*. (ROCHA, 2003, p. 23-24)

Juventude e; os Programas “Centro de Referência da Juventude” e “Programa de Inclusão Social e Oportunidades Para Jovens” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024). Em 2021, renascia a SEEL, nomenclatura vigente até hoje.

As políticas implementadas pela SEEL englobam determinados programas, entre os quais se ressalta o “Errejota em Movimento” que, em termos operacionais, prevê o oferecimento de atividades nas mais distintas modalidades esportivas, em 1.500 espaços, distribuídos por toda a cidade. De acordo com essa Secretaria, “Estes núcleos são compostos por três profissionais, o qual buscou contratar especialmente profissionais moradores das próprias regiões em que estão sendo implantados estes núcleos” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024). Segundo dados referentes ao ano de 2022, essa ação atingiu, por mês, um público de 60.000 cidadãs e cidadãos fluminenses, que, no geral e a depender do local, tiveram a oportunidade de envolver-se em 10 modalidades esportivas. (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2024).[2]

Considerando esse quadro, a literatura reitera o quanto o futebol masculino tem um espaço privilegiado. Historicamente marcado como um esporte “de homens para homens” – são eles que organizam os inúmeros campeonatos de futebol mundo afora e são eles quem mais têm reconhecimento como atletas - , as mulheres vêm empreendendo lutas para alcançar reconhecimento nessa seara. Em que pese resistências e preconceitos, a recente vitória brasileira para sediar o Campeonato Mundial de Futebol Feminino, em 2027, é exemplar desse esforço.

Pelo exposto, esse trabalho divulga as ações do Projeto de Extensão Universidade no jogo: gênero, esportes e masculinidade”, em desenvolvimento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.[3] Convém contextualizar que o Plano Nacional de Extensão Universitária assinala que “a extensão se coloca como prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da sociedade” (FORPROEX, 2001, p. 5).

O trabalho extensionista em tela tem como objetivo geral valorizar as potencialidades da ação educativa inerente às políticas sociais, com destaque para o

[2] A SEEL divulga em seu site institucional uma listagem com 266 Núcleos. Desse conjunto, menciona-se, na cidade do Rio de Janeiro: Méier, Fazenda Botafogo, Campo Grande, Engenho Novo, Praça Waldir Vieira e projeto Quarto Centenário (ambos na Taquara), Praça Vila Kenedy (Bangu), Grajaú e Inhaúma, entre muitos outros. Nos demais municípios, pode-se observar muitos outros Núcleos, a saber : Angra dos Reis, Araruama, Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Rio Bonito, apenas para ressaltar algumas localidades contempladas com o programa. Para conhecimento da listagem integral, remete-se à consulta a Governo do Estado do Rio de Janeiro (2024).

[3] A referida ação extensionista está cadastrada para 2024, sob o número 7732, junto ao Departamento de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ.

esporte e o lazer, analisando as diferentes nuanças das desigualdades de gênero expressas nas modalidades esportivas.

Material e Métodos

Em caráter inicial de desenvolvimento, no âmbito do referido projeto de Extensão, além dos contatos institucionais com os quatro clubes de futebol que se destacam no Estado (Botafogo, Flamengo, Fluminense e Vasco da Gama), investe-se, também, na pesquisa bibliográfica, tendo como base a consulta a diferentes sítios institucionais e a obras de referência que discutem os aspectos sociais do esporte, a participação majoritária dos homens na prática do futebol e o trabalho realizado nas categorias de base, além do oferecimento de um curso de Extensão.

Enriquecendo a proposta de trabalho, constitui objetivo específico do projeto de Extensão caracterizar a atuação de profissionais das áreas de Ciências Humanas e Sociais no universo do esporte, destacando a inserção das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social na estrutura organizacional dos clubes de futebol, conferindo relevância aos estudos de gênero nesse contexto, em consonância com as abordagens sobre os direitos sociais da infância e da juventude.

Resultado e Discussão

Quando se analisa a temática das políticas públicas, o estudo dos elementos da trajetória da Secretaria de Esportes, na estrutura do Governo requerem aprofundamento. Contudo, o breve resgate histórico sobre o seu percurso possibilita antever o quanto faltou aos representantes do Poder Executivo, ao longo dos anos, o reconhecimento e valorização das especificidades das políticas de esporte. Se há um tradicional e compreensível vínculo com o campo do lazer, examina-se uma oscilação pouco inteligível com as áreas de turismo e juventude e que merece ser melhor problematizada em estudos futuros.

No desenvolvimento do projeto de Extensão, em que pese sua recenticidade e as dificuldades de retorno por parte da administração dos clubes, foi possível localizar a inserção de psicólogas, pedagogas, psicopedagogas e assistentes sociais na equipe do Vasco da Gama. Já no Clube de Regatas do Flamengo, iniciou-se um diálogo, por meio do setor de Responsabilidade Social, com 5 assistentes sociais que atuam em duas frentes: as categorias de base do futebol e os esportes olímpicos. Além do diálogo que será oportunamente aprofundando com essas profissionais, investimentos futuros

permitirão, entre outras possibilidades de trabalho, a divulgação do curso de atualização intitulado “Esportes e cidadania: abordagens sobre gênero e masculinidade”, perfazendo 60 horas de estudo.

Tais investimentos têm caminhado alicerçados na aposta de “que é possível construir uma sociedade mais humana através do esporte” (TUBINO, 1992, p. 51), reconhecendo o valor do esporte como instituição social, englobando, entre outros elementos: o esforço de associação “para que seja apresentado um sentido de democracia interna na organização esportiva” (TUBINO, 1992, p. 17), a relevância sociocultural da relação jogo-esporte e o direito à prática esportiva para todos.

Considerações Finais

Esse estudo evidencia o quanto é primordial que as Instituições de Ensino Superíor (IES) potencializem a luta a favor da igualdade de gênero. Dessa forma, corroborará o importante *loci* que ocupa para que o conservadorismo que se alastrou nas primeiras décadas do século XXI, paulatinamente, perca espaço na sociedade.

É no escopo da Extensão Universitária, como o “braço” da universidade que mantém a mais ampla relação dialógica com as diferentes instâncias sociais, que diferentes intervenções possam ser realizadas para que sejam ampliados os debates sobre gênero junto às gerações mais novas. A interlocução com profissionais das categorias de base do futebol têm muito a contribuir nesse contexto, apresentando importantes subsídios para as políticas públicas a serem desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro.

Referências

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Plano Nacional de Extensão Universitária Disponível em: <http://www.prae.ufrpe.br/sites/prae.ufrpe.br/files/pnextensao_1.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. Ações e programas. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/esporte/acoes-e-programas> Acesso em: 26 set. 2024.

_____. Secretaria de Estado de Esporte e Lazer. Histórico. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/esporte/quem-somos> Acesso em: 26 set. 2024.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil*. Afinal de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

TUBINO, M. J. G. *As dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez, 1992.

MENDIGAS E FAVELADAS: O PROJETO DE EXTERMÍNIO DAS INFÂNCIAS COMO POLÍTICA DE ESTADO NO RIO DE JANEIRO

Caroline Trapp de Queiroz[1]
Fabiana Pedreira Gelard[2]

RESUMO
O objetivo do presente texto é construir um ensaio sobre o projeto de extermínio de crianças como política de Estado para determinadas infâncias no Rio de Janeiro. Para isso, partimos de dois marcadores específicos: as crianças em situação de rua e as crianças moradoras de favelas. Importa dizer que as crianças aqui enunciadas compõem uma categoria que transcende a infância em pelo menos duas dimensões: primeiro porque se trata de crianças negras e empobrecidas, segundo porque, exatamente por serem negras e pobres, por ocuparem ambos os cenários de exclusão, elas são expulsas da categoria de infância que culturalmente serve para outras crianças que não elas, orbitando ao redor desta concepção como aquilo que dela restou.
Palavras-chave: Projeto de extermínio; política de Estado; crianças em situação de rua; crianças moradoras de favelas; infâncias.

ABASTRACT
The objective of this text is to build an essay on the project of extermination of children as a state policy for certain childhood in Rio de Janeiro. For this, we start from two specific markers: street children and children living in slums. It is important to say that the children described here constitute a category that transcends childhood in at least two dimensions: first because they are black and impoverished children, second because, precisely because they are black and poor, they occupy both scenarios of exclusion, they are expelled from the category of childhood that culturally serves other children than them, orbiting around this conception as what remains of it.
Keywords: Project of extermination; state policy; street children; children living in slums; infancy.

RESUMÉN
El objetivo del presente texto es construir un ensayo sobre el proyecto de exterminio de niños como política de Estado para ciertas infancias en Río de Janeiro. Para ello, partimos de dos marcadores específicos: los niños en situación de calle y los niños que viven en favelas. Es importante decir que los niños aquí enumerados constituyen una categoría que trasciende la infancia en al menos dos dimensiones: primero porque se trata de niños negros y empobrecidos, segundo porque, precisamente por ser negros y pobres, ocupan ambos escenarios de exclusión, Son expulsados de la categoría de infancia que culturalmente sirve para otros niños que no ellos, orbitando alrededor de esta concepción como lo que queda de ella.
Palabras clave: Proyecto de exterminio; política estatal; niños en situación de calle; niños que viven en favelas; infancias.

Introdução

[1] Caroline Trapp de Queiroz. Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no Departamento de Estudos da Infância (DEDI/EDU). E-mail: trapp.queiroz@gmail.com
[2] Fabiana Pedreira Gelard. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPEd-UERJ). E-mail: fabianagelard@gmail.com

A história da Chacina da Candelária aconteceu na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1993, quando um grupo armado composto por policiais militares atirou contra crianças, jovens e adultos, matando oito deles. A motivação apontada para o ato permanece uma incógnita até hoje, ora circunscrevendo-se à vingança, devido a uma janela de viatura quebrada por um dos meninos, ora a um acerto de contas quanto ao tráfico de drogas. Dos sete policiais acusados pela chacina, três foram considerados culpados, recebendo sentenças que variavam de 20 a 300 anos de prisão. Nenhum deles cumpriu sequer a pena mínima (Sousa, 2019).

O que se esconde por trás da viabilidade de um ato tão violento que, passados 31 anos, segue impune é justamente a existência do que Adriana Vianna e Ângela Facundo (2014) delineiam como "territórios de margem", um lugar-não-lugar ocupado pelos sujeitos de acordo com as nomenclaturas a eles atribuídas. Um olhar do outro que determina não só a posição no tecido social, mas também a concretude da realidade na qual se produz o eu. Enunciar o outro é instituir para ele um contexto e uma condição, materializando "processos de produção de desigualdades diversas, trazendo em si mesmas narrativas morais e políticas pré-definidas" (Vianna; Facundo, 2014, p. 46).

Esse lugar-não-lugar específico reservado ao sujeito quando nomeado funda contornos no imaginário social e no cotidiano que ora lhe interditam determinadas entradas e, noutras lhe permitem acesso livre, borrando fronteiras e movendo sentimentos. Por isso lugar-não-lugar, pois ao mesmo passo em que insere numa dada categoria e conjuntura, exclui de outras tantas. Nesse texto, abordaremos o lugar-não-lugar de dois grupos específicos: as crianças em situação de rua e as que moram em favelas – mendigas e faveladas, para fazer referência às nomenclaturas correntes e reducionistas. A ideia é construir um ensaio sobre o projeto de extermínio de crianças como política de Estado do Rio de Janeiro, a partir da discussão sobre esse lugar-não-lugar e suas prerrogativas na experiência de infância dessas crianças em específico.

A Chacina da Candelária se situa, portanto, como marco que nos permite partir para a construção dessa discussão pelo fato de ali terem sido assassinadas crianças, jovens e adultos em situação de rua, mas também pessoas que, antes de viverem em tal condição, residiam em diferentes favelas da cidade. Acauam de Oliveira (2018, p. 05) destaca que, a partir dos assassinatos em massa da década de 1990, sobretudo após o massacre do Carandiru, em São Paulo, engendrou-se "um verdadeiro projeto de gerenciamento da miséria por meio da violência", projeto que se converteu em "norma geral, com aprovação quase irrestrita da opinião pública".

As chacinas passaram a ser uma forma cada vez mais frequente de resposta do Estado do Rio de Janeiro para a chamada “guerra às drogas”, respingando nas vidas das populações mais vulnerabilizadas, com respaldo de uma sociedade amedrontada e radicalizada. O discurso da guerra às drogas é sinônimo para a criminalização da pobreza e o controle e extermínio dos corpos negros e pobres. Apenas entre os anos de 2016 e 2023, foram realizadas cerca de 283 chacinas, decorrentes de operações policiais no Grande Rio, todas elas ocorridas em favelas e periferias (Fogo Cruzado, s.d.).

Sendo uma linguagem comum no cotidiano do Estado, a violência tem impactado também o cotidiano de milhares de crianças, que passaram a ter suas vidas orientadas por essa gramática. Vidas muitas vezes ceifadas brutalmente: entre os anos de 2014 e 2023 foram assassinadas, no Estado do Rio de Janeiro, 3.402 crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos. Eram, em sua maioria, do sexo masculino, negros e foram vitimados por arma de fogo. 24,07% dos casos ocorreram com a presença de agentes do Estado.

Material e Métodos

Para formular as reflexões aqui propostas, valemo-nos da materialidade produzida em duas pesquisas de doutorado, uma concluída em 2021 e outra ainda em desenvolvimento, que enfocaram ambas as infâncias discutidas: a que vivem em situação de rua e a que vive nas favelas cariocas, as duas igualmente submetidas à histórica política de extermínio em voga no Estado do Rio de Janeiro. Essa materialidade é composta de reportagens jornalísticas e crônicas produzidas no exercício de observação dos respectivos campos de pesquisa.

Para conferir tratamento de rigor científico às reportagens, procedemos à análise dos dados a partir da narrativa nelas contida, bem como da comparação entre diferentes levantamentos, buscando construir séries históricas, e também pontos de convergência entre os dados e as histórias dos sujeitos que compõem as estatísticas. Em relação à observação, realizamos anotações e registros audiovisuais em campo que, num segundo momento, foram transformados em crônicas, como forma de dar visibilidade às cenas e contextos observados.

Resultados e Discussão

As favelas cariocas têm sido, historicamente, alvo de atenção do Estado. A cada novo governo, uma série de políticas são pensadas visando medidas para acabar com esta que ora é vista como uma “lepra esthetica”, ora como “fábrica de produzir bandidos” (Motta, 2007). As soluções não costumam levar em conta a humanidade das pessoas moradoras das favelas, periferias e ruas da cidade, tomadas como perigosas e ameaçadoras; tudo é possível em nome do progresso, da modernidade e do futuro.

A cidade partida segue sendo continuamente produzida e muitas são as formas de apartamento social que empurram as populações pobres cada vez mais para as margens. De um lado, famílias inteiras são removidas de suas casas e enviadas para áreas distantes da cidade, de outro, favelas são ocupadas pelas forças policiais e escolas e clínicas da família são fechadas por tiroteios frequentes. Na fronteira, demarcando a bipartição da cidade, está a polícia, enquanto representante do Estado, a diferenciar aqueles que de um lado precisam ser protegidos, cuidados, servidos, daqueles que devem ser monitorados e mantidos em constante vigilância e controle.

Compreendemos, em diálogo com Achille Mbembe (2020) e Frantz Fanon (2022), que esse espaço-tempo de violência em que são inseridas as pessoas pobres e negras – e, mais especificamente, as crianças moradoras de rua e faveladas – se funda não no agora, mas ainda no passado colonial. Trata-se de um desejo de extermínio deste outro indesejado que promoveu e promove o incêndio de aldeias, pilhagens, razias e a execução de simples aldeões para "dar exemplo", sistematizando e naturalizando a tortura. No caso das favelas e periferias, as ações se atualizam nas incursões policiais, na invasão de casas sem mandados de busca e no assassinato de crianças e jovens pobres e negros.

O que tratamos aqui como conjuntura que intercala diferentes níveis e métodos de violência emerge justamente da sede de dominação sobre o outro, encontrada tanto no processo colonizador, quanto no espírito da colonialidade dele resultante. Isso porque, como afirma Marielle Macé (2018), circunscrever um "nós" pressupõe necessariamente enunciar quem são os "outros", movimento que desenha linhas tantas vezes abissais, dividindo e apartando sujeitos reunidos na composição de diferentes (des)qualificadores. O outro é um subproduto do eu, sempre delineado pelo que não é, o que não alcançou, o que falta e que, nessa ausência, transforma elementos de diferença em categorias capazes de tornarem natural uma condição desigual de existência no mundo.

O outro do adulto é a criança, sujeito que compõe e constitui a infância. Como concepção fundada dos contrários do que se entende por adultez, ou do que ainda se encontra ausente para uma "promoção" de categoria geracional, a infância produzida dentro de uma perspectiva branca, elitista, heteronormativa, patriarcal, euro e norteamericanocêntrica, que forjou mentalidades, organizou e hierarquizou o conhecimento, os lugares sociais, bem como a distribuição do capital cultural ao longo da história, cria contornos que não contemplam outros modos possíveis e existentes de ser criança.

Assim, se por um lado a enunciação da infância mobilizou a produção de conhecimentos específicos para a compreensão dos sujeitos que a compõem, a elaboração

de políticas públicas que buscam atender suas demandas, o fomento à criação de artefatos culturais coerentes com suas necessidades e interesses, a construção de espaços pensados em suas especificidades, no interior da lógica da vida em sociedade, por outro lado, essa enunciação produziu um lugar-não-lugar no qual orbitam, ao redor da categoria de infância, as crianças que sobraram, ou seja, o resto dessa dada infância.

É sobre o que se faz com este resto que a Chacina da Candelária e o assassinato sistemático de crianças e adolescentes no Estado nos ensinam, numa pedagogia do extermínio reservada às crianças negras e pobres cujas experiências de infância foram sempre negadas. O ato sociocultural de nomear essas crianças, situadas em "territórios de margem" (Vianna; Facundo, 2014), como "mendigas" e "faveladas" cria para elas contexto e condição para os quais o projeto de extermínio defendido como política de Estado no Rio de Janeiro parece se justificar.

Conclusões

Destacamos como conclusões da reflexão aqui proposta a efetividade da política de extermínio do Estado do Rio de Janeiro que, historicamente, vem vitimando crianças pobres e negras. As remoções que marcam a fundação e as transformações da cidade do Rio de Janeiro, a "operação mata-mendigos" de Carlos Lacerda, as narrativas de Sérgio Cabral sobre a favela como "máquina de produzir bandido", um male para o qual o antídoto seria "atirar na cabecinha", segundo Wilson Witzel e a própria Cachina da Candelária, trazida aqui como elemento disparador, ajudam a dar visibilidade não só à execução do projeto, mas também à sua naturalização entre os sujeitos que compõem a sociedade fluminense como um todo.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
FOGO Cruzado. Estado letal. s.d. Disponível em: https://chacinaspoliciais.com.br/ Acesso em: 28 set. 2024.
MBEMBE, Achille. Políticas de Inimizade. São Paulo: N-1 edições, 2020.
MOTTA, Claudio. Cabral defende o aborto para reduzir crimes. O GLOBO, Rio de Janeiro, out. 2007. Disponível em: https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/ Acesso em: 28 set. 2024.
MACÉ, Marielle. Siderar, considerar: migrantes, formas de vida. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
OLIVEIRA, Acauam Silvério de. O evangelho marginal dos Racionais MC's. In: RACIONAIS MC'S. Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
SOUSA, Alana. História da Chacina da Candelária. Aventuras na História. 30/11/2019. Disponível em: https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-chacina-da-candelaria-uma-noite-de-brutalidade-no-rio-de-janeiro.phtml. Acesso em: 20 set. 2024.

TECENDO MEMÓRIAS DECOLONIAIS SOBRE NOVA FRIBURGO: disputa histórica à luz do direito à cidade

Vívian Alves de Assis[1]
Rosângela Lunardelli Cavallazzi[2]

RESUMO
Em um contexto de tendência de descrença no futuro, em que a dinâmica de produção do espaço urbano está subordinada à lógica capitalista, e não ao *direito à cidade* lefevriano, o presente estudo explicita a disputa de narrativas históricas sobre Nova Friburgo. A investigação está inserida em uma proposição metodológica crítico-decolonial e interdisciplinar que se apoia fundamentalmente em fontes documentais e em revisão bibliográfica. A partir da abordagem sobre a *colonialidade do poder* trabalha com a hipótese de que a construção do *mito da "Suíça brasileira"* é uma *tradição inventada* que se perpetua e se renova nos tempos atuais. O estudo pretende reordenar a história da cidade como forma de decolonizar a memória dos dominados e abrir um campo de possibilidades para a produção instituinte do *direito à cidade*.
Palavras-chave: Colonialidade do poder; Decolonialidade; Direito à Cidade; Nova Friburgo.
ABSTRACT
In a context of a tendency to disbelieve in the future, in which the dynamics of urban space production are subordinated to capitalist logic rather than to the Lefevrian right to the city, this study makes explicit the dispute between historical narratives about Nova Friburgo. The research is part of a critical-decolonial and interdisciplinary methodological approach that is fundamentally based on documentary sources and a bibliographical review. Based on an approach to the coloniality of power, it works with the hypothesis that the construction of the myth of 'Brazilian Switzerland' is an invented tradition that is perpetuated and renewed today. The study aims to reorder the history of the city as a way of decolonising the memory of the dominated and opening up a field of possibilities for the production of the right to the city.
Keywords: Coloniality of power; Decoloniality; Right to the City; Nova Friburgo.
RESUMEN
En un contexto de tendencia a descreer en el futuro, en el que las dinámicas de producción del espacio urbano están subordinadas a la lógica capitalista y no al derecho lefevrista a la ciudad, este estudio explicita la disputa entre narrativas históricas sobre Nova Friburgo. La investigación se inscribe en un enfoque metodológico crítico-decolonial e interdisciplinario que se basa fundamentalmente en fuentes documentales y en una revisión bibliográfica. A partir de una aproximación a la colonialidad del poder, trabaja con la hipótesis de que la construcción del mito de la «Suiza brasileña» es una tradición inventada que se perpetúa y renueva en la actualidad. El estudio pretende reordenar la historia de la ciudad como forma de descolonizar la memoria de los dominados y abrir un campo de posibilidades para la producción del derecho a la ciudad.
Palabras clave: Colonialidad del poder; Decolonialidad; Derecho a la ciudad; Nova Friburgo.

A disputa de narrativas sobre a história da cidade de Nova Friburgo[3] e seus

[1] Pós-doutoranda nota 10 da FAPERJ no Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ. Doutora em Teorias Jurídicas Contemporâneas pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFRJ com estágio doutoral na URBEUR - *Studi Urbani* da *Università degli Studi di Milano-Bicocca*, Itália. E-mail: viviandeassis@yahoo.com.br
[2] Professora do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio e da Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ. Doutora em Direito pela UFRJ e UFSC. E-mail: rosangela.cavallazzi@gmail.com

reflexos na luta pelo direito à cidade no território é o objeto privilegiado da abordagem. A trajetória vislumbra seguir a rota estabelecida por O'Donnell (2017), que a aproxima das Ciências Sociais latino-americanas e que imprime a essas contribuições "uma maneira de escrever com um selo próprio" (2017, p. 224): indagar sobre a especificidade histórica de seus temas e casos; fazê-lo com espírito crítico; estarem muito próximas da política e do conflito que se teceram ao seu redor.

No que concerne à metodologia, a crítica decolonial eminentemente interdisciplinar, estabelece um diálogo entre os campos dos Estudos Urbanos, História, Sociologia e Direito, incluindo a análise de fontes documentais, em revisão bibliográfica, além de informações da mídia, principalmente a local.

O estudo pretende contribuir para a compreensão do *mito da "Suíça brasileira"* (Araújo, 1992, 2018) como legitimador da *colonialidade do poder* na cidade (Quijano, 1992, 2005) que obstaculiza avanços de práticas sociais instituintes (Cavallazzi, 1993) no horizonte de luta pelo direito à cidade em Nova Friburgo.

O registro inicial da ocupação territorial pelos conquistadores da região em que hoje se situa a cidade de Nova Friburgo remete ao início do século XVIII que dispersou e massacrou os seus habitantes até então, os povos indígenas dos Coroados, Puris e Coropós (Erthal, 1992) e o processo de devastação da mata atlântica, inicialmente para busca do ouro. Em seguida, a influência do café prevalece na região e, posteriormente, a colonização suíça e alemã passa a exercer um importante papel nessa organização espacial, delimitando o que se denomina *colonialidade* (Quijano, 1992, 2005) como estrutura colonial de poder.

O estudo propõe que a industrialização alemã em Nova Friburgo, forjada com a urbanização da cidade, configura-se como uma reinvenção na perspectiva de manter a hegemonia da *colonialidade do poder* (Quijano, 1992, 2005) na cidade, uma colônia "plantada" pelo café (Deffotaines, 1944), por meio da construção de uma dimensão mítica da história de Nova Friburgo. O mito fundador (Chauí, 2000, p. 9), que objetivava perpetuar o passado no presente, é construído em uma articulação entre empresários alemães e uma elite política modernizadora, a partir do *mito da "Suíça brasileira"* (Araújo, 1992, 2018), inventado e consolidado no período histórico entre 1910 e 1960, que se perpetua e se renova nos tempos atuais.

A imagem de Nova Friburgo, hegemônica até o momento, é um mito que Araújo identifica como uma *tradição inventada*, no sentido de Hobsbawm e Ranger (1984),

---

[3] Nova Friburgo está situada na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, em uma área urbana rural de aproximadamente 935,4 km², possui 189.939 pessoas habitantes segundo o Censo de 2022 (IBGE, [s.d]).

para quem "toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal" (1984, p. 21). No mesmo sentido, Barthes entende que a criação de um mito precisa de um fundamento histórico, não surge da natureza das coisas, visto que o mito é uma fala escolhida pela História (2003, p. 200).

A hipótese central da criação do *mito da "Suíça brasileira"* explicita e legitima o projeto industrializante da cidade, a partir de 1910, recorreu-se a um passado idealizado sobre a suposta origem suíça do povo e da cidade que fundamenta historicamente essa construção.

A construção teórica sobre o *mito da "Suíça brasileira"* introduzida no debate a respeito da história da cidade pelo historiador João Raimundo Araújo (1992, 2018) foi o ponto de partida para o aprofundamento desses estudos da história local com um olhar decolonial sobre a produção do espaço urbano, bem como para a reflexão das raízes históricas que estabelecem obstáculos para a efetivação do *direto à cidade* (Lefebvre, [1968], 2009).

A categoria analítica direito à cidade, como epicentro do Direito Urbanístico, deve ser compreendida a partir de Henri Lefebvre ([1968], 2009) e à luz dos direitos sociais fundamentais que, na perspectiva da eficácia social do direito à cidade, exige o reconhecimento de um sistema composto por um feixe de direitos, conforme a seguinte definição:

> o direito à cidade, expressão do direito à dignidade humana, constitui o núcleo de um sistema composto por um feixe de direitos incluindo o direito à moradia - implícita a regularização fundiária -, à educação, ao trabalho, à saúde, aos serviços públicos - implícito o saneamento -, ao lazer, à informação, à segurança, ao transporte público, a preservação do patrimônio cultural, histórico e paisagístico, ao meio ambiente natural e construído equilibrado - implícita a garantia do direito a cidades sustentáveis, como direito humano na categoria dos interesses difusos (Cavallazzi, 2007 , p. 56-57).

A partir da construção da tese sobre esse mito, historiadores locais leem esse espaço e suas relações sociais em determinado período com um olhar crítico o que permite uma costura decolonial dessa narrativa ao acrescentarem nessa miríade a história dos colonizados: os escravos (Marretto, 2018, 2019); os imigrantes caipiras (Mayer, 2003); e, no século XIX, os operários, com a transmutação da "Suíça brasileira" para o "Paraíso Capitalista"[4] dos liberais (Costa, 2018).

O olhar decolonial para a história de Nova Friburgo à luz do direito à cidade

[4] Paraíso como sinônimo de harmonia e paz, inserido no discurso de uma cultura disciplinada, e capitalista como um lugar em que se privilegiava o lucro da iniciativa privada ao público (Araújo, 2018, p. 19).

deve ser somado a leitura crítica do grupo modernidade/colonialidade que observa o advento da modernidade a partir da América Latina, que iniciou a discussão acerca das dimensões da *colonialidade do poder, do ser e do saber* (Grosfoguel, Mignolo, 2008).

A colonialidade entendida a partir de Quijano compreende que: "a estrutura colonial de poder produziu as discriminações sociais que posteriormente foram codificadas como 'raciais', étnicas, 'antropológicas' ou 'nacionais'" (1992, p. 13, tradução nossa). A relação da cultura europeia, chamada também de ocidental, com as outras permanece a ser uma relação de dominação colonial. Nesse sentido, o *mito da "Suíça brasileira"* funciona como uma forma explícita de "colonização do imaginário dos dominados" (Quiijano, 1992, p. 13, tradução nossa) e de manutenção das relações operadas a partir das referidas discriminações sociais.

A origem do conceito direito à cidade lefebvriano se aproxima do projeto crítico decolonial por apresentar uma perspectiva de ruptura com a ordem urbana capitalista para a cidade futura, não se propondo ao reconhecimento jurídico institucional de um novo direito.

Esta reflexão propõe reordenar a história local com um olhar crítico decolonial na perspectiva do direito à cidade. Nesse sentido, aprofunda a discussão sobre os marcos históricos da cidade de Nova Friburgo a partir de narrativas da história local que permitem aflorar o específico e o particular e apresentar o cotidiano, sem desconhecer aspectos da colonialidade que apresentam os quadros mais amplos que os geram.

A desconstrução da dimensão mítica da Suíça brasileira tem o propósito de apontar para o racismo invisibilizado na cidade e tecer uma mudança no imaginário social que desvie do passado e do presente enraizados na colonialidade do poder em direção ao futuro em que os colonizados se entrincheirem para a efetividade do direito à cidade.

A proposta dessa análise foi relacionar a reprodução de uma matriz colonial de poder com a construção do *mito da "Suíça brasileira"* da cidade de Nova Friburgo e os seus reflexos na efetivação do direito à cidade.

A perspectiva decolonial para a análise da história de Nova Friburgo só se realiza na disputa pela história e pela memória coletiva como lugar do possível, de um projeto de cidade voltado para o futuro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Raimundo de. **Processo de urbanização da "Suíça brasileira" - 1890-1930.** Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

ARAÚJO, João Raimundo de. **Nova Friburgo:** a construção do mito da Suíça brasileira

(1910-1960). Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, vol. 2. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. **A plasticidade na teoria contratual.** Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) – Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. O estatuto epistemológico do direito urbanístico brasileiro: possibilidades e obstáculos na tutela do direito à cidade. *In:* COUTINHO, Ronaldo; BONIZZATTO, Luigi (coord.). **Direito da cidade:** novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, pp. 53-70.
COSTA, Ricardo da Gama Rosa. **Visões do "Paraíso Capitalista":** a construção da hegemonia burguesa na história de Nova Friburgo. Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, vol. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das Cidades. **Boletim Geográfico**, ano II, n. 14 e 15, maio/jun., 1944, p. 141-148 e 299-308.
ERTHAL, Clélio. **Cantagalo:** da miragem do ouro ao esplendor do café. Niterói: Gráfica Erthal, 1992.
GROSFOGUEL, R.; MIGNOLO, W. Intervenciones descoloniales: una breve intro ducción. **Tábula Rasa,** Bogotá. n.9, p. 29 - 37, 2008.
HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
IBGE. Cidades@. Rio de Janeiro. Nova Friburgo. **Panorama.** [s.d]. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Rio de Janeiro | Nova Friburgo | Panorama. Acesso em: 12 ago. 2024.
MARRETTO, Rodrigo M. **Escravidão velada:** a formação de Nova Friburgo na metade do século XIX. Coleção Nova Friburgo: 200 anos de luta e resistência, vol. 1. Rio de Janeiro: Revan, 2018.
MARRETTO, Rodrigo M. **O opulento capitalista:** café e escravidão na formação do patrimônio familiar do barão de Nova Friburgo (c 1829 – c 1873). Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
MAYER, Jorge Miguel. **Raízes e crise do mundo caipira:** o caso de Nova Friburgo. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
O'DONNELL, Guillermo. **Dissonâncias**: críticas democráticas à democracia. Tradução: Marta Maria Assumpção Rodrigues. Rio de janeiro: Editora UFRJ, 2017.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena,** v. 13, Nº 29, Lima: Instituto Indigenista, 1992.
QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 107-30.

Agradecimentos

Essa reflexão constitui um desdobramento da tese *Disputa Histórica nas trincheiras do direito à cidade:* o caso-referência da Praça Getúlio Vargas em Nova Friburgo, defendida em 2022 por uma das autoras, Vívian Alves de Assis, sob a orientação do Prof. Mauro Osório e coorientação da Prof. Rosângela Lunardelli Cavallazzi, no âmbito da Pós-Graduação de Direito e da Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ.

As autoras agradecem às instituições da UFRJ envolvidas e o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Edital nº 11/2023 – Pós-doutorado Nota 10/2023)

12 MEMÓRIA, HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO PRESENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A sessão temática traz o debate de questões políticas, socioeconômicas e culturais que, a partir da reflexão histórica, lançaram luzes sobre os desafios do presente e as perspectivas para o futuro da região Fluminense.

O PROGRESSO, A ORDEM E O HIGIENISMO NA CONSTITUIÇÃO DA *COMMUNITAS* CAPITALISTA BANGUENSE (1888-1919)

Paulo Cesar dos Reis[1]

Resumo

O texto aborda como as categorias de progresso e ordem, juntamente com o higienismo, fundamentam o projeto de modernização conservadora do Rio de Janeiro, usando a Fábrica Bangu como estudo de caso. Entre os séculos XIX e XX, o bairro operário de Bangu é exemplar para a discussão acerca do progresso e ordem como conceitos basilares do processo de organização do território. O higienismo se conecta ao discurso eurocêntrico da cidade moderna. A reflexão proposta analisa essas dimensões da modernização e conservação, que ainda influenciam a sociedade e a configuração da cidade contemporânea.
Palavras chaves
Modernização conservadora; Bangu; Rio de Janeiro

Abstract
The text discusses how the categories of progress and order, along with hygienism, underpin the conservative modernization project of Rio de Janeiro, using the Bangu Factory as a case study. Between the 19th and 20th centuries, the working-class neighborhood of Bangu exemplifies the discussion about progress and order as foundational concepts in the process of territorial organization. Hygienism connects to the Eurocentric discourse of the modern city. The proposed reflection analyzes these dimensions of modernization and conservation, which still influence society and the configuration of the contemporary city.
Keywords
Conservative modernization; Bangu; Rio de Janeiro

Resumen
El texto aborda cómo las categorías de progreso y orden, junto con el higienismo, fundamentan el proyecto de modernización conservadora de Río de Janeiro, utilizando la Fábrica Bangu como estudio de caso. Entre los siglos XIX y XX, el barrio obrero de Bangu es ejemplar para la discusión sobre el progreso y el orden como conceptos fundamentales en el proceso de organización del territorio. El higienismo se conecta con el discurso eurocéntrico de la ciudad moderna. La reflexión propuesta analiza estas dimensiones de la modernización y conservación, que aún influyen en la sociedad y la configuración de la ciudad contemporánea.
Modernización conservadora; Bangu; Río de Janeiro

O PROGRESSO, A ORDEM E O HIGIENISMO NA CONSTITUIÇÃO DA *COMMUNITAS* CAPITALISTA BANGUENSE (1888-1919)

> Pouco a pouco a chaminé vermelha se desenha, os edifícios divisados ganham formas nítidas e, afinal, da estação do especial já parado, temos diante dos olhos toda a fábrica, o colosso que é a grande 'urbs' do trabalho de fiação e tecidos do 'Bangu'. (GNRJ, 05.10.1910)

[1] Paulo Cesar dos Reis. Professor Adjunto Universidade de Vassouras.
profpaulodosreis@gmail.com

A chaminé de 56 metros de altura, construída em tijolo aparente, rasgava o céu, criando a atmosfera ideal de uma *communitas* fabril que dialogava diretamente com o mundo capitalista da Segunda Revolução Industrial. A Fábrica Bangu foi idealizada fora dos limites do Brasil, em profundo diálogo com a economia capitalista inglesa. Esse fato é intrigante, pois evoca a mentalidade de um Estado em transformação. A ideia de progresso, associada ao exercício da ordem e à modernização conservadora, emerge da inclusão do Brasil no sistema capitalista mundial, sem renunciar aos valores senhoriais nas relações sociais e culturais. Esse amalgama inicia-se em 1808, com a chegada da família real portuguesa, e culmina com o golpe de Estado de 1930, configurando o que chamamos de longo século XIX. Essa consideração é fundamental para entender o processo formativo da sociedade brasileira.

As palavras e conceitos possuem força e significado que mudam conforme o tempo, o espaço, a cultura e os sujeitos que os utilizam, tornando sempre necessário um novo olhar crítico e reflexivo sobre eles. Portanto, é essencial refletir sobre a Fábrica Bangu como parte de uma grande engrenagem em montagem neste século XIX alongado. A categoria progresso, além do lema positivista estampado na bandeira do Brasil republicano e da nomenclatura da fábrica, possui uma trajetória epistêmica que integra a cultura ocidental e capitalista.

Assim como a categoria do higienismo, que também possui uma trajetória epistêmica e histórica em diálogo com os pressupostos de progresso e ordem, é necessário pensar nas cidades europeias e estadunidenses para compreender esses dois conceitos fundamentais que moldaram o *ethos* capitalista ocidental, influenciando diretamente o processo constitutivo do Estado brasileiro.

A visão idealizada da Fábrica Bangu, retratada em um artigo publicado pelo jornal Gazeta de Notícias em 1910, alinha-se à reflexão proposta neste texto, reafirmando a proximidade desse empreendimento fabril com o projeto de Estado em curso desde 1808, com todas as suas mudanças e permanências sentidas neste longo século XIX brasileiro.

Observa-se que há mais continuidades do que rupturas nesse processo. O desenvolvimento econômico permaneceu subsumido ao capital europeu e estadunidense, em uma relação complementar, apesar da falta de autonomia para o pleno desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. O Brasil continuou como uma plataforma agrário-exportadora, com uma indústria pequena e subserviente ao grande capital.

O campo cultural também permaneceu subordinado ao eurocentrismo, manifestando-se em gestos, palavras, gostos, roupas, costumes e outras formas de consumo da cultura ocidental, formando pequenas ilhas de 'saber' em um todo multifacetado de culturas estrangeiras que se conformaram, dando origem ao povo brasileiro.

O ato de pensar e intervir na cidade carrega uma carga cultural de grande relevância, especialmente entre os intelectuais orgânicos do urbanismo – homens com formação cultural e técnica eurocêntrica, como médicos e engenheiros, que conceberam a cidade e exerceram uma *práxis* urbanística oficial e extraoficial, dominando instituições públicas e privadas, além de produzir teorias sobre a racionalização das cidades à luz de conhecimentos técnicos e científicos.

Instituições como a Academia de Medicina do Rio de Janeiro (1829) e o Clube de Engenharia (1880) foram fundamentais nas reflexões sobre a cidade ideal neste longo século XIX, que viu no higienismo uma prova científica das mazelas do crescimento acelerado das cidades. A cidade do Rio de Janeiro é exemplar nessa questão, trazendo a classe dominante senhorial para o centro da discussão sobre as questões urbanas em sentido amplo.

Entretanto, a reflexão se baliza na discussão das categorias progresso e ordem associados à categoria do higienismo, que transformaram essa *communitas* capitalista em uma experiência sui generis, evocando o espírito de um capitalismo patrimonialista e patriarcalista, ao manter as dimensões do mandonismo e dirigismo como plataformas de construção das relações sociais e culturais. Além disso, a hierarquização social imersa no *ethos* senhorial só foi minimizada a partir do golpe civil e militar de 1930.

A partir dessa ideia força, progresso e higienismo podem ser vistos como estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2011) do *ethos* senhorial fluminense, alinhando-se às reflexões de Oliveira (2006), que demonstrou o processo de constituição da Companhia Progresso Industrial do Brasil a partir do projeto de construção da maior, mais moderna e complexa fábrica têxtil do Brasil, evocando em seu nome o ideal de progresso e, em suas práticas sociais, o higienismo como plataforma de legitimação do discurso da ordem.

> A Companhia Progresso Industrial do Brasil surgiu como um empreendimento de grande vulto, prevendo a montagem de uma fábrica com 1200 teares, máquinas de alvejar, tinturaria e estamparia, com motores do tipo "compound" britânicos, totalizando 1900 cavalos-força, e capacidade para empregar até 1600 operários (OLIVEIRA, 2006).

O edifício da sede foi erguido em uma parte da Fazenda do Bangu, ocupando 18.649 m² de área construída. O projeto arquitetônico foi concebido no estilo

Manchesteriano de fábrica, com fachada sóbria de tijolos aparentes, vigamento de ferro fundido, linhas simétricas e a máxima racionalização do espaço, seguindo o padrão inglês de indústria moderna, que já utilizava concreto armado, um material relativamente novo na época.

Cabe ressaltar que foi construída uma olaria para produzir o material necessário à edificação da fábrica e dos demais prédios do complexo, incluindo as primeiras 95 casas da Vila Operária. Não havia olarias equipadas no Rio de Janeiro para fabricar tijolos de alta densidade, essenciais para a construção dos edifícios fabris (SILVA, 1989).

Destaca-se a inclusão da Vila Operária no complexo fabril, assim como a Igreja e o Cassino (edificados posteriormente), todos mantendo a estética construtiva, conferindo uma conotação de conjunto que forma plasticamente essa *communitas* capitalista. Este espaço produz uma identidade que traz um sentido de pertencimento ao lugar: um espaço de trabalho, moradia, lazer e vida, constituindo uma verdadeira *communitas* em sentido amplo.

Como conclusão, é necessário refletir sobre os *corpus* fabris e as corporações de ofício, pois esse contexto é fundamental para o desenvolvimento do empreendimento fabril em um país que acabara de abolir a escravidão e proclamar sua República. Havia uma urgência em buscar novos símbolos que legitimassem essa transformação em andamento, concretizando assim o ideal de progresso.

Primeiramente, é importante refletir sobre o conceito de progresso associado ao positivismo, para depois avançar na aplicação real no território. A experiência da Fábrica Bangu é singular, pois o ideal de progresso sempre impulsionou a Fábrica em direção à inovação, utilizando técnicas e tecnologias de ponta no processo produtivo. A partir de 1903, com a nomeação de João Ferrer como Secretário, o desenvolvimento de políticas de compensações sociais tornou-se fundamental para dar sentido e corpo à *communitas* banguense, abrindo um novo momento que Oliveira (2002) categorizou como Cidade Fábrica, onde as questões urbanísticas ganharam maior relevância, à medida que a Vila Operária e os loteamentos ao redor da Fábrica se expandiram em número e qualidade construtiva.

É fundamental refletir sobre a influência do pensamento higienista na política de Estado, que se manifesta nas ações da Comissão de Melhoramentos e da Junta de Medicina, responsáveis por promover intervenções diretas no território. Nesse contexto revolucionário, havia uma necessidade premente de constituir uma nova cidade. Os intelectuais orgânicos do urbanismo fluminense desempenharam um papel crucial na concepção dos espaços urbanos, que exigiam uma análise sob a perspectiva de uma

topografia social. Essa abordagem já se fazia presente no projeto de construção da Fábrica e da Vila Operária, onde seus idealizadores empregaram esse discurso urbanístico para materializar a *communitas* capitalista.

Para finalizar, devemos analisar a questão da disciplina fabril, que caminha lado a lado com a ordem. A materialização desse ideal é dada pelos princípios do higienismo e do capitalismo industrial, que têm no progresso sua justificativa política e social. Bangu se torna um centro econômico e social de um Estado que busca superar, sem rupturas, os espectros de uma sociedade em transformação.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2011.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelimo, enxada e voto*. Alfa-Omega, São Paulo, 1993, 6.ed. (1949)

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). 2 vol. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

_____(Coord). *Rio de Janeiro operário*: Natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe. Rio de Janeiro: Editora Acces, 1992.

LUZ, Nicia Vilela: *A luta pela industrialização do Brasil.* Alfa-Omega, São Paulo, 1978, 2.ed. (1961).

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio:* Civilização e Poder no Brasil às vésperas da independência (1808-1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MATTOS, Ilmar. *O tempo saquarema*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

NORBERT, Elias. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. Vol II. A formação do Estado e da Civilização.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.*Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. *Mestres estrangeiros; operariado nacional*: Resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1890-1920). Dissertação de Mestrado em História, UNB: Brasília, 2015.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu*: A fábrica e o Bairro. Um estudo histórico (1889-1930). Dissertação de Mestrado em História, IFCS/UFRJ: Rio de Janeiro,1985.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. *Bangu – o singular e o plural na organização do espaço urbano*. Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair Mendes de. *Raízes da Industria no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Studio, 1992.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org). *Cidade*: História e Desafios. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, Márcio Pinon. *Bangu*: de Fábrica-Fazenda e Cidade-Fábrica a mais uma Fábrica da Cidade. Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ: Rio de Janeiro, 1990.

ENTRE O CONCRETO E O ABSTRATO: UMA ANÁLISE SOBRE AS IMAGENS REPRESENTATIVAS DE NITERÓI NO PERÍODO DE 1964 A 1996

Gabriel Soares da Costa[1]

Resumo
Com o objetivo de compreender a consolidação das imagens mais relevantes de Niterói entre 1964 e 1996 e sua relação com as transformações urbanas, esta pesquisa propõe um método próprio, unindo Filosofia, Morfologia Urbana e História Urbana. Baseada na teoria do morfologista italiano Giancarlo Cataldi, o método discute a dualidade "concreto x abstrato", considerando a cidade como um ente que abrange os campos material e imaterial, refletindo as cidades "vividas", "sentidas" e "pensadas". O trabalho explora a historicidade de Niterói desde sua formação, propondo uma linha do tempo com três imagens principais no período estudado: "a capital do progresso" (1964-1975), "a ex-capital" (1975-1989) e "a cidade da qualidade de vida" (1989-1996). Dessa maneira, a análise identifica elementos essenciais à identidade de Niterói, como sua capitalidade, topografia, e a relação com a cidade do Rio de Janeiro, contextualizando a atuação de diversos agentes urbanos nos processos de transformação.
Palavras-chave: Imagem da cidade; Transformação Urbana; Morfologia Urbana; Niterói.
Abstract
In order to understand the consolidation of the most relevant images of Niterói between 1964 and 1996 and their relationship with urban transformations, the research proposes its own method, uniting Philosophy, Urban Morphology and Urban History. Based on the theory of Italian morphologist Giancarlo Cataldi, the method discusses the "concrete x abstract" duality, considering the city as an entity that encompasses the material and immaterial fields, reflecting "lived", "felt" and "thought" cities. This paper explores the historicity of Niterói since its formation, proposing a timeline with three main images in the period studied: "the capital of progress" (1964-1975), "the ex-capital" (1975-1989) and "the city of quality of life" (1989-1996). In this way, the analysis identifies essential elements to Niterói's identity, such as its capital, topography, and relationship with the city of Rio de Janeiro, contextualizing the actions of various urban agents in the transformation processes.
Keywords: Image of the city; Urban Transformation; Urban Morphology; Niterói.
Resumen
Con el objetivo de comprender la consolidación de las imágenes más relevantes de Niterói entre 1964 y 1996 y su relación con las transformaciones urbanas, la investigación propone un método propio, uniendo Filosofía, Morfología Urbana e Historia Urbana. Basado en la teoría del morfólogo italiano Giancarlo Cataldi, el método discute la dualidad "concreto x abstracto", considerando la ciudad como una entidad que abarca los campos material e inmaterial, reflejando ciudades "vividas", "sentidas" y "pensadas". Esta investigación explora la historicidad de Niterói desde su formación, proponiendo una línea de tiempo con tres imágenes principales en el período estudiado: "la capital del progreso" (1964-1975), "la ex-capital" (1975-1989) y "la ciudad de calidad de vida" (1989-1996). De esta manera, el análisis identifica elementos esenciales de la identidad de Niterói, como su capital, topografía y relación con la ciudad de Río de Janeiro, contextualizando las acciones de diversos agentes urbanos en los procesos de transformación.
Palabras-clave:Imagen de la ciudad; Transformación Urbana; Morfología urbana; Niterói

[1] Gabriel Soares da Costa, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF), gabrielcosta@id.uff.br.

Introdução

Este resumo expandido é baseado na dissertação homônima do autor, que buscou investigar como as transformações físicas ocorridas em Niterói entre 1964 e 1996 influenciaram a construção das imagens simbólicas da cidade. A pesquisa integrou três áreas principais de estudo: Filosofia, Morfologia Urbana e História Urbana, abordando a interdependência entre o "concreto" (o espaço físico) e o "abstrato" (as percepções simbólicas) no desenvolvimento urbano. O principal objetivo foi propor um método inovador de leitura transversal da cidade, utilizando ferramentas e conceitos dessas disciplinas, com ênfase na subjetividade como elemento fundamental para a análise urbana, aplicável em diversos contextos temporais e geográficos.

A abordagem proposta busca articular o material e o imaterial, utilizando os conceitos da Morfologia Urbana, História e Filosofia para refletir sobre as imagens mais profundamente enraizadas nas cidades e no imaginário coletivo dos diferentes grupos que nelas vivem, transitam ou visitam. Esta reflexão oferece uma contribuição singular aos estudos urbanos, com foco em Niterói, tanto sob uma perspectiva socioeconômica quanto histórica e urbanística.

Material e Métodos

Com a definição do objeto de pesquisa, tornou-se necessário estabelecer recortes temporais e espaciais que delimitassem o escopo do trabalho, alinhados ao objetivo central de compreender as relações entre as principais imagens urbanas de Niterói e as transformações ocorridas na cidade dentro de um período específico. Para integrar essas análises, foi desenvolvida uma linha cronológica do imaginário urbano de Niterói, baseada nos estudos, pesquisas e leituras prévias do autor, resultando na escolha do período de 1964 a 1996.

Nesta linha do tempo, foram sinalizados fatos históricos relevantes que poderiam ser caracterizados como “pontos de virada”, para a criação de “novas imagens” de Niterói, especificando “novas eras” para a cidade, observáveis pela divulgação via imprensa, governo ou pela própria população. No caso da pesquisa, definiu-se o foco em três momentos distintos a fim de verificar se as hipóteses eram corroboradas pelos documentos pesquisados: “a capital do progresso” (1964-1975), “a ex-capital” (1975-1989) e “a cidade da qualidade de vida” (1989-1996), destacando como essas imagens foram cristalizadas ao longo do tempo.

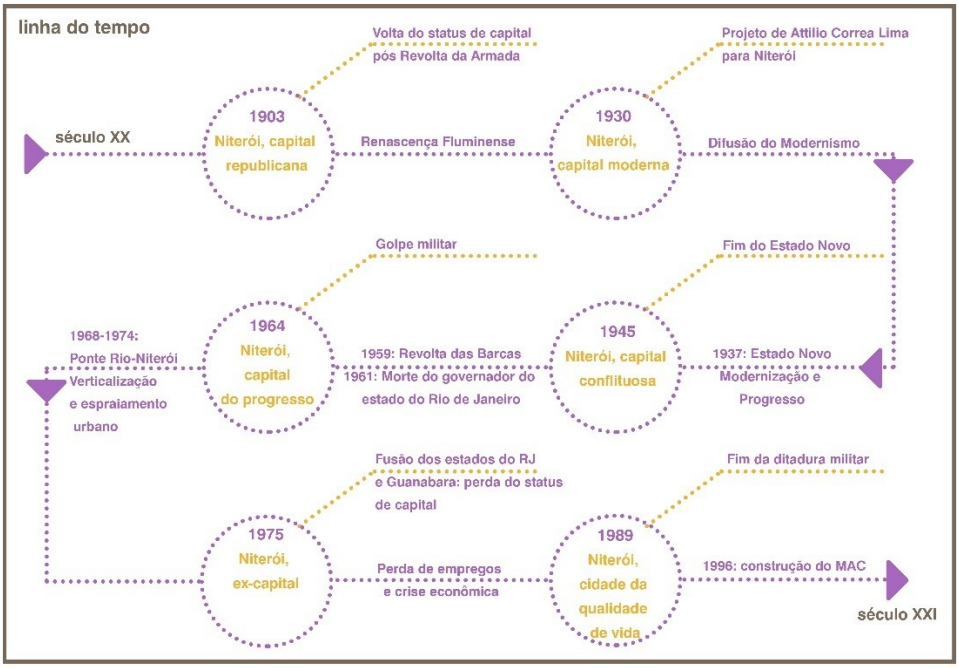


Figura 01: Ilustração esquemática sobre a linha do tempo proposta das imagens mais relevantes de Niterói no século XX. Fonte: elaboração própria, 2021.

A linha do tempo foi a ferramenta metodológica utilizada para estruturar algumas "imagens-síntese" de Niterói no século XX, com base em estudos prévios de documentos institucionais, autores de referência, publicações jornalísticas, entre outros. Essas imagens serviram como insumos para discutir as relações entre o campo material (transformações físicas) e o imaterial (a imagética da cidade) em Niterói, à luz de autores como Kevin Lynch e Giancarlo Cataldi.

Adotou-se a dicotomia "concreto x abstrato" para refletir sobre os aspectos objetivos e subjetivos das transformações urbanas. Esse enfoque teórico permitiu visualizar como as imagens da cidade se consolidaram como referências para seus moradores, determinando os três eixos temáticos adotados: Imagética da Cidade, Morfologia Urbana e História Urbana de Niterói.

Para garantir uma análise temporal coesa, foram consultados acervos como o da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Secretaria Municipal de Urbanismo de Niterói (SMU) e o CDPOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), além de periódicos como O Globo, Correio da Manhã e O Fluminense.

Resultados e Discussão

A partir da discussão proposta por autores como Lefebvre, Marx, Popper, Merleau-Ponty e Cataldi, a pesquisa buscou compreender a correlação entre a

materialidade do espaço urbano e sua imaterialidade, ancorando-se em uma metodologia que explora a dualidade entre o "concreto" e o "abstrato".

A análise parte do conceito de que a paisagem urbana e as formas que a compõem criam imagens que moldam a percepção dos indivíduos. A análise morfológica é central para essa compreensão, especialmente ao explorar as relações entre o homem e o ambiente urbano. Cataldi, um dos principais teóricos utilizados, considera a cidade como um produto das interações entre homem e natureza, mente e realidade. Sua teoria tipo-morfológica é usada como base para o método proposto, que tenta entender a cidade como um "organismo vivo", cujas transformações ocorrem em ciclos que envolvem o espaço material e as imagens, perpassando as fases do projeto e criação.

A cidade é analisada como um espaço que não apenas existe fisicamente, mas que também carrega um imaginário coletivo, construído pela percepção dos seus habitantes e agentes envolvidos no processo urbano. As imagens da cidade são criadas pela fusão dessas duas dimensões, material e simbólica, e refletem a identidade e as intenções daqueles que interagem com o ambiente.

Como resultado dessa análise, foram criados modelos teóricos que são utilizados para compreender a consolidação das imagens propostas como as mais relevantes no período entre 1964 e 1996.

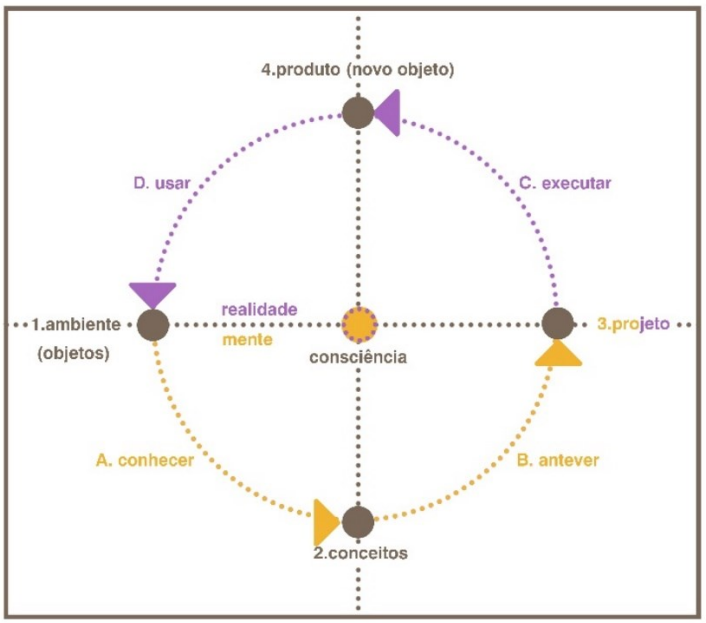


Figura 02: Esquema utilizado para análise das imagens propostas no período entre 1964 e 1996. Adaptado de: CATALDI, 2018, p. 71. Fonte: elaboração própria, 2021.

Conclusões

O método de análise criado para analisar as relações entre as transformações urbanas e a criação de imagens, utilizando a cidade de Niterói como um estudo de caso, se mostrou uma ferramenta relevante e passível de reprodução para outras cidades e

contextos urbanos. A proposta das três imagens se mostrou factível e pertinente com base nas fontes e documentos pesquisados, ainda que possa ser complementada e debatida por pesquisas futuras.

Dessa forma, a dualidade "concreto x abstrato" posiciona a imagem como parte de um ciclo intrínseco à ação humana, adquirindo diferentes escalas à medida que essas imagens são compartilhadas e perpetuadas na evolução dos espaços construídos. Esse processo leva em consideração o caráter contraditório e mutável das imagens urbanas. No caso de Niterói, ficou evidente que, na segunda metade do século XX, as imagens da cidade oscilaram de acordo com seu contexto socioeconômico e político, transitando entre "altos e baixos", o que reflete a dinamicidade e complexidade do imaginário coletivo.

Referências

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Niterói Urbano – a construção do espaço da cidade. In: KNAUSS, Paulo; MARTINS, Ismênia de Lima. *Cidade Múltipla* – Temas de História de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.

CATALDI, Giancarlo. Chapter 5: Towards a General Theory of Urban Morphology: The Type-Morphological Theory. In: OLIVEIRA, Vítor (org.) *Teaching Urban Morphology*. Porto, Portugal: Springer, 2018.

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006 [2000]. Tradução de: *La production de l'espace.* Disponível em: < https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf> Acesso em: 20/12/2021.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1960]. Tradução de: *The Image of the City*.

LYNCH, Kevin. *¿Dé que tiempo es este lugar?* – para una nueva definición de ambiente. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A, 1975 [1972]. Tradução de: *What Time Is This Place?*

MARX, Karl. *O Capital* - Livro I: o processo de produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011 [1867]. Tradução de: *Das Kapital*.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Editora Livraria Martis Fontes, 1999 [1945]. Tradução de: *Phénoménologie de la Perception*.

POPPER, Karl. *Conhecimento Objetivo*: uma abordagem evolucionária. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975 [1972]. Tradução de: *Objective Knowledge: An Evolutionary Approach.*

Agradecimentos

Agradecimentos aos meus orientadores Marlice Azevedo e Guilherme Meirelles, ao programa PPGAU-UFF e aos meus pais e familiares.

O VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE OITOCENTISTA E A CRESCENTE PRESENÇA MÉDICA NO RASTRO DO CAFÉ

Anne Thereza de Almeida Proença[1]

RESUMO: O presente resumo expandido pretende apresentar a presença médica no interior da Província do Rio de Janeiro do século XIX como uma área peculiar de observação histórica, através da qual compreendemos as dinâmicas internas e externas a este grupo profissional. A profissão médica à época não era naturalmente requerida pela população e nem prioridade entre os enfermos. Coube aos clínicos construírem seu espaço naquela sociedade. E isto nos revelou a importância e os modos de construção das redes de contato entre os atores sociais que ali conviviam e faziam do denominado Vale do Paraíba Fluminense um espaço vivo e de aspectos singulares, desenvolvidos a partir de sua influente posição econômica e política no Império brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Médicos; Vale do Paraíba Fluminense; Século XIX.

ABSTRACT: This expanded abstract aims to present the medical presence in the countryside of the Province of Rio de Janeiro in the 19th century as a peculiar area of historical observation, through which we understand the internal and external dynamics of this professional group. At the time, the medical profession was not naturally required by the population nor was it a priority among the sick. It was up to physicians to build their space in that society. And this revealed to us the importance and ways of building contact networks between the social actors who lived there and made the so-called Paraíba Fluminense Valley a living space with unique aspects, developed from its influential economic and political position in the Brazilian empire.

KEYWORDS: Physicians; Paraíba Fluminense Valley; 19th century.

RESUMEN: Este resumen ampliado tiene como objetivo presentar la presencia médica en el interior de la Provincia de Río de Janeiro en el siglo XIX como un área peculiar de observación histórica, a través de la cual comprendemos la dinámica interna y externa de este grupo profesional. En aquella época, la profesión médica no era una exigencia natural de la población ni una prioridad entre los enfermos. Correspondía a los médicos construir su espacio en esa sociedad. Y esto nos reveló la importancia y las formas de construir redes de contacto entre los actores sociales que allí vivieron y que hicieron del llamado Vale do Paraíba Fluminense un espacio vivo con aspectos singulares, desarrollado a partir de su influyente posición económica y política en el Imperio brasileño.

PALABRAS-CLAVES: Médicos; Vale do Paraíba Fluminense; Siglo XIX.

[1] Anne Thereza de Almeida Proença, Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. E-mail: proenca.anne@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Através deste resumo expandido, tenho a difícil tarefa de apresentar brevemente aspectos da presença médica no interior da antiga Província do Rio de Janeiro, que estão reunidos na minha tese de doutorado intitulada *Mande chamar o doutor! A presença dos médicos no Vale do Paraíba Fluminense (1840-1880)*.

Durante a segunda metade do século XIX, o Vale do Paraíba Fluminense se tornou polo de atração de diversos profissionais. E ao aprofundar o olhar sobre os espaços ocupados pelos médicos, conseguimos relacionar o crescimento econômico da região, palco principal da produção de café para exportação, às dinâmicas e etiquetas sociais que deveriam ser compartilhadas pela sociedade local. A partir deste contexto e juntamente com as questões que permeavam a medicina no Brasil oitocentista, compreendemos o que significava ser médico atuante no interior fluminense, como e onde estes médicos atuavam, como construíam suas redes e a importância delas para que alcançassem o sucesso profissional e pessoal.

A presença do médico ganhava cada vez mais espaço na aristocracia rural, porque representava os novos e civilizados hábitos que estariam de acordo com o patamar de destaque que a região alcançou à época. E para compreender melhor a dimensão das estratégias e dos modos de ação escolhidos por estes médicos para se inserirem naquela sociedade, é necessário frisar que sua presença e priorização dos seus métodos de tratamentos não deve ser naturalizada, tal como observamos atualmente, sendo um novo costume a ser incorporado pela população, cujo processo foi encabeçado pela aproximação deste grupo profissional da elite agrária.

O século XIX foi palco do crescimento da influência do discurso médico na sociedade, buscando se consolidar e monopolizar as práticas de cura. E, assim como o grande proprietário era centralizador de toda uma dinâmica social, as fazendas tornaram-se um rico núcleo que disseminava novas formas de pensar e de agir.

MATERIAL E MÉTODOS

Mas quem eram estes médicos? Utilizamos como base desta pesquisa os registros trazidos pelo *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro,* também denominado de *Almanak Laemmert*, de 1844 a 1885. Focamos a análise na seção denominada *Província do Rio de Janeiro,* cujas informações eram enviadas pelos municípios. Coletamos os nomes dos médicos que foram listados nas cidades que compõe a bacia do Rio Paraíba do Sul no interior da Província do Rio de Janeiro e que possuíam características cafeicultoras à época: Barra Mansa, Cantagalo, Paraíba do Sul, Piraí,

Resende, Rio Claro, São Fidélis, São João do Príncipe, Valença e Vassouras; e seus desdobramentos ao longo do recorte temporal definido: Carmo, Santa Maria Madalena, Sapucaia e as Freguesias de Santo Antônio do Paquequer (Magé) e de Nossa Senhora da Conceição do Paquequer (Nova Friburgo).

O próximo passo foi refazer a busca no *Almanak Laemmert* para encontrar as demais atividades que estes profissionais exerciam na localidade. Além disso, utilizamos a listagem construída para realizar a busca nos catálogos online de acervos fluminenses. Entre eles, destacamos a seção de *Autos de Processos Judiciais* do *Serviço de Acervo Textual e Audiovisual e de Pesquisas Históricas* (SEATA) do *Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário do Rio de Janeiro* (CCMJ).

Diante deste levantamento e análise de dados iniciais, optamos pela *prosopografia* (Stone, 2011) como metodologia de análise, o que nos possibilitou a identificação de características semelhantes, permanentes ou transitórias, nas trajetórias destes médicos. Não de forma a "reduzir as condutas a comportamentos-tipo" (Levi, 2002, p. 176), mas de interpretar as ações coletivas e individuais dos personagens, ao mesmo tempo em que "o contexto serve para preencher as lacunas das documentações por meio de comparações com outras pessoas cuja vida apresenta alguma analogia" (Levi, 2002, p. 176). E, com isso, foi possível utilizar também este grupo profissional para visualizar e trabalhar com as dinâmicas sociais, políticas e culturais e as movimentações das redes de relações no Vale do Paraíba Fluminense oitocentista, que influenciava assim como dava sentido às estratégias mais utilizadas para alcançar o sucesso profissional e pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura do médico foi integrada à sociedade do Vale do Paraíba Fluminense como elemento de modernidade. A crescente presença destes profissionais acompanhou o ritmo e expansão das zonas cafeicultoras pelos municípios e suas freguesias. Núcleo das redes de relações das quais os médicos procuravam fazer parte, as famílias com grande prestígio na região influenciavam diretamente nas atividades cotidianas daquela população. E ao recorrer ao médico, dentro de um leque de opções de praticantes de cura incorporados à cultura do interior, os fazendeiros o dotava de credibilidade em suas redes.

Além de agentes sociais, os médicos devem ser vistos como membros de um grupo profissional, que compartilhava uma mesma etiqueta e interesses. Porém, por mais que estivessem inseridos em um amplo movimento que se irradiava das principais instituições médicas do Império brasileiro, os médicos se adaptaram à realidade encontrada no interior fluminense. Afinal, quanto mais aptos estavam a solucionar as demandas mais recorrentes

da população, maior seria a projeção social destes médicos e a possibilidade de alcançar suas expectativas ao se interiorizarem.

Se até então a historiografia enfatizou o papel dos médicos como profissionais liberais, cuja atuação se concentrava nos principais centros urbanos, aprofundamos a presença deles nas áreas rurais. Incorporados às atividades das unidades produtoras de café, eram contratados para lidar diretamente com a manutenção da mão-de-obra cativa, além de serem mais um meio dos cafeicultores demonstrarem seu poderio econômico.

A assistência à saúde passou a ser considerada indispensável para a boa administração das unidades produtoras, o que aproximou ainda mais os médicos do cotidiano familiar da classe senhorial. E, dentro círculo limitado da região, as famílias enriquecidas consideravam os clínicos que já tinham alcançado um padrão de vida estável como bons pretendentes para o casamento com suas filhas. E muitos deles passaram a ser administrador de fazendas que recebiam por dote ou por herança de suas esposas.

Sua nova atividade, assim como ser um membro efetivo de uma influente família do Vale do Paraíba Fluminense, faziam dos médicos aptos e estimulados a concorrer aos cargos políticos em diversas instâncias. Uma vez eleitos, levavam consigo suas próprias aspirações, o discurso e ambições compartilhados entre seu grupo profissional, e os interesses da classe senhorial escravista, a qual passaram a pertencer e representar.

CONCLUSÕES

O saber médico, assim como as ações que os envolviam, não podem ser desvinculados da realidade na qual estavam inseridos. Assim, ao investigar a atuação dos médicos no interior fluminense, suas trajetórias acompanharam a situação da medicina oitocentista ao mesmo tempo em que revelaram as dinâmicas sociais, políticas e econômicas desta região.

A presença dos médicos não só acompanhou a expansão do café por todo Vale do Paraíba Fluminense, mas também a incorporação da ciência no cotidiano da população. Quanto mais os conhecimentos por eles apresentados fossem absorvidos e ressignificado no cotidiano da população, mais o seu trabalho seria requerido por ela.

Portanto, o grupo médico apresenta-se para a historiografia como uma interessante possibilidade de investigação das estruturas sociais, as quais pertenciam ao mesmo tempo em que contribuíam para suas construções. Assim como foram personagens essenciais na construção de um conhecimento específico e na expansão da assistência à saúde no interior da Província do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) (1844-1885). **Província do Rio de Janeiro**. Disponível em Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

LEVI, G. **Usos da biografia**. IN AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PROENÇA, A. T. de A. **Mande chamar o doutor! A presença dos médicos no Vale do Paraíba Fluminense (1840-1880)**. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2022. Disponível em https://ppghcs.coc.fiocruz.br/images/teses/tese_final_anne_thereza_proenca.pdf.

STONE, L. **Prosopografia. Revista de Sociologia e Política**. V. 19, nº 39: 115-137. Jun. 2011. Disponível em http://old.scielo.br/pdf/rsocp/v19n39/a09v19n39.pdf

Agradecimentos

Parte desta pesquisa foi desenvolvida em meio à pandemia de COVID-19, sendo envolvida por incertezas e as adaptações ao chamado *novo normal*, e influenciada pelos sentimentos compartilhados por todos nós, em maior ou menor intensidade, frente a uma grave emergência sanitária.

Por isso, eu agradeço a todos que, direta ou indiretamente, estiveram comigo nesta caminhada: aos meus grandes amigos e à minha família, que seguraram a minha mão nos momentos mais difíceis e que comemoraram comigo todas as conquistas; à minha orientadora, Gisele Sanglard, pelos nossos dez anos de parceria; à equipe do *Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde*, da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, por todo apoio desde que ingressei na instituição; à equipe do SEATA do *Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário do Rio de Janeiro* pela atenção e disponibilidade. As fontes primárias mais relevantes na construção desta pesquisa são provenientes do seu acervo e contribuíram para que eu conquistasse o *Prêmio CNJ Memória do Poder Judiciário 2023*; à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro* (FAPERJ), que, além de me proporcionar o auxílio financeiro necessário para que eu pudesse me dedicar totalmente à esta pesquisa, prorrogou automaticamente as bolsas de seus pesquisadores, cujos trabalhos foram impactados pela pandemia. Esta prorrogação foi essencial para que eu pudesse apresentar um trabalho de qualidade e com importantes contribuições para as temáticas relacionadas à História do Estado do Rio de Janeiro.

AS FORTIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO: ARTEFATOS E HISTORICIDADES

Luiza Silva[1]

Resumo
A proposta da presente comunicação é discutir a história da defesa da cidade do Rio de Janeiro, em termos do investimento financeiro, articulada entre o poder local e o Reino português. A ideia é compreender as seguintes questões: qual é a história das fortificações da cidade do Rio de Janeiro? Qual era o custo da defesa? Quem pagava a conta? Assim, perscrutar a relação entre paisagem de defesa e a compreensão histórica acerca das teorias e das práticas defensivas da cidade do Rio ao longo dos séculos XVI ao XIX, para uma melhor inserção desses artefatos culturais e políticos na dinâmica social contemporânea. O estudo da circulação de conhecimento histórico sobre a paisagem carioca de defesa engloba aspectos centrais de propostas que visam agregar ensino, pesquisa e extensão.
Palavras-chave: Fortificação; Rio de Janeiro; Artefato; Historicidade.

Abstract
The purpose of this communication is to discuss the history of the defense of the city of Rio de Janeiro, in terms of financial investment, articulated between the local government and the Portuguese Kingdom. The idea is to understand the following questions: what is the history of the fortifications of the city of Rio de Janeiro? What was the cost of defense? Who paid the bill? Thus, examine the relationship between the defense landscape and the historical understanding of the defensive theories and practices of the city of Rio throughout the 16th to 19th centuries, for a better insertion of these cultural and political artifacts in contemporary social dynamics. The study of the circulation of historical knowledge about Rio's defense landscape encompasses central aspects of proposals that aim to combine teaching, research and extension.
Keywords: Fortification; Rio de Janeiro; Artifact; Historicity.

Resumen
El objetivo de esta comunicación es discutir la historia de la defensa de la ciudad de Rio de Janeiro, en términos de inversión financiera, articulada entre el gobierno local y el Reino de Portugal. La idea es comprender las siguientes preguntas: ¿cuál es la historia de las fortificaciones de la ciudad de Rio de Janeiro? ¿Cuál fue el costo de la defensa? ¿Quién pagó la cuenta? Así, examinar la relación entre el paisaje de defensa y la comprensión histórica de las teorías y prácticas defensivas de la ciudad de Rio a lo largo de los siglos XVI al XIX, para una mejor inserción de estos artefactos culturales y políticos en las dinámicas sociales contemporáneas. El estudio de la circulación del conocimiento histórico sobre el paisaje de defensa de Rio abarca aspectos centrales de propuestas que buscan combinar enseñanza, investigación y extensión.
Palabras clave: Fortificación; Rio de Janeiro; Artefacto; Historicidad

[1] Luiza Nascimento de Oliveira da Silva. Pós-doutoranda (PPGHIS/UFRJ-FAPERJ). lujonascimento@gmail.com

Introdução

O tema da defesa da cidade do Rio de Janeiro já foi explorado pela via da documentação Camarária ou através de questões concernentes ao urbanismo e à administração da Coroa portuguesa. No meu caso, sem deixar de mencionar esses dois exemplos, o foco sempre foi a percepção simbólica dos desenhos de plantas de fortificação, estes como discursos políticos, ou seja, imagem como texto[2]. A mudança de perspectiva, acontece com um mergulho mais profundo na história econômica. De um modo geral, identificar e compreender a natureza dos gastos (ou despesas) reais e dos gastos simbólicos.

Os gastos reais são aqueles referentes à construção de fortes, fortalezas e fortificações, bem como todo o aporte necessário em ocasião de guerras – armas, munições, soldados, fardas, alimentação, a manutenção de todos esses elementos, e etc. Já os valores destinados às aulas, para o envio e sustento de engenheiros para a cidade, além dos subsídios para os alunos/soldados nas aulas e nas fortificações, são identificados por indiretos ou simbólicos. Tais gastos direcionados às demandas por defesa e para a manutenção da governabilidade da monarquia portuguesa eram de responsabilidade ora da Coroa, ora dos seus colonos que arcavam com o aparato defensivo em troca de mercês régias.

Nesse sentido, como essa pesquisa pode contribuir para uma melhor inserção das paisagens de defesa na percepção histórica da cidade? Através da divulgação das discussões propostas, ao fomentar a circulação de conhecimento histórico sobre a defesa – teoria e prática – da cidade do Rio de Janeiro.

Material e Métodos

O modo como tal pesquisa se configura será explicado a seguir. Bem como, uma breve exposição das principais fontes.

A ideia de compreender a relação entre os desenhos para a defesa (plantas de fortificação), o ensino dessa ciência e a prática político foi o cerne da minha tese de doutorado. Para a pesquisa atual de pós-doutorado, a dinâmica dos gastos e dos recursos envolvidos nessa teia passa a estar no centro da discussão. E, de que forma? Com um novo olhar para fontes já consultadas ao lado de novas fontes. Muitas delas voltadas para a prestação de contas à Coroa portuguesa. Interessante pensar nas redes de sociabilidades forjadas ao longo do século XVIII, em especial. Mas, e o cenário atual da cidade? A inserção

[2] MCKENZIE, Donald Francis. Bibliografia e a Sociologia dos Textos. São Paulo: Edusp, 2018. [1999].

das fortificações na paisagem carioca? Como artefatos políticos e culturais precisam ser compreendidos em sua historicidade. São dotados de historicidade, friso. Os processos para a obtenção dos recursos necessários para a execução da defesa são percebidos como elemento fundamental daquela historicidade.

Em nossas pesquisas, os exames dos desenhos de planta de fortificação, dos tratados de arquitetura militar e da comunicação política – em especial via Conselho Ultramarino – agora estão em diálogo com o objetivo de identificar os processos correlatos entre a teoria e a prática defensiva através de uma sistematização dos dados sobre os recursos financeiros aplicados – em especial via acervos do Arquivo Nacional e Arquivo Militar de Lisboa.

Sendo assim, a documentação central dessa investigação consiste no que se convencionou chamar de "comunicação política" entre o Reino e o ultramar português. Ofícios, pareceres, cartas e demais discursos são cotejados com diferentes espécies de informações acerca das despesas com a defesa da cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII, prioritariamente. As informações acerca das decisões políticas em torno dos custos com o aparato defensivo da praça carioca não se resumem ao montante financeiro real, ou prático, mas os custos com o ensino e envio de engenheiros para o Ultramar também estão inseridos. Além disso, mapas de gastos, ou "Conta da Despesa" são fontes de profícuos desdobramentos.

Por exemplo, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, há uma série documental com o título de "Conta da Despesa, que se fizeram anualmente" referente às Fortalezas de Santa Cruz, São João da Barra, Praia Vermelha, Lage, Vilheganhon, Ilha das Cobras e São Sebastião, dentre outras, do ano de 1790.[3]

Assim, a ideia é desenvolver um estudo comparativo entre dois conjuntos documentais que nos informam sobre a teoria e sobre a prática política em torno da defesa da cidade do Rio de Janeiro. Um primeiro conjunto é composto pela comunicação política entre a Coroa e o Ultramar onde as decisões quanto aos recursos destinadas à defesa do Rio eram discutidas. O outro, formado pelas relações de despesas efetivadas para aquele fim. Merece destaque o acervo do Arquivo Militar de Lisboa, coleção quase esquecida por alguns pesquisadores e que contém documentos fundamentais para a articulação da temática. Exemplo disso é a "Relação da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro", para os anos de 1769 até 1779.[4] O documento é composto da relação das obras,

[3] Real Fazenda. Correspondência com Vice-Reis. Arquivo Nacional. BR RJANRIO D9.CAI.0.486.
[4] Relação da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro (1769-1779). Arquivo Militar de Lisboa. PT/AHM/DIV/2/01/04/05.

munições e mais utensílios fabricados na casa da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro, no âmbito do governo do marquês do Lavradio e contém o número de peças e preços.

Resultados e Discussão

A perspectiva de que a cidade do Rio de Janeiro era o "centro gestor de questões essenciais do Império português na América" foi desenvolvida por Mônica da Silva Ribeiro – ao lado de diferentes pesquisadores[5]. O Rio como a principal cidade da América portuguesa dentro do sistema mercantil imperial, por meio do comércio exterior volumoso (mineração e produção agrícola), era ponto de apoio à Colônia do Sacramento. O crescimento do comércio fica evidente quando se identificam as constantes reformas da Alfândega e o número de armazéns. Interessante que ao longo do século XVIII, até mesmo no final da centúria anterior, a dízima da alfândega fora destinada para os gastos com a defesa da cidade.

Em sua análise, Ribeiro menciona que a dinâmica social, econômica e política do Rio de Janeiro ao longo do século XVIII sofreu importantes transformações, com mudanças na prática governativa. Essas transformações seriam em decorrência de um nova razão de Estado tanto para Reino como para o Ultramar. "A preocupação com uma maior racionalidade administrativa, com um melhor controle econômico e fiscal, e com o desenvolvimento literário e intelectual".[6] Nos interessa, portanto, perceber o quanto tal fato pode ser observado quando da análise das despesas com a defesa da cidade, bem como a partir das alterações com o governo do marquês de Pombal.

Outro ponto interessante na análise de Ribeiro é a noção de que, para além da descoberta de metais preciosos, ainda havia a necessidade da demarcação das fronteiras no Sul do território, o que corrobora a nossa preocupação com os debates em torno do sistema defensivo da região. "A posição da cidade também era privilegiada para a defesa da fronteira meridional, o que contribuía para tornar o Rio de Janeiro uma área ainda mais próspera e importante como centro militar".[7]

[5] RIBEIRO, Mônica da Silva. (2016) 2021. "O Rio De Janeiro Como cabeça Do Centro-Sul Da América Portuguesa, século XVIII: Estratégias políticas E transformações socioeconômicas". Locus: Revista De História 20 (1).
[6] Idem, p. 204.
[7] RIBEIRO, Mônica da Silva. "Se faz preciso misturar o agro com o doce": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 173.

Conclusões

Importa destacar ainda as possibilidades inerentes às contribuições para propostas que fomentem a conservação do patrimônio e o investimento turístico em bens culturais de defesa. Um desenho x e uma prática y de defesa eram permeados por custos, por despesas. O acesso ou não aos recursos implicou em determinados desdobramentos históricos. Quais eram os indivíduos envolvidos? Quais as principais demandas? De lenha à pólvora? Além da articulação das finanças pelos mapas e relações de despesa e receita do começo e do fim do século XVIII, o que possibilita um estudo comparativo. Os artefatos culturais e políticos do passado, possuem uma função (sentidos e significados) hoje, o que implica em futuras propostas de conservação da memória e do patrimônio histórico e cultural.

Referências

Fontes

Real Fazenda. Correspondência com Vice-Reis. Arquivo Nacional. BR RJANRIO D9.CAI.0.486.

Relação da fábrica das armas da fortaleza da Conceição do Rio de Janeiro (1769-1779). Arquivo Militar de Lisboa. PT/AHM/DIV/2/01/04/05.

Livro, artigo e tese

MCKENZIE, Donald Francis. Bibliografia e a Sociologia dos Textos. São Paulo: Edusp, 2018. [1999].

RIBEIRO, Mônica da Silva. (2016) 2021. “O Rio De Janeiro Como cabeça Do Centro-Sul Da América Portuguesa, século XVIII: Estratégias políticas E transformações socioeconômicas”. Locus: Revista De História 20 (1).

____. “Se faz preciso misturar o agro com o doce": a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América portuguesa (1748-1763). Tese de doutorado Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2010.

Agradecimentos

À FAPERJ pelo financiamento da pesquisa.

PARA ALÉM DA FORMALIZAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO HISTÓRICO NA VALORIZAÇÃO DO CAFÉ DA IG DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Gabriel Frazão[1]
Ademário Silva Jr[2]

RESUMO
O trabalho tem como objetivo defender a importância da ciência História na construção e prosseguimento de projetos de indicações geográficas (IGs). Mais do que o cumprimento de uma exigência formal de recolha de documentação, a incorporação de um historiador à equipe do projeto potencializa ações voltadas ao desenvolvimento local sustentável. Para tal, serão apresentados os procedimentos metodológicos desenvolvidos neste ano de 2024 no projeto de obtenção da IG do Café da Região Serrana do Rio de Janeiro. Eles possibilitaram a seleção e o tratamento qualitativo e quantitativo das fontes, o que, por sua vez, demonstrou a relação de longa data da região e de algumas de suas famílias com o café. Por fim, serão indicadas ações que, a partir desses dados, poderão contribuir para o fortalecimento da cultura material e imaterial das unidades produtoras.
Palavras-chaves: história; cafeicultura; desenvolvimento local
ABSTRACT
The aim of this work is to defend the importance of the science of History in the construction and continuation of geographical indications (GIs) projects. More than fulfilling a formal requirement to collect documentation, the incorporation of a historian into the project team enhances actions for sustainable local development. To this end, the methodological procedures developed in this year 2024 in the project to obtain the GI for Coffee in the Região Serrana of Rio de Janeiro will be presented. They enabled the selection of qualitative and quantitative treatment of sources, which, in turn, demonstrated the long-standing relationship of the region and some of its families with coffee. Finally, based on these data, actions that will contribute to strengthening the material and immaterial culture of production units will be considered.
Keywords: history; coffee farming; local development.
RESUMEN
El trabajo tiene como objetivo defender la importancia de la ciencia de la Historia en la construcción y continuación de proyectos de indicaciones geográficas (IG). Más que cumplir con un requisito formal de recopilación de documentación, la incorporación de un historiador al equipo del proyecto potencia las acciones para al desarrollo local sostenible. Para eso, se presentarán los procedimientos metodológicos desarrollados en este año de 2024 en el proyecto para la obtención de la IG del Café en la Região Serrana de Rio de Janeiro. Ellos permitieron la selección y el tratamiento cualitativo y cuantitativo de las fuentes, lo que, a su vez, demostró la relación de larga data de la región y algunas de sus familias con el café. Finalmente, se considerarán acciones que, a partir de estos datos, podrán fortalecer la cultura material e inmaterial de las unidades productivas.
Palabras clave: historia; cultivo de café; desarrollo local

INTRODUÇÃO

A década de 1990 presenciou o surgimento dos marcos regulatórios responsáveis pelo Desenvolvimento das Indicações Geografias (IGs). No Brasil a Lei nº 9279, de 14 de maio de 1996, regulamenta direitos e obrigações sobre propriedade intelectual e

[1] Gabriel Almeida Frazão. Instituto Federal Fluminense. gabrielalmeidafrazao@gmail.com;
[2] Ademário Iris da Silva Jr. Instituto Federal do Rio de Janeiro. ademario.junior@ifrj.edu.br

estabelece o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) como responsável pelas indicações.[3] Esse órgão, por sua vez, adverte aos executores desse tipo de projeto sobre a exigência da apresentação de documentos que comprovem a notoriedade do produto no Requerimento de Indicações Geográficas.[4] As orientações em vigor tornam esse levantamento uma etapa importante para a comprovação da história local da produção do gênero ao qual a indicação geográfica se refere. Contudo, defende-se aqui que se os proponentes dessas indicações se ativerem apenas a esse procedimento, eles perderão outras contribuições da ciência histórica no desenvolvimento de outras ações voltadas à valorização dos patrimônios materiais e imateriais regionais. Entende-se, então, como Maiorki e Dallabrida que o estabelecimento da IG não deveria ser visto pelos atores locais como o final do trajeto, mas, sim, como o início de uma longa caminhada que envolve a construção de parcerias com diversas instituições e agentes para o estabelecimento do desenvolvimento local sustentável.[5]

Diante do exposto, as páginas que seguem apresentarão o trabalho histórico desenvolvido nesse ano de 2024 no projeto de obtenção da Indicação Geográfica do Café da Região Serrana do Rio de Janeiro[6]. Em um primeiro momento, serão abordadas a documentação e a metodologia utilizadas para o tratamento desse material. Em seguida, os resultados – ainda inconclusos – e as reflexões preliminares, que demonstram a ligação de longa data da região e de algumas famílias com o café. Por fim, serão indicadas algumas ações que, a partir desses dados, poderão ser desenvolvidas na região e que contribuirão para o fortalecimento da cultura material e imaterial das famílias produtoras.

MATERIAIS E MÉTODOS

O levantamento histórico realizado no projeto da IG da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro se baseia no entrecruzamento de duas metodologias: a qualitativa e a quantitativa.[7] Neste texto, ela foi utilizada na análise das seguintes fontes históricas: os Censos Agropecuários brasileiros (1920 a 2017), disponíveis no site do Instituto

---

[3] REIS, Lívia Liberato de Matos. **Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. SALVADOR, 2015.

[4] BRASIL, Ministério da Economia. PORTARIA/INPI/PR Nº 04, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Disponível no site: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/legislacao-ig/PORT_INPI_PR_04_2022.pdf Ver também o Manual de Indicações Geográficas. Disponível no site: https://manualdeig.inpi.gov.br/projects/manual-de-indicacoes-geograficas/wiki/07_01_Requerente_Nacional#7110-Outros-documentos. Acesso em: 11/09/2024

[5] MAIORKI, Giovani José e DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015.

[6] Projeto iniciado em 2022 sob a coordenação do Professor Ademário Silva Jr com o apoio da Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

[7] DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos.** Campinas: Papirus, 2001.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Almanak Laemmert, periódico fluminense da segunda metade do século XIX, que está depositado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.[8]

A partir dos Censos foi possível a construção de uma análise serial que objetiva demonstrar a importância do café nos municípios da IG ao longo do tempo, são eles: Bom Jardim, Duas Barras, Teresópolis, Trajano de Morais e São José do Vale do Rio Preto. O mesmo procedimento também foi feito por meio do Almanak, onde há uma listagem com os principais fazendeiros do estado do Rio de Janeiro. Contudo, mais do que a contagem dos cafeicultores, o exame desse jornal permite o desenvolvimento de um trabalho mais qualitativo, qual seja: a localização dos ascendentes de algumas famílias produtoras e, em alguns casos, a tecnologia empregada na produção da época.

RESULTADOS

Os resultados, ainda preliminares, dos procedimentos descritos no item anterior se encontram nas duas tabelas a seguir:

Tabela 1: Fazendeiros de Café de São José do Ribeirão (Bom Jardim) (1860)

Nome	Maquinário ou Benfeitoria
João Dutra da Silveira	Engenho de pilões e terreiro de pedra
João Herthal	Engenho de pilões
João José Malta	
Jorge Leubak	
José de Castro e Souza	
José Monerat	Engenho de pilões
Manoel Ferreira da Rocha	

Fonte: elaborada pelos autores com base no Almanak Laemmert

Tabela 2: Produção de café na área da IG Serrana (1920-1917)

Ano	Estabelecimentos de café	Estabelecimentos rurais	Porcentagem
Bom Jardim			
1920	471	527	89,37%
1940	615	742	82,88%
1960	859	1070	80,28%
1970	333	1131	29,44%
1975	326	1149	28,37%
1980	355	1160	30,60%
2006	6	x	x
2017	50	251	19,92%
Duas Barras			
1920	272	329	82,67%
1940	280	391	71,61%
1960	241	321	75,08%
1970	154	603	25,54%
1975	125	646	19,35%
1980	98	549	17,85%
2006	9	x	x

[8]MACHADO, Marina Monteiro. “Almanak Laemmert”. In: MOTTA, Márcia e GUIMARÃES, Elione (ORG.) **Propriedades e disputas**. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, p. 159-162.

2017	18	104	17,31%
Teresópolis			
1920	8	382	2,09%
1940	27	1121	2,41%
1960	1	2313	0,04%
1970	35	1752	2,00%
1975	30	1347	2,23%
1980	24	1659	1,45%
2006	x	x	x
2017	1	169	0,59%
Trajano de Morais			
1920	x	x	x
1940	291	584	49,83%
1960	264	636	41,51%
1970	111	648	17,13%
1975	121	652	18,56%
1980	243	1235	19,68%
2006	x	x	x
2017	14	489	2,86%
São José do Vale do Rio Preto			
2017	3	192	1,56%

Fonte: elaborada pelos autores com base nos Censos Agropecuários - IBGE

DISCUSSÃO.

A Tabela 1 é apenas um fragmento da produção original construída a partir do exame da edição de 1860 do Almanaque Laemmert. Nesse recorte, é possível observar informações sobre o nome dos cafeicultores e os maquinários e/ou benfeitorias existentes em suas propriedades, em uma das regiões que deram origem ao atual município de Bom Jardim. Esses dados são importantes não somente para demonstrar a presença da cafeicultura nesse território e a tecnologia de beneficiamento utilizada nas fazendas, mas também por permitir a reconstrução da trajetória de algumas famílias que até hoje estão ligadas ao cultivo de café. Sobrenomes tradicionais desse ramo estão presentes na listagem acima, como os (H)Erthal, que, apesar de possuírem informações sobre seus ascendentes, não detinham conhecimento desse tipo de material. Logo, a divulgação da tabela completa para outros produtores atuais pode auxiliá-los na elaboração de ações que agreguem ainda mais valor ao seu produto, seja por meio de visitas guiadas a propriedades, o que favorece o turismo rural, e/ou de outras formas de comunicação com o consumidor final.

Os dados da tabela 2 demonstram que a presença do cultivo de café na grande maioria dos municípios da IG da Região Serrana do Rio de Janeiro se deu desde as duas primeiras décadas do século passado. Com exceção de São José do Vale do Rio Preto, onde a produção cafeeira é listada em 2017, nota-se que esse grão está presente na área de abrangência do projeto há mais de 100 anos. Deve-se destacar também que em Bom Jardim e Duas Barras, o café ainda ocupa quase 20% dos estabelecimentos rurais, o que

ratifica a observação da paisagem desses municípios repletos de cafezais. Ademais, o fato de Teresópolis, cuja temperatura no inverno pode chegar próximo a 0ºC, estar envolvida nessa produção desde 1920 é um dado menos conhecido do público geral e mesmo da historiografia regional.

CONCLUSÕES

A ciência histórica tem muito a contribuir no desenvolvimento dos projetos de IGs. Por meio dela, os agentes envolvidos na construção e execução das propostas podem ter acesso a informações relevantes na comprovação da notoriedade do produto junto ao INPI. Contudo, o cumprimento dessa etapa do trabalho é apenas um elemento inicial do trabalho do historiador. Ao longo das páginas acima, apresentou-se, ainda que resumidamente, dados que demonstram o potencial de uma análise qualitativa sobre documentos que ajudariam a reconstruir a trajetória das famílias junto ao cultivo do café. Esse procedimento é importante para o desenvolvimento de ações de preservação e de valorização dos patrimônios culturais que tenham como protagonistas as comunidades locais. O turismo rural se apresenta, assim, como uma enorme possibilidade nessas propriedades e como uma das bases para o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos.** Campinas: Papirus, 2001.

MACHADO, Marina Monteiro. "Almanak Laemmert". In: MOTTA, Márcia e GUIMARÃES, Elione (ORG.) **Propriedades e disputas**. Guarapuava: Unicentro; Niterói: EDUFF, p. 159-162.

MAIORKI, Giovani José e DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, jan./jun. 2015.

REIS, Lívia Liberato de Matos. **Indicação Geográfica no Brasil: determinantes, limites e possibilidades.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. SALVADOR, 2015.

Agradecimentos

Associação de Cafeicultores do Estado do Rio de Janeiro (ASCARJ); Empresa de Assistência Técnica do Estado do Rio de Janeiro (EMATER-RIO); Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO-RIO); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); Governo do Estado do Rio de Janeiro; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Instituto Federal do Estado do Rio de Janeiro (IFRJ); Instituto Federal Fluminense (IFF); Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado do Rio de Janeiro (SENAR-RIO).

A BELLE ÉPOQUE SUBURBANA: EXPERIÊNCIAS DA MODERNIDADE NO SUBÚRBIO CARIOCA ATRAVÉS DE PERÍODICOS (1902-1922)

Vitor de Almeida[1]

Resumo: A presente pesquisa propõe observar as experiências da modernidade do início do século XX em relação ao subúrbio do Rio de Janeiro, especificamente entre os anos de 1902 e 1922. Para alcançarmos tal objetivo, abordaremos duas perspectivas, ao utilizarmos como fontes jornais e revistas: a perspectiva da grande imprensa carioca e da imprensa local suburbana. Debateremos como eram representados o subúrbio nestas fontes e os parâmetros do que chamamos de *belle époque* suburbana. O recorte temporal estabelece o início da chamada Grande Reforma Urbana de Rodrigues Alves e Francisco Pereira Passos, encerrando no ano da Semana de Arte Moderna, em 1922. Desta forma, buscamos contribuir para um olhar alternativo relacionado às transformações urbanas da cidade no período, assim como observar tais impactos em outras localidades da então capital federal.

Palavras-chave: Subúrbio; Modernidade; Belle Époque; Rio de Janeiro; Imprensa.

Abstract: This research proposes to observe the experiences of modernity at the beginning of the 20th century in relation to the suburbs of Rio de Janeiro, specifically between the years 1902 and 1922. To achieve this objective, we will approach two perspectives, using newspaper and magazine as sources: perspective of the major Rio press and the suburban local press. We will discuss how suburbia was represented in these sources and the parameters of what we call suburban belle époque. The time frame establishes the beginning of the so-called Great Urban Reform by Rodrigues Alves and Francisco Pereira Passos, ending in the year of the Modern Art Week, in 1922. In this way, we seek to contribute to an alternative look related to the urban transformations of the city in the period, thus how to observe such impacts in other locations in the then federal capital.

Keywords: Suburbs; Modernity; Belle Époque; Rio de Janeiro; Press.

Resumen: Esta investigación propone observar las experiencias de la modernidad a principios del siglo XX en relación con los suburbios de Río de Janeiro, específicamente entre los años 1902 y 1922. Para lograr este objetivo, abordaremos dos perspectivas, utilizando periódicos y revistas como fuentes: perspectiva de la gran prensa carioca y de la prensa local del suburbio. Discutiremos cómo se representaron los suburbios en estas fuentes y los parámetros de lo que llamamos belle époque suburbana. El marco temporal establece el inicio de la llamada Gran Reforma Urbana de Rodrigues Alves y Francisco Pereira Passos, finalizando en el año de la Semana de Arte Moderno, en 1922. De esta manera, buscamos contribuir a una mirada alternativa relacionada con la transformaciones urbanas de la ciudad en el período, así cómo observar tales impactos en otras localidades de la entonces capital federal.

Palabras clave: Suburbios; Modernidad; Bella Época; Río de Janeiro; Prensa.

[1] Vitor Guilherme Gonçalves Bispo de Almeida é doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Social do Território da UERJ/FFP na linha de pesquisa Território, Identidades e Representações. Essa pesquisa é desenvolvida sob fomento da Faperj. Email: vitor.historia88@gmail.com.

Introdução

O presente estudo tem por objetivo analisar as formas de representação e apropriação da modernidade, suas formas e símbolos ocorridas no subúrbio do Rio de Janeiro entre os anos de 1902 e 1922, considerando os impactos materiais e imateriais da Grande Reforma Urbana ocorrida na então capital federal, assim como o estabelecimento de novas abordagens de costumes e sociabilidades que se estabeleceram. Tal proposta tem como finalidade promover uma perspectiva de produção do espaço urbano do Rio de Janeiro, sob propriedade e dinâmica estabelecida nos bairros suburbanos cariocas. Serão utilizados, para isso, periódicos, especificamente jornais e revistas. Dividimos entre dois polos de análise para efeitos de comparação em suas narrativas: de um lado, as grandes revistas ilustradas publicadas na cidade; de outro, a imprensa suburbana, com seus jornais e revistas, que publicizavam temas pertinentes às localidades do subúrbio, assim como exaltavam a identidade social local e comparavam as potencialidades suburbanas com o que ocorria nas áreas mais abastadas.

Material e Métodos

Para a proposta aqui apresentada, será utilizado uma pesquisa documental qualitativa das fontes selecionadas entre revistas ilustradas de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro e jornais e revistas da imprensa suburbana, em sua maioria disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Como amparo analítico para observar as transformações demográficas da cidade, utilizaremos também os censos de 1906 e 1920, disponíveis no site do IBGE.

Separamos em dois polos representativos: a) importantes revistas ilustradas, tais como, inicialmente, as seguintes: *Fon Fon, Careta, O Malho, Tagarela, Revista da Semana* e *O Tico Tico*; b) jornais e revistas publicados no subúrbio carioca, tais como *O Suburbano, Echo Suburbano, Tribuna Suburbana, O Subúrbio, Gazeta Suburbana, Revista Suburbana* (1906, 1918 e 1922).

No material relativo às revistas ilustradas, serão analisados ilustrações, fotografias e textos que abordem as transformações materiais e imateriais ocorridas no subúrbio, bem como sua representação a respeito desta zona da cidade. Sobre a imprensa local, foco principal será nos editoriais, que buscam mostrar o "progresso" que se dava nos bairros suburbanos, bem como em colunas sociais, culturais e de queixas relativas às reivindicações pelos melhoramentos.

Resultados e Discussão

Com base em levantamentos preliminares das fontes analisadas até o momento, tendo em vista que a presente pesquisa de doutorado se encontra em andamento, constatamos que, com o crescimento demográfico suburbano e a expansão urbana para a região rural do Distrito Federal chegou a um ponto em que 1) não pôde ser negligenciada pelos grandes veículos de comunicação da cidade, entre eles as revistas ilustradas, que representavam essas áreas que transitavam do rural para o urbano sob ilustrações, textos e fotografias, e b) viu na constituição de uma imprensa local a forma de se conectar com as transformações pelas quais passava a cidade, assim como construir plataformas de reivindicação por melhoramentos e exaltação de suas emergentes expressões sociais e culturais.

Destacamos que, em 1906, a população da cidade do Rio de Janeiro era de 811.443 habitantes, sendo 185.687 o número de habitantes da zona suburbana – 22,9% do total. O subúrbio teve um aumento populacional de cerca de 50%, frente aos 55% relativos ao total da cidade[2]. A capital chega ao ano de 1920 com 1.157.873 habitantes, segundo o censo demográfico do ano. Entre 1906 e 1920, esse número representou um salto de 42,7% em sua população total, enquanto as zonas suburbanas - que no censo de 1920 eram formadas pelas freguesias de Inhaúma, Irajá, Guaratiba, Santa Cruz, Campo Grande e Ilhas (do Governador e Paquetá) - somavam 380.160 habitantes[3]. Tais dados mostram que, no período que separa as duas pesquisas censitárias, no subúrbio passou a residir quase 33% da população da cidade e que sua população cresceu em 104%.

Trabalhamos com um arcabouço teórico pautado em três conceitos centrais: subúrbio carioca, modernidade e representação. Desta forma, nossa discussão inicia ao sob a perspectiva de Nelson da Nóbrega Fernandes (2011), que rompe com a tríade "subúrbios-trens-proleátios" ao mostrar que, para além da ferrovia, outros agentes atuaram para a produção espacial. São eles: agentes imobiliários particulares; linhas de bondes; a chegada de grandes e pequenas indústrias que se instalaram na região; o crescimento dos comércios locais e a consequente lógica de consumo; a própria ação da população e de agentes públicos e privados. Nesse sentido, cada um desses agentes possui "suas lógicas e necessidades [que] excedem em muito as variáveis trens-subúrbios-

---

[2] IBGE. **Recenseamento do Districto Federal:** realizado em 20 de setembro de 1906. Disponível em: ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv49678.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

[3] IBGE, **Recenseamento de 1920:** 4º Censo geral da população do Brazil, 1º da Agricultura e das Indústrias e 11º da população da cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

proletários que moldam a imaginação e o pensamento sobre o subúrbio carioca" (Fernandes, 2011; p. 9).

A modernidade, segundo Jacques Le Goff (2013), é um dos três pilares do moderno, quando, durante a segunda metade do século XIX, este se apresenta na esfera do "progresso", representando o "novo". Segundo Le Goff, a modernidade é uma "ideologia do inacabado, da dúvida, e da crítica", sendo também "impulso para criação, ruptura declarada com todas as ideologias e teorias da imitação, cuja base é a referência ao antigo e a tendência ao academismo" (LE GOFF, 2013; p. 182). Diante desse impulso, "a consciência da modernidade nasce do sentimento de ruptura com o passado" (LE GOFF, 2013; p. 162).

Para entendermos a função das representações através de ilustrações, imagens e textos dispostos nos periódicos analisados, Serge Moscovici (2007) nos auxilia ao mostrar que as representações possuem duas funções: convencional e prescritiva. Desta forma,

> Elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele. (...) [Também] são prescritivas, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado (MOSCOVICI; p. 34-36).

Desta forma, como resultado parcial, verificamos que os impactos da modernidade sobre a cidade do Rio de Janeiro proporcionaram no subúrbio carioca o que chamamos de "moderno suburbano", representado nos periódicos ora com suas deficiências, ora com potencialidades que se apropriaram dos símbolos e estruturas modernas.

Conclusões

A Grande Reforma Urbana (AZEVEDO, 2016) impulsionou, na então capital federal, novas dinâmicas sociais e culturais. Observamos no subúrbio carioca formas de expressão e posicionamento da região e da identidade social suburbana diante das profundas mudanças na dinâmica da nova cidade que surgia no alvorecer o século XX. Os periódicos – revistas ilustradas e a imprensa suburbana – representam em suas ilustrações, imagens e textos dois polos de exposição das experiências suburbanas na modernidade, criando ambiente para levantarmos as análises sobre uma *belle époque* suburbana.

Referências

AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro*: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as Ideias de Civilização e Progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; Mauad X, 2016.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*: Rio de Janeiro 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

IBGE. *Recenseamento do Districto Federal*, 20 de novembro de 1906. IBGE, Disponível em https://ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv49678.pdf.

IBGE. *Recenseamento de 1920*. 4º Censo geral da população do Brazil, lº da Agricultura e das Industrias e 11° da população da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal). Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 7ª ed., 2013.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*: investigações em psicologia social. Petrópolis: Ed. Vozes, 5ª ed., 2007.

Agradecimentos

À Universidade Estadual do Rio de Janeiro, em especial ao Programa de Pós-graduação em História Social, por propiciar acesso ao universo da pesquisa científica no campo da História Urbana e dos Territórios, campo historiográfico que pretendo seguir como meio de vida e de desenvolvimento pessoal. Ao professor Mauro Amoroso pela paciência, disponibilidade e parceria, assim como à professora Márcia Cavalcanti, co-orientadora, que foi minha professora na graduação e me ensinou as bases da pesquisa acadêmica e proporcionou meus primeiros passos nos estudos suburbanos ao me admitir como voluntário no Centro de Memória da Universidade Gama Filho.

RENDA BÁSICA MARICAENSE:
PERCURSO HISTÓRICO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Jimmy Medeiros[1]

Rodrigo Quintanilha[2]

Patrick Linhares[3]

Gabriel Vencionek[4]

RESUMO

As políticas de transferência de renda não contributivas, focalizadas e com exigência de condicionalidades ganharam centralidade no sistema de proteção social brasileiro, sobretudo, desde a criação do Programa Bolsa Família. De forma complementar, o sistema de proteção social passou a contar com uma inovação municipal: políticas de transferência de renda por meio de moedas sociais digitais com uso restrito ao município, sendo emitidas por bancos comunitários de desenvolvimento local. Esta inovação ganhou destaque com a política Renda Básica Maricaense, iniciada em 2013 com outro nome e desenho e atualmente existem oito casos no estado do Rio de Janeiro. O presente trabalho aborda a percepção de integrantes do poder legislativo estadual e federal mensurada por meio de um survey on-line, em 2024, que possibilitou identificar que esta política é valorizada pelos entrevistados, acreditam que funcione mais para combater a pobreza e a experiência de Maricá é bem conhecida.

PALAVRAS-CHAVE: Renda Básica; Survey; Poder Legislativo; Transferência de renda

ABSTRACT

Non-contributory and focused on poor people cash transfer with conditionalities have gained centrality in the brazilian's social protection system, especially since the creation of the Bolsa Família Program. In a complementary way, the social protection system now relies on a municipal innovation: income transfer policies through digital social currencies with use restricted to the municipality, being issued by community local development banks. This innovation gained prominence with the Maricaense Basic Income policy, initiated in 2013 with a different name and design and there are currently eight cases in the state of Rio de Janeiro. The present work addresses the perception of members of the state and federal legislative power measured through an online survey, in 2024, which made it possible to identify that this policy is valued by the interviewees, they believe that it works more to combat poverty and the experience of Maricá is well known.

KEYWORDS: Basic Income; Survey; Legislative Power; Income transfer

RESUMEN

Las políticas no contributivas y focalizadas de transferencia de ingresos que requieren condicionalidades han ganado centralidad en el sistema de protección social brasileño,

[1] Jimmy Medeiros, Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC, jimmy.medeiros@fgv.br..

[2] Rodrigo Quintanilha de Souza, Universidade Federal Fluminense, rodrigoqs@id.uff.br.

[3] Patrick Linhares Dias, Universidade Federal Fluminense, patricklinhares@id.uff.br.

[4] Gabriel da Silva Vencionek, Universidade Federal Fluminense, gabrielvencionek@id.uff.br.

especialmente desde la creación del Programa Bolsa Família. De manera complementaria, el sistema de protección social ahora se apoya en una innovación municipal: políticas de transferencia de ingresos a través de monedas sociales digitales de uso restringido al municipio, emitidas por bancos comunitarios de desarrollo local. Esta innovación ganó protagonismo con la política de Renta Básica Maricaense, iniciada en 2013 con otro nombre y diseño y actualmente hay ocho casos en el estado de Río de Janeiro. El presente trabajo aborda la percepción de los miembros del poder legislativo estatal y federal medida a través de una encuesta en línea, en el año 2024, la cual permitió identificar que esta política es valorada por los entrevistados, creen que funciona más para combatir la pobreza y la La experiencia de Maricá es bien conocida.
PALABRAS CLAVE: Renta Básica; Encuesta; Poder Legislativo; Transferencia de ingresos

INTRODUÇÃO

O sistema de seguridade social brasileiro é composto pela saúde, previdência social e a assistência social. Enquanto os dois primeiros pilares sofrem, sistematicamente, tensões e restrições para a oferta dos seus serviços e benefícios à população, desde a promulgação da Constituição de 1988, a Assistência Social foi sendo ampliada e recebendo mais importância (FAGNANI, 2017).

As políticas de transferência de renda não contributivas, focalizadas e com exigência de condicionalidades ganharam centralidade no sistema de proteção social, sobretudo, com a criação do Programa Bolsa Família (PBF) (2003 a 2021) (TEIXEIRA, 2010), assim como manteve essa força com o Auxílio Brasil, em 2022, e a retomada do PBF, em 2023. Por exemplo, Lavinas (2013) chama atenção para a ampliação da cobertura dos mecanismos desse campo no Brasil, especialmente, com o PBF.

Por uma perspectiva histórica, as iniciativas de transferência de renda também têm tido destaque em âmbito municipal. Afinal, nos anos 1990, os programas de garantia de renda mínima implementados, principalmente, no interior do estado de São Paulo representaram inovações institucionais para a assistência social do país e auxiliaram na construção deste campo (DRAIBE, FONSECA, MONTALI, 1998).

Já na última década, é possível verificar a criação de novos mecanismos municipais de transferência de renda no campo da assistência social. Desta vez, algumas políticas têm sido denominadas como política de Renda Básica de Cidadania, em conformidade com a Lei nº10.835/2004. Adicionalmente, outra inovação é o benefício ser transferido em moeda social local, emitida por bancos comunitários municipais. Agora, esta inovação combina diretamente os objetivos de reduzir a pobreza do município com promover o desenvolvimento econômico da cidade ao aquecer a

demanda por produtos e serviços na localidade, dado que o consumo se dá apenas em estabelecimentos da cidade cadastrados junto ao banco comunitário.

Na atualidade, existem oito políticas municipais com base nesta combinação de transferência de renda em moeda social local no estado do Rio de Janeiro. A primeira foi implementada em Maricá, em 2013. Esta iniciativa foi fundamental para a disseminação de experiências similares em outros municípios da região, dado que seus resultados despertaram grande interesse da mídia Medeiros (2023) e da academia que buscam avaliar seus resultados, conforme Waltenberg e Katz (2023), Gama (2023) e Medeiros e Pires (2021). Nos outros municípios, a implantação foi mais recente: Niterói, Cabo Frio e Itaboraí, em 2021; Saquarema e Iguaba Grande, em 2022; Campos dos Goytacazes e Macaé, em 2024.

Assim, o presente trabalho busca contribuir com uma reflexão, segundo a perspectiva do poder Legislativo estadual e federal, a respeito dessas políticas municipais de transferência de renda com base em moedas sociais locais, emitidas por bancos comunitários municipais.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho a ser apresentado fará uso dos dados quantitativos produzidos por meio de um survey on-line no âmbito da pesquisa de pós-doutorado na Faculdade de Economia da UFF. Portanto, a análise será conduzida de forma descritiva, conciliando os dados quantitativos com a teoria a respeito do tema.

O survey on-line, realizado em 2024, teve todo o trabalho de campo conduzido pelos autores deste trabalho e foram obtidas 26 entrevistas que permitem estabelecer alguns apontamentos gerais sobre a temática. As perguntas acima, bem como as opções de resposta indicadas permitem conhecer melhor sobre os dados a serem apresentados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em consonância ao exposto, o objetivo principal do trabalho é analisar as percepções dos atuais deputados estaduais do Rio de Janeiro, bem como dos deputados federais e senadores sobre a Política de Renda Básica municipal, atrelada ao uso de moedas sociais locais emitidas por bancos comunitários municipais nestas políticas de transferência de renda.

No Brasil, a Renda Básica Universal é Lei Federal[5] desde 2004 e deveria ter sido implementada por lei complementar em 2005, todavia, predominou a modalidade

[5] Lei nº 10.835/2004.

focalizada, como o Programa Bolsa Família. Em 2023, a nova legislação permitiu que o benefício seja pago em moeda social local, como na política de Maricá e Niterói.

De forma resumida, o survey identificou que todos os entrevistados consideram importante, independente da gradação - seja muito importante (23%) ou pouco importante (77%) - de o estado do Rio de Janeiro ter política de transferência de renda por meio de moedas sociais (gráfico 1).

Ao mesmo tempo, há a concepção de que a principal contribuição que este tipo de política pública proporciona para o município é a redução da pobreza (62%), como o Bolsa Família. Mas podemos chamar atenção para os 15% de menções para Desenvolvimento social e a mesma quantidade de menções de Desenvolvimento econômico (gráfico 2).

Gráfico 1 - Grau de importância de no estado do Rio de Janeiro ter política de transferência de renda por meio de moedas sociais (%)

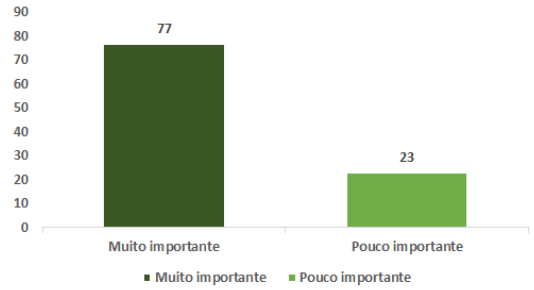
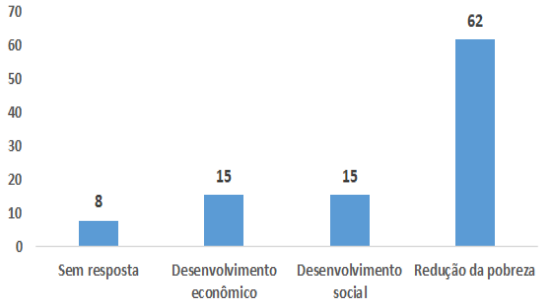


Gráfico 2 - Principal contribuição que este tipo de política pública proporciona para o município (%)

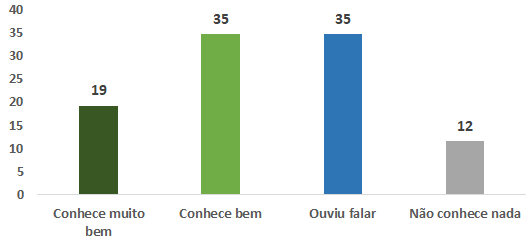


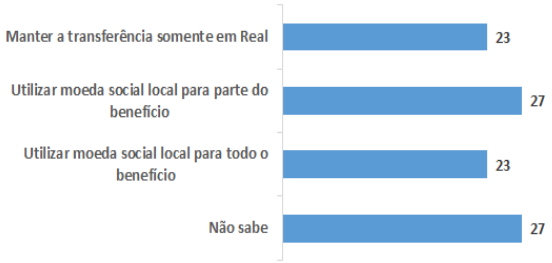
Adicionalmente, grande parte dos entrevistados conhecem a política de renda básica maricaense (gráfico 3), se considerarmos os que conhecem muito bem (19%), conhece bem (35%) e ao menos ouviu falar (35%). Só 12% não a conhecem.

Por outro lado, o uso de moeda social digital local não tem grande aceitação, dado que somente 23% apontam o seu uso para todo o benefício (gráfico 4). De forma complementar, 23% recusam esse uso e outros 27% indicam seu uso de forma parcial.

Gráfico 3 - Grau de conhecimento da política de Renda Básica maricaense (%)

Gráfico 4 - Posição sobre o uso de moedas sociais locais emitidas por Bancos Comunitários para pagamento do benefício do PBF (%)





CONCLUSÕES

O presente trabalho se vale de dados inéditos para contribuir com o adensamento da reflexão sobre as políticas municipais de transferência de renda com uso de moedas sociais locais. Estas iniciativas podem contribuir para mudanças no PBF ao passar a utilizar essas moedas como parte do pagamento dos benefícios, em vez do uso do Real Brasileiro.

Ao final, o trabalho busca refletir sobre aspectos relevantes para o campo e subsidiar estratégias para os agentes atuantes pela sua implementação. A análise vai abordar o posicionamento do entrevistado quanto à redistribuição de renda e à redução da desigualdade, como a caracterização do perfil ideológico do partido em que o deputado/senador está filiado, assim como o cargo que ocupa e o conhecimento da experiência maricaense, por exemplo, para estabelecer clivagens comparativas das variáveis mencionadas.

REFERÊNCIAS

DRAIBE, Sônia; FONSECA, Ana Maria; MONTALI, Lilia. Programas de Renda Mínima para Famílias Carentes: Levantamento das Experiências e Metodologias de Avaliação. In: IPEA. LOBATO, Ana Lucia (org.). Garantia de Renda Mínima: Ensaios e Propostas. Brasília, IPEA, 1998.

FAGNANI, E. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 308, jun. 2017.

GAMA, ANDREA. We Take Mumbucas: Charting the Complementary Currency that's Transforming a Brazilian City, 2023.

LAVINAS, Lena. 21st Century Welfare. New Left Review, n° 85, 2013.

MEDEIROS, J. Renda básica na mídia: uma síntese analítica da cobertura midiática brasileira entre 2017-2020. Revista Lugar Comum, nº 66, 34-61, 2023.

MEDEIROS, J., PIRES, Y. T. Exemplo de Maricá: características e limitações de experiências de renda básica no Brasil In: Estudos maricaense: o município de Maricá em debate / organização Instituto Municipal de Informação e Pesquisa Darcy Ribeiro (IDR), Maricá, RJ: Editora Instituto Darcy Ribeiro, 2021.

WALTENBERG, F.; KATZ, P. (Organizadores). Renda básica e economia solidária: o exemplo de Maricá. São Paulo: Cortez, 2023.

FINANCIAMENTO DA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL FLUMINENSE E TRANSFERÊNCIA DO DIREITO DE CONSTRUIR (TDC): DESAFIOS PARA SUA VIABILIDADE

Edmar Augusto Santos de Araujo Junior[1]

RESUMO
Esta pesquisa discute os desafios sobre a viabilidade de aplicação dos instrumentos urbanísticos de recuperação de mais-valias fundiárias, previstos pelos Planos Diretores municipais, especificamente a Transferência do Direito de Construir (TDC), para financiar a conservação de imóveis tombados pelo Instituto do patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro (INEPAC). O mapeamento desses imóveis presentes em municípios fluminenses será feito à luz da análise da política urbana de cada município que conta com um bem sob a tutela do tombamento estadual. A metodologia adota os critérios sobre a elegibilidade de imóveis à TDC discutidos por Araujo (2019), cruzando os dados sobre tombamento estadual com os dados sobre regulamentação dos instrumentos da política urbana nesses municípios. Como resultado, identificaremos os municípios em que é viável destinar recursos municipais para financiar bens tutelados pelo estado do Rio de Janeiro, representando uma estratégia de desenvolvimento econômico sob o prisma do patrimônio cultural fluminense.
PALAVRAS-CHAVE: Instrumentos da política urbana; Transferência do Direito de Construir (TDC); Patrimônio cultural edificado; Financiamento da Conservação; Tombamento estadual do Rio de Janeiro.

ABSTRACT
This research discusses the challenges facing the feasibility of applying the urban planning instruments for recovering land capital gains provided for in municipal Master Plans, specifically the Transfer of the Right to Build (TDC), to finance the conservation of properties listed by the Rio de Janeiro State Cultural Heritage Institute (INEPAC). The mapping of these properties in Rio de Janeiro's municipalities will be carried out in the light of an analysis of the urban policy of each municipality that has a property under state heritage protection. The methodology adopts the criteria on the eligibility of properties for TDC discussed by Araujo (2019), cross-referencing data on state listing with data on the regulation of urban policy instruments in these municipalities. As a result, we will identify the municipalities in which it is feasible to allocate municipal resources to finance properties protected by the state of Rio de Janeiro, representing an economic development strategy from the perspective of Rio de Janeiro's cultural heritage.
KEYWORDS: *Urban policy instruments; Transfer of the Right to Build (TDC); Built cultural heritage; Financing Conservation; Listed buildings of the State of Rio de Janeiro.*

RESUMEN
Esta investigación discute los desafíos que enfrenta la viabilidad de la aplicación de los instrumentos urbanísticos de recuperación de plusvalías del suelo previstos en los Planes Directores municipales, específicamente la Transferencia del Derecho de Edificación (TDC), para financiar la conservación de los inmuebles catalogados por el Instituto del Patrimonio Cultural del Estado de Río de Janeiro (INEPAC). El mapeo de estos bienes

[1] Pesquisador de Pós-doutorado do IPPUR / UFRJ no LEDUB /. E-mail: araujoedmar1@gmail.com

en los municipios de Río de Janeiro se realizará a la luz de un análisis de la política urbana de cada municipio que tenga un bien bajo protección patrimonial estatal. La metodología adopta los criterios sobre la elegibilidad de los inmuebles para el TDC discutidos por Araujo (2019), cruzando datos sobre el listado estatal con datos sobre la regulación de los instrumentos de política urbana en estos municipios. Como resultado, identificaremos los municipios en los que es factible destinar recursos municipales a la financiación de inmuebles protegidos por el estado de Río de Janeiro, representando una estrategia de desarrollo económico desde la perspectiva del patrimonio cultural fluminense.
PALABRAS CLAVE: *Instrumentos de política urbana; Transferencia del Derecho a Construir (TDC); Patrimonio cultural construido; Financiación de la conservación; Listado del Estado de Río de Janeiro.*

INTRODUÇÃO

O escopo deste trabalho consiste em analisar os instrumentos da política urbana brasileira aplicados ao financiamento da conservação do patrimônio cultural edificado tombado pelo Instituto estadual do patrimônio cultural do Rio de Janeiro, o INEPAC. Nesta pesquisa, analisaremos, por meio de cartografias, a territorialidade do estoque de bens do patrimônio cultural edificado fluminense, relacionando-o às políticas urbanas municipais postas no ordenamento jurídico brasileiro.

Nosso objetivo consiste em investigar a viabilidade de utilização dos recursos levantados pelos instrumentos urbanísticos de recuperação de mais-valias fundiárias previstos pelos Planos Diretores municipais do estado do Rio de Janeiro, especificamente, a Transferência do Direito de Construir (TDC) com a finalidade de financiar a conservação do patrimônio cultural edificado fluminense.

Neste sentido, torna-se importante localizarmos esses imóveis tutelados pelo tombamento estadual que estão espalhados por diversos municípios do estado do Rio de Janeiro para avaliarmos o contexto específico municipal da política urbana, no que tange à regulamentação municipal do instrumento com esta finalidade.

As políticas urbanas são de responsabilidade municipal e a gestão do estoque do tombamento estadual de imóveis é de responsabilidade do INEPAC. Relacionar os instrumentos da política urbana municipal à gestão de bens territoriais comuns sob a tutela estadual consiste em um grande desafio, tanto para o meio acadêmico, quanto para a administração pública. A análise da viabilidade de utilização dos recursos levantados pela TDC, em prol do estoque patrimonial fluminense, pode ser de grande valia para uma articulação regional de políticas urbanas pela administração estadual do Rio de Janeiro.

Nosso estudo se concentrará na TDC, pois é este instrumento que se articula diretamente com a preservação patrimonial e ambiental. A primeira experiência de utilização da TDC, no Brasil, foi empreendida na Prefeitura de São Bernardo, em 1974,

com a venda dos direitos de construir para a criação de áreas verdes, justificando a manutenção de um terreno de interesse ambiental em uma área de expansão do tecido urbano.

A TDC decorre do conceito de Solo Criado que surge ao permitir a cobrança municipal pela edificabilidade adicional em uma localidade (comumente chamada de zona receptiva), que é outorgado por um coeficiente básico de construção de uma zona cedente, associada também ao pagamento do imposto predial. A Carta de Embu, de 1976, consiste no principal marco regulatório dos dispositivos jurídicos necessários para a instituição do solo criado, permitindo o desenvolvimento de outros instrumentos urbanísticos para efetivo funcionamento da TDC: o coeficiente de aproveitamento único e a proporcionalidade entre áreas construídas e áreas de uso público (Azevedo Netto *et al*, 1977).

Com a aprovação do Estatuto da Cidade (EC), Lei Federal 10257/2001, ratifica-se que o direito de construir acima do coeficiente básico requer uma contrapartida que o beneficiário prestará, cabendo aos Planos Diretores municipais defini-la. No artigo 35 do EC, a TDC é definida como uma 'faculdade concedida ao proprietário para que exerça em outro local ou aliene, o direito de construir básico restringido, quando o imóvel for necessário para as seguintes finalidades':

- Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- Preservação por interesse histórico, cultural, ambiental, paisagístico ou social;
- Regularização fundiária, urbanização e habitação de interesse social.

O terreno urbano pode ser objeto da TDC com base em duas finalidades específicas, vinculadas necessariamente a um interesse público:

a) para a aquisição de terrenos de forma alternativa, mais ágil e com menos custos do que a desapropriação para a realização de obras públicas, tais como: duplicação de uma via, construção de um equipamento social, regularização fundiária, urbanização de favelas e construções de moradias popular em terrenos privados ocupados por terceiros, desde que os terrenos já não sejam passíveis de aquisição por usucapião;

b) como mecanismo compensatório à restrição urbanística do direito básico de construir, em caráter excepcional, que comprometa o conteúdo econômico da propriedade e a capacidade de manutenção e conservação do imóvel, dado o interesse público em preservá-lo. Essa vertente, atrelada à OODC, aplica-se à preservação de imóveis por interesse histórico, cultural, ambiental, social ou paisagístico.

Em um momento em que é comemorado os 50 anos desde a primeira implementação da TDC, buscamos avaliar como o instrumento, passados mais de 23 anos

após a aprovação do EC em 2001, pode contribuir com as políticas de financiamento da conservação do patrimônio cultural tombado pelo Estado do Rio de Janeiro.

MATERIAL E MÉTODOS

Com o intuito de mapear o estoque do patrimônio cultural edificado fluminense utilizaremos as bases de dados cartográficos e estatísticos do INEPC e o Armazém de Dados do Instituto municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) e cruzá-los com os dados da política urbana municipal em que cada bem se situa no território. Esses dados da política urbana municipal são a legislação urbanística, os Planos Diretores municipais e as leis complementares que regulamentam os instrumentos urbanísticos.

Como a regulamentação da TDC vem acompanhada da regulamentação de outros instrumentos e parâmetros, tais como os coeficientes de aproveitamento do solo (básico, mínimo e máximo) e a Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC), o método empregado nesta pesquisa busca monitorar tais instrumentos nos municípios que contam com bens territoriais do patrimônio cultural fluminense. Esse material permite identificar os limites e possibilidades do levantamento de recursos, via TDC, para financiar a conservação e requalificação do ambiente cultural e histórico, a partir da tutela estadual.

A metodologia estrutura-se a partir de duas fontes principais: a revisão da literatura especializada na aplicação da TDC com a finalidade de preservação do patrimônio cultural pelos municípios brasileiros e as análises descritivas e cartográficas da legislação urbanística de municípios fluminenses que contam com imóveis tombados pelo INEPAC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Espera-se que como resultados, a pesquisa possa contribuir com as discussões sobre a implementação de políticas públicas para a conservação do patrimônio cultural fluminense, analisando os desafios, as desvirtudes e as potencialidades de aplicação da TDC sobre o estoque de bens tombados pelo INEPAC. Acreditamos que os resultados dessa pesquisa são de suma importância para a economia fluminense e para os órgãos de patrimônio cultural municipais do estado do Rio de Janeiro.

Um exemplo de como este tema está destaque consiste na recém sancionado Projeto de Lei Complementar Nº 142-A/2023 de autoria do poder executivo municipal do Rio de Janeiro para instituir uma Operação Urbana Consorciada (OUC) do Estádio de São Januário, cuja fachada é tombada pelo município do Rio de Janeiro e considerado Patrimônio cultural e histórico fluminense. Este projeto estabelece diretrizes urbanísticas

para a área de abrangência delimitada na operação, permitindo a TDC, para viabilizar financeiramente a reforma do referido estádio e seu entorno, consistindo em objeto de estudo de caso preliminar.

CONCLUSÕES

Os principais resultados obtidos parcialmente e as discussões lançadas nesta pesquisa convergem para uma avaliação neste aniversário de 50 anos da TDC no Brasil, tendo como recorte territorial de análise os municípios do estado do Rio de Janeiro que contam com imóveis tombados ou de valores reconhecidos pelo INEPAC. A compreensão dos princípios e fundamentos dos instrumentos decorrentes do instituto do Solo Criado, no qual a TDC está intimamente relacionada, também favorece uma avaliação sobre a OODC nestes municípios selecionados em nosso recorte territorial.

Além da capacidade desses instrumentos atuarem em prol da conservação patrimonial, a TDC e a OODC podem favorecer uma diminuição das diferenças de preços imobiliários intraurbanos e levantar recursos urbanísticos baseados em potencial construtivos a serem usados para diminuir a margem intraurbana do preço do solo nos municípios fluminenses.

REFERÊNCIAS

ARAUJO JR, E. A. S. **Transferência do Direito de Construir e Patrimônio Cultural Edificado Carioca: limites e possibilidades**. Letra Capital Editora, Rio de Janeiro, 2024.

AZEVEDO NETTO, D. O solo criado. C. J. Arquitetura, **Revista de Arquitetura, planejamento e construção**, FC Editora, São Paulo, n. 19, pp 9 – 11, 1977.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA / CEPAM. **Carta de Embu**. Documento Síntese do Seminário Aspectos Jurídicos do Solo Criado, Embu, SP, 1976.

FURTADO, Fernanda. **Transferência do Direito de Construir: Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação**. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Brasília: Ministério das Cidades, 2018.

RIBEIRO, Luís César de Queiroz. O Solo Criado como Instrumento da Reforma Urbana. **Revista de Administração Municipal**, vol.39, n°203, p.36-47, 1992.

Agradecimentos

Agradeço especialmente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ao Instituto de Pesquisa e Política Urbana e Regional (IPPUR), ao Laboratório de Estudos das Transformações do Direito Urbanístico Brasileiro (LEDUB) e à FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

TERRAS DEVOLUTAS E INSTITUIÇÕES FUNDIÁRIAS FLUMINENSES (1890–2020): UMA HISTÓRIA DE DESCONTINUIDADES

Álvaro Mendes Ferreira
Historiador / Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj)
Pesquisador Associado ao INTC Proprietas
alvarofigueiro@yahoo.com.br

Resumo. Tratamos sobre as instituições do Estado do Rio de Janeiro que tentaram identificar terras devolutas desde fins do século XIX. Constatamos grande descontinuidade administrativa, o que impediu a consolidação dum campo profissional específico. Concluímos que, menos que ineficiência burocrática, como proporiam os autores neoinstitucionalistas, as vicissitudes das instituições fundiárias fluminenses estiveram muito mais atreladas a uma contradição entre projetos dentro do âmbito das elites: o controle do território pelo Estado e os interesses dos latifundiários, cujo meio privilegiado de apropriação da terra é a violência. O propósito último da discussão é contribuir para a construção dum modelo sócio-histórico totalizante da dinâmica fundiária no Rio de Janeiro dos séculos XX e XXI.
Palavras-chaves: Terras devolutas; neoinstitucionalismo; história fundiária.

Abstract: This paper discusses the institutions in the state of Rio de Janeiro that have been involved in finding public lands since the end of the 19th century. There have been great administrative gaps between the institutions, which prevented the emergence of a competent professional field. We conclude that, less than just bureaucratic inefficiency, as neo-institutionalist authors would surmise, Rio de Janeiro's land institutions were much more hampered by a structural contradiction: territorial control by the state and unchecked land grabbing by the big landowners. The ultimate aim of the discussion is to build a comprehensive socio-historical model of land dynamics in Rio de Janeiro in the 20th and 21st centuries.
Keywords: Public lands; neoinstitucionalism; land tenure history.

Resumen: Analizamos las instituciones del Estado de Río de Janeiro que, desde finales del siglo XIX, han buscado tierras públicas. Entre esas instituciones ha habido grandes lagunas administrativas, lo que impidió el surgimiento de un campo profesional competente. Concluimos que, menos que por la ineficiencia burocrática, como supondrían los autores neoinstitucionalistas, las instituciones fundiarias de Río de Janeiro se vieron mucho más obstaculizadas por una contradicción estructural: el deseo de control territorial por parte del Estado y el acaparamiento de tierras irrestrito por parte de los latifundiarios. El objetivo final del debate es construir un modelo sociohistórico completo de la dinámica de la tierra en Río de Janeiro en los siglos XX y XXI.
Palabras-llaves: Tierras públicas; neoinstitucionalismo; historia fundiaria.

Introdução. Nossa comunicação discute as instituições públicas do Estado do Rio de Janeiro que, desde fins do século XIX, se dedicaram, em maior ou menor grau, à identificação de terras devolutas. Por limitações de espaço, neste resumo esboçaremos apenas os percursos principais da pesquisa, a elaborar. Embora o conceito "terra devoluta" tenha envolvido certa

polissemia[1], seu cerne semântico é um imóvel dominial que nunca esteve legitimamente em mãos privadas ou, se esteve, sofreu interrupção na cadeia sucessória, revertendo ao Estado. A problemática justifica-se por uma série de motivos: *1)* as terras devolutas como fundamento dos títulos fundiários, uma vez que o direito implantando na Colônia pressupunha todo o território brasileiro como pertencente à Coroa portuguesa, presunção passada à Coroa imperial e, com a República, aos Estados-membros; *2)* muitos órgãos de controle fundiário, criados para diversos propósitos (colonização, tributação, regularização, reforma agrária etc.), elencaram a identificação das terras devolutas entre seus objetivos; *3)* a deficiência de estudos sobre a história da burocracia fluminense, sobretudo por viés historiográfico e não apenas jurídico; *4)* a persistência da questão das terras devolutas em conflitos fundiários hodiernos (Parati); e *5)* a necessidade de maior reflexão sobre as políticas fundiárias fluminenses para uma gestão mais realista e eficiente, inclusive no que extrapola as terras devolutas.

Como temos feito noutros trabalhos, procuramos manter diálogo crítico com autores neoinstitucionalistas, entre os quais Douglass North e Hernando del Soto. A nosso ver, essa corrente interpretativa, embora reconheça importantes fatores para a análise, tende a inverter a ordem causal para explicar a (in)eficiência das instituições, desenfatizando relações sociais estruturantes, sobretudo conflitos de classe (ou de frações de classe). A perspectiva teórica pode ser suplementada por autores da Nova História da Propriedade, como Rosa Congost, ou por autores neoinstitucionalistas mais recentes, como Maureen Brady.

Material e métodos. A identificação das instituições fez-se a partir da pesquisa na literatura secundária, em periódicos e arquivos. Encontramos sete instituições fluminenses que tiveram a identificação das terras devolutas entre seus objetivos: *1)* Comissão da Carta Corográfica (1894–1898); *2)* Comissão de Viação Ordinária e Terras Devolutas (1912–1917); *3)* Instituto Fluminense de Fomento e Economia Agrícola (1926–1930); *4)* Departamento de Domínio (c. de 1930 até c. de 1959); *5)* Departamento Geográfico (1946–1970); *6)* Plano de Colonização e Aproveitamento de Terras Devolutas e Próprias do Estado (1959–1964, mais conhecido como Plano de Ação Agrária); e *7)* Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (desde 1983), sucessor da Comissão de Assuntos Fundiários e da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários.

Nossos principais interesses são entender: *1)* onde se presumiam as terras devolutas (interesse ligado diretamente à nossa prática profissional); *2)* quais os usos pretendidos para as

[1] PETRONE, 1975, p. 383; ZENHA, 1952, p. 434.

terras devolutas; *3)* quais as técnicas empregadas para a identificação e demarcação; *4*) quais as dificuldades encontradas; e *5)* se haveria continuidade entre as diversas instituições.

Analisamos a legislação, estatutos, relatórios governamentais e documentos burocráticos. Os dados de natureza serial (p. ex., menções a localidades possuidoras de devolutos e sua extensão) foram submetidos a tabulamento. Em virtude da grande dispersão documental, mesmo nos arquivos oficiais, complementamos a pesquisa com notícias em periódicos e processos administrativos. A própria lacuna documental, conforme veremos na próxima seção, é sócio-historicamente significativa.

Resultados e discussão. Conforme o uso pretendido para os devolutos, os órgãos poderiam ser agrupados em três fases: *1)* 1891 até meados da década de 1950 – colonização, nacional ou estrangeira, por venda subsidiada de lotes de agricultura familiar; *2)* meados da década de 1950 até o Golpe de 1964 – colonização nacional subordinada a projeto de reforma agrária mais amplo; *3)* meados da década de 1980 até começos da década de 2000 – resolução de conflitos fundiários alternativa à desapropriação.

Como regra, os órgãos tiveram brevíssima existência, careciam de recursos financeiros e humanos, não produziram resultados concretos e, pior ainda, os estudos preliminares se perdiam, impedindo o aperfeiçoamento das metodologias de pesquisa fundiária. Quando, porventura, sobreviviam mais que uns poucos anos, a identificação dos devolutos era logo abandonada em prol doutras tarefas tidas como mais prementes. A pluralidade de órgãos encarregados com o patrimônio estadual – persistente até hoje – tampouco favorecia clareza sobre competências. Entre fins da década de 1940 até meados da de 1950, concorriam na discriminação de devolutos o Departamento Geográfico (órgão cartográfico-fundiário) e o Departamento de Domínio (órgão patrimonial-cadastral).[2]

Alguns exemplos concretos ilustrarão problemas para a consolidação institucional. Criada em 1912, a Comissão de Viação Ordinária e Terras Devolutas tinha, como aponta o próprio nome, duas tarefas bastantes díspares, "a discriminação tantas vezes tentada das terras devolutas do Estado; e a remodelação da rede de viação ordinária".[3] Apesar de a parte viária pressupor trabalhos topográficos em campo, a discriminação dos devolutos limitou-se ao gabinete e, mesmo isso, só a levantamentos de sesmarias no Arquivo Nacional. Em 1916, a comissão era extinta por não ter obtido "nenhum resultado prático" nem "compensações que

[2] Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) – *Mensagem à Assembléia Legislativa pelo Governador Ernâni do Amaral Peixoto*, 1954, p. 180.
[3] Aperj – *Relatório Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado do Rio de Janeiro Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho pelo Secretário Geral Dr. Horácio Magalhães Gomes*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio: 1913, p. 111.

ao Estado deveriam advir das despesas realizadas com a exploração das terras devolutas"[4] – demonstração não só de ignorância das problemáticas metodológicas, mas também de imediatismo político como se tamanho levantamento se pudesse fazer, ainda mais nas condições técnicas de então, em poucos anos. A Comissão não deixará sequer o legado dos estudos preliminares (como, p. ex., um fichário das sesmarias). De fato, rarissimamente os órgãos legaram materiais arquivísticos de qualquer natureza, mesmo os do dia-a-dia burocrático. Os ofícios do Plano de Ação Agrária, marco na política fundiária fluminense e mesmo brasileira, só se conservaram, em parte, porque foram recolhidos pelo seu diretor como arquivo pessoal.[5] Talvez o caso mais dramático de perda documental seja o do Departamento Geográfico. Responsável também pela elaboração da primeira carta corográfica estadual triangulada, o Departamento Geográfico empregou o sistema Trimetrogon, o estado-da-arte em aerofotografia em fins da década de 1940.[6] Embora a carta tenha sido concluída, todas as 2.500 chapas aerofotográficas desapareceram. Essas aerofotografias permitiriam hoje – fora outros documentos do Departamento – constatar impactos ambientais, mudanças nos usos do solo, presença de assentamentos, em suma auxiliar inúmeros trabalhos técnicos atinentes a questões ecológicas, fundiárias, urbanas e rurais.

A descontinuidade institucional sempre dificultou estimativas globais das terras devolutas – quando muito, havia indícios regionais. Em começos do século XX, nos municípios do Norte Fluminense (Campos, Santa Maria Madalena, Macaé, São Francisco de Paula), a Comissão de Viação Ordinária e Terras Devolutas estimou haver 20.000 alqueires geométricos de devolutos (96.800 hectares), cerca de 2,2% do território estadual. Por outro lado, em começos da década de 1950, admitiram-se como infladas as estimativas para Sodrelândia, distrito de Trajano de Morais, onde o Governo pretendia instalar núcleo colonial. A área presumida de 1.500 alqueires geométricos (6.720 hectares) reduzia-se a um décimo "quando devidamente apurada pelos competentes levantamentos".[7] A única região consistentemente apontada como possuidora de terras devolutas é Parati, sem dúvida por conta da reversão do município a uma economia de subsistência após a perda da sua função de entreposto comercial a partir da segunda metade do século XIX. Ainda assim, as informações sempre foram imprecisas e as duas ações discriminatórias promovidas no Estado nunca chegaram a termo.

---

[4] Aperj – *Relatório Apresentado ao Presidente do Estado Exmo. Sr. Dr. Nilo Peçanha pelo Secretário Geral José Matoso Maia Forte, 1915-1916*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1917, p. 203.

[5] Esse material coligido por Irênio de Matos e explorado na dissertação de mestrado por Mário Grynszpan viria a se extraviar, mas foi recentemente reencontrado. Cf. GRYNSZPAN, 1987.

[6] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Boletim Geográfico*, set. de 1948, ano VI, Nº 66, p. 640.

[7] Aperj – *Mensagem à Assembléia Legislativa apresentada pelo governador Miguel Couto Filho por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956*, p. 122.

Conclusões. O fracasso sucessivo, parcial ou integral, das instituições que pretendiam identificar as terras devolutas do Estado do Rio de Janeiro pode ser entendido menos como problema de "má" gestão, conforme gostariam certos neoinstitucionalistas, do que como o resultado do conflito de interesses entre elites. Se, por um lado, o Estado, como instrumento de dominação social (usualmente em prol das elites), precisa desenvolver mecanismos universais de controle burocrático, inclusive os fundiários, parte das elites teme que tais mecanismos venham a restringir a forma privilegiada de reprodução do acesso à terra: a grilagem, o esbulho e a violência. Assim a ineficiência dos órgãos estudados reflete a contradição entre formas modernas (ou capitalistas) de dominação totalizante como projeto de classe por um lado e, por outro, formas pré-modernas (ou pré-capitalistas) de dominação sobre a terra como projeto de fração de classe. Com as atuais tecnologias (bancos de dados digitais, sensoriamento remoto, digitalização dos arquivos etc.), a identificação das terras devolutas é bastante factível do ponto de vista meramente *operacional*, mas isso exigiria mudar os rumos da política fundiária fluminense, baseada numa ótica ora assistencialista, ora episódica, ora mesmo eleitoreira.

Referências

BRADY, Maureen E. "The Forgotten History of Metes and Bounds". *The Yale Law Journal*, Yale, v. 128, N.º 872, 2019, pp. 872-953.

CONGOST, Rosa. *Tierras, Leyes, Historia*: estudios sobre "la gran obra de la propriedade". Barcelona: Crítica, 2007.

_____; GELMAN, Jorge; SANTOS, Rui. Property Rights in Land: issues in social, economic and global history. Londres: Routledge, 2017.

FERREIRA, Álvaro Mendes. Comissão da Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro (1894-1898): os limites da técnica e das instituições. In: *IX Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica e IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2022, São Paulo, 2022, v. 9. p. 28-34.

_____. Expulsões e Resistência em Parati (1960-2020): repertórios de conflitos fundiários. *Anais Eletrônicos do IV Encontro Nacional GT História e Marxismo*: textos completos de comunicações. João Pessoa, 2022 pp. 54-68.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964*). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.

NORTH, Douglass C. *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PETRONE, Maria Teresa Schorer. "Terras Devolutas. Posses e Sesmarias no Vale do Paraíba Paulista em 1854". *Revista de História*, Nº 103, v. LII, jul.-set. de 1975, pp. 375-399.

SOTO, Hernando de. *The Mystery of Capital*: why capitalism triumphs in the West and fails everywhere else. Nova York: Basic Books, 2000.

ZENHA, Edmundo. "Terras Devolutas – a Lei Nº 601, de 1850". *Revista de Direito Administrativo*, v. 28, 1952 pp. 432-446.

A CONSOLIDAÇÃO ATRAVÉS DAS DISPUTAS PELAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA FAVELA

Miguel Bustamante Fernandes Nazareth[1]

RESUMO

Neste trabalho, vamos conhecer algumas das principais representações sociais das favelas cariocas que foram difundidas ao longo da história da consolidação. As significações da palavra foram e são disputadas por diferentes grupos sociais que disseminam imaginários divergentes para o futuro da cidade. Nesse contexto, a consolidação se apresenta como um desafio do presente, na medida em que envolve as lutas pelo reconhecimento da diversidade de ontologias da cidade.

Palavras-chave: Favela; Consolidação; Rio de Janeiro

ABSTRACT

In this paper, we will learn some of the main social representations of Rio's favelas that were spread throughout the history of consolidation. The meanings of the word were and are disputed by different social groups that disseminate divergent imaginaries for the future of the city. In this context, consolidation can be understood as a challenge of the present, as it involves struggles for the recognition of the city's diversity of ontologies.

Key-words: Favela; Consolidation; Rio de Janeiro

RESUMEN

En este trabajo conoceremos algunas de las principales representaciones sociales de las favelas de Río que se difundieron a lo largo de la historia de consolidación. Los significados de la palabra fueron y son disputados por diferentes grupos sociales que difunden imaginarios divergentes sobre el futuro de la ciudad. En este contexto, la consolidación se presenta como un desafío del presente, ya que implica luchas por el reconocimiento de la diversidade de ontologías de la ciudad.

Palabras clave: Favela; Consolidación; Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

A favela surge como fenômeno social nominado na década de 1920 e os discurso hegemônicos eram de oposição entre favela e cidade. Mais de cem anos depois, hoje é praticamente impossível representar a cidade do Rio de Janeiro sem as favelas. Elas apareceram nos filmes promocionais para a Copa do Mundo de 2014, na cerimônia de abertura das Olimpíadas de 2016 e até mesmo o Rock in Rio possui um Espaço Favela.

Quando as favelas surgem no cenário carioca elas são reconhecidas pelos poderes públicos como uma parte da cidade que é atrasada e anti-higiênica, um problema que deve ser solucionado (Valladares, 2005). As favelas não faziam parte do modelo de cidade ideal que era imaginado pelas elites do Rio de Janeiro. Elas não eram sequer entendidas como parte dos

[1] Miguel Bustamante Fernandes Nazareth, Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF), mgbustamante@gmail.com.

processos da cidade, mas sim como resíduos que seriam extintos com o avanço da urbanização. Depois de muitos anos de lutas coletivas, elas passaram a ser incluídas nos projetos de cidade, ainda que de forma controversa (Abreu, 1994). Mas, de que forma elas são incluídas? Como as favelas se inserem nos imaginários da cidade?

Acredito que seja conveniente repensar a consolidação a partir dos deslocamentos históricos das representações da favela. É evidente que a imagem das favelas se transformou de forma radical ao longo deste processo que conduziu o seu reconhecimento oficial como parte da cidade carioca. No entanto, a depender dos significados que a favela assume, suas possibilidades de futuro na cidade são reduzidas, pois ela é esvaziada de sua ontologia. Entender a favela somente como resultado da segregação urbana, por exemplo, significa imaginar um objeto de intervenção inventado em benefício da cidade (Almeida, 2016). O futuro da favela em si não está em questão, pois ela é apropriada como ferramenta de governança da cidade. Com isso, surge uma oportunidade para repensar a consolidação das favelas para além da inclusão no planejamento urbano e da materialidade das construções. No campo do simbólico, a consolidação continua sendo uma questão do presente (Cavalcanti, 2009), na medida que envolve a luta pelo reconhecimento da favela para além da noção de ausência (Silva *et al*, 2020). As formas de apropriação da favela são conflituosas e evidenciam disputas nos projetos para as favelas e para a cidade. E é no imaginário da cidade que se constroem as ações que definem o seu futuro.

MATERIAL E MÉTODOS

A palavra favela surge atrelada a uma localidade específica que representa, de forma geral, as relações de alteridade no projeto republicano para a capital do país. Existem representações fundamentais que criam a base para a disseminação dos mitos da favela como símbolo da presença do outro na cidade. Mas, de acordo com os diferentes contextos históricos e com as estratégias de diversos grupos sociais, a favela assume múltiplas representações (Zylberberg, 1992). Desta forma, podemos utilizar algumas das expressões veiculadas por certos grupos sociais como referências para situar ideias e práticas que convergem em propostas para a cidade. Estas representações da favela são compreendidas como perspectivas abertas que informam múltiplos olhares, mas que possuem raízes comuns no compartilhamento de vivências dentro de determinadas coletividades. Em conjunto, elas são evidências de que o processo de consolidação envolve, desde sua origem, a disputa por outros imaginários de cidade para o Rio de Janeiro.

As categorias espaciais compartilhadas em uma sociedade surgem no contexto de nomear significações que movimentam a apropriação do espaço. Elas nos permitem transpor significados e interpretar o espaço ininteligível situando referências compartilhadas como linguagem (Garcia, 1976). A casa e a rua, por exemplo, podem ser entendidas como categorias de análise que situam a dinâmica entre significações de público e privado (Da Matta, 1980; Vogel; Mello, 1980). É a relação metafórica que distingue essas duas esferas da apropriação marcantes em nossa sociedade. Desta forma, a favela pode ser investigada como um fenômeno da apropriação do espaço urbano carioca, o que pode trazer luz às influências que a consolidação das favelas tem na construção de suas significações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base em autores que estudaram o processo de desenvolvimento das favelas (Valladares, 2005; Gonçalves, 2013), podemos dividi-lo em três períodos que apresentam conformações distintas das disputas em torno de suas significações. O primeiro período começa no final da década de 1920, com conclusão da substantivação da palavra, e se encerra na promulgação do Código de Obras de 1937. Ele é caracterizado pela disseminação de discursos nas mídias hegemônicas que identificam a favela como uma patologia da cidade e buscam estabelecer diretrizes de controle social para promover a imagem do Rio de Janeiro moderno. Por outro lado, enquanto as classes dominantes enxergam as favelas como ocupações autônomas ou parasitárias que não se relacionam com o processo de urbanização da cidade, também circulam na cidade representações dos morros como berço da cultura popular (Oliveira; Marcier, 2000; Jacques, 2000). Neste período, as bases das disputas simbólicas em torno das significações da favela foram colocadas principalmente no confronto entre os termos favela e morro. Todavia, o Morro da Favella é uma das importantes referências no universo cultural dos morros cariocas.

A partir do Código de Obras de 1937, peça que condena definitivamente as favelas como ocupações ilegais (Gonçalves, 2013), os embates ganham novos contornos. As favelas passam a ser ferramenta de governança da cidade do Rio de Janeiro, apontando territórios que devem ser erradicados e populações que precisam ser realocadas. Iniciam-se, portanto, grandes batalhas pela permanência das favelas, que envolvem também a disseminação de outras representações sociais do fenômeno que perpassam as identidades do trabalhador, da população negra ou da comunidade, esta última como uma coletividade carente em abstrato. Ainda, no contexto mundial da Guerra Fria e nacional de ditadura militar, grupos conservadores disseminam representações que assumem todos os movimentos populares como subversivos.

A cassação do Partido Comunista e a infiltração de alguns de seus membros em certas organizações de favela contribuíram para que elas passassem a ser reconhecidas como ocupações subversivas, justificando uma política de erradicação violenta. Por um lado, este período foi marcado pelas remoções truculentas e criminosas e pelo acirramento da violência política aos movimentos de favela. Por outro lado, a favela se fortaleceu através de lutas urbanas relacionadas com outras ontologias da cidade e, pela primeira vez, sua identidade foi utilizada para compor uma organização supralocal.

A abertura democrática e o redirecionamento de agências multilaterais, que passaram a financiar programas de urbanização, marcam a entrada em um novo período no qual as favelas começam a ser reconhecidas de forma geral como parte da cidade. A estagnação econômica do país acentuou as desigualdades socioespaciais, as favelas cariocas cresceram, se adensaram e suas dinâmicas internas assumiram outros contornos. Nos anos 1990, muitos autores relatam transformações visíveis relacionadas ao aumento da circulação de capital, como por exemplo a alta nos padrões de consumo e o mercado imobiliário rentável, mas com predomínio da informalidade (Leitão, 2009). Na mesma década, a semântica da favela é influenciada pela emergência da "criminalidade violenta" como chave de leitura das mudanças no Rio de Janeiro (Silva, 1999). Nesse contexto, significações do passado são recicladas em imaginários de uma cidade informal que cresce de forma alarmante, seja pelo domínio de poderes paralelos ou pela precariedade urbana. Enquanto o discurso da informalidade reforça as ausências dos poderes públicos, as violações cotidianas aos direitos humanos e a militarização da vida seguem avançando nas favelas (Martins; Brum, 2021; Azevedo; Faulhaber, 2015). Em contrapartida, as favelas começam a ser representadas como potência, seja como um mercado consumidor emergente ou como símbolo de um projeto radical de democracia.

CONCLUSÕES

Ao longo do processo de consolidação, é possível discernir disputas entre significações da favela que a esvaziam de ontologia e outras que a reconhecem como identidade, colocando-a como sujeito na apropriação da cidade. Desde o início de sua história, as favelas representam a alteridade na cidade e, com isso, suas significações refletem os debates sobre a convivência na diversidade. Assim, a consolidação se revela como um processo de produção de imaginários de uma cidade plural, indo além de sua compreensão mais comum de conquistas materiais que proporcionam uma cidade menos desigual.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio. **Espaço e Debates**, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

ALMEIDA, R. G. de. **Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

AZEVEDO, L.; FAULHABER, L. **Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

JACQUES, P. B. As Favelas do Rio, os modernistas e a influência de Blaise Cendrars. **InterFACES**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 185-200, 2000.

CAVALCANTI, M. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GARCIA, J. L. **Antropologia del territorio**. Espanhã (Madri): Taller de Ediciones Josefina Betancor, 1976.

GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas, Ed. PUC-RIO, 2013.

LEITÃO, G. Reconhecendo a diversidade das favelas cariocas. *In*: SOUZA E SILVA, J de S. et al. **O que é favela, afinal?**. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, p. 36-45, 2009.

MARTINS, G.; BRUM, M. Da redemocratização ao Rio pós-2016: o "entulho autoritário" da ditadura foi jogado nas favelas?. *In*: GONÇALVES, R. S. et al. (orgs.). **Pensando as favelas cariocas**: história e questões urbanas. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Pallas, v. 1, p. 215-232, 2021.

OLIVEIRA, J. de S.; MARCIER, M. H. "A palavra é: favela". *In*: ZALUAR, A.; ALVITO, M. (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 61-114, 2006

SILVA, L. A. M. da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 115-124, 1999.

SILVA, J. de S. e; BARBOSA, J. L.; SIMÃO, M. P. A favela reinventa a cidade. Rio de Janeiro: Mórula; EdUniperiferias, 2020.

VALLADARES, L. do P. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VOGEL, A.; MELLO, M. A. S. (coord.). **Quando a rua vira casa**: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 2. ed. Rio de Janeiro: Convênio IBAM/FINEP, 1981.

ZYLBERBERG, S. (org.). **Morro da Providência**: memórias da "favela". Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

Agradecimentos

Este trabalho contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A OBRA DA AVENIDA PRESIDENTE VARGAS E O MODO DE REPRESENTAÇÃO DA CIDADE

BASSI, R[1]
DUTRA, G[2]

RESUMO

Este artigo analisa as redes profissionais e políticas presentes na obra da Avenida Presidente Vargas (1937-1945), no Rio de Janeiro, que buscam enraizar o urbanismo rodoviarista no Brasil. Destaca-se o papel desempenhado pela avenida como modernização urbana importada por parte das elites brasileiras durante a ditadura Varguista. Além disso, aborda-se o plano urbanístico de Agache (1930) que foi contemplado pela Comissão do Plano da Cidade (1937) e incorporado ao Plano Diretor da prefeitura, liderada pelo prefeito interventor Henrique Dodsworth. Exploramos as motivações por trás da obra da Avenida Presidente Vargas, destacando sua dupla função como símbolo de progresso e modernização, por um lado, e como elemento de divisão espacial, por outro, ao dividir a cidade entre áreas nobres e subúrbios. Argumentamos o papel da Avenida Presidente Vargas como marco na história da urbanização do Rio de Janeiro, refletindo as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas durante o período em questão.

Palavras-chave: Urbanismo; Intervenção Urbana; Ideologia; Avenida Presidente Vargas.

SUMMARY

This paper analyzes the professional and political networks present in the construction of Avenida Presidente Vargas (1937-1945) in Rio de Janeiro, which aims to root road-oriented urbanism in Brazil. It highlights the avenue's role as urban modernization imported by Brazilian elites during the Vargas dictatorship. Additionally, it addresses Agache's urban plan (1930), which was incorporated into the city's Master Plan by the Commission of the City Plan (1937), led by intervening mayor Henrique Dodsworth. We explore the motivations behind Avenida Presidente Vargas, emphasizing its dual function as a symbol of progress and modernization while also serving as a spatial dividing line between affluent areas and suburbs. We argue for Avenida Presidente Vargas as a landmark in the history of urbanization in Rio de Janeiro, reflecting the social, economic, and political changes of the period.

[1] Rebecca Bassi de Castro Lima, graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro. rebeccabassiufrj@gmail.com
[2] Gabriel Dutra Campo, graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. gabrieldutraufrj@gmail.com

Keywords: Urbanism; Urban Intervention; Ideology; Avenida Presidente Vargas.

RESUMEN

Este artículo analiza las redes profesionales y políticas presentes en la obra de la Avenida Presidente Vargas (1937-1945) en Río de Janeiro, que busca arraigar el urbanismo orientado a la carretera en Brasil. Destaca el papel de la avenida como modernización urbana importada por las élites brasileñas durante la dictadura de Vargas. Además, aborda el plan urbanístico de Agache (1930), que fue incorporado al Plan Maestro de la ciudad por la Comisión del Plan de la Ciudad (1937), liderada por el alcalde interventor Henrique Dodsworth. Exploramos las motivaciones detrás de la Avenida Presidente Vargas, enfatizando su doble función como símbolo de progreso y modernización, y como elemento de división espacial entre áreas acomodadas y suburbios. Argumentamos el papel de la Avenida Presidente Vargas como un hito en la historia de la urbanización de Río de Janeiro, reflejando los cambios sociales, económicos y políticos de la época.

Palabras clave: Urbanismo; Intervención Urbana; Ideología; Avenida Presidente Vargas.

INTRODUÇÃO

"Dr. Henrique, vamos fazer essa avenida"[3]. Com essa fala, Vargas, diante da maquete do projeto do prolongamento da Avenida do Mangue, apresentada na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro de 1938, inicia o empreendimento para a construção da Avenida 10 de novembro que, ao longo de sua obra, foi batizada de Avenida Presidente Vargas.

No dia 7 de outubro do mesmo ano, Vargas assina o Decreto-Lei N° 777 criando a Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas. Para assumir essa secretaria, Dodsworth, então prefeito interventor do Distrito Federal, escolhe Edson Junqueira Passos, engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro com experiência em Estrada de Ferro e Engenharia Sanitária, para comandar a remodelação urbana do Distrito Federal.

Em dezembro de 1940, Edson Passos foi convidado pelo Clube de Engenharia e Sociedade de Engenheiros da Prefeitura para realizar uma apresentação sobre o "Plano de melhoramentos para a cidade do Rio de Janeiro" na Semana do Engenheiro, realizada na sede da Associação Brasileira de Imprensa. Em seu discurso, o engenheiro afirma que:

---

[3] FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.). Novas Memórias do Urbanismo Carioca. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000.

> Sob o ponto de vista urbanístico, a abertura da Avenida Presidente Vargas concorrerá, outrossim, para melhorar o equilíbrio da massa edificada na cidade, levando para a zona que atravessa e dela tributária, novos conjuntos arquitetônicos e gabaritos de maior altura. Ela será elemento de valorização e pesará favoravelmente na transformação urbana[4].

Em abril de 1941, ouviu-se a primeira marretada do bota-abaixo empreendido pela prefeitura de Dodsworth para abrir espaço para o "progresso". Foram demolidos, ao todo, 525[5] prédios, incluindo quatro Igrejas, a Praça Onze e seu bairro, parte do Campo de Santana e o Edifício do Paço Municipal. Para manter o cronograma de três anos, foram aceleradas as demolições com turnos diurnos e noturnos (SILVA, 2017).

É importante levar em consideração que antes do advento da obra da Avenida Presidente Vargas, já havia uma aproximação do Presidente Getúlio Vargas com aqueles que promoviam o ideal de planejamento urbano voltado para automóveis, concretizado na declaração, de 1934, transformando o dia 13 de maio no dia do automóvel, homenageando a primeira corrida de automóveis no Brasil. Mesmo em uma cidade em que poucos detinham carros, em que seu uso se restringia a um punhado de ricos, enquanto a maioria da população fazia uso dos bondes para se transportar do centro da cidade às demais regiões (BOONE, 1994), isto é, uma política de planejamento urbano voltada para a infraestrutura rodoviária, mesmo em um país onde mal existia indústria automobilística ou mercado de massas consumidor para isso.

A obra da Avenida seria parte da solução sobre os "problemas de tráfego"[6] que eram, na cabeça de seus idealizadores, problemas de "falta de correspondência entre infraestrutura com o progresso da produção" que ia "entorpecendo a evolução do país, ameaçando um sufocamento perigoso [...]" (LIMA, 1973).

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho é fruto de pesquisa documental na Revista Municipal de Engenharia, na Hemeroteca Digital, e contou com a busca pelas palavras-chave "Avenida Presidente Vargas" e "Automóvel Clube", entre 1937 a 1945, que compreende o período da obra.

---

[4] ENGENHEIRO Edison J. Passos. Revista do Clube de Engenharia. Rio de Janeiro, vol. 8, nº 4, julho de 1941.

[5] Esse dado sempre sofre variações. No livro "Avenida Presidente Vargas: aspectos urbanísticos, jurídicos e administrativos de sua realização", Dodsworth diz que foram 525 prédios demolidos, já no livro y, por meio de entrevista concedida para os autores, José de Oliveira Reis diz que foram 522. A variação é pouca, mas põe em xeque a verossimilhança do dado.

[6] Como Oliveira aponta: "Por fim, a Avenida Presidente Vargas, construída entre abril de 1941 e setembro de 1944, refletiu em sua concepção os três pontos que nortearam o Plano Geral de Melhoramentos: os problemas do tráfego, do saneamento e da edificação.". (OLIVEIRA, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de no discurso renegar os projetos de Agache[7] - tachado de carregar consigo a República Velha -, não se "arquivou", mas formulou-se sob nova aparência nacional com o interventor Henrique Dosworth. O urbanismo francês imputou não só seu ideal de cidade, mas as figuras que o realizaram antes de sua idealização; Vargas repetia a essência bonapartista que atingira a França em 1851, enquanto Dodsworth se invocava como pseudo-falseação Haussmaniana (repetidora da tragédia parisiense, que só poderia realmente ser personificado como farsa na figura de Agache, enquanto verdadeiro Haussmann Tropical[8]).

O que ocorria era a substituição do Rio de Janeiro histórico pelo Rio de Janeiro do turista, dos nobres e ainda nascentes barões industriais.[9] A reforma viária com a construção de avenidas, rua e estradas significava o arrasamento do centro para que se construísse grandes passarelas para a burguesia passar, despossuindo toda gama de gente trabalhadora que habitava o centro da cidade, mandando para os subúrbios onde logo se encontrariam os polos industriais cariocas.

Fatores externos que também possuíam impactos sobre o período de mudanças, provocando não só a importação estética que procurava reproduzir os cenários urbanos dos países ricos (claramente tomando Paris como seu Norte), mas também trazendo consigo o ideal fordista que começava a se forjar em solo "americano", seja na corporativização da nova classe operária e seus sindicatos, seja na reordenação do espaço para um novo regime urbano sobre o cotidiano da população carioca e brasileira (isto é, do sudeste brasileiro, já que foi nele onde essas mudanças de fato ocorreram de início).

CONCLUSÕES

O planejamento urbano brasileiro se fundou enquanto operacionalização das ideias e práticas testadas na Europa, não surgiu aqui e nem poderia, devido às condições históricas. Foi realizado sem cumprir com os interesses da grande população que aqui vivia, satisfazendo os interesses vigentes dos grupos econômicos no poder, a serviço dos agentes exteriores que criavam aqui novos mercados e terrenos de investimento. É necessária a crítica da Cidade e

---

[7] Nas palavras de Henrique Dodsworth: "Nunca houve Plano Agache. Houve esboço de planos de urbanização sistemática da cidade elaborado pelo ilustre arquiteto urbanista de 1928 a 1930. O esboço elaborado não foi convertido, por ato oficial, em plano, razão pela qual não foi obedecido e muito menos desobedecido como é corrente invocar-se. Dodsworth, H. Problemas da Cidade, Revista Municipal de Engenharia, n°I, R J, 1943, pág. 3 a 5.

[8] Ao contrário do que Benchimol defende em seu livro "Pereira Passos: Um Haussmann tropical", de 1990.

[9] Em alusão ao que Marx diz sobre a Paris de Haussmann onde se "arrasou a Paris histórica para dar lugar à Paris do turista!" (MARX, 2011, p. 76)

seu modo de representação, enquanto autonomizada e antagônica em relação àqueles que a criaram, enquanto produto histórico de um processo alheio ao povo brasileiro. Colocando o planejamento urbano, mais especificamente o carioca, em avaliação, como movimento de reestruturação do processo de acumulação capitalista na cidade brasileira e carioca.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987.

AGACHE, D. Alfred H. (1930), Cidade do Rio de Janeiro, Remodelação, extensão e embelezamento. Rio de Janeiro: Foyer Brésilien.

BENCHIMOL, Jaime L. Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992

BOONE,. Streetcars and Popular Protest in Rio de Janeiro: The Case of the Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, 1903-1920

COSTA, Renato Gama-Rosa. DO DISCURSO AO PLANO: O AUTOMÓVEL NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1900-1946). Revista Tessituras, v. 5, p. 1-17, 2013.

DOSWORTH, Henrique de Toledo. Avenida Presidente Vargas: aspectos urbanísticos, jurídicos e administrativos de sua realização. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. 1955.

_____. “Problemas da Cidade”. Revista Municipal de Engenharia, n°1. Rio de Janeiro, 1943(a).

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Sobre a Questão da Moradia. Tradução de Nélio Schneider. 1 Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FREIRE, Américo e OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs.). Novas Memórias do Urbanismo Carioca. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2000.

GRESPAN, Jorge Luís da Silva. Marx e a Crítica ao Modo de Representação Capitalista. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução deSérgio Martinse Revisão Técnica de Margarida Maria de Andrade.Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. La Presencia y La Ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LIMA, E. F. W. Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1990.

MARX, Karl. A Guerra Civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Sonia Maria Queiroz de (org.). Planos urbanos do Rio de Janeiro: Plano Agache. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

SILVA, Pedro Sousa da. O Governo Dodsworth: administração e intervenção urbana no Estado Novo (1937-1945). 2017.

Jornais e revistas consultados

Revista Municipal de Engenharia, vol. 5, nº 6, nov. 1938.

Revista Municipal de Engenharia, vol. 8, nº 4, jul. 1941.

Os arquivos públicos no Estado do Rio de Janeiro e a transparência administrativa: um espetáculo em desencontro

Beatriz Kushnir[1]

Resumo: Essa reflexão busca discutir a relação entre a opacidade do Estado brasileiro, no caso o do Rio de Janeiro, e o situação de seus arquivos públicos. O não controle de seus acervos, suas informações, seus dados, está diretamente vinculado ao não planejamento das políticas públicas.

Abstract: This reflection seeks to discuss the relationship between the opacity of the Brazilian State, in this case Rio de Janeiro, and the situation of its public archives. The lack of control over its collections, information and data is directly linked to the lack of planning of public policies.

Resumen: Esta reflexión busca discutir la relación entre la opacidad del Estado brasileño, en este caso Río de Janeiro, y la situación de sus archivos públicos. La falta de control sobre sus colecciones, información y datos está directamente ligada a la falta de planificación de las políticas públicas.

Resumo Expandido

I. Introdução:

A situação arquivística nos estados brasileiros é e sempre foi bem delicada, com pequenos momentos de frutíferas experiências. No Rio de Janeiro, a catástrofe é um imperativo por diversos ângulos. Em setembro de 2024, o Fórum Permanente de Políticas Arquivísticas divulgou, estado por estado, a dramática situação. O quadro abaixo desenha, infelizmente, a situação do Rio, que a partir do material do FPPArquivíticas poderei expor comparativos e compreender semelhanças e diferenças.

[1] Beatriz Kushnir está vinculada ao INCT-Proprietas, PPGARQ/UNIRIO, ANPUH-Rio. E-mail: biakushnir@gmail.com

II. Material e Métodos:

A partir da perspectiva acadêmica que problematiza a gestão dos acervos públicos, buscarei conjeturar o conceito de uma *história pública*, que, para a historiadora britânica Jill Liddington[2], é escorregadia pela amplitude de usos e significados. Por isso, a minha abordagem centraliza-se na imagem de estar do "outro lado do balcão", onde o atendimento/acesso acontece e realiza a missão institucional ao receber o consulente em suas pesquisas acadêmicas, ou para comprovação de Direitos. É deste lugar que ponderarei.

O próprio conceito de *história pública* abarca práticas de representações populares sobre o passado, além de tópicos de discussão já bem instituídos no debate historiográfico, como *usos do passado* e *divulgação científica*. Do mesmo modo, se insere a epígrafe escolhida, sugerindo a dialética da apreciação acadêmica dialogando com as práticas institucionais.

É precisamente na perspectiva do enriquecimento, da transformação e da ampliação que essa reflexão se ancora. Poder-se-ia ambicionar também que, para além de ponderar as formas de gestão para o alargamento do acesso, se praticasse com maior frequência a parceria entre esses dois polos. Entre o guardar e o consultar. Atendendo as demandas dos que buscam frente aos limites jurídicos, políticos e econômicos de quem conserva/resguarda.

É preciso pontuar que os arquivos públicos ocupam um *locus* importante na ampla gama de possibilidades de inserção profissional dos historiadores. Há uma relação simbiótica entre as formas como se construíram e se estruturaram as instituições – e as arquivísticas estão neste bojo – e o perfil dos acervos que ali estão depositados. Certamente, houve inúmeras transformações nestes espaços de salvaguarda, expostas na atuação dos profissionais, mas principalmente nas alterações dos suportes documentais.

III. Resultados e Discussão:

No Brasil, tendo, por exemplo, o trabalho inaugural de Célia Costa[3] acerca da trajetória de uma instituição de guarda e acesso, compreende-se muitos desses limites, mas, principalmente, o histórico desse processo. Não por acaso, Costa teve como seu orientador o Prof. Dr. Manoel Salgado, que se debruçou sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no seu doutoramento.

O projeto implementado pelo IHGB em seu objetivo de construir uma historiografia Nacional foi vivenciado num período que o Estado era demarcado por ações centralizadoras e, por isso,

[2]LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo, Letra e Voz, 2012.
LIDDINGTON, Jill; DITCHFIELD, Simon. Public History: A Critical Bibliography. Oral History. Vol. 33, Re-presenting the Past (Spring, 2005), p. 40-45.
[3]COSTA, Célia. "Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro". Tese de doutorado em História Social, IFCS/UFRJ, 1997.

deparava-se com a resistência de diversos setores da sociedade brasileira. O IHGB ao instituir uma linha de interpretação da História brasileira, elegeu como pilar o papel civilizador e progressista do Estado – primeiramente português e, a partir de 1822, brasileiro. Neste panorama, Costa ao analisar a institucionalização do Arquivo Nacional, em 1838, sublinha a condição, no contemporâneo, das instituições de cautela e demonstra que

> (...) a incipiente política para arquivos no âmbito da administração federal, às vésperas do século XXI, e a fragilidade do Arquivo Nacional, principal instituição arquivística do país, apontam para a necessidade de se pensar sobre sua funcionalidade em relação ao Estado brasileiro desde suas origens. Tomando como referência os arquivos nacionais europeus surgidos no século XIX, observa-se que o arquivo brasileiro encontrou sérias dificuldades para realizar os objetivos inerentes a esse tipo de instituição: "instrumentalizar" a ação administrativa do Estado nacional emergente e subsidiar a pesquisa histórica.[4]

Durante o século XIX, com a estruturação da chamada *História Científica*, as instituições arquivísticas foram observadas como laboratórios para o historiador, considerando-se os documentos como atestados de veracidade que reproduziam objetivamente os eventos do passado. As ideias positivistas deixaram o seu legado nas Ciências Humanas do início do século XX e igualmente marcaram a atuação dos arquivistas/historiadores, ou dos profissionais de arquivo.

Em duas publicações tidas como do *nascimento* da área da Arquivologia enquanto disciplina e profissionalização – *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, conhecido como *Manual dos Arquivistas Holandeses*, de Samuel Muller, Johan Adriaan Feith e Robert Fruin (1898), editado no Brasil em 1960, pelo Arquivo Nacional, e o *Manual de Administração de Arquivos* (1922), de Sir Hilary Jenkinson – se estabelecem um padrão tecnicista de "neutralidade" e passividade na sua atuação. Eram como guardiões da "verdade" a serviço dos historiadores científicos.

Nesta seara, os pressupostos difundidos pelos intelectuais vinculados à Escola dos *Annales* plasmavam os seus estudos a sobrepujar a visão positivista da "história científica". Priorizando os processos de longa duração, também inseriam novas temáticas e a ampliação do conceito de *documento histórico*. Impulsionando uma mudança na relação entre os historiadores e as fontes documentais dos e nos arquivos – que abandonam a premissa de ser a única ferramenta para o *fazer histórico*–, vista até então pela corrente positivista como relato fidedigno do passado, produto desinteressado das ações humanas.

Em 1956, Theodore R. Schellenberg publicou *Arquivos Modernos: teoria e prática*, primeira obra a analisar os aspectos norteadores da avaliação arquivística e dos prazos de guarda, trazendo

[4]COSTA, Célia. "O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000. p. 218.

para o debate a questão da subjetividade.[5] Nessa perspectiva, o autor colaborou para a interdisciplinaridade da avaliação documental, aproximando arquivistas e historiadores, que formavam uma equipe capaz de ajuizar/ponderar/auferir os documentos por seu caráter comprobatório e informativo.

A ampla inserção dos historiadores no processo de constituição e tratamento dos acervos nos Arquivos Públicos, e as reformulações no âmbito da constituição historiográfica, a partir desse convívio demandaram desses profissionais um questionamento das suas práticas ao problematizar, por novos ângulos, as fontes. Atentaram, assim, para o contexto em que os acervos foram produzidos, as motivações pelas quais se constituíram e os porquês de a guarda receber o caráter "permanente".

A avaliação documental não podia pautar-se somente no "valor através do uso" para pesquisa em História, como defendido por Schellenberg. As influências da historiográfica e os usos não acadêmicos da documentação exigiam outra forma de conduzir a avaliação documental. Assim, a perspectiva pós-moderna na Arquivologia vem sendo paulatinamente responsável por transformações na postura dos profissionais e em suas relações com a instituição do *Arquivo* enquanto um lugar e uma prática, bem como, com os acervos ali depositados.

IV. Conclusões:

No cerne destas reflexões, têm-se, como maior influência as ponderações de Terry Cook. Arquivista canadense que numa tradição de formação largamente difundida mundo a fora, igualmente era historiador. Para Cook, a abordagem pós-moderna questiona cinco premissas da arquivística tradicional: 1) o de que os arquivistas são guardiões neutros, imparciais da 'Verdade', para usar as próprias palavras de Jenkinson; 2) o de que os arquivos, como documentos e como instituições, são subprodutos desinteressados das ações e administrações; 3) o de que a proveniência tem raízes em um único órgão de origem e transmissão, em vez de um processo de criação; 4) o de que a 'ordem' imposta aos arquivos por meio do arranjo e descrição arquivísticos – para não falarmos da avaliação! – é uma recriação isenta de valores de alguma realidade genuína anterior; e 5) o de que a arquivísticas é uma ciência – pelo menos uma 'ciência' como esse termo é tradicionalmente concebido e utilizado pelos arquivistas, produto da idade do racionalismo científico.[6]

Assim, para Cook, esse paradigma apreendia as instituições arquivísticas como "um recurso social [...] que respeitava cada vez mais a natureza pluralista e ambígua do mundo pós-moderno e digital ao invés dos padrões monolíticos que tinham dominado as estruturas arquivísticas anteriores". Tendo em mente que a avaliação documental influi e imprimi implicações na produção de pesquisas

[5]SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: teoria e* prática. RJ, Ed.FGV, 2008.
[6]COOK, Terry. "Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

e na memória coletiva, a abordagem pós-moderna propõe um ajuizamento que leve em conta o contexto sociocultural de produção do documento e seu uso contemporâneo. Prioriza-se o contexto ao invés do conteúdo, de forma a valorizar e preservar memórias plurais sobre um mesmo momento, sem desconsiderar vozes marginalizadas na História.

Essas transformações nas perspectivas historiográficas e arquivísticas podem aferir as instituições arquivísticas práticas democráticas e inclusivas ao reconhecer os diversos usos possíveis da documentação salvaguardada. Mas como os *arquivos* são órgãos de Estado, não há como programar fazeres nestes espaços que não estejam em sintonia com a sociedade em que estão inseridos.

V. Referencias:

COSTA, Célia. "O Arquivo Público do Império: o Legado Absolutista na Construção da Nacionalidade". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n.26, 2000. p. 218.

----------. "Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado brasileiro". Tese de doutorado em História Social, IFCS/UFRJ, 1997.

COOK, Terry. "Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 21, 1998.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA. Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). Introdução à História Pública. São Paulo, Letra e Voz, 2012.

----------.; DITCHFIELD, Simon. Public History: A Critical Bibliography. Oral History. Vol. 33, Re-presenting the Past (Spring, 2005), p. 40-45.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos Modernos: teoria e* prática. RJ, Ed.FGV, 2008.

Rio de Janeiro 1808 -1832: transferência da corte, classe senhorial e escravismo

Gustavo Henrique de Lima Campos[1]
Fábio Antonio de Campos[2]

Resumo

O presente ensaio busca oferecer elementos dinamizadores do século XIX no território hoje denominado como Estado do Rio de Janeiro. Neste sentido, observar o presente território como parte integrada dentro de um sistema produtivo, político e econômico, abrangente geograficamente e constituído por longa duração. O desenvolvimento deste sistema acentuou a dependência social e econômica de territórios periféricos como o do objeto de estudo frente as linhas comerciais que emanavam do centro do sistema. A gênese desse sistema teve sua origem na Europa no final do século XV e se expandiu até cobrir todo o planeta no final do século XIX. Consideraremos três elementos: i) a posição de Portugal frente ao mercado mundial; ii) a formação de uma classe senhorial mercantil no Estado do Rio de Janeiro e iii) a perenidade do tráfico de escravos neste território.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, colonialismo, capitalismo dependente

Abstract

This essay seeks to provide dynamic elements of the 19th century in the territory now known as the State of Rio de Janeiro. In this sense, it will observe the present territory as an integrated part of a productive, political and economic system, geographically comprehensive and constituted over a long period of time. The development of this system accentuated the social and economic dependence of peripheral territories such as the one under study on the commercial lines that emanated from the center of the system. The genesis of this system originated in Europe at the end of the 15th century and expanded to cover the entire planet at the end of the 19th century. We will consider three elements: i) Portugal's position in the world market; ii) the formation of a mercantile lordly class in the State of Rio de Janeiro; and iii) the permanence of the slave trade in this territory.

Keywords: Rio de Janeiro, colonialism, dependent capitalism

Resumen

Este ensayo busca ofrecer elementos dinámicos del siglo XIX en el territorio hoy conocido como Estado de Río de Janeiro. En este sentido, observar el territorio actual como parte integrada dentro de un sistema productivo, político y económico, geográficamente integral y constituido a lo largo de un largo período de tiempo. El desarrollo de este sistema acentuó la dependencia social y económica de los territorios periféricos como objeto de estudio de las líneas comerciales que emanaban del centro del sistema. La génesis de este sistema tuvo su origen en Europa a finales del siglo XV

[1]Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia da UNICAMP. <gustavoh.lima.campos@gmail.com>
[2] Doutor em Desenvolvimento Econômico, Instituto de Economia da UNICAMP. <fcampos@unicamp.br>

y se expandió hasta abarcar todo el planeta a finales del siglo XIX. Consideraremos tres elementos: i) la posición de Portugal en el mercado mundial; ii) la formación de una clase terrateniente mercantil en el Estado de Río de Janeiro y iii) la perpetuidad de la trata de esclavos en este territorio.
Palabras clave: Río de Janeiro, colonialismo, capitalismo dependiente

Bloqueio continental, retirada portuguesa e vigor comercial no Rio de Janeiro

Como ponto de partida relevante pesar um episódio da disputa entre Inglaterra e França no século XIX: o bloqueio continental. O Decreto de Berlin em novembro de 1806 proibiu os neutros de negociar com a Grã-Bretanha. Nelson Werneck Sodré (1965) ofereceu um preciso diagnóstico para a colônia brasileira e ao Rio de Janeiro acerca deste fato. O autor mensurou aspectos que demonstram a debilidade portuguesa frente ao mercado no século XIX[3]. Em agosto de 1807, o governo de Portugal recebeu uma nota franco-espanhola exigindo que Portugal declarasse guerra à Grã-Bretanha que impunha exigências como o fechamento de seus portos aos navios ingleses, a retirada de seu representante em Londres assim como do representante britânico em Lisboa, prendesse os súditos ingleses no país e lhes confiscasse os bens. O ambiente da Côrte de Lisboa, nos fins de 1807, era de espanto, oscilando as orientações, na indecisão dominante, entre a pressão francesa e a pressão britânica.

Salienta-se os traços estruturais de Portugal no século XIX e sua fragilidade frente a disputa franco-inglesa. Firmou sucessivos tratados de aliança com a Grã-Bretanha e a subordinação consolidou-se permitindo que quando se consolidou a Revolução Industrial, a Inglaterra teve em Portugal e na sua colônia brasileira não apenas uma área subordinada, mas um instrumento eficaz em sua luta por novos mercados (SODRÉ, 1965). Portugal debilmente lutou contra às pressões inglesas para abertura de seus mercados coloniais, e particularmente o Brasil, mas cedeu progressivamente. O crescimento da economia inglesa, em acelerado ritmo, exigiu a abertura de novos mercados, a exploração de novas áreas, e "a grande área colonial sul-americana, cujos mercados se ampliavam com o desenvolvimento das colônias espanholas e portuguesas, apresentava-se como objetivo necessário" (SODRÉ, 1965, p.58).

Para Fragoso e Florentino (2001), a atividade comercial lusitana teve como objetivo a preservação de uma sociedade arcaica que não assumiu contornos revolucionários. Para tanto, não ensejou mudanças estruturais que fortaleceriam um mercado interno capaz de sustentar uma crescente produção industrial; não se criaram condições econômicas necessárias para que as exportações portuguesas pudessem concorrer com a de outros países europeus no mercado mundial, no brasileiro depois de 1808 e menos pós-1820[4].

---

[3] A subordinação portuguesa ao desenvolvimento comercial inglês, aliás, não passou de simples episódio do crescimento capitalista. [...] Sancionou, apenas, uma situação existente, acentuou-a, deu-lhe realce, transferindo-a para a letra de um acordo comercial que existia na rotina das trocas e que a segurança do tráfico exigia. Dependência econômica britânica, desde fase mais recuada, antes do nascimento daquele parlamentar e homem de negócios que firmaria um documento memorável, discutido até hoje, e ainda controverso, apesar da clareza do processo histórico a que esteve ligado, — Portugal não estava em condições de criar e desenvolver a indústria, de evitar a corrida para a vinicultura e deter a evasão do ouro. (SODRÉ, 1965, p.52-53)

[4] A esterilização dos recursos apropriados foi tão severa que mesmo que na esfera colonial a acumulação fosse volumosa, a capacidade de financiar até mesmo as atividades essenciais à sua reprodução parasitária era limitada.

A pressão franco-espanhola frente Portugal motivou reação do representante britânico junto à Côrte portuguesa[5]. Neste cenário Lord Strangford, ministro inglês do período, buscou preservar os interesses britânicos oferecendo a proteção da esquadra britânica e sugeria a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, pois, as forças francesas marchavam sobre Lisboa. D. João oscilava, ora aceitava a proposta inglesa ora a rejeitava. As opiniões do ministro inglês, entretanto, tiveram extraordinário peso tendo como resultado a chegada da Corte portuguesa à Baía de Guanabara em 1808 e a elevação da colônia americana a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, dez anos depois.

Antes de tratarmos dos impactos da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, é preciso cautela para não se pensar que esta fosse um vácuo político-econômico. Em 1763, a cidade do Rio de Janeiro viu seu poder crescer ao ser alçada ao posto de capital da colônia. Como apresentam Fragoso e Florentino (2001), entre 1796 e 1811 do porto do Rio de Janeiro saíam 1/3 das exportações coloniais. Entre 1796 e 1807, cabia ao Rio de Janeiro a preponderância tanto das importações como das exportações. Entre 1792 e 1807, a quantidade de navios que aportou no cais do Rio de Janeiro quase dobrou, saltando de 284 para 487 e, a essa altura, o número de estabelecimentos comerciais também era elevado, 134 lojas de varejo, 135 sapateiros, 334 tavernas.

A transferência efetivada no dia 7 de março de 1808 impôs uma nova dinâmica para a cidade do Rio de Janeiro com implicações políticas e econômicas. Como nova sede do Império Ultramarino Português tornou-se centro comercial do Atlântico Sul, local de parada de viajantes estrangeiros e ponto de chegada e partida de embarcações vindas de todas as partes do mundo repleta de produtos e notícias[6]. Os efeitos imediatos foram de incremento populacional em cerca de 25% e grande aumento nas atividades comerciais que foram estimulados por este crescimento demográfico e pela abertura dos portos e entrada de investimentos estrangeiros, britânicos principalmente[7].

No início do século XIX, um padrão predominou em toda a época colonial. Sob efeito da vigência do Exclusivo colonial o Reino português tornou-se o grande mercado do

---

[5] Mal começara o ano de 1807 quando Napoleão, em poderosas e rápidas manobras, forçou os russos a aceitarem, com a derrota de Friedland, a sua política, de que era peça fundamental o bloqueio da Europa ao comércio inglês. Para concretizá-la, era necessário impedir o acesso dos ingleses aos portos continentais. E a área mais vulnerável à penetração britânica estava na península ibérica e particularmente no reino de Portugal, tradicional aliado inglês e país submetido à expansão comercial comandada de Londres. (SODRÉ, 1965, p.125)

[6] Medidas foram tomadas no período para aumentar a oferta de dinheiro em circulação, como a emissão de moedas e títulos e a criação de um banco. Fundado em 12 de outubro de 1808, o Banco do Brasil operou com desconto de letras; depósitos em conta corrente; depósitos a juros; e emissão de letras ou bilhetes pagáveis à vista ao portador, o que visava principalmente aumentar o suprimento do sistema monetário que já se apresentava deficitário de metais (PENNA, 2019). Como objetivo financiar os gastos do governo joanino e efetuar adiantamentos ao Erário, o que acabou o levando a ser liquidado em 1829 e suas notas foram gradativamente substituídas por notas do Tesouro Nacional. Apesar de sua trajetória conturbada, o primeiro Banco do Brasil representou importante fonte de lucro para os negociantes locais e trouxe disponibilidade de crédito que auxiliou a desenvolver a economia do período.

[7] Quando da transferência da Corte, o meio circulante no Rio de Janeiro era aproximadamente dez mil contos: dois terços em ouro – em forma de moeda ou não, quase um terço em prata e uma pequena quantidade em moedas de cobre. Esse panorama mudou após 1808. Em primeiro lugar, porque os impostos deixaram de sair e passaram a entrar na cidade; em segundo, porque o fim do monopólio colonial inseriu o porto do Rio de Janeiro nas rotas do comércio internacional sem a intermediação da metrópole, o que também exigiu a criação de um vasto aparato administrativo e de fiscalização para garantir a arrecadação de imposto. (PENNA, 2019)

açúcar, dos couros e dos mantimentos. O porto do Rio foi não apenas o núcleo de uma vasta rede de exportações de produtos próprios à plantagem escravista para a Europa, mas também desempenhou o papel de grande centro reexportador de diversos bens europeus, asiáticos e africanos – em especial as fazendas provenientes da Europa e de Goa, além dos escravos africanos para o comércio interno.

Apontam Fragoso e Florentino (2001) que as revendas no Rio de Janeiro compunham uma ampla rede cujo eixo era o capital mercantil. A esfera era o Atlântico Sul e abarcava dos conflitos dos sertões africanos até o interior do Brasil (Mato Grosso, Goiás, Piauí etc.) passando por portos litorâneos como Rio Grande, Desterro, Paranaguá entre outros. Para os autores estava uma poderosa comunidade de mercadores atlânticos residentes, caracterizada, no seu topo, por empresários voltados para a atuação monopolista e simultânea em diversos setores de negócios.

Quimera ou antropofagia?

O Rio de Janeiro passou a acolher um lucrativo negócio atlântico: o comércio de escravos com o continente africano. A expansão da agroindústria açucareira e, posteriormente, do café, foram grandes responsáveis pelo incremento dos níveis de concentração da propriedade escrava após a chegada da família real na cidade[8]. As vendas para a África indicam, ao menos em princípio, o peso dos produtos que, trocados por cativos no litoral africano, viabilizavam o tráfico escravista – algo em torno de 10% das exportações do Rio de Janeiro. Entre 1808 e 1830, 74% dos navios que participavam do tráfico atlântico pertenciam a negociantes do Rio de Janeiro.

Porém, ainda que as dinâmicas internas tenham sido potencializadas pela transferência da Corte portuguesa não se pode ignorar o sentido da colonização. As colônias de exploração estruturadas em termos de uma articulação entre uma dimensão externa e outra interna, entre o plano dos nexos mercantis e a condição de dependência, foram fecundadas como modos de produção dependentes[9] (CORDOVANO, 2004). Característica que determinou a consolidação de um nexo moral, político, econômico e ontológico marcado pela cisão entre os inseridos nos nexos do negócio e a grande parcela da população barbarizada. Logo, leva-se em conta o acréscimo material do crescimento econômico, mas é fundamental ponderar que o escravismo como polo interno do modo de produção colonial dessa economia[10] e a forma de inserção dessa eram *per se* limites intrínsecos para a formação de uma sociedade integrada.

Do externo para o interno, do político para o econômico

---

[8] (...) não poderemos deixar de concluir que a plantagem e suas fornecedoras cresceram fisicamente, isto é, multiplicando-se especialmente e concentrando um número cada vez maior de cativos. (FRAGOSO & FLORENTINO, 2001, p. 94)

[9] (...) o escravismo colonial criou necessariamente formas precárias de vida material e social. O escravo como figura reificada, despojada de sua condição humana e reduzida a uma existência animal, não expressará, [...], em sua atividade produtiva, nada além do mero esforço físico sob coerção. [...] Violência e patriarcalismo combinam-se, equilibram-se para melhor controle dos senhores sobre a massa de escravos. (CORDOVANO, 2004, p.149)

[10] (...) no escravismo, a acumulação engendra sempre uma desacumulação, determinada, em primeiro lugar, pela esterilização de capital implícita nos custos iniciais de aquisição do escravo, e estrutural nesse modo de produção. E pelo custo de manutenção e vigilância da força de trabalho. (CORDOVANO, 2004, p.162)

Apesar do dinamismo cabe ponderar que o sistema capitalista de produção foi estruturado, entre o século XV e XIX, hierarquicamente entre nações no mercado mundial. A concentração de capital nas áreas centrais criou tanto a base fiscal quanto motivação política para a formação de Estados relativamente fortes, dotados da capacidade, entre outras, de assegurar que os Estados das áreas periféricas permanecessem ou se tornassem mais fracos. Por isso, as nações do centro do sistema puderam pressionar os países periféricos, em especial os de estrutura colonial de exploração a aceitarem, ou promover, em seus territórios uma maior especialização em tarefas inferiores da cadeia mercantil, utilizando força de trabalho com menor remuneração e criando estruturas domiciliares que permitiam a sobrevida dessa força de trabalho. Assim, o capitalismo histórico criou diferentes níveis de salário, os quais se tornaram dramaticamente divergentes nas diferentes regiões do sistema-mundo. (WALLERSTEIN, 1995)

Deve-se considerar que o quadro internacional do período também não se mostrou favorável aos bancos e, consequentemente, ao crédito interno de maiores vultos. Nos dois lados do Atlântico vários comerciantes passaram, sempre que possível, a evitar os papéis das casas bancárias e os riscos associados. As crises de 1819, 1832 e 1857 nos Estados Unidos demonstram a vulnerabilidade do crédito na economia[11]. Portanto, importante ponderar que o período de dinamismo entra em consonância com acontecimentos observados na escala global impondo a necessidade de avalizar uma análise que considere as escalas global, nacional, regional e local vistas em conjunto. Portanto, quais acontecimentos no plano global pesaram para a debilidade lusitana? Com o mercado mundial estruturado hierarquicamente, quais foram as reais possibilidades da classe senhorial mercantil do Rio de Janeiro e suas medidas? Com o enriquecimento através da reificação humana no escravismo colonial, quais máculas perpetuam neste território?

Referências

CORDOVANO, Carlos Alberto Vieira. **Interpretações da colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista**. *Dissertação de mestrado*. Instituto de Economia, UNICAMP. Campinas, 2004.

FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

PENNA, Clemente Gentil. **Economias Urbanas: Capital, Créditos e Escravidão na Cidade do Rio de Janeiro, c.1820-1860**. UFRJ – Instituto de História (2019)

SODRÉ, Nelson Werneck. **As Razões da Independência**. Civilização Brasileira, São Paulo, 1965.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico & Civilização**. Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 1995.

Agradecimentos

Agradeço ao grande amigo Mauro Osorio o convite para apresentar reflexões preliminares da tese em produção.

[11] Quando atingido período de estabilidade, o domínio do crédito na cidade do Rio de Janeiro encontrava-se nos *fundings* londrinos. Ver Marcelo de Paiva Abreu. *Os Funding Loans brasileiros – 1898-1931.*

TRILHOS DO ESQUECIMENTO: A ESTRADA DE FERRO CAMPOS-CARANGOLA E A GÊNESE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUNA-RJ

Rogério Ribeiro Fernandes [1]
Breno de Souza Honório [2]
Danilo do Almo Ribeiro Ricardo Pereira [3]
Isabela Teixeira do Nascimento [4]
Matheus Lopes Borges [5]

RESUMO
Pesquisa sobre a gênese de Itaperuna, com foco na antiga Estrada de Ferro Campos - Carangola e na estação Porto Alegre, reconhecidas por memorialistas locais como elementos fundamentais para o processo de desenvolvimento urbano da Vila de São José do Avahy como sede do município de Itaperuna, em 1889. O objetivo geral é promover o resgate da memória coletiva da ferrovia no município de Itaperuna, com ênfase na Estrada de Ferro Campos - Carangola e na antiga estação Porto Alegre, relacionando-a com a gênese do centro urbano de Itaperuna. A pesquisa vem sendo desenvolvida a partir de textos de memorialistas locais, jornais de época e documentos diversos distribuídos por acervos públicos e privados da Região Noroeste Fluminense, bem como do acervo da RFFSA (Rede Ferroviária Federal) sob a guarda do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

ABSTRACT
Research on the genesis of Itaperuna, focusing on the old Estrada de Ferro Campos - Carangola and the Porto Alegre station, recognized by local memorialists as fundamental elements for the urban development process of Vila de São José do Avahy as the seat of the municipality of Itaperuna, in 1889. The general objective is to promote the recovery of the collective memory of the railway in the municipality of Itaperuna, with emphasis on the Campos - Carangola Railway and the old Porto Alegre station, relating it to the genesis of the urban center of Itaperuna. The research has been developed based on texts by local memoirists, period newspapers and various documents distributed by public and private collections in the Northwest Fluminense Region, as well as the collection of RFFSA (Federal Railway Network) under the custody of IPHAN (Institute of Patrimônio National Historical and Artistic).

RESUMEN
Investigación sobre la génesis de Itaperuna, centrándose en la antigua Estrada de Ferro Campos - Carangola y la estación de Porto Alegre, reconocidas por los memorialistas locales como elementos fundamentales para el proceso de desarrollo urbano de la Vila de São José do Avahy como sede del municipio de Itaperuna. , en 1889. El objetivo general es promover la recuperación de la memoria colectiva del ferrocarril en el municipio de Itaperuna, con énfasis en el Ferrocarril Campos - Carangola y la antigua estación de Porto Alegre, relacionándo-lo con la génesis del centro urbano de Itaperuna. La investigación se desarrolló a partir de textos de autores de memorias locales, periódicos de época y diversos documentos distribuidos por colecciones públicas y privadas de la

1 Rogério Ribeiro Fernandes, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Itaperuna, ribeiro@iff.edu.br.
2 Breno de Souza Honório, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Itaperuna, honorio.s@gsuite.iff.edu.br
3 Danilo do Almo Ribeiro Ricardo Pereira, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Itaperuna, danilodoalmo@gmail.com
4 Isabela Teixeira do Nascimento, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Itaperuna, isabelateix2007@gmail.com
5 Matheus Lopes Borges, Instituto Federal Fluminense - *Campus* Bom Jesus do Itabapoana, mateus.lopes@gsuite.iff.edu.br.,

Región Noroeste Fluminense, así como de la colección de la RFFSA (Rede Ferroviaria Federal) bajo la custodia del IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico y Artístico Nacional).

INTRODUÇÃO

A história local do município de Itaperuna é marcada, desde a gênese da antiga Vila de São José do Avahy, em 1889, pela presença da antiga Estrada de Ferro Campos - Carangola. Foi a partir da antiga Estação Porto Alegre, ligada à E.F. Campos - Carangola que se formou o núcleo urbano da Vila de São José do Avahy, que deu origem à cidade de Itaperuna; foi seguindo o traçado retilíneo dos trilhos do trem que se configurou a larga e igualmente retilínea avenida Cardoso Moreira, coração da atual cidade de Itaperuna e cujo nome homenageia um dos maiores acionistas da E.F. Campos - Carangola; foram os interesses econômicos do Comendador Cardoso Moreira e da empresa ferroviária da qual ele fazia parte que falaram alto, junto à Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, para que a pequena vila de São José do Avahy se tornasse sede do recém criado município de Itaperuna, cujo território fora emancipado de Campos dos Goytacazes. Tudo isso em 1889, meses antes da proclamação da República no Brasil, sendo que a Câmara Municipal deste novo município já era majoritariamente republicana antes da própria República, segundo memorialistas locais por influência de Francisco Portela, ele também acionista e diretor da E.F. Campos - Carangola. Como se não bastasse, o próprio nome Itaperuna - que, na língua Tupi, significa "caminho da pedra preta " e que fora sugerido por Portela para batizar o município e sua sede - pode ser interpretado como uma das tantas materializações dos interesses da Estrada de Ferro, já que a propalada Pedra Preta para onde o caminho apontava, partindo da Vila de São José do Avahy, era a Pedra Elefantina, localizada hoje no município de Porciúncula, na época povoado de Santo Antônio de Porciúncula, justamente para onde devia seguir o caminho dos trilhos da empresa ferroviária, pouco antes de seu destino final, Tombos do Carangola. Considerando todos esses desdobramentos, pode-se dizer que a E.F. Campos - Carangola, uma empresa capitalista como outras tantas que foram criadas no Brasil da segunda metade do século XIX, trazendo para uma economia periférica um modelo empresarial característico de economias centrais no contexto da Segunda Revolução Industrial, reproduziu em Itaperuna e em todo o Noroeste Fluminense uma lógica própria da história do capitalismo: a de empresas que abriam fronteiras, criavam cidades e municípios, estabeleciam trajetórias políticas.

Daí em diante ou ainda antes, essa mesma história local de Itaperuna e do Noroeste Fluminense continuou trazendo consigo a marca da linha férrea. A Estrada de Ferro Campos – Carangola, que teve sua construção contratada em 1872, foi reconhecida pelo Governo da antiga Província do Rio de Janeiro com direito a financiamento público dois anos depois, em 1874; no ano seguinte, 1875, teve sua primeira estação e seus trilhos iniciais inaugurados em Campos dos

Goytacazes e a cerimônia contou com a presença do imperador D. Pedro II e de sua filha e herdeira, a princesa Izabel. Somente em 1881,depois de muitas incertezas, a E.F. Campos - Carangola chega a Porto Alegre – mais especificamente Fazenda Porto Alegre, propriedade do Comendador Cardoso Moreira – e ali estabelece uma estação em torno da qual vai se desenvolver o arraial de Porto Alegre – elevado à categoria de Vila de São José do Avahy por Decreto Provincial em 29 de dezembro de 1887. Nessa mesma época, a E.F. Campos - Carangola vinha enfrentando uma dura concorrência com a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, que contava com capital britânico e acabou chegando antes da empresa de Cardoso Moreira a Muriaé e Santa Luzia do Carangola, localidades de Minas Gerais que estavam previstas como destinos finais da Campos - Carangola. O golpe foi sentido e a E.F. Carangola, passando por dificuldades financeiras, foi incorporada pela Companhia Leopoldina, juntamente com outras ferrovias fluminenses, em 1888. Em 29 de dezembro de 1889, a Vila de São José do Avahy foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Itaperuna, e tornou-se sede do recém-criado município de mesmo nome; nesse mesmo ano, em 10 de maio, ocorreram as eleições para a Câmara Municipal deste novo município e, segundo ressaltam diversos memorialistas itaperunenses, constituiu-se uma câmara de maioria republicana, ainda com o regime monárquico vigorando no Brasil. A estrada de ferro seguiu uma trajetória própria, em certa medida desapartada da história local de Itaperuna: em 1898, ela passou a fazer parte da multinacional Leopoldina Railway; bem mais tarde, em 1957, com a criação por Lei n. 3.115/57 da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA), o patrimônio da antiga Campos - Carangola e da Leopoldina foi incorporado por essa empresa estatal; já nos anos 1970, durante a Ditadura Militar, num contexto de recuo do transporte ferroviário em benefício das multinacionais do setor rodoviário, a estrada de ferro que passava por Itaperuna foi sendo gradativamente abandonada e sucateada, até que o último trem passou por seus trilhos em 1979.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa vem sendo desenvolvida a partir de textos de memorialistas locais, jornais de época e documentos diversos distribuídos por acervos públicos e privados da Região Noroeste Fluminense, bem como do acervo da RFFSA (Rede Ferroviária Federal) sob a guarda do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A etapa de revisão de literatura inclui textos de memorialistas locais e de fundamentação teórico-metodológica. O levantamento de fontes tem se aprofundado com o desenvolvimento da pesquisa, em arquivos virtuais ou não. Dentre os arquivos a serem consultados, destacam-se os seguintes: acervo da antiga RFFSA (Rede Ferroviária Federal) que se encontra em Campos dos Goytacazes; acervo do Espaço Cultural Luciano Bastos, sediado em Bom Jesus do Itabapoana, que já foi consultado e dispõe de documentação que pode servir de base para o trabalho de pesquisa; acervos dos espaços culturais de Natividade do

Carangola e Porciúncula, acondicionados nos prédios das antigas estações ferroviárias dessas duas cidades. Cabe aqui ressaltar que, nos municípios do Noroeste Fluminense, são poucas as instituições públicas e privadas de guarda de arquivos existentes e também são muito poucos os arquivos digitalizados e menos ainda aqueles que se encontram disponíveis digitalmente na *Internet*. A etapa de análise das fontes, tendo por base quadro teórico previamente definido, deve ser desenvolvida logo em seguida, sendo que os resultados obtidos devem ser compilados e tornados públicos através de pelo menos um artigo científico e da participação em eventos, dentro e fora da região Noroeste Fluminense. Também com base na documentação obtida e na bibliografia, será elaborado o projeto editorial de um livro de educação patrimonial focado na temática da gênese do município de Itaperuna relacionada à antiga estação ferroviária de nome Porto Alegre, que fazia parte da Estrada de Ferro Campos – Carangola. Durante o processo de desenvolvimento do projeto, será dada continuidade às tratativas com docentes da área tecnológica dos *campi* Bom Jesus do Itabapoana, Quissamã e Itaperuna no sentido de estabelecer parcerias *intercampi* e interdisciplinares no sentido de promover o desenvolvimento de ferramentas digitais de educação patrimonial com foco na temática deste projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que está ocorrendo em Itaperuna, no que se refere à memória coletiva da E.F. Campos - Carangola e da antiga estação Porto Alegre, parece ser a negação pela via do esquecimento de uma parte significativa da gênese da própria coletividade: aquela que, em certa medida, pode atribuir sentido ao início da trajetória de Itaperuna como núcleo urbano, como sede administrativa de um município, como lugar de convergência de viajantes, migrantes e mercadorias. Entre outras coisas, é o próprio significado do nome Itaperuna que está se deixando escapar entre os dedos – de um modo aparentemente não deliberado – pela marcha inexorável do tempo que ceifa a vida de pessoas e apaga as memórias. Quanto às vidas, essas não podem ser ressuscitadas; quanto às memórias, elas podem ser resgatadas e ressignificadas, transmitidas para as novas gerações. Isso deve ser feito de tempos em tempos e esse de agora parece ser um bom tempo para se fazer, entre outras razões porque, em 2024, completam-se 150 anos do reconhecimento público da importância de se iniciarem as obras da E.F. Campos - Carangola para promover o desenvolvimento do Noroeste Fluminense e particularmente do Vale do Carangola, o que se deu pelo Governo da antiga província do Rio de Janeiro através da concessão de financiamento público como garantia das ações da Companhia; já no ano seguinte, 2025, comemora-se a passagem de outros 150 anos, desta vez pelo lançamento da pedra fundamental da ferrovia, em Campos dos Goytacazes, celebrada numa cerimônia que contou na época com a presença da Família Imperial do Brasil. Daí em diante, até o sesquicentenário do município de Itaperuna, em 2039, uma sucessão de outros eventos que ligaram umbilicalmente Itaperuna e a estrada de ferro merecem ser rememorados e, se assim o forem, essa

parte da memória coletiva local e regional pode sair do estado terminal do esquecimento e ser rejuvenescida.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUES, Major Porphirio. **A Terra da Promissão: História de Itaperuna**. Rio de Janeiro: Aurora, 1956.

MASSA, Françoise. **Um Francês no Vale do Carangola**. Belo Horizonte: Crisálida, 2016.

MUYLAERTH Jr., Dr. Leopoldo; PIROZZI, Anízio (org.). **Álbum do Município de Itaperuna de 1910**. Rio de Janeiro: Autografia, 2021.

NORA, Pierre. Trad. AUN KHOURY, T. Y. (2012). **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados de História, 10. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101. Acesso em 29 dez. 2023.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

_____. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

PRADO Jr. Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RICHARDSON, Roberto Jarry (et. al). **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

RODRIGUEZ, Hélio Suêvo. **A Formação das Estradas de Ferro no Rio de Janeiro: o Resgate da sua Memória**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

SETTI, João Bosco. **Ferrovias no Brasil: um Século e Meio de Evolução**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2008.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

O PAPEL DAS VILAS DE COMÉRCIO DO RECÔNCAVO DO RIO DE JANEIRO NA ECONOMIA CAFEEIRA NO SÉCULO XIX

Carlito Lopes[1]

Resumo: Este trabalho analisa a dinâmica econômica das vilas de comércio no recôncavo do Rio de Janeiro, focando no papel do café na integração regional após o declínio da mineração. As vilas de Iguaçu, Magé e Estrela se destacam no escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba, facilitadas por estradas provinciais e portos, cuja circulação econômica forjou a organização territorial da província fluminense. A pesquisa também aborda a transformação da escravidão no século XIX e seu impacto na economia cafeeira, destacando a adaptabilidade do sistema escravista diante das pressões externas.
Palavras-chave: café; economia; Rio de Janeiro.

Abstract: This work analyzes the economic dynamics of the trading villages in the recôncavo of Rio de Janeiro, focusing on the role of coffee in regional integration after the decline of mining. The villages of Iguaçu, Magé, and Estrela stand out in the export of coffee production from the Vale do Paraíba, facilitated by provincial roads and ports, whose economic circulation forged the territorial organization of the Fluminense province. The research also addresses the transformation of slavery in the 19th century and its impact on the coffee economy, highlighting the adaptability of the slave system in the face of external pressures.
Keywords: coffee; economy; Rio de Janeiro.

Resumen: Este trabajo analiza la dinámica económica de las villas comerciales en el recôncavo de Río de Janeiro, centrándose en el papel del café en la integración regional tras el declive de la minería. Las villas de Iguaçu, Magé y Estrela destacan en el desagüe de la producción cafetera del Valle del Paraíba, facilitadas por caminos provinciales y puertos, cuya circulación económica forjó la organización territorial de la provincia fluminense. La investigación también aborda la transformación de la esclavitud en el siglo XIX y su impacto en la economía cafetera, destacando la adaptabilidad del sistema esclavista ante las presiones externas.
Palabras clave: café; economía; Río de Janeiro.

Introdução

Ao longo do recôncavo do Rio de Janeiro foram fundadas as vilas de comércio, cuja principal função após o declínio aurífero e o surgimento da economia cafeeira estava em escoar a produção das plantations do Vale do Paraíba. As principais vilas do fundo da baía durante o oitocentos foram Iguaçu, Magé e Estrela. Através dos seus

[1] Carlito Lopes de Oliveira Junior. Mestrando no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: carlitolopes@id.uff.br

portos, a produção de gêneros agrícolas, em especial o café, seguiam em direção ao porto do Rio de Janeiro.

A vila de Iguaçu escoava abundantes cargas de café oriundas de Vassouras e Paty do Alferes, com destaque para a estrada do Comércio, aberta através do financiamento do negociante de grosso trato e capitalista João Rodrigues Pereira de Almeida, que além de fazendeiro de café esteve envolvido com o tráfico de escravizados do sudeste africano, onde resultou boa parte da fortuna que acumulou a partir da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia[2]. A vila de Magé, por sua vez, assimilava a produção da região leste do vale do Paraíba, como a vila de Cantagalo, como também beneficiava-se com a ligação com Mar de Espanha.

Com o intuito de integrar as regiões produtoras com o porto do Rio de Janeiro, principal porto do império do Brasil, onde o café era exportador, a província fluminense não poupou esforços para a abertura de caminhos e estradas. Esse movimento, além de atender as necessidades do negócio cafeeiro, foi importante para integrar a província, sobretudo ao considerarmos o passado colonial em que as aberturas de caminho eram fortemente coibidas pela Coroa Portuguesa, com o intuito de diminuir as evasões fiscais e de mercadorias, como o ouro.

Material e Métodos

Em seus esforços para entender a dinâmica da escravidão oitocentista e regiões produtoras dos principais países produtores de gêneros como açúcar e café, Tomich[3] argumenta que durante o século XIX a escravidão americana passou por uma profunda transformação. Com o excedente de capital nos Estados Unidos e na Inglaterra, algumas firmas encontraram no Novo Mundo oportunidade de aumentar o seu capital através do investimento em modernizar o sistema de transportes com a estrada de ferro e o barco a vapor nas regiões de plantation de países movidos pela escravidão. Tal desenvolvimento foi responsável por baixar os custos e aumentar a escala de produção. A circulação por meio da ferrovia possibilitou a integração das vastas extensões de terra onde eram produzidos os gêneros alimentícios, como também com as regiões portuárias, transformando as fronteiras da escravidão.

Segundo Tomich[4], a economia cafeeira do vale do Paraíba absorveu a escravaria subutilizada das antigas regiões de mineração e, em um segundo momento, das zonas de

[2] Guimarães, 2016; Pedroza, 2015.
[3] TOMICH, Dale W. Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
[4] Idem, p. 94, 2011.

produção de açúcar nordestino. Nesse sentido, foi possível o crescimento do comércio interprovincial para abastecer as fazendas onde os cafezais ocupavam uma vasta extensão e que passavam a contar com equipamentos movidos a vapor, que otimizam a produção. Ele afirma que:

> A segunda escravidão consolidou uma nova divisão do trabalho e forneceu um volume considerável de matérias-primas e gêneros alimentícios aos poderes industriais centrais. Longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, a escravidão demonstrou toda a sua adaptabilidade e vitalidade.[5]

A escravidão, portanto, encontra a sua força em um período marcado pela pressão britânica e a criação de diversas leis que buscavam minar o tráfico, porém, em sentido inverso, os traficantes e negociantes envolvidos no comércio encontravam fortuna com o aumento do valor pago pelo escravizado pela diminuição da oferta e as dificuldades em trazer mais africanos para o Brasil.

Assim, a aproximação e maior integração de regiões escravistas na América, aliada a construção de diversas estradas de ferro e rotas marítimo-fluviais, permite problematizar o conflito de interesses da elite econômica do Império frente a dura oposição de uma parte considerável da elite política no que tange a instituição da escravidão e a sua relevância econômica, como o caráter ambíguo da atuação inglesa na proibição do comércio escravista e as tensões oriundas das relações diplomáticas em torno dessa questão[6].

Resultados e Discussão

A estrada do Comércio[7] beneficiou o fluxo econômico do negócio cafeeiro para a vila de Iguassu, como a estrada normal da Estrela, que cortava a província do Rio de Janeiro a partir do porto da Estrela e seguia em direção ao norte, passando pela vila de Paraíba do Sul, que beneficiava a vila da Estrela, criada em 1846 para onde convergia boa parte da produção cafeeira das unidades agrícolas produtoras do leste de Vassouras e Paty de Alferes e o sul de Minas Gerais, como também as produções agrícolas da supracitada vila de Paraíba do Sul[8], abrangendo áreas como as atuais cidades de Areal, São José do Vale do Rio Preto e Petrópolis, com o escoamento cafeeiro sendo partilhado entre o porto da Estrela e o porto de Mauá após a inauguração da estrada de

[5] Idem. p. 96.
[6] Conferir SALLES, Ricardo. A segunda escravidão e o debate sobre a relação entre capitalismo e escravidão. Ensaio de historiografia. In. MUAZE, Mariana. SALLES, Ricardo (orgs). A segunda escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica [recurso eletrônico]. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.
[7] Em 1857, o porto da vila de Iguaçu foi responsável por escoar 1:886,306 arrobas de café, em sua maior parte oriundas da estrada do Comércio, e importou 1,600:000$000 réis.
[8] Fróes, 1974

ferro Mauá.

No primeiro semestre de 1857, o porto de Mauá estava prestes a alcançar a marca de 700 mil arrobas de café. Entre a inauguração da estrada de ferro até o mesmo ano de 1857 haviam passado pelo porto de Mauá mais de 4 milhões de arrobas de carga, com o total arrecado com fretes em 265:817$836[9]. A título de comparação podemos citar o ano de 1861, quando o porto de Mauá teve o movimento de cargas na ordem de quase 3 milhões de arrobas, com o valor recebido por fretes em 339:932$100, sendo de café a quantia de 1,7 milhão de arrobas.[10]

Dentro desse contexto, observamos dinâmica semelhante no que tange ao porto grande de Magé e o porto da Piedade, que era responsável, com o porto das Caixas, em Itaboraí, de circular a produção de Cantagalo e Nova Friburgo. Considerando a importância do comércio interno de Cantagalo, observamos a criação da Companhia da estrada de Magé a Sapucaia em 1836, com novo estatuto autorizado por Manuel Felizardo de Sousa e Melo em 1861. Os dirigentes da companhia eram os irmãos Francisco Leite Ribeiro e Custódio Ribeiro Leite, barão de Aiuruoca, que possuía terras em Mar de Espanha, na outra margem do rio Paraíba do Sul.

Em torno do café que partia de Magé encontramos na tese de doutorado de Rodrigo Marins Marretto (2019) relevantes dados sobre a ligação do porto da vila com Casa Comissária de café da firma Friburgo & Filhos, que recebeu do dito porto a 3.712 arrobas de café. Outrossim, segundo dados coletados em sua tese, alguns capitalistas de Magé foram credores do negócio da firma Friburgo & Filhos no valor de 17:333$600, o que indica como a atuação da firma era importante para a arrecadação do município, considerando o alto valor envolvido.

Conclusões

A análise das vilas de comércio no recôncavo do Rio de Janeiro revela sua relevância na economia cafeeira do século XIX, destacando-se Iguaçu, Magé e Estrela como entrepostos comerciais para o escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba. As estradas e portos construídos facilitaram o transporte de café para o porto do Rio de Janeiro e contribuíram para a configuração da organização territorial da província, integrando regiões produtoras e regiões consumidoras.

Portanto, as vilas de comércio exerceram um papel logístico central e foram igualmente essenciais na consolidação de uma nova estrutura econômica no Brasil,

[9] Relatório do Presidente da Província, 1857.
[10] Relatório do Presidente da Província, 1862.

cujos efeitos ultrapassaram as fronteiras provinciais. Ao integrar as redes de circulação de bens e pessoas, essas vilas desempenharam um papel essencial na configuração das interações sociais e econômicas que transformaram o cenário brasileiro ao longo do século XIX.

Referências

Fontes impressas

RIO DE JANEIRO (Província). **Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro João Manoel Pereira da Silva, 1857**. Disponível em: https://digitalcollections.crl.edu/. Acesso em 15 de agosto de 2024.

RIO DE JANEIRO (Província). **Relatório do vice-presidente da Província do Rio de Janeiro José Norberto dos Santos, 1862**. Disponível em: https://digitalcollections.crl.edu/. Acesso em 15 de agosto de 2024.

Bibliografia

FRÓES, Vânia. **Município de Estrela (1846-1892)**. Dissertação de Mestrado em História: Universidade Federal Fluminense, 1974.

MARRETTO, Rodrigo Marins. **O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c. 1829-1873)**. Tese de Doutorado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

MUAZE, Mariana. SALLES, Ricardo (orgs). **A segunda escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica** [recurso eletrônico]. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

OTTERO, Luiza Coutinho. **Vila de Sapucaia: administração camarária, elites e poderes locais (1875-1888)**. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

PEDROZA, Manoela. Algumas possibilidades de acumulação fora do mercado da elite imperial brasileira no século XIX (Fazenda Imperial de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1808-1840). In. **História e Economia: Revista interdisciplinar**, Vol. 14, n.º 1, págs. 67-86, 2015.

TOMICH, Dale W. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

A ESCRITA DA HISTÓRIA REGIONAL E OS USOS DO PASSADO. HISTÓRIA, MEMÓRIA E AMARALISMO (DÉC. 1930-1950)

Rui Aniceto Nascimento Fernandes[1]

Resumo

O Amaralismo se constituiu como corrente política fluminense entre os anos de 1930 e 1960. Nesse período instituiu-se uma cultura política que mantinha práticas do período precedente, mas que incorporava novas dinâmicas específicas do seu período. O conceito de cultura política incorpora uma leitura do passado, que conota positiva ou negativamente períodos, personagens, eventos, textos referenciais e, principalmente, uma narrativa do próprio passado. Nesse sentido, estudar uma cultura política, trabalhar com a sua formação e divulgação, é buscar compreender como uma certa interpretação do passado é produzida e consolidada, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais Esta comunicação objetiva analisar a relação firmada entre o projeto político amaralista, a escrita da história e os usos do passado ente as décadas de 1930 e 1950, no Estado do Rio de Janeiro. Os discursos sobre o passado então produzidos associavam-se aos projetos de soerguimento do estado no cenário nacional.

Palavras-Chave: Historiografia; Memória; Usos do Passado; Cultura política; Amaralismo

Abstract

Amaralism was constituted as a political current in Rio de Janeiro between the 1930s and 1960s. During this period, a political culture was established that maintained practices from the previous period, but incorporated new dynamics specific to its period. The concept of political culture incorporates a reading of the past, which positively or negatively connotes periods, characters, events, referential texts and, mainly, a narrative of the past itself. In this sense, studying a political culture, working with its formation and dissemination, is seeking to understand how a certain interpretation of the past is produced and consolidated, integrating itself into the imaginary or collective memory of social groups. This communication aims to analyze the relationship established between the Amaralist political project, the writing of history and the uses of the past between the 1930s and 1950s, in the State of Rio de Janeiro. The speeches about the past produced then were associated with projects to uplift the state on the national scene.
Keywords: Historiography; Memory; Uses of the Past; Political Culture; Amaralismo

Resumen

El amaralismo se constituyó como una corriente política en Río de Janeiro entre las décadas de 1930 y 1960. Durante este período, se estableció una cultura política que mantuvo prácticas del período anterior, pero incorporó nuevas dinámicas propias de su período. El concepto de cultura política incorpora una lectura del pasado, que connota

[1] Rui Aniceto Nascimento Fernandes – UERJ: ruianiceto@hotmail.com

positiva o negativamente épocas, personajes, acontecimientos, textos referenciales y, principalmente, una narrativa del pasado mismo. En este sentido, estudiar una cultura política, trabajando con su formación y difusión, es buscar comprender cómo se produce y consolida una determinada interpretación del pasado, integrándose en el imaginario o memoria colectiva de los grupos sociales. relación que se establece entre el proyecto político amaralista, la escritura de la historia y los usos del pasado entre las décadas de 1930 y 1950, en el Estado de Río de Janeiro. Los discursos sobre el pasado que se produjeron entonces estaban asociados con proyectos para elevar al Estado en la escena nacional.
Palabras clave: Historiografía; Memoria; Usos del pasado; Cultura política; Amaralismo

Introdução

A instituição do regime republicano levou a um processo de secundarização política do estado do Rio de Janeiro no cenário nacional. Grupos políticos divergentes disputavam o poder durante toda a Primeira República. Vivia-se sob os discursos da perda de uma *Idade de Ouro* – o Império –, em que a *Velha Província* – o Rio de Janeiro – detinha a primazia política e econômica. Os projetos políticos visando promover o soerguimento fluminense apostavam na tradição agrarista da região. Considerava-se que apenas o campo e as atividades agropastoris seriam capazes de superar a crise econômica vivida e dar o sustentáculo às aspirações de retorno à antiga situação política em que os políticos fluminenses estavam no centro das decisões da política nacional. Essa perspectiva foi defendida pelo amaralismo, corrente política centralizada na figura de Ernani do Amaral Peixoto, que foi interventor durante o Estado Novo (1937-1945) e governador eleito entre 1951-1955. O governo investiu na criação da infra-estrutura que viabilizasse a reestruturação das atividades agrárias, reafirmando assim a sua "vocação". Seu projeto modernizador incluía ainda a reforma administrativa e financeira do governo. O interventor constituiu um grupo político alicerçado no interior que lhe permitiu o controle da política estadual nas décadas seguintes. Nas décadas de 1940 e 1950 reafirmava-se que a recuperação do lugar fluminense no cenário nacional seria possível a partir da recuperação do campo. Havia uma forte noção de que a recuperação do Estado seria uma recuperação histórica de sua posição alicerçada em uma atividade historicamente característica da região. Os discursos políticos ancoravam-se na argumentação do saudosismo histórico de um período que fora perdido. Nessa direção o passado – materializado na historiografia então produzida e nas discussões sobre o patrimônio cultural fluminense – foram mobilizados integrando-se aos projetos políticos amaralista.

Material e métodos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisados especialmente a historiografia produzida entre 1930 e 1950, sobre o estado do Rio de Janeiro e publicada em forma de livros e de artigos vinculados em algumas publicações financiadas pelo governo estadual. Era uma produção historiográfica que unia dados diversos – geográficos, estatísticos e literários – na construção de uma narrativa sobre o estado e seus municípios visando demonstrar o lugar que estes desempenhavam nos cenários nacional, no caso do estado, e regional, no caso dos municípios. Seguia-se uma outra concepção de história e de produção do conhecimento histórico diferente daquela que se firmou na universidade, mas que também diferia da imagem consolidada como produção memorialista. A análise desse conjunto documental levou a sua caracterização: o que era compreendido como a tarefa do historiador, quais eram os elementos destacados, as cronologias e periodizações estabelecidas, as concepções acerca das fontes documentais, os acervos reconhecidos e a apropriação de conhecimentos de outros campos (literário, geográfico, estatístico) para a construção do discurso histórico.

Resultados e discussão

A historiografia produzida fora dos círculos universitários, durante muito tempo foi, e em certa medida ainda é estigmatizada como tradicionalista, factual, evolutiva, política, com forte cunho biográfico e autobiográfico, que tende para o pitoresco, o anedótico, o exótico. Rotulada como memorialista, engloba-se nesse grupo uma gama variada e díspar de estudiosos, desde aqueles que escrevem pequenas notas para a história de uma instituição ou personagem, até aqueles que se dedicaram a desenvolver extensos inventários da história de uma cidade ou região. As menções a essas produções costumeiramente são pejorativas. Homogeiniza-se essa produção no tempo e no espaço. As obras e os autores são tidos como reacionários e conservadores, como aqueles que se dedicaram/dedicam à coleção do anedotário, do pitoresco e do folclórico. Homogeiniza-se uma produção com profundas raízes na tradição historiográfica brasileira. É uma produção que circula por outros espaços que não os universitários: Academias de Letras, Cenáculos ou Institutos Históricos. Seus autores, autodidatas em grande maioria – médicos, advogados, engenheiros etc. –, envoltos em uma rede de sociabilidades que os fazem reconhecidos por grupos dos poderes públicos e prestam-lhes assessoria. Reconhece-se nela, quando muito, um valor informativo. A história que tem seu valor reconhecido é aquela produzida nas universidades, em especial, posteriormente à implementação das pós-graduações na década de 1970. No entanto essa historiografia integrava os esforços dos intelectuais engajados no projeto amaralista, de apresentação

de uma região que superara as dificuldades vivenciadas no pós abolição e em franco progresso. A narrativa sobre a história das municipalidades, sobre as efemérides e sobre os filhos ilustres visava demonstrar como cada um deles integrava-se no processo histórico de valorização do fluminense.

Conclusões

O período dos anos de 1940 e 1950 foi o momento de afirmação e consolidação de Amaral Peixoto e do amaralismo como nova força política local. Firmou-se um projeto político alicerçado nas tradicionais atividades agro-pastoris. Houve uma opção pelo agrário. Mas um agrário que deveria ser modernizado imprimindo-se novas técnicas produtivas e novas orientações às populações rurais.

Tradição e modernidade também estão nas bases das ações implementadas no campo educacional e cultural. Os projetos educacionais, as *Missões Culturais*, a criação do Museu Antônio Parreiras e a edição de livros de autores e de temáticas fluminenses foram algumas das iniciativas que afirmavam Amaral Peixoto como defensor das tradições e da história fluminense e também como aquele capaz de reerguer o estado, recuperando a *Idade de Ouro* local. Essa imagem era construída e compartilhada pelos departamentos governamentais e pelo mundo literário da capital fluminense que participava de inúmeras ações e iniciativas da administração amaralista. As redes de sociabilidades que uniam esse dois universos conformavam o pensamento, a investigação e a análise sobre o local. A história, nesse contexto, era o fio condutor das análises. Era o conhecimento que permitia diagnosticar as vocações, o que era inerente ao estado; onde se deveria intervir e agir. Os estudos de história fluminense, aqui analisados, foram produzidos nesse contexto de valorização da história local e com incentivos diversos do Estado – pela publicação na Imprensa Oficial estadual ou com o financiamento por editoras e gráficas, pela concessão de prêmios. Essas associações entre letrados e governantes firmava-se na ideia de que o Estado era o principal agente de construção dos processos históricos locais. Segundo essa interpretação, era o Estado, por meio dos seus dirigentes, que agia na promoção do desenvolvimento social e econômico da terra fluminense.

Referencias

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FIN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja de. **Amaralismo e Pessedismo Fluminense**. O PSD de Amaral Peixoto. 1995. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós- Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995.

FERNANDES, Rui Aniceto Fernandes. Historiografia e a identidade fluminense. A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultrua. Tese de Doutorado em História, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro**: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.

_____ (Coord.). **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Reinventando a tradição: sobre antiquariado e escrita da história. In: **Humanas** (IFCH/UFRGS), Porto Alegre, v. 23, n° 1/2. 2000.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna.** Bauru: Edusc, 2004.

MOREIRA, Regina da Luz. **Tempos de Amaral**. Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

REMOND, René (Org.). **Por uma história Política.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.